

**ANAIS**

**XIX Colóquio Habermas e  
X Colóquio de Filosofia da Informação**

Democracia em reconstrução: justiça social e sustentabilidade ambiental



**SALUTE**

2023

**ORGANIZAÇÃO**  
**CLÓVIS RICADO MONTENEGRO DE LIMA**

**ANAIS**  
**XIX COLÓQUIO HABERMAS E**  
**X COLÓQUIO DE FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO**

Democracia em reconstrução: justiça social e sustentabilidade ambiental

Rio de Janeiro

**SALUTE**

2023



Este trabalho está licenciado sob a Licença Atribuição-Não Comercial 3.0 Brasil da Creative Commons. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/bync/3.0/br> ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.

Editoração: Andreza dos Santos.

Capa:.

Imagem da Capa: Marinella Goulart.

Publicado no Brasil – 2023.

C719c

Colóquio Habermas e X Colóquio Filosofia da Informação (19.: 2022: Rio de Janeiro).

Anais do 19º Colóquio Habermas e 10 Colóquio de Filosofia da Informação / 19º Colóquio Habermas e 10º Colóquio de Filosofia da Informação, democracia em construção: justiça social e sustentabilidade ambiental. 19 a 21 de setembro 2023, Rio de Janeiro, Brasil; organizado por Clóvis Ricardo Montenegro de Lima *et al.* Rio de Janeiro: Salute, 2023.

482 p.

ISBN: 978-65-89784-09-8.

1. Habermas, Jurgen. I. Lima, Clóvis Ricardo Montenegro de, org. II. Título.

CDD 193 (22. ed.)

Ficha catalográfica elaborada por Andreza dos Santos CRB14/866.

# COMISSÃO ORGANIZADORA XIX COLÓQUIO HABERMAS E X COLÓQUIO DE FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO

---

## DEMOCRACIA EM RECONSTRUÇÃO: JUSTIÇA SOCIAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### COMISSÃO ORGANIZADORA

Anderson Menezes

André Coelho

Charles Feldhaus

Claudia Bucceroni

Clovis Ricardo Montenegro de Lima

Delamar Volpato Dutra

Edna Brennand

Elizabeth Artmann

Flávio Siebeneichler

Gilvan Luiz Hansen

Isa Freire

Jovino Pizzi

Márcia Tavares

Mariangela Maia

Nythamar de Oliveira

Oswaldo de Almeida Jr

Valéria Wilke

### ORGANIZAÇÃO

GRUPO DE PESQUISA  
FILOSOFIA E POLÍTICA  
DA INFORMAÇÃO



### REALIZAÇÃO



## APRESENTAÇÃO

---

Os Colóquios foram realizados nos dias 19 a 21 de setembro de 2023. Neste ano o maior desafio dos brasileiros era e continua sendo o resgate da democracia, que devolva a dignidade, fortaleça a cidadania, reduza as desigualdades e garanta bem-estar social. É uma tarefa prática para a qual devemos orientar o pensamento crítico. O tema central dos Colóquios era “**Democracia em reconstrução: justiça social e sustentabilidade ambiental**”.

O tema da crise da democracia, particularmente a tendência de crises de legitimidade em sociedades capitalistas avançadas, faz parte do pensamento de Habermas ao menos desde a publicação de sua obra *Crise de legitimidade no capitalismo tardio* (1971). Contudo, quando aborda esse tema na década de 1970 a ênfase se encontra nas tendências de crise inerentes ao processo de desenvolvimento do capitalismo como resultado da globalização crescente das relações comerciais entre os países e o consequente enfraquecimento do Estado em cumprir certas tarefas como a garantia dos direitos fundamentais, o que gera entre outras coisas a perda da lealdade das massas e déficits de legitimidade. Nesse momento, Habermas apenas começa a esboçar os traços gerais da teoria do agir comunicativo, particularmente com a introdução da distinção entre trabalho e interação em *Técnica e Ciência como 'Ideologia'* (1968).

A publicação de *Teoria do agir comunicativo* (1981) introduz os conceitos articulados de sistema e mundo vivido, e a visão do processo de crescimento da racionalidade instrumental, através da colonização do mundo vivido pelo sistema e os consequentes déficits de legitimidade que esse tipo de processo acarreta. A crescente influência da racionalidade com relação a fins em diferentes esferas da vida humana rouba cada vez mais o espaço do mundo vivido e resulta em patologias sociais e déficits de legitimidade. A solução consiste em freá-la (no modelo de esfera pública inicial da metáfora das barreiras) e aumentar a influência do agir comunicativo através do uso público da razão na esfera pública informal buscando impactar as decisões na esfera política ou pública formal pelos representantes eleitos (no modelo da esfera pública modificado a partir da década de 1990). A

maneira como esse novo modelo de esfera pública opera é desenvolvido melhor nas obras de filosofia do direito.

Em *Facticidade e Validade* (1992) Habermas reformula alguns aspectos da relação entre direito e moral desenvolvida nas *Tanner Lectures*, reconstrói o sistema de direito moderno e apresenta uma concepção de circulação de poder que implica uma democracia radical que ele denomina de democracia deliberativa aplicando conceitos fundamentais da teoria discursiva da democracia como política deliberativa, procedimentalismo democrático, esfera pública e sociedade civil. Esta concepção combina traços da democracia representativa e da democracia direta e procura superar as limitações e incorporar as vantagens das concepções liberal e republicana de democracia.

A concepção de democracia habermasiana é baseada num sistema de circulação de poder entre a esfera pública formal e informal e desse modo a esfera pública serve como critério normativo da legitimidade das normas de uma sociedade. Já em *Mudança estrutural da esfera pública* (1962), Habermas identifica uma diminuição do potencial crítico da esfera pública como modelo normativo com o surgimento da propaganda e da indústria cultural.

A nova configuração da esfera pública através do emprego das novas tecnologias digitais tem facilitado a difusão dos discursos conservadores, negacionistas da ciência, antidemocráticos e contra as políticas de proteção do meio ambiente. Isso representa um desafio que um modelo discursivo, como é o caso do modelo de democracia deliberativa habermasiana, precisa investigar para garantir qualidade mínima de conteúdo nas colaborações na esfera pública informal. Como impedir que as novas tecnologias digitais resultem em guetos comunicativos que minam o potencial emancipatório da esfera pública informal, que apenas transmitem de maneira acrítica informações parcialmente ou completamente falsas, e criar condições para aumentar o potencial inclusivo e crítico das novas mídias no processo de tomada de decisões democrático? Algumas pessoas ou grupos sugerem algum tipo de regulamentação das tecnologias digitais no sentido de responsabilizar os potenciais autores pelas consequências da difusão de informações inverídicas. Outros sugerem o estabelecimento de formas de pré-identificação automática de conteúdos supostamente inverídicos nas próprias mídias digitais ou até mesmo a criação de mecanismos que permitem verificar automaticamente na internet a veracidade de informações.

Um dos efeitos da predominância dos discursos conservadores na esfera pública informal, através das novas tecnologias digitais, é, por exemplo, a crise dos programas de imunização obrigatória e o enfraquecimento da proteção do meio ambiente devido, em parte, pelo enfraquecimento da autoridade do conhecimento científico, pelos negacionismos. Em *Técnica e Ciência como Ideologia*, ao considerar a crítica de Herbert Marcuse contra a técnica e o conhecimento científico, Habermas se opõe à postura extremamente negativa de Marcuse contra o progresso científico e seus efeitos negativos.

É importante lembrar que em outros momentos Habermas também se manifesta contra aquele cientificismo que aceita como conhecimento legítimo apenas aquele que se origina dos métodos científicos das ciências naturais. A posição de Habermas se situa entre a apologia acrítica da ciência e o negacionismo anticientífico. É preciso reconhecer aspectos positivos e negativos no progresso científico e as hipóteses a respeito dos efeitos da ação humana devem ser considerados com seriedade e sobriedade. O modelo normativo de esfera pública na concepção de democracia deliberativa exige enfrentar os desafios sociais, políticos, econômicos e ecológicos, através de um esforço cooperativo de construção de soluções no espaço público.

O uso intenso e mal-intencionado de novas mídias digitais tem facilitado danos significativos nas discussões do uso da ciência como base das políticas públicas, e também na própria dinâmica da tomada de decisão democrática, interferindo nas eleições em países democráticos, através da difusão sistemática e sem filtros de notícias falsas (*fake News*). As notícias fraudulentas têm sido usadas por partidos conservadores, que atacam abertamente até mesmo o sistema de votação por maioria (como foi o caso do ataque às urnas eletrônicas no Brasil).

A derrota da direita ultraconservadora nas últimas eleições no Brasil e a eleição de partidos e líderes comprometidos com valores e procedimentos democráticos trazem de volta a urgente pauta de como reconstruir e fortalecer o modo de governo democrático. Após os retrocessos nas instituições democráticas e comprometidas com o progresso científico, muito é preciso rever e repensar. Por exemplo, a educação inclusiva tem sido atacada através de reformas curriculares que deixam de priorizar áreas do saber importantes à manutenção das instituições democráticas como as ciências humanas e as artes.

Os Colóquios representam sempre uma oportunidade de emprego do agir comunicativo para, de maneira cooperativa e inclusiva, discutir e buscar caminhos para a reconstrução da cultura democrática brasileira bastante abalada nos últimos anos pelo crescimento das posições conservadoras e para o desenvolvimento de soluções para as crises. Enfrentar as crises se torna cada vez mais urgente, diante da dimensão dos obstáculos para reverter questões como as emissões de carbono e o desmatamento das florestas.

**Clovis Montenegro de Lima**

Rio de Janeiro, 2023.



## SUMÁRIO

---

A FENOMENOLOGIA DE HABERMAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HERMENÊUTICA.....	13
<i>Sandro Roberto de S. Gomes; Anderson de Alencar Menezes.</i>	
A FORMAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E AS DEFORMAÇÕES A PARTIR DAS <i>FAKE NEWS</i> .....	24
<i>Pedro Ygor Café Paes Lira; Diego Henrique Barros Melo; Paulo Ricardo Silva Lima; Ana Lydía Vasco de Albuquerque Peixoto; Antônio Tancredo P. da Silva; Anderson de Alencar Menezes; Vitor Gomes da Silva.</i>	
A ORIGEM DOS CONFLITOS SOCIAIS A PARTIR DA TEORIA DO RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIOEDUCAÇÃO .....	51
<i>Martha Vanessa Lima do Nascimento Cardoso; Anderson de Alencar Menezes.</i>	
NARRATIVAS SILENCIADAS: REFLEXÕES SOBRE A BRUTALIDADE POLICIAL NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS NO ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO .....	61
<i>Andrey de Farias Martins Silva; Gabriel Cerqueira de Mello Farias; Paulo Ricardo Silva Lima; Ana Lydía Vasco de Albuquerque Peixoto; Antonio Tancredo Pinheiro da Silva; Anderson de Alencar Menezes.</i>	
COMUNICAÇÃO DESFIGURADA PELA VIOLÊNCIA E RECONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA: O CASO DO LAR DE AMPARO A CRIANÇA PARA ADOÇÃO (LACA- MACEIÓ) .....	75
<i>Anderson de Alencar Menezes; Alda de Barros Araújo.</i>	
O PROBLEMA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA ÀS FOTOGRAFIAS E O PENSAMENTO DE VILÉN FLUSSER .....	87
<i>Claudia Bucceroni Guerra; Jairo Andre Marques Junior.</i>	
TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE EM JÜRGEN HABERMAS.....	100
<i>Daniel Valente Pedroso de Siqueira</i>	
UMA ANÁLISE, A PARTIR DE HABERMAS, DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	119
<i>Cândido Francisco Duarte dos Santos e Silva.</i>	
TRABALHO E DEMOCRACIA: JUSTIÇA E NÃO RETROCESSO SOCIAL.....	137
<i>José Antonio Callegari.</i>	
O CONCEITO DE VIOLÊNCIA NUMA PERSPECTIVA DECOLONIAL E O MODELO DISCURSIVO DE DEMOCRACIA.....	155
<i>Charles Feldhaus.</i>	

CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS CONCEITOS DE AUTORREFLEXÃO E EMANCIPAÇÃO NA PESQUISA-AÇÃO .....	171
<i>Letícia Soares Fernandes; Allana Ladislau Prederigo; Rafael Carlos Queiroz; Gustavo Falcão Santana; Mariangela Lima de Almeida; Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Mariangela Rebelo Maia.</i>	
A PESQUISA-AÇÃO COLABORATIVO-CRÍTICA COMO METODOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE UM GRUPO DE PESQUISA .....	190
<i>Kétlem Marçal Ferraz Rossi Jaconi; Bárbara Rebecca Baumgarten França; Mariangela Lima de Almeida.</i>	
AUTORREFLEXÃO E PESQUISA-AÇÃO CRÍTICA: TECENDO DIÁLOGOS .....	200
<i>Rafael Carlos Queiroz; Allana Ladislau Prederigo; Letícia Soares Fernandes; Gustavo Falcão Santana; Mariangela Lima de Almeida.</i>	
JÜRGEN HABERMAS SOBRE A EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO COM IMMANUEL KANT .....	214
<i>Bárbara Rebecca Baumgarten França; Nazareth Vidal da Silva; Mariangela Lima de Almeida.</i>	
A RACIONALIDADE COMUNICATIVA COMO PRESSUPOSTO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	231
<i>Allana Ladislau Prederigo; Letícia Soares Fernandes; Mariangela Lima de Almeida.</i>	
ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PESQUISA-AÇÃO NA INTERFACE COM A FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR: UM DIÁLOGO A PARTIR DOS CÍRCULOS ARGUMENTATIVOS.....	248
<i>Bárbara Rebecca Baumgarten França; Mariangela Lima de Almeida.</i>	
UM CASO DE “HOMENS INFAMES”: PONTOS (PERDIDOS) PARA TECER A MEMÓRIA INSTITUCIONAL DOS ANOS 60 NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL.....	271
<i>Mariângela Nascimento Pagliarini; Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima.</i>	
ESPAÇOS DISCURSIVOS COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO HUMANA E INCLUSÃO .....	303
<i>Nazareth Vidal da Silva; Sumika Soares de Freitas Hernandez-Piloto; Gabriela Melo Santana de Oliveira; Mariangela Lima de Almeida.</i>	
EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE O AGIR COMUNICATIVO DE HABERMAS E A PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE NOS PROCESSOS FORMATIVOS EM SAÚDE .....	323
<i>Elizabeth Artmann; Etel Matielo.</i>	
PARADOXOS E PERSPECTIVAS DA SUSTENTABILIDADE NO TERCEIRO MILÊNIO .....	341
<i>Gilvan Luiz Hansen.</i>	

TRANSNACIONALIZAÇÃO DA JUSTIÇA EM NANCY FRASER: REPENSANDO A ESFERA PÚBLICA HABERMASIANA .....	359
<i>Maria José Goulart Vieira; Pamela Pereira Prestupa.</i>	
ESPAÇO, JUSTIÇA E ÉTICA UNIVERSAL: ALARGANDO OS HORIZONTES CONCEITUAIS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL PELA DEMOCRACIA DELIBERATIVA.....	375
<i>Rosalvo Nobre Carneiro.</i>	
RECONSIDERAÇÕES HABERMASIANAS PARA O CONCEITO DE ÉTICA DA BNCC .....	388
<i>Fábio Rodrigo Fernandes Araújo.</i>	
O NOVO ENSINO MÉDIO E SEUS IMPACTOS NA CIDADANIA DOS ESTUDANTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS: A PERSPECTIVA HABERMASIANA	404
<i>Marcelo Pereira de Mello.</i>	
ESTUDOS HUMANÍSTICOS DA INFORMAÇÃO .....	421
<i>Clovis Ricardo Montenegro de Lima; Ana Gabriela Clipes Ferreira; Tirza Rodrigues; Nelson Salomão.</i>	
LET ME TELL YA WHAT I'VE GOT .....	441
<i>Gabriel do Nascimento Barbosa; Meri Nádía Marques Gerlin; Taiguara Villela Aldabalde.</i>	
ASPECTOS DA PLATAFORMIZAÇÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: A “ESCOLA DO CANSAÇO” NA ERA DO <i>BIG DATA</i> .....	455
<i>Valéria Cristina Lopes Wilke; Marcelo Santos Feijó.</i>	
A POLÍTICA DE CONTROLE DE TABACO NO BRASIL: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS .....	478
<i>Renata Arthou Pereira; Elizabeth Artmann.</i>	
UM NOVO ÁGORA INFORMACIONAL.....	502
<i>Oswaldo Francisco de Almeida Junior</i>	
ARMAS TEÓRICAS E POLÍTICAS: PRODUÇÃO INTELECTUAL EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO .....	502
<i>Leilah Santiago Bufrem</i>	
O ENTENDIMENTO DE JUSTIÇA SOCIAL COMO EMERGÊNCIA DA DESORDEM INFORMACIONAL E COMO A ATUALIZAÇÃO ININTERRUPTA DESTE ENTENDIMENTO IMPREGNA OS SIGNOS.....	525
<i>Suely Figueiredo</i>	
A PRODUÇÃO DA DESINFORMAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA: MAL RADICAL E MAL BANAL COMO REFERÊNCIA DE MANIFESTAÇÕES NO DEBATE PÚBLICO .....	541
<i>Rodrigo Silva Caxias de Sousa; Carla Monego Lins Pasti; Meri Nadia Marques Gerlin.</i>	

MEU ÓDIO SERÁ TUA HERANÇA: INFORMAÇÃO TÓXICA NA SOCIEDADE DO CAPITAL-INFORMAÇÃO .....	555
<i>André Januário da Silva; Valéria Cristina Lopes Wilke.</i>	
A DEMOCRACIA SEGUNDO NIKLAS LUHMANN .....	578
<i>Guilherme Preger</i>	
SOBRE O POLÍTICO DA INFORMAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ONTOLOGIA DIGITAL .....	592
<i>Jackson da Silva Medeiros</i>	
BREVE REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE MODERNIDADE E AS PREMISSAS PARA UM PROJETO EMANCIPATÓRIO DE FUTURO .....	608
<i>Eugênia Vitória Camera Loureiro</i>	
OS COLÓQUIOS HABERMAS À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO.....	616
<i>Isa Maria Freire</i>	
CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DA FORMAÇÃO DOS PESQUISADORES DA GESTÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO BRASIL .....	637
<i>Edcleyton Bruno Fernandes da Silva; Suzana de Lucena Lira; Rosilene Agapito da Silva Llarena; Marco Antônio Almeida Llarena; Danielle Harlene da Silva Moreno.</i>	
COMPETÊNCIA INFORMACIONAL COM VISTAS À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.....	664
<i>Georginei Souza Neri; Francisca Rosaline Leite Mota.</i>	
O INTERESSE SOBRE <i>FAKE NEWS</i> PELA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS INDEXADOS NA BRAPCI .....	666
<i>Willian Lima Melo; Marcos Aparecido Rodrigues do Prado; Taynara Cristina da Silva.</i>	

## **A FENOMENOLOGIA DE HABERMAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HERMENÊUTICA**

**Sandro Roberto de S. Gomes**  
Universidade Federal de Alagoas  
srobertogomes68@gmail.com

**Anderson de Alencar Menezes**  
Universidade Federal de Alagoas  
anderufal@gmail.com

---

### **Resumo**

A fenomenologia no pensamento de Jürgen Habermas e suas contribuições para a hermenêutica representam uma abordagem crítica e engajada na compreensão do Mundo da Vida e da interpretação dos fenômenos sociais. Habermas enfatiza a importância da intersubjetividade e da comunicação autônoma na construção do conhecimento e na formação de significados compartilhados. Ele critica a hermenêutica tradicional por negligenciar a dimensão social da interpretação e propõe uma hermenêutica emancipatória que busca revelar as estruturas de poder e as ideologias presentes na sociedade. Suas contribuições incluem a ênfase na comunicação discursiva, na crítica ideológica e na promoção da participação democrática na interpretação das vibrações comunicativas e dos contextos sociais. A fenomenologia no pensamento de Habermas destaca a importância da intersubjetividade e da comunicação na construção do conhecimento e na formação de significados compartilhados. Ele enfatiza que a linguagem e a interação social são essenciais para a reconstrução da Democracia, permitindo uma troca de perspectivas e a construção de consensos em torno da justiça social.

**Palavras-chave:** Fenomenologia. Hermenêutica. Mundo da Vida.

## **HABERMAS' PHENOMENOLOGY AND ITS CONTRIBUTIONS TO HERMENEUTICS**

### **Abstract**

Phenomenology in the thinking of Jürgen Habermas and his contributions to hermeneutics represent a critical and engaged approach to the understanding of the World of Life and the interpretation of social phenomena. Habermas emphasizes the importance of intersubjectivity and autonomous communication in the construction of knowledge and in the formation of shared meanings. He criticizes traditional hermeneutics for neglecting the social dimension of interpretation and proposes an emancipatory hermeneutics that seeks to reveal the power structures and ideologies present in society. His contributions include an emphasis on discursive communication, ideological critique, and the promotion of democratic participation in the interpretation of communicative vibes and social contexts. Phenomenology in Habermas' thinking highlights the importance of intersubjectivity and communication

in the construction of knowledge and in the formation of shared meanings. He emphasizes that language and social interaction are essential for rebuilding Democracy, allowing for an exchange of perspectives and the building of consensus around social justice.

**Keywords:** Phenomenology. Hermeneutics. Life World.

## 1 INTRODUÇÃO

A fenomenologia de Jürgen Habermas e suas contribuições para a hermenêutica representam uma importante abordagem filosófica que busca compreender a natureza da experiência humana e a interpretação do significado dos fenômenos sociais. Neste artigo, exploraremos os principais conceitos e ideias de Habermas, bem como sua influência no campo da hermenêutica. Destacaremos em nossa abordagem a Fenomenologia de Habermas, trabalhando dois conceitos fundamentais, a saber, a Intersubjetividade e Comunicação. Habermas desenvolve sua teoria fenomenológica com base na ideia de que a comunicação é essencial para a compreensão da experiência humana. Ele argumenta que a linguagem e a intersubjetividade são fundamentais para a construção do conhecimento e do significado compartilhado.

Outro aspecto importante em nossa análise será o Mundo da Vida e Mundo dos Sistemas. Nelas, Habermas realiza uma distinção entre o "mundo da vida" e o "mundo dos sistemas". Para ele o mundo da vida refere-se à esfera das interações sociais cotidianas, onde os indivíduos compartilham significados e constroem consensos. E o mundo dos sistemas representa as estruturas institucionais e burocráticas que muitas vezes alienam os indivíduos e restringem a comunicação autêntica.

Buscaremos identificar as contribuições de Habermas para a Hermenêutica, partindo da crítica à Hermenêutica Tradicional, onde o autor realiza uma crítica a hermenêutica tradicional, que se concentra exclusivamente na interpretação textual, negligenciando a dimensão social da compreensão. Ele argumenta que a hermenêutica deve se expandir para além da interpretação literária e abordar os aspectos sociais e históricos da compreensão.

Por fim, buscaremos compreender como Interpretação Emancipatória realizado por Habermas propõe uma hermenêutica emancipatória que visa libertar a interpretação das estruturas de poder e das distorções comunicativas. Ele

argumenta que a interpretação deve ser um processo democrático, no qual todas as vozes tenham a oportunidade de serem ouvidas e contribuir para a construção do significado. Habermas enfatiza a importância de uma hermenêutica crítica que desmascare as ideologias ocultas nas estruturas sociais e nas formas de comunicação. Ele acredita que a interpretação deve revelar as distorções que surgem das relações de poder e promover a busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Destacamos que a fenomenologia de Habermas e suas contribuições para a hermenêutica têm desempenhado um papel significativo na compreensão da experiência humana e na interpretação dos fenômenos sociais. Sua ênfase na intersubjetividade, comunicação autêntica e crítica ideológica tem enriquecido o campo da hermenêutica, levando a uma compreensão mais abrangente e engajada das práticas interpretativas. Ao integrar as perspectivas fenomenológicas e hermenêuticas, Habermas oferece uma abordagem filosófica que busca a emancipação e a transformação social por meio da interpretação consciente e crítica.

## **2 A INTERSUBJETIVIDADE E A COMUNICAÇÃO: APRESENTANDO OS CONCEITOS**

Intersubjetividade e comunicação são conceitos intrinsecamente ligados e desempenham um papel fundamental na compreensão das relações humanas e da construção do conhecimento compartilhado. Vamos explorar cada um desses conceitos.

A intersubjetividade refere-se à interação e interconexão entre sujeitos conscientes. É a capacidade de compreendermos e partilharmos significados com outros indivíduos dentro de um contexto social. A intersubjetividade é baseada na ideia de que a nossa compreensão do mundo é construída em relação aos outros, através do diálogo, da linguagem e das interações sociais.

A intersubjetividade reconhece que os seres humanos são seres sociais, e nossa compreensão do mundo e de nós mesmos é moldada pela interação com os outros. Nós interpretamos e atribuímos significado às experiências com base em nossas relações e trocas com os demais. Assim, a intersubjetividade é essencial



para a construção do conhecimento e para a formação da identidade individual e coletiva.

Formar um sujeito crítico e transformador, disseminar a racionalidade como fonte de todo conhecimento, como compreensão universal; eis o ideal pedagógico do iluminismo. A compreensão universal envolve tanto o desenvolvimento da capacidade cognitiva como a da prático-moral; o que é comum a ambos é a capacidade explicativa última, ou seja, a capacidade de fundamentar os conhecimentos e as ações por meio de argumentos e princípios racionais. A principal atitude pedagógica é a autonomia do sujeito no questionamento dos fundamentos últimos do seus atos prático-morais e cognitivos.<sup>1</sup>

A comunicação é o processo pelo qual os indivíduos trocam informações, ideias, sentimentos e significados. Ela ocorre através de diferentes formas, como a linguagem verbal e não verbal, gestos, expressões faciais, escrita, entre outras modalidades de expressão. A comunicação permite a transmissão de mensagens entre os indivíduos e é fundamental para a interação social.

A comunicação não se resume apenas à transmissão de informações, mas também envolve a compreensão mútua e a criação de significado compartilhado. Ela é um processo dinâmico no qual os participantes interagem, interpretam e respondem uns aos outros. Através da comunicação, os indivíduos expressam suas ideias, emoções, intenções e estabelecem relações interpessoais.

A comunicação desempenha um papel crucial na construção da intersubjetividade, uma vez que é por meio da interação comunicativa que compartilhamos significados e estabelecemos consensos. Através do diálogo e da troca de perspectivas, os indivíduos constroem entendimentos compartilhados e negociam seus significados, possibilitando a coexistência e a colaboração social.

Entendemos que a preocupação central da teoria crítica sempre foi a de restabelecer o poder crítico-libertador da razão humana através do revigoramento da teoria dialética. Os teóricos de Frankfurt preocuparam-se tanto em interpretar a sociedade contemporânea quanto em transformá-la. A emancipação constitui-se, pois, no desafio que preocupa todos os teóricos frankfurtianos e Habermas é o herdeiro dessa preocupação. Da mesma forma que seus antecessores, Habermas acredita na possibilidade da fundamentação racional do agir humano no mundo, ou seja, na possibilidade de identificar princípios ou pressupostos universais que possam orientar e pensar e o fazer do homem enquanto histórico. A Teoria da ação comunicativa, no nosso entender, apresenta esse potencial na medida em que o seu projeto se volta para a preocupação de encontrar uma

---

<sup>1</sup> MÜHL, Eldon Henrique. **Habermas e a educação**: ação pedagógica como agir comunicativo. 2. ed. Curitiba: CRV, 2020, p. 31.



saída racional em contraposição às abordagens reducionistas atuais, sem cair, no entanto, em nova metafísica.<sup>2</sup>

A intersubjetividade e a comunicação são conceitos interdependentes que desempenham um papel central nas interações humanas. Através da intersubjetividade, reconhecemos que nossa compreensão do mundo é moldada em relação aos outros, e a comunicação nos permite compartilhar significados, estabelecer relações e construir conhecimento coletivo. Esses conceitos são fundamentais para a compreensão da experiência humana e para a construção de sociedades interativas e cooperativas.

## 2.1 A INTERSUBJETIVIDADE E A COMUNICAÇÃO EM HABERMAS

Em sua teoria, Jürgen Habermas atribui grande importância à intersubjetividade e à comunicação como elementos fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e para a busca do conhecimento compartilhado. Aqui estão algumas características desses conceitos em Habermas:

**Intersubjetividade em Habermas:** Habermas enfatiza a intersubjetividade como uma dimensão central das interações humanas. Ele argumenta que os indivíduos constroem significados e entendimentos compartilhados por meio do diálogo e da comunicação. A intersubjetividade é vista como um processo no qual os participantes interagem, trocam perspectivas e buscam o consenso.

Para Habermas, a intersubjetividade é baseada na ideia de que os seres humanos são capazes de entender e interpretar o mundo de forma coletiva, por meio da comunicação. É por meio desse entendimento mútuo que as normas, os valores e os significados são negociados e estabelecidos. A intersubjetividade é fundamental para a formação da identidade e para a construção de uma sociedade democrática.

Habermas considera a comunicação como um processo crucial para a intersubjetividade e para a busca da verdade e do entendimento mútuo. Ele destaca a importância da comunicação autêntica, na qual os participantes se engajam em um diálogo livre e aberto, buscando expressar suas opiniões, trocar ideias e argumentar de forma racional.

---

<sup>2</sup> MÜHL, Eldon Henrique, 2020, p. 49.

O conhecimento é formulado na interação dos indivíduos, a partir da infraestrutura linguística que lhes é comum. Essas condições infraestruturais da linguagem considera Habermas, devem estar necessariamente presentes para que haja entendimento. Essas condições ou pressupostos argumentativos são propriedades intrínsecas da linguagem com as quais podemos produzir argumentos concludentes, resgatando ou rejeitando pretensões de validade do conhecimento, do agir prático e da expressividade. Compreendem regras que se apresentam em três planos: no plano lógico-semântico, no plano dialético dos procedimentos e no plano retórico dos processos. Ou seja, em todo o agir comunicativo, os indivíduos em interação devem respeitar, para não caírem em contradição performativa, regras lógico-semânticas, regras procedurais e regras processuais.<sup>3</sup>

Em sua teoria, Habermas diferencia entre duas formas de comunicação: comunicação estratégica e comunicação discursiva. A comunicação estratégica é orientada para a manipulação e o controle, visando a obtenção de vantagens pessoais. Já a comunicação discursiva é caracterizada por um diálogo baseado na argumentação racional e na busca pela verdade e pelo consenso.

Habermas defende que a comunicação discursiva é essencial para a construção de uma esfera pública democrática. Ela promove a participação igualitária, a inclusão de diferentes perspectivas e a resolução de conflitos por meio do diálogo. Através da comunicação discursiva, os indivíduos têm a oportunidade de se expressar, de ouvir e de serem ouvidos, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e participativa.

Neste sentido, Habermas, a intersubjetividade e a comunicação desempenham papéis cruciais na construção de uma sociedade democrática e na busca do conhecimento compartilhado. Através da intersubjetividade, os seres humanos constroem significados e entendimentos mútuos por meio da comunicação autêntica.

A comunicação discursiva, baseada na argumentação racional e na busca pela verdade, é vista como fundamental para a participação igualitária e para a construção de uma esfera pública democrática. Portanto, tanto a intersubjetividade quanto a comunicação são conceitos centrais na teoria de Habermas e têm como objetivo promover a interação democrática e a busca do consenso na sociedade.

### **3 MUNDO DA VIDA E MUNDO DOS SISTEMAS EM HABERMAS**

---

<sup>3</sup> *Idem*, p. 51.

Em sua teoria, Jürgen Habermas distingue entre o "mundo da vida" (*Lebenswelt*) e o "mundo dos sistemas" (*Systemwelt*) como duas esferas sociais distintas que desempenham papéis diferentes na experiência humana. Essa distinção é importante para compreender a dinâmica social e a influência dos sistemas institucionais sobre os indivíduos. Vamos explorar cada um desses conceitos em detalhes:

**Mundo da Vida (*Lebenswelt*):** O mundo da vida refere-se à esfera das interações sociais cotidianas, onde os indivíduos se engajam em atividades e práticas comuns. É nesse contexto que ocorre a intersubjetividade, a comunicação autêntica e a construção do significado compartilhado. O mundo da vida inclui as interações familiares, os relacionamentos pessoais, as atividades culturais e as práticas sociais informais.

Habermas enfatiza que o mundo da vida é o local onde a intersubjetividade e a comunicação genuína podem florescer. É nessa esfera que os indivíduos têm a oportunidade de se expressar livremente, de compartilhar suas perspectivas e de construir entendimentos compartilhados. O mundo da vida é caracterizado pela autenticidade, pela diversidade de experiências e pelo fluxo contínuo de interações sociais.

**Mundo dos Sistemas (*Systemwelt*):** Por outro lado, o mundo dos sistemas refere-se às estruturas institucionais e burocráticas que regulam e organizam a vida social. Esse mundo inclui instituições políticas, econômicas e jurídicas, como governos, corporações, sistemas de justiça, entre outros. No mundo dos sistemas, as interações são reguladas por normas e procedimentos formais, muitas vezes visando à eficiência e à funcionalidade.

Habermas argumenta que o mundo dos sistemas tem o potencial de alienar os indivíduos e restringir a comunicação autêntica. Ele destaca a influência dos sistemas sociais no mundo da vida, afirmando que a racionalidade instrumental dos sistemas pode prejudicar a liberdade e a participação dos indivíduos. A lógica dos sistemas muitas vezes impõe restrições às interações sociais, priorizando objetivos funcionais em detrimento das necessidades humanas.

**Relação entre Mundo da Vida e Mundo dos Sistemas:** Habermas argumenta que uma sociedade saudável e democrática requer um equilíbrio adequado entre o mundo da vida e o mundo dos sistemas. Ele busca superar as limitações do mundo dos sistemas, garantindo que as estruturas institucionais sejam permeáveis ao

mundo da vida, promovendo a participação democrática e a inclusão social. Para Habermas, a comunicação autêntica e a intersubjetividade do mundo da vida devem ser preservadas e valorizadas, mesmo no contexto dos sistemas sociais.

A distinção entre o mundo da vida e o mundo dos sistemas em Habermas permite compreender a complexidade das interações sociais e a influência das estruturas institucionais na vida dos indivíduos. Enquanto o mundo da vida é o espaço onde a intersubjetividade e a comunicação autêntica ocorrem, o mundo dos sistemas representa as estruturas formais e burocráticas que podem limitar essas interações. Habermas busca estabelecer um equilíbrio entre essas esferas, garantindo que a participação democrática e a liberdade de expressão sejam preservadas em todos os níveis da sociedade.

#### **4 FUNDAMENTE A CRÍTICA DE HABERMAS A HERMENÊUTICA TRADICIONAL**

A crítica de Habermas à hermenêutica tradicional baseia-se na ideia de que essa abordagem interpretativa negligencia a dimensão social da compreensão. A hermenêutica tradicional, em sua forma clássica, concentra-se principalmente na interpretação textual e na compreensão do significado dentro de um contexto específico. No entanto, Habermas argumenta que essa abordagem é insuficiente para lidar com as complexidades da sociedade contemporânea e as dinâmicas da comunicação humana.

Uma das principais críticas de Habermas à hermenêutica tradicional é sua ênfase excessiva na subjetividade do intérprete. Segundo ele, a hermenêutica tradicional tende a considerar o processo interpretativo como um empreendimento solitário, no qual o intérprete busca compreender o significado do texto com base em suas próprias experiências e perspectivas individuais. Essa abordagem subjetiva limita a possibilidade de um entendimento mais abrangente e compartilhado do texto ou fenômeno em questão.

Além disso, Habermas critica a hermenêutica tradicional por não levar em consideração o contexto social e histórico em que ocorre a interpretação. Ele argumenta que a compreensão plena de um texto ou de qualquer fenômeno requer uma análise das condições sociais, políticas e culturais que moldam sua produção e recepção. A hermenêutica tradicional muitas vezes falha em abordar essas dimensões, resultando em interpretações limitadas e descontextualizadas.

Outra crítica de Habermas à hermenêutica tradicional é sua falta de atenção à dimensão comunicativa da interpretação. Ele ressalta que a interpretação não é apenas um ato individual, mas também um processo intersubjetivo que ocorre por meio da interação e da troca de perspectivas. A comunicação desempenha um papel central na construção do significado compartilhado, e a hermenêutica tradicional muitas vezes negligencia essa dimensão social da interpretação.

Diante dessas críticas, Habermas propõe uma abordagem hermenêutica mais abrangente e engajada, que ele chama de hermenêutica emancipatória. Essa abordagem busca incorporar a dimensão social da compreensão, considerar o contexto histórico e social e promover uma comunicação autêntica e participativa. A hermenêutica emancipatória de Habermas visa superar as limitações da hermenêutica tradicional, buscando uma interpretação mais inclusiva, crítica e comprometida com a transformação social.

## **5 INTERPRETAÇÃO EMANCIPATÓRIA EM HABERMAS**

A interpretação emancipatória é um conceito-chave na teoria de Jürgen Habermas. Refere-se a uma abordagem interpretativa que busca a emancipação, a transformação social e a promoção da justiça e da igualdade. Essa abordagem é uma resposta crítica à tradição hermenêutica e busca superar as limitações da interpretação conservadora, que tende a manter as estruturas de poder existentes.

Habermas argumenta que a interpretação emancipatória não pode ser uma atividade isolada e subjetiva, mas deve estar enraizada na intersubjetividade e na comunicação autêntica. Ela envolve a análise crítica das condições sociais, históricas e políticas em que ocorre a interpretação, levando em consideração as estruturas de poder e as desigualdades presentes na sociedade.

A interpretação emancipatória busca revelar as dimensões ocultas de dominação e opressão presentes nas estruturas sociais e nas práticas culturais. Ela procura desafiar e subverter essas estruturas, promovendo a participação ativa dos sujeitos e a construção de uma esfera pública inclusiva. Essa abordagem interpretativa busca criar uma sociedade mais justa e democrática, onde todos os indivíduos tenham igualdade de oportunidades e possam exercer sua autonomia e liberdade plenamente.

Uma interpretação emancipatória também enfatiza a importância da crítica e da autocrítica. Ela reconhece que a interpretação não é um processo neutro, mas está enraizada em valores, pressupostos e perspectivas específicas. Portanto, é necessário questionar constantemente a validade e as implicações das interpretações, buscando aprimorar e aprofundar a compreensão dos fenômenos sociais.

No contexto da hermenêutica emancipatória, Habermas propõe o conceito de "interesses emancipatórios" como orientações normativas para a interpretação. Esses interesses referem-se à busca de igualdade, justiça, liberdade e solidariedade na sociedade. Eles fornecem critérios para avaliar as estruturas sociais existentes e para orientar a transformação social por meio da interpretação e da ação comunicativa.

Em suma, a interpretação emancipatória em Habermas busca ir além da mera compreensão do significado dos textos ou fenômenos. Ela procura revelar as estruturas de poder e as desigualdades presentes na sociedade, desafiá-las e promover a participação ativa dos sujeitos na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A crítica ideológica é um elemento fundamental na teoria de Jürgen Habermas. Ele se baseia na tradição da Teoria Crítica e busca revelar as estruturas de dominação, as distorções comunicativas e as ideologias presentes nas sociedades contemporâneas. A crítica ideológica de Habermas envolve uma análise profunda das relações de poder, das desigualdades sociais e das formas de manipulação presentes nas esferas políticas, econômicas e culturais.

Habermas argumenta que as ideologias são mecanismos de legitimação do status quo e que elas servem para perpetuar as estruturas de dominação e opressão. Ele se concentra nas formas sutis de dominação ideológica, nas quais a comunicação é distorcida, as vozes dissidentes são silenciadas e as desigualdades são naturalizadas. Essas distorções ideológicas ocorrem principalmente nas esferas públicas e privadas, onde as instituições e os meios de comunicação têm um papel significativo na reprodução e perpetuação de ideologias.

Uma crítica ideológica em Habermas busca desmascarar essas distorções comunicativas e questionar as narrativas dominantes. Ela visa trazer à tona os interesses ocultos, as assimetrias de poder e as injustiças que são perpetuadas por meio da ideologia. Habermas enfatiza a importância de uma esfera pública crítica, na qual os cidadãos possam se envolver em discussões abertas e participativas, desafiando as narrativas ideológicas e promovendo uma deliberação pública autêntica.

A crítica ideológica de Habermas também está intimamente ligada à sua noção de racionalidade comunicativa. Ele argumenta que a dominação ideológica ocorre quando a comunicação é instrumentalizada e usada para manipular as pessoas, em vez de ser um processo de compreensão mútua e construção de entendimentos compartilhados. Através de uma crítica ideológica, Habermas busca resgatar a dimensão emancipatória da comunicação e promover uma esfera pública na qual todos os participantes possam contribuir igualmente e influenciar os processos de tomada de decisão.

Em resumo, a crítica ideológica em Habermas visa desvelar as estruturas de dominação, as distorções comunicativas e as ideologias que permeiam as sociedades contemporâneas. Ela busca desafiar as narrativas dominantes, promover a participação igualitária e construir uma esfera pública crítica e emancipatória. A crítica ideológica é uma ferramenta importante para a transformação social, ao expor as desigualdades e promover a conscientização sobre as estruturas de poder que moldam as estruturas sociais.

## REFERÊNCIAS

MÜHL, Eldon Henrique. **Habermas e a educação**: ação pedagógica como agir comunicativo. 2. ed. Curitiba: CRV, 2020.

HABERMAS, Jürgen. **A Ética da discussão e a questão da verdade**. 4 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

## A FORMAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E AS DEFORMAÇÕES A PARTIR DAS *FAKE NEWS*

**Pedro Ygor Café Paes Lira**<sup>1</sup>

Universidade Estadual de Alagoas  
pedro.lira.2022@alunos.uneal.edu.br

**Diego Henrique Barros Melo**<sup>2</sup>

Universidade Estadual de Alagoas  
diegobarrosweb@gmail.com

**Paulo Ricardo Silva Lima**<sup>3</sup>

Universidade Estadual de Alagoas  
pauloricardo.silvalimma@gmail.com

**Ana Lydia Vasco de Albuquerque Peixoto**<sup>4</sup>

Universidade Estadual de Alagoas  
analydia.peixoto@uneal.edu.br

**Antônio Tancredo P. da Silva**<sup>5</sup>

Universidade Estadual de Alagoas  
tancredo.juridico@gmail.com

**Anderson de Alencar Menezes**<sup>6</sup>

Universidade Federal de Alagoas  
anderufal@gmail.com

**Vitor Gomes da Silva**<sup>7</sup>

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

<sup>2</sup> Graduando em Direito na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); Mestrando em Ciência da Informação na Universidade Federal de Alagoas (PPGCI/UFAL); Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

<sup>3</sup> Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduado em Direito pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT). Assessor jurídico na Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPEAL). Professor temporário na UNEAL.

<sup>4</sup> Docente da disciplina de Metodologia da Pesquisa dos cursos de Física, Administração Pública e Direito da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Mestre e Doutora em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Vem realizando sucessivas formações para atuação na Gestão Acadêmica e Saúde Sistêmica através do ensino-pesquisa-extensão-administração universitária.

<sup>5</sup> Doutorando em Educação pelo PPGE/CEDU da Universidade Federal de Alagoas. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Especialista em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário pelo Centro Universitário CESMAC. Graduado em Direito pela Faculdade Raimundo Marinho/FRM. Professor Civilista do Curso de Direito no Programa Especial para Formação de Servidores Públicos - PROESP/UNEAL.

<sup>6</sup> Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco, Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto/Portugal. Pós-Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas.



---

## Resumo

A evolução dos meios de comunicação propiciou um massivo fluxo informacional, trazendo consigo alguns entraves. O fenômeno das *fake news* é produto dessa mudança na sociedade, afetando de diversas formas a vida das pessoas e inclusive a possibilidade de uma escolha plena e livre de influências, sua liberdade de expressão, pensamento e informação. Nesse contexto, este evento se torna gravoso para o nosso Estado Democrático, na medida que influencia o comportamento, as escolhas políticas, a conduta social e a solidez da própria democracia. Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho é refletir como as *fake news* interferem no Estado Democrático de Direito no Brasil e o deformam. Trata-se de uma revisão bibliográfica, documental e qualitativa. Propõe-se, por meio desse estudo, explicitar o que é esse fenômeno tão complexo das *fake news* e compreender as diversas formas de como ele pode afetar nosso sistema democrático, baseando-se nas ideias discursivas de Habermas.

**Palavras-chave:** Democracia. *Fake news*. Eleição. Habermas.

## THE FORMATION OF THE DEMOCRATIC STATE OF LAW AND THE DEFORMATIONS FROM FAKE NEWS

### Abstract

The evolution of the media has led to a massive flow of information, bringing with it some obstacles. The phenomenon of fake news is a product of this change in society, affecting people's lives in different ways and including the possibility of a full and free choice from influence, their freedom of expression, thought and information. In this context, this event becomes serious for our Democratic State, as it influences behavior, political choices, social conduct and the solidity of democracy itself. In view of the above, the objective of this work is to reflect on how fake news interferes with the Democratic Rule of Law in Brazil and deforms it. This is a bibliographic, documentary and qualitative review. Through this study, we propose to explain what this complex phenomenon of fake news is and understand the different ways in which it can affect our democratic system, based on Habermas' discursive ideas.

**Keywords:** Democracy. Fake news. Election. Habermas.

## 1 INTRODUÇÃO

O termo democracia, que provém do grego *demokratia*, tem sua formação com base em duas palavras: *Demos*, que significa “povo”, e *kratos*, que significa

---

<sup>7</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade da Cidade de Maceió, FACIMA, 2012. Professor do Curso de Direito no Programa Especial para Formação de Servidores Públicos - PROESP/UNEAL.

“poder”, constituindo então o sentido de “poder do povo”. Essa palavra que hoje constitui o estado político atual do Brasil transpassa seu sentido etimológico, caracterizando uma sociedade plural e diversificada por suas origens históricas. Nesse viés, o governo é legitimado pela atuação do povo na política, exercendo sua soberania popular de maneira plena, baseado no Princípio Republicano, no qual “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (Brasil, 1988). Entretanto, existem fenômenos sociais que podem acabar deturpando o cenário democrático de um país e o exercício dessa soberania popular, como é o caso das *fake news*.

O termo *fake news* refere-se a informações deturpadas que são propagadas principalmente nas mídias digitais e sociais de forma intencional, cujos objetivos podem ser desinformar o cidadão sobre assuntos relacionados à política, à economia, à educação, à saúde, dentre outros setores sociais (Ferreira; Lima; Souza, 2021). Nessa perspectiva, é preciso que exista uma cultura informacional de qualidade, para que a sociedade possa exercer sua liberdade de pensamento e expressão de forma legítima, com informações verídicas, visando uma cultura dialética, plural e justa acerca das diversas temáticas do cotidiano. O grande desafio é filtrar essas verdades no mundo hodierno.

O avanço tecnológico propiciou um rápido fluxo de informações, conseqüentemente o aumento da irradiação de informações fraudulentas. Uma invenção de extrema importância para a humanidade foi a prensa de Gutenberg, no século XV, pois com ela a sociedade da época conseguiu democratizar o conhecimento, pela simples automatização do processo de escrita. Da mesma forma aconteceu com a internet, que possibilitou um vasto e rápido acesso a todo e qualquer tipo de informação. Porém, ambas ocasionaram um aumento exponencial da propagação de notícias falsas. Constata-se, por meio da história, que informações falsas sempre foram utilizadas e constantemente permeiam a arte da política. Para dominar uma arte na qual o principal espectador é o povo, é preciso dominar a opinião pública, para que assim se consiga imputar o pensamento de interesse do emissor. Desse modo, nesse jogo onde “vale tudo”, torna-se algo banal a desinformação ou até mesmo a incitação de determinado pensamento coletivo para um fim individual politizado.

Nesse cenário, a evolução dos meios de comunicação foi tão rápida com a internet, e a banalização das notícias fraudulentas foi tamanha, que hoje é uma

problemática social de grande complexidade, a qual serve de objeto para diversos ramos da ciência. A luta contra a desinformação é constante, seja na saúde, na educação e principalmente no direito, que tenta acompanhar a rapidez do progresso social. Então, para o prevalecimento do nosso sistema democrático, é vital compreender esse evento de transtorno informacional e saber lidar com ele. Para isso “precisamos de algo que domestique o rebanho desorientado, e esse algo é a nova revolução na arte da democracia: a produção do consenso”(Chomsky, s.p, 2013). Esta “produção de consenso”, apontada por Chomsky, é justamente, para os brasileiros, a criação de uma cultura de educação digital e checagem informacional, visando prevenir contra esse fenômeno sem precedentes, ofertando uma “percepção razoável da realidade”.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho é refletir como as *fake news* interferem no Estado Democrático de Direito no Brasil. Trata-se de uma revisão bibliográfica, documental e qualitativa. Foram utilizadas fontes primárias e secundárias, como livros, artigos, documentos legais e jurisprudências. Propõe-se, por meio desse estudo, explicitar o que é esse fenômeno tão complexo das *fake news* e compreender as diversas formas de como ele pode afetar nosso sistema democrático, baseando-se nas ideias discursivas de Habermas.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Quando Aristóteles afirma que o homem é um ser político por natureza, ele quer dizer que o homem é um ser social e, portanto, procura exprimir suas ideias. O convívio social traz consigo o diálogo, que como efeito prevê a informação. A informação é necessária para os meios de comunicação do ser humano, para que com ela tenha-se argumentos válidos e conceitos verossímeis para um discurso. Tendo em vista que o homem é um ser dialético e é crucial a informação de qualidade, precisa-se destrinchar conceitos como o processo comunicacional, o contexto das pós-verdades e o fenômeno das *fake news*, que contemplam suas repercussões jurídicas e sociais, para assim entender as deturpações ao Estado Democrático de Direito.

## 2.1 O PROCESSO COMUNICATIVO EM HABERMAS

A modernidade foi responsável por inúmeras mudanças mundiais. No século XVIII, o movimento iluminista iniciou uma visão de mundo que perdura até os dias atuais, na qual o uso da razão é essencial para solucionar entraves e encontrar explicações. Essa ideologia, que no começo “liberta o pensamento humano das trevas”, acaba criando profundas amarras e legitimando uma espécie de dominação, pois o conceito de razão, a priori, é tratado de forma estrita, sendo legitimado somente o que estivesse pautado na racionalidade (Pinto, 1995). Assim, “já se disse que o declínio do mundo ocidental se deu no início da época moderna, quando a visão científica e matemática passou a dominar a apreciação de qualquer fenômeno, inclusive os de natureza social” (Neves, 2020, p. 286). Isto cria uma busca incessável por verdades absolutas que só podem ser comprovadas a partir de métodos científicos para determinados interesses. Entretanto, posteriormente surgem preocupações quanto a esse tipo de pensamento e reflexões sobre sua manutenção. Teóricos como Nietzsche, Freud, Foucault, Darwin, Hegel e Habermas são exemplos dessa mudança, na medida que contrariam o conceito de sujeito de conhecimento.

Na era Pós-Moderna, esse paradigma não se sustenta a partir do aparecimento de novas formas de compreensão das relações entre sujeito e objeto de conhecimento, precedendo uma época em que “a especialização fez com que o homem perdesse a visão de conjunto e, assim, a visão de si próprio” (Neves, 2020, p. 286). Nessa senda, é introduzida a ideologia de Habermas. A visão egocêntrica do conhecimento começa a ser quebrada, a ideia de um pensador solitário que precisa desbravar e entender o mundo ao seu redor, é enfraquecida e substituída por uma ideia de racionalidade comunicativa, onde, por meio de interações com outros indivíduos, se faz o entendimento, posto por reflexões intersubjetivas, com pressupostos comuns entre os sujeitos culturais, todos fazendo parte de um espaço comum, o mundo da vida. Assim, agora

[...] não é a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo que pode ser representado e manipulado, mas a relação intersubjetiva, que sujeitos que falam e atuam, assumem quando buscam o entendimento entre si, sobre algo. Ao fazer isto, os atores comunicativos movem-se por meio de uma linguagem natural, valendo-se de interpretações culturalmente transmitidas e referem-se

a algo simultaneamente em um mundo objetivo, em seu mundo social comum e em seu próprio mundo subjetivo (Habermas 1984, p. 392).

Então, o frankfurtiano Habermas introduz uma nova era de discurso crítico, baseado na diferenciação entre os modos de coordenação da ação, comunicativo e sistêmico, onde não mais se procura ter somente a razão para alcançar algum sucesso (instrumental), mas a busca pelo entendimento (comunicativo). Na perspectiva de Habermas (1984, p.386):

Eu pretendo arguir que uma mudança de paradigma para o da teoria da comunicação tornará possível um retorno à tarefa que foi interrompida com a crítica da razão instrumental; e isto nos permitirá retomar as tarefas, desde então negligenciadas, de uma teoria crítica da sociedade.

Essa ação comunicativa, que é uma teoria crítica e argumentativa visando ao entendimento, é algo essencial para a democracia, já que, de acordo com Pizzi (2005, p. 101), “a fala gera uma pluralidade de situações, a partir das quais os sujeitos procuram um consenso satisfatório para as indagações”. Assim, podemos compreender criticamente que só se pode existir um Estado Democrático numa sociedade plural, se houver diálogo entre as diversas culturas, crenças e formas de pensamento, pois de outra forma entraríamos em uma irreprimível luta por interesses e ideais. Estes assuntos sociais, como linguagem e cultura, são do mundo da vida, portanto, para Habermas, devem ser tratados através do processo comunicacional, que é o único capaz de tratar questões éticas e subjetivas.

Sendo assim, as formas de pensamento vão ficando cada vez mais abstratas e subjetivas, sempre com uma análise crítica e discursiva entre sujeitos, culminando na produção de uma sociedade plural. Todavia, há um ingente obstáculo nessa nova configuração. Por razão da relativização da verdade, uma vez que ela é subjetiva e não absoluta, e estamos em um estado democrático, onde é permitida a dinâmica de diferentes concepções, cria-se uma instabilidade no conceito de verdade em si. Principalmente, como é pautado por D’Ancona (2018), pelo fato da linguagem e cultura serem um “constructo social” e, a partir disso, ele afirma:

[...] seria ingênuo negar que os principais pensadores associados com essa escola pouco coesa, ao questionar a própria noção de realidade objetiva, desgastaram muito a noção de verdade [...] Os

filósofos pós-modernos preferiram entender a linguagem e a cultura como "constructos sociais"; ou seja, fenômenos políticos que refletiam a distribuição de poder através de classe, raça, gênero e sexualidade, em vez de ideais abstratos de filosofia clássica. E se tudo é um "constructo social", então, quem vai dizer o que é falso? (D'Ancona, 2018, p. 85).

Na evolução da sociedade e seus conceitos subjetivos, nasce a ideia de pós-verdade. Pós-verdade é definida como "relacionado ou denotando circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal" (Oxford languages, 2016). Este termo foi eleito a "palavra do ano" pelo Dicionário Oxford em 2016, ano conturbado por *fake news* no cenário político global, em virtude principalmente das eleições norte-americanas e a saída do Reino Unido da União Europeia.

De acordo com Oliveira e Gomes (2019),

A noção de pós-verdade situa bem o problema das notícias falsas: não se trata apenas de exagerar ou ocultar questões, tampouco da emissão de opiniões ou interpretações, mas do discurso que trata como verdadeiros fatos inexistentes e que ganham adesão porque as pessoas querem acreditar que ele aconteceu.

Em tempos de pós-verdade, poderíamos até dizer que a verdade, assim como o conhecimento, não passa de uma invenção do ser humano (Foucault, 2002). Sob a perspectiva do "constructo social" e pós-verdade, quando a verdade é questionada e outras "verdades" são apresentadas e consumidas, a sociedade moderna passou a conviver com o fenômeno chamado *fake news* (notícias falsas, em inglês). Nesse contexto:

As democracias mais estáveis do planeta estariam ingressando numa era em que os relatos sobre os acontecimentos perderam referência na verdade factual (ou "verdade de facto", ou, ainda, a verdade que se extrai da verificação honesta e do relato fidedigno dos fatos e dos acontecimentos) (Bucc, 2018, p. 22).

Então, assim como anteriormente na época iluminista, estamos agora numa jornada em busca da verdade. Porém, dessa vez não é uma jornada distante e percorrida apenas por pensadores e cientistas, pois, a partir de uma convivência diária com as *fake news*, temos um dever que faz nossa busca ser parte do cotidiano. Ademais, não estamos atrás de verdades absolutas, mas sim da

verificação dos fatos e informações que consumimos diariamente, o que acaba sendo dificultado pela característica de pós-verdade da informação e o fato da internet ser o meio de comunicação que a propaga.

## 2.2 COMUNICAÇÃO E DEFINIÇÃO DE *FAKE NEWS*

Grande parte da comunicação humana se dá por intermediação de aparelhos, chamados por plataformas digitais, conectados à rede mundial de computadores, a internet. Essas mídias digitais servem não só para permitir a troca de mensagens, mas também como um novo ambiente de socialização e de consumo de bens e serviços. Ocorre que, principalmente a partir de 2016, passou-se a analisar um fenômeno mundial de produção, difusão e consumo de informações falsas nessas plataformas digitais, que receberam a definição do termo em inglês *fake news*, conforme apresentado anteriormente.

Para Albuquerque (2020), o discurso das *fake news* é um discurso de reivindicação de monopólio da verdade. Por outro lado, ele é um discurso que pode ser capturado por diferentes agentes. É um discurso negativo. Já Wilke (2020) considera que as *fake news* são informações publicadas com a intenção de enganar, a fim de prejudicar indivíduos, coletivos, organizações, instituições, com o fito de auferir ganhos econômicos ou políticos.

Cabe ressaltar que, devido ao grande número de notícias circulando na internet, o leitor passa a não ter a capacidade de diferenciar se determinado conteúdo é verdadeiro ou não. Neste sentido, Sanchotene e Marques (2021, p. 3) destacam que o leitor:

Dessa forma, acaba tomando a maioria dos rumores como verídicos. O fato é que o alcance é ampliado pelo uso das mídias digitais e a velocidade de propagação dessas notícias, em muitos casos, foge do controle. Quanto mais compartilhada, mais dificilmente a história será eliminada, mesmo que essa tenha sido esclarecida por outros meios. Desta forma, questionamos: que tipos de reverberação uma notícia falsa causa nas redes sociais digitais?

Ao tentar definir o que é desinformação neste século 21, Brisola e Bezerra (2018, p. 3319) ressaltam que:



Desinformação envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde. A desinformação não é necessariamente falsa; muitas vezes, trata-se de distorções ou partes da verdade.

A disseminação dessas informações falsas foi impulsionada, principalmente, pelas chamadas plataformas digitais, as quais reduzem o efeito da comunicação de mão única e colocam o leitor como criador e propagador de conteúdos. Assim, ainda que a internet tenha facilitado, por exemplo, a mobilização de pessoas em prol de causas comuns, também deu espaço para surgirem novos formatos de notícia, e com eles uma forte onda de disseminação de notícias falsas (Reule, 2008, *apud* Sanchoatene; Marques, 2021).

Conforme Allcott e Gentzkow (2017) citados por Moroni (2018), *fake news* podem incluir: notícias que intencionalmente expressam erros; boatos; teorias da conspiração, as quais muitas são difíceis de apurar se são verdadeiras ou falsas; informações que envolvem sátiras; declarações falsas realizadas por políticos e relatórios tendenciosos, mas não completamente falsos.

Também lançam luzes sobre o assunto Sousa, Novelli e Castro (2022) ao dizerem que uma *fake news* é muito mais que uma notícia falsa, é uma notícia em que há a intenção de produzir algo fingido e que tem como objetivo enganar quem lê. A intencionalidade do ato, conforme as autoras, apesar de não ser perceptível quando utilizamos a tradução literal de “*fake*”, não pode ser esquecida e é o que torna esse fenômeno tão importante.

### 2.3 TUTELA JURÍDICA E SOCIAL DOS DANOS CAUSADOS PELAS *FAKE NEWS*

Apesar de recorrente, o fenômeno da desinformação é algo difícil de ser tratado. Como afirma Harari (2018 *apud* Toffoli, 2020), “o sistema democrático ainda está se esforçando por entender o que o atingiu”. A internet do jeito que está posta favorece tanto a disseminação de notícias fraudulentas quanto a todos os fatores que ameaçam a democracia, como o anonimato e o uso de robôs, que exime o indivíduo da responsabilidade e são extremamente prejudiciais.

Esse fenômeno de desinformação, apesar de não ser algo novo, só foi realmente notado depois dos episódios de 2016, o que levantou, aqui no Brasil, uma imensa preocupação com a eleição presidencial de 2018. A partir disso, começaram a ser criados métodos para inibir as *fake news*. Foi criado um grupo operacional da Polícia Federal, juntamente com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Procuradoria



Geral da República (PGR), para tratar das *fake news* eleitorais daquele mesmo ano. Outras ações promovidas foram a criação do Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições pela Presidência do TSE e o seminário realizado em 2019, pelo TSE, chamado “*Fake News e Eleições*”, que trouxe a temática mais uma vez à luz a fim de elucidar o tema e promover, com essa incitação, mais formas de combate às notícias falsas, já que participaram vários especialistas no tema e autoridades públicas. Outros movimentos também foram promovidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também reuniram os demais órgãos do judiciário com o intuito de lidar com esses temas e promover diversas campanhas, como a #FakeNewsNão, que divulgava material para esclarecer e educar sobre notícias fraudulentas, além do Painel Multissetorial de Checagem de Informações e Combate a Notícias Falsas, que alertam sobre a divulgação de informações duvidosas e como verificar se são verdadeiras.

Todavia, o ordenamento brasileiro não dispõe, ainda, de legislação específica para essa matéria. Portanto, valemo-nos de normas decorrentes dos Códigos Civil, Penal e Eleitoral para tratar essa lacuna. Em nossas disposições constitucionais, os Princípios Sensíveis são aquelas questões essenciais para a organização dos estados membros e, dentre eles, está o regime democrático. Este regime precisa ser preservado, por isso, é considerado essencial à lisura do processo eleitoral. Sob esse cenário, surgem muitas normas de regulamentação informacional para garantir que seja um procedimento justo para todos, e para isso, se fazem necessárias normas e algumas mudanças, como a Minirreforma Eleitoral de 2013, Lei 12.891/2013, que cria um tipo penal, quando passa a considerar crime a contratação de grupo de pessoas com a finalidade de emitir mensagens ou comentários na Internet para ofender a honra ou denegrir a imagem de candidato, partido ou coligação (§§ 1º e 2º do art. 57-H).

Além de outras minirreformas, como a de 2017 (Leis 13.487/2017 e 13488/2017), que avançou contra os perfis falsos que eram criados, não admitindo informações provenientes desses, punindo o usuário responsável pelo conteúdo. Ainda nessa seara eleitoral, temos a Resolução nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a propaganda eleitoral, as condutas ilícitas praticadas em campanha e o horário eleitoral gratuito (art. 1º).

Sob essa perspectiva de *fake news*, o Código Civil também dialoga com questões informacionais. Inspirado no Regulamento Geral sobre a Proteção de

Dados da União Europeia, o Brasil criou a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), por meio da qual são postos mecanismos para a retirada de dados pessoais, já que toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos desta Lei (art. 17, LGPD). Com isso o titular pode solicitar a correção, anonimização, bloqueio ou eliminação dos dados, podendo até, dependendo da gravidade, acarretar sanções administrativas para o controlador dos dados.

Até 2021, os indivíduos que fossem lesados por algum tipo de desinformação ou notícia fraudulenta poderiam apelar para o direito ao esquecimento. Neste sentido,

O direito ao esquecimento é consagrado como uma faculdade que o indivíduo possui de não permitir que determinados fatos e acontecimentos que tenham ocorridos na sua vida, mesmo que verdadeiros, não sejam publicizados e assim eternizados, uma vez que tal rememoração pode desenvolver sofrimentos ou transtornos de diversas ordens (Lima e Souza, 2023, p. 28).

Entretanto, após o indeferimento do Recurso Extraordinário (RE) nº 1010606, o STF decidiu pela incompatibilidade do direito ao esquecimento com a Constituição Federal, restando apenas os aparatos supracitados.

Outros mecanismos estão na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, o Marco Civil da Internet. Em seu artigo 19, ela diz que:

O provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário (Brasil, 2014).

Entretanto, apesar de vários aparatos e dispositivos para retirada da informação, a legislação ainda carece de uma certa especificidade sobre a temática. No ano de 2018, conforme relatado pela Agência de Notícias Pública, havia mais de 20 projetos de lei em andamento no Congresso Nacional brasileiro com o propósito de combater as *fake news*. Em menos de três anos, conforme observado por Sousa, Novelli e Castro (2022), existiam 50 projetos de lei em tramitação cujo objetivo principal era restringir a disseminação desse fenômeno das *fake news* e combater a

desinformação no país. No momento, a pauta mais recorrente é sobre o Projeto de Lei nº 2630/2020, de iniciativa do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que institui a “Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet”. Este PL “estabelece normas, diretrizes e mecanismos de transparência para provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada a fim de garantir segurança e ampla liberdade de expressão, comunicação e manifestação do pensamento” (Brasil, 2020).

Apesar de tudo, o PL nº 2630/2020 ainda não foi aprovado, o que prolonga uma certa insegurança jurídica, dependente de entendimentos e analogias. Então, segue-se num regime com uma lacuna legislativa e no qual, mesmo que houvesse a aprovação do PL, ainda haveria entraves para concretização da regulação proposta. Uma dificuldade seria a quantidade de demanda que surgiria, especialmente requerendo tutela de urgência, devido à massificação do fluxo informacional que pode causar danos irreparáveis para a vítima de maneira rápida, sendo o tempo para a retirada de informações crucial. Tendo uma legislação, poderia trazer uma eficácia jurídica para a matéria, já que ela produziria efeitos jurídicos, porém, deixaria a desejar na efetividade social, pensando nas sequelas causadas por informações fraudulentas no mundo social.

De maneira geral, o homem vive em uma sociedade pautada por uma cultura com valores, normas, condutas e diversas interações e vínculos sociais. O mundo virtual cria por si só um universo completamente diverso do atual, um mundo onde as coisas existem e não existem ao mesmo tempo, onde tudo é tão real, porém, intangível. Essa nova dimensão social gera também uma nova modalidade de valores e confusão de conceitos e paradigmas pré-estabelecidos na sociedade brasileira. Uma terra sem leis, marcada pela impunidade, mostra como pode ser funesta a internet para a condição de respeito a direitos fundamentais humanos. Como diz Neves (2020, p. 291)

Se a sociedade não compreender rapidamente o risco de não ter ferramentas para digerir tantas informações, seremos condenados à superficialidade, à perda dos marcos, à lassidão moral e ética. Num contexto sufocado por informações e desacompanhado de padrões valorativos, não há uma língua comum: o certo e o errado se confundem, deixam de existir o belo e o feio.

Por esta razão, faz-se necessário muito mais que leis para regular uma matéria tão complexa e intrincada em diversos fatores de sua maioria sociais. Seria inescusável uma discussão social acerca da matéria, na qual a sociedade como um todo tivesse responsabilidade e atuação árdua, visto que a postura mais adequada sobre a desinformação seria não o combate, porém a convivência e aceitação do fato em si de forma crítica.

Sob essa perspectiva, para que a sociedade acompanhe a evolução e sofra menos males a respeito das *fake news*, o senso crítico da população deveria ser estimulado como a habilidade que possibilita ultrapassar a desinformação por notícias fraudulentas, ou pelo menos torná-la menos danosa. Nessa seara, o ilustre jurista Ruy Barbosa faz sua famosa reflexão: “vulgar é ler, raro o refletir”, demonstrando a incapacidade da maioria de nem mesmo questionar o que acabara de ler (Barbosa, 1999). Sendo assim, quando Habermas busca na linguagem o seu conceito de racionalidade, ele vislumbra a capacidade de pôr a validade do discurso a uma análise crítica, assim é posta a segurança da ideia de uma ação comunicativa, que busca um entendimento condizente com a razão. Dessa forma, o jeito mais prático de lidar com esse entrave seria a criação de uma cultura digital, tanto de checagem dos dados quanto da volta à credulidade dos meios de comunicação principais, onde toda informação passa por um crivo de veracidade. Esse empobrecimento de uma cultura, principalmente da cultura crítica, favorece a dominação do indivíduo e um déficit na personalidade, levando a uma fácil manipulação. Assim, pode-se dizer que:

O esvaziamento burocrático dos processos de opinião espontâneos e de formação da vontade abrem caminho para a manipulação da lealdade das massas e torna fácil o desatrelamento entre as tomadas de decisão políticas e os contextos de vida concretos e formadores de identidade (Habermas, 1987, p. 325).

Sob esse aspecto, a manipulação atrelada à desinformação é impulsionada pela ausência da cultura digital. Sendo assim, esta educação deverá partir da sociedade como um todo. Então propõe-se, dessa maneira, não mais uma função passiva, onde as pessoas estariam alheias e constantemente crédulas, esperando serem lesadas para recorrer aos seus direitos, mas em constante vigília consciente dos riscos que emanam do mundo digital.

Esta função ativa teria um caráter preventivo aos danos causados pelas *fake news*. Saímos da esfera do “depois” que o dano foi causado e passamos a operar no “antes e durante”, onde temos mais controle e possibilidade de ação. Isto decorre da constante mudança no âmbito da responsabilidade civil, visto que, por causa do avanço tecnológico, também foram criadas novas ameaças, que geram uma vulnerabilidade por apresentarem situações propícias a lesionar direitos fundamentais, que não são amparadas pelos paradigmas do modelo tradicional (Vieira; Júnior, 2019).

Então, o direito civil que antes tutelava questões patrimoniais e direitos mais individualizados se vê à frente de uma contemporaneidade, na qual a ofensa é ao coletivo, tratando assim de direitos fundamentais transindividuais. Este fato muito se deve à constitucionalização do direito civil, no qual valores e princípios constitucionais estão muito mais presentes, apesar da primazia, nesse ramo do direito, da esfera privada. Este é outro fator que imprime a necessidade de uma tutela jurídica preventiva, pois se trata da proteção de direitos e valores constitucionais, visando à máxima eficácia deles para o indivíduo.

Entretanto, mais uma vez, é vital a intrusão de um método preventivo social, na medida que se faz ineficaz somente esse aparato jurídico. Partindo do pressuposto que o fato se refere à coletividade, os danos se reproduzem de maneira rápida, o que ocasiona uma sobrecarga do judiciário, já sobrecarregado por natureza, e atrofiamento na busca pela justiça e “tentativa” reparatória do dano, que em decorrência da gravidade e da matéria, principalmente se tratando de conceitos como personalidade, honra e dignidade da pessoa humana, torna-se frequentemente irreparável.

Sob esse viés, tudo aponta para uma maior atividade social do que jurídica para a resolução de temas complexos como a desinformação. Pelo fato de envolver muitos fatores sociais, que fazem parte do mundo da vida, juntamente com princípios e direitos fundamentais, essa discussão deve ser primeiramente da sociedade, portanto, necessita-se aplicar aqui a ação comunicativa, tornando uma pauta coletiva e tendo um engajamento de toda população para a resolução do entrave. Tendo em vista que a internet faz parte da nossas vidas, incluindo as patologias atreladas a ela, os riscos que ela propõe agora são evidentes, como explicam Vieira e Júnior (2019, p.4) ao exaltarem que:

Nesse caminhar, o cerne das transformações decorre da ideia do risco, presente na sociedade contemporânea de maneira mais intensa, pois embora a dinâmica seja característica própria a uma sociedade, após os avanços tecnológicos evidenciou-se a intensificação de ameaças antes imprevisíveis, e de relevante vulto.

Desta forma, a sociedade deve aprender a perpassar esses entraves com o mínimo de danos possível, não em um combate severo e jurídico em si, porém, passando por uma adaptação social necessária para uma vida mais crítica, na qual a desinformação seria menos eficaz. A prevenção é justamente os atos anteriores a um fato, que já é comprovado o acontecimento futuro, com o fito de impedir ou pelo menos suavizar o seu potencial lesivo. Assim, tendo o fenômeno das *fake news* como algo certo e futuro, pois faz e fará parte do cotidiano contemporâneo, poderíamos pensar nessa espécie de prevenção, para reduzir a incidência de danos causados, visto que estaríamos trabalhando no cerne da questão, antes do fato gerar seus efeitos.

Entretanto, é certo que esse ideal de criticidade precisa ser refletido também a partir das questões sociais que permeiam a realidade brasileira, uma vez que há uma série de deficiências estatais que impedem esse progresso e participação popular em um combate ao fenômeno das *Fake News* e da desinformação, como a ausência de educação de qualidade para todos, conforme depreendemos da Carta Magna vigente, problemas econômicos, políticos e culturais.

## 2.4 *FAKE NEWS* E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As notícias falsas, ou melhor dizendo, as desinformações são resultado do célere fluxo informacional do mundo hodierno, que “colocam em risco os processos e os valores democráticos e podem visar uma grande variedade de setores além da política, tais como saúde, ciência, educação e finanças” (Toffoli, 2019, p.11). Quando falamos de democracia, é primordial o acesso a informações e tê-las de forma rápida e fácil, principalmente prezando a veracidade delas, para que o pilar democrático do debate público seja algo justo e produtivo, que leve a um consenso benéfico para uma melhora da sociedade como um todo, especialmente se esse debate suceder no âmbito político, assim propõe a ação comunicativa de Habermas. Para esse diálogo ser proveitoso, são necessário alguns requisitos, como a capacidade de pensar e falar o que lhe é preciso. Uma democracia é comumente

classificada pelo grau de liberdade de se expressar do cidadão e pela transparência nas informações, principalmente estatais. Essa liberdade de pensamento e de expressão é assegurada pelo nosso ordenamento. No âmbito internacional, visto que o Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, que em seu artigo 19 alude que todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão (DUDH, 1948), como também é da Convenção Americana de Direitos Humanos, ou Pacto San José da Costa Rica, que traz em seu artigo 13 a liberdade de pensamento e expressão. Já no cenário nacional, a Constituição Federal de 1988, no art. 5º, deixa explícita sua preocupação com a liberdade de pensamento, informação e expressão com os incisos: IV, V, IX, X e XIV, e art. 220, além de vários marcos jurisprudenciais.

Esses direitos são garantidos, porém, existem ressalvas. Sempre que a pauta é informação e controle desta, o cuidado é redobrado para não incorrer no vício da censura e cercear a liberdade de expressão prevista constitucionalmente. Por serem normas constitucionais, são solenes, mas não absolutas, tendo que seguir alguns outros princípios para sua interpretação. Um dos princípios que fazem parte da hermenêutica constitucional é o da harmonização das normas ou concordância prática, isto é, as normas constitucionais precisam estar em harmonia. Sendo assim, esse direito da liberdade de expressão não pode sobrepujar outros, sendo necessário muitas vezes ponderar este princípio com os demais para uma concretização constitucional. Então, essa liberdade não pode fomentar o ódio e a intolerância, ferir a dignidade humana ou muito menos gerar desinformação.

Nessa perspectiva, nasce a complexidade da regulação da matéria, que é alvo de discussões de juristas e parlamentares. O ponto chave do problema está no tênue liame que existe entre resguardar o direito à informação e à liberdade de expressão. O fato que deve ser discutido é a forma certa de tratar dessas informações. Se criarmos uma responsabilização exacerbada, enfrentaremos problemas como demandas excessivas ao judiciário e retirada em massa de conteúdos considerados lesivos, pelo simples fato de ameaçarem os provedores a dispêndios com processos. “Portanto, dar mais responsabilidade para estas empresas mediarem o debate público seria altamente perigoso para a democracia e a liberdade de expressão” (Rodrigues; Bonone; Mielli, 2020, p. 41). Outro fator crucial ao tratamento desses dados é a quem caberia decidir o que é considerado desinformação ou não. Se formos pelo viés conteudista, ou seja, tratando dos



conteúdos da matéria, abririam-se precedentes para uma retirada arbitrária de informações, visto que nunca haveria consenso em tal definição subjetiva. A proposta então é “que a discussão não pode estar focada na análise de conteúdos, mas nos comportamentos coordenados nas redes” (Rodrigues; Bonone; Mielli, 2020, p.42), pois é possível identificar a disseminação de informações pela análise dos padrões de disparos de mensagens de mesmo conteúdo nas mídias sociais e aplicativos de mensagens privada, sejam feitas por robôs ou pessoas físicas, para um nicho específico, e sendo assim, constatar o fito maléfico ao qual se estava propondo esse comportamento.

Então, para atender a menor ingerência no ordenamento jurídico e evitar ao máximo a colisão entre os direitos fundamentais, deve-se atentar para essas proposituras de um dispositivo legal que imprima uma moderação não demasiada aos veículos informacionais, pautado na análise de comportamento da informação, tendo assim um regulamento que preza pelo princípio da harmonia entre as normas. Porém, a colisão entre princípios sempre irá ocorrer, e nesse caso, devem ser ponderados conforme a constituição.

Por isso temos casos no histórico jurídico brasileiro, em que o direito à liberdade de expressão é relativizado em detrimento de outro. Isto é retratado no caso do cineasta Reynaldo Paes de Barros, que foi condenado a uma prestação indenizatória de R\$ 100 mil por apresentar um discurso de ódio contra indígenas em sua obra “Matem... os Outros!”. Neste caso, a liberdade de expressão foi acionada como argumento, no entanto, foi suprimida pelo princípio da dignidade da pessoa humana. Ou seja, o choque entre as liberdades de expressão, pensamento e informação com a dignidade da pessoa humana seria apenas uma “aparente” antinomia, visto que a Constituição possui uma hermenêutica que torna possível a resolução dos casos concretos. Feitas as devidas alterações, deve-se aplicar para informações falsas também, visto que algumas são tão nocivas quanto, como é “o caso de determinadas notícias fraudulentas, tendo em vista os sérios danos à democracia que o compartilhamento massivo desses conteúdos pode causar” (Toffoli, 2019, p. 13). Este “transtorno informacional” só é possível, segundo Oliveira e Gomes (2019, p. 103), porque

Hoje, existe uma mudança no perfil do exercício da comunicação e tão logo da liberdade de expressão por meio da rede mundial de



computadores, que é vista como uma terra sem lei, propícia tanto para a disseminação de informações que fazem germinar o debate quanto de informações que, ao contrário, envenenam o debate com notícias falsas e disseminam a desinformação.

A internet proporciona um meio extremamente fértil para esse tipo de ardil, pois conta com fatores como anonimato e massividade do fluxo informacional, sendo quase impossível identificar o autor, que normalmente sai impune e ocasiona muitos danos à vítima. Foi assim no caso de *fake news* contra a candidata Marina Silva, que foi acusada de receber propina da Odebrecht, quando não era nem alvo da investigação da Operação Lava Jato. Foi ordenada a retirada das informações inverídicas da página do veículo midiático, tendo em vista os danos políticos causados, porém, eram desprovidas de autoria. Aqui como foi constatada inautenticidade das informações, não houve uma discussão sobre a liberdade de expressão.

Nesse quadro, é imprescindível que a liberdade de expressão seja prezada em nossa sociedade, para que permita também a liberdade de informação e conceba o estado democrático. Entretanto, quando empregada para transtornos informacionais, causam intolerância, medo, insegurança, incerteza e descrédito ao sistema democrático.

## 2.5 DESCRÉDITO NO ESTADO DEMOCRÁTICO

Numa sociedade pluralizada onde é vigente a democracia, a informação e o debate são pilares para que ela se concretize da melhor forma, uma vez que uma causa de incongruência desse modelo de constituição societária seria a legitimação de uma decisão baseada na vontade geral para um bem comum, num espaço social em que não é possível a unanimidade. Entretanto, no império romano, em seu ilustre exemplo de república deixado para nós, mesmo devido a sua extensão e população cidadã continental, viu-se cumprir o ideal democrático do debate por meio da votação em assembleias, meio que era visto como o alicerce da república, em virtude de evitar abusos, onde “não apenas exercia os direitos da soberania, mas uma parte dos direitos do governo” (Rousseau, 2013, p. 92). Nesse contexto, Habermas aponta um sistema democrático baseado na deliberação da sociedade por meio de uma racionalidade discursiva para chegar a um entendimento (ação

comunicativa). O sistema democrático teria de ser reconfigurado de modo a se adequar à complexidade atual para viabilizar esse discurso e torná-lo eficaz do ponto de vista político, por isso,

A operacionalização desse procedimento ideal de deliberação e tomada de decisão, ou seja, das políticas deliberativas, depende, segundo a teoria do discurso, da institucionalização dos procedimentos e das condições de comunicação, bem como da inter-relação de processos deliberativos institucionalizados com as opiniões públicas informalmente constituídas (Habermas, 1997, p. 21).

Assim, “Habermas expande a discussão dos processos de democratização para além dos limites do Estado e das instituições estritamente políticas, além de revigorar, criticamente, a noção de influência” (Goulart, 2009, p. 255). Dessa forma, cria-se a discussão na esfera pública em duas etapas, a saber: a administrativa (estatal) e institutos políticos não estatais. Ambos são importantes para a democratização da vontade e exercício da soberania popular, entretanto, essa primazia pela sociedade civil destaca a autodeterminação do indivíduo e sua interferência direta na opinião pública por meio do ato discursivo. Esta autodeterminação é claramente um artifício da esfera privada (autorregramento da vontade), que nesta concepção de democracia acaba se fundindo com a esfera pública, na medida que a sociedade pautará seus valores nela e terá voz para uma autolegislação, em determinadas matérias que convir, por meios de associações, conselhos, sindicatos, entre outros entes que tratem de defender uma vontade particular e expor problemas privados no âmbito político público (Goulart, 2009). Dessa maneira, há uma dupla legitimação da soberania, dado a atuação popular ativa no processo de deliberação, além da forma adequada de debate, por meio da ação comunicativa, para chegar a uma aproximação de justiça e interesse social (Faria, 2000).

Portanto, “em princípio, somente procedimentos democráticos de formação de vontade podem gerar legitimação num mundo da vida racionalizado e com alto nível de individuação da personalidade” (Pinto, 1995). Entretanto, “a opinião pública transformada em poder comunicativo, segundo procedimentos democráticos, não pode reger o sistema administrativo, mas pode direcioná-lo” (Habermas, 1997, p. 23).

Dessa forma, as notícias fraudulentas conseguem deturpar todo esse debate transparente, afetando prejudicialmente a seara “privada” do discurso, que é parte da opinião pública, pois, além de implantar falsas informações, faz com que crie uma cultura de desinformação e desconfiança na democracia e no processo deliberativo como um todo. Ademais,

A democracia exige, segundo a lição de filósofos e cientistas políticos de todas as épocas, a publicidade do exercício do poder. Que o povo possa conhecer e discutir os atos praticados em seu nome é requisito indispensável para que se reconheça, em uma comunidade política, um governo verdadeiramente democrático (Brasil, 2023, p. 9).

Sendo assim, o povo tem o direito à informação, e ligado a ele o de transparência e veracidade sobre estas, que deve ser prezado a todo instante, na medida que pressupõe a melhora na deliberação da opinião pública. Além disso, este direito ajuda a estimular o controle da ação estatal e o senso crítico e participativo da sociedade mediante as injustiças, afinal de contas, só a qualidade informacional será capaz de tirar o cabresto da ignorância, fanatismo e polarização da população. Esse feito somente será alcançado com a primazia de uma imprensa de qualidade e a volta da credibilidade desta perante a sociedade.

A constante onda de pós-verdades cria um argumento opositivo quase irrefutável, onde qualquer coisa que não agrade em um discurso pode levar a alcunha de *fake news*. Essa questão foi bem retratada no caso em que a Folha de S. Paulo denuncia empresários como Luciano Hang por propagar informações falsas contra o candidato petista Fernando Haddad, nas eleições de 2018. A resposta de Jair Messias Bolsonaro, então candidato do Partido Liberal, foi acusar a Folha de S. Paulo de que a matéria publicada se tratava de *fake news*.

Porém, o fato de acusar a imprensa como ludibriadora não é uma estratégia nova no ramo da política. No livro 1984, de George Orwell, o jeito que a imprensa molda a opinião pública é admirável, pois assim o estado total detém em suas mãos um mecanismo poderoso e sutil de dominação. Entretanto, em democracias, a liberdade de imprensa é imprescindível, logo, acarreta o fato de os principais veículos de comunicação, como grandes jornais e programas televisivos jornalísticos, não poderem ser “controlados”, e por isso, acabam sendo alvo de tentativas de retirada de credibilidade, para que assim caia a influência deles exercida na população.

Os ataques contra as grandes mídias resultam em um problema mais profundo, visto que, ao tentar tirar sua influência, acabam causando o descrédito também no método jornalístico de apuração de informação, em que ocorre a seleção e verificação de dados, para que eles possam assim ser repassados para a sociedade. Esta situação corrobora para que a busca dessa lacuna informacional seja preenchida em meios subsidiários, como as mídias sociais e aplicativos de mensagens privadas, nos quais raramente ocorre algum tipo de checagem e a velocidade de transmissão é maior do que em comparação a um jornal televisivo, por exemplo. Isto se dá pelo ato de estarmos sempre com nossos celulares em mãos, e frequentemente em redes sociais, tornando a propagação de qualquer tipo de informação nesse veículo muito maior do que outros com maior fiabilidade, pois, além do aplicativo ser planejado para ter um fluxo informacional gigantesco com um esforço mínimo, como aqueles que trabalham com a ideia de “rolagem”, existem aparatos de “impulsionamento” de informações, fazendo com que o alcance daquela mensagem aumente exponencialmente, como é o caso de disparos em massa de mensagens no Whatsapp. Assim, os meios jornalísticos sofrem ao quadrado com a situação na medida que, ao mesmo tempo que estão sendo descredibilizados, não podem competir com seus concorrentes em alcance e velocidade.

Outro problema que conduz ao descrédito democrático é a falta da necessidade de lidar com o “diferente”. Numa sociedade democrática, diversificada e plural como a nossa, muitos ideais divergem. Sendo assim, a única forma de manter a democracia e o respeito à diversidade seria o diálogo entre toda forma de pensamento, desde que não ofenda outros princípios legais e morais, como faz o discurso de ódio ou a cultura do cancelamento.

A questão é que o cenário digital muitas vezes favorece a intolerância e a polarização, por meio da possibilidade da ausência de debate. Nessa senda, além do fato de estar atrás de uma tela e não precisar realmente encarar a questão, fazendo o uso de perfis falsos, identidades anônimas ou robôs para a propagação de notícias fraudulentas, a comunidade da internet também sofre uma espécie de “nichamento”, pois o algoritmo das mídias sociais, visando à maior permanência do indivíduo naquele veículo, entende qual o tipo de pensamento e gosto daquele cliente e acaba por enviar somente aquilo que seja compatível com aquela ideologia. Isso cria um mundo cercado de “informações atraentes” para o consumidor,

confirmando que sua forma de pensar está correta, já que ele somente consome um certo tipo de conteúdo ideológico e vê que diversas comunidades pensam de forma semelhante, o que gera uma validação do seu ponto de vista por reconhecimento.

Essa situação somente é possível porque o algoritmo consegue conhecer sua personalidade. A partir da coleta de dados de serviços utilizados pelo titular, postagens em redes sociais, histórico de pesquisa, entre outras formas, ele consegue desenvolver um perfil específico e enquadrar aquele indivíduo em uma categoria suscetível a determinada informação. Utilizando-se de sistemas avançados de computação e compilação, os controladores e operadores de dados originam a existência de um grande banco de dados, pelo qual se faz o uso escamoteado das informações do indivíduo, uma vez que este, mesmo que consentido o ato, não faz ideia da real proporção e utilização dos seus dados. Dessa forma,

O ambiente digital, apesar de promover todas as suas facilidades nos processos de comunicação e identificação de informações, e de ser utilizado também como ferramenta de lazer, tem tornado a vida privada das pessoas cada vez mais translúcida e vulnerável ao acesso de todos, rompendo, assim, o princípio de autodeterminação de informação do sujeito, uma vez que, em razão da atual infraestrutura tecnológica, a cultura do compartilhamento, da visualização e da produção da informação e da memória tem se tornado a regra (Lima; Souza, 2023, p. 79).

Esse fenômeno conhecido como *big data* caracteriza-se pelo armazenamento em massa de informações, pessoais ou não, e a criação de um banco de dados constantemente alimentado e atualizado. Assim, este banco pode ser utilizado para diversas finalidades, além de nichar como já citado. Ao poderem fazer uma análise desse *big data*, as instituições adquirem vantagens, seja para fins políticos ou comerciais, pela capacidade de personalização da mensagem para um indivíduo ou grupo específico (Caldas; Caldas, 2019). Dessa maneira, os gestores de dados conseguem comercializar influência e manipulação para fins de controle social no geral, onde se torna mais gravoso ainda para nossa democracia quando ocorre no âmbito político.

Quando estes sistemas vazam essas informações compiladas, ocorrem fatos como o escândalo *Cambridge Analytica*, que envolveu a rede social Facebook e por meio do qual houve o vazamento de mais de 50 milhões de usuários para fins eleitorais (BBC, 2018). Estes dados foram utilizados para difamar a imagem da

candidata Hillary Clinton, opositora a Donald Trump nas eleições de 2016, por meio da criação de conteúdos individualizados para cada tipo de personalidade dos usuários da rede. Após a coleta e análise dos dados por meio de enquetes em anúncios de um aplicativo vinculado ao Facebook, a empresa tinha acesso não só aos dados do titular, como também aos amigos dele, permitindo assim traçar um perfil específico e proporcionar a apresentação de conteúdos, de grande maioria falsa, que causassem algum estímulo a estes indivíduos, influenciando e alterando seus votos. Ambas as empresas responderam à justiça norte-americana pelo envolvimento direto na eleição para presidente de 2016 nos Estados Unidos. Esse evento exemplifica cirurgicamente o uso de dados para a criação de notícias falsas e manipulação da opinião pública, sendo capaz de alterar o pensamento das pessoas e, conseqüentemente, polarizar a política de um país desenvolvido.

Assim começa a alienação e o fanatismo, criando indivíduos intolerantes a outro tipo de pensamento e um mundo completamente polarizado. Um exemplo forte da democracia brasileira são justamente as eleições, que são fruto de lutas históricas para adquirir o direito do voto direto, universal, periódico e secreto, que é de tamanha importância e está petrificado em nossa Constituição Federal de 1988, como dispõe o art. 60, § 4º. Um caso de como as notícias fraudulentas podem atrapalhar o cenário político e esse processo solene foi a eleição presidencial brasileira de 2022, marcada por um contexto político fanático e polarizado, que resultou em diversas *fake news* e desinformação, propiciando insegurança informacional, visto que o eleitor bombardeado por pós-verdades atraentes, das quais era crédulo, agia como divulgador ferrenho.

Essas informações falsas, por sua vez, contribuem para a deformação do Estado Democrático de Direito, na medida em que influenciam o comportamento, as escolhas políticas, a conduta social, a saúde das pessoas e a solidez da própria democracia. “A interferência, portanto, não se dá apenas no processo eleitoral, mas na própria conformação discursiva da esfera pública, dimensão fundamental da vida democrática” (Habermas, 1997 *apud* Rodrigues; Bonone; Mielli, 2020, p. 39). Sendo assim, o cenário hodierno pressupõe a lesão e os riscos à democracia pelas *fake news*, onde se tornam necessários artifícios eficazes, sejam eles sociais ou jurídicos, para mitigar tais efeitos e promover uma cultura informacional de qualidade.

### 3 CONCLUSÃO

Ao propor uma democracia, pretende-se um diálogo direto com o povo, pois somente assim este pode exercer sua soberania de forma plena. Assim propõe Habermas com sua democracia deliberativa, que por meio da ação comunicativa seria produzido um discurso em prol do coletivo e do bem comum, que fosse capaz de agregar as opiniões e pluralidades de uma sociedade complexa. Entretanto, na realidade brasileira, os fatores de intervenção pública são limitados à sociedade, que tem como sua principal manifestação de vontade o voto.

Portanto, são notórios os estragos causados na democracia pelas *fake news*. Por meio destas, terceiros podem manipular e influenciar pensamentos da população de forma sutil e individualizada, interferindo no direito à informação de uma maneira nunca vista antes. Este fato, que se deve à celeridade do fluxo informacional da internet, capacidade de anonimização do infrator e a grande quantidade de dados armazenados, torna um terreno fértil para a criação de notícias fraudulentas tão precisas, que são capazes de influenciar a ponto de alterar os resultados de eleições, um objeto solene do processo democrático.

Dessa forma, a questão que tenta ser resolvida por pesquisadores e juristas é de tamanha complexidade que torna um empecilho ao direito criar legislações acerca do tema, sem esbarrar em direitos fundamentais como o da liberdade de expressão, embora a legislação seja necessária e sua carência ocasione ainda mais danos. Sendo assim, temos escassos aparatos em nosso ordenamento para tratar, especificamente, dessa matéria. Sob essa perspectiva, devido ao intrincamento do entrave, mostram-se insuficientes apenas os meios jurídicos para tratar de maneira efetiva a temática, sendo necessário também um apoio social. Por isso, uma cultura digital de checagem e uma população mais crítica, juntamente com um aperfeiçoamento na cultura jornalística, visando sua maior credibilidade, seriam fatores cruciais para lidar com esse fenômeno constante em nossas vidas.

### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. O discurso das fake news e sua implicação comunicacional na política e na ciência. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 14, n. 1, 2020. DOI: 10.29397/reciis.v14i1.2016. Disponível em:



<https://www.reciis.iciict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2016>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BARBOSA, R. **Oração dos moços**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1999.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Manual de tratamento da informação com restrição de acesso**. 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2630, de 3 de julho de 2020. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1909983](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1909983) Acesso: 18 ago. 2023.

BRISOLA, A.; BEZERRA, A. C. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, n. 19, 2018, Londrina. **Anais [...]** Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102819>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BUCCI, E. Pós-política e corrosão da verdade. **Revista USP**, São Paulo, n. 116, p. 19-30, janeiro/fevereiro/março 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146574/140220>. Acesso em: 14 ago. 2023.

CALDAS, C. O. L; CALDAS, P. N. L. Estado, democracia e tecnologia: conflitos políticos e vulnerabilidade no contexto do big-data, das fake news e das shitstorms. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.24, n.2, p.196-220, 2019.

CHOMSKY, A. N. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake News**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

ENTENDA o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades. **BBC News Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43461751> Acesso em: 5 ago. 2023.

FARIA, C. F. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen, Bohman. **Lua Nova**, n. 50, p. 47-68, 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/VH5sdwRWmTZFXm9dFYCzKDM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 ago. 2023.

FERREIRA, J. R. S.; LIMA, P. R. S.; SOUZA, E. D. Desinformação, infodemia e caos social: impactos negativos das fake news no cenário da covid-19. **Em Questão**, v. 27, n. online, n. 1, p. 30-53, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150150>. Acesso em: 02 out. 2023.

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

GOULART, M. S. B. Teoria Crítica em Habermas: diálogos com Psicologia Social. **Temas em Psicologia**, v. 17, n. 1, 247 – 259, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v17n1/v17n1a19.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2023.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. v. 1. Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1984.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. v. 2. Lifeworld and system: A critique of functionalist reason. Boston: Beacon Press, 1987.

LEITE, A. C. Fake news em tempos de pós-verdade. uma introdução. **Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança**. Curitiba, vol. 3, n. 1, p.70-91, 2020.

LIMA, P. R. S.; SOUZA E. D. **Dilemas entre esquecer e lembrar**: a incompatibilidade do direito ao esquecimento com a Constituição Federal Brasileira. Maceió: Edufal, 2023.

MORONI, J. Possíveis impactos de Fake News na percepção-ação coletiva. **Complexitas – revista de Filosofia temática**, Belém, v. 3, n. 1, p. 130-160, jan./jun. 2018. Disponível em: [file:///D:/Users/CCe/Downloads/POSSIVEIS\\_IMPACTOS\\_DE\\_FAKE\\_NEWS\\_NA\\_PERCEPCAO-ACAO\\_.pdf](file:///D:/Users/CCe/Downloads/POSSIVEIS_IMPACTOS_DE_FAKE_NEWS_NA_PERCEPCAO-ACAO_.pdf). Acesso em: 12 ago. 2023.

NEVES, J. R. C. **Como os advogados salvaram o mundo**: a história da advocacia e sua contribuição para a humanidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

OLIVEIRA, A. S.; GOMES, P. O. Os limites da liberdade de expressão: fake news como ameaça a democracia. **Revista De Direitos E Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 20, n. 2, p. 93-118, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 8 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Americana de Direitos Humanos (“Pacto de San José de Costa Rica”), 1969. Disponível em:

[https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm). Acesso em: 8 ago. 2023.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OXFORD LANGUAGES. Word of the Year 2016. 2020. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/> . Acesso em: 15 ago. 2023.

PINTO, J. M. R. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. **Paidéia**, n. 8-9, p. 77-96, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/xJGQv8nhmfczWSDkPvPxkxq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 6 ago. 2023.

PIZZI, J. **O conteúdo moral do agir comunicativo**: Uma análise sobre os limites do procedimentalismo. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2005.

RODRIGUES, T. C. M.; BONONE, L. M.; MIELLI, R. Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular fake news? **Confluências**, Niterói/RJ, v. 22, n.3, p. 30-52, 2021.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

SANCHOTENE, C.; MARQUES, D. N. Quando a arma é a notícia: um estudo sobre a circulação de fake news. **Comunicação & Informação**, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/ci.v24.56755. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/56755>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SOUSA, J.; NOVELLI, A.; CASTRO, G. Quadro regulatório de enfrentamento às fake news no Brasil: uma análise das propostas legislativas. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 842–856, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/212555>. Acesso em: 12 ago. 2023.

TOFFOLI, J. A. D. Fake News, desinformação e liberdade de expressão. *In*: ABBOUD G.; NERY JUNIOR, N.; CAMPOS, R.. (org.). **Fake News e Regulação**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais/Thomson Reuters, v. 1, p. 17-28. 2020.

VIEIRA, A. B. C.; JÚNIOR, M. E. O direito de danos e a função preventiva: desafios de sua efetivação a partir da tutela inibitória em casos de colisão de direitos fundamentais. **Revista IBERC**, Minas Gerais, v. 2, n. 2, p. 01-30, 2019.

WILKE, V. C. L. Pós-verdade, fake news e outras drogas: vivendo em tempos de informação tóxica. **Logeion: filosofia da informação**, v. 7, p. 8-27, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/344710958\\_Pos-verdade\\_fake\\_news\\_e\\_outras\\_drogas\\_vivendo\\_em\\_tempos\\_de\\_informacao\\_toxica](https://www.researchgate.net/publication/344710958_Pos-verdade_fake_news_e_outras_drogas_vivendo_em_tempos_de_informacao_toxica). Acesso em: 12 ago. 2023.

# A ORIGEM DOS CONFLITOS SOCIAIS A PARTIR DA TEORIA DO RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIOEDUCAÇÃO

**Martha Vanessa Lima do Nascimento Cardoso<sup>1</sup>**

PPGE-Ufal

martha.nascimento@cedu.ufal.br

**Anderson de Alencar Menezes<sup>2</sup>**

PPGE-Ufal

anderufal@gmail.com

---

## Resumo

O presente artigo tem por objetivo compreender a Origem dos Conflitos Sociais a partir da Teoria do Reconhecimento, do sociólogo e filósofo alemão Axel Honneth (2009), e as suas importantes contribuições para os estudos sobre o Sistema Socioeducativo/Socioeducação, partindo do primado que, o desreconhecimento dos direitos dos adolescentes e jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade e marginalização, muitas vezes, desde a mais tenra idade, é um fator importante e que dá origem aos conflitos sociais. Para tanto, fundamentamos a falta de reconhecimento dos direitos dos jovens a partir das três dimensões do Reconhecimento desenvolvidas pelo referido autor, a saber: o amor, o direito e a estima social. O nosso estudo busca trabalhar o conceito de Socioeducação partindo da concepção de educação social analisando as possíveis raízes da violência que levam os jovens a delinquir sob um paradigma neoliberal que visa à manutenção das desigualdades sociais e valoriza a estima meritocrática. Diante disso, o autor apresenta a Redistribuição como alternativa capaz de romper com tal exclusão.

**Palavras-chave:** Conflitos. Socioeducação. Reconhecimento.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, observa-se uma ampliação dos debates sobre o reconhecimento e a expansão desses estudos demonstra de certa forma, uma preocupação por parte dos especialistas em analisá-lo sob uma ótica mais complexa, e, portanto, mais desafiadora. Nesse sentido, dentre as teorias que fundamentam e engajam as investigações na contemporaneidade, podemos destacar, a compreensão do Reconhecimento como uma condição essencial para a formação da consciência de si mesmo, concepção que remete a Fichtte, a

---

<sup>1</sup> Mestra e doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE/UFAL.

<sup>2</sup> Professor Doutor da graduação e do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE/UFAL.

compreensão de Honneth e Taylor sobre o Reconhecimento, que ultrapassa a condição anterior, e, analisa o Reconhecimento enquanto uma possibilidade para que os sujeitos tenham consciência de sua liberdade, de sua autonomia e de sua racionalidade, ou mesmo, o conceito de Reconhecimento a partir de Habermas enquanto ação comunicativa como um modelo racional de interação.

Diante do exposto, cabe salientar que, todas as concepções destacadas e descritas anteriormente devem ser devidamente analisadas tendo como premissa, o modelo de sociedade capitalista, e, portanto excludente, no qual estamos inseridos socialmente, para que desse modo, tenhamos a compreensão da forte interferência que o capitalismo e o neoliberalismo, enquanto sua variante promove nas relações humanas, dando-se assim, origem a Conflitos Sociais importantes e que são alvo de nossa preocupação.

Nesse sentido, destacamos que o nosso interesse em pesquisar a Origem dos Conflitos Sociais a partir do Reconhecimento, surge durante as aulas de Filosofia da Educação e de Epistemologia e Educação, disciplinas ministrada presencialmente pelo professor Dr. Anderson de Alencar Menezes no curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas – PPGE/UFAL, como também, a motivação nasce a partir da nossa vivência profissional e acadêmica no âmbito das prisões e no contexto da Socioeducação.

O nosso estudo: A Origem dos Conflitos Sociais a partir da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth e as suas Contribuições para a Socioeducação, se valerá da teoria do Reconhecimento do referido autor<sup>3</sup>, na qual, se dedica a compreender as relações entre o amor, o respeito e a estima social nos proporcionando uma reflexão de forma sensível acerca das peculiaridades que permeiam a Socioeducação. A nossa escrita penetra sobremaneira as juventudes que se encontram na condição de privação de direitos, situação que confere a esses sujeitos um estigma por conta das condutas praticadas e que são socialmente reprovadas. Cabe ressaltar que este tema sensível é tratado em nosso estudo sob o contexto de sofrimento, de solidão, de rejeição e de sobrevivência vivenciado por esses adolescentes e jovens que almejam dignidade/reconhecimento mesmo que subjetivamente. Para isso, buscamos alicerce em Freire (2000, 2006 e 2007),

---

<sup>3</sup> Axel Honneth (2009).

Honneth (2009) entre outros estudiosos que versam sobre os Conflitos Sociais, a Socioeducação e o Reconhecimento.

Em um primeiro momento, compreenderemos em nosso estudo, o conceito de Socioeducação a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como também, buscaremos entendimento acerca da concepção de Educação Social e conseqüentemente da importância do seu papel em poder conduzir e transformar as relações sociais em um mundo moderno cada vez mais complexificado. Os dados referentes ao perfil do sujeito que vive no contexto da Socioeducação, também são apontados em nosso artigo a partir de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Mapa Nacional da Violência<sup>4</sup>.

Em seguida, abordaremos sobre a origem dos conflitos sociais refletindo sobre as realidades vivenciadas pelas camadas sociais mais pobres envolvidas pelas amarras neoliberais, nos valendo, para isso, das concepções de Axel Honneth (2009) sobre o Reconhecimento e sua crítica acerca da estima em tempos de valorização da meritocracia. Já nas conclusões, traremos as nossas impressões sobre as abordagens apresentadas no que se refere aos Conflitos Sociais, ao Reconhecimento e a Socioeducação.

## **2 SOCIOEDUCAÇÃO: PARTINDO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO SOCIAL**

O entendimento acerca da Socioeducação é tratado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enquanto Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal e define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, da sociedade e do Estado. Nesse sentido, o referido Estatuto, quando da implementação das medidas socioeducativas é considerada uma grande conquista jurídica e social principalmente no que se refere à atenção e a intervenção com adolescentes infratores. Trata-se de uma lei extremamente abrangente, de cunho mais garantista do que punitivista, sendo aplicável para jovens de até 18 anos.

De acordo com o seu artigo 27, os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação

---

<sup>4</sup> Mapa Nacional de Violência 2022.

especial. Porém, observa-se que, apesar da abrangência do ECA, constata-se uma lacuna em relação ao esclarecimento do conceito de Socioeducação de modo que esse entendimento possa subsidiar intervenções efetivas capazes de promover medidas socioeducativas que apoiem de forma eficaz o desenvolvimento integral desses sujeitos. Sob a luz de Honneth (2003), um sujeito é respeitado se encontra reconhecimento jurídico não só na capacidade abstrata de poder orientar-se por normas morais, mas também na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso.

Diante do exposto e partindo da concepção de educação social, compreende-se que a Socioeducação é um conjunto de ações que envolvem programas e serviços que são desenvolvidos a partir da articulação entre práticas educativas que envolvem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), as demandas sociais e os direitos humanos e que tem como objetivo, mobilizar nos jovens novos posicionamentos sem, contudo, romper com as regras éticas e sociais vigentes, sobretudo, contribuindo para a desconstrução da invisibilidade desses sujeitos, garantido o direito à educação.

Diante do contexto apresentado cabe destacar que para Freire (2007), educar é proporcionar a capacidade de ler a realidade e de agir sobre ela promovendo a transformação social e para isso, a educação na perspectiva emancipadora e libertadora não pode se dar sem considerar o contexto em que o sujeito está inserido, e, portanto o conhecimento também não pode ser construído ignorando os saberes e as experiências desses indivíduos.

Ou seja, a educação enfatizada por Freire é um processo que segundo Honneth (2009) se dará penas por meio da consciência do sujeito sobre a exclusão social, sobre a negação e/ou sobre o desreconhecimento e que é por meio dessa conscientização que a luta por Reconhecimento se torna possível e capaz de romper com a cultura que rotula negativamente a adolescência e a juventude vulneráveis, bem como, se tornando capaz de rompendo com as práticas que as invisibiliza.

### **3 A ORIGEM DOS CONFLITOS SOCIAIS A PARTIR DA TEORIA DO RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH**

Sabendo-se que a violência urbana é um fenômeno social que nos últimos anos vem apresentando um crescimento considerável, sendo os jovens as principais



vítimas e os principais infratores. Faz-se necessário compreender que a criminalidade urbana entre adolescentes e jovens é constituída de diferentes fatores, sendo necessária, portanto, uma análise aprofundada sobre os processos de formação desses sujeitos, incluindo-se a compreensão das condições que estes sujeitos vivem, seja em relação ao local em que residem, a sua estrutura familiar, a renda familiar responsável pela sua sobrevivência e pela sobrevivência de sua família, a escolaridade dos adolescentes e jovens e de todos os indivíduos envolvidos na formação destes que vivem no contexto da Socioeducação, e entre outros fatores que merecem igual consideração para a compreensão a qual o nosso estudo se propõe a desenvolver.

### 3.1 SOCIEDUCAÇÃO: PERFIL DO ADOLESCENTE E DO JOVEM INFRATOR

Em relação ao perfil dos sujeitos que vivem no contexto da Socieducação, estudos recentes revelam que os jovens infratores têm entre 16 e 18 anos, são, em sua grande maioria, de famílias monoparentais, apresentando baixa escolaridade e baixo poder aquisitivo, estando, por sua vez, envolvidos, sobretudo com furtos e roubos. Outro dado relevante refere-se à existência de reincidência na prática de atos infracionais por parte dos adolescentes e jovens marginalizados.

Diante do exposto, percebe-se que a violência, de certa forma, é resposta às desigualdades socioeconômicas e à negação de direitos, muitas vezes, desde a mais tenra idade. Mesmo assim, vale salientar que a prática de crimes não está restrita apenas aos adolescentes e jovens das camadas mais pobres da sociedade. Contudo, cabe o entendimento acerca dos fatores que levam os sujeitos marginalizados a cometerem infrações em níveis estatísticos muito mais elevados.

Com isso, compreende-se que o Reconhecimento negado aos adolescentes e aos jovens que vivenciam em situações de vulnerabilidade social, em detrimento de condições econômicas desfavoráveis, é um fator que contribui significativamente para a ocorrência dos múltiplos conflitos sociais deflagrados por essa condição, principalmente se nos atentarmos para o modelo de sociedade em que vivemos com números elevados de analfabetos e/ou de pessoas com baixa escolarização, ou que estão na condição de desempregados e de pessoas que trabalham de maneira informal.

Corroborando com essa constatação, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <sup>5</sup>, do ano de 2019, no estado de Alagoas (337 mil) pessoas com idades de 15 anos ou mais, não sabem ler nem escrever, encontrando-se na condição de analfabetos<sup>6</sup>. A pesquisa apontou que a maioria das pessoas entrevistadas é do sexo masculino que se autodeclaram<sup>7</sup>, pretos e pardos. Os referidos dados revelam ainda um percentual elevado (963 mil) de pessoas com as mesmas características na condição de pouco escolarizadas, ou seja, possuindo o ensino fundamental incompleto ou equivalente, porém, não atingindo o ensino fundamental nos anos finais.

Nessa configuração, compreende-se, a partir de Arroyo (2007), que a interrupção das trajetórias escolares dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos – EJA se encontra vinculada, em grande medida, às precárias condições de sobrevivência dos estudantes: pobres, oprimidos/as, excluídos/as, vulneráveis, negros/as, da periferia e dos campos. Nesse sentido, ao contrário do que geralmente se costuma afirmar, tais sujeitos não são os responsáveis pelo abandono da escola, a interrupção não se dá apenas porque tais pessoas não querem estudar.

Na realidade, são vítimas da desigualdade social que acomete esse grupo. De acordo com Cunha (2009), sem a devida reflexão, “o não poder estudar, se transforma, na ótica de quem é excluído, em não conseguir estudar. O problema se torna pessoal/subjetivo e a solução para ele é ter força de vontade” (CUNHA, 2009, p. 27).

Para Freire (2001), falar em educação e direitos humanos já nos coloca um primeiro direito negado e negando-se que é o direito a educação. Para o autor, é a própria educação que pretendemos que se dê ao esforço de desafiar a quem proíbe que a educação se faça, é a própria educação como direito de todos, que é negada a grande parte da população.

---

<sup>5</sup> Órgão federal.

<sup>6</sup> Segundo fonte do IBGE/2019, o percentual de analfabetismo é alto para homens e mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade no país. <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317educacao.html#:~:text=No%20Brasil%2C%20segundo%20a%20Pesquisa,havia%20sido%206%2C8%25>.

<sup>7</sup> Pesquisa realizada no ano de 2019, antes da pandemia.

### **3.1.1 Reconhecimento: Contribuições de Axel Honneth para a Socioeducação**

É fato que uma vida de privações pode levar os jovens a delinquir. Referimo-nos a privação de uma situação econômica, sociocultural e psíquica dignas, mas, sobretudo, nos referimos à privação de afeto, a privação de proteção e a privação de cuidado dentro de seus próprios lares, vivendo sob um paradigma de vulnerabilidade social sob todos os aspectos, o que sob a luz de Honnet (2009), se configura como raízes da violência.

De acordo com Honneth (2009), entender as lutas sociais como luta por Reconhecimento se configura como um parâmetro para compreender processos sociais conflitivos. Para o autor, interessam-lhe aqueles conflitos que se originam de uma experiência de desrespeito social, de um ataque à identidade pessoal ou coletiva, capaz de suscitar uma ação que busque restaurar relações de Reconhecimento mútuo ou justamente desenvolve-los num nível evolutivo superior (pag. 10).

Nessa direção, observa-se a proximidade do pensamento do autor com as situações de conflitos que permeiam o cotidiano dos sujeitos que cumprem medidas socioeducativas, por vezes, envolvidos numa esfera de constante de marginalização, de invisibilização e de negação de direitos. Juventudes estas que tem seus direitos violados desde a tenra idade, que são provenientes de lares desestruturados e que estão suscetíveis a muitas experiências negativas de vida. Diante disso, e sabendo-se- que os sujeitos, sob a perspectiva do autor, crescem à medida que interagem e são reconhecidos pelos parceiros de interação, faz-se necessário compreender como esses sujeitos marginalizados pleiteiam o Reconhecimento nas lutas que encampam frente ao difícil contexto diário apresentado neste estudo.

Honneth (2009) se concentra em estudar as questões morais das lutas sociais e das relações intersubjetivas existentes na sociedade. Portanto, quando um grupo social se relaciona com outro grupo social, ou quando um indivíduo se relaciona com outro indivíduo, ele se depara com uma série de normativas sociais. No entanto, no momento em que um indivíduo não se reconhece dentro de um grupo ou quando existe alguma questão diferencial desse indivíduo, ocorre à situação de desreconhecimento fazendo com que ele acabe não mais compartilhando do

prestígio de viver naquele grupo, podendo assim, se sentir discriminado, desrespeitado ou excluído.

Diante do exposto, compreendemos que os parâmetros econômicos e utilitários são reconhecidos na perspectiva do autor, porém observamos que os processos morais e sociais no sentido interacionista, tem destaque em seu estudo. Nesse sentido, consideramos as três formas de reconhecimento recíproco trabalhadas por Honneth (2009), a saber: o amor, em nível primário, o direito e a estima em níveis secundários.

Para o autor, o amor é uma relação primária que parte da relação familiar capaz de cristalizar a autoconfiança, a independência, suprimindo-se assim, as necessidades de carência e afeto dos sujeitos. Na esfera do direito, as leis são criadas com uma proposta de universalização para atender aos interesses e necessidades sociais de um determinado período histórico e a criação de leis advém do Reconhecimento das desigualdades e das diferenças sociais.

Diante disso, cabem dois aspectos importantes em relação ao Reconhecimento do direito, um deles diz respeito à autonomia individual de cada sujeito e um segundo aspecto refere-se a ampliações e modificações na lei. A partir do momento que o sujeito recebe o Reconhecimento das leis e das normativas sociais, ele cria o autorespeito por sua identidade e pelo diferencial que possui. Já em relação à estima como forma de Reconhecimento, Honneth (2009), nos diz que, o valor social de um sujeito é encarado como as capacidades de contribuição em direção dos objetivos sociais. Portanto, observa-se que os grupos vulneráveis estão constantemente lutando para recuperar o seu autorespeito. Dentre esses grupos, destacamos as juventudes marginalizadas que vivenciam a socioeducação.

Contudo, os estudos de Honneth (2009) nos proporciona refletir acerca da luta por Reconhecimento que se dá por meio das reivindicações sociais que buscam chamar a atenção das esferas públicas para colocar a importância que esta sendo negligenciada dentro das propriedades e capacidades que constitui a identidade e o valor social dos sujeitos. Destacando-se assim, os campos do direito e da estima social por possuírem elementos capazes de se transformarem em luta por Reconhecimento social, para o levantamento de pautas no Sistema Socioeducativo.

Diante disso, a crítica de Honneth torna-se bastante pertinente, sobretudo no que se refere à estima social em modelos de sociedade capitalistas nas quais se

aprofunda cada vez mais as lacunas da desigualdade. Nesse sentido, observa-se que no neoliberalismo a estima é de cunho meritocrático, característica principal do capital. Com isso, o sujeito que aos olhos do capitalismo não produz e, portanto não contribui para a acumulação de bens e riquezas, é desreconhecido ou excluído socialmente. Nessa direção, Honneth (2009) aponta que, a Teoria crítica atual não reside mais numa crítica ao capitalismo como tal, mas a sua variante neoliberal.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nosso estudo buscou compreender a origem dos conflitos sociais e conseqüentemente das raízes da violência dos adolescentes e jovens que vivem no contexto da Socioeducação. Para tanto, se fez necessária à reflexão acerca do modelo de sociedade que estamos imersos e os impactos causados pela evolução do neoliberalismo para as camadas sociais mais vulneráveis, marginalizadas e conseqüentemente, excluídas.

Fundamentamo-nos em Honneth (2009) para analisar o contexto social desigual a partir das três dimensões do Reconhecimento e enfatizamos, de acordo com, os estudos do autor que as dimensões de Reconhecimento do direito e da estima social são capazes de promover mudanças significativas de promoção do Reconhecimento dos sujeitos por meio de um novo modelo de sociedade com vistas para a Redistribuição, pondo-se um fim na estima dos sujeitos que submete-se por meio da desigualdade social ao crivo meritocrático.

Os estudos de Honneth apontam, sobretudo, para que os sujeitos tenham consciência de sua liberdade, de sua autonomia e de sua racionalidade a consciência do sujeito que é livre, autônomo e racional. Contudo, nos valem ainda da crítica de Freire (2000) para o alcance de uma educação emancipadora e libertadora que corrobora com os estudos de Habermas ao compreender que tal consciência é construída por meio do direito à educação.

## **REFERÊNCIAS**

ALAGOAS. **Plano estadual de educação nas prisões**. Secretaria Estadual de Educação/Secretaria de Estado da Ressocialização e Inclusão Social. 2017.

ALAGOAS. **Resolução normativa nº 2**. Dispõe sobre a oferta de Educação Básica e Superior, nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos, Profissional/Tecnológica e a Distância, para pessoas privadas de liberdade, nos estabelecimentos penais do Estado de Alagoas e dá outras providências correlativas. Conselho Estadual de Educação, 2014.

ARROYO. Miguel González. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? **REVEJA – Revista de Educação de Jovens e Adultos**, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

BRASIL. **Estatuto da juventude. Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013**.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas a outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

HONNET. Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317educacao.html#:~:text=No%20Brasil%2C%20segundo%20a%20Pesquisa,havia%20sido%206%2C8%25>. Acesso em: 10/08/2023.

MENEZES, Anderson de Alencar. **Ensaio sobre dilemas e sentimentos morais na contemporaneidade**: reconhecimento, privação e sofrimento. São Carlos: Pedro & João, 2023.

SOCIOEDUCAÇÃO: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. Disponível em: **BVS. Psicol. Estud.** (Online); 20(4): 575-585, out.-dez, 2015. Acesso em: agosto de 2023.

**NARRATIVAS SILENCIADAS: REFLEXÕES SOBRE A BRUTALIDADE POLICIAL  
NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS NO ESTADO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

**Andrey de Farias Martins Silva<sup>1</sup>**  
Universidade Estadual de Alagoas  
andrey.silva.2023@alunos.uneal.edu.br

**Gabriel Cerqueira de Mello Farias<sup>2</sup>**  
Universidade Estadual de Alagoas  
gabriel.farias.2022@alunos.uneal.edu.br

**Paulo Ricardo Silva Lima<sup>3</sup>**  
Universidade Estadual de Alagoas  
pauloricardo.silvalimma@gmail.com

**Ana Lydia Vasco de Albuquerque Peixoto<sup>4</sup>**  
Universidade Estadual de Alagoas  
analydia.peixoto@uneal.edu.br

**Antonio Tancredo Pinheiro da Silva<sup>5</sup>**  
Universidade Estadual de Alagoas  
tancredo.juridico@gmail.com

**Anderson de Alencar Menezes<sup>6</sup>**  
Universidade Federal de Alagoas  
anderufal@gmail.com

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito, Universidade Estadual de Alagoas.

<sup>2</sup> Graduando em Direito, Universidade Estadual de Alagoas.

<sup>3</sup> Doutorando em Ciência da Informação, pela Universidade Federal de Alagoas; Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL. Graduando em Direito pelo Centro Universitário Tiradentes - UNIT. Assessor jurídico na Defensoria Pública do Estado de Alagoas - DPE AL. Professor temporário na UNEAL.

<sup>4</sup> Docente da disciplina de metodologia da pesquisa dos cursos de Física, Administração Pública, Direito da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Mestre e Doutora em Medicina Veterinária pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Vem realizando sucessivas formações para atuação na Gestão Acadêmica e Saúde Sistêmica através do ensino-pesquisa-extensão-administração universitária.

<sup>5</sup> Doutorando em Educação pelo PPGE/CEDU da Universidade Federal de Alagoas. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Especialista em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário pelo Centro Universitário CESMAC. Graduado em DIREITO pela Faculdade Raimundo Marinho/FRM. Professor Civilista do Curso de Direito no Programa Especial para Formação de Servidores Públicos - PROESP/UNEAL.

<sup>6</sup> Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco, Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto/Portugal. Pós-doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas.



---

## **Resumo**

A sociedade brasileira no que diz respeito a sua estrutura de relações sociais como conhecemos, tem início no Brasil colônia a qual a instituição de maior força era a escravagista. Nesse sentido, as formações e interações de classes da sociedade brasileira foram arregimentadas pelo racismo, sendo ele escancarado no passado, com leis e naturalização das práticas de discriminação racial, e mantendo grande influência atualmente com a utilização de “máscaras” que encontram para legitimar sua atuação na sociedade contemporânea. Nesse contexto, nos últimos anos tem-se observado a atuação irregular de ações policiais no país, principalmente nas comunidades periféricas, sendo utilizada a brutalidade e a violência física e moral dos sujeitos, violando direitos humanos e fundamentais, e colocando em perigo a vida de crianças e adolescentes que residem nesses ambientes, sobretudo, as negras, reconhecendo assim a existência do racismo estrutural. Considerando que o país é democrático, e reconhecendo que os atores sociais possuem a capacidade de influenciar nas mudanças e construções de políticas capazes de discutir os fundamentos da vida pública e social, esta proposta de pesquisa tem por objetivo refletir como a brutalidade policial afeta a confiança de crianças negras no Estado democrático por meio de instituições de segurança e proteção. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, qualitativa e descritiva.

**Palavras-chave:** Estado democrático. Racismo estrutural. Violência policial.

## **SILENCED NARRATIVES: REFLECTIONS ON POLICE BRUTALITY IN THE LIVES OF BLACK CHILDREN AND ADOLESCENTS IN THE BRAZILIAN DEMOCRATIC STATE**

### **Abstract**

Brazilian society, in terms of its structure of social relations as we know it, began in colonial Brazil, where the strongest institution was slavery. In this sense, the formations and interactions of classes in Brazilian society were regimented by racism, which was revealed in the past, with laws and naturalization of racial discrimination practices, and currently maintaining great influence with the use of “masks” that they find to legitimize their performance in contemporary society. In this context, in recent years, irregular police actions have been observed in the country, mainly in peripheral communities, using brutality and physical and moral violence against subjects, violating human and fundamental rights, and endangering the lives of children and adolescents who live in these environments, especially black ones, thus recognizing the existence of structural racism. Considering that the country is democratic, and recognizing that social actors have the ability to influence changes and construction of policies capable of discussing the foundations of public and social life, this research proposal aims to reflect on how police brutality affects trust of black children in the democratic State through security and protection institutions. This is a bibliographical, qualitative and descriptive research.

**Keywords:** Democratic state. Structural racism. Police violence.

## **1 INTRODUÇÃO**

A infância, de acordo com a Convenção sobre os direitos da Criança de 1989, é uma etapa da vida marcada por aprendizados, socialização, lazer e proteção integral da família e dos eixos sociais, o que inclui o Estado (ONU, 1989). No Brasil, além da própria Constituição estabelecer que os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à liberdade da criança devem ser prestados pela por toda a sociedade e Estado, o constituinte atribuiu a obrigação desses atores mantê-las a salvo de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Entretanto, nos últimos anos tem-se observado a atuação irregular de ações policiais no país, principalmente nas comunidades periféricas, sendo utilizada a brutalidade e a violência física e moral dos sujeitos, violando direitos humanos e fundamentais, e colocando em perigo a vida de crianças e adolescentes que residem nesses ambientes, sobretudo, as negras, reconhecendo assim a existência do racismo estrutural.

Considerando que o país é democrático, e reconhecendo que os atores sociais possuem a capacidade de influenciar nas mudanças e construções de políticas capazes de discutir os fundamentos da vida pública e social conforme pondera Habermas (2021), esta proposta de pesquisa tem por objetivo refletir como a brutalidade policial afeta a confiança de crianças negras no Estado democrático e nas instituições de segurança e proteção.

## **2 PROCESSO METODOLÓGICO**

No tocante ao procedimento metodológico, trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, pois buscaremos analisar como a literatura tem abordado a temática sobre a atuação policial na vida das crianças negras brasileiras e a responsabilidade do Estado democrático; documental, tendo em vista que serão destacados relatórios de mortalidade infantil por atuação irregular de policiais, traçando as principais métricas relacionadas as vítimas, como sexo, idade, cor, etc., bem como serão verificados alguns casos emblemáticos envolvendo a morte de crianças pela violência policial disponíveis principalmente em jornais e revistas. A análise desses dados se dará pelo método qualitativo, o qual buscará descrever os

signos, significados e relações causais nos casos e dados. (LAKATOS; MARCONI, 2017; GIL, 2010).

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

A sociedade brasileira no que diz respeito a sua estrutura de relações sociais como conhecemos, tem início no Brasil colônia a qual a instituição de maior força era a escravagista, como explica a análise sociológica de Souza (2022). Nesse sentido, as formações e interações de classes da sociedade brasileira foram arregimentadas pelo racismo, sendo ele escancarado no passado, com leis e naturalização das práticas de discriminação racial, e mantendo grande influência atualmente com a utilização de “máscaras” que encontram para legitimar sua atuação na sociedade contemporânea.

Nessa lógica, a estrutura de classes no Brasil não sofre mudanças reais, mas sim transformações que servem para sua manutenção, tendo sempre pólos totalmente distintos dentro do mesmo país. A elite do dinheiro e a classe média alta, que sonha em ser parte da elite, mantém seu sentimento de superioridade através da mesma maneira que mantinham há anos no Brasil colônia, pela discriminação e rebaixamento da classe mais fragilizada desde dessa época, a classe dos pobres, negros e periféricos, descendentes dos antigos escravos. A ideia é mesma passada na música do cantor e compositor brasileiro Chico Buarque de Holanda na música “Geni e o Zepelim”, como exemplifica bem Souza (2022), a classe dos esquecidos é vista como a classe “Geni” pelo resto da sociedade, ou seja, boa de bater, boa de cuspir. A necessidade das elites de distinção social e manutenção da sua “superioridade” é tanta que vemos a utilização do Estado e de seu aparato policial/jurídico como ferramenta para essa finalidade.

Seguindo essa linha de raciocínio, o Estado que tem como seus coordenadores membros da elite brasileira, é instrumento de replicação da lógica de subsunção de um grupo social a outro, sendo claro o racismo estrutural do Estado brasileiro, que utiliza de políticas punitivas como o encarceramento em massa e violência exacerbada nas operações policiais, que tem como eficácia a morte e discriminação da população pobre e negra das periferias. Se mostrando ser os próprios braços do Estado traidores da pátria, pelas palavras de Ulysses Guimarães na promulgação da Constituição Federal de 1988, já que contrariam a Carta Magna

no seu artigo 5º que dispõe que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

Colocando a força policial em evidência, para legitimar a quebra evidente das linhas da Constituição Federal, é utilizado máscaras baseadas em discursos maquiados de interesse público como o combate à criminalidade e a guerra contra as drogas, o qual na verdade se tem uma criminalização da pobreza. Maneiras modernas de se continuar a prática criada na escravidão, sendo a violência institucionalizada simbólica e disfarçada a engrenagem central da máquina estatal de práticas sociais para com os mais pobres, dessa maneira a polícia militarizada do Brasil trata jovens negros, pobres, como inimigos em potencial do Estado de Direito. Além disso, a mídia tem um papel central para a criminalização da pobreza e reprodução do racismo, pois cria no imaginário social a necessidade da morte dessas populações, como medida eficaz no combate à criminalidade. Segundo Azevedo (1987), é possível observar que a polícia já tinha uma função de auxílio às elites desde os seus primórdios na sociedade brasileira, sendo o seu papel um reforço essencial para o combate, controle e repressão das revoltas, protestos, fugas e todo o apoio popular que buscava mudar a ordenação social vigente na época.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Segundo Habermas (2012, v. 1, p. 34) “quanto melhor puder fundamentar uma pretensão de eficiência ou de verdade proposicional associadas às pretensões tanto mais racionais elas serão”. Levando essa afirmação em consideração, o discurso usado e bem fundamentado, que a morte da população das periferias, incluindo crianças, é necessário para o bem comum da sociedade brasileira, devido a ação de igualar pobre a criminoso e periferia a recanto de bandidos, é transformado em racional no senso comum da população, ao ponto de ser motivo plausível de quebra de leis e desconsideração dos direitos humanos para a maioria da sociedade. Com isso, o protesto e busca da classe dos oprimidos por seus direitos fundamentais, como a segurança e liberdade, são vistos como vitimização, possibilitando a manutenção da subsunção de um grupo social que é visto como

indignos de exercer os seus direitos a outro que cria e controla a manifestação dos direitos no contexto de um Estado democrático de direito. Para ajudar a compreender esse cenário Van Dijk (2018) afirma que a maioria das ideologias que perpassam o senso comum da sociedade são produzidas de forma discursiva, logo, as elites têm um certo controle dos discursos públicos, moldando a reprodução do discurso legitimador da dominação social. Desse modo, pode-se compreender por que a morte violenta de jovens negros periféricos pela polícia é majoritariamente naturalizada.

No meio do genocídio nas periferias, estão crianças e adolescentes que também são vítimas dessa violência institucionalizada, formando inúmeras famílias destruídas e que nunca vão ver seus filhos chegarem na vida adulta ou chegarem carregados de problemas psicossociais gerados pelo meio de guerra onde vivem. Ao verificar os tipos de crimes que levam à morte, conclui-se que em todas as idades, o principal tipo de crime que leva à morte de crianças e adolescentes é o homicídio (83,5%), seguida de mortes decorrentes de intervenção policial (15%) (ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020, p. 323). Esses são dados assustadores que revelam a falta de segurança que cerca as crianças e adolescentes periféricos do Brasil, sendo assim, mais uma vez, é observado a quebra da formalidade das leis que regem o país pelo aparato policial, o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente - (Lei n. 8.069/1990) dispõe no artigo 18, que é dever de todos zelar pelo bem-estar das crianças e adolescentes brasileiros, colocando-os a salvo de todo e qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Disposição que é seguida ao contrário quando se trata de operações policiais nas favelas, casos como o do menino Thiago Menezes Flausino de 13 anos de idade que morreu baleado com 5 tiros com requintes de crueldade no mês de agosto de 2023, são recorrentes, sendo regra e não eventualidades. A desproporção entre os perfis das vítimas também se dá na cor das vítimas. Os negros representam 78% das crianças de 0 a 19 anos vítimas de mortes violentas intencionais no Brasil. Em todas as faixas etárias, o número de vítimas negras é maior do que o número de vítimas brancas. (ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020, p. 323).

Nesse prisma, é necessário admitir que existe um esquema de privilégios no Brasil e que devido a isso existe uma pluralidade de infâncias e adolescências que só podem ser percebidas pela visão de quem vive e convive com diferentes experiências e necessidades exclusivas de cada jovem e de cada classe, os fatos do

mundo do “outro” só são verdadeiramente conhecidos pela visão do mundo do “outro”. O entendimento da existência de diversas infâncias e adolescências, é um mecanismo de análise que possibilita desocultar as desigualdades que se escamoteiam em apreensões unilaterais dos diferentes contextos e condições, nos quais as crianças e adolescentes estão localizados no Brasil. A pobreza, enquanto resultante dessa exclusão, não irá privar as crianças e adolescentes somente do acesso aos bens materiais, mas de uma gama de direitos e oportunidades sociais. (VIEIRA; COSTA; OLIVEIRA, 2021, p. 27). Nesse viés, as crianças que sobrevivem a esse cenário de guerra civil e de extermínio por parte do Estado enfrentam por toda a sua vida diversas limitações e incertezas do futuro, e devido a isso começam a acreditar e aceitar que não tem como sair do cenário de que são inseridas.

Devido a isso, as crianças vão crescendo com problemas de personalidade, já que são ofertadas para elas apenas violência por quem formalmente devia protegê-la que é a força policial estatal, como mostra a introdução da música “7 meiota”, do artista brasileiro Filipe Ret, que narra a visão de um morador da comunidade em relação às crianças da periferia e como elas vão se desenvolvendo nesse ambiente.

Porque ao invés de eu dar uma arma na mão de uma criança de brinquedo  
Eu prefiro dar uma bola Eu prefiro dar uma bicicleta Eu prefiro dar um  
bagulho Porque eu não vou incentivar eles nunca a dá tiro na polícia Só que  
a própria polícia incentiva eles, sabe como? Entrando na casa de um menó  
de 10 anos E dando tiro na cara do pai dele Como é que ele vai crescer?  
Com amor no coração? (...) (RET, 2022).

Seguindo essa linha de raciocínio, o próprio estado através de atividades criminosas dá munição para as instituições também criminosas, que a polícia e a mídia dizem combater para justificar o genocídio da população periférica, criando um ciclo de manutenção de desgraças que acompanham desde da infância até a vida adulta da população negra residente em comunidades ao redor do Brasil.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O racismo estrutural está profundamente enraizado no Brasil, sendo resultado do sistema escravista perverso que marcou a história colonial do país. Durante a era colonial brasileira, os escravos negros eram tratados como mercadorias e objetos de negociação, enquanto os colonizadores europeus se consideravam proprietários,

detendo autonomia para violentar e castigar os escravos conforme sua conveniência.

Após intensas lutas políticas do povo negro, a escravidão foi abolida no Brasil, por meio da Lei Áurea, em 1888, mas o período pós-abolição não incluiu os negros na sociedade de forma justa e igualitária. A abolição, embora tenha representado um marco na história brasileira, não foi suficiente para proporcionar aos negros recém-libertos as oportunidades necessárias de trabalho, educação e participação social plena.

A exclusão resultante desse período histórico levou os ex-escravos e migrantes rurais a formar comunidades nas encostas e morros das cidades, dando origem às primeiras favelas brasileiras. Estas surgiram em um contexto de marginalização e abandono por parte da sociedade e do Estado, refletindo a persistente desigualdade social e racial no Brasil.

A falta de políticas efetivas de inclusão e a segregação racial persistente deram origem ao racismo estrutural que afeta em vários aspectos sociais, econômicos e políticos no Brasil. O racismo institucional se manifesta de maneiras variadas, incluindo a violência policial seletiva contra a população negra nas favelas e periferias. Dados estatísticos revelam que jovens negros são desproporcionalmente alvos de violência letal no Brasil. O "Atlas da Violência 2020", produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, destaca que a taxa de homicídios de jovens negros é quase três vezes maior do que a de jovens brancos.

A falha estatal, portanto, desencadeou em uma disparidade social e racial em diversas áreas. Dados mostram que, historicamente, o índice de letalidade nas áreas periféricas ou de baixa renda são significativamente mais altas em comparação com outras regiões. Além da desproporcionalidade no sistema carcerário brasileiro que também evidencia a desigualdade racial e social, com uma grande proporção de presos sendo jovens negros e oriundos de áreas periféricas. O superencarceramento contribui para a perpetuação do ciclo de violência e marginalização.

Nessa perspectiva, existe uma busca por legitimação desses atos policiais cruéis que ocorrem nas periferias. A própria sociedade contribui para essa legitimação, a partir da estigmatização acerca da periferia ser um ambiente tomado pelo crime, violência e desordem. Outro forte fator que colabora para a criação



desse estigma social são as narrativas midiáticas sensacionalistas, que têm um papel fundamental na construção da percepção pública sobre as comunidades periféricas. Narrativas sensacionalistas e estigmatizantes frequentemente retratam essas áreas como territórios perigosos e habitados por pessoas "perigosas", alimentando a justificativa para ações policiais violentas.

Além disso, o histórico brasileiro de repressão policial advinda do período ditatorial, no qual o controle e repressão estatal eram generalizados, permite uma certa normalização, que acaba por justificar essas ações policiais extremamente violentas.

No contexto da teoria do agir comunicativo de Habermas, a razão deve ser construída de forma conjunta na sociedade, por meio da reflexão e do debate constantes, para resolver os problemas sociais. Habermas propõe a "razão comunicativa", onde a sociedade, através do diálogo inclusivo e da comunicação, pode alcançar soluções que beneficiem a todos. A democracia deliberativa, fundamentada na diversidade de perspectivas e pondo em evidência os saberes das pessoas, é um caminho para uma sociedade mais justa e igualitária.

A teoria de Habermas também destaca a importância do acesso à informação para uma sociedade informada e engajada. Garantir que as comunidades periféricas tenham acesso a informações precisas e imparciais sobre seus direitos, a legislação e os procedimentos policiais é fundamental. A conscientização sobre os direitos civis pode capacitar os indivíduos a se protegerem contra a violência policial e a denunciá-la quando ocorrer.

O filósofo alemão enfatiza a importância da *accountability* (responsabilização) para garantir que as instituições sejam responsáveis perante a população. Implementar mecanismos de prestação de contas eficazes para a polícia é crucial para reduzir a impunidade e para criar uma relação mais confiável e transparente entre a polícia e as comunidades.

Esses pontos expostos pelas teorias habermasianas são de fundamental importância em relação ao direcionamento de caminhos para um diálogo mais inclusivo, especificamente na relação entre Estado e sociedade, e para impedir que o Estado utilize da força do poder público para atingir a população das periferias.

A teoria da necropolítica, desenvolvida por Achille Mbembe, lança luz sobre como o Estado pode exercer o poder político não apenas para controlar a vida das pessoas, mas também para determinar quem tem o direito de viver e quem merece

morrer. No contexto brasileiro, isso se traduz na percepção da vida dos jovens negros, especialmente os que residem em favelas e periferias, como descartável e sujeita à violência policial e social.

O pensador camaronês expõe que o Estado é visto como um agente que pode provocar a morte e a violência direta contra determinados grupos da população. As ações policiais extremamente violentas, muitas vezes letais, nas favelas representam essa forma de poder estatal que decide quem deve viver e quem deve morrer. A polícia, em alguns casos, é vista como uma extensão do poder estatal que tem o direito de tirar vidas nas comunidades periféricas.

A necropolítica está intrinsecamente ligada ao racismo e à discriminação racial. Nas favelas brasileiras, a maioria dos habitantes é composta por pessoas negras e pardas. As ações violentas da polícia, que desproporcionalmente atingem essas populações, evidenciam um padrão de discriminação racial sistemática, onde a violência se torna uma forma de controle social e racial.

Desse modo, os jovens negros são particularmente afetados pela brutalidade policial, sendo alvos constantes de abordagens violentas e muitas vezes letais. As estatísticas mostram que são vítimas desproporcionalmente mais frequentes de homicídios pela polícia em comparação com outros grupos populacionais. A brutalidade policial interrompe suas vidas precocemente, ampliando o ciclo de violência e perpetuando o legado do racismo estrutural.

A violência policial institucionalizada e seletiva é um produto direto do racismo e da agorafobia que permeiam a estrutura social brasileira desde os tempos coloniais. A elite enxerga a segurança pública como proteção exclusiva para si, negligenciando a população negra e periférica.

A realidade dentro das periferias do Brasil oferece poucas possibilidades para a população e, principalmente para a juventude, que necessita de uma perspectiva para o futuro. O trecho da música “Eu Só Quero É Ser Feliz” retrata a realidade dessas pessoas.

Eu só quero é ser feliz  
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é  
E poder me orgulhar  
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar  
Mas eu só quero é ser feliz, feliz, feliz, feliz, feliz  
Onde eu nasci, han  
E poder me orgulhar  
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar

Minha cara autoridade, eu já não sei o que fazer  
Com tanta violência eu sinto medo de viver  
Pois moro na favela e sou muito desrespeitado  
A tristeza e alegria aqui caminham lado a lado  
Eu faço uma oração para uma santa protetora  
Mas sou interrompido a tiros de metralhadora  
Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela  
O pobre é humilhado, esculachado na favela  
Já não aguento mais essa onda de violência  
Só peço à autoridade um pouco mais de competência  
(Trecho da música “Eu Só Quero É Ser Feliz”)

Tragédia do período colonial continua a assombrar a sociedade atual, já que os corpos negros são novamente alvos de violência e opressão, silenciando as narrativas vividas nas favelas e periferias. A juventude é particularmente visada devido a seu potencial obstinação em relação ao sistema.

A responsabilidade do estado brasileiro democrático é evidente na perpetuação desse ciclo de exclusão e violência. A negligência estatal em garantir igualdade de oportunidades e combater a discriminação racial contribui para a marginalização contínua da população negra, especialmente os jovens. Dois casos emblemáticos que refletem essa realidade são o massacre do Complexo do Alemão em 2007 e a morte de João Pedro Mattos Pinto, de 14 anos, em 2020, durante uma operação policial na sua residência no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, Rio de Janeiro.

O massacre do Complexo do Alemão em 2007 exemplifica de maneira trágica a violência policial seletiva e desproporcional que atinge as comunidades periféricas e as favelas do Brasil. Durante essa operação, as forças de segurança invadiram o Complexo do Alemão, resultando em confrontos armados e mortes de civis inocentes. Essa ação evidenciou a falta de protocolos claros para evitar a violência indiscriminada, demonstrando a necessidade urgente de reformas no sistema policial e de políticas que protejam os direitos humanos dessas populações marginalizadas.

O caso de João Pedro Mattos Pinto, um adolescente de apenas 14 anos, é um exemplo mais recente e chocante da brutalidade policial que persiste nas comunidades periféricas do Brasil. João Pedro foi morto em sua própria casa durante uma operação policial, destacando a vulnerabilidade das crianças e jovens negros diante da violência policial. Essas tragédias evidenciam a necessidade urgente de repensar as práticas policiais, investir em treinamento e fiscalização, bem

como estabelecer mecanismos de responsabilização efetivos para os agentes envolvidos em violações dos direitos humanos.

A resposta do Estado a essas questões deve ser abordada com seriedade. As políticas públicas devem ser orientadas para a promoção da igualdade de oportunidades, a redução das desigualdades socioeconômicas e a eliminação do racismo estrutural. Investimentos em educação de qualidade, acesso a empregos dignos e medidas para combater o preconceito são essenciais para quebrar o ciclo de exclusão e violência.

A promoção da democracia deliberativa, conforme proposto por Habermas, se torna fundamental nesse processo. É necessário fomentar espaços de diálogo inclusivo, nos quais a diversidade de perspectivas possa ser considerada na formulação de políticas que visam a justiça social. Isso implica ouvir ativamente as vozes das comunidades periféricas e incluí-las nos processos decisórios que afetam suas vidas.

Em suma, a brutalidade policial nas comunidades periféricas do Brasil está intrinsecamente ligada ao racismo estrutural enraizado no país, decorrente de um histórico de escravidão e exclusão. Para transformar essa realidade, é essencial uma abordagem multidisciplinar que contemple a teoria de Habermas, enfatizando o diálogo e a razão comunicativa, aliada à conscientização, mudanças políticas e sociais profundas que possibilitem uma sociedade verdadeiramente igualitária e justa para todos.

## REFERÊNCIAS

ADOLESCENTE morre em operação na Cidade de Deus; moradores acusam a PM e falam em cena forjada. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/08/07/operacao-cidade-de-deus.ghtml>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, M. F. O. Policiais, negros e racismo institucional. **Estudos de Psicologia** (Natal), 2007.

AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 267p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 11 agosto de 2023.

BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 de Julho de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 14 de agosto de 2023.

BUARQUE. C. Geni e o Zepelim. **Youtube**. 9 de janeiro de 2019. 5min19seg. disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KQn7UxB3HJQ>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

CIDINHO E DOCA. Rap da felicidade. **Youtube**. 6 de dezembro de 2017. 5min11seg. Disponível em: <https://youtu.be/7pD8k2zaLqk?si=1U4Nw3Knpvuj1od>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

DIAS, C.; VEIGA, F. B. Violência, crime e racismo: análise da dinâmica da violência institucional praticada pelo Estado brasileiro. **Revista Sociedade e Estado**, 2016.

DISCURSO histórico de Ulysses Guimarães em 1988 na assinatura da constituição brasileira. West Brasil Tecnologia. **Youtube**. 2 de abril de 2022. 10min16seg. disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7wiNlnLBNCI>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2020. Disponível em: [forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf](http://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf) Acesso em: 14 de agosto de 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. v. 1. Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, J. **Facticidade e validade**: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia. 2ª ed. São Paulo: Unesp digital, 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MBEMBE, A. Da biopolítica à necropolítica: reflexões contemporâneas sobre direitos humanos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2017.

ONU. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RET, F. **7 Meiotá**. Youtube. 16 de junho de 2022. 3min10seg. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=qeFT0\\_8LIQw](https://www.youtube.com/watch?v=qeFT0_8LIQw). Acesso em: 13 de agosto de 2023.

RIGON, B. S.; FRANÇA, L. A. As periferias brasileiras como espaços de exceção: um genocídio cotidiano pela violência policial. **Profanações**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 197–218, 2014. DOI: 10.24302/prof.v1i2.701. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/701>. Acesso em: 21 set. 2023.

SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, J. **A herança do golpe**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

VAN DIJK, T. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2018.

VIEIRA, M. S.; COSTA, R. G.; OLIVEIRA, S. B. A participação sociopolítica de crianças e adolescentes: novas perspectivas e antigos desafios. **Revista Emancipação**. Ponta grossa. 2021. Disponível em: Vista do A participação sociopolítica de crianças e adolescentes: novas perspectivas e antigos desafios (uepg.br). Acesso em: 14 de agosto de 2023.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Racismo institucional e práticas policiais: o olhar dos policiais. **Revista de Antropologia**, 2004.

# COMUNICAÇÃO DESFIGURADA PELA VIOLÊNCIA E RECONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA: O CASO DO LAR DE AMPARO A CRIANÇA PARA ADOÇÃO (LACA- MACEIÓ)

**Anderson de Alencar Menezes<sup>1</sup>**  
UFAL  
anderufal@gmail.com

**Alda de Barros Araújo<sup>2</sup>**  
TRT 19  
aldabarros1@gmail.com

---

## Resumo

O objetivo desse trabalho é apresentar a análise de caso experienciado pelos coautores em Unidade de Acolhimento em Maceió que recebe crianças de 0 a 6 anos em razão de desamparo e abandono. Foi utilizada a metodologia do estudo de campo, qualitativo, do tipo pesquisa-ação, a partir de visitas ao LACA. Pensar essa perspectiva a partir das relações entre Habermas, Freud e Winnicott, em uma relação entre Filosofia e Psicanálise a partir de processos comunicativos desfigurados pela violência e a urgência de postular processos reconstrutivos democráticos em que as ações linguísticas salvaguardem a integridade das crianças que viveram experiências deploráveis e foram rasuradas por comunicações desconfiguradas por diversos tipos de violências: físicas, psíquicas e emocionais. Concluiu-se que as crianças de tenra idade já apresentam comunicação desfigurada pela violência e que as relações consitutivas entre Estado de Direito Democrático e Justiça Social são forças constitutivas e imprescindíveis para a proteção dos seres humanos em níveis profundos de vulnerabilidades sociais.

**Palavras-chave:** Filosofia. Habermas. Psicanálise. Freud. Crianças. Democracia.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco, Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto/Portugal. Pós-Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas. Integra como Pesquisador o Grupo de Investigação em Teoria Crítica da Universidade de Valência-Espanha, sob a direção do Professor Dr. Benno Herzog. Membro do IBDFAM (Instituto Brasileiro do Direito de Família) No Estado de Alagoas-Pertence no âmbito deste Instituto à Comissão da Criança e do Adolescente). Pesquisador da Rede RIEV (Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violência - UFPB; Ufal; UFSC; Universidade de Valência - Espanha). Exerceu a função de Coordenador do Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Membro do Conselho Editorial da Edufal (Editora da Universidade Federal de Alagoas). Atualmente é PROFESSOR e PESQUISADOR DO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO DO PPGE/CEDU/UFAL; Membro do CONSELHO EDITORIAL da Revista Eletrônica - COGNITIO da PUC SÃO PAULO; Membro da Sociedade Brasileira de Teologia Moral.

<sup>2</sup> Graduada em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Juíza do Trabalho. Graduanda em Psicologia.



# COMMUNICATION DISFIGURED BY VIOLENCE AND RECONSTRUCTION OF DEMOCRACY: THE CASE OF LAR DE AMPARO A CRIANÇA PARA ADOÇÃO (LACA- MACEIÓ)

## Abstract

The objective of this work is to present a case analysis experienced by the co-author in a Reception Unit in Maceió that receives children from 0 to 6 years old due to helplessness and abandonment. The methodology of a field study, qualitative, of the action research type, was used, based on visits to LACA. Thinking about this perspective from the relationships between Habermas, Freud and Winnicott, in a relationship between Philosophy and Psychoanalysis based on communicative processes disfigured by violence and the urgency of postulating democratic reconstructive processes in which linguistic actions safeguard the integrity of children who have lived experiences deplorable and were erased by communications distorted by different types of violence: physical, psychological and emotional. It was concluded that young children already have communication disfigured by violence and that the constitutive relationships between the Democratic Rule of Law and Social Justice are constitutive and essential forces for the protection of human beings at deep levels of social vulnerability.

**Keywords:** Philosophy. Habermas. Psychoanalysis. Freud. Children. Democracy.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo parte da observação dos coautores no Curso de Psicologia, na disciplina obrigatória de Estágio II, após visitas, observações e intervenções no Lar de Amparo a Criança para Adoção (LACA- Maceió), que recebe e acolhe crianças de 0 a 6 anos de idade.

Fundamentando-se no pensamento interdisciplinar de Jürgen Habermas, foram traçadas linhas de observação para a investigação de comunicações desfiguradas, denominadas patologias da linguagem a partir da noção de neurose trazida pela psicanálise de Sigmund Freud.

Tomando-se como verdadeira a premissa da insuficiência da hermenêutica como método de interpretação da comunicação desfigurada, situação que impede a racionalidade comunicativa habermasiana, adere-se a seu pensamento a partir das obras *Conhecimento e Interesse*, de 1973, *Dialética e Hermenêutica* e *A Lógica das Ciências Sociais*, ambas publicadas em alemão na década de 1980, no sentido de buscar uma meta-hermenêutica fundada na psicanálise de Freud, inicialmente.

Assim sendo, com base inicial em Freud, parte-se para a observação da comunicação das crianças a partir de Donald Winnicott, psicanalista infantil inglês.

Constatar que o sujeito neurotizado ou com grave doença emocional é incapaz de se constituir e atuar no mundo da vida de forma ativa e responsável na construção e na manutenção da democracia material é a consequência dessas observações. As patologias do inconsciente talvez sejam a causa de toda a destruição no planeta, de toda a guerra e de toda a aniquilação do ser humano por seu semelhante.

O olhar interdisciplinar entre filosofia, psicologia, psicanálise, educação e tantas outras matérias afetas ao ser em sociedade parece ser imprescindível para, talvez, buscar uma *práxis* a fim de construir um mundo em que estejam presentes os valores da equidade, da justiça e, quem sabe, da almejada paz, atributos da verdadeira democracia material.

## **2 METODOLOGIA**

No primeiro semestre de 2023, os autores do texto, junto a quatro outros colegas do Curso de Psicologia, na Instituição Estácio de Alagoas, na disciplina Estágio II, sob a orientação do Prof. Jardial Herculano da Silva, realizaram um estudo de campo, qualitativo, do tipo pesquisa-ação, a partir de visitas ao LACA – Lar de Amparo à Criança em Adoção, localizado em Maceió, Alagoas, mediante sugestão do Prof. Dr. Anderson Menezes.

A metodologia consistiu em conhecer o espaço e seu funcionamento, entrar em contato direto com as crianças por meio de brincadeiras e, por fim, redundou em uma ação de orientação às cuidadoras no sentido de reconhecer e fazer com que as crianças reconhecessem seus sentimentos nos momentos de conflitos, gerando, assim, um maior esclarecimento mental e conforto emocional aos pequenos.

A partir da sugestão de participação no XIX Colóquio de Habermas promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina, surgiu a ideia de explanar sobre a referida experiência vivencial em conexão com o pensamento de Habermas e seus desdobramentos teóricos, surgindo a apresentação da seguinte proposta.

### **3 O APORTE TEÓRICO - DE HABERMAS A WINNICOTT, PASSANDO POR FREUD:**

Jürgen Habermas faz parte da segunda fase da conhecida Escola de Frankfurt, a chamada escola crítica da filosofia, fundada a partir do Instituto de Pesquisa Social, criado em 1923 e oficialmente inaugurado em 1924, sendo considerado o herdeiro desse importante movimento filosófico (Silva, 2023).

A primeira fase da Escola está fundada no paradigma ou horizonte filosófico da consciência do sujeito, da soberania da intencionalidade humana e da linguagem da razão (Aguar, 1999).

A transição do paradigma da consciência para o paradigma da linguagem significa considerar que a linguagem, para além de ser mediação da comunicação humana, é elemento estruturador da relação do ser humano com a realidade. Ou seja, o primeiro fato humano não é a relação sujeito-objeto, não é a capacidade de estabelecer uma relação ativa com o mundo, com a realidade; é a linguagem, a intercomunicação entre as pessoas, a relação sujeito-sujeito.

A principal contribuição de Habermas para a filosofia da escola crítica é sua Teoria do Agir Comunicativo, cuja obra de referência data de 1981. Percebe-se que ao mesmo tempo em que estava a produzir seu pensamento sobre o agir comunicativo, Habermas também dialogava com o pensamento da sociologia e da psicanálise representado pelo teórico alemão contemporâneo Alfred Lorenzer (1922-2002), sociólogo alemão e psicanalista interdisciplinar.

Em *Conhecimento e Interesse*, de 1973, Habermas confere à psicanálise o postulado de ciência, trazendo-a ao bojo de sua obra, ao dizer: “a psicanálise começa afirmando-se como uma forma de especial de interpretação; ela libera pontos de vista teóricos e regras técnicas para interpretação de conjuntos simbólicos” (1973, p. 234).

A obra *Dialética e Hermenêutica*, traduzida para o português a partir de escritos de 1971, 1979 e 1981 e trazida ao Brasil em 1987; e *A Lógica das Ciências Sociais*, lançada ao público alemão em 1982 e traduzida no Brasil em 2009, trazem o questionamento a respeito do pensamento de Gadamer de que “não é possível transcender o diálogo que somos” e põem em xeque a pretensão de universalidade da hermenêutica.

Neste sentido, percebe-se desde a década de 70 uma complementariedade entre filosofia e psicanálise no pensamento habermasiano. Na medida em que sua ação comunicativa tem como fundamento a responsabilidade dos sujeitos, um processo de cooperação e interpretação entre os participantes de um debate e pressupõe uma situação ideal de fala, devem ser observadas quatro pretensões de validade, chamadas classes de atos de fala: compreensibilidade; verdade; correção e sinceridade (Polli, 2018). No entanto, no mundo da vida, segundo Habermas, são observadas condições capazes de desfigurar a comunicação, justamente as denominadas patologias da linguagem.

Essas patologias da fala são reveladas pelas neuroses. Assim, Habermas, postula que: “uma comunicação pode ser considerada desfigurada quando algumas condições linguísticas para um entendimento direto entre pelo menos dois participantes da interação não são preenchidas” (Habermas, 1987, p. 87)

Em *A Lógica das Ciências Sociais*, o autor afirma que a interpretação hermenêutica consiste em um processo contínuo e indissociável na construção do entendimento baseada em dois pressupostos, i) a intersubjetividade de entendimento estabelecida na linguagem ordinária é ilimitada e fragmentária; e ii) existe uma herança da retórica à hermenêutica (2009).

Nas duas obras referidas, as de 1987 e 2009, Habermas refuta a ideia de universalidade da hermenêutica, pressuposto básico da comunicação, porquanto fundada na autorreflexão do sujeito e que, por isso mesmo, tem limitações em suas percepções. Questiona se a psicanálise, à qual denomina ciência crítica, poderia funcionar como uma meta-hermenêutica (2009).

A proposta habermasiana avança para trazer as características da comunicação neurótica e da comunicação denominada normal e, ao citar seu contemporâneo Alfred Lorenzer, afirma a maior amplitude da compreensão cênica em razão da possibilidade de esclarecimento da gênese da construção da cena original. Observa que falsos consensos podem ser criados a partir da perturbação da comunicação, gerando um sistema de incompreensões (Habermas, 2009).

José Luiz Aida Prado (2014), em sua obra *Habermas com Lacan: Introdução crítica à teoria da ação comunicativa*, confirma que o retorno de Habermas a Freud é anterior à publicação da *Teoria da Ação Comunicativa*, de 1981, sendo apresentada ainda em *Conhecimento e Interesse*, obra de 1973.

Percebe-se, dessa forma, que em razão de o diálogo mais aprofundado com a psicanálise ser contemporâneo à publicação da tese da ação comunicativa, merece a atual atenção para as interferências do discurso, mesmo aquele considerado preenchido dos requisitos listados como legítimos na ação comunicativa.

Adotar a perspectiva da patologização ou não vai depender da base psicanalítica de referência, Freud ou Lacan. No entanto, neste momento a discussão será fundada no discurso da concepção de neurose de Freud trazida por Habermas, sem prejuízo de futura análise fundamentada no teórico francês, como já proposto por Prado (2014).

O importante no contexto da presente observação é demonstrar que a comunicação pode ser desfigurada desde a tenra infância pela violência sofrida pelas crianças, sendo o abandono a violência primordial. Esclarece-se, portanto, que será utilizada a concepção freudiana da psicanálise – patologizante–, seguida do pensamento do psicanalista infantil inglês Donald Winnicott.

Retomando a obra *A Lógica das Ciências Sociais*, Habermas mais uma vez demonstra o caráter interdisciplinar de seu pensamento ao afirmar que no âmbito de comunicações vitais há formas de comunicação sistematicamente incompreensíveis: sonhos, como modelo normal desse fenômeno; atos falhos e até manifestações patológicas das neuroses, das doenças mentais e das perturbações psicossomáticas.

Como consequência, Habermas sugere um neologismo entre os termos metapsicologia e meta-hermenêutica. Enquanto a metapsicologia se encarregaria de revelar as hipóteses sobre o surgimento de estruturas de personalidade, a psicanálise funcionaria como meta-hermenêutica. Em outras palavras, a psicanálise seria a hermenêutica da hermenêutica.

Nesse sentido, propõe uma teoria da competência comunicativa, caracterizada como a interpretação hermenêutica profunda de uma comunicação sistematicamente desfigurada (Habermas, 2009).

A partir da proposta de meta-hermenêutica habermasiana, avança-se para o pensamento psicanalítico de Donald Winnicott, buscando-se observar a comunicação na interação com crianças vítimas de abandono e de diversas formas de violência abrigadas no *Lar de Amparo à Criança para Adoção em Maceió- LACA*, acrescentando-se o aporte do teórico inglês para a discussão do caso.

#### **4 A EXPERIÊNCIA NO LACA E SEU DESDOBRAMENTO TEÓRICO A PARTIR DA PSICANÁLISE DE WINNICOTT:**

As crianças de 0 a 6 anos, separadas de suas famílias em razão de terem sido vítimas de violências ou abandono, encontram-se em evidente estado de privação, passando por situações de grande fragilidade emocional.

Na época das visitas ao Lar, havia cerca **de quinze** crianças, sendo dois bebês abandonados ainda na maternidade por suas genitoras.

A sobrevivência em um ambiente coletivo e sob a tutela do Estado caracteriza um estado de exceção. Como bem observou Winnicott, “quando uma criança é separada dos pais, os mais intensos sentimentos são despertados” (2019, p.39).

Para minimizar esse prejuízo, constatamos que a instituição LACA zela de maneira bastante adequada, carinhosa e responsável pelo bem-estar das crianças, especialmente as recém-nascidas, que não recebem visitas públicas e estão resguardadas em quartos com janelas de vidro.

Nem seria necessário afirmar que as crianças já chegam o Lar bastante fragilizadas pelo convívio em uma família disfuncional, vítimas de abandono e violência, inclusive abusos sexuais. São crianças nas quais não foi desenvolvido o apego seguro, na concepção de John Bowlby. O teórico inglês evidencia (Bowlby, 2002, p.259):

Nenhuma forma de comportamento é acompanhada por sentimento mais forte do que o comportamento de apego. As figuras para as quais ele é dirigido são amadas, e a chegada delas é saudada com alegria. Enquanto uma criança está na presença incontestada de uma figura principal de apego, ou a tem ao seu alcance, sente-se segura e tranquila. Uma ameaça de perda gera ansiedade, e uma perda real, tristeza profunda; ambas as situações podem, além disso, despertar cólera.

O abandono e a violência, principalmente em seres humanos em início de vida, levam inevitavelmente ao medo da morte, eis que a criança é totalmente dependente de seus pais, especialmente de sua mãe, para preservar a sua existência. Esse é o maior trauma que um ser humano pode sofrer. A fragmentação da psiquê gerada pelo trauma a faz funcionar em seu estado de sobrevivência e estresse, pois, segundo o psicólogo alemão Franz Ruppert:

(...) Cuando nos sentimos amenazados, nuestra psiquê se pone em modo estrés. Entonces, la percepción, el sentir, las ideas y el pensamiento se concentran em el peligro correspondiente. Miedo, rabia y enfado son las emociones predominantes em el modo estrés. De ahí surgen pensamientos y actos agresivos. (RUPPERT, p. 604)<sup>3</sup>

Os cuidados dessas crianças devem considerar que são pessoas em severo estado de sofrimento, o que ficou evidente diante de comportamentos verificados em campo. Algumas apresentavam uma tristeza tão forte que sequer conseguiam interagir pelo olhar, outras já mostravam artifícios e agressividade para conseguir o que desejavam.

Na rotina dessas crianças tão fragilizadas, o LACA oferece um parquinho em tamanho suficiente para as necessidades do brincar, momento de expressão da criatividade e da personalidade da criança e do adulto (Winnicott, 2019).

A existência do parquinho e a rotina diária de brincadeiras proporciona uma forma de psicoterapia. “É bom lembrar que o brincar é, por si só, uma terapia. Permitir que as crianças brinquem é, em si mesmo, uma forma de psicoterapia com aplicação imediata e universal.” (Winnicott, 2019, p. 37)

Durante as brincadeiras, foram observados artifícios das crianças com o grupo, algumas delas chamando a coautora de “mãe”. Foi interessante notar o olhar um tanto malicioso de uma criança, de aproximadamente 3 ou 4 anos naquele momento.

Outra criança de aproximadamente 5 ou 6 anos abordou os coautores afirmando que era o dia de seu aniversário e pediu presentes, dentre eles uma boneca e um aparelho celular. A informação não era verdadeira.

Durante a prática de intervenção com as cuidadoras, houve informações de que os pais visitam as crianças em dias de segunda-feira. Os mesmos pais que abusaram, violentaram e muitas vezes abandonaram os filhos, chegam ao abrigo para exigir os cuidados que eles mesmos não foram capazes de oferecer. Winnicott também constatou essa tendência e afirmou: “Nada pode despertar maior ciúmes da mãe do que saber que seu filho está sendo excepcionalmente bem cuidado” (2019, p. 36).

---

<sup>3</sup> “Quando nos sentimos ameaçados, nossa psique entra em modo de estresse. Então, a percepção, o sentimento, as ideias e o pensamento se concentram no perigo correspondente. Medo, raiva e raiva são as emoções predominantes no modo de estresse. Daí surgem pensamentos e atos agressivos”. (RUPPERT, p. 604; tradução livre).



Nos últimos momentos da roda de conversa, as cuidadoras relataram que os pais muitas vezes reclamam do tratamento prestado aos filhos, dizendo que estão magros etc. Foi confidenciado pelas cuidadoras que necessitam manter um grande controle emocional quando recebem essas reclamações, inclusive porque conhecem a realidade das crianças e o tipo de abuso sofrido por cada criança.

Mais uma vez Winnicott chama atenção para o sofrimento da mãe, realçando a necessidade de se fazer um esforço para descobrir o que sente uma mãe destituída de seus filhos.

O estudo de caso demonstrou que as crianças, mesmo as menores, puderam apresentar as patologias da linguagem ao chamar a visitante de mãe e ao informar que estavam de aniversário para ganhar presentes.

O grupo de pesquisa não teve contato com os pais, mas foi possível deduzir, pelo relato das cuidadoras, a existência de uma comunicação desfigurada por parte dos genitores, psicanaliticamente prevista na teoria de Winnicott. Afinal, tratam-se de pessoas incapazes de gerir uma família, ao menos temporariamente, tanto que o Estado resolveu adotar medidas de exceção e retirar as crianças de seu convívio.

A pequena experiência de campo demonstrou o quanto uma situação de violência, com a privação de direitos básicos, como o acesso aos cuidados da família, a submissão a maus-tratos por agressões ou negligência, pode acarretar o começo de uma comunicação destituída de verdade, o primeiro requisito de uma ação comunicativa legítima no sentido habermasiano.

## **5 A DEMOCRACIA COMO CONQUISTA DIÁRIA DE CIDADÃOS LIVRES**

Desde a Grécia antiga que a democracia é considerada a participação de cidadãos na *polis*. À parte a restrição do conceito de cidadão a homens livres e proprietários, a concepção avançou no curso da história e contempla duas formas de democracia, a formal e a material.

A democracia formal é a da lei, é o postulado válido constante nos documentos internacionais de Direitos Humanos, e no Brasil se reflete na cabeça do artigo 5º da Constituição de 1988, quando dispõe: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à

segurança e à propriedade”, para em seguida elencar todos os princípios e regras que devem valer no âmbito da sociedade brasileira.

A democracia material, no entanto, é um valor, um objetivo, uma conquista, uma luta constante em razão das forças opositoras que se impõem no cenário da vida social e está estampada no artigo 3º da Carta Política, quando dispõe serem objetivos da República brasileira a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização e a reduzir as desigualdades sociais e regionais; a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

É necessário observar que as pessoas à margem da sociedade não conseguem participar da vida pública, seja por incapacidade de inserção na vida política, seja pela falta de uma educação formal e emancipadora.

É um círculo vicioso mantido para subalternizar e manter o exército de reserva. Enquanto não for distribuída a democracia material e realizada a consequente justiça social, as pessoas não serão capazes de exercer uma razão comunicativa, sendo levadas tão somente por uma ação instrumental capaz de satisfazer suas necessidades mais urgentes. Enquanto a razão comunicativa não for exercida, as pessoas estarão ausentes da vida pública, constituindo e participando como massa de manobra do capital, reproduzindo os discursos dominantes e dominadores como se fossem seus próprios.

A teoria do agir comunicativo, nesse contexto de dominação, não atinge a maioria das pessoas, que são mantidas como inaptas ao exercício da racionalidade comunicativa, seja por conta de suas necessidades básicas, seja em razão das deficiências emocionais.

A busca de uma opção para compreender a pessoa e libertá-la de suas dores psíquicas, tornando-a apta a participar da vida pública, pode ser buscada a partir do tratamento emocional, seja por meio da psicanálise ou de outras tantas abordagens terapêuticas, sendo importante apenas que o ser humano descubra e exerça a sua verdadeira identidade, se possível livre de doenças emocionais.

Foi nessa esteira que a análise do caso constatou que a incapacidade comunicacional pode afetar os seres em desenvolvimento logo na tenra idade, sendo imprescindível cuidar das famílias, especialmente das crianças para torná-las

aptas a conviver socialmente, fazendo suas escolhas livres do pensamento massificado.

## 6 BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse breve estudo de caso foi capaz de proporcionar uma leitura a partir do pensamento de Jürgen Habermas, propondo-se a aplicação prática da filosofia aliada às ciências da psicologia e da psicanálise, de modo a esclarecer e, porque não, tratar os seres em estado de privação e sofrimento, de modo a auxiliá-los na construção de uma comunicação verdadeira e legítima e que possibilite uma ação comunicativa emancipadora.

A adoção de medidas de cuidado nas instituições, com as crianças, cuidadores e genitores pode ser insuficiente ao postulado da democracia que se pretende construir, porém sem essa atitude a missão será muito mais difícil.

Se a psicanálise e a psicologia ainda são artigos de luxo, devem ser democratizadas e postas à disposição de todas as pessoas enquanto direito fundamental à saúde e ao bem-estar social, com a finalidade de possibilitar a formação de pessoas livres para tomarem as decisões em busca de uma vida plena e feliz.

Com as mentes livres das doenças emocionais, talvez a humanidade não precise mais ver o ser humano matar, destruir o patrimônio ecológico e imaterial, incitar guerras ou roubar a infância das crianças, entre tantas outras mazelas incompreensíveis que assolam o planeta.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Odilon Alves de. Ser, Consciência e Linguagem: Horizontes da Filosofia. **Revista Educação em Debate**. Fortaleza, ano 21.v 2. NQ38, p. 29-35, 1999.

Disponível em:

[https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14401/3/1999\\_art\\_oaaguiar.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14401/3/1999_art_oaaguiar.pdf)

BOWLBY, John. Apego. **A natureza do vínculo: apego e perda**. v. 1. 3. ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

HABERMAS, Jürgen. **Dialética e hermenêutica**: para a crítica da hermenêutica de Gadamer. Porto Alegre L&PM Editores, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **A Lógica das Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LONDERO, Angélica Dotto Londero; SOUZA, Ana Paula Ramos. Prevenção e intervenção em casos de tendência antissocial em uma perspectiva winnicottiana: alterações de linguagem como sintoma inicial da deprivação ambiental. **Rev. CEFAC**, 2016.

RUPPERT, Franz. **Quién soy yo en una sociedad traumatizada?** Tradução de Ana Maria Villar Peruga. Barcelona, Herder Editorial. 2019.

WINNICOTT, Donald. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

WINNICOTT, Donald. **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu editora, 2019.

WINNICOTT, Donald. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

WINNICOTT, Donald. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

POLLI, José Renato. Violência e Direitos Humanos em Jürgen Habermas. **Revista Lumen**. V.315.81, 2018.

PRADO, José Luiz Aidar Prado. **Habermas com Lacan**: introdução crítica à teoria da ação comunicativa. São Paulo: Educ-Editora PUC-SP, 2014.

SILVA, Gustavo de Melo. **Teoria do Agir Comunicativo na perspectiva de Jürgen Habermas**: Implicações filosófico-educativas para a redução dos litígios sociais. São Carlos: Pedro & João, 2023.

# O PROBLEMA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA ÀS FOTOGRAFIAS E O PENSAMENTO DE VILÉN FLUSSER

**Claudia Bucceroni Guerra**<sup>1</sup>  
UNIRIO  
Claudia.guerra@unirio.br

**Jairo Andre Marques Junior**<sup>2</sup>  
UNIRIO  
jairojr@edu.unirio.br

---

## Resumo

Esta apresentação tem como objetivo iniciar a reflexão, no contexto teórico da Ciência da Informação, dos questionamentos que possam surgir e as possibilidades teóricas para responder tais questionamentos em relação à Inteligência Artificial aplicada à fotografia. A metodologia utilizada nesse estudo foi o levantamento bibliográfico sobre fotografia e IA nas áreas que dialogam de forma interdisciplinar com a Ciência da Informação, bem como o retorno às teorias de Vilén Flusser como aporte para possíveis interpretações favoráveis ao debate conceitual aqui proposto.

**Palavras-chave:** Fotografia. Inteligência artificial (IA). Vilén Flusser.

## THE PROBLEM OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE APPLIED TO PHOTOGRAPHS AND THE THOUGHT OF VILÉN FLUSSER

### Abstract

This presentation aims to initiate reflection, in the theoretical context of Information Science, on the questions that may arise and the theoretical possibilities to answer such questions in relation to Artificial Intelligence applied to photography. The methodology used in this study was a bibliographical survey on photography and AI in areas that interact in an interdisciplinary way with Information Science, as well as a return to Vilén Flusser's theories as a contribution to possible interpretations favorable to the conceptual debate proposed here.

**Keywords:** Photography. Artificial intelligence. Vilén Flusser.

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Processos Técnicos Documentais da UNIRIO. Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ)

<sup>2</sup> Graduado do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bolsista de Iniciação Científica – UNIRIO.

Tradicionalmente, o estudo da fotografia sempre esteve envolto em questionamentos acerca de sua natureza, qual seria seu estatuto ontológico, seus aspectos discursivos e simbólicos e que mensagem seria uma fotografia.

Barthes (2000, p. 327) pontuou que a mensagem fotográfica está ligada ao seu conteúdo como referente direto do objeto fotografado e, por conta desse aspecto, as fotografias são “mensagens sem código”, uma vez que são “reproduções analógicas da realidade”. Esta crença na qual a técnica fotográfica reproduz uma imagem direta do real criou (e ainda cria) problemas conceituais.

Adotada como a forma de representação visual preferencial da modernidade e da pós-modernidade, a fotografia acumulou outros questionamentos conceituais a medida em que suas técnicas vão se desenvolvendo. Walter Benjamin (1994) chega a afirmar que a fotografia em seu momento de industrialização estaria já em decadência diante das formas primitivas dos tempos da sua invenção. Mais recentemente, apontamos dois momentos de crise conceitual: quando a fotografia digital domina os mercados, superando a fotografia analógica, e o advento das ferramentas de geração de imagens que utilizam Inteligência Artificial.

A primeira crise conceitual, o desenvolvimento da fotografia digital nos fins do século XX foi estudado por nós na tese “Flutuações conceituais, percepções visuais e suas repercussões na representação informacional e documental da fotografia para formulação do conceito de Informação fotográfica digital”<sup>3</sup> apresentada no PPGCI IBICT/UFRJ sob a orientação da professora Lena Vania Ribeiro Pinheiro, na qual abordamos os aspectos conceituais e técnicos que fazem uma imagem criada pelo binômio fotógrafo/câmera digital uma fotografia tanto como um daguerreótipo<sup>4</sup> de meados do século XIX.

A presente apresentação tem como propósito iniciar a reflexão, dentro da Ciência da Informação, das dúvidas que possam surgir e as possibilidades teóricas para responder tais questionamentos em relação à Inteligência Artificial aplicada à fotografia.

Neste exato momento, nos deparamos com um novo desafio em termos de definição do que se entende ser fotografia (seu estatuto ontológico): a aplicação de

---

<sup>3</sup> GUERRA, C.B. Flutuações conceituais, percepções visuais e suas repercussões na representação informacional e documental da fotografia para formulação do conceito de Informação fotográfica digital (Tese de doutorado). IBICT – UFRJ, Rio de Janeiro., 2013.

<sup>4</sup> Daguerreótipo é o nome da primeira técnica fotográfica patenteada em 1839. Seu criador foi Louis Jacques Mandé Daguerre.

algoritmos de aprendizado de máquina em processos de produção de imagens por meio de aplicativos que utilizam Inteligência Artificial (IA). Tal procedimento geram imagens que podem se confundir com uma fotografia. Por isso, precisamos voltar, novamente, para a ontologia fotográfica.

Recentemente foi anunciado pela grande imprensa a notícia de que o artista e fotógrafo alemão Boris Eldagsen negou o prêmio de melhor fotografia de uma importante instituição por se tratar de uma imagem criada por IA. Ele argumentou que inscreveu a “não foto” no concurso para testar se as instituições estão preparadas para este tipo de imagem<sup>5</sup>.

Manipulações sempre existiram, mesmo no processo fotoquímico da fotografia analógica. No entanto, com o advento das imagens fotográficas digitais (processo fotoeletrônico) suspeitas e possibilidades de fraudes se intensificaram. Nos últimos anos essas dúvidas se tornaram mais evidentes com a grande disseminação de *fake-news* e desinformação, impulsionada pela utilização de novas ferramentas de geração de imagens por Inteligência Artificial.

Avançamos para o momento em que os algoritmos que utilizam a tecnologia IA serão capazes de criar uma imagem tão “realista” que poderá se confundir com uma fotografia e o documentalista precisará aprender a diferenciar uma imagem totalmente forjada por um programa, de uma imagem genuinamente fotográfica.

A metodologia aplicada a esse estudo introdutório foi o levantamento bibliográfico sobre fotografia e IA nas áreas que dialogam de forma interdisciplinar com a Ciência da Informação, bem como o retorno aos escritos do filósofo Vilém Flusser para possíveis interpretações ao debate conceitual aqui proposto.

## **2 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À FOTOGRAFIA**

O conceito de Inteligência Artificial não é recente. O processo de desenvolvimento do computador a partir do fim da Segunda Grande Guerra, desde o começo, previa um sistema de execução de tarefas cognitivas: jogar xadrez, resolver problemas matemáticos, compreender a linguagem escrita e falada, reconhecer o conteúdo de imagens etc.

---

<sup>5</sup> Veja: <https://epocanegocios.globo.com/mundo/noticia/2023/04/artista-alemao-recusa-premio-de-fotografia-e-diz-que-imagem-foi-criada-por-inteligencia-artificial.ghtml>



O que temos hoje, primeira metade do século XXI, é a popularização dos mecanismos informacionais, em diversas instâncias de nossa rotina e vivência, que utilizam a IA como ferramenta. Isso está acontecendo fortemente graças ao desenvolvimento de processadores mais rápidos e a popularização de smartphones, jogos digitais, redes sociais etc.

Na fotografia não é diferente. A utilização de ferramentas IA não é recente, mas a facilidade de acesso e a popularização de aplicativos de geração de imagens artificiais<sup>6</sup> cada vez mais parecidas com uma foto é uma realidade que ligou um alerta. Num futuro bem próximo como vamos diferenciar uma fotografia de uma imagem gerada por IA?

Em nossa pesquisa sobre fotografia digital (GUERRA, 2013), utilizamos exemplos de programas geradores de imagens fotográficas na astronomia.

Dados radiofônicos enviados pela sonda Magellan em 1989 até 1994 da superfície do planeta Vênus foram interpretados e renderizados por um complexo programa de RAY-TRACING utilizando tecnologia de IA e um variado número de imagens, tais como pinturas renascentistas e do Islã medieval. O programa posiciona um aparelho foto-virtual num espaço virtual e extrai em seguida a luz proveniente da imagem criada por uma fonte luminosa imaginária, criando assim diversas imagens das montanhas de Vênus. (LIPKIN, 2006)

Mais de 20 anos depois, foi possível criar a fotografia de um buraco negro nos confins do universo por meio de programa gerativo de imagem por IA. Em 2019 foi anunciada a imagem cujo processo de criação foi possível por meio do programa denominado CHIRP (*Continuous High-resolution Image Reconstruction using Patch priors*<sup>7</sup>) para processar centenas de milhares de dados coletados por uma rede de observatórios planetária.

A manipulação e a simulação das fotografias digitais astronômicas indicam que é possível utilizar tais imagens como ferramenta de observação confiável e segura, posto que, é criado nos dispositivos, câmeras acopladas em satélites e sondas, supercomputadores e softwares experimentais compostos de sistemas de Inteligência Artificial, protocolos e práticas que atestam, com o mínimo possível de margem de erro, o realismo da imagem representada. (GUERRA, 2013)

---

<sup>6</sup> Dentre os mais conhecidos destacamos: DALL-E, Midjourney e Adobe Firefly.

<sup>7</sup> Tradução da autora: reconstrução contínua de imagens de alta resolução usando prioridade de correção.

Dentre as várias ferramentas IA utilizadas atualmente para geração e reconhecimento de imagens, as mais populares são as de reconhecimento facial desenvolvidas com tecnologia denominada GAN (*Generative Adversarial Network*). As GANs consistem em duas redes neurais – que são algoritmos modelados com base nos neurônios do cérebro – que se enfrentam para produzir imagens de aparência realista, desde rostos humanos a pinturas impressionistas. Uma das redes neurais geram imagens (de, digamos, o rosto de uma mulher), enquanto a outra tenta determinar se essa imagem é falsa ou real. (DORIAN WONG, A. 2022)

A multinacional de tecnologia NVIDIA lançou em 2019 o software de código aberto StyleGAN, que revolucionou a geração de imagens faciais de alta qualidade. No entanto, segundo Dorian Wong, essa democratização dos algoritmos de Inteligência Artificial/Aprendizado de Máquina (AI/ML) permitiu que agentes mal-intencionados estabelecessem personas cibernéticas ultrarrealistas ou contas de marionetes em plataformas de mídia social. “A proliferação de algoritmos AI/ML levou a um aumento de *Deep Fakes* e contas de mídia social não autênticas”. (DORIAN WONG, A. 2022, P.2)

### 3 OS PRIMEIROS IMPASSES

Em março de 2023 uma imagem bastante realista do Papa Francisco I vestindo um casaco de neve da grife Balenciaga acionou um alarme na mídia e nas redes de fotógrafos profissionais e amadores.

Figura 1



Fonte: Google image.

Com o realismo fotográfico posto à prova, é preciso criar mecanismos para diferenciar uma imagem gerada por algoritmos IA de uma imagem fotográfica.

Retornando à reflexão sobre o estatuto ontológico da imagem fotográfica digital, o primeiro ponto diferenciador de uma imagem fotográfica digital e uma imagem digital, totalmente criada por algoritmos, é a câmera. Sem o mecanismo de captura dos estímulos fotônicos (luz) refletidos dos objetos da realidade não existe uma fotografia. (GUERRA, 2013)

O problema da imagem gerada por IA é que muitas vezes elas partem de uma fotografia legítima como modelo ou como base para a manipulação. É o caso da foto do Papa Francisco. Tal procedimento criam dois impasses: a dificuldade de perceber se a imagem é uma farsa e o problema da apropriação indevida do trabalho do fotógrafo.

No primeiro impasse, é preciso buscar referências e procedimentos analíticos que possam contribuir para a identificação do tipo de imagem está sendo vista. Como a prática profissional do documentalista será impactada ainda não sabemos, mas, no que concerne o realismo fotográfico, a conexão do referente à imagem por meio do mecanismo parece ser o primeiro passo. Não podemos falar de uma fotografia sem a câmera.

Segundo Frohmann (2004), práticas documentárias compõe uma disciplina com propriedades sociais; requerem tratamento, ensino, correção e outras medidas disciplinares. Nessa perspectiva precisamos estar atentos, aprender a lidar com os novos desafios da Inteligência Artificial. Por outro lado, ainda citando Frohmann (2004), as práticas documentárias têm historicidade; surgem, se desenvolvem, declinam e desaparecem por circunstâncias históricas e estamos num momento de profundas mudanças no que consideramos verdade, objetividade e realidade.

Com o advento dos programas de geração de imagens por meio da Inteligência Artificial, é preciso especificar com clareza que tipo de mensagem a fotografia fornece ao olhar, o propósito daquela imagem. Desconfiar de propósitos obscuros seria o primeiro passo.

No segundo impasse, ainda não temos regras que garantam o direito autoral dos fotógrafos. O caso da imagem do Papa Francisco exemplifica a questão. A cabeça do Papa foi extraída de uma foto legítima, bem como o casaco que possivelmente foi retirado de um desfile de inverno ou de um anúncio da grife.

A apropriação de fotografias pelos programas IA sem o devido reconhecimento de autoria é um lado do impasse. O outro lado diz respeito ao próprio mecanismo de geração de imagens. Citamos como exemplo o aplicativo Midjourney. O usuário precisa criar uma frase com comandos que descrevem a imagem desejada, são os *PROMPTS*. Tais frases vão determinar seus desejos e gostos para futuras imagens. Quanto mais eficientes frases descritivas você criar, mais e melhor o aplicativo vai cumprir suas demandas. No entanto, seus *PROMPTS* podem servir de base para a geração de imagens de outros usuários uma vez que o aplicativo “aprende” a criar as imagens. Por isso, fotógrafos e outros profissionais da imagem presumem que num futuro próximo o algoritmo será mais efetivo.

#### **4 A REDUNDÂNCIA**

Um dos aspectos mais comum nos programas geradores de imagens está relacionado com a redundância. Para criar imagens realistas e eficientes, tais programas utilizam uma grande quantidade de imagens temáticas. Os softwares das câmeras digitais, por exemplo, têm funções do tipo captação de sorriso, fotos em praias, noturnas etc. Para que as imagens saiam perfeitas, um grande número de fotografias de sorrisos, praias e noturnas são utilizadas como modelo.

Este tipo de programação utiliza fartas coleções de imagens de determinados assuntos ou cenas usadas para melhorar as imagens capturadas digitalmente por meio de algoritmos criados com base nesse repertório. Com a impossibilidade de coletar todas as imagens possíveis do mundo, Levoy conjectura poder coletar todas as cenas semanticamente diferenciadas: “Quer remover um caminhão de lixo da sua foto instantânea de uma *piazza* italiana? Comece com uma base de dados contendo muitas *piazas* italianas.” (LEVOY, 2008, p.86)

Esta tecnologia é atualmente usada nas câmeras digitais amadoras que captam o sorriso por meio de um algoritmo que concentra diversos tipos de sorrisos, num processo que Levoy denomina de “estratégia de sensoriamento”, que amplia as capacidades da fotografia digital (2008, p.86).

Um dia será possível perceber até que ponto este repertório de sorrisos embutidos nessas pequenas câmeras irá interferir ou padronizar os rostos até um ponto em que todos os sorrisos capturados serão estranhamente semelhantes? (GUERRA, 2013)

No caso das imagens gerativas IA a redundância cria uma amplidão de possibilidades de criação de imagens quase infinita, no entanto, estamos mais próximos da padronização exacerbadas de rostos, tratados por filtros nas redes sociais e aplicativos IA.

Retornamos ao texto de Shannon e Weaver (1964) quando afirmam que quanto maior a redundância menos informação. No caso aqui estudado, a redundância é condição *sine qua non* para o sucesso da geração de imagens e, ao mesmo tempo, falha ao homogeneizar rostos e paisagens. Caminhamos para um mundo repleto de platitudes visuais?

## 5 VILÉM FLUSSER E AS POSSIBILIDADES REFLEXIVAS

Para dar início à reflexão aqui proposta, recorreremos ao filósofo tcheco Vilém Flusser que desenvolveu o conceito de imagens técnicas para pensar os caminhos que estavam se desenhando em fins dos anos 1980 com o advento das imagens digitais. Segundo o autor:

Aparelhos podem ser programados para imaginarem. Para poderem fazê-lo, é preciso que calculemos as nossas vivências e as codifiquemos. Os resultados serão modelos de vivência concreta de poder por ora inimaginável. Para podermos imaginar tal poder, nada nos resta a não ser programar imagens. Nova estética está emergindo, e com ela, sem dúvida, nova ética, nova epistemologia, e – quem sabe? – nova religiosidade (novo modelo da vivência do Inteiramente Diferente). Invejo os nossos netos (FLUSSER, 2006, p.326).

As imagens técnicas/digitais seriam modelos de vivência calculados por programadores. Flusser destaca a participação do programa/programação/programador no processo de geração da imagem e afirma que não fará sentido questionar se as imagens são fictícias ou não, e sim o quanto são prováveis e, o mais importante, informativas (FLUSSER, 2008). No caso das imagens digitais geradas por ferramenta IA, esse procedimento analítico é de grande valia para a pesquisa na área da Ciência da Informação.

Segundo Flusser, podemos considerar as câmeras fotográficas, bem como os aplicativos de geração de imagens, detentores de programações que criam imagens não informativas, uma vez que são sistemas automatizados (FLUSSER, 2008).

Devemos observar o quanto os aplicativos IA terão a possibilidade de romper com essa afirmativa num futuro próximo.

No pensamento do filósofo, quem teria o poder de romper com a redundância das imagens padronizadas e pouco informativas é o produtor das imagens, o fotógrafo, que tem a capacidade de subverter o sistema de programação para criar imagens autênticas e diferentes do visível mundo da automação. Mas essa subversão não significa negar as novas tecnologias como muitos fotógrafos têm se manifestado, mas criar contra a programação dentro da programação: “O seu desafio é o de fazer imagens que sejam pouco prováveis do ponto de vista do programa dos aparelhos. O seu desafio é o de agir contra o programa dos aparelhos no ‘interior’ do próprio programa.” (FLUSSER, 2008)

## 6 FLUSSER E A REALIDADE IMATERIAL

Diante das diversas mudanças ao qual Flusser interroga as possibilidades da geração de imagens como reflexo de uma cultura que produz valores culturais que relacionam tecnicamente o fazer produtivo de um artista / fotógrafo às intencionalidades programadas por meio das inteligências artificiais, se torna necessário questionar qual o âmbito das imagens generativas, que são feitas por meio da aplicação da programação voltada à algoritmos e IAs, no meio social em que são difundidas e, inevitavelmente, utilizadas como forma de ilustrações. Pensar o lugar desse novo tipo de imagem significa, primordialmente, questionar a origem de um conjunto de informações redundantes que são programadas para simularem o processo de escolhas feitas durante a manipulação de um aparelho fotográfico.

Em sua obra “**filosofia da caixa preta**” (2009), o autor expressa que essa relação entre ver, fotografar e, novamente, ver (a fotografia ampliada) é constituída de um processo de ações e intencionalidades, o qual o autor define como *inputs* dirigidos à linguagem mecânica da câmera, o qual, em meios filosóficos, irá definir como *software*. No entanto, Flusser não define tal linguagem mecânica como, meramente, meio de realizar o ato fotográfico. O *Software* almejado pelo autor tem como finalidade o domínio do processo fotográfico enquanto manipulação de toda uma realidade social, onde a imagem é potencialmente influenciadora de seus espectadores. Tal controle do modo de ver acaba por definir-se em uma outra perspectiva do autor sobre a ideia de uma pós-história, onde, na relação entre a

cultura visual e o fazer histórico, nada de novo acontece; apenas a repetição de imagens que tornam o tempo um fluxo cíclico de acontecimentos repetidos. Isto é, diante da redundância das imagens, não há meio de surgir nova informação senão pelo controle e subversão da linguagem fotográfica. Em termos de imagens técnicas, ainda que por meio de intervenções diretas do operador em uma câmera, subverter a linguagem significa quebrar as relações de visibilidade entre acontecimentos no cerne de seu acontecimento e imagens amplamente reproduzidas, que são facilmente associadas a significados previamente estabelecidos.

Quanto ao modelo de subversão diante das tecnologias de geração de imagens, onde o controle do resultado final não está associado a escolhas que são relativas ao olhar e à ação mecânica de um obturador fotográfico, mas a um conjunto de instruções dadas à programas que irão interpretar tais intenções (também um *input* dirigido para um *software* na linguagem da informática), se torna necessário questionar qual o tipo de universo de imagens constitui esse novo modelo. A ensaísta e filósofa Susan Sontag, em seu livro “**Sobre fotografia**”, se propõe a pensar no que o uso de imagens técnicas culminaria entre as relações entre imagem e opinião social. Para a autora, o resultado destas ações seria uma forma de controle social por meio das imagens sem valor informativo, uma espécie de conjunto de imagens que carregam consigo valores, opiniões, comportamentos e são usadas para gerir o modo de vida. Tal conjunto é definido como “mundo-imagem”, onde cada ação possui uma imagem correspondente.

A realidade sempre foi interpretada por meio das informações fornecidas pelas imagens; e os filósofos, desde Platão, tentaram dirimir nossa dependência das imagens ao evocar o padrão de um modo de apreender o real sem usar imagens. Mas quando, em meados do século XIX, o padrão parecia estar afinal, ao nosso alcance, o recuo das antigas ilusões religiosas e políticas em face da investida do pensamento científico e humanístico não criou — como se previra — deserções em massa em favor do real. Ao contrário, a nova era da descrença que não podia mais ser concedida a realidades compreendidas *na forma de imagens* passou a ser concedida a realidades compreendidas *como se fossem* imagens, ilusões. [...] Tais imagens são de fato capazes de usurpar a realidade porque, antes de tudo, uma foto não é apenas uma imagem (como uma pintura é uma imagem), uma interpretação do real; é também um vestígio, algo diretamente calcado do real, como uma pegada ou máscara mortuária”. (SONTAG, 2004, p.169-170).

Entre o modelo de pensamento técnico proposto por Flusser e o modo de ver filosófico proposto por Sontag, há a ideia em comum entre os autores que a utilização de imagens redundantes não leva ao conceito de informação, mas a um



conceito de ilusões; do que se convém dizer que é dado pelo seu valor de evocação de uma realidade material. O que é, no entanto, diferente em ambos, é o conceito de experiência. Para Sontag, fotografias evocam a experiência daquilo que foi fotografado como um modo de apreender o rastro registrado. Para Flusser, o conceito de experiência é uma ação que intervém no comportamento social, onde a realidade redundante resulta na experiência individualista das imagens técnicas. O que torna necessário observar na experiência a partir da fotografia são as suas origens diante do mundo-imagem. Segundo a perspectiva de Sontag, tais imagens mantêm, necessariamente, uma relação expressa com o mundo material. O que, nas considerações sobre a semiótica de Charles Sanders Peirce, é definido como tipo de signo indicário. A virtualidade dessas imagens é constituída por uma cadeia de outras imagens que mantêm seus significados através da evocação de um fragmento do real relacionado ao mundo sensível. No entanto, essa relação entre o índice Peirciano e a sua virtualidade no mundo-imagem não possui o mesmo valor interpretativo quando relacionadas às imagens generativas. A interpretação dos valores de *inputs* feitas pelas inteligências artificiais desloca a necessidade de um rastro sensível como validação de fatos registrados, e isso tende a acontecer porque o mundo-imagem das imagens generativas é virtual, baseadas em imagens redundantes, sem a possibilidade de geração de imagens-únicas. O que também acaba por desaparecer nessa nova relação entre as imagens criadas por meio de inteligências artificiais e sua relação com o real é a evocação da testemunha ocular. Se, antes, a aproximação do fragmento do real se tornava válido por meio do testemunho de seu fotógrafo inserido em um determinado contexto de produção fotográfica (o que não impede desvios narrativos), agora, são os geradores os usuários de informação que exercem funções de programadores por meio do domínio da linguagem informática para a geração de imagens. O novo aparelho de criação de imagens, diante do atestado de veracidade de informação visual na era da informática, substituiu a relação entre o ver, disparar e, novamente ver para uma completa substituição da câmera fotográfica pelo teclado e linhas de comandos em computadores. Há, inevitavelmente, o desaparecimento do rastro sensível diante dos dados interpretados pelas IAs. Em conjunto com o desaparecimento de seus operadores no mundo sensível, se tornam necessários também questionamentos sobre a ética na utilização de imagens generativas. Sontag expressa que “As câmeras são o antídoto e a doença, um meio de apropriar-se da realidade, tornando

cada vez menos plausível refletir nossa experiência à luz da distinção entre imagens e coisas, entre cópias e originais” (SONTAG, 2004, p.196).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta apresentação apontamos os primeiros impasses, dúvidas, que o advento da popularização de ferramentas de geração de imagens por meio de Inteligência Artificial apresenta. Tais ferramentas tem pouco menos de cinco anos de lançamento, o qual indivíduos mal-intencionados veem utilizando para criar desinformação, as *fake news*. Mas foi nos fins de 2022 que aplicativos como Dall-E e Midjourney se tornaram populares e levantaram a dúvida se, num futuro próximo, ainda teremos imagens que condizem com a realidade (se é que um dia isso ocorreu).

O documentalista e seu papel de criar mecanismos de descrição, recuperação e democratização das informações, precisa estar atualizado com as últimas formas de produção de conhecimento, de imagens. Consideramos como um importante passo a leitura do filósofo Vilém Flusser e seu conceito de imagem técnica.

Esta nova realidade de geração de imagens, facilitada por meio das inteligências artificiais, aprofunda a necessidade de debates para a criação de ferramentas para a identificação de imagens fictícias quando inseridas em contextos de propagação de *Fake News* e demais usos considerados ruins e antiéticos. O que de fato se torna uma preocupação é que, a mesma tecnologia que poderá ser de grande valor para a recuperação e restauração digital de arquivos considerados históricos pode ser a mesma que permite a manipulação de imagens como forma de descontextualizar seus acontecimentos.

Vilém Flusser não pode ver os desdobramentos de suas ideias sobre as imagens técnicas pois faleceu em 1991. Mas seu pensamento continua atual e necessário para pensar esse novo momento.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. A Mensagem Fotográfica. *In*: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 325-341

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: Magia e técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DORIAN WONG, Adam. BLADERUNNER: Rapid Countermeasure for Synthetic (AI-Generated) StyleGAN Faces. **arXiv e-prints**, arXiv-2210, 2022.

FLUSSER, Vilém. A **filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Sinergia Relume Dumará, 2009.

FLUSSER, Vilém. Concretizar. *In*: FLUSSER, Vilém. **O universo das imagens técnicas**: elogio da superficialidade. São Paulo: Annablume, 2008.

FLUSSER, Vilém. Sintetizar Imagens. *In*: FABRIS, Annateresa, KERN, Maria Lucia Bastos. **Imagem e Conhecimento**. São Paulo: EDUSP, 2006. p.319-326.

FROHMANN, Bernd. Documentation Redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Librarian Trends**, v. 52, n. 3, p.387-407, 2004.

GUERRA, Claudia Bucceroni. **Flutuações conceituais, percepções visuais e suas repercussões na representação informacional e documental da fotografia para formulação do conceito de Informação fotográfica digital** (Tese de doutorado). IBICT – UFRJ, Rio de Janeiro., 2013.

LEVOY, Marc. Technical Perspective, Computational Photography on large collections of images. **Communications of the ACM**. v. 51. n. 10. p. 86, 2008.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana: Tenth printing, 1964.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

# TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE EM JÜRGEN HABERMAS

**Daniel Valente Pedroso de Siqueira<sup>1</sup>**  
Universidade Federal do ABC (UFABC)  
daniel.valente@ufabc.edu.br

---

## Resumo

O presente texto observa a teoria crítica da sociedade desenvolvida por Habermas a partir da análise das duas teses apresentadas na *Teoria da Ação Comunicativa*, sobre a modernidade seletiva e sobre o desacoplamento das esferas sociais tematizáveis, pretendendo compreender como o avanço dos imperativos funcionais do sistema (a burocracia administrativa estatal e a economia capitalista) têm extrapolado suas áreas de atuação e aumentado ainda mais sua dinâmica sistêmica sobre o âmbito da reprodução simbólica nas sociedades capitalistas do século XXI. A discussão que se segue analisará esta ampliação considerando que as interferências e alterações sobre os padrões de integração social são questões que se encontram em um desenvolvimento constante desde as mudanças pelas quais passaram a alterar os critérios de legitimação da modernidade capitalista. Ainda que de um modo não inteiramente distinto daquele tematizado por Habermas no contexto social do início dos anos 1980, pretende-se observar que no atual estágio do capitalismo internacional esta interferência, assim como as alterações daí promovidas, tem provocado uma maior fragmentação social e gerado bloqueios que perturbam ainda mais a integração social (que ameaçam inviabilizar qualquer efetivação da emancipação social quanto mais são deturpados os critérios de legitimação e reconhecimento social). Circunscrito a este horizonte, pretende-se sustentar que tais fatores possam ser melhor compreendidos mediante uma investigação sobre as patologias sociais, especificamente quando estas são compreendidas como parâmetros que proporcionariam identificar *certa resistência* a uma integração social orientada por imperativos sistêmicos.

**Palavras-chave:** Habermas. Teoria da Ação Comunicativa. Patologia social.

## 1 INTRODUÇÃO À TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE DE JÜRGEN HABERMAS

Em 1977 Jürgen Habermas iniciou a redação de uma teoria crítica da sociedade que pretendia a partir da análise das modernas sociedades capitalistas explicar e justificar seus parâmetros críticos. Este desenvolvimento intelectual viria a ser publicado em 1981 com o título de *Teoria da Ação Comunicativa (TAC)*, uma obra que figura como a “última tentativa de fundamentar a teoria crítica numa teoria social de larga escala” (Fraser & Jaeggi, 2020, p. 17) ao se propor desenvolver uma crítica às modernas sociedades capitalistas (especificamente àquelas da segunda

---

<sup>1</sup> Doutorando. Universidade Federal do ABC (UFABC). daniel.valente@ufabc.edu.br.

metade do século XX, pertencentes ao Estado de bem-estar social Ocidental) não orientada pelas estruturas de análise utilizadas para o exame do capitalismo liberal do século XIX.

Ainda que a redação da obra tenha “começado para valer” (Habermas, 2015a, p. 260) em 1977, não parece ser exagero considerar que a argumentação que foi apresentada com a publicação da *TAC* venha a ser reconhecida como o resultado de um esforço intelectual de mais de vinte anos de reflexões e pesquisas sobre as crises estruturais das sociedades capitalistas, especificamente ao ser considerado que nesta obra Habermas pretendeu “reformular a crítica da reificação, a crítica da racionalização de modo a oferecer, por um lado, explicações teóricas para a fragilização do compromisso em torno do Estado de bem-estar social e para os potenciais de crítica ao crescimento dos novos movimentos sociais” (*idem*, p. 263), como ele mesmo descreveu em uma entrevista concedida a Axel Honneth, Eberhard Knödler-Bunte e Arno Widmann no mesmo ano da publicação (Habermas, 2015b).

Na obra supracitada, Habermas desenvolveu um *dualismo metódico* que passou a abordar tanto a problemática da racionalidade da ação (vinculada aos sujeitos singulares) quanto a racionalização da sociedade em geral, fazendo uso de uma “mescla de conceitos básicos da teoria da ação e da teoria dos sistemas” (Habermas, 1981a, p. 209), o que resultou na promoção de uma espécie de interconexão entre os momentos da razão (*idem*, p. 525) que tornou apto sua teoria crítica da sociedade examinar, “por meio de reconstruções da história da teoria social e da filosofia” (Repa, 2022, pp. 13-14), na integração social das sociedades capitalistas resquícios de uma interação social que não encontrar-se-ia inteiramente regulada por princípios advindos dos subsistemas econômico-financeiro e administrativo-burocrático.

Siebeneichler (2021) discute que o dualismo metódico adotado por Habermas refere-se a sua proposta de enfrentar o problema paradoxal de introduzir a teoria da sociedade (demarcada por padrões rigorosos da ciência) sem recorrer às ciências exatas, mas fazendo uso tanto a filosofia quanto da sociologia para estabelecer “não somente uma nova configuração entre filosofia e as ciências, mas também uma distinção entre duas perspectivas distintas e complementares, a saber: a perspectiva distanciada de um observador objetivo especializado em vocabulários científicos” (*idem*, pp. X-XI) que também passou a exigir “a perspectiva participante de um

intérprete que o próprio observador é obrigado a adotar, já que ela permite compreender, por meio da linguagem, nexos simbólicos cujo critério é a intersubjetividade do entendimento” (*ibidem*). Segundo Siebeneichler, tal dualismo metódico figuraria, então, como uma chave conceitual para compreender como Habermas teria conseguido correlacionar explicações pragmático-formais filosóficas com análises empíricas históricas para elaborar sua teoria crítica da sociedade capitalista.

Tal sugestão de leitura encontrar-se-ia adequada às próprias condições teóricas que proporcionaram a compreensão habermasiana sobre o surgimento das modernas sociedades capitalistas.

De certo modo, o entendimento de Habermas sobre as sociedades capitalistas foi desenvolvido a partir de um contexto filosófico discursivo orientado a problematizar os fundamentos conceituais da modernidade Ocidental, contexto este o qual não se limitava à abordagem desenvolvida pela Teoria Crítica (tanto àquela da primeira geração de frankfurtianos quanto da teoria crítica da sociedade desenvolvida por Habermas). Todas as teorias sociais de orientação crítica do século XX, que mesmo recorrendo a um conceito tão impreciso como o de modernidade Ocidental, tiveram um cerne comum: a sociologia weberiana. Este cerne comum referiu-se especificamente a compreensão de que a modernidade Ocidental referia-se a um conjunto de características observáveis nos modelos de sociedades que nasceram de uma “combinação de circunstâncias [...] que tornou possível o surgimento de fenômenos culturais em uma linha de desenvolvimento com significado e valores universais” (Weber, 1958, p. 15).

É importante fazer notar que esta compreensão em comum entre as teorias sociais de orientação crítica e a sociologia desenvolvida por Max Weber figura na elaboração das duas teses que Habermas apresenta na *TAC* (*i.e.*, a modernidade seletiva e a tese do desacoplamento das esferas sociais). Habermas desenvolve as duas teses e as compreende como dois movimentos concomitantes de modernização quando compreende que a sociologia desenvolvida por Weber proporcionou identificar que foi tanto mediante a combinação de circunstâncias historicamente observáveis que se desenvolveu a ciência empírica moderna quanto pela “busca racional e especializada da ciência, com trabalhadores treinados e especializados” (Weber, 1958, pp. 15-16). Uma compreensão que, como Bernstein observa, proporcionou a Habermas identificar os “inelutáveis processos de

modernização [social] que destruíram os fundamentos das visões de mundos tradicionais” (Bernstein, 1991, p. 5).

O desenvolvimento de uma teoria crítica das modernas sociedades capitalistas principia, então, quando Habermas observa que o processo de especificação e especialização dos saberes, que passaram a figurar na modernidade capitalista, encontravam-se em conformidade ao surgimento de “uma diferenciação de esferas de valor e de estruturas de consciência que tornaram possível uma transformação crítica do saber tradicional sob pretensões de validade específicas em cada caso” (Habermas, 1981a, p. 456)

Ao elaborar um critério racional para compreender a estrutura da integração social das sociedades capitalistas observando as transformações sociais da modernidade, o projeto apresentado na *TAC* (e que, de certo modo, pode ter seu princípio atestado já na década de 1960 com a publicação do primeiro grande trabalho sistemático de Habermas<sup>2</sup>), formula três complexos temáticos<sup>3</sup> principais, que se relacionam entre si: 1) o desenvolvimento de uma concepção mais ampla, e mais abrangente, de razão que não encontrar-se-ia redutível às delimitações cognitivo-instrumentais, ou estratégicas, impostas por um modelo monológico da razão; 2) a elaboração de um conceito de sociedade em dois níveis, que vincule os paradigmas do mundo da vida e do sistema, para estabelecer critérios para pensar uma sociedade emancipada em termos racionais a partir desta concepção mais ampla de razão e; 3) a fundamentação de uma teoria da modernidade apta a diagnosticar, e esclarecer, as patologias sociais que se manifestam de maneira sempre mais visíveis nas sociedades capitalistas<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> O trabalho em questão é *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, publicada originalmente em 1962. Para mais, cf. McCarthy, 1994, pp. 51-72.

<sup>3</sup> Stephen K. White também observa continuidade e desenvolvimento evolutivo entre as obras de Habermas, sendo que neste ponto ele aponta como os três componentes trabalhados por Habermas na *Teoria da Ação Comunicativa* já são encontráveis em obras anteriores. Ao analisar a discussão de *Conhecimento e Interesse*, por exemplo, o autor identifica três interesses constitutivos aos seres humanos em acordo com as três categorias de conhecimento e racionalidade que Habermas trabalhava à época (interesses acerca do domínio técnico sobre o mundo circundante, sobre os interesses que os indivíduos possuem uns sobre os outros em uma determinada interação social e aqueles pela realização de ações que não encontram-se submetidas às estruturas de dominação). White vê nisto critérios para a elaboração de uma “base racional para a vida coletiva que seria alcançada apenas quando as relações sociais fossem organizadas a partir de um princípio de validade sobre todas as normas, que promoveriam um consenso alcançado em uma interação comunicativa livre de dominação” (White, 1995, p. 6), algo teria sido abandonado por Habermas por compreender a insuficiência em desenvolver uma crítica às sociedades capitalistas orientada por critérios epistemológicos dos interesses constitutivos do conhecimento.

<sup>4</sup> É importante observar que a partir destes três complexos principais são extraíveis quatro contextos investigados também desenvolvidos na *TAC*: a) sobre as discussões metodológicas concernentes às



Os questionamentos apresentados sobre a razão e a teoria da ação passam então, em um sentido metodológico mais amplo, a estabelecer um novo núcleo conceitual para a teoria social crítica.

Na última seção do capítulo VIII da *TAC*, “Tarefas de uma teoria crítica da sociedade” (Habermas, 1988b, pp. 548-594), Habermas orienta a compreensão sobre seu modelo de teoria crítica da sociedade crítica recuperando (e em grande medida reformulando “na qualidade de uma teoria crítica reconstrutiva, o projeto do materialismo interdisciplinar” [Repa, 2008, p. 149]) os esforços intelectuais realizados pelo Instituto de Pesquisa Social, especificamente quando declara que com o trabalho publicado ele pretende “recordar os complexos temáticos que ocuparam a primeira teoria crítica e mostrar como algumas dessas intenções podem ser retomadas sem as suposições de filosofia da história a que se prendiam na época” (Habermas, 1988a, p. 554).

Das tarefas de uma teoria crítica da sociedade descritas por Habermas, as quais são, em grande medida, elaboradas em observação aos trabalhos do Instituto de Pesquisa Social<sup>5</sup>, especificamente aqueles que foram trabalhados até o início dos anos 1940, quando o grupo de pesquisadores alemães reunidos em Nova York se separa, a principal preocupação aqui é em compreender nas formas de integração das sociedades pós-liberais resquícios de resistência a uma integração social sistemicamente regulada.

## 2 AS DUAS TESES SOBRE A MODERNIDADE CAPITALISTA

---

ciências sociais; b) sobre os debates em torno do caráter filosófico da modernidade e os questionamentos à respeito da racionalização social associada à modernidade capitalista; c) sobre os embates teóricos que envolvem as múltiplas práticas filosóficas contemporâneas e; d) sobre as leituras conflitantes a respeito da legitimidade do Estado liberal e democrático. Tais questões já acompanhavam Habermas quando apontava para um *déficit* normativo na oscilação entre o universalismo de caráter eminentemente técnico e os particularismos dos mais variados fundamentalismos, *déficit* que exige da ética reflexões e análises, bem como a apresentação de parâmetros teóricos que propiciem conciliar o universalismo tecnológico com o normatismo existente nos mais diversos particularismos. Por isso que, tendo isto em mente, Habermas se dedicou sobre as estruturas normativas das modernas sociedades capitalistas recuperando termos da psicologia do desenvolvimento de Piaget e Kohlberg para tal. Sua reconstrução recai, principalmente, sobre o desdobramento da estrutura de interação contemplada nos níveis pré-convencional, convencional e pós-convencional da estrutura de interação sociológica. O nível pós-convencional interessa a Habermas porque ele pode ser esquematizado como aquele que contém a orientação para o “contrato social” e os princípios éticos universais. Para mais, cf. Habermas, 2016, pp. 97-132.

<sup>5</sup> Neste sentido, Habermas identificou seis temas que vinculavam seus interesses de pesquisa e que constituíram ensaios teóricos da primeira geração de teóricos críticos, a saber: “(a) das formas de integração das sociedades pós-liberais, da (b) socialização e desenvolvimento familiar, (c) das mídias de massa e cultura de massa, (d) da psicologia social do protesto paralisado, (e) teoria da arte, e (f) da crítica do positivismo e da ciência” (Habermas, 1988a, p. 555).

A investigação sobre como a modernidade capitalista pode ser compreendida é um dos pontos de maior interesse da teoria crítica da sociedade desenvolvida por Habermas na *TAC*.

Sua complexa discussão desenvolve uma teoria da modernidade que apresenta uma interpretação inaugural ao “sugerir um redirecionamento, ao invés de um abandono, do projeto Iluminista” (McCarthy, 1984, p. viii) através da elaboração de uma teoria da evolução social que observa a modernidade capitalista a partir da “diferenciação entre o processo de modernização social por meio do qual se sedimentam os núcleos do capitalismo moderno, de um lado, e a modernidade como processo longo e complexo de racionalização cultural e social, de outro” (Repa, 2022, p. 15), de um modo tal que o potencial de diferenciação da modernização social é analisado por Habermas por um viés crítico dividido em dois momentos.

Ao argumentar que as transformações sociais ocorridas com a passagem das tradicionais sociedades pré-capitalistas para as modernas sociedades capitalistas<sup>6</sup> *imprimiram* uma “tendência evolutiva para um desacoplamento de sistema e mundo da vida” (Habermas, 1981a, p. 203), Habermas discute como esta evolução social teria se estabelecido como um processo de diferenciação que, primeiramente, deve ser analisado a partir do aumento de racionalidade sobre o âmbito cultural e em como este estabeleceu ao mundo da vida se tornar racionalizado.

O mundo da vida racionalizado (surgido na modernidade, mas ainda não inteiramente desacoplado de outras esferas de atuação social) passou a *exigir* que o entendimento entre atores sociais fosse garantido “cada vez menos por um acervo de interpretações abonadas pela tradição” (Habermas, 1981a, p. 456), mas “satisfeito com frequência cada vez maior por meio de um acordo arriscado [...] por

---

<sup>6</sup> A perspectiva assumida por Habermas, sobre as questões que envolveram as transformações ocorridas com a passagem das tradicionais sociedades pré-capitalistas para as modernas sociedades capitalistas, encontram-se já declaradas em outras de suas obras, ainda que sejam encontráveis níveis distintos de elaboração teórica. Na *TAC*, por exemplo, Habermas dá certo prosseguimento a alguns dos critérios que já haviam sido examinados no seu ensaio de 1968, *Técnica e Ciência como Ideologia*. Tal observação proporciona compreender que a questão sobre as transformações ocorridas com o surgimento da modernidade capitalista sejam um dos grandes motes de um desenvolvimento gradual de sua filosofia. Para fins da presente argumentação é importante ter em nosso horizonte que Habermas desde 1968 já distinguia dois modelos de sociedade, mas estas antagônicas, quando declara que a modernidade capitalista surge não apenas “da transformação estrutural do quadro institucional da sociedade gerada pela pressão de forças produtivas relativamente desenvolvidas [...] mas [surge] em um estágio de desenvolvimento das forças produtivas que torna permanente a expansão dos subsistemas de ação racional com respeito a fins” (Habermas, 2014, p. 97). Uma compreensão orientada pela sociologia weberiana, mas que se desenvolverá para além do prognóstico weberiano. Para mais, cf. Habermas, 1981b, pp. 205-366.

meio das operações interpretativas dos participantes, ou por meio de um saber profissionalizado de *experts*” (*idem*, p. 456).

Na leitura proposta por Habermas, o processo de racionalização do mundo da vida teria então imprimido aos atores sociais (envolvidos em quaisquer interações comunicativas) o peso de carregarem a expectativa de que as várias reivindicações de validade levantadas através do discurso pudessem e viessem a ser cognitivamente distinguíveis por todos os membros envolvidos (e que também pudessem ser enfrentadas de modo distinto).

Sendo assim, o aumento da racionalidade sobre a reprodução simbólica teria provocado a diferenciação do mundo da vida da ordem da produção material. Uma diferenciação que Habermas descreve como o desacoplamento das esferas sociais tematizáveis e que constitui o fator determinante para explicar o surgimento de novas esferas de interação social coordenadas mediante acordos conscientemente alcançados. Estas novas esferas de interação social passaram a exigir, como novo alicerce social, um “mecanismo de entendimento com necessidade crescente de coordenação” (Habermas, 1981a, p. 347).

Concomitantemente ao desenvolvimento da racionalização cultural Habermas aponta como passou a ocorrer um intenso desenvolvimento de modelos organizacionais no âmbito da racionalização social que passaram a atuar sobre a esfera da produção material e a aumentar a complexidade do sistema. A partir de então, apartada e liberta de regulamentações simbólicas, estas dinâmicas organizacionais passaram a promover uma integração social que desembocou em um novo modelo de organização social da esfera da produção material, agora “desacoplada da ação dos processos de entendimento e coordenada por meio de valores instrumentais generalizados” (Habermas, 1981a, p. 347).

Habermas analisa o processo de diferenciação das esferas sociais tematizáveis a partir do viés do “desacoplamento de sistema e mundo da vida” (p. Habermas, 1988a, p. 230) porque identifica que o mundo da vida, “coextensivo inicialmente a um sistema social pouco diferenciado” (*ibidem*), encontra-se nas sociedades do capitalismo tardio dos anos 1970-1980 “rebaixado cada vez mais a ponto de formar um subsistema ao lado de outros” (*ibidem*). Ele também observou que os domínios de ação social, que encontram-se regulados por critérios funcionalistas-sistêmicos, passaram a expandir seus campos de atuação, uma expansão ampla o suficiente para que estes passassem a imprimir uma pressão

sobre o âmbito do mundo da vida. Esta pressão sistêmica sobre o mundo da vida provoca alterações nos critérios sociais e modifica os critérios de orientação que atual sobre a coordenação das ações sociais. Estas passam, então, a ser inteiramente reguladas tanto por meio do *medium* dinheiro (referidos à economia capitalista) quanto através dos subsistemas do poder administrativo (relacionados à administração-burocrática).

Mas por que isso teria ocorrido desta maneira?

Habermas argumenta que a expansão dos subsistemas funcionalistas-sistêmicos ocorreu, em grande medida, porque estes passaram a apresentar *maior eficácia* e *eficiência* na elaboração de princípios racionalmente justificáveis para a resolução de situações sociais<sup>7</sup>, contrapondo-se ao exaustivo, e demorado, processo de deliberação comunicativamente mediado da sociedade civil.

A tese da modernidade seletiva junta-se à tese do desacoplamento das esferas de atuação social a partir do momento em que as resoluções concernentes as questões sociais deixaram de ser orientadas por procedimentos argumentativos, e deliberativos e quando os domínios de ação regulados por imperativos sistêmicos passaram a ocupar os espaços sociais “dos sistemas de ação formalmente organizados, controlados mediante processos de troca e poder” (Habermas, 1988a, 231), provocando que “os membros [da sociedade civil] passassem a se comportar como em relação com um fragmento da realidade natural” (*idem*, p. 231).

Dentro da complexidade da qual são constituídas as modernas sociedades capitalistas, Habermas reconhece que sua teoria crítica da sociedade seria incompleta se não proporcionasse uma compreensão sobre como os distintos tipos de ação, e modelos de racionalidade, encontram-se conectados às instituições e às práticas sociais históricas. Tendo isso em seu horizonte argumentativo, sua discussão se desenvolve observando contextos sociais históricos que sustentam sua leitura.

A compreensão sobre os processos de racionalização, que foram fundamentados na reconstrução das teses weberianas sobre a racionalização social (*cf.* Habermas, 1981b, pp. 205-366) permite compreender que a discussão proposta

---

<sup>7</sup> Esta discussão, presente na *TAC*, já se encontrava sendo desenvolvida por Habermas desde os anos 1960. Ainda que formulada em outros termos, Habermas já em 1968 compreendia que “o capitalismo se define por um modo de produção que não apenas coloca esse problema [a legitimação social], como também o resolve. Ele [o capitalismo] oferece uma legitimação da dominação que não desce mais do céu da tradição cultural, mas que pode ser erguida sobre a base do trabalho social” (Habermas, 2014, p. 97).

por Habermas sobre a racionalização seja entendida a partir da identificação do aumento da racionalidade de determinada ação social historicamente comprovada (o que viabiliza observar tanto os significados categoricamente distintos quanto os significados atribuíveis à racionalização de modelos de ações racionais-intencionais, assim como aqueles concernentes à racionalidade de modelos de ação comunicativa). Ainda que um aprofundamento desta questão não caiba nos propósitos da presente discussão, é importante salientar que aos primeiros cabem a descrição de uma orientação por critérios cognitivo-instrumental que desde o princípio do processo de desacoplamento tem feito uso do “emprego não comunicativo do saber proposicional de ações dirigidas a objetos” (Habermas, 1981a, p. 15), enquanto as outras, orientadas por uma racionalidade comunicativa, refira-se ao “uso comunicativo do saber proposicional em atos de fala” (*ibidem*).

Os processos de racionalização que surgem na modernidade capitalista, e que foram primeiramente descritos por Max Weber como *Zweckrationalität*, são compreendidos por Habermas como aqueles que constituem o modelo de racionalidade voltada a fins e que figurariam na sociologia weberiana a partir da diferenciação das esferas de valor.

O Weber analisado por Habermas teria, nesta ordem, descrito como a diferenciação das esferas de valor ocorrida na modernidade se deram tanto a partir da superação das imagens religiosas do mundo, da descontinuidade da tradição, quanto a partir do desenvolvimento das ciências empírico-analíticas e ao desenvolvimento de esferas culturais de ação. Habermas atribui a Weber a compreensão de que o estabelecimento de um processo de racionalização social substitui, e faz desaparecer, a unidade substancial que anteriormente ao surgimento da modernidade capitalista regulava as tradicionais sociedades pré-capitalistas. A partir de então, o processo de racionalização moderno é analisado criticamente por Habermas assumindo o diagnóstico mas não o procedimento weberiano, visto Habermas compreender o processo pelo qual se estabeleceram os critérios para a promoção da expansão, e o aumento, da complexidade do sistema não referiram-se apenas à diferenciação das esferas de valor sociais, mas também da racionalização do mundo da vida.

O modo pelo qual a teoria da ação comunicativa distingue categoricamente os dois tipos distintos de processos de racionalização, tanto a social quanto a cultural, proporciona discernir que os critérios constituintes da modernidade capitalista

engendam em si os conflitos que nela são experienciados, e isso ainda que, por outro viés, a modernidade seja interpretada como *benéfica*, especificamente por ter promovido o desenvolvimento da racionalização cultural que passou a “exigir critérios diferentes daqueles [que eram] derivados das imagens de mundo metafísicas e religiosas” (Repa, 2008, p. 46).

### 3 CONCLUSÃO

Ao desenvolver um programa de pesquisa para uma teoria crítica da sociedade que analisasse conjuntamente ao desenvolvimento da racionalidade cultural o desenvolvimento da racionalização social, Habermas observou como esta última passou a demandar critérios de validade social que não estivessem delimitados às transformações estruturais que alteraram o quadro institucional da sociedade capitalista, mas que fossem adequados ao desenvolvimento promovido pelas forças produtivas. Esta exigência por uma nova coordenação social teria forçado a expansão dos subsistemas de ação racional com respeito a fins, o que promoveu que as modernas sociedades capitalistas alcançassem um nível de diferenciação sistêmica que passou a desequilibrar o desenvolvimento de seu próprio potencial comunicativo quando suas “organizações autonomizadas passam a estar em conexão entre si por meio de um media de comunicação deslinguisticados” (Habermas, 1988a, p. 230).

A partir deste ponto torna-se possível observar que caberia, como tarefa de sua teoria crítica da sociedade, explicar a dinâmica destes processos sociais como não distintos da própria constituição da modernidade capitalista. Ao entendermos deste modo torna-se possível compreender a formulação proposta por Habermas de que estes encontrem-se conceitualmente relacionados e, portanto, a avaliação crítica a ser realizada sobre a modernidade capitalista precisa também, analisar como que o desenvolvimento societário em desequilíbrio advém da integração social que passa a se desenvolver com o processo de modernização cultural.

Tal hipótese de compreensão observa nas duas teses desenvolvidas por Habermas (sobre a modernidade seletiva e sobre a colonização sistêmica do mundo da vida) explicações pelas quais torna-se possível supor que a substituição dos critérios pertencentes ao mundo da vida (responsáveis pela reprodução simbólica) por orientações sistêmicas tenha inaugurado um processo de substituição das *crises*



*de controle por patologias sociais* sobre o mundo da vida. Patologias sociais estas as quais podem ser observadas através dos “fenômenos de alienação e insegurança de identidades coletivas atribuíveis à colonização do mundo da vida, caracterizada como a reificação da práxis comunicativas cotidiana” (Habermas, 1988a, 566).

Ao proceder de um modo a explicar as características de surgimento da modernidade capitalista, Habermas elabora uma teoria sociológica compreensiva aos processos de racionalização. Procede de modo a observar as duas esferas surgidas do desacoplamento dos sistemas de ação, o mundo da vida e o sistema, de um modo integrativo e que discorre sobre como cada um pressupõe o outro. Não parece exagerado assumir que circunscrita à discussão apresentada na *TAC*, o conceito de mundo da vida não poderia ser compreendido isoladamente, sendo necessário compreendê-lo conjuntamente a compreensão dos sistemas sociais que o moldaram. Assim como não seria possível compreender o surgimento dos sistemas sociais se fossem desconsideradas observações sobre as ações dos atores sociais.

A compreensão sobre as esferas do mundo da vida e do sistema são integradas no projeto teórico de Habermas através do delineamento das distintas formas de racionalidade e racionalização em exercício nas modernas sociedades capitalistas, encontrando-se intimamente correlacionadas ao seu diagnóstico sobre as tendências de dominação nas sociedades capitalistas.

Curiosamente, Albrecht Wellmer observa no procedimento habermasiano uma espécie de *paradoxo da racionalização*. Ao discutir as teses e diagnósticos apresentados na *TAC*, ele argumenta que a tese apresentada por Habermas, sobre a racionalização do mundo da vida ser a pré-condição (o ponto de partida) para um processo de racionalização social e diferenciação sistêmica descreve aquilo pelo qual se estabeleceu um desenvolvimento “cada vez mais autônomo de diferenciação que implicou em restrições normativas serem incorporadas no mundo da vida, até o ponto de que se venha a observar imperativos sistêmicos instrumentalizando o mundo da vida e ameaçando-o de destruição” (Wellmer, 1991, p. 56).

Quando observado por este viés, a segunda tese habermasiana, sobre a colonização sistêmica do mundo da vida, torna-se, de fato uma questão real quando analisado que a ameaça de uma colonização do mundo da vida por processos de racionalização sistêmica parece menos improvável na década de 2020 do que havia sido nas décadas de 1970 e 1980.



Todavia, é identificável na teoria crítica da sociedade elaborada por Habermas uma postura que busca enfrentar a tendência racionalista que se desesperou frente à possibilidade dos modelos de racionalidade sistêmicas fundamentar e regular as normas da vida social completamente. Habermas não parece compreender que existam necessidades lógicas, conceituais e históricas de que imperativos sistêmicos destruam o mundo da vida (o surgimento de um mundo “orwelliano”, como ele aponta), mas tem claro que a nova disposição em exercício nas modernas sociedades capitalistas refere-se a ampliação do sistema capitalista em oferecer e regular critérios de legitimação da dominação, especificamente através do sistema de trabalho social e do sistema financeiro internacional. Com esta ampliação da atuação sistêmica passou a ocorrer um maior avanço dos imperativos sistêmicos sobre a esfera da reprodução simbólica, fazendo com que se instaurasse um processo de substituição das interações sociais (fundamentadas na reprodução simbólica da sociedade) por uma forma funcionalista de coordenação de objetivos. É isto que inaugura um processo de “colonização pelo sistema” (Habermas, 1988b, pp. 489-547) que passa a estipular um caráter reificante<sup>8</sup> às interações socialmente mediadas – caráter este de grande importância para o diagnóstico das patologias sociais apresentado na *TAC*, no qual, por exemplo, Habermas passa a observar a destruição da identidade social através do conceito de reificação, quando do desprendimento dos sistemas de ação racional com relação a fins.

Deste modo, mesmo quando observada a tese da modernização seletiva, que estabeleceu a prevalência de um processo seletivo de racionalização sistêmica sobre o desenvolvimento social (que *invade* e *deforma* os critérios da reprodução simbólica do mundo da vida), Habermas não parece compreender o paradoxo da racionalização como um verdadeiro paradoxo: pois “mesmo contra Weber e Horkheimer-e-Adorno, Habermas objeta que esse paradoxo da racionalização não expressa uma lógica interna (ou dialética) dos processos modernos de racionalização” (Wellmer, 1991, p. 56). Deste modo, então, Habermas parece compreender que ao invés de um paradoxo da racionalização, ou de uma dialética do esclarecimento, o que ocorre é “um processo seletivo de racionalização onde o caráter seletivo deste processo é explicado pelas restrições peculiares impostas

---

<sup>8</sup> O conceito de “reificação” (*Verdinglichung*) utilizado por Habermas é elaborado a partir daquele cunhado por Lukács, em *História e Consciência de Classe*. Cf., Habermas. 1981a, p. 453ss.

sobre a racionalização comunicativa pelas condições e dinâmica de um processo capitalista de produção” (*ibidem*).

A tese sobre a modernização seletiva, ou tese da seletividade dos processos de racionalização *ganha* outra estatura quando observado que ela aponta para o entendimento de que possam existir outras possibilidades ao serem compreendidas as diferentes formas de ação e de racionalidade assumidas historicamente. Richard Bernstein observa que esta leitura encontra-se condizente com “todas as linhas das reflexões de Habermas sobre a modernidade” (Bernstein, 1991, p. 23), pois estas são ordenadas a fim de esclarecer e sustentar princípios de emancipação bloqueados a partir da explicação sobre como se deu a colonização sistêmica do mundo da vida, analisando suas causas e dinâmicas de racionalização a partir da diferenciação sistêmica.

Torna-se, então, possível não apenas explicar como diagnosticar as patologias sociais da modernidade.

De certo modo, é sobre isso que Habermas trata na conclusão da *TAC*, quando descreve que “o fato de que nas democracias de massas do Estado de bem-estar social o conflito de massas que marcou as sociedades capitalistas na fase de seu desdobramento foi institucionalizado e, com isso, paralisado não significa a paralisia dos potenciais de protesto em geral” (Habermas, 1988a, p. 575), o que ocorre aos novos movimentos sociais é estes “surgirem agora em outras linhas de conflito, a saber, ali onde também são de esperar” (*ibidem*), se desviando do padrão de conflito distributivo que exige compensações financeiras ou que surgem nos âmbitos da reprodução material, mas surgem nos âmbitos da reprodução social, da integração social e da socialização, são protestos que exigem reconhecimento e se inflamam por “questões da gramática das formas de vida” (*ibidem*), em um movimento que parece manifestar como que reações defensivas para preservar a integridade das estruturas comunicativas do mundo da vida contra as influências e distorções no âmbito da vida que são impostas pelos processos de racionalização sistêmica.

Compreender a origem das patologias sociais e os distúrbios sociais correlacionados, a partir da compreensão sobre as condições que estruturam as atuais sociedades capitalistas, é dos grandes (se não o maior) temas da teoria crítica da sociedade de Habermas. Especificamente ao ser recuperada a discussão sobre o desacoplamento entre as esferas do sistema e do mundo da vida, com o

subsequente avanço dos domínios de ação sistêmicos sobre a esfera da reprodução simbólica que não promovem uma integração social plena, e as más formações sociais produzidas, passa-se a observar como critério de diagnóstico a manifestação de patologias sociais.

Ao serem observados critérios racionais que viabilizem o empreendimento almejado, *i.e.* compreender as condições de *existência* das atuais sociedades capitalistas nas quais manifestam-se sintomas de perturbação social que resultam em patologias sociais, a Filosofia, enquanto campo do saber que “se esforça em explicar o mundo em seu todo, a unidade da multiplicidade dos fenômenos, com princípios encontráveis na razão” (Habermas, 1981a, p. 15), usualmente orientada para pensar o ser, ou a unidade do mundo, por explicações das experiências da razão (o que, em termos históricos proporciona entender que “o tema se altera e, no entanto, permanece o mesmo” [*ibidem*]), é a área pela qual um exercício reflexivo para investigar a questão pode ser assumido.

Todavia, o horizonte de complexidade que se descortina exige que tal abordagem não se limite a descrever *como* as coisas funcionam, mas que perscrute pelas condições sobre as quais *surgiram* as atuais sociedades capitalistas. Deste modo, a especificação sobre qual Filosofia deve ser utilizada como metodologia de pesquisa observa na teoria social, e mais especificamente a teoria crítica<sup>9</sup>, a maneira pela qual uma investigação sobre as sociedades capitalistas pode ser realizada.

Partindo da consideração de que as mudanças estruturais ocorridas desde a Modernidade capitalista do século XVIII veem determinando o desenvolvimento social e a subsequente crítica social desde o século XIX, e em como tais mudanças ampliaram a compreensão sobre mundo social a ponto de não mais ser possível descrevê-lo de modo uno, que pretenda apresentar um pensamento totalizante<sup>10</sup>. Tal

---

<sup>9</sup> Em *A Imaginação Dialética*, Martin Jay descreve que a Teoria Crítica “expressava-se por uma série de críticas a outros pensadores e tradições filosóficas. [Sendo que] seu desenvolvimento deu-se pelo diálogo. Sua gênese foi tão dialética quanto o método que ela propunha aplicar aos fenômenos sociais” (Jay, 2016, p. 83), para, a seguir, reconstruir a gênese da Teoria Crítica desde o momento “que os sucessores de Hegel aplicaram pela primeira vez as percepções filosóficas hegelianas aos fenômenos sociais e políticos da Alemanha” (*ibidem*) até seu “renascimento no século XX” (*idem*, p. 85).

<sup>10</sup> Esta concepção de que a filosofia não tem mais como se referir ao todo do mundo, da natureza, da história e da sociedade em um sentido de um saber total se orienta pelas questões apresentadas por Habermas na introdução à *TAC*, “Acessos à problemática da racionalidade”. Habermas discute que a consciência reflexiva, que acompanhou o progresso das ciências empíricas, exige que a atenção seja dirigida às condições formais da racionalidade do conhecimento a partir de situações reais. Uma discussão que remonta a publicação da obra de 1981 e já figura, de certo modo, no ensaio “A Filosofia ainda tem um propósito?”, publicado originalmente em 1971, quando são apresentados por

consideração analisa na discussão desenvolvida na *Teoria da Ação Comunicativa* um critério que proporciona *uma* compreensão<sup>11</sup> mais apropriada a questões (muito) atuais importantes.

As críticas elaboradas às sociedades capitalistas, e aos conflitos e crises que este modelo de sociedade engendra em si, são desenvolvidas tendo a tese da modernização seletiva e a tese da colonização sistêmica do mundo em seu horizonte. Habermas procede deste modo, assumindo-os como desenvolvimentos correlacionados, porque compreende que os conflitos que ocorrem nas sociedades capitalistas não se limitam “mais aos âmbitos da reprodução material [...] e tampouco são apaziguáveis na forma de compensações conformes ao sistema” (Habermas, 1988a, p. 576), porque também surgem “nos âmbitos da reprodução cultural, da integração social e da socialização” (*ibidem*). Deste modo estes conflitos, crises e estas perturbações sociais não encontrar-se-iam delimitados a agir apenas sobre a integração social, mas reduzindo o campo de atuação social, bloqueando a emancipação e também promovendo uma série de alterações nos critérios de validade social que produzem entraves na reprodução simbólica e nas condições de vida em sociedade.

As discussões apresentadas na *TAC* reúnem horizontes discursivos complexos de uma maneira detalhada, e argumentativa muito persuasiva, que têm promovido, desde sua publicação, questionamentos e debates sobre os bloqueios à integração social, que vão desde ao reconhecimento das identidades sociais até a participação em processos deliberativos. Ao argumentar que os abalos na reprodução simbólica e a alteração dos critérios de validade social, provocados por “desequilíbrios sistêmicos que repercutem em crises ou despertam patologias no mundo da vida” (Habermas, 1988a, p. 565), Habermas aponta para características específicas pertencentes às atuais sociedades, nas quais compreende haver relação

---

Habermas questionamentos sobre qual exercício filosófico cabe a Filosofia contemporânea. Para mais, cf. Habermas, 1983, pp. 1-20.

<sup>11</sup> É importante notar que ainda que a perspectiva aqui assumida seja aquela proposta por Habermas, não se desconsidera que distintas, e conflituosas, interpretações sobre o campo de tensões que constituíram a modernidade são recorrentes na Filosofia do século XX. Johann P. Arnason chama a atenção para os modelos concorrentes ao modelo habermasiano, que não elaboraram uma compreensão a partir de uma oposição entre períodos históricos (como entre o período Romântico e o Iluminista), mas concebem modelos que sublinham uma espécie de polaridade constitutiva das estruturas modernas da consciência, que são expressas de maneiras muito distintas. Para mais, cf. Arnason, 1991, pp. 181-213.

intima entre a manifestação de patologias, e o surgimento de crises às formas específicas, e o modo como que se desenvolveram as sociedades capitalistas.

Um entendimento que amplia a ameaça sobre as estruturas sociais<sup>12</sup> e favorece a investigação do estatuto de patologia social articulado na *TAC* ao descrever, por exemplo, que mesmo sendo “o primado evolucionário do sistema econômico ou do aparelho estatal, são antes as economias domésticas privadas ou antes as afiliações politicamente relevantes que oferecem a porta de entrada para as crises, descarregadas dos subsistemas sobre o mundo da vida” (Habermas, 1988a, p. 564).

Acerca disto, Outhwaite sugere que a *TAC* seja interpretada como uma obra que promove uma “reconstrução da racionalidade” (Outhwaite, 1994, p. 70ss.) contemporânea, quando observa tratar-se de um trabalho que não perde de vista os desafios que se impõe a uma teoria crítica da sociedade. Neste sentido, Repa faz notar que os parâmetros críticos observados na *TAC* para pensar o tempo presente procuram pela origem de uma série de patologias sociais e os distúrbios sociais correlacionados (Repa, 2022, pp. 13-25), orientados por uma “prioridade absoluta ao crescimento econômico provocado pelo acerto sócio estatal” (Habermas, 1981a, p. 10), bem como compreender como as condições que estruturam as atuais sociedades capitalistas são marcadas por uma “diferenciação crescente entre cultura, sociedade e personalidade” (Habermas, 1988a, p. 427), que resulta na “transformação de estruturas normativas, valores, culturais, representações morais, etc.” (Pinzani & Dutra, 2021, p. 228).

Buscou-se aqui descrever como pode ser observado na teoria crítica da sociedade de Habermas questões que favorecem o desenvolvimento das problemáticas sobre o estatuto das patologias sociais enquanto respostas a uma integração social regulada por imperativos sistêmicos. Para além disto, as questões apresentadas na *TAC* também têm sido ampliadas pelas discussões de teoria social do século XXI, especificamente àquelas que apontam para a instabilidade e imprevisibilidade enfrentadas pelas ordens econômicas e sociais subsumidas ao capitalismo internacional, de um modo tal que a perspectiva teórica aí apresentada

---

<sup>12</sup> O alerta sobre esta questão figura no universo discursivo apresentado na *TAC* de uma maneira de uma maneira que foi ampliada por Habermas, especificamente a partir dos anos 1990 em uma série de artigos reunidos em torno da preocupação que tem sido renovada no século XXI: a tese de que a globalização econômica subjuga por completo a capacidade dos Estados de regular seus próprios assuntos. Para mais, cf. Habermas, 2001.

tem sido, em certa medida, renovada no contexto social mais complexo do século XXI (especificamente mais complexo quando em comparação aos contextos sociais dos Estados de bem-estar social das décadas de 1970 e 1980).

## REFERÊNCIAS

ARNASON, Johann P. Modernity as project and as field of tensions. *In*: HONNETH, Axel; JOAS, Hans. **Communicative action: essays on Jürgen Habermas's the theory of communicative action**. Translated by Jeremy Gaines; Doris L. Jones. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press. 1991.

BERNSTEIN, Richard J. **Habermas and Modernity**. Cambridge: The MIT Press. 1991.

BERNSTEIN, Richard J. Introduction. *In*: Bernstein, Richard J. **Habermas and Modernity**. Cambridge: The MIT Press. 1991.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na Teoria Crítica**. Tradução de Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Theorie des kommunikativen Handelns, Band I: Handlungsrationaliät und gesellschaftliche Rationalisierung**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1981.

HABERMAS, Jürgen. Webers Theorie der Rationalisierung. *In*: Habermas, Jürgen. **Theorie des kommunikativen Handelns, Band I: Handlungsrationaliät und gesellschaftliche Rationalisierung**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1981.

HABERMAS, Jürgen. Does Philosophy still have a purpose? *In*: HABERMAS, J. **Philosophical-Political Profiles**. Translated by Frederick G. Lawrence. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1983.

HABERMAS, Jürgen. **Theorie des kommunikativen Handelns, Band II: Zur Kritik der funktionalistischen Vernunft**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1988.

HABERMAS, Jürgen. Aufgaben einer kritischen Gesellschaftstheorie. *In*: HABERMAS, Jürgen. **Theorie des kommunikativen Handelns, Band II: Zur Kritik der funktionalistischen Vernunft**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1988.

HABERMAS, Jürgen. **The postnational constellation: political essays**. Translated by Max Pensky. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Tradução de Felipe Gonçalves Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **A nova obscuridade: pequenos escritos políticos V**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora Unesp, 2015.



HABERMAS, Jürgen. Dialética da racionalização. *In*: HABERMAS, Jürgen. **A nova obscuridade**: pequenos escritos políticos V. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HABERMAS, Jürgen. Desenvolvimento moral e identidade do eu. *In*: HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. Tradução de Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MARTIN, Jay. **A imaginação dialética**: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

MCCARTHY, Thomas. Translator's Introduction. *In*: HABERMAS, Jürgen. **The Theory of Communicative Action, Volume I: Reason and the Rationalization of Society**. Translated by Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1984.

MCCARTHY, Thomas. Practical discourse: On the relation of morality to politics. *In*: Calhoun, Craig (ed.). **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1994.

OUTHWAITE, William. **Habermas**: A critical introduction. Cambridge: Polity Press, 1994.

PINZANI, Alessandro; DUTRA, Delamar Volpato. Jürgen Habermas e a herança da Teoria Crítica. *In*: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (org.). **Pensamento alemão no século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

REPA, Luiz. **A transformação da filosofia em Jürgen Habermas**: os papéis de reconstrução, interpretação e crítica. São Paulo: Editora Singular, 2008.

REPA, Luiz. A seletividade da modernização capitalista: Uma introdução à teoria habermasiana da racionalização. *In*: HABERMAS, Jürgen. **Teoria da Ação Comunicativa**: racionalidade da ação e racionalização social. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. Apresentação à edição brasileira. *In*: HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2021.

WEBER, Max. **The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism**. Translated by Talcott Parsons. New York: Charles Scribner's Sons, 1958.

WELLMER, Albrecht. Reason, utopia, and the Dialectic of Enlightenment. *In*: BERNSTEIN, Richard J. [org.]. **Habermas and modernity**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1991.

WHITE, Stephen K. Reason, modernity, and Democracy. *In*: WHITE, Stephen K. **The Cambridge Companion to Habermas**. New York: Cambridge University Press, 1995.





## UMA ANÁLISE, A PARTIR DE HABERMAS, DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Cândido Francisco Duarte dos Santos e Silva<sup>1</sup>

Universidade Federal Fluminense  
candidoduarte@id.uff.br

---

### Resumo

O presente artigo tem como escopo refletir a partir de um prisma interdisciplinar a respeito dos pressupostos ou requisitos de admissibilidade recursal, bem como sobre os importantes princípios atinentes aos recursos, no Direito Processual Civil, em especial quanto à dialeticidade em sede de Apelação. Para tanto, a partir do pensamento do filósofo alemão Jürgen Habermas, em especial no que diz respeito ao Agir Comunicativo, em diálogo com os autores do Direito: Alexandre Freitas Câmara e Humberto Theodoro Júnior, buscar-se-á discutir acerca dos limites e potencialidades da dialeticidade enquanto manancial comunicativo, no Direito Processual Civil e os possíveis entraves referentes a racionalidade estratégica.

**Palavras-chave:** Pressupostos recursais. Apelação. Dialeticidade. Agir Comunicativo. Habermas.

### AN ANALYSIS, BASED ON HABERMAS`S THEORY, ABOUT JUDICIAL APPEALS IN CIVIL PROCEDURE LAW

### Abstract

This article aims to reflect from an interdisciplinary perspective on the assumptions or requirements of admissibility of judicial appeal, as well as on the important principles relating to it, in Civil Procedural Law, especially regarding dialecticity in the context of *apelação*. To this, based on the thoughts of the German philosopher Jürgen Habermas, especially with regard to Communicative Acting, in dialogue with the Law authors: Alexandre Freitas Câmara and Humberto Theodoro Júnior, we will seek to discuss the limits and potential of dialecticity as a communicative source in Civil Procedural Law and the possible obstacles relating to strategic rationality.

**Keywords:** Appeal assumptions. *Apelação*. Dialecticity. Communicative acting. Habermas.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (PPGSD/UFF), Mestre em Direito (PPGD/UGF), Especialista em Direito Civil e Direito Processual Civil (UNESA), Professor Permanente do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, Professor Permanente do Programa de Pós Graduação em Direitos, Instituições e Negócios da Universidade Federal Fluminense (PPGDIN/UFF), Professor do Departamento de Direito Processual da Universidade Federal Fluminense (SDP/UFF).

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente texto pretende tratar o Direito Processual a partir de uma ótica diferente do habitual, para tanto pretende-se promover o diálogo entre os autores do Direito Alexandre Freitas Câmara, Humberto Theodoro Júnior e o pensamento do filósofo alemão Jürgen Habermas, para refletir em sede de recursos no Direito Processual Civil, em especial no que diz respeito ao recurso de Apelação.

Para tanto, partir-se-á de apontamentos acerca da dialética no Processo de Conhecimento, analisando como a doutrina tradicional do Direito a vê e como o Legislador a pensou, para identificar como ela se faz presente no Processo Civil, para então aplicar o pensamento de Habermas a esta fase processual de modo a verificar limites e potencialidades.

A seguir, discorrer-se-á sobre a subjetividade das partes e as relações processuais, de modo a refletir sobre qual espécie de racionalidade se faz presente em âmbito judicial para então apresentar, sem a pretensão de se esgotar o tema, os princípios atinentes aos recursos, seus pressupostos ou requisitos de admissibilidade para enfim, destacar a dialeticidade em sede de recursos, discutindo-a a partir de uma plataforma habermasiana.

Opta-se por uma análise bibliográfica e documental, onde metodologicamente se apresentará um recorte pertinente ao estudo dos pressupostos recursais em relação ao recurso de apelação, bem como o debate da dialeticidade em sede deste recurso.

Com o objetivo, ainda, de fomentar as reflexões e discussões acerca das racionalidades estratégica e comunicativa em sede de recursos, apresentar-se-á, elementos acerca do recurso adesivo à apelação.

## **2 APONTAMENTOS PRELIMINARES SOBRE A DIALÉTICA NO PROCESSO DE CONHECIMENTO**

O Direito Processual Civil, em especial o procedimento comum do novo Código de Processo Civil, apresenta uma série de perspectivas dialéticas na medida em que se baseia no contraditório e na ampla defesa. O contencioso civil, não prospera sem que seja dado a todos os legitimados a possibilidade de participar do processo, o que em termos habermasianos poder-se-ia entender que a todos os

interessados a participação no discurso é permitida. Deste modo o processo se apresentaria como o discurso e as partes como os falantes.

Deve-se destacar que, embora possibilitada a participação de todos os interessados ao discurso, não necessariamente todos virão a participar, posto que a ausência do réu pode ocorrer, mesmo quando devidamente instado a se fazer presente no processo em tramitação.

Pode-se perceber que a petição inicial, com a qual em regra se inicia o exercício constitucional de acesso ao Poder Judiciário é a materialização de uma pretensão que traduz a verdade do autor devidamente embasada em fatos e fundamentos, elementos indissociáveis e requisitos indispensáveis desta.

A relação processual se completa com a formação de uma tríade, formada por autor, réu e o juiz. Assim, tendo o magistrado recebido a petição que contém a pretensão de validade do falante, ou seja, os fatos e fundamentos em que se sustentam a pretensão do autor, no procedimento comum do Código de Processo Civil, deverá convocar o réu para que este possa exercer o contraditório e a ampla defesa. Assim, realizando-se ou não audiência de conciliação ou sessão de mediação, caberá ao réu, caso deseje, apresentar sua resposta.

A contestação é o momento em que o réu, em simetria formal com a parte autora, pressupondo um horizonte ideal de fala, apresentará a sua verdade acerca dos fatos e fundamentos apresentados pela parte autora, permitindo que o magistrado tenha possibilidade de iniciar o que se pode chamar de “formação de um juízo de convicção” acerca das verdades que lhe são apresentadas. A reconvenção por sua vez que, de acordo com o Código de Processo Civil em vigor, nas palavras do autor Alexandre de Freitas Câmara (2017, p. 206)

Chama-se reconvenção à demanda proposta pelo réu, em face do autor, dentro do mesmo processo. A reconvenção é um mecanismo que permite a ampliação do objeto do processo (já que ao juiz caberá, agora, julgar não só a demanda principal, mas também a demanda reconvenicional), ampliando-se deste modo sua eficiência.

Ressalta-se que esta deve ser conexa aos termos da petição inicial e repercutirá em pedido de condenação da parte autora. Neste caso aquele que apresenta reconvenção é chamado de reconvinte e aquele que responde a reconvenção é chamado de reconvindo.

Entende Câmara

Além da competência do juízo, é requisito de admissibilidade da reconvenção que esta seja “conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa” (art. 343, caput).

O termo conexão não é empregado no art. 343 no mesmo sentido em que aparece em outras passagens do CPC, como no art. 55. A reconvenção como pressuposto da reconvenção deve ser compreendida como a exigência de que exista, entre a reconvenção e a demanda principal ou entre a reconvenção e a contestação, algum traço comum capaz de justificar sua reunião em um só processo. Não é preciso, porém, que haja identidade de causa de pedir ou de pedido, como resultaria do art. 55. (CÂMARA, 2017, p. 206)

Há que se observar que, no procedimento comum no Código de Processo Civil, o contraditório e ampla defesa são observados da mesma maneira em relação ao réu e ao autor da ação original, agora chamado de reconvindo, pois a ele é lícito participar do discurso apresentando para tanto sua argumentação, devidamente fundamentada quanto a reconvenção apresentada pelo réu, agora reconvinte.

Retornando a relação processual inicial entre autor e réu, pode-se observar que ao longo de toda a primeira fase processual, chamada de Processo de Conhecimento, onde há o que se chama de cognição exauriente, é permitido as partes apresentarem suas razões, bem como quanto a produção de prova em geral, a possibilidade de que os laudos, documentos etc, sejam objeto de impugnação, bem como as testemunhas podem ser inquiridas por ambas as partes e contraditadas, através de seus advogados.

Quanto as audiências previstas no Procedimento Comum do novo Código de Processo Civil, tem-se que há a possibilidade de que as partes se submetam a conciliação ou a mediação, porém não necessariamente esta audiência ou sessão ou sessões de mediação virá ou virão a ocorrer, pois dispõe a lei processual que se aqueles que compõem o pólo ativo da ação, bem como aqueles que compõem o pólo passivo da ação se pronunciarem de forma contrária a realização destas, a audiência de conciliação ou sessão de mediação não acontecerá.

A princípio, pode-se observar, que a não realização desta audiência pode denotar a falência da possibilidade de discussão, em prisma formal, horizontal ou isonômica entre as partes e pode também ser reflexo de uma espécie de racionalidade estratégica, onde o representante da parte, seu advogado, em intenção de obter resultado de forma mais rápida e a partir da decisão de um sistema perito, o Poder Judiciário, cuja atividade encontra no Magistrado seu mais alto representante na fase de conhecimento, seria aquele capaz de dizer o Direito e tornar sua decisão “lei” entre as partes.

No que pese poder representar a falência da possibilidade do diálogo entre as partes, onde a racionalidade estratégica pode vir a preponderar sobre a racionalidade comunicativa, há que se observar qualitativamente o ato em si, bem como sua repercussão entre as partes. A percepção das subjetividades do conflito entre as partes deve ser considerada, ou seja, a opção por não participar de uma audiência de conciliação ou de sessão ou sessões de mediação, pode denotar que a parte pode se encontrar acometida de forte ardor moral, psicologicamente abalada quanto a discussão em questão e, submetê-la a tal ato pode lhe trazer piora quanto a este quadro, justificando-se a não realização deste.

Habermas ao se referir a Strawson em *Consciência Moral e Agir Comunicativo* (1989, p. 65-66) ao refletir sobre como os seres humanos reagem quando se veem como vítimas de uma injúria, dá conta de que o sentimento negativo fica a “arder escondido” se não houver reparação a ofensa sofrida. Trata-se inicialmente na verdade, do sentimento de impotência em relação ao dano sofrido.

Daí, a forma através da qual o pedido de desculpas pode ocorrer, em muito repercute na esfera psicológica do indivíduo, pois tal pedido se dará eivado de uma racionalidade estratégica ou ocorrerá de forma sincera? (HABERMAS, 1989, p. 59-60). Se não há sequer interesse na possibilidade do diálogo por parte do ofensor, qual seria o motivo que alicerçaria a realização de tal audiência

Strawson (HABERMAS, 1989. p. 70) ao propor a fenomenologia do fato moral, apresenta importantes premissas, que podem ser aplicadas, não apenas ao objeto principal deste *paper*, mas também as repercussões no processo civil acerca do “mundo dos fenômenos morais”, atrelando-os a atitude daqueles que integram as interações. Se a busca pela tutela jurisdicional é repercussão do descompasso das relações intersubjetivas no mundo da vida, pode-se vislumbrar que o ardor moral continuará a gerar seus efeitos em âmbito processual.

Parece então, fazer sentido o posicionamento de Alexandre Freitas Câmara quando, não por esta análise subjetiva do estado psicológico das partes, mas fundado no direito em seu livro, *O Novo Processo Civil Brasileiro* (2017), trouxe o entendimento contrário ao do legislador dando conta que basta que um dos interessados se posicione de forma contrária a realização da audiência de conciliação ou sessão ou sessões de mediação para que não ocorram.

Conforme Câmara:

Aqui é preciso fazer uma observação: o inciso I do § 4º do art. 334 estabelece que a audiência não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual. Uma interpretação literal do texto normativo poderia, então, levar a se considerar que só não se realizaria a sessão de mediação ou conciliação se nem o demandante, nem o demandado, quisessem participar desse procedimento de busca de solução consensual, não sendo suficiente a manifestação de vontade de uma das partes apenas para evitar a realização daquela reunião. Assim não é, porém. Apesar do emprego, no texto legal, do vocábulo “ambas”, deve-se interpretar a lei no sentido de que a sessão de mediação ou conciliação não se realizará se qualquer das partes manifestar, expressamente, desinteresse na composição consensual. Basta que uma das partes manifeste sua intenção de não participar da audiência de conciliação ou de mediação para que esta não possa ser realizada. É que um dos princípios reitores da mediação (e da conciliação) é o da voluntariedade, razão pela qual não se pode obrigar qualquer das partes a participar, contra sua vontade, do procedimento de mediação ou conciliação (art. 2º, § 2º, da Lei no 13.140/2015) (CÂMARA, 2017, p. 198)

A segunda audiência ao qual necessário se faz abordar em linhas gerais, é a Audiência de Instrução e Julgamento, que observando a concentração dos atos, o que sua própria nomenclatura deixa claro na medida em que se terá instrução, bem como nela poderá se dar o julgamento da causa em primeira instância, tem-se dois momentos distintos e complexos no entanto, se espera que ao seu início, o magistrado deixe claro as partes a possibilidade da conciliação e também, à exemplo da audiência de conciliação sejam expostas as partes as vantagens desta.

No que pese a dialeticidade do processo civil venha a garantir a parte o pleno exercício do contraditório, para além da contestação e reconvenção, mas no que diz respeito a todo o processo como quanto a produção de provas, laudos, etc, não parece exagero entender as audiências de conciliação e de instrução e julgamento como ápice discursivo na fase de cognição dada a possibilidade de expressão oral pelas partes. Tais audiências parecem ser o momento processual mais claro, para que as partes possam observar a ética do discurso aplicada ao direito. Embora, em se tratando da busca pela tutela jurisdicional se possa imaginar que todas as tentativas de busca pelo consenso de forma anterior possam ter se esgotado por tentativas de diálogo frustrada nos moldes propugnados por Habermas (1989) ou pela ausência de tentativa.

Destaca-se outrossim, que embora o processo se configure em sua maior parte pela manifestação escrita das partes e demais atores do Poder Judiciário, tais quais magistrados, servidores públicos em geral, peritos, etc., a ética do discurso deve ser observada.



### **3 A SUBJETIVIDADE DAS PARTES ENTRE A RACIONALIDADE COMUNICATIVA E A RACIONALIDADE ESTRATÉGICA**

A subjetividade das partes, a possibilidade de que a racionalidade comunicativa venha a ser suplantada pela racionalidade estratégica, pode se apresentar como um reflexo da fase pré processual, pois imagina-se que a busca pela tutela jurisdicional deve ser entendida como o mais extremo em se tratando da busca pela resolução de conflitos. Imagina-se que, há uma fase pré-processual que, em tese, deve ser observada no que diz respeito a tentativa de entendimento entre os envolvidos. O fracasso desta fase pré-processual repercutiria, assim, no exercício do direito de ação. Deste modo a busca pelo diálogo em sede de Poder Judiciário se torna um grande desafio na medida em que pode enfrentar entraves bastante difíceis de ser suplantados.

Assim, entende-se que a busca pelo diálogo é um desafio no mundo da vida, ou seja, extrajudicialmente, assim como nos parece ser também em sede de procedimento comum do novo Código de Processo Civil, ainda mais, ao se ressaltar que a argumentação em sua maior parte não se dá observando a oralidade entre as partes, mas sim a partir de documentos escritos, ou seja, a argumentação se dá por forma prescrita em Lei.

O Procedimento Comum do Novo Código de Processo Civil, conforme colocado, se baseia no contraditório, pois o que se busca é através da argumentação, produção de provas, o convencimento do magistrado para que se forme um juízo de convicção para que possa decidir com base na imparcialidade a lide.

Habermas (1989, p. 79) entende que as relações comunicativas são interativas e propiciam a participação de todos os envolvidos na busca de um entendimento linguístico. A partir de pretensões de validade, que na verdade no processo civil brasileiro, se apresentam como pretensões de sinceridade, entende-se que é possível que as partes se motivem mutuamente em busca do acordo ou do consenso, mas caso estes não sejam alcançados, tais argumentos tem por escopo o convencimento de um terceiro que tem a missão de decidir a partir das pretensões de validade, de argumentos devidamente embasados a contenda entre as partes.

Fato é que não necessariamente as decisões do magistrado, sejam elas interlocutórias, sentenças, acórdãos, estão afastadas da falibilidade deste, que pode

ter sido induzido a erro ou que sua percepção e entendimento, todavia se desvirtue daquilo que as partes podem entender como o mais justo. Deste modo, o legislador previu ferramentas processuais que permitem o reexame das decisões do Magistrado. Neste momento, será feito um recorte para os recursos, ferramentas processuais que em observância ao efeito devolutivo, qual seja, a possibilidade de que a matéria impugnada em uma decisão seja submetida ao reexame, possam resultar na substituição da decisão anterior, conforme aduz Humberto Theodoro Junior(2017 p. 1009), observando o efeito substitutivo.

Em regra, ao se observar os recursos, tem-se que o princípio do duplo grau de jurisdição, em regra se faz presente, ou seja tem-se a previsão legal para que a decisão seja reanalisada pelo órgão hierarquicamente superior. Neste ínterim, delimitar-se-á o tema ainda mais para a análise do recurso de apelação, através do qual uma sentença ou decisão interlocutória não recorrível em separado, será reexaminada pelo órgão hierarquicamente superior.

Entende Alexandre Freitas Câmara

A apelação é o recurso por excelência. E isto se diz por ser a apelação o recurso responsável por permitir o pleno exercício do duplo grau de jurisdição. É que através da apelação se permite um amplo e integral reexame da causa que, tendo sido submetida a julgamento no primeiro grau de jurisdição, poderá agora ser reapreciada por órgão de segundo grau.

Nos termos do art. 1.009, apelação é o recurso cabível contra sentença. Esta, porém, é definição incompleta, como se percebe pela leitura dos parágrafos daquele mesmo artigo legal. (CAMARA, 2017, p.503)

É que, no sistema processual civil brasileiro, também há decisões interlocutórias apeláveis. Para os adeptos da corrente de que o artigo 1015 do Código de Processo Civil que dispõe sobre as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, entendendo este rol como taxativo, aquelas hipóteses não alcançadas por este rol, devem ser tratadas em sede de preliminar de Apelação ou de sua resposta, como preliminar de contrarrazões. O agravo de instrumento é o recurso normalmente manejado contra decisões interlocutórias proferidas pelos juízos de primeira instância.

Neste prisma entende Theodoro Júnior

O NCPC, na esteira das alterações anteriores e dos princípios da celeridade e da efetividade do processo, promoveu outras modificações no recurso, tais como: (i) elaborou um rol taxativo de decisões que admitem a interposição do agravo de instrumento (art. 1.015); (ii) aboliu o agravo na

modalidade retida, determinando que, para as situações não alcançáveis pelo agravo, a impugnação deverá ser feita em preliminar de apelação ou contrarrazões de apelação, depois da sentença (art. 1.009, § 1º). (THEODORO JÚNIOR, 2017, p. 1041)

Alexandre Freitas Câmara chama a atenção ao fato de que a não previsibilidade da hipótese de cabimento no rol do artigo 1015 do Código de Processo Civil, não quer dizer que não há recurso adequado para impugnação. Destaca, o autor, que embora taxativo, o rol não é exaustivo na medida em que há a previsibilidade de que outros dispositivos prevejam o cabimento do agravo de instrumento, bem como quanto a interpretação, possa ocorrer de forma extensiva ou analógica. Ressalta ainda, que quando não houver previsibilidade no rol do citado artigo, estas questões poderão ser discutidas em sede de apelação. (CÂMARA, 2017, p. 515).

Salienta-se que o parágrafo único do artigo 1015 do Código de Processo Civil, amplia o rol e deve se destacar que o Superior Tribunal de Justiça vem trabalhando na perspectiva de uma taxatividade mitigada, conforme pode se verificar na relatoria da Ministra Nancy Andrighi em sede do Recurso Especial nº 1.704.520.

#### **4 PRINCÍPIOS, REQUISITOS OU PRESSUPOSTOS E O RECURSO DE APELAÇÃO**

Neste trabalho acadêmico, com o objetivo de contextualização da discussão se abordou inicialmente o processo de conhecimento, em especial o procedimento comum do novo Código de Processo Civil e passou-se a delimitar o tema, de modo a apresentar o recorte específico atinente ao recurso de apelação, para a partir dele, pontuar princípios pertinentes aos recursos, e se possa averiguar os limites e as potencialidades discursivas da fase recursal.

Necessário se faz refletir sobre qual racionalidade espera-se que esteja em jogo e qual racionalidade pode se fazer presente no que diz respeito as partes e, especialmente, quanto aos seus advogados em se tratando da apelação enquanto recurso cabível contra sentença e decisões não recorríveis em separado, onde se vem a impugnar uma decisão com o objetivo de reforma ou invalidação (error in judicando e error in procedendo),

Dentre os princípios, em especial em se tratando de recursos comuns que tem como características a sucumbência e o interesse iminente privado das partes, mas mais especificadamente no caso da apelação, à luz de Humberto Theodoro Júnior (2017, p.958), pode-se destacar o duplo grau de jurisdição, a taxatividade, a singularidade, a fungibilidade, a vedação reformatio in pejus, a voluntariedade e a dialeticidade.

Em linhas gerais, pode-se entender que recorrer não é uma obrigação do vencido, mas sim um ônus, posto que a característica e princípio atinente aos recursos é a voluntariedade, ou seja, cabe a parte ter interesse e claro, ter legitimidade para interpô-los, sendo certo que não o fazendo pode vir a suportar as consequências inerentes a sua opção ou inércia. Aduz Humberto Theodoro Júnior (2017, p. 968), com base no artigo 2º do Código de Processo Civil, não há que se falar em recurso ex officio por parte do magistrado, mas sim na necessidade que a parte se insurja em tal pretensão e para tanto, venha a provocar o juízo.

A Taxatividade remete a disposição de que só podem ser entendidos como recursos aqueles que estão previstos em Lei Federal (THEODORO JUNIOR, 2017, p. 961).

Pela Singularidade pode-se entender que para cada decisão há um recurso específico cabível previsto em lei. (THEODORO JUNIOR, 2017, p. 961) O que pode parecer uma incongruência é o fato de que há reconhecido o princípio da fungibilidade, ou seja, a possibilidade de que um recurso seja entendido como um diverso, desde que haja dificuldade em se determinar qual o recurso cabível. Há previsibilidade expressa no Código de Processo Civil, como aqueles dispostos nos artigos 1032, 1033 e 1024 parágrafo terceiro.

A fungibilidade só pode ser admitida quando não houver erro grosseiro por parte do interessado e desta forma, considerando-se a não existência de erro crasso e a dificuldade fática de se determinar qual seria o recurso cabível, não há que se falar em contrassenso entre singularidade e fungibilidade. Humberto Theodoro Júnior (2017, p. 965) em referência a entendimento do STJ, aduz que deve haver: “...dúvida objetiva e fundada”

Quanto aos pressupostos ou requisitos de admissibilidade dos recursos, à luz de Barbosa Moreira, Humberto Theodoro Junior (2017, p. 975) apresenta os requisitos de admissibilidade dos recursos, ou seja, as condições que precisam ser atendidas para que um recurso seja admitido. Tem-se o que se chama juízo de admissibilidade e uma vez vencida esta etapa, passa-se para o juízo de mérito.

## Os requisitos se dividem em intrínsecos e extrínsecos

Segundo a acatada lição de Barbosa Moreira, os requisitos avaliados no juízo de admissibilidade do recurso, dividem-se em dois grupos: (i) requisitos intrínsecos (ou subjetivos), que são os concernentes à própria existência do poder de recorrer, quais sejam: cabimento, legitimação, interesse e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer; (ii) requisitos extrínsecos (ou objetivos), que são os relativos ao modo de exercício do direito de recorrer: a recorribilidade da decisão e a adequação, a singularidade, o preparo e a tempestividade, a regularidade formal e a motivação do recurso. (THEODORO JÚNIOR, 2017, p. 975)

Alexandre Freitas Câmara em seu Manual de Direito Processual Civil (2023, p.987), indica como pressupostos processuais as condições do recurso “legitimidade e interesse”, órgão jurisdicional a quem é dirigido o recurso, a capacidade processual e a regularidade formal. Aduz ainda o autor que “Sem entrar aqui em detalhes que dizem respeito a certos recursos em espécie (como é o caso da apresentação de peças para instrução do agravo de instrumento), e limitando a exposição aos requisitos genéricos de admissibilidade dos recursos, a regularidade formal exige tempestividade, preparo, forma e motivação do recurso interposto.” (CAMARA, 2023, p.988)

À luz de Humberto Theodoro Júnior (2017, p. 975), no que pese a prática de atos ao longo do processo por vários atores atinentes a atividade jurisdicional, apenas aqueles que são praticados pelo magistrado são passíveis de recursos, tais quais sentenças, acórdãos e decisões interlocutórias, que não podem ser confundidas com meros despachos.

Quanto a tempestividade, é claro Câmara no que diz respeito a preclusão temporal, ou seja, todo e qualquer recurso que ultrapasse o prazo previsto em lei, deve ser inadmitido e ao se estudar em paralelo com a regularidade formal, tem-se que até possível irregularidade quanto a forma pode ser sanada, porém desde que o recurso seja tempestivo. (CAMARA, 2023, p. 988)

Aduz Câmara (2023, p. 988) quanto a forma, que “De todo modo, a admissibilidade do recurso exige que seja ele interposto por petição. Não se admite o recurso por cota (ou termo) nos autos, prática autorizada pelo Código de Processo Penal (art. 578 do CPP).”

De acordo com o artigo 996 do Código de Processo Civil, possuem legitimidade para recorrer as partes, nos moldes já trabalhados nesse artigo, o

terceiro interessado e o Ministério Público quando vier a atuar no feito (THEODORO JÚNOR, 2017, p. 985).

O preparo por sua vez, repercute no pagamento das custas inerentes ao recurso, sendo certo que não há que se falar em preparo para aqueles que não tem condições de litigar sem a gratuidade de justiça, sob pena de prejudicar ainda mais seu sustento e de sua família. Também não estão sujeitos ao preparo o Ministério Público, a União, o Distrito Federal, os Estados, os Municípios e respectivas autarquias, conforme disposto no artigo 1007 do Código de Processo Civil e seus parágrafos. Há que se destacar que os embargos de declaração não têm como requisito o preparo. (THEODORO JUNIOR, 2017, p. 995)

A ausência de preparo, resulta na deserção do recurso, que nada mais é do que uma espécie de desistência tácita deste. (THEODORO JUNIOR, 2017, p. 995)

Entende Câmara ainda quanto ao preparo

Pode acontecer de se interpor um recurso com a comprovação de que se realizou preparo em valor insuficiente. Nesse caso, o recorrente deverá ser intimado para depositar a diferença no prazo de cinco dias (art. 1.007, § 2º), sob pena de deserção (termo tradicionalmente empregado na linguagem do Direito Processual Civil para designar a inadmissibilidade de recurso por vício relativo ao preparo).

Outra hipótese possível é a de ser interposto o recurso sem que se comprove preparo algum. Nesse caso, o recorrente deverá ser intimado para, em prazo a ser fixado judicialmente (e, não havendo assinação judicial do prazo, este é de cinco dias, nos termos do art. 218, § 3º), comprovar o recolhimento do valor em dobro (art. 1.007, § 4º). Registre-se, aqui, a existência de enunciado do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis (FPPC, Enunciado nº 97) no sentido de que esse prazo sempre será de cinco dias, o que não parece correto diante do teor do já citado art. 218, § 3º.

Perceba-se que, nesse caso, não sendo comprovado o depósito integral do valor dobrado do preparo, será vedada sua complementação (art. 1.007, § 5º). (CAMARA, 2023, p. 989)

Quanto aos fatos impeditivos entende Humberto Theodoro Júnior (2017, p. 998) que “São fatos impeditivos dos recursos a renúncia e a aceitação da sentença, ocorridas antes de sua interposição; extingue o recurso a desistência manifestada durante o seu processamento e antes do respectivo julgamento.”

#### 4.1 A DIALETICIDADE E O SEU POTENCIAL DISCURSIVO A PARTIR DE HABERMAS

A Dialeticidade, que além de ser um princípio tão caro quanto os demais nos parece um ponto de reflexão ao tratarmos do pensamento habermasiano no que diz respeito a ética do discurso. Pois a dialeticidade nos mostra que não se trata de apenas recorrer, mas de apresentar as razões do recurso. Tais razões devem ser claras e fundamentadas.

Aduz Humberto Theodoro Júnior

Pelo princípio da dialeticidade exige-se, portanto, que todo recurso seja formulado por meio de petição na qual a parte, não apenas manifeste sua inconformidade com ato judicial impugnado, mas, também e necessariamente, indique os motivos de fato e de direito pelos quais requer o novo julgamento da questão nele cogitada, sujeitando-os ao debate com a parte contrária.

Na verdade, isto não é um princípio que se observa apenas no recurso. Todo o processo é dialético por força do contraditório que se instala, obrigatoriamente, com a propositura da ação e com a resposta do demandado, perdurando em toda a instrução probatória e em todos os incidentes suscitados durante o desenvolver da relação processual, inclusive, pois, na fase recursal. (THEODORO JUNIOR, 2017, p.996)

O autor deixa claro que a dialeticidade não se resume a fase recursal, mas que durante todo o processo civil, esta se configura como indissociável da ideia de argumentação simétrica entre as partes e também em relação ao magistrado no que diz respeito ao escopo de convencê-lo acerca da verdade exposta pelas partes nos autos do processo.

Ainda nas palavras do autor

O mais relevante na dialeticidade é o papel da argumentação desenvolvida pelas partes e pelo juiz, já que, pelo princípio da cooperação (NCPC, art. 6º), a decisão judicial não pode deixar de levar em conta as alegações e fundamentos produzidos pelos litigantes. Se não os acolher, tem de contrargumentar, explicitando as razões pelas quais formou seu convencimento de maneira diversa da pretendida por um ou por ambos os litigantes. O novo CPC confere a qualidade de norma fundamental do direito processual a que determina a necessidade de serem as decisões adequadamente fundamentadas, e a de que nenhuma das razões de decidir seja adotada sem prévia submissão ao debate com as partes (NCPC, arts. 9º e 10). Não admite, outrossim, qualquer fundamentação, mas para cumprir-se o contraditório efetivo, no qual se inclui também o juiz ou tribunal, caberá ao julgador responder, de maneira expressa e adequada, a todas as arguições e fundamentos relevantes formulados pelas partes (art. 489, § 1º, I a VI) (THEODORO JÚNIOR, 2017, p. 966)



Parece bem clara a congruência entre o pensamento de Jürgen Habermas e o do Legislador no que diz respeito ao Código de Processo Civil, na medida em que toda e qualquer pretensão de validade deve estar alicerçada em fundamentos que a embasem, não bastando demonstrar com base na voluntariedade o desejo de recorrer, mas expondo as razões de fato e de direito.

Habermas, (1989, p. 77) entende que quando são apresentadas pretensões de validade, aquele que a submete a discussão, tem condições não só de expô-la mas de a defender contra críticas que possa vir a sofrer, isto parece deixar claro que não se fala em buscar a participação ao discurso sem que haja um arcabouço fáctico e baseado no direito em se tratando de interesses privados e, em sede de recursos excepcionais, onde se está diante de discussões transindividuais, do arcabouço do direito.

Observa-se que quando uma pretensão de validade é contestada e isso se dá a partir do exercício do contraditório e da ampla defesa em sede processual, tem-se a indagação no tocante a verificar se a pretensão é verdadeira. Destaca Habermas (1989, p. 71) “O outro pergunta se a asserção é verdadeira, se a recriminação ou autorrecriminação, se a exortação ou o reconhecimento são corretos. Pode ser que o locutor relativize em seguida a pretensão inicialmente erguida”.

Deste modo, não há como pensar em Recursos ou em Processo Civil sem que se tenha em mente a necessidade de se observar que toda e qualquer pretensão ou alegações devem observar a racionalidade comunicativa, na medida em que não se pode trazer qualquer argumentação ao Judiciário sem que esta esteja alicerçada em um substrato fáctico e legal, capaz de sustentar a argumentação da parte.

Habermas (1989, p. 81) destaca que “As pretensões de verdade residem apenas nos atos de fala, enquanto as pretensões de validade normativas têm sua sede primeiro em normas e só de maneira derivada em atos de fala”.

Da mesma forma que falamos em razões do recurso, caberá ao recorrido, apresentar as razões pelas quais entende que este não deva prosperar (contrarrazões).

Chama a atenção Alexandre Freitas Câmara (2023, p. 990), que se a motivação apenas reproduz peças processuais anteriores e não se tem subsídio qualquer para impugnar uma decisão específica, o recurso estaria apenas “aparentemente fundamentado”, mas não propriamente atendendo a um dos

pressupostos ou requisitos recursais. Entende o autor que a isso se dá o nome de ônus da dialeticidade recursal, dando conta porém, que não entende como correto o tratamento: princípio da dialeticidade, pois segundo ele, trata-se de uma regra e não um princípio (CAMARA, 2023 p. 990)

Embora regra ou princípio a ser seguida enquanto requisito ou pressuposto de admissibilidade dos recursos e, em especial da apelação, a dialeticidade, conforme demonstrado é indissociável do processo de conhecimento civil bem como da fase recursal.

Entende-se que o espírito da lei processual nos mostra um horizonte baseado na ideia de sinceridade e reciprocidade, pois se assim não fosse não estaríamos a entender a boa fé como presumida no Direito Processual Civil.

No entanto, importante destacar que conforme a lei processual civil, o recurso de apelação, é um dos três, previstos no artigo 997, III do Código de Processo Civil, que comportam o chamado recurso adesivo. Os outros dois são o recurso extraordinário e o recurso especial. Em suma, a apelação é o único recurso comum que comporta a modalidade adesivo, estaria ela em contraposição a ideia de sinceridade?

## **5 O RECURSO ADESIVO E A RACIONALIDADE ESTRATÉGICA**

Entende-se que na medida em que se observou o prazo para o recurso e este foi interposto, tem-se a preclusão consumativa. Quando se deixa decorrer o prazo para o recurso sem interpô-lo, ou se interpõe um recurso após ter se findado o prazo, este será intempestivo. Entende Alexandre Freitas Câmara (2017, p. 501) que

É que pode acontecer de uma das partes, mesmo vencida, considerar que a decisão proferida não lhe é de todo ruim e, neste caso, só pretender recorrer se a outra parte também tiver recorrido. Pois neste caso se reconhece a existência de uma segunda oportunidade recursal. Em caso de sucumbência recíproca, pode qualquer das partes não recorrer no prazo de que normalmente disporia, limitando-se a esperar para ver se a parte contrária interpõe o seu recurso. Caso ninguém recorra, terá a decisão transitado em julgado. Na hipótese, porém, de uma das partes recorrer, poderá a parte contrária valer-se da segunda oportunidade recursal, interpondo seu recurso no prazo de que dispõe para oferecer contrarrazões (art. 997, § 2º)

De acordo com Humberto Theodoro Júnior (2017, p. 1003) o recurso adesivo se apresenta como acessório do principal e, deste modo, pode-se vislumbrar que

principal é o recurso que não tem dependência qualquer com a conduta da parte contrária, o que seria uma regra geral, enquanto que um recurso na modalidade adesiva, em se tratando da apelação, do recurso extraordinário e do recurso especial, pode ser entendido como uma exceção.

Entende Humberto Theodoro Junior (2017, p. 1003) que

É que pode acontecer de uma das partes, mesmo vencida, considerar que a decisão proferida não lhe é de todo ruim e, neste caso, só pretender recorrer se a outra parte também tiver recorrido. Pois neste caso se reconhece a existência de uma segunda oportunidade recursal. Em caso de sucumbência recíproca, pode qualquer das partes não recorrer no prazo de que normalmente disporia, limitando-se a esperar para ver se a parte contrária interpõe o seu recurso. Caso ninguém recorra, terá a decisão transitado em julgado. Na hipótese, porém, de uma das partes recorrer, poderá a parte contrária valer-se da segunda oportunidade recursal, interpondo seu recurso no prazo de que dispõe para oferecer contrarrazões (art. 997, § 2º)

Parece, entretanto que a questão pode ser analisada sobre um outro prisma, o da racionalidade estratégica em detrimento de uma racionalidade comunicativa, ou seja, ultrapassando o limite do que viria a ser surpreendido, para uma leitura estratégica como em um jogo de xadrez, posto que caso a parte contrária viesse a recorrer, o contraditório e a ampla defesa seriam consagradas na possibilidade de se apresentar contrarrazões.

O que está em jogo na questão discutida, o recurso enquanto adesivo é acessório do principal, de modo que se este não for admitido, aquele também não será, no entanto garante a parte que, originalmente não recorreu, uma segunda possibilidade de fazê-lo. Fato que a presença do recurso adesivo, também observa o contraditório e ampla defesa, de modo que garante a parte contraria a possibilidade de sobre ele se pronunciar, porém, parece que neste momento, o legislador acabou por permitir que a racionalidade estratégica, pudesse vir a suplantar a racionalidade discursiva, conforme se viu a partir de uma ideia de processo civil dialético.

Em síntese, neste prisma volta-se ao debate acerca da racionalidade comunicativa x racionalidade estratégica, pois a lei (embora ao prever a modalidade recursal adesiva), permite aquele que deixou transcorrer o prazo de apelação a possibilidade de se utilizar do recurso adesivo a apelação.

...leva em conta o entendimento linguístico como mecanismo de coordenação da ação, faz com que as suposições contrafactuais dos atores que orientam seu agir por pretensões de validade adquiram relevância

imediate para a construção e a manutenção das ordens sociais: pois estas mantêm-se no modo de pretensões de validade normativas (HABERMAS, 1997, p. 35)

Gilvan Luiz Hansen em *Modernidade, Utopia e Trabalho* (1999, p. 17-18), salienta que para Habermas

...existe um saber implícito ou explícito, na base de toda a existência humana, seja sob a forma de manifestações linguísticas ou ações teleológicas. E é pela articulação e uso desse saber que os sujeitos demonstram a sua racionalidade, pois a pretensão de validade revelada na linguagem e na ação dos mesmos coloca-os a mercê da avaliação da coletividade.

A racionalidade estratégica por sua vez, passa a um entendimento meio e fim, onde a individualidade tende a preponderar sobre os interesses coletivos, não importando necessariamente em ilicitude. Parece que a possibilidade de recorrer pela via adesiva se filia ao entendimento de que a estratégia suplanta a racionalidade comunicativa, embora observando previsão legal que a garante. (HABERMAS, 1989)

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após se estudar acerca da dialeticidade no Processo de Conhecimento, ou seja na fase de cognição exauriente, onde se objetiva o convencimento do magistrado acerca de uma pretensão, valendo-se para tanto da observância do contraditório e da ampla defesa, onde resta claro que não há como se discutir o processo contencioso civil sem que as partes interajam e cooperem em prol do melhor andamento processual, passou-se a discutir acerca da subjetividade das partes, das dificuldades para que se possa estabelecer um discurso baseado na racionalidade comunicativa, onde se discorreu sobre a racionalidade estratégica da parte e se apresentou ressalva quanto as condições psicológicas dos litigantes, em especial quanto a realização de audiência de conciliação ou sessões de mediação, passou-se a reflexão sobre princípios, pressupostos/requisitos de admissibilidade dos recursos.

Tal reflexão não teve por objetivo esgotar o tema, mas tão somente pontuá-los para que se pudesse efetivamente observar o que está em jogo em moldes habermasianos no que diz respeito aos recursos, ou seja o potencial discursivo que

se pode extrair da dialeticidade enquanto princípio, enquanto pressuposto ou requisito de admissibilidade dos recursos. Para tanto, metodologicamente, se optou pelo recorte atinente ao recurso de apelação, onde demonstrou-se que embora, mais restrito que em sede de processo de conhecimento, a dialeticidade, é indispensável para que se discuta a admissibilidade dos recursos.

Neste prisma, o pensamento de Habermas em conjunto com autores oriundos do Direito, mostrou que a dialeticidade figura como regra processual indispensável ao longo das fases de conhecimento e recursal, embora mais restrita nesta.

No que pese ser mais restrita na fase recursal, esta se encontra alicerçada em um prisma discursivo de pretensões de validade, devidamente apoiada em fundamentação específica e capaz de impugnar uma decisão.

Ocorre, todavia, que a reflexão proposta ao término do texto acerca da modalidade adesiva, embora prevista em lei, demonstra que há espaço na fase recursal, em especial quanto ao recurso de apelação, para que a parte venha a agir com base em uma racionalidade estratégica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de processo civil**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em 27/10/2023.

CÂMARA, A.F. **O novo processo civil brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CÂMARA, A. F. **Manual de direito processual civil**. 2. ed. Barueri: Atlas, 2023.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. v 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HANSEN, G. L. **Modernidade, utopia e trabalho**. Londrina: Edições CEFIL, 1999.

STJ. **Recurso Especial nº 1.704.520**, disponível em: [https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1731786&num\\_registro=201702719246&data=20181219&formato=PDF](https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1731786&num_registro=201702719246&data=20181219&formato=PDF). Acesso em: 15/10/2023.

THEODORO JÚNIOR, H. **Curso de direito processual civil, v. 3**. 50. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

## TRABALHO E DEMOCRACIA: JUSTIÇA E NÃO RETROCESSO SOCIAL

**José Antonio Callegari<sup>1</sup>**

Universidade Federal Fluminense

calegantonio@gmail.com

---

### Resumo

A relação capital-trabalho é cada vez mais complexa. Da fábrica hierarquizada ao sistema de produção pulverizado, tecnológico e digital, a concentração do poder econômico produz uma grave externalidade negativa: a descentralização do trabalho e do seu valor social. A concentração do capital cada vez mais descarta o trabalhador em sua condição humana e de cidadania. A partir do tema do Colóquio Habermas é possível identificar o enfraquecimento do Estado como promotor e garantidor de direitos fundamentais dos trabalhadores, afetando a adesão sindical como forma de lealdade da classe trabalhadora, ou em outras palavras a consciência de classe ou de solidariedade entre os trabalhadores. Por conseguinte, sindicatos enfraquecidos operam com déficit de legitimidade e de representatividade, tal como se dá com a estrutura do sindicato único por categoria profissional. Nesse contexto, refletimos sobre os efeitos dessa relação complexa e tensa, no momento de reconstrução ou de restauração da ordem democrática participativa e deliberativa, objetivando o não retrocesso social dos trabalhadores. Ancoramos o estudo na Constituição Federal, em princípios do Direito do Trabalho, em reflexões habermasianas sobre o tema. Situamos nossa pesquisa a partir de 2017, quando se deu a Reforma Trabalhista. Com essa abordagem, propomos um diálogo para além do direito positivado, uma vez que o valor social do trabalho e da livre iniciativa do empresário atravessam várias estruturas sociais que disputam espaço junto aos vários segmentos do Estado brasileiro.

**Palavras-chave:** Democracia. Não retrocesso social. Participação. Trabalho.

## LABOR AND DEMOCRACY: JUSTICE AND NOT SOCIAL REGRESSION

### Abstract

The capital-labor relationship is increasingly complex. From the hierarchical factory to the pulverized, technological and digital production system, the concentration of economic power produces a serious negative externality: the decentralization of labor and its social value. The concentration of capital increasingly discards the worker in his human condition and in the broader sense of citizenship. Based on the theme of the Habermas Colloquium, it is possible to identify the weakening of the State as a promoter and guarantor of workers' fundamental rights, affecting union membership as a form of working class loyalty, or in other words class consciousness or solidarity among workers. Consequently, labor unions operate with a deficit of legitimacy and representation, as is the case with the structure of a single labor union per professional category. In this context, we reflect on the effects of this complex and

---

<sup>1</sup> Doutor em ciências jurídicas e sociais pelo PPGSD – UFF. Professor Adjunto no Departamento de Direito de Macaé. Universidade Federal Fluminense.

tense relationship, at the time of reconstruction or restoration of the participatory and deliberative democratic order, aiming to prevent social regression of workers. We anchored the study in the Federal Constitution, in principles of Labor Law, in Habermasian reflections on the topic. We situated our research from 2017, when the Labor Reform took place. With this approach, we propose a dialogue beyond positive law, since the social value of work and the entrepreneur's free initiative crosses several social structures that compete for space with the various segments of the Brazilian State.

**Keywords:** Democracy. No social regression. Participation. Labor.

## 1 INTRODUÇÃO

Partimos da relação capital-trabalho, complexa e tensa, para identificar o papel dos trabalhadores na luta pela democracia.

Tensionado as relações democráticas, o sistema de produção capitalista perpetua ciclos de crises, com dramática externalidade negativa: a descentralização do trabalho e do seu valor social.

No Brasil, em particular, o desvalor social do trabalho remonta às origens históricas de um sistema de produção escravocrata baseado na monocultura.

Desumanizando as relações de trabalho, em sua origem, o Brasil perpetua, desde antes do sistema capitalista, uma relação senhoril e autocrata com os trabalhadores, agora e cada vez mais precarizados, ora na esfera privada das relações de emprego, ora na esfera pública institucional, e por meio de arranjos políticos e normativos das elites que ocupam os espaços de deliberação, criação e execução das políticas públicas.

No contexto atual, reacionário, conservador, de precarização e de retrocesso social, propomos uma breve análise sobre a relação entre trabalho e democracia.

## 2 TRABALHO E DEMOCRACIA

Ao refletir sobre a democracia, realçamos o papel dos trabalhadores como agentes políticos de transformação social, política, jurídica e econômica. Essas transformações estão ligadas com a pretensão dos trabalhadores por justiça e não retrocesso social.

Na dialética formação da sociedade brasileira, a luta dos trabalhadores, por justiça social, integra o contexto de luta pela democracia, que de tempos em tempos



sofre com arroubos autoritários e reacionários de um sistema social arraigado ao seu passado patrimonialista, patriarcal e escravocrata.

Instalado no Brasil, e com desumano sucesso mercantil, o sistema de produção escravocrata perpetrou um modelo político-jurídico-econômico complacente com a exclusão social dos trabalhadores. Assim, podemos notar que:

Os antagonismos e os conflitos escravistas se desenvolveram na e pela exploração e expropriação do trabalho e da vida das pessoas escravizadas. As pessoas escravizadas passaram por um processo de dominação total do seu corpo e da exploração total da sua força de trabalho. A classe escravizada teve a sua vida cotidiana irrestritamente condicionada ao cativo, sujeita à condição compulsória de escravizada(o), em uma relação social, política e econômica totalmente desigual, opressora e violenta. (ALVES, GHIRALDELLI, 2022, p. 62).

Esse antagonismo social, decorrente do modelo de produção escravista, alienou materialmente o escravo, como propriedade do escravocrata, como alienou o escravo em outras dimensões existenciais, dentre elas a dimensão política.

Com sua vida cotidiana limitada ao cativo e ao trabalho exaustivo, o ser humano, reduzido à condição de objeto, atuava como insumo de um sistema de produção cruel, que perdurou por séculos.

Tamanha opressão e alienação do ser humano escravizado, por um longo período, deixou marcas contundentes na construção dialética, contraditória e frágil de nossa democracia, sempre tutelada pelo autoritarismo dos “donos do poder” (FAORO, 2001), aliados com uma elite burocrática, política, jurídica, econômica e militar dependente e subalterna aos ditames das nações centrais no atual sistema de produção capitalista.

Com este cenário, podemos intuir que o “sistema escravista mercantil modelou a consciência social, relacionando, de forma complexa, as relações trabalhistas, econômicas, políticas, culturais, sociais, religiosas, raciais e de gênero” – (ALVES, GHIRALDELLI, 2022, p. 65)

O uso instrumental do ser humano, reduzido à condição de propriedade de outrem, pode ser identificado da seguinte forma:

O trabalhador-mercadoria foi introduzido em uma relação de produção extremamente alienante, movida a instrumentos violentos, para ter sua produtividade impulsionada e a sua vida cotidiana condicionada ao cativo e ao trabalho forçado. Enquanto mercadoria, era a propriedade privada do escravocrata e, enquanto trabalhador(a), era o principal produtor de mercadorias, bens e artigos de luxo. (ALVES, GHIRALDELLI, 2022, p. 66)

Segregado em sua condição jurídica, em sua condição social, em seu campo de trabalho forçado, na senzala, o escravo é o protótipo do trabalhador coisificado em várias dimensões do capitalismo, ora reduzido à condição de insumo, ora reduzido à condição de força de trabalho-mercadoria, ora reduzido à condição de custo operacional e outras formas de alienação.

A partir dessa origem escravocrata, pois,

O racismo passou a impulsionar a segregação e a barreira racial, que bloquearam o acesso de trabalhadores e trabalhadoras negros(as) aos principais canais de mobilidade social ascendente. (ALVES, GHIRALDELLI, 2022, p.70)

Nos dias atuais e nas periferias distantes, desprovidas de saneamento básico e serviços sociais eficientes, o trabalhador coisificado, após horas em transporte precário e jornada de trabalho extenuante, recolhe-se em seu espaço de segregação social: as “novas senzalas urbanas”.

Desse modo, segregado no espaço físico, materializa sua alienação social, política e cultural, sob o domínio de vários medos: desemprego, opressão do empregador, opressão do tráfico, opressão das milícias, opressão estatal.

No campo das relações de trabalho, às barreiras raciais, que ao longo do tempo bloquearam a progressão social dos escravos e de seus descendentes, agregam-se as barreiras jurídicas, econômicas e estruturais como obstáculos à emancipação e participação política do trabalhador.

A segregação política se dá, dentre outros fatores, pela dominação masculina do jogo político, pela dominação patrimonialista nos currais e/ou redutos eleitorais, pela quase exclusividade do homem branco e rico nos parlamentos municipais, estaduais, nacional e no sistema de justiça.

Breves considerações históricas permitem notar que, a partir do trabalho negro escravizado, formou-se a massa proletária do Brasil, com nichos de trabalho livre para o trabalhador branco. Assim:

Essa é uma das características da formação da classe trabalhadora no Brasil, ou seja, a inclusão da mão de obra estrangeira branca e a exclusão da mão de obra que havia dinamizado todo o processo de produção de mercadorias, enquanto trabalhadores-mercadorias, por aproximadamente 400 anos no Brasil (ALVES, GHIRALDELLI, 2022, p. 72)

Nessa dialética, com arroubos reacionários:

O Brasil é um país que se inscreve no modelo de superexploração do trabalho e de cidadania restrita; relativizar esses elementos os normaliza e naturaliza em prol do funcionamento das relações sociorraciais no país. O racismo não é uma construção recente, mas parte constitutiva e constituinte das relações sociais e da formação dos indivíduos no decorrer do processo histórico (ALVES, GHIRALDELLI, 2022, p. 78)

O “racismo estrutural” da sociedade brasileira, para ficarmos com Silvio Luiz de Almeida (2019), integra definitivamente um sistema social no qual a classe trabalhadora participa cada vez mais dos esforços de produção e participa cada vez menos da construção política de uma nação comprometida, no plano constitucional, com a igualdade, a justiça, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e promoção do bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação.

Findo o sistema de produção escravocrata, o modelo de produção nacional, baseado na monocultura rural, primordialmente do café, e numa incipiente industrialização brasileira, vai estruturando um capitalismo dependente e fortemente estatal-intervencionista, como se deu no período do Estado Novo ou Era Vargas, de 1937 a 1945.

No campo jurídico, o Decreto Lei 5452/43 instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho com dois eixos importantes: o direito individual do trabalho e o direito coletivo do trabalho.

Enquanto no primeiro eixo, temos a centralidade das relações entre empregado e empregador, com base no contrato de trabalho; no segundo eixo, destaca-se a atuação coletiva das empresas e dos sindicatos, regulamentando direitos e obrigações no âmbito das categorias profissionais e econômicas

É no segundo eixo que o trabalhador, como integrante de uma associação sindical, tem oportunidade de exercer a cidadania política decorrente de sua condição laboral.

Logo, a sindicalização e a atuação nos sindicatos representam um processo de aprendizagem e de prática democrática com efeitos na ação política interna (sindicatos) e na ação política externa (sistema eleitoral municipal, estadual e nacional). Desse modo, a participação sindical é um exercício profissional e político de cidadania e de democracia.

Não obstante, a primeira fase do sindicalismo nacional é marcada pelo intervencionismo estatal, desconfigurando a atuação dos sindicatos pelo

financiamento estatal e pela modelo de cooptação das lideranças sindicais. Como dizem Levitsky e Ziblatt (2017), a cooptação de lideranças é uma forma de enfraquecer e fragilizar a democracia. Tal hipótese pode ser aplicada no exercício da democracia sindical, quando suas lideranças são cooptadas pela intervenção estatal.

Analisando a intervenção do Estado, no sindicalismo brasileiro, Mascaro (1998) identifica o início desta fase a partir de 1930. Para ele:

A fase é intervencionista em decorrência da estrutura legal que, de forma heterônoma, passou a interferir na organização e na ação dos sindicatos, à luz de princípios políticos autoritários, bastante difundidos na época em países europeus, com largos reflexos em nosso ambiente. (MASCARO, 1998, p. 83).

Esse modelo intervencionista atribui aos sindicatos a função de colaboradores com o poder público, desvirtuando sua essência como órgão de atuação da vontade coletiva dos trabalhadores e dos empresários.

A intervenção estatal, no contexto autoritário de época, gerou um sistema de controle e de subordinação dos interesses coletivos dos trabalhadores aos interesses do Estado, comprometendo a participação democrática dos trabalhadores na luta sindical.

Muito embora a Constituição Federal de 1988 elimine a intervenção estatal, manteve um tipo de intervenção ao adotar o sindicato único por categoria:

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:  
I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;  
II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município (BRASIL, 2023).

Ao limitar o poder de escolha e de criação sindical, a Constituição Federal interfere nos aspectos democráticos da liberdade sindical e na atuação política dos trabalhadores.

Não obstante, essa mesma Constituição Federal adota o pluralismo político como um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

Não se pode negar que a opção pela constituição de mais de um sindicato na mesma base territorial é um dos aspectos do pluralismo político.

Tal contradição sugere que o sindicato único, previsto no artigo 8º da CLT, é incompatível com pluralismo político e, por conseguinte, inconstitucional; pois uma regra jurídica constitucional não pode confrontar um princípio fundamental, ante sua natureza de cláusula pétrea.

Em que pese as contradições e os obstáculos jurídicos, dentre outros, a classe trabalhadora, através dos sindicatos, vem travando lutas pela democracia interna e pela democracia externa. A respeito, vejamos o contexto das lutas trabalhistas no Regime Militar:

Considerando o contexto das lutas de classes no panorama da década de 1970, é possível afirmar que as lutas da classe trabalhadora adquiriram significativa amplitude frente ao caráter da ditadura então vigente, que tencionava consolidar o sistema de dominação autocrático-burguês no país. Daí decorre que tais lutas também tiveram um caráter político, na perspectiva do questionamento do modelo de dominação que o regime ditatorial representava e implementava, tendo sido por isso fortemente combatidas pelo Estado, principalmente por meio da promulgação do AI-5 em 1968.

Essa reação violenta por parte do Estado demonstrava que a realização de tais lutas em 1968, em plena ditadura civil-militar, expressava a combatividade e a capacidade da classe trabalhadora e das forças populares de se organizarem – apesar do difícil histórico de luta e da repressão aberta da época – em defesa dos seus interesses e objetivos (ELIAS, 2022, p. 87).

Não se pode negar que as contradições sociais decorrentes do modelo escravagista, agravado pelas contradições sociais decorrentes do sistema capitalista, acirram os ânimos e provocam movimentos pendulares de progressão social e de reacionarismo elitista, como se pode observar no período entre 2003 e 2022.

No auge do Regime Militar, por exemplo, havia uma ilusão de crescimento espetacular da economia brasileira, o chamado “milagre brasileiro”. A fé na economia, sob o intervencionismo estatal, profetizou o crescimento do bolo da riqueza nacional com posterior repartição social dessa iguaria econômica.

Como em todo contexto messiânico, a promessa vinda do Olimpo econômico não se concretizou.

Seguiu-se na década de 1980 uma escalada inflacionária decorrente de políticas econômicas sem responsabilidade fiscal, aumentando o bolo da miséria e a concentração de renda em parcela mínima da sociedade.

A respeito, podemos dizer que:

O que ocorreu a partir da segunda metade da década de 1970 foi que o contexto de crise econômica, manifestado principalmente pelo esgotamento do “milagre brasileiro”, de intensificação da superexploração sobre os(as) trabalhadores(as) e de violência por parte do regime ditatorial, – associado ao histórico de lutas que vinha se dando desde a década de 1950 e que, apesar dos seus limites, tinha propiciado importantes experiências políticas de disputas frente à burguesia –, acabou fomentando uma “repolitização” da classe trabalhadora, conforme afirma Ianni (1981).

Esse processo resultou na expansão das suas formas de luta dessa classe, com o protagonismo dos segmentos de trabalhadores(as) dos maiores centros urbanos do país, em defesa dos direitos sociais e, trabalhistas e das liberdades democráticas (ELIAS, 2022, p. 90)

Se, num momento, a intervenção estatal bloqueou as lutas democráticas internas e externas na ação coletiva dos trabalhadores, a crise econômica da década de 70 permitiu eclodir, sobretudo na década de 80, o protagonismo dos trabalhadores em defesa das liberdades democráticas, como podemos ver a seguir:

Com a crise econômica estabelecida a partir de 1974, que penalizou ainda mais os(as) trabalhadores(as), ampliou-se no âmbito da classe trabalhadora a revolta contra a política salarial efetivada desde o início da década de 1970. E, mesmo com a permanência da repressão, multiplicaram-se manifestações como greves, paradas, frenagens nos locais de trabalho e organizações de comitês de fábrica. Foram diversas as formas de resistência construídas na luta por condições dignas de vida e trabalho, e pelo exercício de seus direitos sociais, políticos e civis. (ELIAS, 2022, p. 90, 91).

Como efeito, deu-se a ampliação das lutas cada vez mais inclusivas com a participação de igrejas, de artistas, de professores e de intelectuais. O contexto social, político, econômico e cultural da época permitiu a aproximação de vários espectros do corpo social, tematizando suas pautas em uma pauta convergente e abrangente: a redemocratização do país.

Em termos de atuação da classe trabalhadora, as greves tiveram papel fundamental como forma de manifestação política pela democracia:

Tal fato se confirmou com as greves e mobilizações ocorridas em 1978 e 1979, em que o movimento sindical do ABC paulista – região Metropolitana de São Paulo que incluía as cidades de Santo André (A), São Bernardo do

Campo (B) e São Caetano do Sul (C) e que já era um dos principais polos industriais do país – adquiriu um significativo protagonismo político. Nessa época, os sindicatos do ABC começaram a se destacar por meio de suas atividades de mobilização e organização – como congressos, campanhas salariais, protestos contra as demissões em massa e paralisações – junto às bases de diversas categorias, principalmente dos metalúrgicos (ELIAS, 2022, p. 94)

Se de um lado a repressão estatal era firme, prenunciado o estertor do Regime autoritário, por outro lado o anseio democrático fomentava a consciência política dos trabalhadores, como se deu no ABC paulista:

Com isso, o movimento sindical do ABC paulista, principalmente por meio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – em que se iniciou a liderança sindical de Luiz Inácio Lula da Silva – e da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSP) foi adquirindo uma significativa representatividade nas disputas sindicais, passando a incidir politicamente nas lutas da classe trabalhadora no país.

Nesse mesmo período, também houve a retomada do sindicalismo rural e a expansão de movimentos sociais, cujas reivindicações eram voltadas principalmente para a garantia dos direitos sociais, a reformulação e ampliação de serviços e políticas públicas, a realização de reformas sociais, a retomada do regime democrático, a efetivação do direito à participação política, a igualdade étnico-racial e de gênero e, a liberdade sexual, dentre outras. Esse processo, segundo Santana (2017), proporcionou a formação de movimentos como os de luta por moradia e pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela saúde pública, pelo meio ambiente e pelos direitos dos LGBT, fortalecendo movimentos como o estudantil e o feminista, assim como, o movimento negro que havia se formado desde o final do século XIX (ELIAS, 2022, p. 95).

Nesse ambiente, os movimentos sindicais da época revelam um novo estágio de consciência trabalhista que:

Interferiu na dinâmica da transição para o regime democrático para além do domínio exclusivo das classes dominantes, que, depois de terem sustentado o regime ditatorial e lucrado com ele, passaram em parte a se colocar, cnicamente, desde o início dos anos 1980 – dado o contexto geral de esgotamento da ditadura – na dianteira do movimento de democratização. Apesar disso, os segmentos burgueses não apagaram o protagonismo da classe trabalhadora, que conseguiu incorporar um caráter popular ao movimento de democratização (ELIAS, 2022, p. 98)

Nota-se, portanto, um fortalecimento político da classe trabalhadora, cujo passo seguinte se deu com a fundação, em fevereiro de 1980, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Consolidava-se então um novo sindicalismo, contextualizando as pautas trabalhistas num aspecto maior de participação política.



Desse modo, a atuação política, através de um partido, permitiu à classe trabalhadora levar as reivindicações sociais, laborais, econômicas e políticas dos trabalhadores para o campo onde são discutidas, elaboradas e executadas as políticas públicas: o Parlamento e o Executivo.

Ampliando o campo da ação sindical, através de uma estrutura partidária, as pautas trabalhistas, antes delimitadas à uma base territorial mínima, passou a transitar no cenário nacional como pautas fundamentadas na democracia social.

O cenário do jogo político mudou e os jogadores também. Se os sindicatos verbalizam, em negociações coletivas, a força dos trabalhadores, organizados por categorias profissionais, o partido político verbaliza, na atuação parlamentar e na administração pública, a força política dos trabalhadores, forjando as bases para uma gestão pública mais democrática e comprometida com a justiça social.

Como podemos ver:

Essas lutas e o avanço da organização sindical demonstravam que a classe trabalhadora – apesar das diversas dificuldades objetivas e subjetivas enfrentadas – ia conseguindo tensionar, a partir da formação do novo sindicalismo, o padrão de dominação capitalista predominante na época, que desde 1964 registrava um histórico de intensificação da superexploração da classe trabalhadora de forma associada à repressão característica dos regimes ditatoriais, cujo ápice ocorreu durante a fase do “milagre brasileiro” (ELIAS, 2022, p. 104)

Não obstante, persiste um grave problema, como herança do sistema autoritário e reacionário que moldou as elites brasileiras:

Nessa perspectiva, não estamos secundarizando a importância da luta pelo retorno do regime democrático e os avanços sociais e políticos que houve durante o período da transição democrática. Mas, diante do histórico da formação social brasileira durante a fase de consolidação do capitalismo e de expansão do capitalismo monopolista no país, assim como, do sistema de dominação autocrático-burguês por este engendrado, chamamos a atenção para o fato de que, devido à forma como se deu a transição democrática, – determinada pela dinâmica das lutas de classes – essa transição não significou a superação das características basilares do sistema capitalista brasileiro, a exemplo do caráter dependente da economia e da condição de superexploração da maioria da classe trabalhadora (ELIAS, 2022, p. 105)

Esse fator histórico reacendeu no Brasil um reacionarismo autoritário de viés burguês-militar no período de 2016 a 2022, culminando com uma tentativa frustrada de golpe de estado em 08 de janeiro de 2023.

A partir das lutas sindicais na década de 70, podemos entender esse movimento reacionário atual:

Os segmentos burgueses demonstravam imenso receio frente a qualquer possibilidade de mudanças econômicas e políticas mais profundas, que colocassem em risco o padrão de exploração e dominação estabelecido historicamente no país, via-se uma realidade de acirramento das lutas de classes, em que a classe trabalhadora passara a atuar enquanto sujeito político, ao tempo em que a burguesia buscava formas de estabelecer a transição para o regime democrático sob o seu domínio (ELIAS, 2022, p. 104)

Um exemplo disso se deu com a participação dos trabalhadores no movimento pela Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), após a derrota das “Diretas Já” na década de 80.

Não obstante, permanecia firme o arranjo entre a elite burguesa e os militares, delimitando os rumos do processo de abertura política e de redemocratização constitucional do país. Tratava-se de arranjo na esfera pública para a “manutenção das características estruturais da economia brasileira e do seu padrão de exploração e dominação” (ELIAS, 2022, p.106).

Em que pese o arranjo elitista:

É importante colocar que o fato de as classes dominantes terem efetivado esse “pacto elitista” durante a transição entre a ditadura e o regime democrático, não significou a anulação política da classe trabalhadora nesse contexto (ELIAS, 2022, p. 106).

No contexto político-militar em 2016, é possível dizer que os golpes de estado “são elementos constituintes da cultura política brasileira, como estratégia de reestabelecimento da ordem social vigente quando essa ordem é desafiada ou surpreendida pela legitimação das demandas dos grupos subalternos” (NETA, 2022, p. 113).

Em sua busca por inclusão e não retrocesso social, os trabalhadores demandam sua participação na esfera pública como titulares de direitos políticos, através dos quais podem atuar no sistema de forças que tensiona vários subsistemas sociais, dentre eles o financeiro, o econômico, o administrativo, o legislativo e o judiciário.

Dentre outros propósitos, podemos dizer que a finalidade do golpe é impedir a distribuição de poder em favor de novos atores políticos, como por exemplo a classe

trabalhadora. Não por acaso, o golpe de 2016, com eufemismo de impeachment, ocorreu na vigência de um governo do Partido dos Trabalhadores.

A questão de fundo aqui reside na luta hegemônica pela gestão da esfera pública estatal ou institucionalizada. Gestão que os “donos do poder” não deseja compartilhar com os estamentos, até então subalternos, da sociedade brasileira, dentre eles a classe dos trabalhadores. Nesse caso,

O poder econômico foi um dos mais beneficiados. Além de o golpe de 2016 explicitar a fragilidade da democracia liberal brasileira, por invalidar o resultado das urnas de 2014, ele representou também o avanço de uma agenda neoliberal de prejuízo para a sociedade, sobretudo para a classe trabalhadora, no que tange principalmente aos direitos sociais. (NETA, 2022, p. 115).

Com Nancy Fraser (2018), podemos dizer que a crise democrática, em países capitalistas, integra a lógica do capital: crise permanente.

O modelo capitalista, em seus vários estágios, contém uma “tendência de crise” ou “contradição” como destacou Fraser (2018). Com esse ponto de vista, revela-se o papel ambíguo do poder público, ora como “condição de possibilidade da acumulação de capital”, ora como subserviente ao impulso do capitalismo para acumulação sem fim, desejoso de uma acumulação sem regras, um novo *laissez faire*.

Concordamos com Fraser (2018, p. 156) quando afirma que o capitalismo “não é independente e não pode ser adequadamente compreendido caso seja abstraído de outros elementos constitutivos que são sua condição de possibilidade de fundo”.

Se o poder público é uma condição de possibilidade do capitalismo, sobretudo no seu papel regulador, julgador e repressor, a classe trabalhadora representa importante papel na construção ou reconstrução da justiça social.

Enquanto o capitalismo infiltra seus prepostos na alta burocracia estatal, os trabalhadores tendem a ocupar posição no jogo político, através dos sindicatos e dos partidos, tensionando suas pautas sociais com as pautas liberais, reacionárias e conservadoras que pregam o retrocesso social.

A resultante desse sistema de forças tende a impedir a ruptura do sistema capitalista, recompondo momentaneamente o equilíbrio instável desse sistema econômico.

Não obstante, o capitalismo gera crises constantes, seja pela concorrência feroz, seja pelo advento de novas tecnologias e de novas técnicas de gestão, sempre na busca incessante por eficiência, redução de custos e maximização de lucros e resultados.

A grande questão é como desenvolver e sedimentar a consciência da classe trabalhadora quanto ao seu papel de ator político central no sistema capitalista. Essa consciência individual e coletiva coloca em risco o papel que o sistema capitalista destina aos trabalhadores: reprodução social da força de trabalho. Daí as crises financeiras, econômicas, políticas e institucionais, na maioria das vezes artificiais, segundo os humores do “mercado”, frequentemente reacionárias à emancipação social, econômica e política da classe trabalhadora.

A transição de um trabalhador-insumo para um trabalhador-sujeito, subjetiva as relações das forças políticas e amplia o pluralismo político que atemoriza os “donos do poder”.

A tendência centralizadora do capitalismo (concentração de riqueza, de poder e de controle social) gera táticas reacionárias/conservadoras e óbices jurídicos que dificultam o acesso dos trabalhadores ao centro do poder, quando não o desalojam pela via do golpe militar ou do *impeachment*.

Com relação aos óbices jurídicos, podemos dizer que:

A acumulação de capital é inconcebível na ausência de uma estrutura jurídica que sustente a empresa privada e a troca no mercado. Ela depende, de modo crucial, dos poderes públicos para garantir direitos de propriedade, fazer cumprir contratos e julgar disputas; para suprimir rebeliões, manter a ordem e administrar o dissenso (FRASER, 2018, p. 157).

Visando estabilizar o sistema:

Arranjos eleitorais inclusivos podem servir como uma força estabilizadora em tempos de normalidade, assegurando a lealdade das massas ao sistema, alertando as elites da necessidade de reforma e propelindo esforços para disciplinar o capital para o próprio bem dele. Ademais, uma ampla mobilização democrática pode fornecer a musculatura política indispensável em tempos de crise, quando o capitalismo deve reorganizar-se ou morrer. Em todos os períodos, portanto, o poder estatal eficaz e legítimo é necessário para sustentar a acumulação em longo prazo (FRASER, 2018, p. 158)

No caso brasileiro, a Constituição Federal estabilizou pretensões antagônicas, no processo de consolidação da democracia. Como vimos linhas atrás, o movimento

das “Diretas Já” e a “Assembleia Nacional Constituinte” provocaram ampla mobilização democrática, fornecendo a musculatura política necessária para incluir pautas sociais e trabalhistas como direitos fundamentais dos trabalhadores.

Em outras palavras, dentro da ambiguidade do sistema capitalista, a esfera pública atuou para estabilizar o sistema de acumulação capitalista, que manifesta atualmente mais um ciclo de instabilidade econômica e financeira, reclamando do poder público subserviente medidas de retrocesso social. Como exemplo, podemos citar a Lei n. 13.467/2017 que implementou a chamada Reforma Trabalhista. Essa Lei cumpriu o papel jurídico de redução de direitos, desregulamentação e precarização das condições laborais e sociais dos trabalhadores.

Nesse aspecto:

Arranjos eleitorais inclusivos podem servir como uma força estabilizadora em tempos de normalidade, assegurando a lealdade das massas ao sistema, alertando as elites da necessidade de reforma e propelindo esforços para disciplinar o capital para o próprio bem dele. Ademais, uma ampla mobilização democrática pode fornecer a musculatura política indispensável em tempos de crise, quando o capitalismo deve reorganizar-se ou morrer. Em todos os períodos, portanto, o poder estatal eficaz e legítimo é necessário para sustentar a acumulação em longo prazo (FRASER, 2018, p. 158)

Importa registrar que:

Enquanto a dinâmica da economia se centra na acumulação ilimitada e na apropriação privada de mais valor, a impulsão da política é desenvolver capacidades de ação pública e reservas de apoio público para legitimar o uso de tais capacidades. Assim, enquanto a economia valoriza o crescimento, a eficiência, a escolha e a liberdade negativa, a política apela ao interesse público, à igual cidadania, à legitimidade democrática e à soberania popular. Essas orientações podem entrar em conflito (FRASER, 2018, p. 160)

Enquanto a economia dirigida pela lógica da acumulação ilimitada produz crises, é na atuação política que a classe trabalhadora disputa espaços e desenvolve suas “capacidades de ação pública”.

Nesse aspecto, as observações de Fraser (2018) permitem concluir que, na política, os trabalhadores, seja pela atuação partidária, seja pela ação sindical, aglutinam os seus interesses com o interesse público.

Numa palavra, a atuação esclarecida dos trabalhadores integra espectros maiores da vida social, legitimando a democracia como espaço público e procedimental da cidadania (HABERMAS, 2003).

### **3 CONCLUSÃO**

Considerando a relação entre trabalho e democracia, intuímos que a relação capital-trabalho é cada vez mais complexa, projetando reflexos na democracia brasileira. Da fábrica hierarquizada ao sistema de produção pulverizado, tecnológico e digital, a concentração do poder econômico produz uma grave externalidade negativa: a descentralização do trabalho e do seu valor social.

No Brasil, desde 2016, avança um movimento político reacionário, acentuando a tensão entre capital e trabalho.

O *impeachment* levado a cabo em 2016 simboliza, no campo político, vários retrocessos sociais que impactam de forma contundente os trabalhadores. Como exemplo, podemos citar a Reforma Trabalhista que flexibilizou, reduziu e desregulamentou vários direitos sociais dos trabalhadores.

A partir de um breve recorte histórico, procuramos evidenciar como o trabalhador escravo, despossuído de sua dignidade existencial e segregado pelo trabalho forçado e pela vida recolhida nas senzalas, serviu de protótipo do trabalhador assalariado cada vez mais precarizado e segregado nas periferias como “senzalas urbanas”.

Em sua condição social, o trabalhador assalariado, extenuado e mal remunerado, encontra óbices para se realizar como agente político, seja pela ameaça do desemprego, seja pela vida totalmente absorvida no trabalho.

Isolado em suas relações individuais de trabalho, numa relação assimétrica com o seu empregador, que detém os meios de produção e direção do trabalho subordinado, o trabalhador encontra na associação sindical um espaço público de cidadania.

Através da associação sindical, a massa de trabalhadores, devidamente organizada, pode desenvolver uma consciência coletiva que permite aspirar novas pautas, além daquelas reivindicações típicas da relação de trabalho: aumento salarial e melhores condições de trabalho.

Vimos, através de frames históricos, como a organização sindical elevou o *status* político dos trabalhadores, chegando ao ponto de criar um partido que vem disputando, nas arenas centrais da esfera pública institucional, espaços de poder executivo e de deliberação parlamentar.

Vincular o trabalho com a democracia tem como propósito ampliar o espectro de reivindicação e de atuação política dos trabalhadores, tendo como pano de fundo sua dignidade existencial. Numa palavra, a luta pelo não retrocesso e por justiça social integra a luta pela democracia.

Refletir sobre o trabalhador como agente político, individual e coletivo, é tarefa daqueles que desejam uma esfera pública comprometida com a condição social dos trabalhadores, eliminando ou reduzindo a ação estatal instrumentalizada pela lógica do ‘mercado’.

Com acerto, podemos dizer que:

As forças produtivas...na medida em que acumula processo de aprendizagem organizados nos subsistemas de ação racional com respeito a fins, são de fato o motor da evolução social (HABERMAS, 2014, p. 120).

Portanto, é através da consciência e da atuação política que o trabalhador pode confrontar-se com as formas de instrumentalização do ser humano que serve ao propósito de legitimar sua dominação.

E através da luta política sindical e da luta política parlamentar que o trabalhador emancipa cada vez mais sua cidadania engajando-se na ação e na negociação, como observamos em Habermas (2014, p. 143).

Por conseguinte, sendo a ação e a negociação elementos essenciais nas relações de trabalho, a condição social do trabalhador, no contexto atual, reduz sua capacidade de engajamento e de negociação. Desse modo, a dominação técnica afeta uma das estruturas centrais da democracia: capacidade de participação no circuito dos vários subsistemas que irradiam sobre e a partir do mundo do trabalho.

A conscientização política dos trabalhadores, no contexto de crises do capital, de inovações tecnológicas de instrumentalização da pessoa humana, permite:

Pôr em marcha uma discussão politicamente eficaz que consiga estabelecer uma relação, de modo racionalmente vinculante, entre o potencial social do saber e poder técnicos como nosso saber e querer práticos. (HABERMAS, 2014, p. 148)



Ao final deste trabalho, percebemos que a mudança estrutural na esfera privada capitalista produz efeitos ou externalidades na esfera pública estatal, provocando crises para além das relações de trabalho.

O cenário de crise, típico desse modelo de produção, tornou-se mais caótico na medida em que se expande o modelo de capitalismo financeiro transnacional.

O fluxo constante de riqueza e de acumulação cada vez menos distributivo (concentração de renda) impacta o exercício da cidadania e as bases do Estado Democrático de Direito.

Numa perspectiva sistêmica (LUHMANN, 1995), o capitalismo financeiro, como destacou Nancy Fraser (2018), luta por sua hegemonia nos mais variados círculos de poder, alijando cada vez mais o trabalhador das disputas democráticas na esfera pública estatal, onde se pode construir os consensos de estabilização social do sistema.

Em tempos de ódio, ganância, ressentimento e negação das classes subalternas como parceiros emancipados, devemos refletir cada vez mais sobre o valor do trabalho na construção de uma esfera pública comunicativa, participativa; na qual o trabalhador seja reconhecido e incluído como ator no enredo democrático.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Leonardo Dias, Ghirdelli Reginaldo: A divisão racial do trabalho na formação social brasileira. *In* NEVES, Angela Vieira, Ghirdelli Reginaldo (organizadores). **Trabalho, democracia e participação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Consolidação das Leis Do Trabalho – CLT e normas correlatas**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. Lutas da classe trabalhadora na consolidação da ordem monopólica no Brasil. *In* NEVES, Angela Vieira, Ghirdelli Reginaldo (organizadores). **Trabalho, democracia e participação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERRARI, Irany, NASCIMENTO, Amauri Mascaro, MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **História do trabalho e do direito do trabalho e da justiça do trabalho**. São Paulo: LTr. 1998.

FRASER, N., & Sousa Filho, J. I. R. de. (2018). Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, 23(2), 153-188. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v23i2p153-188>.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2003.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. (Aulas publicadas por J.T.Nafarrate). Petrópolis: Vozes, 2009.

NETA, Avelina Alves Lima. A agenda neoliberal e antidemocrática e suas implicações para os direitos sociais no Brasil. *In* NEVES, Angela Vieira, Ghirdelli Reginaldo (organizadores). **Trabalho, democracia e participação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022.

## O CONCEITO DE VIOLÊNCIA NUMA PERSPECTIVA DECOLONIAL E O MODELO DISCURSIVO DE DEMOCRACIA

**Charles Feldhaus<sup>1</sup>**

Universidade Estadual de Londrina  
charlesfeldhaus@gmail.com

---

### Resumo

Este estudo pretende reconstruir alguns traços gerais da concepção de *feminismo decolonial* de Françoise Vergès na obra *Feminismo decolonial* e na obra *Uma teoria feminista da violência* buscando enfatizar de que maneira a teoria discursiva de Jurgen Habermas em sua obra *Facticidade e validade* enfrenta a questão das demandas sociais por igualdade entre homens e mulheres ao tratar da dialética entre igualdade de direito e igualdade de fato no mercado de trabalho. Vergès sustenta que é necessário um tipo de reconstrução da história do feminismo em que o protagonismo das mulheres racializadas seja levado em consideração e que se preste atenção à maneira como o feminismo decolonial e o que ela chama de feminismo civilizatório conceituam a emancipação da mulher. Embora seja importante reconhecer que a inclusão das mulheres racializadas na arena pública ou na esfera pública possa ser ainda insuficiente como uma estratégia para garantir a igualdade das mulheres, a invisibilização das mulheres racializadas pode até mesmo distorcer o ponto do debate da emancipação feminina e Vergès analisa alguns casos para ilustrar seu ponto de vista, como o que se costuma chamar de a polêmica do biquíni na França. Além disso, o próprio conceito de violência numa perspectiva diferenciada do termo, que inclui não apenas a agressão física, mas também a distribuição desigual de tarefas (atividades relacionadas com a manutenção do capital e atividades executivas de empresas) entre mulheres racializadas e mulheres brancas, a distribuição entre as pessoas que podem ser mortas de maneira arbitrária e as que não podem, todos estes aspectos podem ser considerados como um avanço importante na discussão das questões relacionadas com a igualdade na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Feminismo. Discursivo. Decolonial. Violência. Civilizatório.

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia - Bacharel (2002) - Licenciatura Plena (2003) - pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Filosofia - área de concentração - Ética e Filosofia Política - na Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Especialista em Biossegurança (2004) - pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Filosofia - área de concentração - Ética e Filosofia Política - pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009). Pós-doutorado em filosofia pela Martin Luther Universität Halle Wittenberg (2015) com apoio financeiro da CAPES. Professor Associado C da Universidade Estadual de Londrina. É professor permanente do Programa de Pós-graduação em filosofia - Mestrado - da Universidade Estadual de Londrina. Leciona disciplinas nas áreas de ética e filosofia política e jurídica na Universidade Estadual de Londrina. Membro da Academia de Ciências, Letras e Artes de Londrina, cadeira Mario de Andrade.

## THE CONCEPT OF VIOLENCE FROM A DECOLONIAL PERSPECTIVE AND THE DISCURSIVE MODEL OF DEMOCRACY

### Abstract

This study aims to reconstruct some general features of Françoise Vergès's conception of decolonial feminism in the work *Decolonial Feminism* and in the work *A Feminist Theory of Violence*, seeking to emphasize how Jurgen Habermas' discursive theory in his work *Facts and Norms* faces the issue of social demands for equality between men and women when dealing with the dialectic between equality in law and equality in fact in the job market. Vergès argues that a type of reconstruction of the history of feminism is necessary in which the protagonism of racialized women is taken into account and that pays attention to the way in which decolonial feminism and what she calls civilizing feminism conceptualize women's emancipation. While it is important to recognize that the inclusion of racialized women in the public arena or public sphere may still be insufficient as a strategy to ensure women's equality, the invisibilization of racialized women may even distort the point of the female emancipation debate and Vergès analyzes some cases to illustrate his point of view, such as what is commonly called the bikini controversy in France. Furthermore, the very concept of violence from a different perspective of the term, which includes not only physical aggression, but also the unequal distribution of tasks (activities related to the maintenance of capital and executive activities of companies) between racialized women and white women, the distribution between people who can be killed arbitrarily and those who cannot, all these aspects can represent an important advance in the discussion of issues related to equality in contemporary society.

**Keywords:** Feminism. Discursive. Decolonial. Violence. Civilizatory.

### 1 INTRODUÇÃO

O conceito de violência geralmente está relacionado com a realização de atos contrários à ordem natural e à ordem jurídica da sociedade e em contraposição a outros conceitos fundamentais do pensamento político como o conceito de poder, com isso, buscando diferenciar empregos legítimos de empregos não legítimos do exercício de força física e psíquica. Entre os atos compreendidos como atos violentos encontram-se atos cometidos contra grupos sociais específicos e tais atos são definidos como atos de discriminação de gênero, de raça, de etnia, de classe econômica. O aparato estatal tem tido, em grande parte da história da humanidade, um papel central ou se poderia dizer até mesmo um monopólio na definição do que consiste um ato de exercício da força física e psíquica legítimo e o que consiste num ato não legítimo ou até mesmo criminoso. O poder estatal tem tido inclusive, através de instituições policiais e jurídicas o monopólio da definição do que consiste de um ato de manifestação política legítima de um ato não legítimo e nesse caso de um

crime. Não raramente a estrutura jurídica estatal determina seja explicitamente através de leis ou decretos, seja através de atos do governo ou do judiciário a competência de determinar que manifestações políticas são aceitas no espaço público e que manifestações não são aceitas.

A perspectiva decolonial com pensadoras como Françoise Vergès em *Uma teoria feminista da violência* e em *Uma teoria feminista da violência* tem desafiado a maneira tradicional de definir violência e seus correlatos no enfrentamento das discriminações em relação ao gênero, em relação ao feminismo, particularmente uma das suas preocupações consiste na instrumentalização do enfrentamento das violências contra as mulheres na justificação do incremento da violência do estado de maneira preconceituosa em relação a grupos já discriminados. Vergès compreende que uma crítica da violência contra as mulheres não pode deixar de considerar também uma crítica às violências realizadas pelo próprio aparato estatal e que governos, como os governos conservadores vencedores nos últimos pleitos eleitorais (aqui ela estava pensando em Donald Trump nos Estados Unidos, mas o mesmo poderia ser dito com a vitória de Jair Messias Bolsonaro no Brasil) em alguns países no mundo tem instrumentalizado até mesmo causas como a necessidade de proteção das mulheres contra a violência masculina para implementar políticas de estado discriminatórias do ponto de vista econômico, racial, étnico, de gênero entre outros. Vergès defende um enfrentamento da violência estatal e da violência masculina contra as mulheres com menos ênfase na perspectiva carcerária (judicialização e politização da questão) e com mais ênfase numa perspectiva das práticas comunitárias. O objetivo da apresentação é buscar delinear as principais preocupações da perspectiva decolonial diante da violência de Vergès e começar a refletir de que maneira uma perspectiva discursiva e deliberativa como a habermasiana poderia incorporar em seu modelo de esfera pública como critério normativo as contribuições decoloniais para um possível melhor enfrentamento da questão da violência contra as mulheres que evitasse a dimensão enviesada estatal.

No que segue, primeiramente, será realizada uma caracterização geral do feminismo decolonial tal como ele é apresentado por Françoise Vergès em *Um feminismo decolonial* (2020), apontando quais são os traços gerais desta abordagem às desigualdades sociais, mas também ressaltar que o conceito de racismo e seus correlatos, como racializado ou racializada são empregados por Vergès para incluir não apenas as pessoas negras, mas vários grupos de pessoas que sofrem algum

tipo de preconceito e tratamento diferenciado que traz desvantagens por não se encaixar no padrão de ocidental e branco; em segundo lugar, se busca enfatizar que uma das estratégias do feminismo decolonial de melhorar a posição das mulheres racializadas na sociedade percorre o caminho de uma reconstrução da história ou da narrativa feminista oficial inserindo as lutas das mulheres racializadas como ocupando papéis importantes e inclusive oferecendo soluções alternativas para enfrentar as discriminações que as mulheres são submetidas na sociedade contemporânea; em terceiro lugar, através da análise de alguns casos concretos mostrar como a exclusão das mulheres racializadas das narrativas do movimento feminista pode levar a alguma confusão a respeito do que significa emancipação feminina; em quarto lugar, se procura brevemente mostrar de que maneira a teoria do discurso habermasiano poderia se relacionar com as demandas feministas decoloniais; e finalmente, à luz da obra de Françoise Vergés *Uma teoria feminista da violência* (2021) se procura delinear o conceito de violência ampliado que resulta de uma abordagem das demandas feministas decoloniais.

## **2 UMA CONCEPÇÃO DE FEMINISMO DECOLONIAL**

Antes de mais nada, é importante observar que uma concepção decolonial de feminismo é uma análise multidimensional (raça, sexualidade, classe) que responde aos limites da noção de interseccionalidade, a qual já abordei num estudo anterior (FELDHAUS, 2023, p. 154), ressaltando que foi um termo cunhado por Kimberlé Crenshaw (1991), que se refere também a uma abordagem às desigualdades sociais, inicialmente também restrita às demandas feministas das mulheres racializadas, que procura chamar a atenção não apenas para as diferenças específicas de certos grupos no desfrute de certos direitos, como o direito à igualdade, mas aos efeitos diretos ou indiretos das intersecções resultantes da pertença a mais de um grupo discriminado. Uma mulher pode ser discriminada por ser mulher, mas também pode sofrer efeitos discriminatórios por ser negra, por ser pobre, por ser mãe solteira, por ser imigrante, e assim por diante. Quando uma mulher pertence ao mesmo tempo a mais de um dos grupos discriminados ela pode sofrer discriminações que muitas vezes são difíceis de ser capturadas ou não são capturadas de maneira alguma numa abordagem que foca apenas nas discriminações relacionadas à pertença a um grupo de maneira isolada. A

abordagem decolonial busca ir além desta abordagem interseccional, porque permite melhor compreender o poder racista e heteronormativo. Nas palavras de Vergès (2020, p. 47): “uma análise que se propõe a levar em conta a *totalidade* das relações sociais”. Mas que aspectos incluiria a totalidade das relações sociais? Ela incluiria as relações com o Estado, com o capital e com o patriarcado. Dessa maneira abrangeria questões como justiça reprodutiva, justiça ambiental, crítica à indústria farmacêutica, crítica à criminalização da solidariedade, direitos dos migrantes e refugiados, luta pelo fim do feminicídio, etc. Além disso, se pode dizer que é uma abordagem multidimensional que evita realizar a hierarquização de lutas, porque o critério de urgência geralmente é eivado de preconceitos. Desse modo, não se trata de “corrigir as injustiças dividindo os cargos igualmente entre homens e mulheres sem questionar a organização social, econômica e cultural” (VERGÈS, 2020, p. 51).

É importante salientar ainda que Vergès (2020, p. 50-1) contrasta o feminismo decolonial com outras versões do feminismo, mas deixa muito claro que não entende que seja uma nova onda, ela entende como uma continuação das lutas de emancipação das mulheres do sul global. Feminismo decolonial é um conjunto de teorias e práticas que visa ser antirracista, anticapitalista e anticolonial. Além do mais, ao se referir às mulheres racializadas, a pensadora não está restringindo o termo apenas às mulheres negras, ou seja, Vergès não entende o termo racismo como restrito às pessoas negras, mas a pessoas em geral (o que para ela também inclui os homens) que sofrem algumas desvantagens em função de sua cor de pele, local de origem, faixa etária. Claro que ela também está pensando em mulheres negras, mas claramente não apenas nelas, o que inclui também mulheres muçulmanas, imigrantes, refugiadas, indígenas, enfim, o que ela entende como mulheres não brancas e não ocidentais, que às vezes ela chama de mulheres do sul global. Mulheres que na maioria dos casos precisam assumir gratuitamente ou a salários baixos e sob condições precárias a tarefa de garantir a reprodução social.

### **3 A NECESSIDADE DE UMA RECONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA DO FEMINISMO**

A proposta tem como um dos elementos centrais recontar a história do feminismo, incluindo as contribuições das mulheres racializadas e quilombolas. Ela



(2020, p. 106) reconhece que nenhuma de tais mulheres se denominava feminista, mas é preciso trazer à luz as contribuições de mulheres indígenas, negras, colonizadas, etc (VERGÈS, 2020, p. 107) e com isso lutar contra a invisibilidade da mulher racializada nos movimentos feministas. Vergès (2020, p. 109) sustenta que a desconsideração ou a invisibilidade das contribuições das mulheres racializadas pelo que ela chama de feminismo civilizatório pode levar até mesmo a alguma confusão sobre o que consiste na emancipação feminina. A luta pela emancipação na abordagem decolonial precisa considerar a interseccionalidade dos direitos econômicos, culturais, políticos, reprodutivos e ambientais. Vergès trata da revolta do biquíni na França e nas suas colônias como um exemplo de confusão. O feminismo civilizatório no que se denomina da polêmica do biquíni compreende que a mulher se despir, usar biquíni nas praias e não burkini, por exemplo, é uma demonstração de liberdade das mulheres. O uso de burkini significaria na visão do que se denomina de feminismo civilizatório um desrespeito à laicidade da república e o uso do burkini ou da burca em espaço público pelas mulheres muçulmanas seria uma ameaça ao caráter republicano da sociedade europeia. Vergès (2020, p. 115) sustenta que o ridículo da polêmica do biquíni é que mascara alguns tipos de violência sob o manto de proteção da laicidade e do caráter republicano. No fundo se trata de uma tentativa de impor um modo de vida às mulheres racializadas e não de uma preocupação com a dignidade e o respeito para com as mulheres. Ela até ressalta que as pessoas que ficaram indignadas com a polêmica do biquíni não tiveram reação semelhante quando mulheres marroquinas se manifestaram em prol do respeito e da dignidade das mulheres.

Outro tema de Vergès (2020, p. 119) e que é comum com pensadoras como Nancy Fraser diz respeito à relação entre capitalismo, neoliberalismo e a compreensão de emancipação feminina que está relacionada com a intersecção entre eles. O feminismo decolonial dá ênfase ao coletivo, ao passo que quando não se considera os efeitos desta intersecção normalmente existe uma lógica individualista. A emancipação das mulheres é compreendida como a integração das mulheres na economia neoliberal e baseado no modelo de sucesso profissional masculino. Neste modelo, a mulher racializada é incentivada a atividades de reprodução social que as feministas do passado já denunciavam como alienantes (2020, p. 96). Enfim, na visão de Vergès (2020, p. 110) o feminismo civilizatório tem uma disposição “de não aceitar que as mulheres do sul possam analisar os

mecanismos e a ideologia das políticas masculinas e heteropatriarcais”. Razão pela qual ela insiste na necessidade de recuperar a história do feminismo racializado e identificar outras estratégias de solução ao problema da emancipação feminina que não passe necessariamente pelo Estado, particularmente não seja pelo caminho do aumento da violência legitimada pelo Estado com as pessoas racializadas.

Vergès (2020, p. 121) ressalta que o feminismo negro muito cedo se engajou na questão do trabalho doméstico não remunerado e na necessidade de se considerar este tipo de atividade como trabalho produtivo. O capitalismo precisa do trabalho doméstico para reprodução social e obter lucro da atividade. Vergès (2020, p. 125) afirma que a análise do trabalho doméstico realizada pelas feministas negras muda profundamente quando comparada com a análise das feministas brancas. É preciso incluir a economia do desgaste e da fadiga dos corpos racializados e que a economia da produção de lixo produz seres humanos como lixo, como sucata. Um modelo de emancipação que foca no sucesso profissional das mulheres no mercado de trabalho não consegue capturar a distribuição desigual das tarefas entre as mulheres racializadas e não racializadas como um problema a ser enfrentado, porque tal modelo se alia ao capitalismo e carece de recursos para criticar suas contradições.

#### **4 O PARADIGMA DISCURSIVO E O FEMINISMO DECOLONIAL**

Uma das proposições centrais do feminismo decolonial de Vergès (2020, p. 55) se relaciona à afirmação que “não cabe àquelas e aqueles que nunca foram vítimas de racismo impor o formato da discussão”, em outras palavras, atacar a discriminação racial no sentido de racismo ampliado do feminismo decolonial de Vergès acarreta entre outras coisas dar voz às mulheres que são o alvo da discriminação em questão. Somente as mulheres que são submetidas às experiências de desrespeito e privação de dignidade humana normalmente implicadas em atos de discriminação podem melhor explicar ou esclarecer nos debates públicos e nas discussões sobre como enfrentar este tipo de discriminação, particularmente apontando sob quais aspectos certas atitudes são preconceituosas e interferem no exercício de direitos fundamentais. Não cabe a uma elite, mesmo que de mulheres, impor às mulheres racializadas a melhor interpretação dos interesses das mulheres afetadas pela discriminação. Claro que existem

discriminações e preconceitos estruturais difíceis de serem enfrentados, mesmo com melhor diagnóstico, mas com Habermas e certamente para além de Habermas, o feminismo decolonial chama a atenção para necessidade de empoderar as mulheres racializadas como protagonistas no combate à discriminação racial que tais mulheres sofrem. Com Habermas, mas certamente para além de Habermas, as mulheres racializadas não podem ser consideradas como incapazes de contribuir do debate que diz respeito ao enfrentamento das discriminações, desvantagens e desigualdades relacionadas com sua situação específica. As mulheres racializadas não podem ser situadas numa condição de passividade diante de políticas públicas compensatórias formuladas apenas por uma elite em sua maioria masculina e em sua maioria branca que se compreende como esclarecida e como única detentora do discurso autorizado no debate na esfera pública, nos termos de Vergès, isto consiste num tipo de continuação da mentalidade colonialista, mesmo após o término oficial das colônias. Se fosse adotada este tipo de postura e abordagem às demandas feministas das mulheres racializadas, a solução seria ofertada no espectro de uma concepção solipsista de tomada de decisão, em que um grupo de pessoas de maneira privada delibera e impõe a outro grupo de pessoas, nesse caso as mulheres racializadas, a melhor estratégia de enfrentamento das diferenças específicas ao sexo, à raça, ao gênero, à classe social, à nacionalidade, etc.. Razão pela qual é importante brevemente buscar compreender como Habermas busca operacionalizar sua estratégia de solução aos problemas relacionados com a dialética entre igualdade de direito e igualdade de fato das mulheres no mercado de trabalho.

Habermas trata de demandas feministas em *Facticidade e validade*, capítulo IX, Paradigmas do direito. Ao tratar de três paradigmas jurídicos (liberal, bem-estar social e deliberativo discursivo) Habermas crítica o primeiro pela cegueira diante das demandas feministas, o segundo por um tipo de paternalismo e clientelismo, e defende o terceiro como solução às demandas feministas. Uma das condições da solução das demandas feministas estaria na participação dos concernidos percepção, articulação e imposição dos próprios interesses (HABERMAS, 2020, p. 519). Para ilustrar como Habermas pensa sobre esse assunto, acredito que esta passagem de *Facticidade e validade*, sintetiza parte das preocupações do feminismo decolonial:

“Classificações sobregeneralizantes acerca (...) de desvantagem e dos grupos desfavorecidos. (...) aquilo que parece promover a igualdade de mulheres em geral favorece somente uma determinada categoria de mulheres (já privilegiadas) em detrimento das demais, porque as desigualdades específicas de gênero se correlacionam de forma complexa e não evidente com prejuízos de outro tipo (ligados à origem social, idade, etnia, orientação sexual etc.)” (HABERMAS, 2020, p. 534)

Em outras palavras, uma política realmente deliberativa exige a participação no debate de ideias a respeito de como interpretar e como responder às patologias sociais de todos aqueles ou todas aquelas que são afetadas pelas normas controversas. O debate não pode ser restrito a uma elite de representantes políticos eleitos, nem mesmo se essa elite se constitui de mulheres que nunca foram afetadas pelas discriminações que a nova regulamentação procura solucionar.

Outro aspecto presente nas críticas do feminismo decolonial e que Habermas reconhece no Prefácio da edição de 1990 de *Mudança estrutural da esfera pública*, diz respeito ao preconceito estrutural. Habermas (2014, p. 46) diz que “[d]iferentemente da exclusão dos homens subprivilegiados, a exclusão das mulheres tinha [eu diria, tem] uma força estruturante.” De tal forma que a mudança estrutural da esfera pública que Habermas reconstrói no livro “aconteceu sem afetar o caráter patriarcal da sociedade como um todo” (HABERMAS, 2014, p. 45). O problema da estratégia discursiva, pelo menos como até o momento foi pensada, é que ela não oferece críticas explícitas ao capitalismo e ao patriarcado que operam na esfera pública burguesa. Desde a publicação da tese de livre habilitação de Habermas sobre o surgimento e o desenvolvimento da esfera pública burguesa, muito tempo já se passou, e algumas alterações foram empreendidas no decorrer do itinerário intelectual de Habermas visando responder certas críticas. Particularmente seria interessante pensar de que maneira poderia ser incorporado no modelo discursivo de circulação de poder entre esfera pública informal e esfera pública formal as contribuições de uma perspectiva que conceitua a violência de maneira mais ampla como é caso do feminismo decolonial. De um modelo que denuncia a violência não apenas como o ato de causar dano direto e deliberado a outra pessoa, em que é muito claro quem pode ser responsabilizado individualmente. A perspectiva decolonial opera com um conceito mais complexo e que inclui atos indiretos e efeitos nem sempre conscientemente pretendidos de distribuir de

maneira assimétrica trabalhos de reprodução do capital mais desgastantes, proteção diante da violência não apenas entre os cidadãos, mas proteção da violência perpetuada pelo próprio estado para com os seres humanos racializados e mais vulneráveis.

É importante observar que a solução de Habermas (2020, p. 520) passa pelo direito e “o legislador deve pôr à disposição procedimentos e formas de organização que capacitem os participantes a resolverem suas questões e seus conflitos (...) via mecanismos de autogestão e instâncias de arbitragem”. O que apenas em parte se poderia dizer que atende às demandas do feminismo decolonial. Digo em parte, porque o feminismo decolonial parece implicar algum tipo de ceticismo ou ao menos descrença diante de soluções através do aparato do Estado e o modelo habermasiano depende de um modelo de circulação de poder entre a periferia e o centro da esfera pública, em que o aparato administrativo do estado ocupa um papel importante. Entre sociedade civil e estado, mas o modelo discursivo precisa estar aberto a reconhecer que o estado de direito pode nem sempre ser a solução, que o estado de direito pode ser parte do problema e oprimir parte da população de maneira arbitrária ao empreender políticas de controle e vigilância que discriminam pessoas com base em sua cor de pele, em sua nação de origem, em sua opção sexual, em classe econômica, etc.

## **5 O CONCEITO DE VIOLÊNCIA NUMA PERSPECTIVA DECOLONIAL**

Vergès (2021, p. 10) diz que “a luta contra as violências não pode se abster de uma crítica às violências promovidas e legitimadas pelo Estado” na promoção do capitalismo neoliberal, que com sua economia “gera sua cota de violências, discretas, mas reais” (VERGÈS, 2021, p. 11) através do exaurimento dos corpos [trabalho doméstico gratuito ou precário, feminizado e racializado], do exaurimento da terra e mares [consumo desenfreado dos recursos naturais, a crise ecológica] com base na visão individualista baseada no lucro e com isso ocasionando uma “redução drástica da expectativa de vida dos mais frágeis [principalmente, mulheres racializadas]”. Violência não se reduz desta maneira à agressão física, mas inclui também práticas como minar as conquistas sociais, uberizar e precarizar as condições de vida e trabalho de certas camadas sociais. Se relaciona com a divisão diferenciada na taxa de mortalidade altamente diferentes entre grupos sociais

(classes, raças e gêneros). Além disso, Vergès sustenta que não se pode enfrentar “apenas uma parte dessas violências”, porque “todas essas violências se reforçam mutuamente”, “não [se] pode isolar violências”. O que Vergès (2021, p. 14) está propondo é pensar uma estratégia de enfrentamento à violência que pense a proteção das mulheres fora da ideia de repressão, de vigilância, de prisão, do paternalismo desenvolvimentista do estado e do capitalismo.

Em sua obra Vergès (2021, p. 40-50) está preocupada principalmente com uma distinção muitas vezes implícita, muitas vezes até mesmo explícita entre vidas de mulheres que merecem ser protegidas e vidas de mulheres que são sacrificadas. Para ilustrar seu ponto, ela recorre a três experiências pessoais. A primeira experiência aconteceu durante uma visita em uma grande universidade da Costa Leste dos Estados Unidos da América durante o governo do presidente Donald Trump. Ela afirma que experienciou um contraste gritante entre, por um lado, “o excesso de discursos de mecanismos de proteção no *campus* para fazer daquele espaço um lugar seguro e protegido (...) para as estudantes e para as mulheres que trabalhavam ali” (VERGÈS, 2021, p. 40). Por outro lado, as mulheres racializadas que “usavam véu, negros/as, queer, latinos/as, não se sentiam em segurança” por que estavam sujeitas rotineiramente a ataques islamofóbicos, se sentiam isoladas, as iniciativas de criar grupos de autodefesa de mulheres *queer* eram fortemente desencorajadas, doutorandas que eram obrigadas a mudar o tema de suas teses, mudar de orientadores ou até mesmo de universidade, etc. (VERGÈS, 2021, p. 41). Vergès afirma que é inegável que um campus mais seguro em relação ao assédio é um progresso, mas que outros tipos de violência num sentido ampliado do termo ainda afetam significativamente as mulheres racializadas no mesmo espaço por causa da precariedade financeira de muitas estudantes negras e que usam o véu na mesma universidade. Este cenário produziu um tipo de segregação social do espaço que não oferecia o mesmo tipo de proteção a todas as mulheres igualmente, era “uma política de proteção cega à raça, à misoginia e ao capitalismo” (VERGÈS, 2021, p. 42). Ou seja, Vergès sustenta que a pertença das mulheres a certos grupos seja a mulheres brancas, seja a mulheres racializadas tinha o efeito de distinguir entre aquelas que deveriam ser protegidas, e aquelas que poderiam ser sacrificadas. Vergès nesse momento faz referências às novas tecnologias de vigilância e se considerarmos o resultado de pesquisas como a Safiya Umoja Noble em *Algoritmos da opressão. Como o google fomenta e lucra com o racismo*, em que

a autora mostra como as novas tecnologias baseadas em algoritmos têm demonstrado ter dimensões racistas e preconceituosas. Nas palavras de Noble: “o poder dos algoritmos na era do neoliberalismo e as formas pelas quais essas decisões digitais reforçam relações sociais opressivas e implementam novas maneiras de perfilação racial” (NOBLE, 2021, p. 17). Claro que Noble trata mais especificamente dos resultados racistas em mecanismos de busca na internet, mas considerando que os algoritmos já estão sendo usados nas novas tecnologias de vigilância baseada em inteligência artificial e ainda falta bastante transparência nos parâmetros empregados pelos programadores das tecnologias, então se poderia que é difícil imaginar, ao menos inicialmente, que as novas tecnologias deixem de replicar o mesmo tipo de preconceito racializado que já existe e é bastante combatido nas discussões públicas sobre as estratégias de controle e vigilância tradicionais. Assim como Noble sugere algumas alternativas aos mecanismos de busca comerciais na internet que tem replicado algum tipo de preconceito nas buscas, é preciso imaginar outras alternativas ao aumento da vigilância e do controle, na verdade, Vergès em sua visão decolonial da violência advoga que se evite encontrar a solução para a violência contra as mulheres aumentando o poder de vigilância e controle do Estado, porque ela considera que o estado e a sociedade capitalista de alguma maneira é cúmplice da violência contra as mulheres, especialmente das mulheres racializadas.

A segunda experiência que Vergès emprega para ilustrar tipos de violência cotidiana está relacionada com a adoção do termo feminicídio em 2019 pela mídia, pelo governo e pelos representantes políticos na França. Primeiramente, ela aponta que o discurso dos representantes políticos era perpassado pelo que ela denomina de uma geografia racializada, uma que dava a entender que os homens das antigas colônias, os homens racializados, seriam naturalmente mais violentos do que os homens brancos da França. Em segundo lugar, com base em estudos que demonstraram efeitos positivos da adoção de uma lei de proteção às mulheres na Espanha, sem considerar o que ela chama de “deficiências das decisões judiciais na França” (VERGÈS, 2021, p. 45), ou seja, ela considera que é preciso ter cuidado quando se defende um fortalecimento dos poderes judiciários na França, quando se tem um histórico de arbitrariedade nas decisões do judiciário principalmente em relação às pessoas racializadas. Em terceiro, o conteúdo da política feminista do governo, que ao mesmo tempo que proíbe uma mulher de véu de falar em prol do



feminismo e permite que um homem branco dê um sermão de cerca de 20 minutos a essa mulher. Se trata, para empregar o termo de Vergès, de um tipo de postura feminista civilizatória, a mulher somente tem direito de se expressar se corresponder a um determinado padrão ocidental, sem considerar que as políticas do respectivo governo tornam os ricos cada vez mais ricos, os pobres cada vez mais pobres, “a vida das mulheres das classes populares e racializadas mais difícil e mais precarizada” o que, conseqüentemente, torna essas mulheres alvos mais fáceis da violência, embora a retórica oficial afirme querer proteger todas as mulheres.

A terceira experiência tem a ver com a mobilização das mães de Mantois que reagiram a uma intervenção policial que reuniu em 2018 151 jovens que realizavam algum tipo de manifestação política e foram forçados pela polícia a formar filas de joelho com as mãos atrás da cabeça, com cabeça baixa e a permanecer em silêncio por horas enquanto um policial declarava: “Vejam só que classe bem comportada.” Aqui novamente a crítica de Vergès se dirige ao suposto caráter pedagógico e civilizatório da intervenção policial em relação aos jovens racializados. Ela (VERGÈS, 2021, p. 49) sustenta que se tratava de uma “continuação de uma política colonial racial” que procurava civilizar através da humilhação os jovens das comunidades pobres e racializadas, ou seja, novamente uma escolha controversa de enfrentar a violência através do aumento da capacidade do estado de impor legitimamente violência contra as pessoas. Vergès (2021, p. 50) afirma que nem se poderia dizer que se trata apenas de uma postura paradoxal do Estado que diz buscar proteger as pessoas, ao mesmo tempo que acabar por precarizar e tornar vulnerável um certo grupo de pessoas, mas se trata do resultado de escolhas políticas que estabelecem as fronteiras entre as mulheres que têm direito à proteção e das mulheres que são excluídas da respectiva proteção. Em outras palavras, é preciso lutar contra a estigmatização e discriminação das mulheres que usam véu, contra a criminalização de adolescentes negros e árabes e contra a instauração de uma permissão de fato, mesmo que não de direito, de matar homens negros e árabes. Reconhecer a necessidade de proteger os vulneráveis sem transformá-los em vítimas (VERGÈS, 2021, p. 15).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como foi possível observar, na concepção feminista decolonial de Françoise

Vergès o conceito de violência é compreendido de uma maneira expandida, que inclui não apenas o ato de causar dano explícito e proposital individual de uma pessoa da sociedade em relação à outra, mas também efeitos mais difusos de decisões políticas, de decisões econômicas, de manutenção de valores culturais que distribuem de maneira desigual o respeito e a dignidade humana. Certos grupos são colocados através de decisões políticas, econômicas e com base em valores culturais em situações de maior vulnerabilidade e precarização. Certos grupos de mulheres e demais pessoas racializadas são sistematicamente incentivados a ocupar certos tipos de posições sociais e empregos que eram considerados precários e desumanos (ou alienantes) pelos movimentos sociais como o feminismo, em sua origem, e hoje são considerados caminhos de emancipação das mulheres. Na prática isto significa vincular as mulheres racializadas à tarefa de reprodução do capital no “chão de fábrica”, realizando o trabalho não remunerado ou o trabalho remunerado de maneira precária, o trabalho que transforma as pessoas em lixo. O modelo discursivo de Habermas, que contém como um de seus componentes centrais a inclusão de todos os concernidos como participantes num debate a respeito de questões políticas controversas, apontaria na mesma direção que a perspectiva decolonial de Vergés ao afirmar que não é adequado que um grupo de mulheres, neste caso, as mulheres da elite, sejam as porta-vozes e representantes das mulheres racializadas, mas é de suma importância que as mulheres que são alvos dos preconceitos na sociedade sejam as intérpretes de seus próprios interesses. Obviamente, o modelo discursivo habermasiano ainda é muito pouco crítico do capitalismo e suas contradições, em particular deixa de considerar questões importantes como a atribuição de maneira arbitrária dos trabalhos de reprodução social às mulheres racializadas e os trabalhos executivos às mulheres do Norte Global (para empregar o termo de Vergès). Alguém pode dizer com razão que grande parte das críticas de Vergès ao feminismo civilizatório, ao capitalismo, ao neoliberalismo, ao imperialismo, ao estatismo poderia ser absorvidas pelo processo de migração de conteúdos da esfera pública informal à esfera pública formal na teoria da democracia deliberativa de Habermas, o que em boa medida é verdade, contudo, o modelo habermasiano, mesmo que tenha reconhecido explicitamente em reformulações mais recentes a respeito da esfera pública (como o Prefácio da edição de 1990 de *Mudança estrutural da esfera pública*) a existência de contra públicos, de esferas públicas concorrentes, ainda é preciso um estudo

detalhado de que maneira o modelo lidaria melhor com as manifestações dos contrapúblicos conseguindo operacional de maneira adequada o enfrentamento com posições que ao menos atualmente não conseguem maior repercussão na esfera pública dita oficial, mas que sob a luz de melhores argumentos poderia se tornar algo digno de migrar da esfera pública informal para o sistema administrativo do estado. Por fim, ainda é cedo para compreender de que maneira a publicação da obra mais recente de Habermas, *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa*, poderia contribuir contra os preconceitos nas redes sociais e numa sociedade em que o emprego das novas mídias digitais se torna algo cada vez mais corriqueiro e tem se mostrado ter efeitos tão ambíguos na promoção de uma sociedade mais igualitária e voltada à emancipação das pessoas.

## REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tith; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99 %**. Um manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BECK, Koa. **Feminismo branco**. Das sufragistas às influenciadoras e quem elas deixam para trás. Tradução de Bruna Barros. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2021.

SHAW, W. K. "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence against Women of Color". In: **Stanford Law Review**, v. 43, 1991, p. 1241-99.

FELDHAUS, Charles. Esfera pública e interseccionalidade em Habermas. **Dissertatio. Revista de Filosofia**, Volume Suplementar 13 - Dossiê Teoria crítica novada e patologias sociais, Pelotas, 2023, pp. 152-166.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**. Uma conversa na teoria crítica. Tradução de Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora da Unesp. 2014.

HABERMAS, Jurgen. **Facticidade e validade**. Contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia. Tradução de Felipe Gonçalves Silva e Rùrion Melo. São Paulo: Editora da Unesp, 2020.

HABERMAS, Jurgen. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. Tradução de Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora da Unesp, 2023.

NOBLE, Umoja Safiya. **Algoritmos da opressão**. Como o google fomenta e lucra com o racismo. Tradução de Felipe Damorim. Santo André-SP: Rua do Sabão, 2021.

VÈRGES, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VÈRGES, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. Tradução de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

## CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS CONCEITOS DE AUTORREFLEXÃO E EMANCIPAÇÃO NA PESQUISA-AÇÃO

**Letícia Soares Fernandes<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
fernandesletss@gmail.com

**Allana Ladislau Prederigo<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
allana.prederigo@gmail.com

**Rafael Carlos Queiroz<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
rcqrafael@gmail.com

**Gustavo Falcão Santana<sup>4</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
gustafal72@gmail.com

**Mariangela Lima de Almeida<sup>5</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
mlalmeida.ufes@gmail.com

**Clóvis Ricardo Montenegro de Lima<sup>6</sup>**

PPGC IBICT/UFRJ  
clovismlima@gmail.com

**Mariangela Rebelo Maia<sup>7</sup>**

Universidade Santa Úrsula  
mariangela.saude@gmail.com

---

### Resumo

Toma-se como objetivo tecer considerações acerca do conceito de autorreflexão e emancipação, entrelaçando-o à pesquisa-ação, por meio do diálogo entre Jürgen Habermas, Theodor W. Adorno, Wilfred Carr e Stephen Kemmis. Os conceitos de autorreflexão e emancipação surgem na Escola de Frankfurt através de Adorno e são incorporados por Habermas, que dá outro sentido a eles. Carr e Kemmis, ao refletirem sobre a pesquisa-ação emancipatória na educação, tomam Habermas como alicerce e constituem o conceito de autorreflexão crítica. A partir das considerações dos autores, o artigo reflete acerca da autorreflexão incorporada na

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação (PPGE/UFES).

<sup>2</sup> Mestranda em Educação (PPGE/UFES).

<sup>3</sup> Doutorando em Educação (PPGE/UFES).

<sup>4</sup> Graduando em História e bolsista de Iniciação Científica (UFES).

<sup>5</sup> Professora Doutora (CE/PPGE/UFES).

<sup>6</sup> Pós-Doutor em Ciência da Informação pelo IBCT/UFRJ.

<sup>7</sup> Doutora em Ciência da Informação pelo IBCT/UFRJ.

metodologia da pesquisa-ação, principalmente no tocante à formação continuada de profissionais da educação. À luz dos pressupostos habermasianos, defendem-se os conceitos de autorreflexão e emancipação pela via da ação comunicativa, na qual o paradigma da consciência é transposto para o paradigma da linguagem. Compreende-se que para Adorno a autorreflexão está atrelada diretamente à liberdade, ao pensamento crítico e à autonomia, que guiam o indivíduo para a emancipação. Enquanto para Habermas, a autorreflexão vincula-se à linguagem e à comunicação, entre dois ou mais sujeitos, que os guiam para a emancipação. Carr e Kemmis inspirados na espiral cíclica proposta por Lewin e na autorreflexão de Habermas, vão defender a espiral autorreflexiva na pesquisa-ação. Diante disso, entende-se que os problemas da educação têm na racionalidade comunicativa perspectivas de mudanças sólidas, especialmente pela via de processos formativos.

**Palavras-chave:** Autorreflexão. Emancipação. Pesquisa-ação. Educação. Formação continuada.

## **CONSIDERATIONS ABOUT THE CONCEPTS OF SELF-REFLECTION AND EMANCIPATION IN ACTION RESEARCH**

### **Abstract**

The objective is to make considerations about the concept of self-reflection and emancipation, intertwining it with action research, through dialogue between Jürgen Habermas, Theodor W. Adorno, Wilfred Carr and Stephen Kemmis. The concepts of self-reflection and emancipation emerge in the Frankfurt School through Adorno and are incorporated by Habermas, who gives them another meaning. Carr and Kemmis, when reflecting on emancipatory action research in education, take Habermas as a foundation and constitute the concept of critical self-reflection. Based on the authors' considerations, the article reflects on the self-reflection incorporated in the action research methodology, mainly regarding the continued training of education professionals. In light of Habermasian assumptions, the concepts of self-reflection and emancipation are defended through communicative action, in which the paradigm of consciousness is transposed to the paradigm of language. It is understood that for Adorno, self-reflection is directly linked to freedom, critical thinking and autonomy, which guide the individual towards emancipation. While for Habermas, self-reflection is linked to language and communication, between two or more subjects, which guide them towards emancipation. Carr and Kemmis, inspired by the cyclical spiral proposed by Lewin and Habermas' self-reflection, will defend the self-reflective spiral in action research. In view of this, it is understood that the problems of education have prospects for solid changes in communicative rationality, especially through training processes.

**Keywords:** Self-reflection. Emancipation. Action research. Education. Continuing training.

## 1 INTRODUÇÃO

A ciência experimental se fortalece no Século das Luzes, em tempos de libertação dos conhecimentos dominados pela religiosidade, entretanto, é no século seguinte que as ciências da natureza e as ciências humanas, como temos hoje, se veem concretizadas, no berço de uma sociedade fortemente influenciada pela Revolução Industrial, pelos interesses da classe dominante - a burguesia - (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007) e pelas concepções do Positivismo, cujas abordagens aplicar-se-iam a todos os objetos de conhecimento.

No entanto, a ontologia dos objetos das ciências humanas se diferencia dos objetos das ciências naturais, pois trata-se do ser humano e dos produtos de sua ação, fenômenos estes que possuem graus de complexidade e de imprevisibilidade enormes, o que dificulta a observação e experimentação dos fatos tais como eles são no aqui e agora. Ao contrário, é a partir da interrogação, interpretação e da sua visão de mundo, que o pesquisador vai construir o conhecimento sobre o fato pesquisado (SIMANKE, 2009).

No contexto de pensar o pesquisador como ator da própria pesquisa e considerando a conjuntura do século XX, marcado por guerras e pela necessidade das ciências humanas de explicarem os cenários sociais, bem como de procurarem superar os estigmas das atrocidades e dos extermínios e compreender as diferenças, as diversidades e as especificidades de cada ser humano, das culturas de povos, dos territórios e dos modos de viver (CHIZZOTTI, 2016), surge a metodologia de pesquisa-ação.

O termo pesquisa-ação foi utilizado inicialmente pelo psicólogo alemão Kurt Lewin no ano de 1946, que propõe uma espiral cíclica de estrutura de etapas que se constitui na ação-reflexão-ação. De acordo com Lorenzi (2021, p. 24), o propósito desta metodologia “[...] é permitir a compreensão e o entendimento dos fatos sociais que, em determinando momento histórico, aflige certo grupo social, de modo a propor e implementar ações que visem à mudança social desses fatos [...]”.

Trazendo esse método científico para o campo educacional, os australianos Carr e Kemmis (1986; 1988) avançam quanto ao desenvolvimento de uma pesquisa-ação crítica, propondo que o investigador esteja envolvido com o processo em colaboração com o coletivo, visando que a questão social seja observada, refletida criticamente, compreendida e transformada, envolvendo o diálogo com outros



professores e a autocrítica. Os autores definem a pesquisa-ação como: “[...] uma forma de investigação **auto-reflexiva** que os participantes realizam em situações sociais, a fim de **melhorar a racionalidade** e a justiça de suas próprias práticas, sua **compreensão delas e das situações em que ocorrem**” (CARR; KEMMIS, 1988, p. 174, tradução e grifos nossos).

Carr e Kemmis desenvolvem seus processos teóricos baseados em Jürgen Habermas, filósofo da segunda geração da Escola de Frankfurt. Para Habermas (2014, p. 321): “um ato de autorreflexão, que ‘muda uma vida’, é um movimento de emancipação. Na compreensão de Maar (2007, p. 48, apud LIMA; MENEZES, 2016): “a auto-reflexão crítica para os frankfurtianos representa um elemento fundamental na luta pela emancipação. Por ela, os dominados podem ser esclarecidos a respeito de sua situação enquanto classe, no contexto de exploração e subordinação capitalista”.

Parece-nos que a autorreflexão proposta por Habermas, por se basear no paradigma do entendimento recíproco e entender que a resposta da crise da razão presente na modernidade está na própria forma de pensar a racionalidade, se dá de forma mais coletiva do que aquela proposta por Adorno, teórico da primeira geração de Frankfurt, que se baseia no paradigma da consciência, acreditando que a solução para a crise da razão é externa a ela.

Entretanto, cabe-nos neste momento entender as contribuições de cada teórico para pensarmos em como podemos nos libertar das amarras da racionalidade instrumental presente nas ciências positivistas, que implica na falta de reflexão e crítica sobre as condições impostas nas relações de produção. Ao passo que a ciência como um todo não está livre de relações de conveniência e de dominação, condicionada pela lógica capitalista, o saber científico passa também a atender interesses políticos e econômicos (RAMOS, 2017).

Desta forma, o artigo se apresenta como um ensaio e tem como objetivo central tecer considerações acerca dos conceitos de autorreflexão e emancipação, por meio dos autores Adorno, Habermas e Carr e Kemmis, entrelaçando-os à perspectiva metodológica da pesquisa-ação e suas reverberações na formação continuada de profissionais da educação.

Destarte, trataremos primeiramente dos conceitos de autorreflexão e emancipação a partir do filósofo Theodor Adorno e suas influências para a escola de Frankfurt. Em seguida, trazemos o nosso referencial teórico-epistemológico, Jürgen

Habermas, e seus pressupostos. A partir de Habermas, Carr e Kemmis lançam mão do conceito habermasiano de autorreflexão e da ciência social crítica para propor a ciência educativa crítica, entendendo os profissionais da educação, principalmente o professorado como sujeitos capazes de emancipar-se pela via reflexão sobre a sua própria prática.

Neste sentido, o Grupo de Pesquisa “Formação, Pesquisa-ação e Gestão de Educação Especial” (GRUFOPEES – CNPq/Ufes) vem realizando ações formativas pela via da pesquisa-ação crítica alicerçada em Carr e Kemmis, sustentado por Jurgen Habermas. O Grupo assume os participantes das formações como sujeitos ativos de conhecimento, que podem transformar-se em autores e atores da prática cotidiana engajados com a pesquisa. Em sua maioria, participantes e coautores da pesquisa-formação são gestores e técnicos que trabalham nas secretarias de educação do Estado do Espírito Santo, no setor de Educação Especial ou no setor de Formação.

Desta maneira, no último momento do texto entendemos a necessidade de trazermos de que forma a pesquisa-ação crítica assumida como perspectiva metodológica no Grufopees (CNPq/Ufes) se entrelaça à formação continuada e aos conceitos de autorreflexão e emancipação discutidos ao longo do ensaio.

## **2 OS CONCEITOS DE AUTORREFLEXÃO E EMANCIPAÇÃO EM ADORNO**

Começamos as discussões a partir dos conceitos de autorreflexão e emancipação de Theodor Adorno, um importante filósofo da primeira geração da escola de Frankfurt, que elabora sua visão crítica da sociedade a partir da experiência vivenciada pelo nazismo Alemão. Deste modo, influenciado diretamente pelas atrocidades cometidas por um povo em nome da coletividade de uma nação, Adorno passa a compreender que a emancipação dos sujeitos vai ocorrer de modo individual, na medida em que este, livre de coerções ou imposições externas, procure conhecimentos que permita o entendimento do mundo que o cerca e das condições que permeiam esta realidade (ADORNO, 2003).

É neste cenário que Adorno passa a se contrapor aos coletivos, acreditando que por mais que estes grupos possam gerar um sentimento de pertencimento entre os membros, se apresentam como inibidores da subjetividade individual, cerceando o potencial crítico e reflexivo do pensamento do sujeito, que se encontra em um

movimento cercado de relações de poderes e de pressão, que resultam na massificação, no sufocamento da diversidade de pensamento e da centralização do poder de decisão, o pensamento do autor pode ser visto a seguir:

[...] o mais importante para enfrentar o perigo de que tudo se repita é contrapor-se ao poder cego de todos os coletivos, fortalecendo a resistência frente aos mesmos por meio do esclarecimento do problema da coletivização. Isto não é tão abstrato quanto possa parecer ao entusiasmo participativo, especialmente das pessoas jovens, de consciência progressista. O ponto de partida poderia estar no sofrimento que os coletivos infligem no começo a todos os indivíduos que se filiam a eles (ADORNO, 2003, p. 127).

Essa concepção do autor é reflexo do seu entendimento da existência de uma racionalidade que guia as ações na sociedade, a denominada racionalidade instrumental, voltada para a produção do desenvolvimento, em que se desconsidera os meios para se chegar a um fim desejado, sendo muito presente no modo experienciado no sistema capitalista, no qual a busca pelo lucro se faz predominante, mesmo diante da marginalização de determinados grupos sociais decorrentes deste movimento.

Assim, a autorreflexão para este autor está atrelada diretamente à liberdade, ao pensamento crítico e à autonomia, que guiam o indivíduo para a emancipação, é importante ressaltar que Adorno toma as obras de Kant para elaborar suas definições, nesse ínterim o filósofo irá defender que a autonomia individual é o poder contra as lógicas predominantes, que acarretam a reflexão. A emancipação irá ocorrer a partir desse movimento de autorreflexão, do não-aceite ao que está posto de modo autoritário, em um movimento de esclarecimento, que ocorre por meio da busca pela liberdade individual e que é alcançada pela livre vontade do sujeito em entender o mundo em que vive (ADORNO, 2003).

A educação tem importante papel neste contexto, sendo considerada por Adorno como uma via para o rompimento da racionalidade técnica presente e dominante na sociedade, porém, para que esta cumpra um papel como propulsor do esclarecimento do sujeito, deve ser aberta para o diálogo com as diferentes vertentes do conhecimento presente em nosso mundo, sendo necessário se voltar para a formação de indivíduos capazes de pensamento crítico. Por isso a educação para este autor pode também se transformar em um agente de manutenção de

sistemas autoritários, pois pode privilegiar erroneamente um tipo de saber, fortalecendo a racionalidade instrumental criticada pelo filósofo.

### **3 O QUE PROPÕE JÜRGEN HABERMAS**

Apesar de Jürgen Habermas estar inserido na mesma escola de Adorno e Horkheimer, o filósofo busca repensar a Teoria Crítica idealizada pelos frankfurtianos, na medida em que esses pensadores estavam presos à filosofia centrada no sujeito e à uma concepção instrumental de racionalidade, difundindo a ideia de que os avanços materiais levariam a um potencial de emancipação, alicerçados em uma frente marxista (MEDEIROS; MARQUES, 2003). Esse ideal centrado no sujeito se sustenta no chamado paradigma da filosofia da consciência, no qual os intelectuais acreditavam que as tomadas de decisões estavam alicerçadas na intencionalidade subjetiva de cada indivíduo.

Habermas (2000), no entanto, entende que o paradigma da filosofia da consciência encontra-se esgotado e que a modernidade que está em crise, em virtude da sua visão racional reducionista e instrumentalista, pondo em risco a emancipação pela via da razão. Adorno, Horkheimer, Nietzsche e Heidegger ainda acreditavam que a modernidade passava por uma crise da razão, por evidenciarem a razão como absoluta e objetivada, o que Habermas concorda, porém, para o autor, a razão centrada no sujeito é a porta aberta pela qual entram as diversas críticas colocadas à razão (MEDEIROS; MARQUES, 2003).

Por isso, o autor acredita que a saída para tal crise está na própria razão, nos propondo a mudança de paradigma da consciência para o paradigma do entendimento recíproco (HABERMAS, 2000). No paradigma do entendimento recíproco, deixa de ser privilegiada a atitude objetivante em que o sujeito cognoscente se dirige a si mesmo como a entidades no mundo, passando a privilegiar a atitude performativa dos participantes da interação que coordenam seus planos de ação ao se entenderem entre si sobre algo no mundo. Essa atitude, para Habermas, deve se dar em uma interação mediada pela linguagem (HABERMAS, 2000).

Vemos, portanto, “a passagem de uma razão centrada na consciência para uma razão centrada na comunicação. Ao invés da relação sujeito-objeto, a relação sujeito-sujeito” (ALMEIDA, 2010, p. 36). Desta forma, os pensamentos

habermasianos se fundamentam em lançar novas concepções acerca da compreensão da razão, do ser humano e da sociedade, uma vez que para ele os ideais iluministas não foram plenamente realizados e as promessas de liberdade e igualdade ainda não se cumpriram, assim como o ideal de emancipação, característico do movimento da modernidade (HABERMAS, 2018).

Em contraposição às teorias científicas advindas do movimento positivista, que requerem confirmação empírica por meio da observação e do experimento, Habermas vem nos propor uma teoria social crítica. Uma teoria social é uma teoria a respeito, entre outras coisas, das convicções dos indivíduos sobre sua sociedade e por estarmos inseridos nessa sociedade, a teoria social possui uma estrutura cognitiva reflexiva. Ou seja, se constitui como teoria social aquela que se propõe a refletir tanto sobre as concepções dos agentes de uma sociedade quanto sobre a própria estrutura social (GEUSS, 1988). Por sua vez, uma teoria crítica afirma como os agentes devem agir, para que se tenha uma ação racional, isto é, ela informa aos indivíduos sobre quais interesses são racionalmente aceitáveis. Deste modo, o efeito de uma teoria crítica bem-sucedida é a emancipação e o esclarecimento desses indivíduos racionais (GEUSS, 1988).

Em contraponto à racionalidade instrumental, das ciências empírico-analíticas, Habermas (2014) defende a possibilidade de construir uma teoria do conhecimento em conexão com o interesse, revelando que os diferentes tipos de conhecimento estão atrelados aos diferentes tipos de interesse. E, neste sentido, a razão na ciência crítica só pode portar um interesse por emancipação, constituindo-se como uma razão emancipatória. Para ele, interesse e **emancipação** dependem fundamentalmente da **autorreflexão**, que “traz à consciência [...] os elementos que determinam ideologicamente uma práxis presente da ação e da interpretação de mundo” (HABERMAS, 2013, p. 56).

Desta forma, a partir do momento que o sujeito reflete acerca dos elementos que compõem a sua realidade, ele pode entender o que está determinando ideologicamente e dogmaticamente a sua práxis. E nesse sentido, a “autorreflexão conduz ao discernimento à medida que algo que era inconsciente se torna consciente de uma maneira prática cheia de consequências” (ibidem). Para Habermas (2013) há uma relação sistemática entre a estrutura lógica de uma ciência - a teoria - e a estrutura pragmática das utilizações das informações produzidas em seu marco - a prática.

Para Carr e Kemmis (1988), Habermas deixa claro que o conhecimento investigativo gerado pela teoria social crítica não impede a ação, mas que deve existir um processo de esclarecimento imediato no qual os que participam de uma situação alcancem entendimentos verdadeiros dela. Nesse sentido, alicerçados nos pressupostos habermasianos trazidos até aqui, Carr e Kemmis (1988) propõem a ideia de uma ciência educativa crítica, na qual a prática não deriva exclusivamente da teoria, uma vez que implica um compromisso com o melhoramento da educação por parte dos pesquisadores de dentro e de fora do processo educativo.

Neste sentido, o Grupo (CNPq/Ufes) alicerçado em Jurgen Habermas, entendendo a importância da autorreflexão para se chegar à emancipação humana, tem se dedicado em propor ações formativas pela via da pesquisa-ação em seu caráter crítico e colaborativo, ancorados também em Carr e Kemmis (1988). Destarte, adiante, apresentamos um breve histórico acerca da pesquisa-ação crítica e das formas como essa metodologia tem sido utilizada pelo Grupo, apresentando evidências da importância de se pensar em ações coletivas de formação e reflexão, a fim de se chegar à uma razão emancipatória.

#### **4 A PESQUISA-AÇÃO E A FORMAÇÃO CONTINUADA**

Antes de adentrarmos na pesquisa-ação crítica, é interessante entendermos o estado da pesquisa científica, da educação e da sociologia no século XIX e na primeira metade do século XX, décadas que antecederam o surgimento da pesquisa-ação. Em contexto europeu, na França, o sociólogo Émile Durkheim põe em evidência os fatos sociais “tudo aquilo que habita nossas mentes e que serve para nos orientar como devemos ser, sentir e nos comportar” (THOMAZ; SANTOS, 2012, p. 9), que passam a ser considerados objetos de estudo.

O autor traz grandes contribuições para o campo das ciências sociais, mas ainda havia um viés objetivista e empírico, nos quais apenas aquilo que é observável tem sentido, constituindo uma visão positivista do conhecimento científico. Desta forma, o positivismo pregava a objetividade e a unicidade deste conhecimento, considerando as condições necessárias para que o fato social pudesse ser observado e analisado, resultando em um conhecimento único, acabado e verdadeiro. As características dessa corrente de pensamento não encontraram forças nas ciências humanas e sociais, justamente porque nesses

campos os objetos de estudo são fenômenos complexos, repletos de subjetividades e não podem ser tomados como verdades absolutas.

Surge, assim, a necessidade de analisar e compreender os fatos sociais e educacionais contextualizadamente, isto é, entender os contextos sócio-históricos dos objetos de pesquisa, posto que este objeto está colocado em um determinado momento histórico, em uma determinada sociedade, sofrendo influência dos modelos político e econômico vigentes e sendo transpassado pela subjetividade que constitui o ser humano. Nesse sentido, Marx, no século XIX já havia nos dado indícios da importância de se pensar a influência dos aspectos políticos e econômicos nas relações entre as pessoas, principalmente no tocante à vida para o trabalho, ressaltando a necessidade de os proletários refletirem sobre suas condições de vida, empreendendo processos emancipatórios (MELO, 2013). Sob influência do marxismo e do materialismo histórico-dialético, autores como Dilthey, Simmel e Weber defendiam a primordialidade de compreender as situações sociais antes de explicá-las (BARBIER, 2007).

Essa breve contextualização é necessária para produzirmos um panorama das ciências e entendermos como a pesquisa-ação surge enquanto metodologia de pesquisa científica. Kurt Lewin acreditava que a resolução de conflitos sociais poderia melhorar a condição humana e uma das possibilidades de solução desses conflitos se dava por meio do aprendizado, do entendimento e da reestruturação da percepção do mundo do grupo ao qual o indivíduo pertence (LORENZI, 2021). Deste modo, a pesquisa-ação surge como metodologia de pesquisa propondo como questão central a implicação do pesquisador proponente com o contexto em que estivesse pesquisando, propondo intervenções a fim de promover mudanças reais na realidade concreta.

No sentido de pensar a pesquisa-ação na área da educação, influenciados pelos pressupostos de Jürgen Habermas acerca da emancipação dos sujeitos pela via da construção do conhecimento e da ciência social crítica, os australianos Carr e Kemmis (1986), concebem a origem dos problemas educacionais enfrentados pelos docentes na diferença entre a realidade prática e a interpretação que eles têm sobre ela. Por consequência, argumentam que resolver as problemáticas enfrentadas, “implica em melhorar a efetividade das teorias que os professores utilizam para conceituar suas atividades” (SILVA, 2017, p. 230) e, para isso,



apresentam a possibilidade da pesquisa-ação crítica, uma pesquisa que deveria ser realizada para a educação ao invés de sobre a educação.

Carr e Kemmis (1988) inspirados na espiral cíclica proposta por Lewin, vão defender a espiral autorreflexiva na pesquisa-ação. Espiral que “[...] vincula a reconstrução do passado com a construção de um futuro concreto e imediato através da ação. E vincula o discurso dos que intervêm na ação com a sua prática do contexto social” (CARR; KEMMIS, 1988, p. 198, tradução nossa), atribuindo aos autores do processo o papel de agentes históricos, que adquirem consciência de si mesmos como produto e como produtores da sua história.

Para Carr (2019) a pesquisa-ação crítica é tida como “resultado de uma tentativa de fornecer à pesquisa-ação o tipo de fundamentação teórica que tão obviamente carecia e fornecer a uma ciência social crítica o tipo de método de pesquisa que poderia dar-lhe expressão” (p. 17, tradução nossa). Nesse sentido, a pesquisa-ação crítica pode ser vista como um modo de superação das limitações da ciência social crítica e vice-versa.

Diante disso, essa perspectiva tem sido reiteradamente adotada quando se trata de formação continuada de profissionais da educação, tanto por professores universitários como por alunos da pós-graduação, dado que as pesquisas têm apontado a necessidade dessa formação estar ancorada nas demandas formativas dos professores, a partir de seu local de trabalho e de sua realidade, além de superar a dicotomia entre teoria e prática e o caráter pontual das ações formativas (FÜRKOTTER, *et al.*, 2014).

Ao mesmo tempo em que a formação de professores tem sido encarada como a solução dos problemas para melhorar a educação, tem sido também objeto de críticas que remetem aos aspectos ligados à sua eficácia e relevância na preparação de professores para as escolas do século XXI (FLORES, 2015). Nesse sentido, Pimenta (2002) propõe que o professor seja um intelectual crítico e reflexivo, para que a prática de reflexividade não seja deslocada da realidade e nem se dê de forma individualizada pelo docente, para que não caiamos no praticismo da formação, ressaltando o caráter público e ético da reflexão e defendendo os espaços-tempo de formação necessários aos professores. Desta forma, a pesquisa-ação tem sido apontada como uma possibilidade de superação de práticas engessadas, como uma forma de compreender o professor como autor

do seu próprio processo de formação, tanto na inicial (RIBEIRO, 2020), quanto na continuada (ALMEIDA, 2004; ALMEIDA *et al.*, 2021).

Carr e Kemmis (1988) discutem como os diferentes modos de investigação educativa implicam diferentes enfoques da relação teoria e prática, incorporando diferentes tipos de transformações na educação. Apontam que o positivismo contempla a reforma da educação como um assunto técnico e a investigação interpretativa neste contexto tem um caráter prático. Em contrapartida, advogam acerca de uma ciência educativa crítica, de caráter participativo e colaborativo, atribuindo um viés crítico para a investigação educativa, na qual se insere a pesquisa-ação. Deste modo, concebendo a pesquisa-ação como uma forma de indagação autorreflexiva que empreende os participantes em situações sociais em vista de melhorar a racionalidade, a justiça e o entendimento das suas próprias práticas, os autores defendem os quatro momentos da pesquisa-ação no contexto educacional.

Observa-se que os momentos de organização e de reflexão ocorrem na condição do discurso entre os participantes, e os momentos de ação e observação são realizados na prática do contexto social educativo. Baseados na ciência social crítica de Habermas, os autores tomam a autorreflexão como possibilidade de superação e libertação de processos repressivos existentes no contexto educacional, portanto, por meio de movimentos auto formativos, os profissionais da educação que participam da pesquisa-ação podem se libertar das amarras que os prendem (CARR; KEMMIS, 1988).

Defendemos aqui uma concepção de formação continuada que transcenda o status de mero suprimento de carências da formação inicial ou como resultado do acúmulo de informações, e, ainda, que vá além de promover especializações ou pós-graduações em diversas áreas. No sentido de avançar quanto às ações formativas vigentes, Almeida (2004) considera que a formação continuada necessita transcender aos modelos instituídos e mais difundidos, como palestras e cursos no interior das escolas. A autora aponta a possibilidade de grupos de estudos e reflexão com pesquisadores acadêmicos e pesquisadores participantes, como forma de efetivarmos uma formação que dialogue com a teoria e prática, que busque, a partir da autorreflexão crítica e coletiva, o desenvolvimento profissional docente e, por consequência, o crescimento da escola como organização social.

Nessa perspectiva, Almeida *et al.* (2021) nos mostram como uma conduta de luta política promove um processo de emancipação de gestores públicos, pela via de uma formação continuada reflexivo-crítica, sustentada na perspectiva de uma pesquisa-ação crítica. Os movimentos dos gestores no processo de pesquisa e formação nos mostra a possibilidade de superação dos modelos técnicos e instrumentais. As concepções dos gestores sobre formação reflexivo-crítica e as suas consequências para a melhoria da qualidade educacional e a elaboração de políticas de formação inclusiva, reverberam no modo como eles têm se colocado como gestores-pesquisadores, constituindo-se como autores do processo formativo.

Da mesma forma, pesquisas realizadas pelos membros do Grufopees (CNPq/Ufes) têm apontado a pesquisa-ação como a metodologia capaz não só de constituir os participantes como pesquisadores, mas também como capaz de superar os desafios encontrados no cotidiano escolar (ALMEIDA, 2004; VIEIRA; RAMOS, 2012; ALMEIDA; SILVA; ALVES, 2017; BENTO, *et al.*, 2018; BUSS, *et al.* 2018; SILVA F., 2019; SILVA N., 2019; BENTO, 2019; VIEIRA, 2020; QUEIROZ, 2021; BRITO, 2021).

Os autores Buss *et al.* (2018) discutem a necessidade da formação continuada voltada à inclusão para professores, quando apresentam um discurso frequente dos professores, ao chegar um estudante público-alvo da Educação Especial à sala de aula, que se exprime na fala “Eu não tive preparação [formação] para atender este aluno!” (p. 201). Para eles, a aprendizagem, por meio dessa formação, permite a criação coletiva compartilhando conhecimentos que sejam capazes de produzir transformações no contexto escolar e nos próprios profissionais educacionais, a fim de atender a diversidade na sala de aula.

Nessa perspectiva, a formação continuada requer a construção de espaços onde os profissionais da educação possam produzir conhecimentos coletivamente, preparando-os para os novos e crescentes desafios da educação. Os autores apontam as ações formativas realizadas no município de Santa Maria de Jetibá/ES, que partiram de temáticas sugeridas pelas profissionais participantes da pesquisa-ação, e foram produzidas com elas, tornando-as produtoras e colaboradoras dos conhecimentos construídos coletivamente no espaço escolar onde atuavam.

Corroborando os autores, Silva F. (2019) buscou compreender uma perspectiva de formação continuada que favorecesse a construção colaborativa e crítica, garantindo a participação ativa dos professores e demais profissionais da

educação, considerando-os como autores-atores de seus contextos, bem como de seus processos de aprendizagem. Alicerçada na pesquisa-ação colaborativo-crítica, a autora empreendeu grupos de estudo-reflexão como uma alternativa à lógica tradicional de formação docente, propondo outra lógica, sustentada na racionalidade comunicativa (HABERMAS, 2012a).

Silva F. (2019) considerou ainda alguns pressupostos necessários às ações formativas voltadas à inclusão escolar, pela via da pesquisa-ação, tais como: Relação dialética entre teoria e prática, na qual o grupo de estudo-reflexão impõe um engajamento dos envolvidos para a compreensão da realidade por meio de aprofundamento teórico-prático; O professor como sujeito de conhecimento; A escuta sensível de Barbier (2007), a fim de assegurar espaços discursivos que garantam aos membros do grupo oportunidade de fala livre de restrições ou coações; e A autorreflexão colaborativo-crítica, pois ao passo que aprofundamos a compreensão da realidade e dos condicionantes que as determinam, construímos novos conhecimentos por meio de um processo investigativo.

No mesmo sentido de construção de espaços para produção coletiva de conhecimentos, Queiroz (2021) sustentado no agir comunicativo de Habermas (2012a), evidencia a necessidade de superação da perspectiva tradicional de formação de professores, baseada em uma racionalidade instrumental. Indica modos de se pensar a formação na perspectiva crítica, como possibilidade para sustentar práticas pedagógicas inclusivas, de cunho reflexivo-crítico e emancipatório, alicerçado na pesquisa-ação colaborativo-crítica.

Para ele, a política de inclusão necessita de um novo olhar por parte dos professores, se desvencilhando dos paradigmas dominantes e promovendo uma formação continuada sólida. O autor também nos chama atenção:

É necessário realizar a inclusão. É necessário acreditar na inclusão. É necessário errar tentando edificar a inclusão em nossas escolas. É necessário acertar nas diferentes formas de pensar e de buscar subsídios para a inclusão. E, acima de tudo, é necessário vencer os antigos paradigmas de que não se pode fazer o que não se sabe fazer. A inclusão na escola precisa de um misto de coragem e vontade, traduzidas em disponibilidade para o novo (QUEIROZ, 2021, p. 65-66).

Nesse seguimento, Almeida, Silva e Alves (2017) defendem a importância de que os profissionais, sejam da educação básica ou do ensino superior, estejam envolvidos na construção de conhecimentos com o outro, como possibilidade de

constituição de ações formativas que assegurem o direito à inclusão escolar. Os autores, ao empreenderem uma ação formativa com gestores de educação especial, figuras que atuam nos setores das secretarias de educação dos municípios capixabas, ressaltam o processo de conscientização e de aprendizagem no grupo. Pesquisadores-acadêmicos e pesquisadores-gestores elaboraram, juntos, novas propostas políticas de formação continuada para seus municípios.

Vieira (2020) entende que os gestores municipais ou de setores estaduais das redes de ensino são os profissionais responsáveis pela condução das políticas públicas, visando a garantir a educação como direito de todos, bem como pelos processos de formação, desenvolvimento e implementação de políticas públicas, além da gestão de recursos humanos e financeiros da área. Desta forma, a autora ressaltava, por meio da pesquisa-ação, a trajetória formativa dos gestores de Educação Especial, os processos de negociação e organização para a constituição de um Fórum de Gestores de Educação Especial do Estado do Espírito Santo e as ações disparadas por esse movimento.

Ao contribuir com o avanço do conhecimento no que se refere a formação continuada do gestor público de Educação Especial, Vieira (2020) advoga pela necessidade dos gestores e demais profissionais da educação, ocuparem o espaço de discussão política, que interfere na gestão, buscando garantir a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial na escola comum, contribuindo para superarmos a discriminação, trabalhando na perspectiva inclusiva, sensível às diferenças individuais e culturais das minorias.

Por fim, Bento et al. (2018) nos mostram como os pesquisadores-acadêmicos e os pesquisadores-gestores do município de Marataízes/ES construíram uma política de formação continuada na perspectiva da inclusão, por intermédio da metodologia de pesquisa-ação colaborativo-crítica, com base no diálogo. Para as autoras, o processo inclusivo é percebido “quando nas regionais os gestores começam a se organizar para receber e oferecer as condições de aprendizagem a todos os alunos, preocupando-se com a formação contínua de todos os profissionais da escola: isso é uma concretização da política inclusiva” (p. 197).

## 5 CONCLUSÃO

Compreendemos que para Adorno a autorreflexão está atrelada diretamente à liberdade, ao pensamento crítico e à autonomia, que guiam o indivíduo para a emancipação. Enquanto para Habermas, a autorreflexão vincula-se à linguagem e à comunicação, entre dois os mais sujeitos, que os guiam para a emancipação. Carr e Kemmis (1988) inspirados na espiral cíclica proposta por Lewin e na autorreflexão de Habermas, vão defender a espiral autorreflexiva na pesquisa-ação.

Entendemos a pesquisa-ação como uma metodologia de pesquisa que busca entender o contexto o qual se pesquisa, compreender quais são as problemáticas sociais e educacionais que são postas ali, para então refletir por meio da autorreflexão crítica e propor mudanças e transformações coletivamente e de forma democrática. A perspectiva da ciência educativa crítica aponta para a possibilidade de comprometermos os educadores, os educandos, a família e os gestores escolares com as análises críticas de suas próprias situações com vistas a transformá-las de tal maneira que essas situações melhorem para todos.

E, neste sentido, voltando aos pressupostos Habermasianos de autorreflexão e emancipação, a pesquisa-ação se torna uma possibilidade de melhorar a prática educativa, incorporando os valores de uma ciência educativa crítica, pois o grupo de participantes assume conjuntamente a responsabilidade do desenvolvimento da prática, dos entendimentos e das situações, socialmente construídos nos processos interativos da vida educacional. Assim, na pesquisa-ação crítica, as comunidades autorreflexivas de investigadores podem influenciar na política e na prática educativa (CARR; KEMMIS, 1988), indicando-nos contribuições dos postulados habermasianos para com a formação humana, pela via da emancipação dos sujeitos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. de. **Formação continuada como processo crítico-reflexivo-colaborativo**: possibilidades de construção de uma prática inclusiva. 2004. 267 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Pedagógico. Vitória, 2004.

ALMEIDA, M. L. de. **Pesquisa-ação e inclusão escolar**: uma análise da produção acadêmica em Educação Especial a partir das contribuições de Jürgen Habermas.

2010. 233 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. Vitória, 2010.

ALMEIDA, M. L.; SILVA, R. R. E. ; ALVES, J. B. O grupo de estudo-reflexão perspectiva teórico-metodológica para formação continuada: um estudo com gestores públicos de educação especial. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. esp. 2, p. 1098-1118, nov. 2017.

ALMEIDA, M. L. QUEIROZ, R. C.; FLORES, M. A.; PEREIRA, D. A pesquisa-ação crítica no desenvolvimento de políticas de formação continuada para profissionais da educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 1199-1214, 2021.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro. 2007.

BENTO, M. J. C.; SILVA, N. V.; CARVALHO, D. S; ALMEIDA, M. L. A Região Sul do Espírito Santo: do movimento de pesquisa à construção da política para formação continuada na perspectiva da inclusão escolar. *In*: ALMEIDA, M. L; CAETANO, A. M. (org.). **Formação e gestão em educação especial: a pesquisa-ação em foco**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

BUSS, J. J.; FORNACIARI, E.; ESPÍNDULA, V.; ALMEIDA, M. L. Formação continuada, pesquisa-ação e políticas públicas em Santa Maria de Jetibá – ES. *In*: ALMEIDA, M. L; CAETANO, A. M. (org.). **Formação e gestão em educação especial: a pesquisa-ação em foco**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. 270p.

CARR, W. Critical Action Research Today. **Revista Estreialogos**. n. 01. jul. 2019.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Becoming critical**: education, knowledge and action research. London and Philadelphia: The Palmer Press, 1986.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoría crítica de la enseñanza**: investigación-acción en la formación del profesorado. Barcelona: Martinez Roca, 1988.

CHIZZOTTI, A. História e atualidade das Ciências Humanas e Sociais. **Cadernos de História da Educação**, v.15, n.2, p. 599-613, maio-ago. 2016.

FLORES, M. A. **Formação de professores**: questões críticas e desafios a considerar, in CNE – Conselho Nacional de Educação (Ed.) Estado da Educação 2014, Lisboa: Conselho Nacional de educação, pp. 262-277. 2015.

FÜRKOTTER, M. et al. O que a Formação Contínua deve Contemplar?: o que dizem os professores. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 849-869, jul./set. 2014.

GEUSS, R. **Teoria crítica**: Habermas e a Escola de Frankfurt. Tradução de Bento Timar Borges. Campinas: Papirus, 1988.



HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

HABERMAS, J. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. Tradução de Milton Camargo Mota. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2004.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. WMF Martins Fontes. 1 ed. 2012.

HABERMAS, J. **Teoria e práxis**: estudos de filosofia social. Tradução de Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, J. **A ética da discussão e a questão da verdade**. Organização e introdução de Patrick Savidan. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

LORENZI, G. M. A. C. **Pesquisa-ação**: pesquisar, refletir, agir e transformar. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2021.

MEDEIROS, A. M. S. D.; MARQUES, M. A. d. R. B. Habermas e a teoria do conhecimento. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.5, n.1, p.1-24, dez. 2003.

MOREIRA, J. DE O.; ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, E. DE O. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. Psicol. cienc. prof., 2007 27(4), p. 608–621, dez. 2007.

PIMENTA, S. G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. *In*: PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (org.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

QUEIROZ, R. C; **Inclusão escolar, formação continuada, pesquisa-ação e tecnologias**: tecituras possíveis em tempos de pandemia. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. Vitória, 2021.

RAMOS, R. A. Contribuições de Jürgen Habermas para o debate epistemológico iniciado por Karl Popper e Theodor Adorno. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 2, p. e79–e97, maio. 2017.

RIBEIRO, Deolinda. Investigação-ação-formação: um caso na formação inicial de educadores. **Revista Estreidiálogos**, v. 5, n1, p. 35-46, 2020.

SILVA, A. C. da. Becoming Critical: education, knowledge and action research. **Educar em Revista**, n. spe.2, p. 229–232, set. 2017.

SILVA, F. N. da. **A autorreflexão colaborativo-crítica como princípio para formação continuada**: perspectivas para inclusão escolar. 2019. 271 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. Vitória, 2019.

SIMANKE, R. T. A psicanálise freudiana e a dualidade entre ciências naturais e ciências humanas. **Scientiae Studia**, v. 7, n. Sci. stud., 2009 7(2), p. 221–235, abr. 2009.

THEODOR W. Adorno. **Educação e emancipação**. Editora Paz e Terra, 1995.

THOMAZ, P. C.; SANTOS, C. R. dos. Marx, Weber e Durkheim: Contribuições Sociológicas Para a Educação. **Anais...** VI Mostra Científica do CESUCA. v.1. n. 6. 2012.

VIEIRA, I. da. S. **Movimentos formativos e políticos da gestão de educação especial no estado do espírito santo. 2020**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. Vitória, 2020.

## **A PESQUISA-AÇÃO COLABORATIVO-CRÍTICA COMO METODOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE UM GRUPO DE PESQUISA**

**Kétlem Marçal Ferraz Rossi Jaconi**  
CE/UFES. Graduanda em Pedagogia  
ketlemrossi340@gmail.com

**Bárbara Rebecca Baumgarten França**  
PPGE/UFES. Mestre em Educação  
barbarabrbf@gmail.com

**Mariangela Lima de Almeida**  
PPGE/UFES. Pós-doutora em Educação  
mlalmeida.ufes@gmail.com

---

### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo compreender as contribuições da perspectiva teórico-metodológica da pesquisa-ação colaborativo-crítica na formação acadêmica e profissional dos autores de dissertações de um grupo de pesquisa. Assim, toma a perspectiva teórica de Jürgen Habermas, baseada nos conceitos de discurso e atos de fala. Assim, o discurso assume a forma de argumentação, de acordo com que os participantes argumentam sobre uma pretensão de validade criticável colocada em diálogo. Fundamenta-se na pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, que busca nos espaços discursivos individuais e coletivos articular com seus participantes, um lugar onde todos têm o direito de falar e colocar seus entendimentos de forma racional, apresentando suas ideias e construindo pela via do diálogo argumentos fortes para chegar a um entendimento mútuo. Procura-se captar por meio dos espaços discursivos, as perspectivas teórico-metodológicas da pesquisa-ação colaborativo-crítica presente nas dissertações, os “silenciamentos” presentes e intencionalidades que permeiam os objetivos das propostas de pesquisa. A partir dos espaços constituídos, foi possível perceber que os autores construíram suas pesquisas coletivamente, sendo os conceitos de colaboração, participação e escuta primordiais para dar continuidade aos movimentos desencadeados. Neste sentido, a utilização da pesquisa-ação como perspectiva teórico-metodológica contribuiu para fundamentar as relações ao longo dos processos de pesquisa. Sobretudo os sujeitos puderam vivenciar a pesquisa como um todo, não apenas metodologicamente, mas teoricamente pela via comunicativa. Sendo assim, por meio da comunicação há uma mudança social, sendo possível estabelecer reflexões profundas do mundo da vida intersubjetivamente partilhado pelos sujeitos.

**Palavras-chave:** Pesquisa-ação colaborativo-crítica. Grupo de pesquisa. Estudo de caso.

**COLLABORATIVE-CRITICAL ACTION RESEARCH AS A METHODOLOGY: A CASE STUDY FROM A RESEARCH GROUP**

## **Abstract**

The present work aims to understand the contributions of the theoretical-methodological perspective of collaborative-critical action research in the academic and professional training of dissertation authors in a research group. Thus, it takes the theoretical perspective of Jürgen Habermas, based on the concepts of discourse and speech acts. Thus, the discourse takes the form of argumentation, according to which the participants argue about a claim of criticizable validity placed in dialogue. It is based on qualitative research of the case study type, which seeks in individual and collective discursive spaces to articulate with its participants, a place where everyone has the right to speak and express their understandings in a rational way, presenting their ideas and building through dialogue strong arguments to reach a mutual understanding. The aim is to capture, through discursive spaces, the theoretical-methodological perspectives of collaborative-critical action research present in the dissertations, the “silencing” present and intentions that permeate the objectives of the research proposals. From the spaces created, it was possible to see that the authors built their research collectively, with the concepts of collaboration, participation and listening being essential to continue the movements triggered. In this sense, the use of action research as a theoretical-methodological perspective contributed to substantiating relationships throughout the research processes. Above all, the subjects were able to experience the research as a whole, not only methodologically, but theoretically through communicative means. Therefore, through communication there is a social change, making it possible to establish deep reflections on the world of life intersubjectively shared by the subjects.

**Keywords:** Collaborative-critical action research. Search group. Case study

## **1 A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

A política de formação de pós-graduação no Brasil tem evoluído ao longo das últimas décadas, refletindo mudanças significativas na educação superior e na pesquisa científica dentro e fora do país. Ainda que pareça algo recente, essas políticas de formação têm início por volta de 1950, com a criação dos primeiros cursos de mestrado e doutorado em universidades públicas, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) desempenhou um papel fundamental no financiamento de bolsas de estudo para pesquisadores.

Em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61 que diz:

“Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação; b) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma; [...]” (BRASIL, 1961)

Corroborando com essa publicação, houve uma grande expansão na oferta dos programas de pós-graduação no país. Anos depois, já na década de 1980 começam a surgir os primeiros traçados para a internacionalização com a promoção de parcerias e intercâmbios acadêmicos e isso acontece até os dias atuais com um foco crescente em pesquisa e inovação.

A internacionalização tornou-se uma prioridade mais uma vez, com mais programas oferecendo aulas em inglês e parcerias internacionais. Também houve um aumento na oferta de cursos de mestrado profissionalizantes, voltados para a aplicação prática do conhecimento.

A política de formação de pós-graduação no Brasil é caracterizada por uma busca constante de melhoria na qualidade e na internacionalização dos programas. A CAPES desempenha um papel central na avaliação e no financiamento desses programas, incentivando a pesquisa, a produção de conhecimento e a formação de recursos humanos altamente avançados. A evolução dessas políticas reflete o compromisso contínuo do Brasil em fortalecer sua educação de pós-graduação e pesquisa.

## 1.2 A PESQUISA-AÇÃO E A PÓS GRADUAÇÃO

A pesquisa-ação tem seu início com as obras de Kurt Lewin, que defende a ideia de que a pesquisa deve ser usada como uma ferramenta para promover uma mudança social, por volta de 1940 e 1950, Lewin e seus seguidores desenvolveram a pesquisa-ação como um método para resolver problemas práticos em contextos de grupo e organizacionais. Somente nos anos de 1980, a parte colaborativa da pesquisa-ação começa a surgir como prática, quando pesquisadores como Stephen Kemmis e Robin McTaggart começaram a promover a integração da pesquisa-ação e da pesquisa colaborativa.

“É claro que a pesquisa-ação tem sido um método participativo desde sua origem, mas há muitas visões e utilizações do termo *participação*. Por um lado, existe extensa literatura dedicada à *pesquisa-ação participativa*, como se fosse possível ela não ser participativa, quando todo o mundo atingido pela mudança assim realizada participa dela, enquanto, por outro lado, outros a vêem como um processo coletivo de conseqüências políticas” (TRIPP, APUD Carr e Kemmis, 1986, P. 454).

Essa abordagem enfatizou a importância de envolver os participantes ativos na pesquisa, na análise dos dados e na tomada de decisões. Contudo, essas formas de se fazer a pesquisa-ação passaram por influências como de Paulo Freire e Jürgen Habermas, esses dois autores buscam identificar e desafiar estruturas de poder e desigualdades, bem como promover a emancipação e a conscientização entre os participantes.

A pesquisa-ação colaborativo crítica é uma abordagem de pesquisa que combina elementos da pesquisa-ação, da pesquisa colaborativa e da pesquisa crítica. Ela se concentra na resolução de problemas em contextos sociais e tem como objetivo promover a mudança social e a emancipação dos participantes, é uma abordagem metodológica que tem desempenhado um papel fundamental na formação acadêmica e profissional de indivíduos em diversos campos do conhecimento, baseada nos princípios de colaboração, participação e reflexão crítica, oferece uma oportunidade única para os pesquisadores e profissionais aprofundarem seu entendimento em relação a questões específicas, além de contribuir para o desenvolvimento de competências fundamentais no ambiente acadêmico e social com um todo. A pesquisa-ação colaborativa-crítica obtém uma abordagem dialógica, na qual os participantes são incentivados a colaborar ativamente na construção do conhecimento, com um processo de pesquisa participativa, os indivíduos envolvidos têm a oportunidade de se expressar, contribuir com suas perspectivas e participar ativamente na definição de problemas e na busca de soluções. Isso não apenas fortalece sua compreensão das questões em análise, mas também promove a aquisição de habilidades aprimoradas de trabalho em equipe, resolução de problemas e tomada de decisões.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Uma vez apresentado o histórico da pós-graduação e da pesquisa-ação, observamos que a análise das dissertações produzidas por um grupo de pesquisa que adota a pesquisa-ação colaborativa-crítica revela uma riqueza de contribuições dessa abordagem na formação acadêmica e profissional. Os autores dessas dissertações geralmente apresentam um entendimento profundo das questões investigadas, fruto de um engajamento ativo no processo de pesquisa. Além disso, eles demonstram uma capacidade notável de aplicar os princípios da pesquisa-ação

colaborativa-crítica em suas respectivas áreas de atuação, o que os torna profissionais mais eficazes e inovadores em seus campos. Para tanto, essa análise e entendimento de como se constituem os processos das pesquisas não seria possível sem a via do diálogo alinhado com espaços discursivos, sejam eles coletivos ou individuais. Porque é através do diálogo que é possível compreendermos e enxergarmos o outro, entender a pluralidade de contextos existentes para assim chegar em um consenso e posteriormente em um entendimento.

## 2 A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas é uma teoria complexa que busca compreender a natureza da comunicação humana e seu papel na construção do conhecimento e da sociedade. Desenvolvida ao longo das décadas de 1970 e 1980, essa teoria é uma das contribuições mais importantes para a filosofia contemporânea e as ciências sociais. A teoria também é uma tentativa de entender como a comunicação humana desempenha um papel central na construção da sociedade e da democracia. Ela enfatiza a importância da busca do entendimento mútuo, da racionalidade e da reciprocidade nas interações sociais e da busca proteger a esfera pública da colonização por lógicas puramente instrumentais. Essa teoria possui alguns conceitos e elementos centrais para sua melhor compreensão, porém, entendemos que para a finalidade desta pesquisa, os conceitos centrais que abordaremos são: **atos de fala e discurso**, para assim poder chegar ao **espaço discursivo**

### 2.1 ATOS DE FALA E DISCURSO

Os atos de fala, conforme definidos por Habermas, são as unidades fundamentais da comunicação. Eles representam os diferentes tipos de expressões linguísticas que usamos para interagir com os outros, tais como afirmar, perguntar, prometer, entre outros. Estes atos desempenham um papel crítico na construção do discurso e na busca por entendimento mútuo. Os atos de fala representam unidades fundamentais da comunicação e são a base para entender como os indivíduos interagem, se expressam e buscam a compreensão mútua. Neste contexto,



Habermas amplia a análise dos atos de fala, indo além da linguagem simples e examinando como eles são usados para construir significados e alcançar objetivos comunicativos.

Podemos observar os atos de fala em todo o processo do espaço discursivo, pois as palavras e expressões utilizadas promovem um pensamento, uma reflexão, uma ação e uma reação dos sujeitos a partir da compreensão do que foi dito. Todo esse efeito que a fala pode causar nos sujeitos pode ser destacado como “ato de fala perlocucionário”, envolvendo uma ocorrência emocional, uma compreensão, uma persuasão ou qualquer outra resposta que o ato de fala provoque no interlocutor.

“Um falante que age de maneira teleológica precisa alcançar, sem trair sua meta perlocucionária, também sua meta ilocucionária, a saber: que o ouvinte entenda o que se diz e envolva-se com as obrigações vinculadas à aceitação da oferta do ato de fala” (HABERMAS, 2012, v. 1, p. 508).

Por fim, os atos de fala na perspectiva de Habermas são uma parte fundamental de sua teoria da ação comunicativa, destacando como a linguagem é usada para comunicar objetivo, alcançar entendimento mútuo e participar da esfera pública. Eles representam uma ferramenta importante para analisar a qualidade da comunicação e sua relação com processos democráticos e a construção do conhecimento. A compreensão deste conceito foi fundamental durante a elaboração deste trabalho, pois somente a apropriação por completa dos atos de fala é que foi possível conceber um diálogo sem intencionalidades técnicas com os sujeitos envolvidos, uma vez que, durante as próprias produções, os sujeitos também se utilizaram da comunicação para compreender todo o contexto em que estavam inseridos. Os discursos, são os processos pelos quais se concretizam os atos de fala, é a forma por onde os participantes tentam alcançar um consenso racional, através de argumentos. Pode ser definido como uma interação comunicativa entre os sujeitos existentes no mundo da vida intersubjetivamente partilhado.

## 2.2 O ESPAÇO DISCURSIVO: CONCEITOS E BREVES REFLEXÕES

O espaço discursivo proposto neste trabalho foi realizado de forma virtual, sobretudo, garantindo todas as características para a constituição deste. O espaço discursivo é fundamental para a teoria da ação comunicativa, uma vez que influencia a dinâmica da interação e a qualidade do discurso e representa o ambiente no qual a comunicação pública e a deliberação democrática ocorrem. É um espaço onde a racionalidade comunicativa, a busca da verdade e o entendimento mútuo são valorizados para alcançar decisões políticas justas e legítimas. Dentro do espaço discursivo, existem ideias fundamentais para sua fundamentação que nos ajudam a compreender melhor como esse espaço ocorre. Corroboramos com a definição de espaço discursivo que SILVA (2019) diz:

“Esse espaço discursivo está alicerçado no conceito de discurso de Habermas (2002, 2012) que prima pela garantia de uma comunicação livre de restrições ou coações, em que todos os integrantes do grupo tenham as mesmas oportunidades de expressar-se e sejam incluídos no processo.” (SILVA, 2019. p.189)

Desse modo, foi realizado o espaço discursivo com os 8 autores das dissertações, e utilizamos questões disparadoras para nortear o início do diálogo. Todos os participantes puderam expor suas falas e construir novos entendimentos a partir dos momentos de escuta dos discursos, ainda que o contexto de alguns fosse comum (grupo de pesquisa), a maioria presente pode compreender o mundo da vida dos outros sujeitos.

### **3 O ESTUDO DE CASO**

A metodologia de estudo de caso é uma abordagem de pesquisa qualitativa que envolve uma análise detalhada e aprofundada de um caso específico, seja ele uma pessoa, um grupo, uma organização, um evento ou uma especificidade. É uma abordagem de pesquisa qualitativa que envolve uma investigação profunda e detalhada de um ou mais casos individuais. Robert K. Yin é extremamente reconhecido por seu trabalho na metodologia de estudo de caso. Ele escreveu vários livros, incluindo "Case Study Research: Design and Methods", que se tornou uma referência na área. Yin enfatiza a importância de uma estrutura rigorosa e a necessidade de definir claramente os limites do estudo de caso. Ela é frequentemente utilizada em ciências sociais, ciências da saúde, educação e várias

outras disciplinas. De acordo com MARTINS (2008) o estudo de caso “[...] possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa.[...]” (MARTINS, 2008. p.10). Possibilitando o pesquisador a formulação de hipóteses e reflexões somado a pesquisa-ação e sua espiral.

“Em um estudo de caso, análises e reflexões estão presentes durante os vários estágios da pesquisa, particularmente quando do levantamento das informações, dados e evidências, em situações em que resultados parciais sugerem alterações, correções de rumo.”(MARTINS, 2008. P.10)

### 3.1 ENTENDENDO AS CARACTERÍSTICAS DO GRUPO A PARTIR DAS DISSERTAÇÕES E ELEMENTOS DE CONTEXTO

FRANÇA (2023), propõe em sua dissertação uma análise epistemológica das produções realizadas por este mesmo grupo de pesquisa entre os anos de 2018 até 2021, que tinham como foco “a Formação Continuada na perspectiva inclusiva, fundamentada na perspectiva da pesquisa-ação”, utilizando dos pressupostos de Habermas, a partir dos círculos argumentativos. A autora retrata os impactos que a pesquisa-ação traz para o grupo como um todo, e como ocorre a escolha dessa metodologia e das problematizações. Sobre isso FRANÇA (2023, p. 112) diz:

“Ao dialogar com os estudos, vemos a elaboração de problematizações que não dependem somente da vontade individual do sujeito, mas de um contexto de necessidade e circularidade já existente no percurso do grupo”

FRANÇA (2023) ainda nos ressalta que: Entender o contexto é primordial durante a análise e diálogo com as produções, porque nos possibilita realizar uma aproximação com a realidade durante a vivência da pesquisa. E essa compreensão dos contextos só foi possível pela via do diálogo existente dentro do espaço discursivo e a democracia que ele garante aos seus participantes, porque ali todos podem falar, escutar, refletir e emitir entendimentos para a criação dos consensos mútuos. Ainda durante a sua análise, é apontado uma colaboração mútua entre os participantes do grupo de pesquisa durante as construções de seus trabalhos.

## 4 A CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA-AÇÃO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ESPAÇO DISCURSIVO

Durante o processo de compreensão de como a pesquisa-ação colaborativo crítica contribui na formação continuada do âmbito da pós-graduação, A Teoria da Ação Comunicativa, proposta por Jürgen Habermas nos ajudou a conseguir analisar os dados com um olhar crítico. Principalmente porque para além das leituras realizadas das dissertações em questão, a compreensão pela via do diálogo que foi construída a partir dos espaços discursivos nos aproximou da realidade que já tinha sido vivenciada pelos autores. A escolha da metodologia da pesquisa-ação colaborativo crítica, possibilita o pesquisador a vivência e participação como um todo no lócus de pesquisa, tirando a forma de participação apenas observadora e arbitrária que é notada em algumas metodologias. Ainda discorrendo sobre a pesquisa-ação colaborativo crítica, um dos seus pontos é a **transformação social**, essa transformação que só é possível através da participação ativa dos sujeitos durante a pesquisa, também é prevista na teoria Habermasiana. Aqui a transformação social é proposta através do diálogo, da força do melhor argumento, da criação de consensos e entendimentos.

Ao serem questionados sobre as potências e as possibilidades que a pesquisa-ação criou para além da pesquisa acadêmica, os autores foram unânimes em dizer que por causa da escolha dessa metodologia, foi possível sentir o “chão” da realidade a qual eles estavam pesquisando. Ao pensarmos na transformação social juntamente com os participantes do espaço discursivo, mais uma vez foi considerado que devido às aproximações e as aberturas que a pesquisa-ação proporciona (por conta do método de se fazer), os diálogos e reflexões não eram realizados com um viés vertical, mas sim de forma horizontal, colaborando com o aprendizado e a formação de todos os envolvidos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste trabalho é compreender de que forma a pesquisa-ação colabora na formação continuada de profissionais no âmbito da pós-graduação, levando em consideração o espaço discursivo com autores e orientadora. Entretanto, cabe ressaltar que essa pesquisa ainda está em seu processo de construção, e sua consolidação ocorrerá em dezembro de 2023. No que já podemos observar com o primeiro espaço discursivo realizado com os autores é que os

pressupostos Habermasianos somados à pesquisa-ação colaborativo crítica, fomentam reflexões e diálogos que perpassam todas as esferas da sociedade, pois suas pesquisas estão voltadas para além das 4 paredes da universidade. Esses diálogos realizados com os autores, mesmo que em estágio inicial deste trabalho, nos permitiu refletir sobre como se consolida uma pesquisa, apontando suas possibilidades, bem como seus desafios. Somente pela via do diálogo que Habermas propõe, é que as pesquisas e sociedade caminharão para uma crescente melhoria.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>.

EM FOCO: Pesquisa-ação sobre a prática docente. **Educ. Pesqui.** 31 (3) • Dez 2005 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>. Acesso em 28 out. 2023.

FRANÇA, B. **Análise epistemológica da produção científica do grufopees (2013-2022)**: diálogos sobre pesquisa-ação na interface com a formação continuada na perspectiva da inclusão escolar. Disponível em: [https://sappg.ufes.br/tese\\_drupal//tese\\_17492 DISSERTA%C7%C3O%20-%20B%E1rbara%20Rebecca%20Baumgartem%20Fran%E7a%20%281%29.pdf](https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_17492 DISSERTA%C7%C3O%20-%20B%E1rbara%20Rebecca%20Baumgartem%20Fran%E7a%20%281%29.pdf).

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. Tradução Paulo A. Soethe. Revisão Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. **Educação e Pesquisa**, p. 443-466, 2005.

SILVA, F. Autorreflexão colaborativo-crítica como princípio para formação continuada: perspectivas para inclusão escolar. 2019.

MARTINS, GILBERTO. **Estudo de caso**: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasi. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/ketle/Downloads/34702-Texto%20do%20artigo-40654-1-10-20120722.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

## AUTORREFLEXÃO E PESQUISA-AÇÃO CRÍTICA: TECENDO DIÁLOGOS

**Rafael Carlos Queiroz<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
rcqrafael@gmail.com

**Allana Ladislau Prederigo<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
allana.prederigo@gmail.com

**Letícia Soares Fernandes<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
fernandesletss@gmail.com

**Gustavo Falcão Santana<sup>4</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
gustafal72@gmail.com

**Mariangela Lima de Almeida<sup>5</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
mlalmeida.ufes@gmail.com

---

### Resumo

O conhecimento tem sido objeto de reflexão e estudo em várias áreas do saber, bem como elemento-chave nas grandes transformações enfrentadas pela humanidade. Assim, a autorreflexão, conforme aponta Jürgen Habermas refere-se a um processo de análise crítica e autorreflexiva realizado por indivíduos e pela sociedade como um todo. A autorreflexão também está associada ao desenvolvimento do entendimento crítico, o que permite que os sujeitos, de modo coletivo avaliem constantemente suas próprias ações e instituições em relação aos padrões de justiça, igualdade e compensação. Em termos mais amplos, a autorreflexão em Habermas está relacionada ao conceito de “espaço público” e à ideia de que uma sociedade saudável e democrática requer um diálogo público aberto e crítico, o que fundamenta a pesquisa-ação. Encontramos na pesquisa-ação uma abordagem que combina a investigação acadêmica com a ação prática para promover mudanças sociais, envolvendo a colaboração entre pesquisadores e membros da comunidade, visando gerar conhecimento relevante e aplicável às questões enfrentadas por estas. Perante o exposto, toma-se como objetivo principal tecer considerações acerca do conceito de autorreflexão para estratégia de produção de dados numa pesquisa-ação crítica. Trata-se de um relato de pesquisa que visa refletir acerca da autorreflexão incorporada na metodologia da pesquisa-ação, principalmente no tocante à formação continuada de profissionais da educação. Nesse contexto,

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação (PPGE/UFES).

<sup>2</sup> Mestranda em Educação (PPGE/UFES).

<sup>3</sup> Mestranda em Educação (PPGE/UFES).

<sup>4</sup> Graduando em História e bolsista de Iniciação Científica (UFES).

<sup>5</sup> Professora Doutora (CE/PPGE/UFES).

acredita-se que, a partir da autorreflexão crítica tais profissionais possam constituir-se em uma comunidade autocrítica de pesquisadores que investigam suas concepções e ações, possibilitando outros/novos modos de conceber e produzir conhecimentos.

**Palavras-chave:** Autorreflexão. Pesquisa-ação. Habermas. Formação de profissionais da educação.

## **SELF-REFLECTION AND CRITICAL ACTION RESEARCH: WEAVING DIALOGUES**

### **Abstract**

Knowledge has been the object of reflection and study in various areas of knowledge, as well as a key element in the great transformations faced by humanity. Thus, self-reflection, as Jürgen Habermas points out, refers to a process of critical and self-reflective analysis carried out by individuals and society as a whole. Self-reflection is also associated with the development of critical understanding, which allows individuals, collectively, to constantly evaluate their own actions and institutions in relation to standards of justice, equality and compensation. In broader terms, self-reflection in Habermas is related to the concept of “public space” and the idea that a healthy and democratic society requires open and critical public dialogue, which underpins action research. We find in action research an approach that combines academic investigation with practical action to promote social change, involving collaboration between researchers and community members, aiming to generate relevant knowledge applicable to the issues they face. In view of the above, the main objective is to make considerations about the concept of self-reflection for a data production strategy in critical action research. This is a research report that aims to reflect on the self-reflection incorporated in the action research methodology, mainly regarding the continued training of education professionals. In this context, it is believed that, through critical self-reflection, these professionals can form a self-critical community of researchers who investigate their conceptions and actions, enabling other/new ways of conceiving and producing knowledge.

**Keywords:** Self-reflection. Action research. Habermas. Training of education professionals.

## **1 INTRODUÇÃO**

O conhecimento tem sido objeto de reflexão e estudo em várias áreas do saber, bem como elemento-chave nas grandes transformações enfrentadas pela humanidade. O termo conhecimento tem origem no latim *congoscere*, que significa “ato de conhecer” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 40). Há tempos, o ato ou efeito de conhecer fascina a humanidade em busca de respostas para estabelecer as relações entre o mundo e as experiências vivenciadas nele, desempenhando um



papel fundamental no desenvolvimento individual e social, permitindo a compreensão, a inovação e o progresso em diversas áreas do conhecimento humano.

Nessa perspectiva, Jürgen Habermas, filósofo alemão, concebe o conhecimento como um processo comunicativo que envolve diálogo, argumentação e busca por consenso racionalmente justificado. Dessa forma, o conhecimento desempenha um papel fundamental em sua teoria da ação comunicativa e em sua abordagem crítica da sociedade. Habermas entende o conhecimento como algo construído socialmente, por meio da comunicação e do diálogo entre os indivíduos. Ele argumenta que a compreensão mútua e o entendimento intersubjetivo são elementos-chave na formação do conhecimento compartilhado.

Assim, o conhecimento não é apenas uma questão de representar a realidade, mas também está relacionado à capacidade dos indivíduos de se comunicarem e se entenderem uns aos outros. Em sua obra *Conhecimento e Interesse*, Habermas fundamenta sua crítica sobre as ciências que objetivaram o conhecimento além do aspecto puramente instrumental, a ausência da autorreflexão na construção do conhecimento é uma realidade latente nos contornos metodológicos do positivismo e de seus pressupostos de neutralidade, impedindo que as ciências desenvolvam o seu caráter emancipador e reflexivo.

As pesquisas decorrem de investigações, de uma situação problema de cunho social e histórico, na coleta e análise de dados reais que constantemente agrega novos elementos problematizadores capazes de modificar as interpretações iniciais. Nesta perspectiva, o pesquisador numa fundamentação geral e inicial faz constantes revisões e aprofundamentos, ancorado em literaturas e buscando a validação de novas teorias permeadas pela investigação, pela indagação e pelas perguntas.

Encontramos então na pesquisa-ação uma abordagem de pesquisa que combina a investigação acadêmica com a ação prática para promover mudanças sociais, envolvendo a colaboração entre pesquisadores e membros da comunidade, visando gerar conhecimento relevante e aplicável às questões enfrentadas por essas comunidades. Ao contrário do modelo tradicional de pesquisa em que os pesquisadores assumem um papel de observadores externos, na pesquisa-ação eles se envolvem diretamente nas atividades práticas e trabalham em estreita colaboração com os participantes da pesquisa.

Destacamos, que na década de 1970, a metodologia da pesquisa-ação passa a se popularizar em diferentes contextos, ganhando distintos contornos teóricos, entre estes a Pesquisa-ação Crítica, influenciada principalmente pela teoria do agir comunicativo de Habermas (Barbier, 2007; Carr, Kemmis, 1988). Assim, a pesquisa-ação constitui-se como uma investigação emancipatória que vincula teoria e prática à crítica, em um processo que se ocupa simultaneamente da ação e da investigação, visando “transformar tanto a prática quanto o praticante, transformando as maneiras pelas quais eles entendem a si mesmos suas práticas e a situação social em que essas práticas são conduzidas” (CARR, 2019, p. 04).

É nesse sentido que a pesquisa-ação tem sido defendida como perspectiva teórico-metodológica que nos permite romper com a lógica da racionalidade técnica na produção de conhecimentos. Desta forma, o desenvolvimento deste estudo se dá a partir da vivência no Grupo de Pesquisa “Formação, Pesquisa-ação e Gestão de Educação Especial” (Grufopees/Ufes\_CNPq), que ao longo de seus 10 anos de pesquisas científico-acadêmicas veio experimentando a realização da formação de profissionais da educação por meio da pesquisa-ação colaborativo-crítica.

Deste movimento percebemos o destaque do conceito de autorreflexão, que vem se mostrando potente nos processos formativos no tocante a transformação e emancipação dos contextos e dos sujeitos participantes. Nesse sentido, a teoria habermasiana se torna ímpar para este grupo, pois acreditamos que esse processo se dá essencialmente em meio à colaboração dos sujeitos.

Assim, temos como objetivo principal tecer considerações acerca do conceito de autorreflexão para estratégia de produção de dados numa pesquisa-ação crítica. Para tanto, optamos por destacar dois conceitos presentes na teoria de Habermas discutindo como estes estão interligados a perspectiva teórico-metodológica da pesquisa-ação colaborativo-crítica, adotada pelo grupo, sendo elas o conceito de Autorreflexão e o de Espaço Público. Com isso, buscaremos demonstrar também a experimentação dos Espaços Discursivos, que se constitui como um meio para a produção de dados, que vem sendo experimentado neste ano pelo grupo de pesquisa.

## 2 AS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA-AÇÃO PARA O ESTUDO

A pesquisa-ação é uma metodologia de pesquisa cuja origem se deu na metade do século XXI, tendo como precursor o Psicólogo Alemão Kurt Lewin (1890-1947), naturalizado norte-americano. Trata-se de uma proposta de pesquisa que traz a ação como promotora de uma reflexão autocrítica e objetiva, passando o pesquisador a ser um interventor e um agente de mudança, ora num contexto macro, ora num micro, objetivando a própria transformação de atitude filosófica sobre sua relação com o mundo.

Conforme nos apontam os autores Carr & Kemmis (1988), a pesquisa-ação crítica constitui-se como uma investigação emancipatória que vincula teoria e prática à crítica, em um processo que se ocupa simultaneamente da ação e da investigação. Nesse sentido, a pesquisa educacional crítica tem como meta o autoconhecimento consciente e a ação política eficaz. Seu método é o diálogo, que tem como objetivo elevar a autoconsciência dos sujeitos como potencial coletivo, como agentes ativos na história (Comstock, 1982 apud Carr & Kemmis, 1988).

Vale ressaltar que, além de uma escolha metodológica, tomamos a pesquisa-ação colaborativo-crítica como uma escolha epistemológica, comprometida com a produção crítica de conhecimentos. Isso porque a pesquisa-ação colaborativo-crítica, alicerçada na teoria crítica de Habermas, oferece-nos as bases para a defesa de outra lógica de formação continuada para professores, uma lógica que procura romper com a racionalidade instrumental, amplamente difundida nas formações desses profissionais, propondo, em seu lugar, a racionalidade comunicativa, em consonância com a complexidade da função docente.

Conforme Pimenta (2005),

A pesquisa-ação tem por pressuposto que os sujeitos que nela se envolvem compõem um grupo com objetivos e metas comuns, interessados em um problema que emerge num dado contexto no qual atuam desempenhando papéis diversos: pesquisadores universitários e pesquisadores (professores no caso escolar). Constatado o problema, o papel do pesquisador universitário consiste em ajudar o grupo a problematizá-lo, ou seja, situá-lo em um contexto teórico mais amplo e assim possibilitar a ampliação da consciência dos envolvidos, com vistas a planejar as formas de transformação das ações dos sujeitos e das práticas institucionais (PIMENTA 2005, p. 523).

Percebemos assim que o modelo formativo posto em muitos espaços não tem garantido uma formação reflexiva. Diante disso, se faz necessário superar a concepção técnico-positivista que segrega a dicotomia teoria e prática e que produz sujeitos dependentes de fazeres e profissionais poucos reflexivos, o que ocasiona um modo de promover capacitação que atende aos interesses de uma política neoliberal, longe de pensar nas reais demandas dos espaços escolares. Assim, a pesquisa-ação colaborativo-crítica surge como uma alternativa para superar essa problemática.

De acordo com Carr e Kemmis (1988), a pesquisa-ação não é somente um conjunto de regras técnicas para se pensar o contexto vivido. Essa perspectiva teórico-metodológica possibilita criar condições necessárias de contínua reflexão sobre teoria e práticas sociais. Desta forma, a relação teoria e prática é entendida como uma possibilidade capaz de distinguir a prática da técnica, a prática da mera prática e, ao mesmo tempo, elevar a prática à condição de práxis, ou seja, de uma prática que seja pensada e refletida.

Desta forma, concorda-se com os estudos de Almeida et al. (2021) ao dialogar sobre a pesquisa-ação como abordagem teórico-metodológica e epistemológica que favorece o envolvimento dos pesquisadores em um processo autorreflexivo crítico e colaborativo. Assim, a pesquisa-ação, sendo mais que uma metodologia, mas uma forma de pensar e agir para com o mundo, com a intencionalidade última de transformação da realidade vem sendo cada vez mais requisitada e utilizada nas produções científicas mundiais. Ela abre grandes possibilidades para atravessamento de adversidades limitantes e imutáveis que outras metodologias não suprem, necessidades e demandas atuais da sociedade, estabelecendo uma enorme contribuição para se pensar a formação dos professores.

Para Thiollent (2011), a pesquisa-ação consiste “em elucidar problemas sociais e técnicos, cientificamente relevantes” (THIOLLENT, 2011, p. 7-8), por meio da ação de pesquisadores, membros ou parceiros interessados na resolução dos problemas levantados, formulando respostas sociais, educacionais, técnicas ou políticas, em sintonia com o processo desenhado. Para ele, a pesquisa-ação é um método, ou seja, “um caminho ou um conjunto de procedimentos para interligar conhecimento e ação, ou extrair da ação novos conhecimentos”. A pesquisa-ação apresenta-se como uma investigação de natureza qualitativa que “[...] busca romper

com o paradigma positivista [presente] na pesquisa educacional” (ALMEIDA, 2010, p. 74).

A pesquisa-ação se mostra como uma alternativa potente para superação da lógica dominante na formação de profissionais da educação, sendo nos seus princípios de autonomia, colaboração e transformação indo ao encontro com o posto do por pesquisadores da área como necessários para uma formação de professores de qualidade, que promova mudanças nos contextos escolares (PASSOS; ANDRÉ, 2016; PIMENTA, 2005; NÓVOA; ALVIM, 2021).

A potência da pesquisa-ação, na formação de professores, se faz com a necessidade de que, na educação, empreenda-se uma pesquisa com os professores e não para ou sobre os professores, ou seja, é o fazer junto, pois a “[...] missão plena de uma ciência educacional crítica requer que os participantes colaborem na organização de sua própria ilustração, e que estes tomem decisões sobre como transformarão suas situações” (CARR; KEMMIS, 1988, p. 57).

Ademais, por meio de trabalho que buscaram evidenciar desdobramentos da pesquisa-ação ou que realizaram formações continuadas de profissionais da educação através dessa perspectiva teórico-metodológica, podemos perceber indicam, algumas contribuições desta para a área da formação de professores, sendo a) Criação de um coletivo que busca processos de superação de suas problemáticas; b) O assumir-se enquanto professor pesquisador-reflexivo; c) Mudança de nível conceitual entre os participantes; d) Responsabilização pelo seu próprio processo formativo; e) Ressignificação da práxis docente; f) Movimento de contágio com outros profissionais e ; g) Percepção de formação do próprio pesquisador universitário (ALMEIDA et al., 2021; FERNANDES; PREDERIGO, 2021; SALES; REIS, 2017; ALMEIDA, 2010; PANTALEÃO, 2009).

### **3 DIÁLOGO COM JÜRGEN HABERMAS**

Habermas desenvolveu o conceito de ação comunicativa, modelo racional de interação na esfera pública, em espaço de discussão que incluiria grupos sociais e agentes do Estado, por meio de debates, argumentações e deliberações, para se alcançar os acordos. Habermas defendeu um amplo debate público para a produção de consenso e que o debate livre e racional é primordial para a democracia. Esse modelo de comunicação de caráter deliberativo busca aproximar diferentes grupos

sociais para um entendimento comum. Podemos destacar dois temas centrais da teoria de Habermas: o estudo do papel da comunicação e da razão dentro das democracias contemporâneas, bem como o do papel dos debates promovidos na esfera pública frente ao sistema capitalista. Segundo Habermas, a esfera pública se constrói no encontro dos diferentes interesses presentes na sociedade e, quanto mais a modernidade avança, mais a esfera de interesses se vê mediada pela linguagem.

Desta forma, este estudo fundamenta-se na perspectiva da teoria crítico-emancipatória de Jürgen Habermas (2012), ao considerar a produção de conhecimentos um processo comunicativo e intersubjetivo, em que o outro é percebido enquanto sujeito ativo no processo de diálogo e transformação social, na medida em que os sujeitos de uma coletividade chegam a consensos provisórios sobre determinada problemática. Para Habermas, a alternativa para a tendência objetificante da modernidade seria o agir comunicativo, processo pelo qual os seres humanos buscam o entendimento mútuo baseando-se no debate lógico e racional.

A teoria do agir comunicativo coloca-se como forma de comunicação com vistas ao entendimento entre os sujeitos de interação. Para isso, o entendimento mútuo é alcançado por intermédio da linguagem, visto como mecanismo que coordena a ação entre os indivíduos [...] no agir comunicativo, o mecanismo que coordena a ação é o processo discursivo (ALMEIDA, 2019, p. 30).

Entendemos que a autorreflexão é um meio pelo qual o sujeito, a partir de um processo investigativo de sua realidade pode ressignificá-la. A autorreflexão pode ocorrer por meio da reflexão do sujeito em seus valores, crenças e culturas pessoais bem como por meio da crítica ao contexto em que vive, para Habermas esse processo ocorre apenas por meio do diálogo com o outro, com o contato com outros e/ou semelhantes argumentos.

Por meio de diferentes trabalhos desenvolvidos pelo grupo, via pesquisas de mestrado, projeto de pesquisa e extensão, trabalho de conclusão de curso e iniciação científica, a qual tiveram como participantes diferentes atores do contexto educacional das redes de ensino do estado do Espírito Santo, percebe-se que a partilha entre os sujeitos, que ao se reunirem enquanto grupo, com objetivos coletivos em comum, desencadearam processos de reflexão que permitem a

ressignificação de concepções e práticas desenvolvidas no contexto escolar (SILVA, 2019; QUEIROZ, 2021; BENTO, 2019).

Destacamos como importante transformação de alguns sujeitos, acarretados a partir desse processo de autorreflexão, uma nova postura enquanto professor pesquisador, tomando a responsabilidade de sua formação e a procura pelo aprendizado de diferentes temáticas para a melhoria da sua prática em seu local de trabalho. Além deste ponto, percebe-se também a modificação enquanto entendimento da temática de inclusão escolar, modalidade escolar que ainda herda historicamente grande preconceito, que ao ser posta em discussão pelos grupos de educadores, resultam em novas ressignificações e mudança de tratamento dos alunos pertencentes a esse público-alvo em sala de aula (SILVA, 2019; PREDERIGO, FERNANDES, 2019).

Já o conceito de Espaço Público, interpretamos nas obras de Habermas que este é um local seguro, onde os sujeitos podem se reunir para discutir questões de interesse público, ou seja, que visam os interesses coletivos. Nestes os sujeitos devem se comunicar de forma racional e argumentativa, expondo-se por meio do discurso.

É neste ponto que tencionamos a partir da realização dos “Espaços Discursivos”, aproximarmos deste espaço ideal a qual Habermas se remete para tomada de decisões que mais sejam éticas, racionais e democráticas. Buscamos nestes, nos guiarmos a partir das regras do discurso de Habermas, tendo como apoio principal dar a oportunidade de participação de todos envolvidos para se chegar a consensos provisórios ou entendimentos mútuos.

Este já vem se mostrando um movimento de produção de dados desafiador, uma vez que requer dos pesquisadores uma postura extremamente ética de mediação e que ao mesmo tempo envolva os participantes para que todos se sintam à vontade e importantes para a produção de novos conhecimentos. Entretanto cabe dizer também da potência deste trabalho, pois permite que os sujeitos participantes exponham e escutem diferentes argumentos, gerando processos de reflexão, que permitem uma tomada de decisão mais justa.

Evidencia-se, dessa forma, a necessidade de superação da perspectiva tradicional de formação de professores, baseada em uma racionalidade instrumental. Indica-se, ao mesmo tempo, outros modos de se pensar a formação, baseada na perspectiva crítica, como uma possibilidade para sustentar práticas



pedagógicas inclusivas, de cunho reflexivo-crítico e emancipatório. Desse modo, Habermas tem contribuído sobremaneira para pensarmos na questão da formação continuada dos profissionais da educação, na medida em que, a partir da racionalidade comunicativa, podemos falar em uma outra forma de produção de conhecimentos, na qual os profissionais situem-se não somente na posição de atores, mas também de autores de seus contextos, ou seja, na posição de práticos e ao mesmo tempo de teóricos da educação.

Defende-se, assim, que a formação continuada de professores promova uma reflexão crítica sobre a prática. Habermas contribui na aprendizagem comunicativa, como sujeito comunicativo que busca tecer diálogos com o outro, independente da distância física, discutindo possibilidades e contribuições. Para Habermas, existe um interesse humano básico, voltado à autonomia racional e à liberdade, visando a obter as condições intelectuais e materiais dentro das quais possam ocorrer comunicações e interações não alienadas (ALMEIDA, 2004, p. 54), ou seja, a “autorreflexão está determinada por um interesse emancipatório do conhecimento” (HABERMAS, 2011, p. 140).

A autorreflexão crítica se apresenta como uma possibilidade de formação e de transformação da realidade, pela via de uma coletividade que se proponha a transpor os limites impostos pela racionalidade instrumental. Entendemos assim, que, ao proporcionar a autorreflexão crítica, contribuiremos para que “[...] a formação do profissional docente transcenda os limites da técnica e da prática, alcançando uma concepção de autonomia, intelectualidade que permita ao professor transformar sua prática e, conseqüentemente, a educação e a sociedade” (ALMEIDA, 2004, p. 58). Dessa forma, a autorreflexão colaborativo-crítica, de acordo com Habermas (2012), é capaz de levar os sujeitos à superação e à transformação de suas próprias práticas educativas e sociais.

Diante do exposto, apostamos no diálogo e na colaboração entre Universidade e Redes de Ensino, pesquisadores universitários e profissionais da educação. Segundo a perspectiva habermasiana, a construção de conhecimento se dá na interação entre os sujeitos, permitindo considerar a relevância do processo em detrimento do resultado (ALMEIDA, 2019). Nesse sentido, defendemos uma formação continuada, na perspectiva crítica, que seja construída coletivamente, de acordo com as demandas e a realidade do grupo, pautada na racionalidade comunicativa, a qual possui “[...] capacidade de juntar sem coações e de gerar

consensos a partir de uma fala argumentativa, em que diversos participantes superam a subjetividade inicial de seus respectivos pontos de vista” (HABERMAS, 2012, p. 38).

A racionalidade comunicativa possibilita a construção de um agir comunicativo, o qual, nessa relação entre os sujeitos, tem espaço para críticas, reflexões, trocas, um espaço dialógico de consenso. Assim, a racionalidade comunicativa baseia-se na necessidade de os sujeitos reunirem-se e interagirem com seus pares e tentarem chegar ao entendimento, dando voz a todos os participantes dos atos de comunicação, mediando seus interesses como iguais, coordenando suas ações, por meio do diálogo sincero, no qual todos são ouvidos e predomine o interesse objetivo do grupo.

#### **4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A formação de professores constitui-se uma das temáticas que tem sido objeto de debates sobre as suas finalidades, o seu currículo, os seus modos de organização e o seu impacto na aprendizagem profissional dos docentes. Trata-se de uma temática que tem sido estudada a partir de uma diversidade de olhares que encerram determinadas concepções de professor, de escola e de educação, daí a existência de uma diversidade de modelos, de contextos e de percursos de formação e de modos distintos de olhar para o papel das universidades e das escolas no processo formativo dos professores.

Ao pensarmos numa formação de profissionais da educação que supere a dicotomia entre teoria e prática e que busque, além de alcançar objetivos de ordem técnica ou prática, a emancipação dos sujeitos envolvidos, advogamos por uma formação continuada para os profissionais da educação, pautada numa perspectiva comunicativa, que forneça os meios para a troca de conhecimentos entre diferentes atores.

As possibilidades da pesquisa-ação constituem uma nova aproximação ao real da ação, tomando o ator educativo em investigador, e vice-versa, o que lhe permite fundamentar o rumo da ação, tomando como ponto de partida os sujeitos da educação, para selecionar adequadamente os modos de ajuda à construção de outros caminhos possíveis.

Dessa forma, Habermas propõe uma visão da epistemologia que vai além da dicotomia tradicional entre sujeito e objeto, razão e experiência. Ele argumenta que o conhecimento é construído por meio do diálogo e da interação comunicativa entre os indivíduos e da autorreflexão crítica. Além disso, ele destaca a dimensão emancipatória do conhecimento, que permite aos indivíduos enfrentarem e superarem estruturas de dominação na sociedade.

Assim, a autorreflexão, conforme aponta Jürgen Habermas refere-se a um processo de análise crítica e autorreflexiva realizado por indivíduos e pela sociedade como um todo. A autorreflexão também está associada ao desenvolvimento do entendimento crítico, o que permite que os sujeitos, de modo coletivo avaliem constantemente suas próprias ações e instituições em relação aos padrões de justiça, igualdade e compensação.

Nesse contexto, acredita-se que, a partir da autorreflexão crítica tais profissionais possam constituir-se em uma comunidade autocrítica de pesquisadores que investigam suas concepções e ações, possibilitando outros/novos modos de conceber e produzir conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. M. R. H. A organização espacial da informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 1985.

ALMEIDA, M. L. de. **Diálogos sobre pesquisa-ação**: concepções e perspectivas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

ALMEIDA, M. L. **Formação continuada como processo crítico-reflexivo colaborativo**: possibilidades de construção de uma prática inclusiva. 2004. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

ALMEIDA, M. L. **Uma análise da produção acadêmica sobre os usos da pesquisa-ação em processos de inclusão escolar**: entre o agir comunicativo e o agir estratégico. 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ALMEIDA, M. L.; QUEIROZ, R. C.; FLORES, M. A.; PEREIRA, D. A. R. A pesquisa-ação crítica no desenvolvimento de políticas de formação continuada para profissionais da educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 16, n. esp. 2, p. 1199-1214, maio2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI:<https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp2.15121>

ANDRÉ, M. A Formação do Pesquisador da Prática Pedagógica. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 1, n. 1, 2018. DOI: 10.29378/plurais.2447-9373.2016.v1.n1.%p. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/2300>. Acesso em: 24 out. 2023.

BARBIER, R. **A Pesquisa-ação**. Brasília: Liber, 2007. Tradução de Lucie Didio.

BENTO, Maria José Carvalho. **As contribuições da pesquisa-ação para a elaboração de políticas de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar**. 2019. 231 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores) Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde, Alegre, 2019.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoría crítica de la enseñanza: la investigación-acción en la formación del profesorado**. Trad. J. A. Bravo. Barcelona: Martinez Roca, 1988.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, J. Trabalho, amor e reconhecimento. O filósofo Axel Honneth completa 60 anos de idade. Uma viagem em pensamentos de Marx a Hegel para Frankfurt: ida e volta. **Revista Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 25, n. 49, p. 337-341, jan – jun de 2011.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de. **Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

NÓVOA, Antonio; ALVIM, Yara. Nothing is new, but everything has changed: a viewpoint on the future school. **Prospects**, n. 49, p. 35-41, 2020.

PANTALEÃO, Edson. **Formar formando-se nos processos de gestão escolar**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

PASSOS, Cármen L. B. *et al.* O estágio supervisionado na licenciatura em matemática da UFSCar: quem ensina e quem aprende nesse contexto? **Perspectivas da Educação Matemática**, Campo Grande, v. 4, p. 51-68, 2011.

PIMENTA, S. G. **Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação**. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 03, n. 31, p. 521-539, 2005.

PREDERIGO, A. L. FERNANDES, L. S. **Formação continuada pela via de grupos de estudo-reflexão: a contribuição para a práxis dos gestores de Educação Especial do estado do Espírito Santo**. Trabalho de Conclusão de Curso defendido na Universidade Federal do Espírito Santo. 2021.

PREDERIGO, A. L.; FERNANDES, L. S.; ALMEIDA, M. L. DE. TRAJETÓRIA DE UM GRUPO DE ESTUDO-REFLEXÃO COMPOSTO POR GESTORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Anais [...] Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**, v. 4, n. 4, p. 434–448, 2022.

QUEIROZ, R. C. **Inclusão escolar, formação continuada, pesquisa-ação e tecnologias**: tecituras possíveis em tempos de pandemia. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. Vitória, 2021.

REIS, Luana Silva; ARAÚJO, Tiago Maritan U. de; LIMA, Maria Dayane F. Cirino; SALES, Angelina S. da Silva; AGUIAR, Yuska Paola Costa. Avaliação de Usabilidade do Aplicativo VLibras-Móvel com Usuários Surdos. *In*: WORKSHOP DE TRABALHOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS MULTIMÍDIA E WEB (WEBMEDIA), 2017, Gramado. **Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2017 p. 123-126. ISSN 2596-1683.

SILVA, F. N. da. **A autorreflexão colaborativo-crítica como princípio para formação continuada**: perspectivas para inclusão escolar. 2019. 271 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. Vitória, 2019.

TECNOLOGIA, C. **Moodle USP: e-Disciplinas**. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5524501/mod\\_resource/content/2/Aula%2014b\\_Habermas-%20Comunicacao%20opinio%20publica%20e%20poder.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5524501/mod_resource/content/2/Aula%2014b_Habermas-%20Comunicacao%20opinio%20publica%20e%20poder.pdf).

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**, Rio de Janeiro: Cortez, 2011.

## JÜRGEN HABERMAS SOBRE A EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO COM IMMANUEL KANT

**Bárbara Rebecca Baumgartem França**  
PPGE/UFES. Mestre em Educação  
barbarabrbf@gmail.com

**Nazareth Vidal da Silva**  
PPGE/UFES. Doutoranda em Educação  
newpedagoga@gmail.com

**Mariangela Lima de Almeida**  
PPGE/UFES. Doutora em Educação  
mlalmeida.ufes@gmail.com

---

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo apresentar um diálogo entre a literatura que perpassa a temática entre os filósofos Jürgen Habermas e Immanuel Kant, e suas contribuições para pensarmos o campo da Educação. Caracteriza-se por um estudo bibliográfico, fundamentado na análise e interpretação da temática proposta. Aponta-se algumas aproximações relevantes da perspectiva habermasiana e o pensamento kantiano, sobretudo no que diz respeito a conceitos básicos como emancipação e conhecimento, apropriando-se dos sentidos e interpretações discutidas nas obras bibliográficas elencadas. A partir do diálogo exposto, compreende-se as contribuições dos pressupostos comunicativos no campo educacional, na área de formação continuada de profissionais da educação, conduzindo assim a uma justiça social expressa por processos de ensino-aprendizagem, garantindo o preparo de profissionais da educação fundamentada na concepção de um professor reflexivo, pesquisador e que aprende com o coletivo, visando o atendimento às necessidades de seus estudantes.

**Palavras-chave:** Jürgen Habermas. Educação. Immanuel Kant.

## JÜRGEN HABERMAS ABOUT THE EDUCATION: A DIALOGUE WITH IMMANUEL KANT

### **Abstract**

This article aims to present a dialogue between the literature that permeates the theme between the philosophers Jürgen Habermas and Immanuel Kant, and their contributions to thinking about the field of Education. It is characterized by a bibliographic study, based on the analysis and interpretation of the proposed theme. Are pointed out some relevant approximations between the Habermasian perspective and Kantian thought, especially with regard to basic concepts such as emancipation and knowledge, appropriating the meanings and interpretations discussed in the listed bibliographic works. From the dialogue exposed, we understand the

contributions of communicative assumptions to the educational field, in the area of continued training of education professionals, thus leading to social justice expressed through teaching-learning processes, guaranteeing the preparation of education professionals based on the conception of a teacher who reflects, researches and learns from the collective, aiming to meet the needs of his students.

**Key-words:** Jürgen Habermas. Education. Immanuel Kant.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o advento da modernidade novas formas de pensar a racionalidade no mundo contestaram as antigas visões filosóficas de universalização do conhecimento nos quais provocaram um reducionismo da razão. Através da crítica ao positivismo lógico, racionalismo crítico e construtivismo metódico, no século XX autores importantes contribuíram para o campo das ciências sociais ao basearem suas propostas teóricas na concepção de aproximação crítica e reflexiva entre a teoria e a prática.

Neste sentido, toma-se enquanto objetivo geral de estudo apresentar um diálogo entre a literatura que perpassa a temática entre os filósofos Jürgen Habermas (2012) e Immanuel Kant (1996), e suas contribuições para pensarmos o campo da Educação. Para isso, fundamenta-se na pesquisa bibliográfica por possibilitar a elaboração de um panorama do tema proposto, sendo este um “[...] movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico [...]” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).

## 2 O CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO DOS AUTORES

O filósofo Immanuel Kant (1996) ainda no século XVIII, atuou enquanto principal representante do projeto moderno, fundamentado “[...] na ideia de razão universal com o objetivo de promover a emancipação do homem” (CARVALHO, 2008, p. 2). Em sua obra "Crítica da Razão Pura" (1787), argumenta sobre a relação estabelecida no processo de produção de conhecimento entre sujeito-objeto, inova as discussões deste campo do conhecimento em seu período.

De modo geral, Kant defendia uma nova forma de pensar o conhecimento, assim



Na concepção de Kant, a razão iluminista constitui-se, de fato, somente no diálogo público, pois só aí os participantes vêem-se submetidos à crítica radical, chegando, finalmente, a uma postura autocrítica. Portanto, só se pode pensar o caminho do progresso e da moralização através da produção de uma nova cultura (*Der Bildung und Kultur*) por intermédio da educação (*Erziehung*) (MORAIS, 2006, p. 22-23).

A partir deste pensamento Kant entende que inaugura um pensamento voltado para a Filosofia Transcendental, possibilitando um maior entendimento por meio da interação entre o sujeito e objeto de conhecimento, de modo que

O postulado para conhecer a realidade das coisas exige percepção, por conseguinte sensação da qual se é consciente, e isto não imediatamente do próprio objeto cuja existência deve ser conhecida, mas sim a interconexão do mesmo com qualquer percepção real segundo as analogias da experiência, as quais expõem toda a conexão real numa experiência em geral (KANT, 1983 apud MORAIS, 2006, p. 26-27).

Um dos pontos de divergência no pensamento entre Habermas e Kant, a respeito do conceito de entendimento, é que a educação, para Kant, é responsável pela moralização e emancipação para o sujeito (CARVALHO, 2008), para isso,

[...] a posição do sujeito que realiza uma intuição pura é fator decisivo para a produção do conhecimento sobre os objetos. É o a priori da enunciação que assegura ao sujeito provar os juízos sintéticos através da experiência com os objetos (MORAIS, 2006, p. 34).

Assim como outros integrantes da Teoria Crítica, Habermas parte da ideia de que o projeto para a modernidade elaborado pelos ideais iluministas teria provocado uma crise dos paradigmas na sociedade, o que teria resultado na falha do projeto emancipatório para a humanidade, e provocado o reducionismo da razão restrita a uma concepção instrumental do conhecimento (GOMES, 2007). Este momento teria se convertido em processos de barbárie que marcaram o século XX e XXI, sobretudo com o advento da Segunda Guerra Mundial que perseguiu os membros filiados ao Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt<sup>1</sup>, a qual Habermas fazia parte.

Ao propor o “paradigma da linguagem” enquanto fundamentação para a sociologia, acredita na possibilidade de emancipação dos sujeitos, ligada a uma

---

<sup>1</sup> O Instituto de Pesquisa Social ligado à Universidade de Frankfurt na Alemanha foi fundado por Felix Weil entre 1923-1924. Devido à perseguição do nazismo os membros se exilaram em diferentes países, fundando outros departamentos da Teoria Crítica em países como França, Estados Unidos e Suíça. O título, Escola de Frankfurt, foi dado, após a década de 1950, em especial por comentaristas, mas, principalmente pelos críticos dos intelectuais vinculados ao Instituto.

legitimação obtida por meio da democracia. Com isso, ele rejeita a concepção de “fim da história”, “[...] pois tudo indica que ainda não alcançamos a autonomia e a responsabilidade plenas, imanentes à linguagem” (ANDREWS, 2003, p. 144).

Assim, como apresentou a Frankfurter Schule (Escola de Frankfurt) ao inaugurar uma Teoria Crítica da Sociedade, os estudiosos sustentam seu pensamento “[...] a partir de um “novo paradigma” representado pela fusão do materialismo histórico com a psicanálise” (ALMEIDA, 2010, p. 32), concebendo a ciência sob uma perspectiva histórica, econômica e política. Neste sentido, enquanto herdeiro da segunda geração do pensamento frankfurtiano, Habermas critica a teoria positivista que busca explicar a existência de uma “consciência cientificista” da modernidade, e condiciona a teoria como algo a ser contemplado, alheio aos interesses práticos da sociedade, concebida pelo filósofo como “razão instrumental” (OLIVEIRA, 2016).

Ao aludir sobre os estudos de Horkheimer em sua obra Teoria do fascismo, Habermas (2012) acrescenta sua concepção sobre esse momento histórico, ao explicitar as formas como a racionalidade é cercada pela perspectiva cognitivo instrumental. Essa visão assume âmbitos da sociedade, a ponto de utilizar a revolta da natureza interna e subjetiva dos indivíduos, incorporando no sistema estrutural político-econômico da sociedade capitalista uma “dissolução da individualidade” (PETRY, 2011, p. 33). Nesse entendimento, o fascismo se expressa pela própria exploração da natureza subjetiva, a ponto de apelar aos grupos ou classes sociais, explorados pelos meios e técnicas de produção de massa, consideradas pelo filósofo “vítimas da razão instrumental”.

Assim, “Sob essa luz poderíamos descrever o fascismo como uma síntese satânica de razão e natureza - exatamente o inverso daquela conciliação dos dois pólos com a qual a filosofia sempre sonhou” (HORKHEIMER, 1967 apud HABERMAS, 2012, p. 636).

Portanto, Habermas (2012), ao elaborar sua teoria, parte da crítica à razão instrumental, já discutida por seus predecessores, como Adorno e Horkheimer. Por meio de sua filosofia, argumenta sobre a possibilidade de uma reconstrução da teoria crítica por meio da racionalidade comunicativa e concorda com Horkheimer que a racionalidade instrumental orienta-se “[...] por interesses subjetivos, os quais, quando transcendidos, dissolvem o caráter racional [...] pois não há uma razão

objetiva capaz de sustentar uma unidade de sentido, o que acaba por ameaçar a própria integração social” (PETRY, 2011, p. 31).

Tendo em vista este contexto, Habermas aposta na reconstrução do pensamento moderno (SILVA, 2017), a partir de uma Teoria do Conhecimento baseada na constituição do conhecimento através de interesses humanos que buscam um entendimento autorreflexivo através de processos comunicativos, assim este movimento conduziria os sujeitos ao caráter emancipatório, a partir de uma razão comunicativa da sociedade.

Para o filósofo,

Esse conceito de racionalidade comunicativa traz consigo conotações que, no fundo, retrocedem a experiência central da formação espontaneamente unitiva e geradora de consenso própria a fala argumentativa, em que diversos participantes superam suas concepções inicialmente subjetivas para então, graças a concordância de convicções racionalmente motivadas, assegurar-se ao mesmo tempo da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade de seu contexto vital (HABERMAS, 2012, p. 35-36).

Os filósofos (Ferdinand de Saussure, Roland Barthes, Jacques Derridá, Gilles Deleuze, Hayden White e Michel Foucault), durante o século XX, passaram a contestar a filosofia analítica que entendia o conhecimento empírico como objeto representado pela mente dos indivíduos.

Para isso, a “virada linguística” (linguistic turn) ou giro lingüístico

[...] desloca a centralidade do objeto ou das coisas representadas na mente (ponto de partida da lógica formal) para a linguagem e as palavras. Nesse caso, as palavras (a linguagem e o discurso) tornam-se a referência (o centro ou ponto de partida) das coisas. [...] A centralidade do conhecimento não está nas coisas, mas, no discurso que elaboramos sobre essas coisas (GAMBOA, 2009, p. 3-4).

Nesse caso, dentre os autores que irão influenciar o pensamento de Habermas estão Ludwig Wittgenstein, com a discussão dos jogos de linguagem e suas diferentes aplicações com o intuito de atingir um objetivo, e John Austin, com a teoria dos atos de fala que apresentou a aplicação desta pragmática, ao aludir que “[...] as expressões linguísticas adquirem seu significado no uso e na ação (FERREIRA, 2013, p. 129). Assim, ambos os autores contribuem para a orientação de uma perspectiva pragmática da linguagem e suas múltiplas formas. A linguagem “[...] é assumida como elemento cultural que possibilita a interação e o

compartilhamento de sentidos, normas, sem os quais não se pode pensar a vida em sociedade” (PASCOAL, 2010, p. 7).

Ao propor a construção de uma democracia deliberativa, Habermas (2012) compreende a intersubjetividade enquanto movimento chave para os processos comunicativos. Com isso, ele se distancia e critica aspectos da própria filosofia da consciência, na qual para o autor já se encontra esgotada. Assim, a racionalidade comunicativa pode ser compreendida em sua dimensão processual na medida em que falantes e ouvintes buscam entender-se sobre o mundo objetivo, social e subjetivo, a intencionar movimentos livres de coerções sobre as ações voltadas à superação por meio de consensos.

Na prática, estes processos de entendimento se dão pela via do discurso expresso pelos argumentos explícitos nos “atos de fala”<sup>2</sup> dos sujeitos, que por sua vez “desproblematizam” no plano discursivo a respeito da ação/prática. Contudo, não é qualquer discurso que se torna válido. Somente aquele aceitável que se apresente pertinente dentro de uma comunidade, que por sua vez, utiliza-se da ação comunicativa se movendo em direção aos entendimentos concebidos deliberadamente.

No caso de Kant (1996), sobretudo em seus escritos entre as principais divergências conceituais, nas quais Habermas irá criticar, diz do caráter subjetivista que estabelece com o conhecimento. De modo geral, para Kant o conhecimento era construído de forma a priori, caracterizando sua filosofia da consciência.

[...] somente pela intermediação de outros humanos podemos efetivamente ser educados, o que pressupõe que a educação é transmitida socialmente através de gerações, daí a idéia de processo de aprendizado: “A educação é uma arte cuja prática deve ser aperfeiçoada através de muitas gerações” (KANT, 1977 apud OLIVEIRA, 2008, p. 25).

No pensamento de Habermas, a filosofia da linguagem, sobretudo enquanto “dimensão da linguagem enquanto práxis social” passa a ocupar espaço sob “[...] uma nova forma de conceber o problema da relação entre sujeito e objeto, bem como sobre a construção do conhecimento” (MORAIS, 2004, p. 7).

---

<sup>2</sup> Fundamentado sobre os estudos de Austin e Searle, Habermas se apropria dos conceitos de “atos de fala” por compreender que toda expressão linguística, tem por si só uma “força ilocucionária” na qual expressa uma ação sob a pretensão de ser validada (GOMES, 2007).

## 2.1 JÜRGEN HABERMAS E A PROPOSTA COMUNICATIVA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

No projeto de emancipação da sociedade empreendido pelos iluministas, a educação se apresentava enquanto principal meio na garantia desse processo. Nesse sentido, assim como vinha criticando os pensadores da Teoria Crítica, bem como o filósofo que elencamos para o estudo, a educação acabou por se alienar aos interesses de um grupo, neste caso, a sociedade/classe burguesa.

No contexto brasileiro, as consequências desse processo se deram por uma série de ações, sobretudo no final do governo de Fernando Henrique Cardoso. Por meio da “reforma do Estado”, aos poucos, o setor empresarial foi tomando os espaços escolares, incentivando a competição e o tecnicismo, seja por meio de concessão de bônus, ou a flexibilização do sistema de concessão de gestão e *vouchers* por meio da atribuição de bolsas de estudos, expressos por meio da lógica “[...] de ‘standards’, ou expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições) [...]” (FREITAS, 2012, p. 383).

Para Pedro Goergen (2005), a questão da educação e a ética tem percorrido todo o passado histórico da civilização, até o pensamento moderno. Sendo o autor, os estudiosos da teoria crítica entendem a educação a partir de uma referência de “consciência moral” por meio da “[...] conscientização dos jovens e adultos a respeito da necessidade de transformações sociais e individuais que visem uma organização social mais digna e justa” (GOERGEN, 2005, p. 1001).

No campo da pesquisa educacional a abordagem comunicativa tem sido levantada enquanto tarefa complexa por acompanhar um movimento contrário aos em processos educacionais que engessam os sujeitos. Diferente de Kant (1996), Habermas (2012) não escreve diretamente para a educação, mas uma parte de suas concepções para emancipação e discussão sobre a produção de conhecimentos em grupo de forma democrática, chama-nos a atenção sobre o modo de pensar as problemáticas reais da sociedade contemporânea na qual vivemos e estabelecemos nossas relações.

Apesar da não objetividade em produzir alguma obra sobre educação Habermas, destaca pela produção de diferentes diálogos, há ensaios e obras de destaque que perpassam as diferentes fases de compreensão do autor sobre a

própria Teoria e, por vezes, reflexões que reforçam argumentos já colocados em obras no início da carreira. Assim como argumenta Andrews (2003, p. 131), “[...] não temos um contraste entre o Habermas jovem e o maduro, mas sim uma continuidade de uma linha central de argumentação”.

Segundo Gomes (2007, p. 23, grifos do autor), os estudos de maior ênfase na carreira, trazendo contribuições para a elaboração de sua teoria, distribuem-se nas seguintes fases:

[...] primeiramente, aos **estudos teórico-epistemológicos**, dos quais destacamos *Teoria e Práxis* (1962). *Sobre a Lógica das Ciências Sociais* (1967, 1970, 1982) e *Conhecimento e Interesse* (1968, 1973); uma segunda fase que compreende os **estudos pragmáticos**, da sua principal obra *Teoria do Agir Comunicativo* (1981) e *Consciência Moral e Agir Comunicativo* (1980, 1980) e uma terceira que é uma espécie de **retomada de toda sua obra à luz do significado epistemológico**, com *Verdade e Justificação* (2004).

Neste sentido, as obras de Habermas têm contribuído para diferentes campos de estudos, sobretudo a educação, proporcionando reflexões significativas, ao reconhecerem o autor enquanto representante da segunda geração da Escola de Frankfurt, interessado no aprofundamento na teoria crítica da sociedade. Dentre suas obras de maior relevância para a construção do que mais tarde seria a Teoria do Agir Comunicativo, em *Teoria e Práxis*, busca refletir sobre o cientificismo da modernidade e sua conseqüente “tecnocracia”. Para isso, conduz a uma filosofia cujos processos sociais “[...] devem poder ser compreendidos pelos sujeitos como resultado de sua consciência e vontade” (MELO, 2013, p. 20).

Já em *Conhecimento e Interesse*, crítica à visão objetivista sobre as ciências, Habermas concebe que a produção de conhecimento está diretamente ligada aos interesses que circundam determinada problemática. Assim, não existe “conhecimento desinteressado”, “[...] a teoria do conhecimento, [...] precisa ser inserida a partir da unidade entre conhecimento e interesse, sendo o interesse um a priori do conhecimento” (MEDEIROS; MARQUES, 2003, p. 150).

Os movimentos empreendidos na primeira fase contribuíram para dar suporte ao que viria mais tarde a ser a Teoria do Agir Comunicativo, que traz muitos dos argumentos utilizados nas obras anteriores. Por meio da crítica ao cientificismo moderno, bem como à racionalidade que se impõe ao longo desse processo, Habermas busca constituir e dar suporte à racionalidade comunicativa que, por sua

vez, contrapõe-se aos modelos totalizantes sobre o conhecimento, buscando compreender a racionalidade “[...] em sua dimensão processual na medida em que falantes e ouvintes buscam entender-se sobre o mundo objetivo, social e subjetivo” (MEDEIROS; MARQUES, 2003, p. 152).

Neste sentido, tem-se constituído no campo da educação “[...] uma coexistência de abordagens teórico-metodológicas que permitem tratar os problemas referentes aos processos formativos de múltiplas maneiras” (DEVECHI; TREVISAN, 2011, p. 411), assim a responsabilidade volta-se para o investigador, a quem caberá escolher a melhor abordagem teórica que contribua para a sua problematização. Como enfatizado anteriormente é na linguagem que Habermas (2012) encontra a possibilidade de desvincular a racionalidade instrumental, transformando-a em comunicativa, deste modo os consensos são sempre provisórios, pois podem ser modificados a depender das situações e pressupostos levantados para discussão pelos sujeitos de uma coletividade.

Quando falamos de racionalidade comunicativa, na visão de Habermas (2012), é considerar um processo de emancipação da razão humana superando os aspectos instrumentalistas e tecnicistas que alienam o “mundo da vida”, por meio do sistema capitalista neoliberal. Assim como outros autores importantes em que Habermas se apropria, aponta inspiração na perspectiva kantiana

[...] em superar um patamar educacional da mera subordinação e obediência a regras, coações e limitações auto-impostas em direção a um nível pós-convencional de autonomia moral (OLIVEIRA, 2008, p. 25).

Se pudéssemos apontar algumas aproximações no campo do conhecimento em que apresenta Carvalho (2008), diríamos que o entendimento de ambos os autores sobre a construção do conhecimento é ponto chave para entendermos seus pressupostos.

Assim,

[...] ambos os pensamentos se aproximam, quando os tomamos como teorias filosóficas comprometidas com a instituição de uma razão universal e o estabelecimento das bases normativas da constituição do sujeito e de seu desenvolvimento moral [...] a razão prática de Kant se transforma, em Habermas, em razão comunicativa, destrancendentalizando-se, materializando-se nas interações cotidianas, validando-se e revigorando-se nos procedimentos discursivos (CARVALHO, 2008, p. 3).



Apesar de diferentes períodos históricos vivenciados pelos autores, a emancipação por meio da educação é peça chave para a constituição do projeto de sociedade discutido pelos filósofos. Refletirmos sobre a necessidade de desenvolvimento de processos educativos críticos e comprometidos com as realidades e diferentes contextos em que se apresentam as culturas e sociedades, nos traz a possibilidade de pensar estes campos teóricos, como portadores de processos educacionais. Neste sentido, vemos na perspectiva habermasiana, um fundamento primordial que se adequa às complexidades dos diferentes grupos.

A razão comunicativa defendida pela filosofia de Habermas, está em busca de uma democracia deliberativa entre sujeitos de uma comunidade, pensada a partir de problemas reais e problematizada por vias teóricas de modo a transformar e organizar processos de conhecimento e entendimento da realidade. Com a Teoria do Agir Comunicativo de Habermas (2012), advogamos por uma racionalidade que supere explicações totalizantes sobre a sociedade, ao desconsiderarmos a existência de uma verdade absoluta, inferimos sobre as diferentes possibilidades de entendimento sobre o mundo.

Ainda na discussão sobre processos de conhecimento, sobretudo da produção do conhecimento, a Teoria do Conhecimento Habermasiana, como destaca-se em Conhecimento e Interesse (HABERMAS, 2014), tem possibilitado aos pesquisadores no campo da Educação conduzirem processos e análise de pesquisas. Para o autor, o conhecimento “[...] não é um mero instrumento de adaptação de um organismo ao entorno cambiante, nem é o ato de um ser racional puro inteiramente desligado dos contextos de vida como contemplação” (HABERMAS, 2014, p. 300). Indo adiante, Habermas denomina interesses como “[...] as orientações basilares que se prendem a determinadas condições fundamentais da reprodução possível a da autoconstituição à espécie humana, a saber, trabalho e interação” (HABERMAS, 2014, p. 299). Sendo assim, compreende-se que eles são a priori do conhecimento.

Nessa perspectiva, em sua teoria que configura-se como Teoria Crítica, Habermas “[...] elaborou uma tipologia do conhecimento científico a partir dos interesses e pressupostos filosóficos que comandam os processos cognitivos” (GAMBOA, 2018, p. 19). Sendo assim, observa-se que Habermas (2014) diferencia os interesses que constituem o conhecimento em três:

[...] falamos de um **interesse técnico ou prático** do conhecimento na medida em que os contextos de vida da ação instrumental e da interação simbolicamente mediada pré-formam, pelo caminho da lógica da pesquisa, o sentido da validade de enunciados possíveis, na acepção de que eles, caso representem conhecimentos, têm uma função somente nesses contextos de vida — ou seja, são tecnicamente empregados ou são praticamente efetivos (Habermas, 2014, p. 299, grifos nossos).

Finalmente, “[...] o interesse emancipatório depende, por sua vez, dos interesses pela orientação intersubjetiva possível da ação e pela disposição técnica possível” (HABERMAS, 2014, p. 319, grifos nossos). Por outro lado, Devechi (2008) ao aproximar o pensamento de Habermas sobre o conhecimento com a Educação, sintetiza os interesses da seguinte forma:

O **interesse técnico** está ligado ao trabalho e se sustenta na necessidade de sobrevivência material. O **interesse prático** se fundamenta na linguagem e tem como objetivo assegurar as relações sociais entre os indivíduos para criar um mundo comum. O **interesse emancipatório** está voltado para a necessidade de superar as formas de dominação sobre o homem (DEVECHI, 2008, p. 75, grifos nossos).

Assim sendo, os interesses orientadores do conhecimento, constitutivos da espécie humana, são três interesses. Esses interesses no processo de pesquisa, irão conduzir e orientar os enfoques epistemológicos, tanto nas ciências empírico-analítica, histórico-hermenêutica e crítica, respectivamente (HABERMAS, 2014). Deste modo, ao se debruçar nos interesses e enfoques utilizados no desenvolvimento de pesquisas, acredita-se ser possível analisar os processos de investigação com suas diversas metodologias.

Por outro lado, ao focalizar por exemplo as ações de elaboração e implementação de políticas públicas e a formação de docentes visando a emancipação dos sujeitos, encontra-se em Teoria e Práxis (Habermas, 2013), pressupostos que podem ajudar pensar em reconstruir e recuperar sentidos racionais que se fundamentam em perspectivas dialógicas, reflexivas e críticas ao olhar e agir sobre a realidade existente para tais ações.

No desenvolvimento dessas ações, pode-se fundamentar os movimentos para realização das mesmas ao assumir os pressupostos habermasianos, no que tange às funções mediadoras teoria-prática (HABERMAS, 2013):

A mediação entre teoria e práxis pode ser esclarecida apenas se, de início, considerarmos conjuntamente três funções que podem ser

medidas com base em diferentes critérios: **a formação e o aperfeiçoamento de teoremas críticos** que resistem aos discursos científicos; além disso, **a organização de processos de esclarecimento** em que tais teoremas podem ser aplicados e comprovados de uma maneira peculiar na dissolução de processos de reflexão em determinados grupos destinatários; e, finalmente, a escolha de estratégias mais adequadas, a solução de questões táticas e **a condução da luta política**. Trata-se de enunciados verdadeiros, na primeira dimensão; de discernimento verossímeis, na segunda; e de decisões prudentes, na terceira (HABERMAS, 2013, p. 69, grifos das autoras).

No entendimento e apropriação de alguns autores (SILVA, N., 2019; BRITO, 2021; SILVA, F., 2021), a partir da perspectiva habermasiana, nos processos de elaboração e implementação de políticas públicas na área da Educação e na formação de docentes, ao assumirem tais pressupostos, possibilita aos envolvidos processos teórico e práticos pela via da “autorreflexão organizada” (CARR; KEMMIS, 1988).

No momento da “formação e o aperfeiçoamento de teoremas críticos” (Habermas, 2013) os participantes e pesquisadores envolvidos nos processos de pesquisa, sobretudo que assumem metodologias em sua concepção emancipatória como a pesquisa-ação colaborativo-crítica, a partir da “escuta sensível” (BARBIER, 2007) dos envolvidos, apresentam seus contextos e desafios, além de suas necessidades e demandas, de modo que em conjunto e parceria construam e desenvolvam as ações. De modo geral, os envolvidos “[...] questionam suas próprias ações e como portam-se sobre elas, eles colocam em discussão os saberes já adquiridos e as demandas oriundas das práticas” (Silva, N., 2019, p. 138).

Na ocasião da “organização de processos de esclarecimento” (HABERMAS, 2013), os participantes e pesquisadores organizam e planejam o que será desenvolvido a partir do que foi apresentado em momento anterior no que tange às necessidades e desafios de seus contextos. Desse modo, “[...] a partir do consenso provisório sobre as demandas, objetivos e temáticas a serem estudadas, iniciamos, de forma mais sistemática, o processo de organização de aprendizagem, destacando que essa função perpassa todo o movimento constituído” (BRITO, 2021, p. 134).

Por fim, na situação da “condução da luta política” (HABERMAS, 2013), os envolvidos a partir de decisões ponderadas, desenvolvem o que foi organizado e planejado. Destaca-se que esse momento exige “[...] a seleção de estratégias

apropriadas para a resolução das questões e situações postas e para a condução da própria prática” (SILVA, 2021, p. 51).

Pensando nas contribuições e possibilidades da apropriação na mediação teoria e práxis a partir das funções mediadoras teoria-prática (HABERMAS, 2013), para pensarmos o campo da Educação, destaca-se que os desafios e demandas evidenciados são oriundos dos entendimentos e compreensões da prática.

Assim, ao conduzirem as organizações e planejamento das ações, essas são socialmente construídas e ordenadas por interesses de um coletivo. Ao atentar para a elaboração e implementação de políticas públicas na área da Educação e na formação de docentes, advoga-se por momentos de autorreflexão individual, colaborativa e crítica, em que haja participação e mediação de todos os envolvidos. Sendo assim, acredita-se que as ações focalizaram a mútua emancipação dos envolvidos e mudanças nos contextos educacionais e sociais.

### **3 CONCLUSÃO**

Este texto permite-nos apresentar diálogos entre a literatura que perpassa a temática entre os filósofos Jürgen Habermas e Immanuel Kant, e possíveis contribuições para pensarmos o campo da Educação. Jürgen Habermas apesar de em sua teoria não ter se debruçado sobre aspectos da educação formal (BANNEL, 2013), seu pensamento e teoria ajuda-nos promover diálogos e aproximações com questões da Educação no que tange a produção do conhecimento e emancipação dos sujeitos.

Para que possamos compreender os movimentos de apreensão e produção de conhecimentos, sobretudo no campo educacional, que leve em conta a racionalidade comunicativa de Habermas, é preciso mais que uma postura observadora e crítica de interpretação da realidade e as demandas que se colocam no mundo objetivo, necessita-se da participação do outro. Neste sentido, pode-se compreender que a racionalidade comunicativa enquanto perspectiva teórico-epistemológica de ver e interpretar o mundo, contribui enquanto meio de “[...] assegurar critérios de qualidade e de confiabilidade às pesquisas educacionais e ampliar a oportunidade de sucesso das produções nas práticas cotidianas” (DEVECHI, 2010, p. 270-271).

Assim, considera-se os pressupostos que os autores apresentam, como sendo uma colaboração para garantir justiça social, o acesso ao conhecimento historicamente acumulado, seja no campo da formação de profissionais da Educação e inclusão escolar. Por fim, destaca-se que a justiça social se dá nos movimentos de ensino-aprendizagem, por vias democráticas, que viabilize o acesso a uma educação em que os profissionais estejam preparados para atender as necessidades de todos os estudantes, neste sentido cabe-nos pensar uma formação fundamentada na concepção de um professor reflexivo, pesquisador e que aprende e se forma com e no coletivo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. **Uma análise da produção acadêmica sobre os usos da pesquisa-ação em processos de inclusão escolar**: entre o agir comunicativo e o agir estratégico. 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ANDREWS, Christina. Jürgen Habermas sobre revolução e fim da história. **Margem**, São Paulo, n. 17, p. 129-146, 2003.

BANNELL, R. I. **Habermas e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Tradução Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2007.

BRITO, Lucimara Gonçalves Barros. **A formação continuada de gestores de educação especial pela via do grupo de estudo-reflexão**: perspectiva crítica como possibilidade. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoría crítica de la enseñanza**: la investigación-acción en la formación del profesorado. Tradução de J. A. Bravo. Barcelona: Martinez Roca, 1988.

CARVALHO, C. F. **Conquista da liberdade e desenvolvimento moral**: um estudo comparativo entre os pensamentos de Kant e Habermas e suas implicações para a Educação. *In*: 33ª Reunião anual da Anped. Caxambu, 2008. Poster. 2008. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt17-4576-int.pdf>. Acesso em 05 jun. 2022.

DEVECHI, C. P. V. **Racionalidade comunicativa e a fundamentação da educação no contexto do pensamento pós-metafísico**. 2008. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

DEVECHI, Catia Piccolo Viero. A racionalidade comunicativa de Habermas e a possibilidade de crítica e objetividade na produção do conhecimento educacional empírico. **Linhas Críticas**, v. 16, n. 31, p. 259-273, 2010.

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; TREVISAN, Amarildo Luiz. Abordagens na formação de professores: uma reconstrução aproximativa do campo conceitual. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, p. 409-426, 2011.

FERREIRA, Mateus de Moura. A influência do giro linguístico-pragmático da filosofia no século XX para a política deliberativa de Jürgen Habermas. ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/UNICURITIBA, 22., 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Florianópolis: FUNJAB, 2013, p. 120-137. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/unicuritiba/livro.php?gt=92>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FREITAG, Bárbara. Habermas e a teoria da modernidade. **Cad. CRH.**, Salvador, v. 8, n. 22, p.138-163, jan/jun,1995.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 379-404, 2012.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2018.

GAMBOA, Silvio Ancízar Sánchez. **Reações ao giro linguístico**: o resgate da ontologia ou do real, independente da consciência e da linguagem. Porto Alegre: CBCE, 2009.

GOERGEN, Pedro. Educação e valores no mundo contemporâneo. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 983-1011, 2005.

GOMES, Luiz Roberto. **Educação e consenso em Habermas**. Campinas: Alínea, 2007.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. Tradução Paulo A. Soethe. Revisão Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, J. Teoria e práxis. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

HERMOSO, Borja. Jürgen Habermas: “Não pode haver intelectuais se não há leitores”. **EL PAÍS**, 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056\\_056165.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html) Acesso em: 05 jun. 2022.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Tradução: Francisco Cock Fontanela. Piracicaba: UNIMEP, 1996.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

MARCOS, Javier Rodríguez. Assim argumenta Habermas, 90. **EL PAÍS**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-05-03/assim-argumenta-habermas-90.html>. Acesso em: 05 jun. 2022.

MEDEIROS, Arilene Maria Soares de; MARQUES, Maria Auxiliadora de Resende Braga. Habermas e a teoria do conhecimento. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 5, n. 1, p. 1-24, 2003.

MELO, Rúrion. Apresentação a edição brasileira. *In*: HABERMAS, Jürgen. **Teoria e Práxis**. Tradução e Apresentação Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 11-20.

MORAIS, Carlos Willians J. Kant e Habermas: pressupostos epistemológicos de uma filosofia da educação. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)**, n. 3, 2004.

MORAIS, Carlos Willians Jaques. **Kant e Habermas: a relação sujeito-objeto e a construção do conhecimento**. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2006.

OLIVEIRA, I. A. **Epistemologia e educação: bases conceituais e racionalidades científicas e históricas**. Petrópolis: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, Nythamar. Democracia e educação: Kant, Dewey, Habermas. **Filosofazer** (impressa), v. 33, n. 2, 2008.

PASCOAL, Isaías. Habermas. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-15, 2010.

PETRY, Franciele Bete. **Além de uma crítica à razão instrumental**. 2011. Tese (Doutorado em Filosofia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SILVA, Amanda Fernandes da. **Diálogos formativos para práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil**. 2017. 124 f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

SILVA, Fernanda Nunes da; ALMEIDA, Mariangela Lima de. **A formação continuada de professores pela via de grupo de estudos-reflexão**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

SILVA, Nazareth Vidal da. **A gestão de educação especial e a formação continuada de rede municipal de ensino Marataízes/ES: a pesquisa-ação em foco**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de



Professores) – Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2019.

## A RACIONALIDADE COMUNICATIVA COMO PRESSUPOSTO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

**Allana Ladislau Prederigo<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
allana.prederigo@gmail.com

**Letícia Soares Fernandes<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
fernandesletss@gmail.com

**Mariangela Lima de Almeida<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
mlalmeida.ufes@gmail.com

---

### Resumo

O trabalho tem como objetivo geral evidenciar a formação continuada de profissionais da educação a partir das contribuições dos pressupostos habermasianos no tocante à racionalidade comunicativa. Advoga-se acerca da necessidade de pensar novas formas de realizar ações formativas com os profissionais da educação, que os tomem como autores da sua própria prática e sujeitos ativos de conhecimento, por meio da pesquisa-ação colaborativo-crítica e da ação comunicativa de Habermas. Constitui-se como um recorte de um trabalho de conclusão de curso, que teve como foco analisar a trajetória de um grupo de estudo-reflexão com gestores de educação especial no estado do Espírito Santo. Toma Jürgen Habermas como referencial teórico-epistemológico, a partir da Teoria da Ação Comunicativa e dos conceitos de racionalidade comunicativa e instrumental. Como metodologia de pesquisa tem a análise documental dos documentos relativos ao grupo de estudo-reflexão, tais como relatórios e transcrições. Os dados evidenciam a mudança de postura, concepções e práticas dos profissionais envolvidos ao longo dos anos. Os gestores puderam construir ações formativas tanto para os profissionais da educação que atuam nas suas redes de ensino, quanto para si mesmos, de modo coletivo e colaborativo.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Racionalidade Comunicativa. Pesquisa-ação. Educação.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação (PPGE/UFES).

<sup>2</sup> Mestranda em Educação (PPGE/UFES).

<sup>3</sup> Professora Doutora (CE/PPGE/UFES).

## THE COMMUNICATIVE RATIONALITY AS AN ASSUMPTION IN THE CONTINUING EDUCATION OF SPECIAL EDUCATION MANAGERS

### **Abstract**

This search had as main objective evidence the continuing education of professionals of education from contributions of presupposed habermasian about the communicative rationality. Defend about think necessity of new ways to make formative actions with professionals of education, to take writer them your own practice and active people of know, by means of critical collaborative action research and communicative action of Habermas. Constitutes final paper part, has focus to analyze the trajectory of a grup of study-reflection with education special managers of state of Espírito Santo. Take Jürgen Habermas as reference theoretical-epistemological, from communicative action theory and concept of communicative rationality and instrumental. As research methodology used document analysis of documents relatives a study-reflection group, like reports and transcript. The dices evidence the posture change, conceptions and practices professionals involved over the years. The managers can make formative actions for the professionals education who work in the schools, as well as for yourself, in collective and collaborative way.

**Keywords:** Continuing education. Communicative rationality. Action-research. Education.

### **1 INTRODUÇÃO**

Nas últimas décadas, vem sendo apontada a emergência da discussão acerca da formação continuada de profissionais da educação para melhoria da prática dentro dos contextos educacionais (PIMENTA, 2002). Isso se deve, pelo fato de a formação de professores no Brasil, historicamente ser pautada em uma visão do professor como um técnico, sendo seu espaço formativo esvaziado de teorização e criticidade, uma vez que a intencionalidade e o projeto de sociedade vigorado por muito tempo, era a de formação em massa da população a fim de gerar trabalhadores que pudessem realizar tarefas fabris, ideários que reverberam até hoje nas grades curriculares do ensino básico e superior (FERREIRA, BITTAR, 2006).

Em vista disso, o Grupo de Pesquisa, Formação, Pesquisa-ação em Educação Especial (Grufopees - CNPq/Ufes), tem se dedicado a investigar e promover processos colaborativos com redes de ensino capixabas, tomando justamente a temática da formação continuada de profissionais da educação. Neste sentido, o referido grupo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) realiza um trabalho colaborativo com Grupo de estudo-reflexão: Gestão de Educação

Especial do Estado do Espírito Santo (Gergees-ES), que já dura 10 anos. Visto o tempo de investigação com estes sujeitos, propõe-se a análise desse movimento, tendo como foco principal como estes concebem e tratam a formação.

Ressaltamos que a base metodológica que sustenta o Grufopees é a da Pesquisa-ação Colaborativo-Crítica. Esta vem se mostrando um caminho promissor para realização de redes colaborativas entre a universidade e as redes de ensino, onde se considera que todos os sujeitos envolvidos possuem conhecimentos importantes, que auxiliam na ressignificação dos seus contextos. Esta perspectiva é baseada principalmente em Carr e Kemmis (1988), e possui o princípio da participação de todos os envolvidos, o da reflexão sobre a prática e do contexto vivido e a transformação do locus, que é acarretado pelos dois primeiros pontos.

Como base teórica, corroborando com a metodológica, temos o filósofo Jürgen Habermas, em principal, a sua teoria do agir comunicativo e seu conceito de discurso, que baseiam as ações do grupo na busca da construção de espaços democráticos pela via dos grupos de estudo reflexão, onde buscamos promover as regras do discurso, principalmente no que se trata a inclusão de todos na busca da concretização do objetivo grupal (SILVA, 2019; ALMEIDA, 2010; HABERMAS, 2003).

Deste modo, para análise deste trabalho, que se constitui recorte de uma pesquisa maior, optamos pela metodologia de análise documental, que contou com a consulta de 219 documentos, sendo estes transcrições e relatórios de encontros e planejamento do grupo de estudo-reflexão, vídeos produzidos com os participantes, questionários e diários de campo.

Para este momento, nos apoiamos principalmente nas ideias de racionalidade instrumental e racionalidade comunicativa em Habermas. Compreende-se a racionalidade como “uma disposição de sujeitos capazes de falar e agir. Ela se exterioriza nos modos de comportamento para os quais, a cada caso, subsistem boas razões. Isso significa que exteriorizações racionais são acessíveis a um julgamento objetivo” (HABERMAS, 2012, p.56).

Com base na obra *Conhecimento e Interesse* (HABERMAS, 2011), elucidamos que a racionalidade instrumental é um tipo de racionalidade que vai se concentrar na obtenção e sucesso de uma ideia ou um objetivo predeterminado. Tem-se então, uma lógica de pensar-se os meios apenas para obtenção de um fim.

Nesse sentido, prevalece uma ação estratégica, privilegiando a eficiência, mesmo que esta acarrete a submissão dos sujeitos ou da natureza durante o processo.

A racionalidade comunicativa está em contraponto à racionalidade instrumental na medida que se posiciona a partir da busca pela igualdade, na democracia, na compreensão mútua e nos consensos. Nesse sentido os sujeitos estabelecem uma relação de igualdade e cooperação para se chegar à resolução de objetivos em comum. Acredita-se que este tipo de racionalidade possa promover a emancipação humana, devido ao seu princípio de liberdade e igualdade que se dá por via do discurso e da argumentação (HABERMAS, 2012).

Compreendemos que a racionalidade instrumental encontra-se presente nas diferentes nuances da vida, seja na política, na economia, bem como em outros campos de saberes e ação. Na formação continuada de profissionais da educação, que é nosso foco de estudo, visualizamos a prevalência desta racionalidade, percebe-se que em vistas de um alcance maior de profissionais, são implementadas formações continuadas pensadas por pessoas de fora do contexto escolar, muitas vezes são pacotes prontos, preparados para serem disseminados em contextos distintos, sem considerar a real necessidade dos educadores ou sua opinião e saberes (ALMEIDA, BENTO, SILVA, 2018).

Esse movimento acaba por acarretar uma dicotomia entre teoria e prática dentro do contexto educacional, prejudicial à identidade profissional docente, à criatividade do educador e ao trabalho colaborativo. Tudo isso sem dúvida reflete nas práticas pedagógicas e no aprendizado dos alunos (NÓVOA, 2007). Por isso, acreditamos que experiências como esta desenvolvida pelo Grufopees, que terá seu movimento apresentado a seguir, são importantes para evidenciar uma outra lógica de se fazer formação, no intuito de que estas possam servir de relato para desenvolvimento de novas possibilidades que resultem na melhoria deste processo.

## **2 A RACIONALIDADE INSTRUMENTAL**

O trabalho com o grupo, se inicia no ano de 2013, com um grupo de profissionais que já havia participado de um projeto de extensão na UFES, deste modo, alguns pesquisadores envolvidos no movimento anterior buscaram compreender possíveis desdobramentos do projeto nos contextos capixabas onde os participantes atuavam e também auxiliar os sujeitos em suas novas demandas.

Nesse sentido, observa-se que nos primeiros anos de trabalho do grupo é notável que a demanda trazida pelos gestores e técnicos era a de realizar formações de modo acelerado para atender as necessidades de suas regiões. Dada essa solicitação, muitas de suas falas e sugestões de trabalho indicavam uma racionalidade instrumental, que demonstra um modelo de conhecimento positivista e técnico, tratando o conhecimento como estático e hierárquico.

Nesse momento, compreendemos que os participantes tinham a conceituação de que teoria e práxis são esferas separadas nos processo de ação dos profissionais, assim, as formações ofertadas não deveriam dar espaço para que os profissionais se colocassem, mas sim apenas ouvissem e recebem as informações passadas e necessárias a sua atuação, se configurando então, em um agir estratégico.

Nos anos de 2013 e 2014 a participação dos gestores e técnicos das secretarias municipais e superintendências regionais de educação demonstraram indícios que estes estavam nesse processo formativo entendendo serem apenas participantes de uma formação ofertada pela Universidade, ou seja, sem serem ativos no processo. Esta postura mediante ao grupo, nos revela que esses participantes estavam acostumados com formações engessadas, muitas vezes em formatos de palestras, onde não se valoriza a participação dos profissionais.

A fala a seguir de uma gestora do município de Castelo exemplifica esse contexto, ela relata que ao chegar para a formação já esperava apostilados e algo determinado. Mesmo com esta primeira idealização, um fato muito interessante, que se apresenta em seu discurso é como ela demonstra que mesmo sendo surpreendida pela nova perspectiva, considera como algo bom e necessário.

Tudo aquilo que tínhamos como verdade fechada de formação, deve ressaltar que no início do nosso trabalho pensávamos que chegaríamos aqui e teríamos algumas apostilas com uma série de conteúdos já formatados para que fossemos estudando, ou seja, com caminho traçado. Precisamos neste percurso desconstruir alguma coisa, que tínhamos como verdade enquanto processo de formação continuada [...] (GESTORA DE CASTELO, SEMINÁRIO DE GESTÃO, 2014).

Nóvoa (1992) nos permite refletir sobre a necessidade de se promover a ideia de professores críticos, pesquisadores e produtores de conhecimento, o que sem dúvidas, é válido também para os gestores de Educação Especial. Assim, deve-se ter o investimento nas formações desses indivíduos em estimular esses pontos,

trazendo uma autonomia nesse processo. Ainda é preciso dizer que por se tratar de um profissional que tem por função planejar a formação continuada das redes de ensino, muitos não possuíam uma formação específica para a sua função. Essa relação de estarem presentes como apenas participantes ouvintes da formação, pode ser vista na seguinte fala:

Realmente vocês têm que fazer um trabalho com os gestores, tá? Porque por exemplo, infelizmente eu não estou vendo o meu município representado aqui na reunião hoje [se referindo a Jerônimo Monteiro] (GESTORA DA SRE CACHOEIRO, TRANSCRIÇÃO DO GERGEES-ES, 2013).

Destacamos essa fala pelo entendimento de que a sua formação e de seus pares está sob responsabilidade de outra pessoa, nesse caso, dos docentes da universidade, trazendo um conceito de hierarquização do conhecimento. Por outro lado, a fala pode ser interpretada no sentido de demonstrar a importância de se fazer um trabalho com os gestores, para que, de forma colaborativa, exista um processo formativo que auxilie no seu trabalho. De qualquer modo, nos dois ângulos observados, podemos inferir a negligência diante dos processos de formação continuada dos gestores de Educação Especial.

Essa colocação reforça mais uma vez o argumento posto por autores da área que defendem a formação continuada dos gestores como possibilidade para melhorias sociais. Nessa linha, Nóvoa (1992, p. 28) diz que “[...] é preciso trabalhar no sentido da diversificação dos modos e das práticas de formação, instituindo novas relações dos professores com o saber pedagógico e científico”, principalmente ao considerarmos que a formação do educador se alimenta “[...] de modelos educativos, mas asfixia quando se torna demasiado (educado)” (p.28).

Dando continuidade ao raciocínio, os sujeitos envolvidos almejavam, em um primeiro momento de constituição do grupo, a construção de propostas em larga escala, envolvendo um número elevado de profissionais para suprir essa demanda cobrada pelo município e, nesse sentido, não olhavam para sua própria formação continuada como potenciadora de melhoria na elaboração de propostas.

Entendemos, entretanto, que a racionalidade instrumental, presente nas formações continuadas e nos discursos dos profissionais do grupo, se trata de um



viés advindo da própria formação inicial e das políticas governamentais que regem as estruturas educacionais, sociais e econômicas. Muitos estudos nos ajudam a entender essa questão, na medida em que evidenciam como o professor, no modelo capital neoliberal é visto como capital humano e nessa perspectiva o homem vale pela sua capacidade de produção de trabalho, gerando assim maiores resultados que podem ser aproveitados pelo próprio homem ou por quem o emprega (SCHULTZ, 1973).

As autoras Miguel e Vieira (2008) realizam um estudo sobre as influências, investimentos e concepções acerca dos projetos e programas que são financiados e apoiados pelo Banco Mundial, sob a lógica do neoliberalismo. Verificam que a nova política social, que tem ações voltadas para grupos específicos da população em geral, como os grupos sociais de baixa renda, direcionou o sistema educacional para as demandas do mercado de trabalho e fez com que os professores começassem a realizar sua formação continuada no próprio serviço ou em cursos à distância. De acordo com elas, na lógica neoliberal, a formação em serviço se constitui em uma “[...] forma mais barata e eficiente de formar profissionais para a educação” (MIGUEL; VIEIRA, 2008, p. 137).

Portanto, as autoras supracitadas nos ajudam a entender como o profissional da educação, principalmente nas políticas educacionais financiadas pelo Banco Mundial ou por outras instituições privadas, é tomado como um capital humano, que deve ser formado sob uma ótica técnica e instrumental, para atender as demandas mercadológicas. Nesse sentido, as formações continuadas em serviço, esvaziadas de teorias, se modelam na tentativa de serem mais rápidas e mais baratas, de formarem profissionais capacitados para seguirem modelos previamente definidos em sua atuação (SCHULTZ, 1973; MIGUEL, VIEIRA, 2008).

Sobre essa questão da necessidade de se fazer formações para atender as lógicas do modelo capitalista, que como vimos está tão presente nas políticas governamentais, as falas a seguir da gestora do município de Santa Maria de Jetibá e da gestora da SRE de Guaçuí nos relatam sobre a angústia e necessidade de atender às demandas do sistema, corroborando o que vimos com os autores anteriormente:

[...] que a gente não conseguiu avançar ainda foi na questão da formação. Primeiro porque Santa Maria está sempre cheio de formação disso e daquilo, mas nunca abre espaço para a gente estar colocando a temática da

Educação Especial, sempre tem uma desculpa. [...] aí tem agora um programa do Governo Federal que a gente tem que está fazendo com emergência, com urgência né, porque senão a gente vai perder a verba, vai acontecer isso e aquilo [...] (GESTORA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, TRANSCRIÇÃO DO ENCONTRO NA SRE AFONSO CLÁUDIO, 2013).

Em nosso contexto de atuação temos a exigência de articular momentos de formação continuada em serviço de profissionais da educação em nosso sistema de ensino (GESTORA DA SRE DE GUAÇUÍ, QUESTIONÁRIO, 2013).

Vemos novamente as formações idealizadas a partir da racionalidade instrumental, gerando processos formativos que servem como processos de dominação por serem utilizados sob interesses de outrem, mais uma vez afirmamos que quando concebemos a formação continuada como um processo apenas para suprir demandas e para qualificar o maior número de profissionais possíveis em um menor tempo e com custo baixo, estamos falando de uma perspectiva técnica ou instrumental de formação. Essa perspectiva não possibilita ao profissional uma reflexão sobre a práxis, não dialoga com suas realidades e não possibilita que esse educador seja transformador de suas práticas e conseqüentemente dos espaços em que está inserido.

No ano de 2013, ao avaliar o processo formativo vivido, as gestoras das SREs de Cachoeiro de Itapemirim e Afonso Cláudio nos trazem duas questões importantes, sendo estas sobre a reflexão das formações ofertadas com base na racionalidade instrumental em seus municípios e a participação no grupo da UFES:

São oferecidas algumas formações em meu município, porém muitas com palestras técnicas já pré-estabelecidas. Já iniciamos modificações em nosso contexto de atuação derivadas dos estudos e análises dos encontros na UFES (GESTORA DA SRE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, QUESTIONÁRIO, 2013).

Todos participantes terem que apresentar algo (sinto falta da fala de todos os cursistas – tenho a impressão que estão ali somente para preencherem a vaga) (GESTORA DA SRE DE AFONSO CLÁUDIO, QUESTIONÁRIO, 2013).

Tomando a fala da gestora da SRE de Afonso Cláudio, levanta-se a questão da produção de certificados. Considerando a pesquisa realizada por Santos (2011), pode-se compreender o vínculo da formação continuada com o processo de atualização do professor frente às necessidades da sociedade contemporânea, o que contribui para crescimento do número de ações e programas de formação continuada que cumprem “[...] a tarefa de simplesmente certificar os professores

e/ou preencher lacunas de uma formação inicial considerada insuficiente” (SANTOS, 2011, p. 10).

Todos os pontos apresentados até o momento emergiram da discussão e estudo no grupo, a partir das demandas trazidas pelos participantes, que cada vez mais se sentiam parte de uma comunidade e à vontade para levantar suas problemáticas profissionais, que de certo modo eram compartilhadas e aceitas pelos outros sujeitos. Assim, pensando em seus contextos e em outros com realidades próximas, foi-se construindo momentos reflexivos que passaram a impactar na práxis dos envolvidos.

### **3 A RACIONALIDADE COMUNICATIVA**

A partir do ano de 2015, pudemos compreender uma mudança significativa da racionalidade dos gestores ao falarem e fazerem formações em seus locais de atuação, mudanças que já apresentavam indícios nos anos anteriores, mas que aparecem com muita força nos anos posteriores (2015-2021), podemos averiguar essa afirmação na seguinte fala:

Eu sou do setor de formação em articulação com o setor de Educação Especial. Mas nós estamos vivendo essa transição paradigmática e há uma disputa de narrativa do conceito de formação continuada, porque naquele tempo histórico a formação era um movimento que como se ensinasse o professor coisas de educação, vamos canalizar toda a nossa energia né, ali, mas ao longo deste tempo nós fomos entendendo que foi necessário haver uma política de formação continuada e aí é muito diferente quanto eu articulo à condições legais, porque hoje nós temos a legislação, nós temos leis, o plano nacional, o plano municipal né?! Os municípios têm o PPA, toda uma articulação pensando nos profissionais e a formação está ali, é um dos pontos como a remuneração de carreira e enfim, então vivemos uma disputa de narrativas (SUBGERENTE DA SEDU, TRANSCRIÇÃO DO GERGEES-ES, 21/03/2019).

Essa disputa narrativa sobre a formação continuada, a qual a subgerente da SEDU se refere em sua fala, vai exatamente ao encontro quando trazemos aqui diferentes perspectivas de concepções nos contextos escolares. Entendemos que a educação é um pilar muito importante na sociedade, pois a partir dela podem ser revistos os âmbitos políticos, econômicos e sociais, por isso o controle da educação convém a muitos e atende a interesses externos.

Assim, retomando o desenvolvimento do discurso da representante da Sedu, muitas questões estavam e ainda estão em disputa no contexto educacional e o conceito de formação a que ela se refere, dependendo de como é pensada e posta em ação, pode mudar os panoramas e impactar os alunos dentro e fora de sala de aula.

A continuidade de práticas e formações continuadas desconexas com a realidade e que não se conectam com os anseios e vivências dos profissionais, se desdobra no desinteresse e ineficácia das mesmas, tornando o investimento em vão. À medida que os responsáveis por ofertar essas atividades vão tomando consciência disto, podem buscar ressignificar tais propostas, tendo como ponto de partida e chegada o próprio profissional, pois é ele que está dentro da escola, fazendo a mediação direta com os alunos.

No que tange a questão das metodologias das formações continuadas ofertadas pelos municípios participantes do Gergees, nos encontros os gestores relatavam como eram pensadas por eles e pelos profissionais de suas redes e como essas metodologias foram mudando com o tempo. Na fala a seguir, a gestora do município de Vitória faz uma explanação da formação que a equipe da Secretaria estava pensando para aquele ano de 2019:

O que a gente também avaliou do ano passado para esse ano é que as formações elas tinham muito caráter de palestra era 100, 120 pessoas dentro de um auditório e aquilo se perdia, a questão do diálogo, da escuta sensível, essa troca não acontecia e ficava muito no formato de palestra e aí então também em uma autoavaliação nós decidimos esse ano dos 5 encontros 2 serem em formato de palestras com temas mais amplos e convidados de fora [...] E dos outros dois encontros acontecerem em grupos menores, que a gente está chamando de subgrupos [...] (GESTORA DE VITÓRIA, TRANSCRIÇÃO DO GERGEES-ES, 14/05/2019).

Nesse processo, inferimos que o grupo entende que a formação continuada em formato de palestra acaba por não proporcionar diálogos, escuta sensível, por não haver uma troca entre os participantes e por haver um número elevado de pessoas participando. Entendemos assim, que formações em formatos de palestras têm caráter instrumental e técnico, que inviabilizam a reflexão e a crítica sobre a própria prática, mas que é um modo de aprendizado, que deve ser realizado, mas não pode ser o único meio para realizar formações.

Esse olhar da gestora é significativo uma vez que nele, ela demonstra que acredita nas formações com grupos menores, assim como também revela um olhar

crítico acerca da própria prática. Tem-se aí, a importância da experimentação de outras/novas formas de formação continuada, onde a partir da vivência os membros são encorajados e se sentem seguros em pensar em diferentes perspectivas, que rompem com modelos instituídos em nossa sociedade, em busca de uma relação mais democrática com seus pares que trabalham em outros setores escolares.

Outra fala para nos corroborar nesse sentido, é a da técnica do município de Santa Maria de Jetibá, que fala sobre a cobrança - e também transformação - dos próprios profissionais de suas redes em relação às formações ofertadas pelo município.

Quando a gente começou a formação eles nos cobraram o tempo todo “mas vocês não vão dar nada? Vocês não vão dar apostilas para a gente?” Então até hoje ainda tem disso, mas melhorou bastante, inclusive no final desta formação quando a gente levou alguns estudos de caso para eles estarem lendo, estudando e sentando junto e pensando estratégias e possibilidades para aquele aluno dentro da sala de aula (TÉCNICA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, TRANSCRIÇÃO DO GERGEES-ES, 27/03/2019).

Nesse sentido, acreditamos que seja papel do formador proporcionar espaços-tempo diferentes para seus profissionais, apresentando novas possibilidades de ações formativas, entendendo que, assim como os estudantes não aprendem de maneira homogênea, os professores e demais profissionais também constroem conhecimentos de diferentes formas.

Precisa-se, portanto, de proporcionar diversas formas para que o educador possa ser formado de maneira integral. Imbernón (2009, p. 37) nos alerta que devemos nos “opor frontalmente a toda manifestação explícita ou oculta da racionalidade técnica que, com outros nomes e procedimentos, nos leva de volta ao passado”. Para Habermas (2012), esse modelo de racionalidade subsidia um agir estratégico orientado para alcançar um objetivo determinado, normalmente baseado em interesses individuais. Como apontado pela técnica, precisamos que nossos profissionais estejam pensando em ações e possibilidades em conjunto.

Outra problematização é feita, agora pela gestora de Santa Maria de Jetibá, primeiro dizendo o termo “capacitação” para conceituar “formação continuada”, que não é usado no município e segundo levantando a questão de trazer pessoas que não conhecem a realidade da rede para dialogar com os profissionais:

Então o que ele está falando aqui, muitas vezes nós nos preocupamos com a formação, com a capacitação que é um termo que a gente aqui nem usa... é aquilo que a gente estava falando, eu vou lá dar a formação, uma palestra e eu trouxe aquilo que eu sei. É aquilo que a [gestora de Marilândia] traz, quando você dá a oportunidade do professor falar, expor a sua prática. Dar esse empoderamento a eles muitas vezes vai surtir um efeito muito maior, muito mais denso e é o que ele traz aqui, do que você trazer alguém que vem de fora, que não está alí implicado naquele cotidiano, naquela prática do dia a dia, então vai ter um embate maior mesmo que esse fazer dos pares, que é aquela troca entre os pares (GESTORA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, TRANSCRIÇÃO DO GERGEES-ES, 23/10/2019).

De acordo com Silva e Castro (2008), a formação continuada sob o formato de capacitação, permite ao professor tornar-se capaz, habilitar-se, convencer-se, formato este que dialoga apenas com as questões práticas do cotidiano e apresenta um déficit na relação com as questões teórico-metodológicas. Desta maneira, na fala da gestora ainda é apresentada a potencialidade de trazer outros modos de pensar ações formativas, proporcionando momentos de fala, de empoderamento e de troca entre os pares.

Sobre esse ponto de empoderamento dos sujeitos, de pensá-los como autores do seu próprio processo formativo, capazes de transformar a própria prática por meio da reflexão e da ação, a técnica do município da Serra problematiza:

A gente precisa realmente voltar para a base, nós precisamos lá na Serra e a [gestora de Serra] concorda com isso, que os gestores estejam mais embasados nesse tipo de trabalho. Porque se não a gente divide os grupos, mas eles não sabem realmente qual é o rumo que vai tomar, por mais que a gente tenha planejado essa questão da ideologia que foi colocado agora, isso embasa o tempo todo o nosso trabalho, então... se você não estiver preparado para mudar mesmo, pensar na professora enquanto dona daquele espaço de formação, que vai gerenciar a sua aprendizagem, aí não vamos avançar (TÉCNICA DA SERRA, TRANSCRIÇÃO DO GERGEES-ES, 14/05/2019).

Como já mencionado, a metodologia do Gergees está alicerçada em uma pesquisa-ação colaborativo-crítica, na qual os participantes são inseridos no processo de indagação autorreflexiva, levando-os a se questionarem sobre as contradições existentes nos atos educativos e sociais e, conseqüentemente à compreensão e à ressignificação das suas práticas (CARR; KEMMIS, 1988). Nessa metodologia, os sujeitos envolvidos vão se constituindo em pesquisadores de suas próprias práticas, produzindo conhecimentos com os seus pares, de forma colaborativa e crítica.

É nesse sentido que corroboramos os integrantes do Gergees no sentido de dar voz e de conceber os profissionais das suas redes como coautores dos seus processos formativos, uma vez que concebemos os próprios gestores como pesquisadores e transformadores de suas práticas. Para isso, nos pautamos em Habermas (2012), pois julgamos que a emancipação dos sujeitos se dá pela via do conhecimento.

Por esse ângulo, no final do ano de 2017, as integrantes da equipe do setor de Educação Especial do município de Marataízes que já faziam parte do Gergees, manifestam o seu desejo de estar junto com a Universidade pensando no plano municipal de formação na perspectiva da inclusão escolar. De acordo com Bento (2019), a colaboração entre Rede Municipal e Universidade, “tem suas bases na experiência da força emancipatória da autorreflexão na perspectiva da teoria da ação comunicativa (HABERMAS, 1987)” (p. 129) “e a interlocução entre os pesquisadores, sem imposições, extorsões ou manipulações, remete ao que Habermas (2012) denomina de entendimento mútuo” (p. 130).

Sobre esse movimento que foi realizado nos anos de 2018 e 2019, a técnica do município nos conta que houve um momento de voltar às ações estabelecidas a fim de refletir sobre elas. Isso é o que chamamos de espiral cíclica de reflexão-ação-reflexão (CARR; KEMMIS, 1988), presente na pesquisa-ação colaborativo-crítica à qual estão alicerçados o Gergees e o próprio movimento dos grupos de estudo-reflexão de Marataízes.

Então hoje a gente volta no segundo momento reavaliando aquela situação e já vendo outras possibilidades para esse trabalho, então isso foi bem bacana a possibilidade de a gente apostar e fazer, agora faz a reflexão, faz a avaliação dando a oportunidade de fazer novamente e continuar com essa formação. Então o movimento formativo lá é esse, quando foi feito a primeira vez no município eu pensei: nós temos que responder isso com vários processos de formação, porque como as meninas colocaram é o PNAIC que tem a formação pela escola, são outras formações que vem pelo PAE, que vem pelo FMDE, que vem pelo MEC, eu digo assim, estaduais e federais que também estão na rede, mas eu digo assim, como um projeto pensado e construído coletivamente com o núcleo da secretaria de educação hoje a gente tem com o Grufopees e com a [coordenadora do grupo]. (TÉCNICA DE MARATAÍZES, TRANSCRIÇÃO DO GERGEES-ES, 14/05/2019).

As potencialidades apontadas pela gestora dessa formação em parceria com a Universidade estão presentes também em diversas outras falas dos integrantes do Gergees, acreditamos que essa potencialidade se dá pela via do agir comunicativo,



que possibilita, por meio do diálogo, da livre fala dos integrantes e do poder de argumentar, um entendimento mútuo forte, no qual não basta que o outro aceite os argumentos levantados sem questionar, mas sim entenda realmente as pretensões de validade dos atos de fala (HABERMAS, 2004).

Ainda seguindo esta lógica da racionalidade comunicativa, a técnica do município de Cariacica nos fala da metodologia abordada durante o período de pandemia no ano de 2020, em que essa vontade de se fazer uma formação continuada com bases no agir comunicativo esteve presente. Mesmo diante das dificuldades impostas, a equipe do município encontrou modos de se pensar essa formação de forma mais próxima da realidade de cada profissional:

A gente pensou em grupos menores exatamente para propiciar a oportunidade de capturar as vozes dos profissionais de forma mais próxima e efetiva, mas nós acabamos que tivemos que fazer algumas modificações né, os nossos encontros passaram a ser online. E até como falaram no início, a questão da iniciativa das lives foi muito inspiradora para a gente também, porque no momento que o grupo passou a investir nessas questões da live, acabou também servindo de inspiração para a gente no município. E foi assim, uma experiência riquíssima! (TÉCNICA DE CARIACICA, TRANSCRIÇÃO DO GERGEES-ES, 11/12/2020).

Para Bannell (2006), o agir comunicativo é o meio pelo qual temos mais chances de desencadear processos de aprendizagem, tanto no nível coletivo quanto no nível individual, pois é pela via da comunicação que a racionalização da sociedade alcança seu nível mais avançado. Assim, de acordo com Almeida (2010), Habermas acredita que os argumentos são meios pelos quais o reconhecimento intersubjetivo de uma pretensão de validade de um proponente, pode ser transformada em conhecimento.

Nesse sentido, acreditamos que para que uma formação continuada voltada para a inclusão escolar dos alunos PAEE tenha uma efetiva transformação da realidade dos profissionais das escolas e dos gestores da Secretaria de Educação, ela deve ter caráter reflexivo crítico. Para Almeida (2010, p. 55) “é pela crítica, entendida como autorreflexão que os momentos ocultos distorcidos pelo processo histórico do conhecimento, podem ser recuperados, reelaborados e conscientizados”.

Quando questionada sobre qual o conceito de formação continuada que havia nas ações instituídas em seu município, a gestora de Cariacica nos responde:

A formação continuada hoje, ela tem assim, uma perspectiva crítica, porque a gente tem um tempo todo revisitando ações passadas e trazendo os resultados e pensando o hoje, então tem uma perspectiva crítica. Ela é a partir do movimento que é feito lá na escola, então envolve também a questão das ações, que são propostas lá na escola e nós levamos os resultados pra trabalhar em cima daquilo que realmente eles esperam, as possibilidades (GESTORA DE CARIACICA, TRANSCRIÇÃO DO GERGEES-ES, 10/03/2020).

Entendemos, portanto, que a gestora compreende que uma perspectiva crítica de formação é justamente aquela onde estamos a todo o tempo revisitando ações realizadas, refletindo sobre os resultados, para pensar quais as próximas ações serão realizadas. Mais que isso, ela se dá a partir das ações que são realidades dentro da escola, das possibilidades que os seus profissionais apontam, das expectativas levantadas por eles.

Compreendemos então, que o grupo de estudo-reflexão, se mostrou durante o movimento de 10 anos como um espaço seguro para reflexão da práxis dos participantes, e mais que isso, um local que promove autonomia, que reverberam em outros contextos, como os das redes de ensino.

### **3 CONCLUSÃO**

Retomando o objetivo geral deste trabalho, podemos indicar que nos primeiros movimentos do Gergees, prevalecia uma lógica racional instrumental acerca da formação continuada de profissionais da educação por parte dos sujeitos envolvidos na investigação. Percebe-se esta concepção tanto nas falas, quanto nas intencionalidades explicitadas no decorrer dos encontros, onde os participantes demonstravam em muitos momentos o desejo de realizar formações em grande escala em seus municípios de atuação, para atender à cobranças de seu setor, sem refletir sobre as necessidades formativas dos profissionais de suas redes ou mesmo sobre as suas próprias necessidades formativas .

A medida em que os estudos foram acontecendo e o trabalho entre rede de ensino e universidade foi se tornando mais colaborativo, os momentos vivenciados pelo grupo se tornaram um local em que todos os participantes se sentiam à vontade para exporem suas realidades e argumentos, nesse sentido, esse momento auxiliava na promoção de momentos reflexivos, que ao serem dialogados em grupo, podiam ser ressignificados.

A partir do ano de 2015, pode-se ver com maior latência a prevalência de uma racionalidade comunicativa, em que os profissionais passaram a enxergar seu próprio processo formativo como importante, procurando abrir espaços de formação para si mesmo e sua equipe, para proporcionar melhores momentos formativos para os profissionais que trabalham dentro das redes básicas de ensino. Isto fica mais uma vez evidente quando começa-se a ver indícios de movimentos de ressignificação dentro das escolas.

Assim, defendemos uma formação continuada, seja em uma perspectiva emancipatória, crítica, seja em uma perspectiva de autorreflexão. Como dissemos anteriormente, buscamos aqui possibilidades de superação de modelos tecnicistas, positivistas e instrumentais de formação. Para isso, apostamos nos pressupostos da racionalidade comunicativa de Habermas (2003), da qual surgem ações comunicativas, pautadas no diálogo, no entendimento mútuo e no consenso, ações que não são impostas e não atendem exclusivamente a interesses pessoais, mas sim a interesses coletivos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. **Uma análise da produção acadêmica sobre os usos da pesquisa-ação em processos de inclusão escolar**: entre o agir comunicativo e o agir estratégico. 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ALMEIDA, M. L.; BENTO, M. J. C.; SILVA, N. V. As contribuições da pesquisa-ação para a elaboração de políticas de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v. 99 n. 252. 2018.

BANNELL, R. I. **Habermas e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BENTO, Maria José Carvalho. **As contribuições da pesquisa-ação para a elaboração de políticas de formação continuada na perspectiva da Inclusão escolar**. 2019. 231 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores) Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde, Alegre, 2019.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoría crítica de la enseñanza**: investigación-acción en la formación del profesorado. Barcelona: Martinez Roca, 1988.

FERREIRA, A. Jr; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

HABERMAS, J. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. **A ética da discussão e a questão da verdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HABERMAS, J. **Teoria e práxis**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. Trad. Sandra T. Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. As políticas educacionais e a formação continuada do professor. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.31, p.127-141, set. 2008.

NÓVOA, A. (Org.). (1992). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Nova Enciclopédia.

NÓVOA, A. Vida de Professores. Portugal: **Porto Editora**, LDA, mai/2007.

PIMENTA, S. G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHULTZ, T. W. O capital humano – investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: **Zahar Editores**, 1973.

SILVA, Adriana R.; CASTRO, Alda M. D. A. Formação continuada de professores: uma nova configuração a partir da lógica de mercado. Sorocaba, SP: **Quaestio**, v. 10, 2008.

SILVA, F. N. da. **A autorreflexão colaborativo-crítica como princípio para formação continuada: perspectivas para inclusão escolar**. 2019. 271 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. Vitória, 2019.

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PESQUISA-AÇÃO NA  
INTERFACE COM A FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DA  
INCLUSÃO ESCOLAR: UM DIÁLOGO A PARTIR DOS CÍRCULOS  
ARGUMENTATIVOS**

**Bárbara Rebecca Baumgartem França**  
PPGE/UFES. Mestre em Educação  
barbarabrbf@gmail.com

**Mariangela Lima de Almeida**  
PPGE/UFES. Doutora em Educação  
mlalmeida.ufes@gmail.com

---

**Resumo**

O presente artigo tem por objetivo analisar oito dissertações de mestrado do Grupo de Estudos em Educação/PPGE/UFES produzidas entre anos de 2018-2021, dialogando com seus diferentes níveis e pressupostos técnicos, metodológicos, epistemológicos e filosóficos. Apoiar-se na pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica, fundamentada na análise epistemológica do conhecimento. Toma os pressupostos da Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas, buscando dialogar com as produções em busca de consensos acerca do conhecimento produzido. Tem como participantes os autores-pesquisadores das dissertações, considerando para a produção, organização e categorização dos dados a “Matriz Epistemológica”. A análise de dados se fundamenta nos “Círculos Argumentativos”, que se constituem pela via do discurso expresso pelos argumentos explícitos nos “atos de fala” dos sujeitos, que “desproblematizam” no plano discursivo a respeito da ação/prática, buscando identificar as relações estabelecidas entre pesquisador e participantes, a constituição do problema de pesquisa, os processos de pesquisa, a compreensão da realidade e as intenções de mudança. Evidencia-se uma forte atuação do grupo em processos de transformação inerentes à perspectiva teórico-metodológica da pesquisa-ação colaborativo-crítica, concebidas na elaboração de processos de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar e de políticas para a formação em municípios capixabas. Nota-se a perspectiva do discurso expressa na aposta em empreender comunicativamente com os sujeitos de contexto um espaço de fala para expor opiniões por duas vias do discurso, tanto o discurso teórico, no qual as experiências e pretensões de verdade são tematizadas, quanto o discurso prático, no qual se tematiza e avalia se determinada norma de ação pode ser fundamentada.

**Palavras-chave:** Pesquisa-ação. Formação continuada na perspectiva da inclusão escolar. Análise epistemológica.

# ANALYSIS OF ACADEMIC PRODUCTION ON ACTION-RESEARCH IN THE INTERFACE WITH CONTINUING EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF SCHOOL INCLUSION: A DIALOGUE FROM THE ARGUMENTATION CIRCLES

## Abstract

The present article aims to analyze eight master's dissertations from Grupos/CNPq-Ufes produced between 2018-2021, discussing their different levels and technical, methodological, epistemological and philosophical assumptions. It is based on qualitative, bibliographical research, based on the epistemological analysis of knowledge. It takes the assumptions of Jürgen Habermas' Theory of Communicative Action, seeking to dialogue with productions in search of consensus about the knowledge produced. Its participants are the authors-researchers of the dissertations, considering the "Epistemological Matrix" for the production, organization and categorization of the data. Data analysis is based on "Argumentative Circles", which are constituted through discourse expressed by explicit arguments in the "speech acts" of the subjects, which "de-problematize" on the discursive level regarding the action/practice, seeking to identify the relationships established between researcher and participants, the constitution of the research problem, the research processes, the understanding of reality and the intentions for change. There is evidence of a strong performance by the group in transformation processes inherent to the theoretical-methodological perspective of collaborative-critical action-research, conceived in the development of continuing education processes from the perspective of school inclusion and policies for training in municipalities in Espírito Santo. The perspective of the discourse expressed in the commitment to communicatively undertake a space of speech with the subjects of the context to express opinions can be noted through two channels of discourse, in the theoretical discourse, in which experiences and claims to truth are thematized, and the practical discourse, in which thematizes and evaluates whether a certain norm of action can be substantiated.

**Key-words:** Action-research. Continuing education from the school inclusion perspective. Epistemological analysis.

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da ampliação das políticas públicas voltadas para o atendimento de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE), houve um aumento das matrículas nas escolas públicas de ensino regular (ALMEIDA; MELO; FRANÇA, 2019). A partir destas mudanças, gerou-se a necessidade da formação de profissionais qualificados para o atendimento desta demanda crescente, buscando cumprir este direito previsto na lei, além da elaboração de políticas de formação continuada, como no caso a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho (BRASIL,

2015), sobre a constituição de uma formação que perceba a realidades dos diferentes contextos em que os docentes se inserem.

No estado do Espírito Santo, a política inclusiva tem sido planejada em articulação com os documentos nacionais. Observa-se a predomínio de debates quanto ao lócus da Educação Especial e o oferecimento de serviços para o atendimento dos estudantes público-alvo, mesmo que assegurado por lei que o atendimento educacional especializado dos estudantes PAEE deva ocorrer no ensino regular. Assim, essas políticas têm deixado aberturas para o oferecimento e financiamento destes serviços em instituições especializadas de cunho filantrópico (JESUS et al., 2013).

Neste sentido, alguns problemas têm comprometido a garantia destes direitos. São apontadas dificuldades quanto ao acesso no ambiente escolar, à convivência com a diversidade, à formação de profissionais da educação e às práticas pedagógicas, condicionando esses sujeitos a uma “inclusão marginal” (MELO; SILVA, 2020), na qual suas potencialidades não são valorizadas ou estimuladas (MATOS; MENDES, 2015).

Apesar das contribuições significativas que as políticas públicas têm proporcionado para a formação na perspectiva da inclusão escolar, não foram suficientes para suprir as demandas, tendo em vista que os processos formativos no Brasil têm se difundido sob uma perspectiva globalizante de “desprofissionalização docente” (NÓVOA, 2017). Esse processo tem ocasionado na constituição de uma perspectiva de formação voltada à supervalorização de conhecimentos atribuídos de maneira prática, em detrimento de conhecimentos teórico-filosóficos, afastando o professor do âmbito da universidade pública, convertendo a educação em prática comercial ao dar espaço para o empreendimento de grupos dominantes por meio de ofertas de formação situadas no âmbito privado (PIMENTA, 2019).

Essa concepção técnica e instrumental tem sido criticada por estudos que tomam a concepção crítica fundamentada na racionalidade comunicativa habermasiana, ao defenderem a razão enquanto expressão da comunicação intersubjetiva entre sujeitos (ALMEIDA, 2010; BENTO; ALMEIDA; LOVATTI, 2018). Para Habermas (2012), a crítica direcionada à racionalidade instrumental tem em vista sua atuação nos moldes do sistema capitalista de produção, organizando-se ao longo da modernidade de forma autoritária e repressiva, moldando a sociedade a



partir de um pensamento positivista e tecnicista em que as culturas e/ou grupos que se desviam da “norma” são desconsiderados (GOMES, 2007).

Portanto, ao pensarmos a produção de conhecimentos sobre formação continuada na perspectiva da inclusão escolar, sobretudo na problemática sobre sua estruturação, tendo em vista o contexto político, econômico e social, faz-se necessário assumirmos uma postura crítica e reflexiva diante da exclusão, segregação a que historicamente os sujeitos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação vêm sendo condicionados. Em momentos de crise, nos quais vivenciamos a incisão da racionalidade instrumental, a lógica utilitarista e tecnicista que coloniza a educação pública, percebe-se o Estado atuando enquanto mediador de interesses do “neoliberalismo tardio”<sup>1</sup> (SILVA; MACHADO; SILVA, 2019), processo este que tem resultado em sucessivos cortes orçamentários, contribuindo para o avanço da privatização e mercantilização da educação.

Nesta perspectiva, sustenta-se sob a proposta da construção de conhecimentos na relação entre teoria e prática, na concepção de um pensamento que relacione filosofia e ciência, ou ação e reflexão. Neste caso, a pesquisa-ação, assim como sugere, visa trazer uma fundamentação teórico-prática da formação educacional e sua relação com os saberes pedagógicos, posicionando-se frente às concepções de formação que têm sido desenvolvidas nos últimos anos (ALMEIDA, 2010, 2019), buscando na Teoria do Agir Comunicativo de Habermas (2012), uma racionalidade que supere explicações totalizantes sobre a sociedade, desconsiderando a existência de uma verdade absoluta, mas sim as diferentes possibilidades de entendimento sobre o mundo.

Para a pesquisa-ação em sua perspectiva crítica, “[...] é fundamental que o fazer junto signifique também a construção de movimentos intersubjetivos, interdialogais, intercomunicantes” (FRANCO, 2018, p. 108), destacando-se pela possibilidade de inserção do outro nos processos de construção do conhecimento. Não obstante, é sob a perspectiva teórico-metodológica da pesquisa-ação colaborativo-crítica que o Grupo de Pesquisa “Formação, Pesquisa-ação e Gestão em Educação Especial” (Grufopees - CNPq/Ufes), desde o ano de 2013, desenvolve estudos por meio de projetos de pesquisa e extensão, problematizando diferentes

---

<sup>1</sup> Silva, Machado e Silva (2019) empregam o termo a partir das concepções de Immanuel Wallerstein, em sua obra *Após o Liberalismo*, sobre a tendência mundial de recomposição das forças do capital.

contextos da realidade capixaba, resultando em um número expressivo de produções.

Assim, percebe-se as contribuições de grupos de pesquisa no processo de desenvolvimento no campo da pesquisa e da produção de conhecimentos, sendo estes, espaços de aprendizagem importantes, de modo que o grupo colabora na construção coletiva a partir da leitura crítica da realidade, tendo suas atividades voltadas para além de um produto final de pesquisa, resultando no desenvolvimento pessoal e interno no processo de aprendizagem dos sujeitos que pertencem a este espaço (ROSSIT et al., 2018).

No contexto em que se insere o Grufopees - CNPq/Ufes, estudos têm apontado para um aumento significativo das produções qualificadas como pesquisa-ação colaborativa na área da Educação Especial entre os anos de 2012-2014. Sobretudo, essas pesquisas têm contribuído para conectar a formação com a construção de conhecimentos, na medida em que atuam com a dupla função de formar profissionais emancipados, gerando práticas e ações em seus contextos educacionais (ALMEIDA, 2010). De modo geral, alguns autores vêm apontando a necessidade de se ater ao conhecimento científico produzido, apontando fragilidades quanto ao uso das metodologias, referenciais teóricos e interpretações nas pesquisas, repercutindo pesquisas através de análises “[...] que não acrescentam conhecimento e patinam numa repetição de jargões e padrões já exauridos” (GATTI, 2005, p. 606).

Apesar de avanços nas pesquisas que se voltam para a análise epistemológica na área de Educação Especial no Brasil ainda serem escassos, suas contribuições para o desenvolvimento científico ultrapassam os campos da universidade, no sentido de questionar que tipo de conhecimento sobre pesquisa-ação tem sido produzido bem como suas contribuições sociais (SILVA, 2013; GAMBOA, 2018). Tendo em vista as discussões apontadas, intenciona-se analisar e compreender o que está por trás dos conceitos, das concepções e dos pressupostos presentes nas produções oriundas dos integrantes do grupo de pesquisa, compreendendo a pesquisa científica enquanto demanda de caráter contínuo, considerando que nada se cria de forma individual e neutra.

Posto isto, questionamo-nos: Quais concepções teórico-metodológicas da pesquisa-ação colaborativo-crítica têm sido desenvolvidas nas produções acadêmicas do Grufopees (CNPq/Ufes)? A partir desta indagação, assume-se

enquanto objetivo deste estudo analisar oito dissertações de mestrado do Grufopees/CNPq-Ufes produzidas entre anos de 2018-2021, dialogando com seus diferentes níveis e pressupostos técnicos, metodológicos, epistemológicos e filosóficos.

## **2 PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA ADOTADA**

Nossa pesquisa caracteriza-se enquanto um estudo de caráter quanti-qualitativo do tipo bibliográfico (GIL, 2002), por possibilitarmos uma cobertura mais ampla das produções sob “[...] o movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico [...]” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).

O campo da epistemologia consiste em articular de forma crítica a relação entre a filosofia e a ciência, evidenciando interesses filosóficos e ideológicos nas pesquisas científicas (ALMEIDA, 2010). Além disso, identifica-se esse campo enquanto um estudo *a posteriori* do processo de conhecimento, tendo em vista se debruçar sobre produção científica cujos dados já foram analisados e passaram por crivo avaliativo.

Enquanto fontes de busca, recorreremos ao Banco de Teses e Dissertações do Portal Capes e ao repositório do Centro de Educação da Ufes, contemplando as dissertações do Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE), campus Goiabeiras, e o repositório do Curso de mestrado acadêmico do Programa de Pós-graduação Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (PPGEEDUC), campus Alegre, ambos pertencentes à Ufes, além do site do Grufopees (CNPq/Ufes) e o Currículo Lattes da orientadora e líder do grupo de pesquisa, integrantes e colaboradores.

Neste sentido, chegamos a um quantitativo de oito (08) dissertações, assim como expressa o quadro a seguir:

Quadro 1- Dissertações elaboradas pelo Grufopees (CNPq/Ufes)

Ano	Título	Autor	Programa de pós-graduação	Tipo de Produção
2018	A construção de um currículo de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar: contribuições da teoria do Agir Comunicativo	Damila Soares de Carvalho	PPGEEDUC	Dissertação
2019	A autorreflexão colaborativo-crítica como princípio para formação continuada: perspectivas para inclusão escolar	Fernanda Nunes da Silva	PPGMPE	Dissertação
2019	A gestão de educação especial e a formação continuada da rede municipal de ensino de Marataízes/ES: a pesquisa-ação em foco	Nazareth Vidal da Silva	PPGEEDUC	Dissertação
2019	As contribuições da pesquisa-ação para a elaboração de políticas de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar	Maria José Carvalho Bento	PPGEEDUC	Dissertação
2020	Movimentos formativos e políticos da gestão de educação especial no estado do Espírito Santo	Islene da Silva Vieira	PPGMPE	Dissertação
2021	Inclusão escolar, formação continuada, pesquisa-ação e tecnologias: tecituras possíveis em tempos de pandemia	Rafael Carlos Queiroz	PPGMPE	Dissertação
2021	Formação continuada e pesquisa-ação crítica: das vontades individuais aos consensos provisórios	Alana Rangel Barreto Soave	PPGMPE	Dissertação
2021	Formação continuada de gestores de educação especial pela via do grupo de estudo-reflexão	Lucimara Gonçalves Barros Brito	PPGMPE	Dissertação

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a realização das buscas, procurou-se organizar o material encontrado em dois agrupamentos: a) na realização de uma ou mais leituras minuciosas das oito (08) dissertações selecionadas, a fim de conhecer o material trabalhado; b) com base na leitura, buscamos organizá-las e registrá-las a partir do instrumento desenvolvido por Silva (2013) e Gamboa (2018), denominado "Matriz Epistemológica".

Com o intuito de reconstituir as lógicas explícitas e implícitas nos processos investigativos, tomamos o instrumento denominado “Matriz Epistemológica”, para organização e registro de dados. Mais que um instrumento de classificação de níveis e pressupostos, ele nos permite avançar, indo além da lógica interna de uma pesquisa ou grupo de pesquisa, pois sua compreensão, “[...] assim como a presença de tendências teórico-filosóficas, possui forte relação com as condições sócio-político-econômicas de determinada sociedade e das instituições em que se produz a obra” (GAMBOA, 2018, p. 80).

O percurso de reconstrução da totalidade pode ser percebido através do instrumento na reconstituição dos níveis técnicos, metodológicos e teóricos das dissertações, bem como os pressupostos epistemológicos, gnosiológicos e ontológicos, explícitos ou implícitos nestes movimentos de pesquisa. No processo de reflexão sobre os dados obtidos a partir das intencionalidades elencadas, se apresenta como movimento crucial proposto pela análise epistemológica da pesquisa.

Na busca por estabelecer um diálogo com os autores-pesquisadores das produções, tenciona-se abordar os argumentos enfatizados pelos autores no que diz respeito aos referenciais teórico-metodológicos e epistemológicos adotados, bem como os princípios da pesquisa-ação colaborativo-crítica abordados e as ações estabelecidas no processo para com os sujeitos e objeto de investigação. Nesse sentido, evidenciamos os “Círculos Argumentativos” (ALMEIDA, 2010, 2019), sobre a elaboração de um método de análise que considera estabelecer relação com a produção de conhecimento crítico sob o ponto de vista da teoria filosófica comunicativa de Habermas (2012).

É nas situações de discursos (ALMEIDA, 2010), expressos através de argumentos, constituídos nos “atos de fala”, que se organizam seus espaços de diálogo, expondo assim diferentes intencionalidades, suas concepções, reflexões, proposições, conceitos, argumentos, anseios e desejos. A fim de estabelecer uma racionalidade comunicativa com os sujeitos participantes, a partir dos dados extraídos no instrumento, intencionando dialogar, em busca de consensos provisórios sobre o mundo objetivo, momento este constituído após a inserção das dissertações na “Matriz Epistemológica” (SILVA, 2013; GAMBOA, 2018).

A partir da elaboração do problema de pesquisa, passamos a observar uma série de condições desencadeadas inicialmente: o estabelecimento de relações

entre os sujeitos da pesquisa (sujeito-objeto) nas relações estabelecidas entre pesquisador e participantes, a condução do processo de pesquisa e os elementos que possam constituir epistemologicamente os argumentos. Assim, evidencia-se a circularidade presente nos movimentos específicos da pesquisa-ação e como essa ideia deve estar presente na tentativa de organizar os diálogos apresentados. As intenções de mudança, justificadas a partir das condições anteriores, levam-nos a entender como esse movimento vai se constituindo e como os compromissos sociais vão se firmando dada a coletividade deliberada.

### **3 OS CÍRCULOS ARGUMENTATIVOS E O DIÁLOGO COM O CONHECIMENTO PRODUZIDO**

Sobre o desafio de se propor uma análise de profundidade, buscamos, na teorização de Habermas (2012) sobre a racionalidade comunicativa, conduzir o processo de análise, dialogando com os autores-pesquisadores das produções, pela via dos processos argumentativos, forma pela qual o processo interpretativo-crítico de análise ocorreu.

Dentre as oito dissertações analisadas, a primeira defendida no grupo, elaborada por Carvalho (2018), não se trata de uma pesquisa-ação, mas sim de um estudo de caso. Entretanto, convém realizarmos um diálogo com outros elementos do estudo, buscando compreender os argumentos da autora e até que ponto a reflexibilidade comunicativa e coletiva se faz presente por meio dos argumentos utilizados para conferir cientificidade à proposta, mesmo que não possua uma definição teórico-metodológica fundamentada na pesquisa-ação colaborativo-crítica.

Apreende-se que na pesquisa-ação a participação dos sujeitos, tanto pesquisador/es quanto participante/s, é imprescindível. Essa participação não diz respeito somente a corresponder a comandos ou afirmações, mas entender o outro em sua integralidade, de modo que se crie um espaço que propicie “[...] um clima de conflito, de contradições, de rupturas o que faz com que a negociação flua como categoria fundamental” (FRANCO, 2010, p. 11).

### 3.1 AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE PESQUISADOR E PARTICIPANTE

Sendo a perspectiva da pesquisa-ação colaborativo-crítica fundamental para o grupo, percebemos uma frequente utilização de termos conceituais que coadunam com a orientação metodológica e filosófica apresentada pelos autores, ao assumirem a relação com os outros sujeitos envolvidos nas pesquisas. Dentre os termos, destacam-se: colaboração, participação, negociação, escuta, interesse mútuo, diálogo:

Inicialmente, recorreremos à aproximação e ao diálogo com os participantes da pesquisa para permitir-lhes a participação e a colaboração plena no estudo, compreendendo-os como promotores de conhecimento e autores do processo de investigação (BENTO, 2019, p. 92).

[...] se tínhamos inicialmente como foco a colaboração com os profissionais em momentos da formação continuada na escola e/ou nos planejamentos, começávamos a pensar, junto com os profissionais, em alternativas. **Procurávamos, assim, pela via da colaboração, negociar o processo investigativo, construindo entendimentos mútuos com os profissionais da escola [...]** (SILVA, F., 2019, p. 121, grifo nosso).

Fundamentados na perspectiva habermasiana, os autores argumentam o estabelecimento de comunicação com o outro. Para Habermas (2012), esse processo conta tanto com as perspectivas de mundo quanto pessoais dos sujeitos envolvidos nos processos comunicativos.

A partir da via crítica, o investigador deve se colocar em uma atividade objetiva sobre o processo, a fim de compreender, junto dos outros, algo referente no mundo objetivo, social e subjetivo, tendo tarefa de alimentar o diálogo comunicativo pensando este campo enquanto uma esfera pública (CARR, 2019). Ao justificar as escolhas quanto à relação estabelecida com o campo de pesquisa, as autoras argumentam:

A perspectiva teórico-metodológica assumida nesta pesquisa inviabiliza qualquer pretensão de neutralidade, colocando-nos num lugar de pesquisadores-participantes, afinal trata-se de uma investigação realizada colaborativamente com “vários outros” profissionais da escola e pesquisadores da universidade (SILVA, F., 2019, p. 117).

O papel assumido pelos pesquisadores-acadêmicos e pesquisadores-gestores, constituindo meios e estratégias para a construção de políticas para a formação continuada dos profissionais da educação, é evidenciado na condução das ações estratégicas que remetem à ação comunicativa. Estratégias são articuladas entre as gestoras, que sempre buscam “saídas” para atender as suas demandas [...] (BENTO, 2019, p. 153).



A partir do excerto, vemos que as pesquisadoras, para além dos participantes envolvidos, também tomam seu lugar enquanto participantes no movimento que começa a se delinear. A perspectiva crítica aparece no sentido de problematizar as políticas existentes sobre formação, no caso de Bento (2019), e a colaboração é apontada a partir da contribuição efetiva dos sujeitos que se envolvem.

Assim como apresentaram as autoras, os argumentos evidenciam a intencionalidade de estabelecer acordos e a proposta de se chegar a processos decisivos, desde que haja a participação e consentimento do outro. Para Demo (2010, p. 31), “[...] argumentar é um diálogo tipicamente dialético e que, em sua complexidade não linear, exige predicados formais e políticos”.

O que se enfatiza nos processos formativos evidenciados é o foco dado aos sujeitos participantes, sobretudo a partir dos movimentos coletivos, colaborativos e de escuta propostos. Assim, a valorização dos sujeitos do contexto traz fidedignidade à necessidade e ao surgimento de problemas de pesquisa fundamentados a partir de uma realidade vivida, buscando a elaboração de processos formativos com profissionais da educação, voltados para atender a interesses reais.

### 3.2 A CONSTITUIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Considerando o diálogo, a leitura do material e inserção na matriz epistemológica, constatamos que alguns dos estudos (SILVA, N., 2019; QUEIROZ, 2021; SOAVE, 2021) não apresentam a pergunta-síntese. Sendo assim, como argumentar quando não há pergunta síntese? Apesar dessa ausência, os autores não deixam de apresentar questões de investigação consistentes que contribuem para o delineamento do problema e dos objetivos. Isso pode nos indicar que o pesquisador não possuía entendimento e compreensão do que constituía a pergunta-síntese e sua importância para os processos de pesquisa-ação.

Para se chegar a uma pergunta-síntese é necessário passar por uma organização que envolva a problematização, a sistematização de perguntas pertinentes, que podem ser as perguntas de investigação, até chegar à elaboração da pergunta central, de modo que “[...] pesquisam-se problemas, e não temas. Um projeto de pesquisa se refere a um diagnóstico exaustivo e rigoroso de uma problemática” (GAMBOA, 2018, p. 109).

Sendo a pesquisa-ação, uma perspectiva metodológica, imprevisível, pois novas demandas e imprevistos podem surgir e mudar o curso da pesquisa, para que o pesquisador de fato se aprofunde em seus pressupostos, é preciso estar atento às necessidades que se apresentam. Durante a análise, foi possível notar quebras de expectativas quanto às propostas formativas e temáticas de discussão inicialmente delineadas pelo autor-pesquisador, reforçando a importância das decisões grupais, fortalecendo os pressupostos de escuta e acordo mútuo que requerem a pesquisa-ação numa perspectiva colaborativo-crítica.

**Inicialmente nosso objetivo era de desenvolver com os profissionais na escola**, por meio da colaboração, processos de formação continuada, com a finalidade de ressignificação das práticas educativas, visando à inclusão dos alunos público-alvo da educação especial, matriculados nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Marataízes/ES. **No entanto, como na pesquisa-ação é apenas durante o processo de pesquisa que o verdadeiro objeto de investigação (a necessidade, a demanda, o pedido, os problemas, entre outros) emerge (BARBIER, 2007) e é preciso primeiramente estabelecer o grupo**, [...] Diante das **relações já estabelecidas** com as gestoras, as demandas que são negociadas e as questões epistemológicas da pesquisa-ação, **nosso objetivo foi se constituindo** [...] (SILVA, N., 2019, p. 159-160, grifos nossos).

[...] o levantamento e negociação de demandas é conduzido com os coautores da pesquisa em todo o processo e, **apesar de termos previamente uma temática definida para a realização desta pesquisa** (formação continuada na perspectiva da inclusão escolar), **foi a partir da escuta e da negociação que o problema de pesquisa foi tomando forma**, as ações foram planejadas e replanejadas, sempre na busca pelo consenso, compreendendo que esse não é definitivo (BRITO, 2021, p. 76, grifos nossos).

Como explicitou N. Silva (2019), essa quebra de expectativa pode ser interpretada como um processo de transição do *agir comunicativo fraco* para o *agir comunicativo forte* (HABERMAS, 2012), a princípio baseado em concepções e interesses individuais da pesquisadora, orientadora e gestoras que procuraram o grupo.

Esse agir comunicativo se orienta no processo de investigação por meio da reflexão coletiva e na representação emancipatória no movimento de planejar e replanejar modos de ação (FRANCO; LISITA, 2014), conduzindo a autora-pesquisadora a atuar junto, para chegar a consensos/acordos provisórios, demonstrando a força da racionalidade comunicativa. Assim como reforça Brito (2021), o fortalecimento das demandas colocadas ressignificou as temáticas de investigação propostas, atuando a partir do agir comunicativo forte, ao evidenciar a

preocupação com as reais necessidades colocadas pelos participantes, movimento também salientado por N. Silva (2019).

### 3.3 O PROCESSO DE PESQUISA

Sendo a pesquisa-ação principal orientação teórico-metodológica dos estudos analisados, a processualidade dos movimentos de aprendizado é enfatizada a todo instante na pesquisa. Entretanto, como afirmam Kemmis e Wilkinson (2008, p. 43), esta não é uma organização fechada, ela se forma a partir de “[...] ciclos autocontidos de planejamento, ação e observação e reflexão [...]” que requerem senso e autenticidade do pesquisador para avanço do estudo.

A partir da leitura, identificamos os instrumentos de produção de dados utilizados nos processos individuais: entrevistas semiestruturadas (CARVALHO, D., 2018; SILVA, F., 2019), que foram gravadas e posteriormente transcritas; questionário semiestruturado (QUEIROZ, 2021) e aberto (SILVA, F., 2019); registros de experiência ao longo das pesquisas, com auxílio de diário de campo (SILVA, N., 2019; BENTO, 2019; SILVA, F., 2019; QUEIROZ, 2021; BRITO, 2021) e/ou o diário de itinerância de Barbier (2007) (VIEIRA, I., 2020; SOAVE, 2021). Além disso, a observação participante (SILVA, F., 2019; VIEIRA, I., 2020; SOAVE, 2021), utilizada em combinação com os diários de campo, as entrevistas, aplicação de questionários e construção de narrativas escritas.

A utilização de questionários, bem como de entrevistas semiestruturadas como recursos de produção de dados nos revelam aspectos de um agir estratégico por parte dos autores, no sentido de ambicionarem uma atividade finalista e intervencionista na aplicação de determinados recursos, elencando particularidades individuais dos sujeitos participantes, ao obter respostas mais diretas que pudessem colocar em curso as pesquisas, distanciando-se da visão de interlocução entre pesquisadores e participantes, com o objetivo de captar temáticas gerais.

Já a utilização de diários de campo e de itinerância (BARBIER, 2007) foi acompanhada da observação participante. Apesar de serem instrumentos individuais, tiveram influência na organização e compilação dos dados na reflexão dos autores durante as pesquisas. Assim, os registros no diário geraram questionamentos e interpretações que foram compartilhadas no coletivo formativo que acontecia. Assim a autora enfatiza:

[...] Ao nos **debruçarmos sobre o registro de diário de campo**, fica evidente **o nosso descontentamento com a situação ocorrida**, uma vez que, embora estivéssemos participando de um momento de escuta para **compreender as demandas do grupo**, em certa medida também **havia uma expectativa de nossa parte**: que a **nossa vontade fosse acatada pelo grupo, de maneira que assentissem com a realização da formação com todos os gestores da secretaria**. Nesse sentido, não estávamos dispostos a dialogar, a buscar um consenso mútuo com os demais pares. **Estávamos, pois, sob o domínio da racionalidade estratégica**, pois, quando tivemos nossa vontade contrariada, [...] (SOAVE, 2021, p. 132, grifos nossos).

Soave (2021), por meio do desenvolvimento de uma meta-análise, utiliza o recurso do diário para problematizar uma autocrítica, na intenção de evidenciar a importância da reflexão e entender que os processos coletivos, muitas vezes, demandam abrir mão de certezas para eleger o que se mostra emergente.

Dentre os processos da pesquisa, uma forma inovadora de sistematização organizacional e analítica dos dados adquiridos pela via dos grupos focais e de escuta foi a constituição dos **grupos de estudo-reflexão**, enfatizados em todos os estudos, com exceção de Carvalho (2018), por não se tratar de pesquisa-ação colaborativo-crítica. Esse processo pode ser evidenciado pela convicção dos autores ao expressarem tal perspectiva adotada na elaboração de movimentos que correspondem às demandas locais, preocupados com a coletividade, os processos de negociação, bem como necessidades de implicação constituídos propriamente na dinâmica da pesquisa-ação. Assim:

Evidencia-se que **nosso estudo avança** nesse aspecto da **utilização da estratégia dos grupos de estudo-reflexão**, quando, para além de focar nos movimentos de formação continuada de profissionais da educação, **propõe-se a elaboração e a implementação de propostas/projetos de políticas públicas** no que tange à modalidade da educação especial, através dessa ferramenta epistemológica e metodológica (SILVA, N., 2019, p. 59, grifos nossos).

O grupo de estudo-reflexão toma como princípio a construção de processo formativo em conjunto, entre pesquisadores e gestores, tornando-se necessário o aprofundamento na concepção de mediação, de modo que todos pudessem participar de todo o processo (VIEIRA, I., 2020, p. 98).

Para além de uma ideia de grupo que se reúne e de decisões tomadas apenas como constatações, as pesquisas se utilizam dos grupos de estudo-reflexão para sistematizarem a análise de dados, fundamentadas na perspectiva habermasiana, sobretudo na discussão enfatizada por Carr e Kemmis (1988) sobre a utilização das três funções mediadoras da relação teoria e prática (HABERMAS,

2013) sistematizadas como: a) a elaboração de teoremas críticos; b) os processos de aprendizagem do grupo; c) a organização das ações táticas na condução da luta política na constituição desses processos.

Nesses movimentos, tanto o discurso teórico na tematização de problemáticas quanto o discurso prático nas mobilizações para mudança buscam validar a ciência empreendida, tendo em vista a aplicação de conceitos das funções mediadoras para a constituição dos processos formativos, orientados para uma perspectiva colaborativa e crítica do conhecimento.

Acreditamos que aqui falamos da cocriação de uma linguagem muito específica no âmbito das produções do grupo, seja na apresentação de argumentos e discursos fundamentados na perspectiva teórico-filosófica que embasam a construção de uma linha analítica do conhecimento que se produz, bem como na forma de produzir, organizar e apresentar os dados, por meio das funções mediadoras. Vemos nos trechos elencados que a possibilidade de intervenções está aberta a todos os sujeitos implicados e que dispõem a condução da perspectiva formativa nos estudos que seguiram.

#### 3.4 A COMPREENSÃO DA REALIDADE E AS INTENÇÕES DE MUDANÇA

Sendo os profissionais da educação e a escola um campo de conhecimento historicamente referenciado, palco para construção de lutas sociais, torna-se necessário voltar a atenção sobre as potencialidades que esse espaço pode oferecer no desenvolvimento de novos processos cognitivos, responsáveis com a emancipação, liberdade, criticidade, igualdade e respeito às diferenças. Isso posto, é fundamental concebermos a necessidade da pesquisa de educadores, no sentido de fortalecer o campo teórico-prático sobre a profissão docente, podendo ser esse o cenário para elaboração de um movimento global e contra-hegemônico (DINIZ-PEREIRA, 2008).

A maioria das dissertações (SILVA, F., 2019; VIEIRA, I., 2020; QUEIROZ, 2021; BRITO, 2021; SOAVE, 2021) foi produzida no contexto de formação do mestrado profissional, em que os sujeitos autores-pesquisadores pertenciam ao contexto das redes de ensino. No âmbito do programa de pós-graduação do Mestrado Profissional em Educação da Ufes, o processo formativo tem como

orientação para a conclusão do mestrado o desenvolvimento de um “produto educacional”.

Dessa forma, os autores alegam:

No último encontro do Grupo Estudo-Formação, num evento que denominamos I Seminário de Formação Continuada em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva 2018, houve a apresentação dos trabalhos finais. Para tanto, os participantes confeccionaram pôsteres acadêmicos, **a partir dos projetos de intervenção elaborados por grupos menores, com temáticas relativas à modalidade da Educação Especial que mostravam as necessidades observadas em seus locais de atuação [...]** (BENTO, 2019, p. 145, grifo nosso).

A partir desse grupo, surgiram proposições, análises e demandas, quanto à formação continuada e à educação especial. Essa necessidade surgiu pelo fato de as gestoras considerarem a proposta de implementar um grupo de estudo para discutir e aprofundar as questões gerais e específicas para essas duas temáticas, bem como para contribuição na **elaboração de um documento normativo para a modalidade da educação especial** (SILVA, N., 2019, p. 147, grifo nosso).

De modo geral, a ideia de construção é fortemente utilizada como um todo nas produções. Por essa via, os processos de transformação se demonstram conscientes, cujas mudanças mais concretas se expressam na forma de políticas formativas ou processo de formação, sobretudo explicitados sinteticamente nos produtos educacionais elaborados. Podemos observar também desafios de lidar com a coletividade, e o trabalho com a necessidade de se adequar as demandas e tensões que possam existir nos contextos de produção.

Pode-se entender que as opiniões apresentadas nos discursos “[...] provêm dos contextos diferenciados da experiência da ação” (HABERMAS, 2013, p. 52), e nos movimentos de pesquisa tentam concretizar, por meio da escrita, mudanças que ultrapassam a prática momentânea, mas que alteram as percepções grupais, transcendendo as esferas sociais no que diz respeito às redes de ensino e à própria sociedade (ALMEIDA, 2019). Como expõem algumas autoras:

[...] ao escolhermos o objeto de pesquisa supracitado, pretendemos ir além do que legitimar e celebrar a diversidade, [...], **a fim de favorecer a mudança das desigualdades que existem tanto no ensino quanto na sociedade como um todo, promovendo, em suas áreas de atuação, a justiça social e a emancipação** (BRITO, 2021, p. 41, grifo nosso).

Consideramos, assim, que a construção da carta para a Sedu foi um trabalho colaborativo, pois teve um objetivo comum, contando com mais de um parceiro nos mostrando a importância dessa ação para o processo de **construção da identidade desse colegiado**, com a necessidade de se colocar e assumir esse lugar, onde os membros devem estar de acordo com

as decisões democráticas do grupo (CARR; KEMMIS, 1988 *apud* VIEIRA, I., 2020, p. 172, grifo nosso).

A construção de identidade e ressignificação de práticas pedagógicas por uma via comunicativa traz para dentro dos movimentos formativos o reforço da ideia dos docentes enquanto produtores de conhecimento. Para isso, nota-se que a pesquisa-ação colaborativo-crítica marca-se por seu aspecto dialético, ao considerar a subjetividade que constrói realidades, sem deixar de perceber que estas se modificam nos processos cognitivos e dialógicos a partir da interpretação grupal, contribuindo com os eixos de ação, com o respeito dos autores-pesquisadores às demandas colocadas e com a significação de novas formas de mundo por meio da construção de formações mais democráticas, justas e comprometidas com o desenvolvimento dos estudantes, sobretudo o público-alvo da educação especial (FRANCO, 2015).

Para além das mudanças individuais, nota-se a necessidade de interferência no mundo da vida intersubjetivamente compartilhado, tendo em vista os autores conceberem a mudança, inicialmente, dependente das vontades e concessões dadas pelo grupo do contexto em questão.

Nesse processo de refletir sobre estratégias de mudanças, **um grupo de gestores, integrantes do Gergees começou a organizar um Fórum de Gestores de Educação Especial**. Assim, **fica evidente o processo de emancipação percorrido durante os anos**, que traz como reflexo o envolvimento mais ativo dos sujeitos que buscam conhecimentos e formas ativas de mudanças. **A criação do fórum surge com possibilidade de resistência, unindo os gestores dos diferentes municípios do Estado do Espírito Santo na defesa da inclusão dos alunos PAEE na escola comum** (VIEIRA, I., 2020, p. 140, grifo nosso).

[...] as mudanças produzidas pela pesquisa-ação são processuais, emergindo por meio de movimentos. [...] Nessa perspectiva, observa-se que os movimentos dos gestores no processo de pesquisa-ação colaborativo-crítica **têm possibilitado a elaboração de política e constituição de novos outros movimentos para a formação continuada com/para os profissionais da rede municipal de Educação de Marataízes/ES na perspectiva da inclusão escolar** (SILVA, N., 2019, p. 189, grifo nosso).

Em ambos os casos, busca-se assegurar o firmamento dos processos constituídos, por meio da concretização normativa, em documentos jurídicos colocados enquanto processos de resistência à ordem vigente. Como expressam os processos de transformação pela via de produção de processos argumentativos ao longo das pesquisas, eles permitem aos autores-pesquisadores, junto dos contextos pela busca de entendimentos mútuos e acordos provisórios, conceber o mundo da



vida intersubjetivamente partilhado. Na concepção de Habermas (2012), devido aos processos de colonização sistêmica que regem instituições jurídicas, econômicas e políticas, é preciso pensarmos em novas formas normativas que possam ascender no campo das esferas sociais (SILVA, 2021).

Isso se evidencia quando o grupo do Fórum de Gestores (VIEIRA, I., 2020) se posiciona e se declara para a Secretaria de Educação do Estado, bem como se articula na elaboração de um Regimento do Fórum de Gestores de Educação Especial do Espírito Santo, entre possibilidades e necessidades do trabalho dos gestores, bem como sua função social. As intenções de mudança e compreensão de mundo colocam em xeque a necessidade de colocar o autor-pesquisador em posição de se adaptar a problemáticas emergentes e urgentes. O processo argumentativo, nesses desdobramentos de ações coletivas, é dado também pelo movimento dialético constituído de maneira formal, ao respeitar as pretensões de validade dos argumentos e as regras do discurso que não se fecham ao encerrar a pesquisa.

#### **4 CONCLUSÃO**

A perspectiva habermasiana de processos comunicativos democráticos elaborados pelo plano social conduz, por meios de pressupostos epistemológicos, entendimentos de mundo, sociedade, homem, educação, educação especial, inclusão, deficiência e formação de processos de desconstrução e reconstrução de conceitos em nome de condições mais justas. Dessa forma, “[...] o discurso argumentativo apresenta-se, finalmente, como um processo comunicacional que, em relação com o objetivo de um acordo racionalmente motivado, tem que satisfazer condições inverossímeis” (HABERMAS, 2003, p. 111) na promoção de uma educação de qualidade, socialmente referenciada, que toma os profissionais da educação enquanto sujeitos ativos capazes de exercer mudanças estruturais.

Dentre as concepções teórico-metodológicas desenvolvidas, apresenta-se a perspectiva habermasiana, sobretudo fundamentada na teoria do agir comunicativo, que orientou aspectos da pesquisa-ação caracterizados pela colaboração crítica dos contextos, além da escuta sensível dos sujeitos na preocupação de atender a

interesses que de fato estivessem comprometidos com a transformação social<sup>2</sup>. Esses movimentos puderam ser expressos pelo desenvolvimento de projetos, políticas de formação continuada nos diferentes municípios do estado do Espírito Santo e a oficialização de um fórum de gestores de educação especial.

Percebem-se perspectivas teóricas que permeiam os campos de pesquisa, na medida em que a interferência no mundo objetivo, conforme explicita Habermas (2012), propõe a elaboração de políticas, assim como a instituição de estratégias políticas em grupos para que se organizem por meio do agir comunicativo orientado para uma ação social.

Alguns aspectos teórico-epistemológicos foram identificados. Ao partirmos das considerações já apontadas por Almeida (2010), fundamentadas em Gamboa, é possível destacar que as produções fundamentadas na pesquisa-ação não são totalmente “puras”, como percebemos em alguns aspectos dos estudos de F. Silva (2019) e Queiroz (2021), na elaboração de movimentos de pesquisa em que o agir estratégico esteve presente nos processos desenvolvidos. Essas atividades finalistas com objetivo próprio buscaram elencar “[...] algo que deve ocorrer no mundo objetivo” (HABERMAS, 2012, p. 33) com questões mais diretas.

Como um todo, esses pressupostos e resultados têm sido mobilizados por uma “tradição” de grupos de pesquisa que têm promovido projetos de pesquisa e extensão, em colaboração com diferentes propostas formativas com os sujeitos nos contextos. Dos trabalhos analisados, ressaltamos a elaboração dos produtos educacionais pertencentes aos trabalhos do mestrado profissional em educação. De modo geral, os produtos contribuíram para uma visão geral do que se propôs metodologicamente nos estudos que enfatizam a pesquisa-ação colaborativo-crítica e seus movimentos desencadeados mobilizados em favor de transformações sociais.

A responsabilidade na execução dos diálogos requer comprometimento com a leitura, para além dos resumos e leituras superficiais dos estudos a serem analisados. Quanto mais completas e revistas puderem ser as informações, dentro

---

<sup>2</sup> Dentre os pressupostos da pesquisa-ação crítica, a transformação social expressa-se no envolvimento dos sujeitos de sua própria prática, criando-se um envolvimento que se compreende ao longo do processo de investigação (CARR; KEMMIS, 1988). No caso dos movimentos fundamentados na perspectiva da pesquisa-ação colaborativo-crítica para além dos processos colaborativos construídos em conjunto, é por meio da crítica que o exercício de conscientização, problematização do cotidiano, contribui para a mudança nos cotidianos em que os sujeitos se inserem.

das condições do quantitativo selecionado, melhor para reafirmarem a percepção de alguns argumentos, questionando essencialmente se sua seleção não ocorreu somente para satisfazer e representar algo que o pesquisador não sabia, ou porque não conseguiu atingir leituras críticas suficientes para “justificar” suas escolhas.

Assim, por meio das palavras de Habermas (2012, p. 684), “[...] a perspectiva utópica de conciliação e liberdade está latente nas condições de uma socialização dos indivíduos por via comunicativa”. Aposta-se nessa via de concepção teórico-metodológica, no sentido de criar possibilidades e reflexões que conjuntamente tenham potencialidade para construir movimentos de resistência à ordem neoliberal vigente.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariangela Lima de. **Diálogos sobre pesquisa-ação**: concepções e perspectivas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

ALMEIDA, Mariangela Lima de. **Uma análise da produção acadêmica sobre os usos da pesquisa- ação em processos de inclusão escolar**: entre o agir comunicativo e o agir estratégico. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ALMEIDA, Mariangela Lima de; MELO, Douglas Christian Ferrari de; FRANÇA, Marileide Gonçalves. Repercussão da política nacional de educação especial no Espírito Santo nos últimos dez anos. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2007.

BENTO, Maria José Carvalho. **As contribuições da pesquisa-ação para a elaboração de políticas de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica Formação de Professores) - Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2019.

BENTO, Maria José Carvalho; ALMEIDA, Mariangela Lima de; LOVATTI, Renata Rocha Grola. Gestão dos processos de escolarização de alunos público-alvo da educação especial: a pesquisa-ação e a formação continuada de professores no município de Marataízes-ES. **Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**, v. 2, p. 1172-1180, 2018.

BRASIL. **Resolução n.º 2, de 1.º de julho de 2015**. Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a

formação continuada. Brasília, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2yRKA6V>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRITO, Lucimara Gonçalves Barros. **A formação continuada de gestores de educação especial pela via do grupo de estudo-reflexão**: perspectiva crítica como possibilidade. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoría crítica de la enseñanza**: la investigación-acción en la formación del profesorado. Tradução de J. A. Bravo. Barcelona: Martinez Roca, 1988.

CARVALHO, Damila Soares. **A construção de um currículo de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar**: contribuições da teoria do agir comunicativo. 2018. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores) - Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2018.

DEMO, Pedro. **A força sem força do melhor argumento**: ensaio sobre “novas epistemologias virtuais”. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 2010.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A pesquisa dos educadores como estratégia para a construção de modelos críticos de formação docente. *In*: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; ZEICHNER, Kenneth M. (org.). **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Autêntica, 2008, p. 11-43.

CARR, W. Critical action research today. **Revista da Rede Internacional de Investigação-ação Colaborativa**. Braga/Portugal, v. 4, n. 1, p. 14-26, 2019. Disponível em: [https://www.estreiadialogos.com/\\_files/ugd/eb8d33\\_ee5ea3c2c5554a858b62b6ec56cb5373.pdf](https://www.estreiadialogos.com/_files/ugd/eb8d33_ee5ea3c2c5554a858b62b6ec56cb5373.pdf). Acesso em: 27 jun. 2023.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pesquisa-ação e prática docente: possibilidades de descolonização do saber pedagógico. *In*: FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. (org.). **Pesquisa em educação**: a pesquisa-ação em diferentes feições colaborativas. São Paulo: Edições Loyola, 2018. p. 87-118. v. 4.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pesquisa-ação: a produção partilhada de conhecimento. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, 2010.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; LISITA, Verbena Moreira Soares de Sousa. Pesquisa-ação: limites e possibilidades na formação docente. *In*: PIMENTA, S. G.; FRANCO, M. A. S. (org.). **Pesquisa em educação**: Possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 41-70. v. 2.

GAMBOA, Silvio Ancízar Sánchez. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2018.

GATTI, Bernardete A. Pesquisa, educação e pós-modernidade: confrontos e dilemas. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, p. 595-608, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Luiz Roberto. **Educação e Consenso em Habermas**. Campinas: Alínea, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. Tradução Paulo A. Soethe. Revisão Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria e práxis**. São Paulo: Unesp, 2013.

JESUS Denise Meyrelles de *et al.* Educação especial/inclusão escolar no Espírito Santo: as políticas em ação. In: VICTOR. S. L.; DRAGO, Rogério; CHICON, José Francisco (org.). **A Educação Inclusiva de crianças, adolescentes, jovens e adultos: avanços e desafios**. Vitória: Edufes, 2013. p. 37- 63.

KEMMIS, Stephen; WILKINSON, Mervyn. A pesquisa-ação participativa e o estudo da prática. In: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; ZEICHNER, Kenneth M (org.). **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Autêntica, 2008, p. 43-66.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. Demandas de professores decorrentes da inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, p. 9-22, 2015.

MELO, Douglas Christian Ferrari de; SILVA, João Henrique da. Trajetórias escolares de pessoas com deficiências na educação básica: qual lugar da educação especial?. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 948-965, 2020.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 116, p. 1106-1133, out./dez. 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. As ondas críticas da didática em movimento: resistência ao tecnicismo/neotecnicismo neoliberal. In: SILVA, Marco; ORLANDO, Cláudio; ZEN, Giovana (orgs.). **Didática: abordagens teóricas contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 19-64.

QUEIROZ, R. C. **Inclusão escolar, formação continuada, pesquisa-ação e tecnologias: tecituras possíveis em tempos de pandemia**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

ROSSIT, Rosana Aparecida Salvado et al. Grupo de pesquisa como espaço de aprendizagem em/sobre Educação Interprofissional (EIP). **Interface**, v. 22, n. 2, 2018.

SILVA, Fernanda Nunes da. **A autorreflexão colaborativo-crítica como princípio para formação continuada**: perspectivas para inclusão escolar. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

SILVA, Lucas Trindade da. Jürgen Habermas e a guinada normativa no enunciado da autonomização das esferas sociais. **Sociedade e Estado**, v. 36, p. 217-243, 2021.

SILVA, Nazareth Vidal da. **A gestão de educação especial e a formação continuada de rede municipal de ensino Marataízes/ES**: a pesquisa-ação em foco. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores) – Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2019.

SILVA, Régis Henrique dos Reis. **Tendências teórico-filosóficas das teses em educação especial nos cursos de doutorado em educação e educação física do Estado de São Paulo (1985-2009)**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas, 2013.

SILVA, Régis Henrique dos Reis; MACHADO, Robson; SILVA, Ribamar Nogueira da. Golpe de 2016 e a educação no Brasil: implicações nas políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Revista Histedbr on-line**, Campinas, São Paulo, v. 19, p. 1-23, 2019.

SOAVE, A. R. B. **Formação Continuada e Pesquisa-ação crítica**: das vontades individuais aos consensos provisórios. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

VIEIRA, Islene da Silva. **Movimentos formativos e políticos da gestão de Educação Especial no Estado do Espírito Santo**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.



# UM CASO DE “HOMENS INFAMES”: PONTOS (PERDIDOS) PARA TECER A MEMÓRIA INSTITUCIONAL DOS ANOS 60 NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL

**Mariângela Nascimento Pagliarini<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
mnpagli@gmail.com

**Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
marciahelolima@gmail.com

---

## Resumo

Estudo bibliográfico, teórico-exploratório sobre memória institucional e sua complexa relação com a memória histórica nacional. Teve por objetivo geral contribuir para a reflexão acerca do modo como a biblioteca do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul poderia analisar documentos sensíveis para organizar, preservar e disseminar as informações contidas nos processos judiciais históricos atinentes a fatos ocorridos de 1964 a 1985 de forma a torná-las disponíveis para pesquisas futuras. Apresenta breve reflexão sobre memória institucional e sua tensão frente à memória/história. Mostra, como exemplos de processos judiciais sensíveis relevantes, os que foram instaurados durante o regime de exceção de 1964, e alcançaram os chamados grupos “Os Onze da Brigada”, utilizando a metáfora dos “homens infames” de Michel Foucault. Por fim, postula a pertinência de manutenção deste tipo de processo para evitar o apagamento das informações e proporcionar futuras pesquisas. Reconhece lacunas não respondidas acerca da organização propriamente dita deste acervo, motivadas pelo período de fechamento das instituições no contexto da COVID-19, pandemia mundial, e aponta para a conveniência de prosseguimento da pesquisa ou novas pesquisas no rico acervo.

**Palavras-chave:** Memória institucional. Tribunal de Justiça Militar. Memória/história. Grupo dos Onze.

## A CASE OF “INFAMOUS MEN”: (LOST) POINTS TO WEAVE THE INSTITUTIONAL MEMORY OF THE 60S IN THE MILITARY COURT OF JUSTICE OF RIO GRANDE DO SUL

## Abstract

Bibliographic, theoretical-exploratory study on institutional memory and its complex relationship with the national historical memory. Its general objective was to contribute to the reflection on how the library of the Military Court of Rio Grande do

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestranda em Ciência da Informação.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Ciência da Informação.



Sul could analyze sensitive documents to organize, preserve and disseminate the information contained in the historical judicial processes related to facts that occurred from 1964 to 1985 to make them available for future research. It presents a brief reflection on institutional memory and its tension in relation to memory/history. It shows, as examples of relevant sensitive judicial processes, those that were instituted during the 1964 exception regime, and reached the so-called groups “Os Eleven da Brigada”, using the metaphor of Michel Foucault’s “infamous men”. Finally, it postulates the pertinence of maintaining this type of process to avoid erasing information and to provide future research. It recognizes unanswered gaps about the organization of this collection itself, motivated by the period of closure of institutions in the context of COVID-19, a global pandemic, and points to the convenience of continuing research or new research in the rich collection.

**Keywords:** Institutional memory. Military Court of Justice. Memory/history. Group of Eleven.

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal recepcionou a estrutura de tribunais militares existentes antes de 5 de outubro de 1988 no Brasil. Nesta, a Justiça Militar do Brasil é constituída como um foro especial exclusivo para crimes militares, excluídos os delitos civis dos militares, nos estados brasileiros com efetivo militar superior a 20 mil integrantes. Deste modo, há apenas três justiças especializadas militares em atividade no país: a Justiça Militar do Rio Grande do Sul, a Justiça Militar de Minas Gerais e a Justiça Militar de São Paulo. A Justiça Militar do Rio Grande do Sul, a mais antiga, anterior à Justiça Comum, datada de 1808. O Tribunal de Justiça Militar (TJMRS) foi criado em 1918. Em 2018, comemorou-se o centenário do Tribunal de Justiça Militar do Estado.

A memória do TJMRS é formada pelo efeito do conjunto de ações administrativas diversas que, no cotidiano da Instituição, convoca servidores e demandantes (advogados, partes envolvidas, juízes e público) a re-lembrar. A memória oficial do TJMRS está alicerçada sobre sua importância como justiça especializada militar, sua antiguidade e sobre as figuras dos magistrados que ali atuaram. Na instituição é dada alta relevância aos antigos juízes, sobretudo àqueles magistrados que exerceram a presidência do Tribunal. Observa-se a preocupação com a manutenção da comemoração - comemorar significa lembrar junto - daqueles homens dignos de serem lembrados na instituição, o que pode ser observado nos corredores utilizados como galerias de retratos dos ex-presidentes, nos nomes

dados aos plenários e na exposição em vitrines, dos objetos e documentos que lhes pertenceram.

No manuseio do acervo histórico do Projeto Memória, incorporado à Coordenadoria de Biblioteca e Memória do Tribunal (TJM/RS) foi possível observar que este conjunto de documentos não é visível como memória compartilhada ou afetiva, o que seria a “verdadeira” memória da instituição, apesar das informações históricas que possui. Desse conjunto documental, formado por processos judiciais históricos e *habeas corpus*, é possível extrair informações para incorporar e formar uma memória institucional mais abrangente e completa do que a atualmente visível e identificadora da instituição.

Seguimos a compreensão de Nora (1993), segundo a qual, a memória necessita de laços com o concreto para marcar fatos que queremos lembrar, e, nos lugares de memória contemporâneos, lugares híbridos de história e memória, de memórias próteses, são guardados vestígios, documentos e depoimentos, dentre outros, sempre relíquias preciosas que são, mais do que restos de felizes achados arqueológicos, escolhas institucionais e seleção (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999). Partimos de uma impressão segundo a qual, a memória institucional oficial do Tribunal não está se valendo da memória prótese proporcionada pelo acervo documental histórico. Esse acervo pode ser convocado como um lugar de memória que unisse o grupo, pois embora seja alusivo, ali o passado estará evocado.

A memória oficial comemorativa “colonizada” pela história, é vulnerável a manipulações e utilizações. Recortada para manutenção e enaltecimento de estruturas de poder, não é mais verdadeira memória afetiva. Dessa maneira, os fatos contidos nos processos judiciais históricos possibilitam o enraizamento em um passado perdido, onde pode ser buscado o entendimento do “que era” em comparação ao “que é”, através das diferenças e singularidades com o presente.

No âmbito do TJMRS, ao examinar o acervo documental, destacam-se dentre os processos judiciais, alguns ligados a fatos históricos importantes, como a ditadura militar instituída em 1964: o caso do “Homem errado”, o caso do “Relógio dos 500 anos”, o caso do “Roubo das lojas”, além de outros que podem ser usados como fontes documentais primárias para a validação ou reconstrução da história do período, assim como observação metódica de mudanças sociais - a micro-história da vida cotidiana. Com base especializada poderia alicerçar, doravante, a reflexão

institucional sobre a importância de preservar o passado no presente tendo em vista o futuro.

Esta reflexão teve por inspiração e foi feita sobre um grupo de pessoas processadas e, através da transcrição da fala de um dos protagonistas dos chamados “Grupo dos Onze da Brigada”, que foi encontrada em uma fonte secundária e que será apresentada no corpo deste relato. O nome “Grupo dos Onze” foi dado pelo número de participantes que formavam cada um dos grupos. Tais grupos foram criados durante a Campanha da Legalidade em 1961, por influência de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul; pretendiam através de pressão popular que João Goulart assumisse como presidente da República, pois como vice-presidente eleito e, diante da renúncia do então presidente Jânio Quadros, este seria o caminho previsto na Constituição Federal de 1946, então vigente. Estes grupos pretendiam alcançar a reforma agrária no país e, também, a conscientização dos trabalhadores.

Estes processos podem ser considerados documentos/monumentos, pois de acordo com Le Goff (1990) são aqueles que podem iluminar, instruir e dar sinais. Para o autor: “Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos.” (LE GOFF, 1990, p. 535). Os estudos relativos à memória das instituições datam do início dos anos setenta e continuam em amplo crescimento. Desta forma, é relevante a formação dessa memória institucional que representa a instituição. Através do aporte teórico necessário para o desenvolvimento desta pesquisa, do contato com as informações históricas dos documentos e da memória institucional denotada na instituição, esta pesquisa poderá contribuir no sentido de averiguar como estas informações jurídicas poderão somar na construção da memória institucional do TJMRS.

Esta pesquisa pretende, como contribuição social, tornar visível o conjunto documental de processos judiciais que foram destacados à sua época, seja por comoção social, por ineditismo ou por período de exceção política; através de um processo judicial histórico exemplar similar àqueles existentes no arquivo mantido pelo Projeto Memória, processo este recuperado em uma fonte secundária. Entende-se que as demandas judiciais envolvendo questões políticas do período 64/85 de membros da força policial militar estadual fazem parte do rol coberto pelo

TJMRS<sup>3</sup> neste tribunal especializado e, hoje, dizem respeito à sociedade brasileira, quer sejam atuais ou históricas. No trato dos documentos buscou-se a autenticidade dos documentos e através da confiabilidade do teor documental se fez a análise do conteúdo informacional contido naqueles suportes. Observe-se que, em razão de vedação expressa no Código de Processo Civil vigente à época (assim como no atual), não podem existir dois processos iguais com a mesma causa de pedir, mesmo réu, o que configura *litispêndência*<sup>4</sup> e implica na extinção de um dos processos. Por consequência deste instituto, os processos judiciais constituintes do acervo são originalmente únicos e sempre estiveram sob a guarda da instituição.

A relevância desta pesquisa para a área da Ciência da Informação está na consciência de que toda organização das informações visa facilitar o acesso aos documentos por pessoas, considerando-se arquivos e bibliotecas como espaços mantenedores de informações revestidos pela aura da memória, “lugares de memória” (NORA, 1993). Todo projeto de organização de acervos, qualquer seja sua natureza, deve ser construído sobre alicerces teóricos que busquem preencher as lacunas existentes de estudos nesta temática, contribuindo com informações vindas de um espaço raramente focalizado como os tribunais militares.

De início, já foi possível vislumbrar a singularidade do conjunto documental, no qual se conseguiu observar, inclusive, os processos judiciais do período de exceção política, historicamente muito relevantes, e que não são destacados pela instituição quando de suas manifestações sobre a história e memória institucional.

Na seção seguinte, traçamos o apoio da literatura especializada, usada para mostrar os conceitos de memória coletiva, social e memória das instituições, e,

---

<sup>3</sup> Um convênio firmado entre a União e os Estados, em 24 de maio de 1917, em virtude do qual as Brigadas Estaduais foram consideradas forças auxiliares do Exército, abriu caminho para a Lei Federal nº 3.351, de 3 de outubro de 1917, que autorizou o julgamento dos oficiais e das praças das polícias por elementos das suas corporações, nos crimes propriamente militares. Em consequência, o Decreto nº 2.347-A, de 28 de maio de 1918, estabeleceu os Conselhos de Disciplina, organizados extraordinariamente, um Conselho Militar permanente para o primeiro grau e, como instância revisora, o Conselho de Apelação, que iniciou os trabalhos quando da assinatura da primeira ata, em 19 de junho de 1918. A Lei Federal nº 192, de 17 de janeiro de 1936, reorganizou as polícias militares dos Estados, concentrando-as na manutenção da segurança pública, esvaziando-lhes competências militares e considerando-as reservas do Exército Nacional. A Lei determinou que cada Estado organizasse a sua Justiça Militar, o que foi executado apenas por São Paulo (1937) e Minas Gerais (1946) – o Rio Grande do Sul já possuía seu Conselho de Apelação. (TJMRS, 2019).

<sup>4</sup> Através do princípio constitucional da segurança jurídica foi criado o instrumento da litispêndência. A litispêndência evita que duas ações idênticas sejam analisadas por visões diferentes, ocasiona menos custos públicos e, também, não permite que uma pessoa seja processada duas vezes pelo mesmo fato.

também, a tensão existente entre memória e história e a necessidade estabelecer políticas de informação.

## **2 MEMÓRIA INSTITUCIONAL: ARTICULAÇÕES TEÓRICAS**

Optamos por um recorte seletivo de leituras sobre memória coletiva, memória institucional, documentos judiciais, organização e visibilidade de documentos históricos e da biblioteca como mantenedora de memórias para compreensão do porquê a biblioteca é o setor responsável por este tipo de documentos aqui tratados - documentos históricos de natureza arquivística. Mostra-se o que é, para a literatura das áreas de Ciência da Informação e Arquivologia, bem como de Biblioteconomia, a organização, a preservação e a disseminação de documentos e como podem ser aplicados ao conjunto documental histórico de processos judiciais, no espaço mantenedor de memórias, a biblioteca, e também, a legislação existente para preservação de acervos judiciais históricos.

Para finalizar, apresentamos nossa leitura pessoal acerca da noção dos “homens infames” do texto *A Vida dos Homens Infames* (1992), de Michel Foucault, e os relacionamos aos personagens interpelados nos processos judiciais em rastros deixados nos arquivos e bibliotecas, lugares que são de memória e história.

### **2.1 MEMÓRIA INSTITUCIONAL: TENSÃO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA**

A memória sempre está em construção e essa composição é dependente da memória coletiva. Dessa maneira, precisamos dos grupos em que estejamos inseridos. Assim, os fatos e eventos ocorridos que são importantes, individual ou coletivamente, dependem dessa reconstrução coletiva da memória (HALBWACHS, 2006).

Lowenthal afirma que tomamos conhecimento do passado porque nos lembramos das coisas. Para aquele autor, a consciência do passado existe quando repetimos e recordamos acontecimentos e pessoas. Segundo o autor (1998, p. 75): “Toda a consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado”.

Ao falar de memória, Pimenta afirma que “a memória faz parte, portanto, do imaginário partilhado entre indivíduos e coletivos que na dinâmica do tempo produz, enuncia e significa o que chamaremos de informação.” (PIMENTA, 2013, p. 151). Seguindo a visão desse autor, o imaginário comum entre os indivíduos, do qual a memória faz parte, permite a informação a qual é necessária para todas as nossas realizações. Prosseguindo em sua proposição, Pimenta (2013, p. 155) afirma que a memória necessita do acesso à informação para sua produção e preservação:

[...] sem memória não somos capazes de reconhecer determinada informação, da mesma maneira que não poderemos constituir conhecimento. [...] sem o acesso à informação, seja ela qual for para determinado fim, torna-se impraticável a produção e preservação da memória. Em ambas as perspectivas a memória pode, e deve, ser entendida como uma espécie de conhecimento. Seja ele sensível e individual, seja ele coletivo, científico ou político. (PIMENTA, 2013, p. 155).

Nora (1993, p. 9), ao definir a memória, enfatiza a memória e seu caráter dialético como “solda” que une os homens nos grupos vivos. No seu dizer, a memória é vívida e atual e aflora de grupos unidos em função desta memória viva. Para aquele autor: “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas [...]” Conforme afirma Halbwachs (2006, p. 35) nossa memória está relacionada aos grupos que pertencemos, já que é feita de dados comuns que estão sempre em deslocamento entre de nós e os outros mutuamente. Seguindo a visão do autor (2006, p. 73) a memória social é aquela que é externa, uma memória histórica que apresentaria o passado como um esquema, portanto, a memória coletiva e a memória histórica/social são diferentes já que a primeira “[...] é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou ainda é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”, enquanto a história produz divisões por períodos e não por grupos (HALBWACHS, 2006, p. 102).

Le Goff (1990, p. 475), desconsiderando a dialética entre memória verdadeira e memória prótese apresentadas por Nora (1993, p. 16), ao falar de memória coletiva defende que “a memória coletiva é um dos elementos mais importantes das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela

vida, por sobreviver ou por progredir”. Reconhece o caráter classista na luta pela memória, pois, conforme o autor, a memória serve de instrumento de poder das classes na sociedade.

A memória institucional é parte da luta para criar ou consolidar uma memória coletiva e é construída através da história das instituições, usando as informações internas através de registros feitos. Para que esta memória institucional se consolide, [e, talvez, “colonize” a memória social na busca da hegemonia] uma gestão documental nesta entidade é mais do que fundamental, é estratégica na luta pela memória, como veremos mais adiante no texto. O movimento de valorização da memória institucional começou a partir dos anos setenta e vem se fortalecendo, sendo prioritário que as empresas, organizações ou instituições reúnam suas informações.

Conforme Costa a memória é fundamental para no funcionamento das instituições:

[...]. É através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento. Há um processo seletivo que se desenvolve segundo as regras instituídas e que variam de instituição para instituição. Tendo em vista que as instituições funcionam em rede no campo social, o limite de uma instituição é outra instituição. [...]. (COSTA, 1997, p.145).

Na opinião de Cellard são necessárias fontes, para resgate ou reconstrução da memória:

Por possibilitar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa [...]. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente ao passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (CELLARD, 2008, p. 295).

Em outras palavras, para o autor os documentos escritos são agentes de fatos passados, sendo por vezes apenas o que temos de registro de épocas e acontecimentos, sua constituição permite algumas vezes a recomposição de situações e períodos históricos, consistindo em fonte de caráter imprescindível. Sobre a necessidade de reunir as informações, dizem Rueda, Freitas e Valls:



Essas informações, encontradas em diversos suportes, devem ser reunidas, fazendo-se mais do que necessário a concentração destes acervos, armazenados e organizados corretamente com a finalidade de estarem disponíveis para consulta porque retratam não só as atividades de uma instituição, mas a época em que está inserida, o tempo e o espaço que ocupa na sociedade, facilitando-se assim o entendimento da instituição como um todo. (RUEDA; FREITAS; VALLS, 2011, p. 78).

Assim, conforme as autoras, “com a conscientização da *importância estratégica da preservação da Memória Institucional* as entidades perceberam que era preciso promover as mudanças organizacionais necessárias sem perder a sua identidade, e isto se reflete até hoje nos Centros de Memória.” (RUEDA; FREITAS; VALLS, 2011, p. 86, meu grifo). Mas Maury (2011, p. 50) considera que por isso é imprescindível uma política de registro da memória nas instituições, juntamente com a atuação dos agentes públicos na recuperação da história da instituição em que estão, para que assim haja um processo de preservação da memória do local. Quando a importância da existência de uma instituição é reconhecida, segundo Mendonça e Pinho (2016, p. 94), tal reconhecimento manifesta-se na preservação da história, dos valores e da identidade deste local. Na visão de Silva e Godoy (2017, p. 2276) “[...] é perceptível a importância da guarda e gestão dos documentos para conseguir acessar a informação, assim como recontar a memória institucional.” Os documentos, nesta visão, são mais do que suportes para a informação ali registrada, são verdadeiros documentos/monumentos (LE GOFF, 1990).

Para González de Gómez (1999, p. 9), os “testemunhos” ou “valores de informação atribuídos a cada artefato informacional tratado em um ambiente de informação realizam-se sob uma “indecidibilidade estrutural” sobre “qual é o caso em que a informação é o caso” para cada usuário ou leitor. Assim, nos lugares de informação (de guarda da memória e da história) são realizadas ações de informação que incidem sobre informações perceptuais, textuais ou documentárias e que sempre antecipam ou supõem as perguntas dirigidas ao sistema de informação ou aos documentos contidos. Seriam todos aqueles processos que conhecemos como seleção, registro, indexação, todas chamadas de ações de informação “àquelas que estipulam ‘qual é o caso em que a informação é o caso’”, sempre supondo e antecipando questões de informação (dirigidas aos serviços de referência presenciais ou virtuais).

Destacando o caráter de decisão e escolha que todas as ações de informação envolvem, existe, portanto, relação entre política e informação. Toda ação de informação é, ao fim e ao cabo, política:

Do ponto de vista da relação entre política e informação, não se poderia falar de um momento *a posteriori* no qual, já dada a informação, estabelece-se seu valor, prioridade ou finalidade de acordo com estruturas ou posições de poder; enquanto “informação” implique seletividade e escolha, a “politicidade” estaria presente no âmago da emergência de conteúdos, ações, tecnologias, produtos e serviços de informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 9).

Assim, entende-se o relacionamento entre informação e política quando é dado à informação já existente no mundo, valor, prioridade e importância pela sua guarda, preservação em uma estrutura onde será inserida, o que implica em perceber sua potência para informar, reconhecida pelo poder da seletividade realizada. Dizendo de outra maneira: a seleção está na raiz e no cerne de todas as ações de informação. E, seleção é escolha: na entrada do documento (ou não) no acervo, da escolha de um descritor que pode reunir ou afastar um documento de possíveis buscas, da separação de coleções em acervos “antigos” (com data de publicação até 1980, por exemplo), de permitir acesso livre ou reservado (ou sigiloso, no caso de documentos de arquivo), de permitir o empréstimo de um livro ou restringi-lo para consulta local ou, cada vez mais, digitalizar um documento antigo e disponibilizá-lo na rede, ou incinerá-lo... Seguindo a proposição da autora, vale anotar, nas instituições, as ações são frutos de acordos ou coercitivas:

As instituições, [...] se constituem como variáveis com diversos graus de valor, de modo que pode estender-se de uma **ação instituinte**, com um mínimo de acordo entre os participantes a **uma ordem instituída e formalizada** que pode ser coercitiva e de pretensões totalizadoras em seu domínio de intervenção. Os atores continuamente constituem e reconstituem as instituições através de suas ações e decisões. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 26, grifos da autora).

Mas, o caráter seletivo nas ações de informação não só se realiza na biblioteca como órgão ou setor, mas na totalidade das instituições. Para Frohmann é necessária a criação de políticas de informação. O autor diz, também, que a Biblioteconomia e a Ciência de Informação reconhecem que há limites para dar acesso amplo e irrestrito a todos, uma vez o poder institucional e a informação estão relacionados. Na visão do autor:

[...] a limitação mais importante imposta pela Biblioteconomia e a Ciência da informação em estudos de políticas de informação é a oclusão [silenciamento quanto às/ cerceamento] de questões relativas às relações entre informação e poder. O foco em problemas instrumentais e questões epistemológicas e preocupada em estabelecer e policiar fronteiras entre disciplinas desvia a atenção de questões de como o poder é exercido em e por meio das relações sociais mediadas pela informação, como o domínio sobre a informação é alcançado e mantido por grupos específicos, e como formas específicas de dominação especialmente aqueles de raça, classe, sexo e gênero estão implicadas no exercício de poder sobre a informação. (FROHMANN, 1995, *online*, tradução nossa).

O exercício do poder nas relações sociais através da informação é feito por grupos particulares e para obter dominação. Examinar os regimes de informação, através de pesquisa de política de informação, proporciona saber como iniciam, se fixam e exercem o poder. Segundo González de Gomez (1999, p. 27): “Em síntese, um regime de informação se caracteriza por sua complexidade e sua não transparência imediata, por ocorrerem conflitos, vontades plurais e efeitos não desejados.” Entende-se, através da proposição da autora, um regime de informação como um campo de multiplicidades.

Por meio da reflexão cruzada das posições dos autores até aqui discutidos, a reconstrução da verdade histórica (através de uma “memória histórica”) pode ser alcançada através da reconstrução de um regime da verdade, o qual é importante do ponto de vista teórico, que se reconheça a tensão existente entre este híbrido de história e memória que é a memória institucional com a vontade de verdade identificada por Michel Foucault em *A Ordem do Discurso*, publicado em 1970. Para o autor: “a vontade de verdade apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas, como a pedagogia, é claro como o sistema de livros, da edição, da biblioteca [...]” (FOUCAULT, 1996, p. 17). Assim, na vontade de verdade se sustenta a memória institucional, ela é história e “acreditação” - uma crença intelectualmente construída -, mas julga que é formada por pura história. A memória paira sobre a pirâmide institucional do poder como uma “aura” (Nora, 1993, p. 14), uma vontade, uma necessidade de memória, apenas. Esta “vontade”, ou esta crença de que a memória da sociedade ocidental está atendida pela guarda nos lugares de memória é sentida como “medo da perda”, reivindicada como “direito à memória” por parte de uns e uma consciência do “dever de memória” por parte de outros. Mas, como tema da Filosofia da Informação, este tema pode não estar aqui intuído e não aprofundado.

A memória das instituições públicas, conta sua história como organização e a história das pessoas que por ali passaram, sendo essa memória parte da memória coletiva daquele grupo. De acordo com esta ideia, as instituições ao terem uma política de registro e recuperação de fatos, para construção de suas memórias, abandonam o caráter eletivo da comemoração do passado para torná-lo de caráter determinante da obrigação moderna e contemporânea de guardar para lembrar (NORA, 1993).

## 2.2 PROCESSOS SENSÍVEIS

Todos os acervos históricos necessitam de organização e preservação, a sua existência e conteúdo precisam ser disseminados para conhecimento histórico ou cultural da sociedade. Neste sentido, sua guarda e disponibilização, portanto são necessárias, importantes, fundamentais, pois garantem a permanência dos vestígios histórico-memoriais. Nesta perspectiva, as ações de informação são fundamentais, pois são parcelas do trabalho humano que constroem maneiras de auxiliar o acesso às informações para diferentes interessados seja para fins de reconstrução histórica ou alegação de direitos. Nesse sentido, lembramos que a Arquivologia, hoje autônoma, foi por muito tempo pensada como ciência auxiliar da História.

Os ambientes institucionais, especialmente os judiciais, vicejam através da documentação gerada ou agregada, o registro destas informações e o tratamento deste volume informacional necessitam de organização.

Os documentos históricos destas instituições, sua parte constituinte e sua responsabilidade na compreensão do “dever de memória” (NORA, 1993), também, necessitam de tratamento para garantirem a facilitação do acesso e para que a busca - indecível *a priori* (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999) - do historiador, usuário da informação, seja realizada.

Na visão de Louzada, o acervo documental preservado, organizado e disseminado possibilita que:

A preservação do acervo documental, suas formas de organização e disseminação, além de permitir o exercício imediato da cidadania, possibilita a construção e o resgate da memória coletiva, social, nos diversos níveis e leituras possíveis: ela será sempre uma construção e, na maior parte do tempo, são os registros dos discursos oficiais. (LOUZADA, 2012, p. 66).

Louzada defende que a preservação, organização e disseminação dos registros documentais permitem a construção e o resgate da memória e a prática da cidadania. De acordo com Vieira (2017, p. 7) a preservação e a conservação dos acervos exigem medidas e planos que não estão disponíveis nas instituições, muitas vezes apenas por fixação de prioridades. Para a autora o bibliotecário deve fazer o que puder para manter as obras preservadas até mesmo através de medidas simples como instrução dos usuários para manuseio correto, também defende a importância da incorporação destas medidas:

A preservação e o acesso a documentos históricos são de suma importância para o resgate e valorização da memória das instituições históricas e científicas. Para isso é necessário incorporar medidas que visem à preservação, recuperação e disponibilização dessas informações. (VIEIRA, 2017, p. 8).

Na defesa de Vieira, quanto a medidas de preservação e de acesso aos documentos históricos, enfatiza o reconhecimento e a importância da memória institucional. Já para os tribunais, conforme Macedo e Tolfo, a tarefa na administração de documentos é árdua, sobretudo quando já estão no terceiro ciclo vital<sup>5</sup> - a fase dos arquivos permanentes. Dizem os autores que:

Os Tribunais de todo país passam por uma tarefa árdua na administração de seus documentos pela difícil demanda que representam no desiderato de sua preservação, quando já encontrados em seu terceiro ciclo vital. Na atualidade é crescente a existência de arquivos judiciais lotados por autos de processos produzidos em papel, ao longo do tempo, que deveriam servir de fonte de pesquisa ou efetivação do acesso à informação. É bem verdade que estão sofrendo os efeitos de sua guarda, na maioria das vezes precária, e mostrando-se por muito inutilizáveis, a ponto que se questiona: que acesso à informação se dá com folhas que mal podem ser tocadas, sob pena de se desconstituírem? (MACEDO; TOLFO, 2017, p. 712).

Para aqueles autores os tribunais do país estão abarrotados com processos em papel, e a guarda realizada não promove realmente o acesso à informação contida, motivo pelo qual deixam de ser fonte preciosa de pesquisas. Seguindo sua proposição, é prioritária a preservação dos documentos judiciais, pois:

Cumprе salientar que fatos ocorridos e que marcaram nossa sociedade estão registrados em documentos judiciais arquivísticos, museológicos e biblioteconômicos. É inexorável a necessidade de tal preservação, eis que,

---

<sup>5</sup> Documentos produzidos há mais de 25 anos.

por meio da resolução de conflitos individuais e coletivos, o Poder Judiciário é coadjuvante - quando não protagonista - de transformações emblemáticas, como políticas, econômicas, científicas ou culturais que envolvem a sociedade. Cada processo traz em si uma história, história da vida privada, história da vida pública. (MACEDO; TOLFO, 2017, p. 714).

Os documentos judiciais trazem as marcas de transformações da nossa sociedade, através da resolução dos conflitos frente à lei, em outras palavras para Macedo e Tolfo trazem “em si” a história. Portanto, a proteção e o acesso aos documentos judiciais históricos possuem vital importância para valorizar e visibilizar a memória das instituições, desse modo medidas devem ser tomadas em relação à organização, à preservação e à disseminação do conteúdo destes documentos.

Por determinação do Conselho Nacional de Justiça através da Recomendação n. 37 de 15 de agosto de 2011 cuja ementa diz: Recomenda aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - Proname<sup>6</sup> e de seus instrumentos, e da alteração na redação desta recomendação com a Recomendação n. 46 de 17 de dezembro de 2013 foram oficializados todos os pontos para classificação dos documentos judiciais. A Recomendação n. 37 traz em sua ementa:

Considerando a necessidade de assegurar a autenticidade, a integridade, a segurança, **a preservação e o acesso de longo prazo dos documentos e processos** em face das ameaças de degradação física e de rápida obsolescência tecnológica de hardware, software e formatos; CONSIDERANDO a necessidade de fomentar as atividades de **preservação, pesquisa e divulgação da história do Poder Judiciário**, bem como das informações de caráter histórico contidas nos acervos judiciais. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2011, grifo nosso).

Através destas Recomendações foi estabelecido, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - TJRS, o ano de 1950 como corte cronológico para guarda dos documentos judiciais. Também, a partir disto houve a criação de uma comissão para execução e avaliação para o descarte no acervo de processos, que

---

<sup>6</sup> A Gestão Documental no Poder Judiciário é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos institucionais produzidos e recebidos pelas instituições do Judiciário no exercício das suas atividades, independentemente do suporte em que a informação encontra-se registrada.

foi denominada de Comissão Interdisciplinar de Preservação de Processos Judiciais Aptos a Descarte – COMINTER<sup>7</sup>.

Para Carvalhêdo e Medleg (2008, p. 4) a documentação mostra a essência das atividades das instituições “apesar do descaso (intencional ou não) do Estado no gerenciamento de suas informações ou tendo realizado uma “limpeza” na documentação” e, também, “sua estrutura organizacional, suas relações com outras instituições, a sociedade, seus trâmites e interesses registram as transações”. Portanto, a manutenção do acervo histórico documental do que foi julgado dentro do Tribunal, que trata majoritariamente com a força policial militar do Estado, não deveria ser alvo de possível destruição, além do fato de não possuir um arquivista por formação para avaliação e organização do acervo.

Dentro do conjunto documental, formado por arquivos de processos judiciais e *habeas corpus*, existem os chamados documentos sensíveis, pois alguns estão ligados à repressão do Estado no período da ditadura militar imposta em 1964.

### 2.3 OS HOMENS INFAMES

Após refletir-se sobre os problemas ligados à preservação de documentos sensíveis, nesta subseção apresentaremos nossa leitura sobre os “homens infames”, texto de Michel Foucault.

Michel Foucault, ao analisar registros do século XVIII na Biblioteca Nacional francesa (Bibliothèque Nationale de France ou BNF, localizada à época na Richelieu, número 58, em Paris) encontrou documentos/fragmentos do passado, que eram processos judiciais, cartas de prisioneiros, diários de apenados e teve a ideia de publicá-los quase sem retoques, disse que essas leituras trouxeram mais emoção que a literatura. Viu nesses registros antigos uma dupla referência por terem uma narrativa fácil e pela realidade dos acontecimentos relatados, encontrou nestes documentos ao mesmo tempo a beleza do estilo clássico e os excessos das frases dadas aos miseráveis. Durante a leitura, refletiu sobre existências, que chamou de

---

<sup>7</sup> A COMINTER foi instituída pelo Ato n. 021/11-P e tem como atribuições receber e analisar sugestões e proposições relativas à preservação de processos passíveis de descarte, bem como definir critérios e procedimentos para a seleção e preservação de documentos e processos judiciais que, conforme a Tabela de Temporalidade, se encontram aptos a descarte. Foi criada para complementar a atuação da Comissão Permanente de Avaliação e Gestão de Documentos, e ambas, junto com o Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul e os Serviços de Arquivos Judicial e Administrativo, fazem parte do Projeto de Gerenciamento do Acervo Arquivístico no âmbito do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado.



“vidas ínfimas”, transformadas em cinzas em poucas frases, e decidiu restituir a sua dignidade através da publicação de textos pela intensidade que pareciam ter, procurando preservar o efeito contemporâneo de cada voz registrada no início da Modernidade.

Para recolher as informações nos registros impôs-se regras segundo as quais selecionou para publicar documentos produzidos por

“personagens realmente existentes, existências obscuras e desafortunadas, contadas brevemente em algumas frases, que não fossem relatos de anedotas ou patéticos e que tivessem feito parte da história daquelas existências (da infelicidade, da raiva e da duvidosa loucura) e que o choque das palavras e vidas ainda tivessem algum efeito.” (FOUCAULT, 1992, p. 94). “Era necessário que fossem existências reais, com lugares e datas e com homens em seus sofrimentos, ciúmes, clamores, que fossem atravessados pela realidade, onde as vidas reais foram representadas e onde o destino delas foi em parte decidido.” (FOUCAULT, 1992, p. 95).

Com isso, os personagens para o seu livro necessitavam ser obscuros e sem notoriedade, fadados a uma existência que não deixasse rastros; mas que tiveram um choque, um encontro com o poder, talvez “na vilania,” “na baixeza”, “no infortúnio.” (FOUCAULT, 1992).

Foucault entendia que essas vidas não podiam ser recuperadas em seu “estado livre”, pois estavam fixadas através das mentiras e relações do jogo do poder, no refúgio frágil das palavras, apenas uma “existência verbal” e manifestada através das palavras delas e para elas. É o poder que quer destruí-las que vai, também, lhes dar o clarão para que cheguem até nós. Selecionou de discursos registrados que sobreviveram a séculos de deterioração documental, verdadeiras lendas dos homens obscuros e os discursos que tiveram com o poder (FOUCAULT, 1992).

Desde o início a coincidência ou o acaso fez com que essas existências fossem vistas, o olhar do poder sobre um indivíduo obscuro, o acaso de um registro ter sido encontrado e lido e não outro, a sorte faz com que, entre tantos, pudesse agora manifestar por escrito sua ira, aflição e vingança pelo choque com o poder que quis destruí-lo. Como são “vidas longe da fama” são, aparentemente, **infames**, “já não existem senão por via das poucas palavras terríveis que estavam destinadas a torná-los indignos, para sempre, na memória dos homens” (FOUCAULT, 1992, p. 103) e são estas palavras que o acaso preservou que lhes darão o retorno ao real deixando o sufocamento que lhes foi forçado.

Os textos colhidos revelaram nas frases uma violência e uma cruzeza, uma mesquinhez nas intenções; um teatro do cotidiano, já que com o nascimento do registro e seu acúmulo apareceu a memória crescente dos males do mundo, refletiram uma maneira de reger e formular o poder, o discurso e o cotidiano. No discurso do cotidiano são colocadas todas as vergonhas, variações pessoais e segredos, nos documentos apenas os gestos dos grandes não tinham escárnio, para os humildes o discurso diferia, por vezes com palavras rudes e violentas, de raiva, cólera paixão e rancor. Na sociedade ocidental a vida cotidiana estava presente no discurso apenas para narrar o “fabuloso”, o heroísmo e a aventura, até o nascimento de uma arte da linguagem no século XVII onde é buscado o que não tem glória, o **infame**, o mais oculto, comprometendo-se a produzir efeitos de verdade, estratégias do verdadeiro; “um discurso de poder” (FOUCAULT, 1992).

Para Foucault, *A Vida dos Homens Infames* pode se estender para outros tempos e outros lugares (FOUCAULT, 1992, p. 105).

#### 2.4 RASTROS DOS HOMENS INFAMES NOS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

A biblioteca, um espaço informacional, um lugar de memória/história (NORA, 1993) pode agregar ao seu perfil a característica de guardiã de documentos históricos das instituições, e de modo consequente, de memórias institucionais; através do tratamento, manutenção e disseminação do conteúdo de acervos históricos. Dependendo das instituições em que as unidades informacionais estejam inseridas, podem ser visibilizadas como mantenedoras das memórias da organização.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar **arquivos, museus, bibliotecas, coleções**, santuários, monumentos, de que é preciso manter aniversários, organizar celebrações públicas e pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais e são estes lugares que secretam, vestem, estabelecem, constroem, decretam, mantêm, pelo artifício e pela vontade, uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação (NORA, 1993, p. 13, grifo nosso).

As bibliotecas, dentre outras instituições e atividades, se constituem em lugares para reforço da identidade coletiva e preservação da memória. Sobre a

legitimidade das bibliotecas na guarda de memórias, Verri defende a sua importância na tutela dos conhecimentos e dos saberes, de acordo com a autora:

As informações registradas em diferentes suportes, selecionadas, agrupadas e organizadas em **bibliotecas, arquivos e museus**, formam os lastros do conhecimento, dos saberes estruturadores da memória de indivíduos e de coletividades. Esses espaços ou lugares de memória, que demarcam, preservam, e que permitem a circulação da produção intelectual, científica e cultural da sociedade, têm nos documentos aí contidos o tempo e a duração de informações a serem interpretadas, apropriadas e memoriadas ou até expropriadas. (VERRI, 2012, p. 3, grifo nosso).

Infere-se que, dentro das instituições, as bibliotecas podem conservar os documentos históricos gerados pela entidade em suas atividades pregressas. Não basta a reunião, guarda, preservação e a conservação de papéis e livros. Para que bibliotecas se transformem em lugares de memória, deve existir um dever e um direito de memória mesmo não sendo fácil, uma intenção, uma consciência quase sagrada, uma obrigação de guardar, compartilhada pelos seres humanos que atuam e espalhada nos demais membros da organização, e não somente a intenção burocrática de guarda dos papéis para registro e futuras pesquisas históricas. Pode-se afirmar que memória não se cria por decreto ou uma assinatura em um gabinete.

A preservação dos processos judiciais históricos permite que a memória institucional confronte a história documentalmente. Neste sentido, a memória institucional é anárquica. É importante guardar processos exemplares para pesquisas futuras, pois através do seu uso será possível a reconstrução do regime da verdade para a reconstrução da verdade histórica.

O espaço da biblioteca não pode ser visto apenas como um lugar com premência de atualização para novas tecnologias, mas um lugar onde a organização, a conservação e a disseminação de registros históricos levam ao conhecimento e a reverberação das memórias coletivas.

Na próxima seção estão apresentados os métodos e as técnicas que foram usados na pesquisa, segundo sua natureza, sua abordagem, seu objetivo e seu procedimento, incluindo os recortes para exame neste trabalho.

### 3 METODOLOGIA

Esta fase da pesquisa realizou um estudo teórico através da análise bibliográfica visando construir um arcabouço teórico acerca da importância de preservação de alguns processos judiciais históricos sensíveis considerados fundamentais para a preservação de algumas narrativas de vidas que passaram pelo TJMRS.

Esta pesquisa é de natureza básica de cunho exploratório objetivando aumentar o conhecimento sobre a relação entre processos judiciais do período 1964-1985, documentos sensíveis e memória institucional, através da análise e identificação de informações históricas relevantes não só para a instituição, mas para toda a sociedade. Nós a consideramos básica também porque não há um compromisso formal do TJMRS no intuito de aplicar as considerações teóricas aqui feitas para sustentar as práticas de preservação do acervo arquivístico histórico do período sensível discutido.

A abordagem foi qualitativa e, em certo sentido, analítica, porque apresenta os fatos da investigação, através dos dados colhidos, procurado mostrar a importância dos processos judiciais históricos do TJMRS.

Quanto ao objetivo, a pesquisa foi de cunho exploratório para averiguação ou verificação de fatos para melhor entendimento e ampliação do conhecimento,

Pode-se afirmar que esta pesquisa foi feita no contexto social onde se insere e onde os fatos ocorreram, o TJMRS. O propósito, assim, foi construir uma argumentação reflexiva para mostrar a importância dos processos judiciais históricos do TJMRS como constituintes da memória institucional e a importância de sua visibilidade tanto para os sujeitos internos quanto para a sociedade na sua totalidade.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa desenhou-se como uma preparação teórico metodológica com vistas a uma pesquisa documental aprofundada, com análise dos documentos jurídicos públicos primários de fontes originais. Para a pesquisa documental o procedimento preliminar do manuseio e leituras dos processos judiciais e o registro de informações a partir da observação e seleção dos dados já foi feita, assim como anotações às quais pretendia retornar em exames mais profundos que não ocorreram devido às regras institucionais de distanciamento social durante a pandemia de Sars-CoV-2.

Esta pesquisa foi iniciada com uma leitura (pré-análise) dos chamados registros institucionais escritos, principalmente em processos judiciais e seus respectivos inquéritos policiais militares (IPM)<sup>8</sup>. Durante a mesma não houve envolvimento com os sujeitos da instituição, a não ser pela autorização de manuseio das mesmas com fins de pesquisa. O uso dos dados coletados foi autorizado mediante a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O *locus* do estudo desta pesquisa foi a Biblioteca Fernando da Silva Bastos do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul. A biblioteca foi fundada em 1972, e regulamentada a partir da resolução nº 58 de 2008; sua função é o atendimento prioritário das necessidades da Justiça Militar do Estado, no exercício de suas atividades jurisdicionais e administrativas. O Projeto Memória da instituição, com acervo histórico de livros e outros, está anexado ao setor formando a Coordenadoria de Biblioteca e Memória.

#### **4 UM CASO DE HOMENS INFAMES: O GRUPO DOS ONZE**

Os “Grupos de Onze” ou “Grupos dos Onze” como eram popularmente conhecidos, foram criados em anos anteriores ao golpe militar no Brasil, eram inspirados por Leonel Brizola, tiveram origem na chamada Campanha da Legalidade de agosto de 1961. O Movimento da Legalidade iniciou em 25 de agosto de 1961, pelo governador do Estado, Leonel Brizola e este é um dos fatos mais emblemáticos da história do Rio Grande do Sul.

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, o vice-presidente João Goulart tomou posse em 7 de setembro de 1961, como era previsto na Constituição de 1946. Segundo verbete do Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (2020): “os três ministros militares manifestaram-se contra a posse de João Goulart devido a suas posições políticas, consideradas de esquerda”. A posse só ocorreu após a adoção provisória do sistema parlamentar, pois a cisão militar já ocorrera logo após a renúncia e persistiu durante todo o governo de Jango.

Leonel Brizola apoiado pelo comandante do III Exército, José Machado Lopes, posição apoiado por vários oficiais-generais que serviam em outros pontos

---

<sup>8</sup> Pode ser definido como procedimento sumário destinado a reunir os elementos necessários à apuração de uma infração penal - no caso, um crime militar - e de sua autoria.

do país, dispôs-se a lutar pela posse do vice-presidente. Para tanto, manteve a chamada “Cadeia da Legalidade” do Palácio Piratini, com a multidão apoiando e tomando a Praça da Matriz e tendo a Assembleia Legislativa do Estado permanecido em sessão permanente (MEMORIAL DO LEGISLATIVO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Para Righi a motivação de Leonel Brizola ao criar os grupos era tecer uma pressão popular:

Brizola sentia que as reformas não passariam pelo Congresso que estava a representar os interesses dos grandes latifundiários e da elite brasileira, dessa forma decide forçar o presidente a implantar as medidas através da pressão popular, os *Grupos de Onze* protagonizaram essa pressão. Visavam também resistir caso houvesse um golpe, algo já anunciado por Brizola antes mesmo da concretização do fato em abril de 1964. No entanto, isto não foi possível, pois os *Grupos* foram tardiamente organizados e, portanto, não tiveram tempo para reagir como o esperado. Ao final, o que realmente aconteceu foi uma forte perseguição aos brizolistas adeptos e simpatizantes dos *Grupos*. (RIGHI, 2014, p. 2).

Estes grupos foram atingidos brutalmente pela repressão militar, pois eram formados rapidamente e estavam ligados inicialmente à reforma agrária, mas procuravam chegar a todos os trabalhadores visando à mobilização da classe. Os grupos foram vistos como um meio para uma revolução comunista no país, fato que motivou a perseguição implacável aos seus membros. Os grupos contaram com uma cartilha fundadora com o nome de “Organização dos Grupos de Onze Companheiros”, divulgada pelo jornal Panfleto e pela rádio Mayrink Veiga, que possuía maior alcance nacional e ouvintes da classe baixa. Esta cartilha pode ser vista no sítio do Arquivo Público do Rio Grande do Sul em: Resistência em Arquivo - Memória e História da Ditadura.

De acordo com Baldissera, a constituição dos grupos foi vista e declarada como ameaça:

A formação de Grupos de Onze, em sua maioria em regiões do interior do estado e nas proximidades de áreas com histórico de mobilizações de agricultores sem-terra, foi vista e divulgada como estratégia da guerra revolucionária e prova do avanço do comunismo no país, imaginário vigente na sociedade brasileira desde a Intentona Comunista de 1935 e exacerbado pela ocorrência da Revolução Cubana em 1959. A capacidade de Brizola de mobilizar multidões, demonstrada quando liderou a Legalidade, movimento pela posse de João Goulart, e suas ameaças de um levante popular caso as reformas de base não fossem aprovadas, concorria para o caráter de revolucionários subversivos imputado aos tais Comandos Nacionalistas e

também para a forte repressão desfechada sobre eles a partir de 31 de março de 1964. (BALDISSERA, 2019, p. 478).

A formação dos grupos esteve ligada à capacidade de mobilização de Leonel Brizola, à vontade popular existente de participação na política e à força do brizolismo<sup>9</sup> no Rio Grande do Sul. A partir do golpe militar de 31 de março 1964 começou a perseguição aos chamados Comandos Nacionalistas - organizações populares de participação e engajamento político formados para influenciar as políticas de Estado.

Para Szatkoski, os Grupos dos Onze eram preparados para combates em um processo revolucionário. Segundo o autor os grupos:

[...] tiveram respaldo dos militantes do PTB nas mais longínquas comunidades, principalmente do interior do Rio Grande do Sul. Esses grupos seriam compostos por dez homens e um líder, treinados para a luta de guerrilhas. Caso fosse deflagrada a guerra civil, os seus chefes comunicar-se-iam, formando núcleos combatentes mais amplos, de acordo com a necessidade. Os grupos, além do potencial guerrilheiro, desempenhariam o papel de conscientizadores políticos de um processo revolucionário. (SZATKOSKI, 2003, p. 102).

A formação destes grupos alcançou o interior do estado, e era pretendido, se fosse necessário, um treinamento posterior para lutas de guerrilhas, em caso de guerra civil no país; seriam usados como uma força para a conscientização do povo. Ainda sobre a composição dos grupos. Szatkoski afirma:

Para compor esses grupos era necessário registrar em ata a organização do grupo, a qual era padrão, já vindo impressa no documento, onde eram registrados os nomes do comandante e também do subcomandante [...]. A sede do Comando seria a residência de qualquer um dos seus membros; posteriormente, far-se-ia a formação do grupo registrado, dos nomes e endereços dos componentes. O registro do comando em ata deveria ser comunicado ao deputado Leonel Brizola, a cargo da Rádio Mayrink Veiga, localizada na rua Mayrink Veiga, nº 15, no Rio de Janeiro, estado da Guanabara. (SZATKOSKI, 2003, p. 103).

Como visto a constituição dos grupos era feita de maneira simples e a formação deveria ser comunicada ao gaúcho Leonel de Moura Brizola, que após o término do mandato de governador do Rio Grande do Sul em 1963 transferiu seu domicílio eleitoral para o então estado da Guanabara onde exerceu mandato de deputado federal até 1964, quando fugiu para o Uruguai devido à instalação do

---

<sup>9</sup> Ideologia que se solidificou com a figura carismática de Leonel Brizola.



regime militar no país. A constituição dos Grupos de Onze devia ficar registrada em ata e a sede de cada um dos grupos sempre seria a casa de um dos membros.

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul - BMRS teve presença ativa na perseguição aos grupos, de acordo com Baldissera:

O Rio Grande do Sul estava alinhado aos golpistas e responsabilidade de desbaratar os Grupos de Onze no interior do estado ficou por conta dos Destacamentos Especiais Volantes da Brigada Militar. [...]. O contingente da Brigada tinha, ainda, a missão de esclarecer as populações interioranas a respeito dos verdadeiros motivos do movimento de 1964. (BALDISSERA, 2019, p. 480).

Na caçada aos Grupos de Onze houve a constituição de destacamentos especiais para atuação no interior do Estado. Segundo aquela autora (2019 p. 480), para os destacamentos volantes foram treinados mil homens combatentes e enviados ao interior, chegando primeiramente nos lugares onde tinha havido apoio ao movimento da Legalidade. Na perseguição aos Grupos de Onze, policiais militares da BMRS foram acusados de pertencer ou incentivar a criação destes grupos dentro da organização militar, ficaram conhecidos como os Onze da Brigada, foram presos e acusados de subversão.

Quantos aos instrumentos utilizados na perseguição aos militares, Szatkoski (2003, p. 109) afirma que: “os inquéritos policiais militares fizeram parte do grupo de forças repressivas criado pelos governos militares na implantação da ditadura militar”. A autora enfatiza que:

Os IPMs tornaram-se uma fonte de poder de fato para o grupo de coronéis designados para coordenar ou chefiar as investigações. Configuravam o primeiro núcleo de um Aparelho Repressivo (AR) em germinação e o início de um grupo de pressão de oficiais linha dura dentro do Estado de Segurança Nacional. (SZATKOSKI, 2003, p. 110).

Os Inquéritos Policiais Militares foram alguns dos dispositivos utilizados para a perseguição e repressão feita por militares a militares dentro da BMRS. Para Silva (2019, p. 65): “Buscava-se com isso ‘legalizar’ a perseguição política, principalmente através dos IPMs, que eram coordenados por militares interessados na construção da legitimidade da existência de crime”. Deste modo, o acossamento aos militares suspeitos foi regular e desempenhado dentro da força policial militar estadual, gerando processos judiciais, *habeas corpus* e posteriores pedidos de indenização

pelos atingidos pela violência da repressão do aparato estatal imposta pelo golpe militar de 1964.

A Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul - CEV/RS, criada pelo decreto 49.380 de 17 de julho de 2012, em seu relatório final de 4 de dezembro de 2014 mostra que: “Dentre as principais ocorrências apuradas, destacam-se, em ordem cronológica: a brutal repressão aos militares legalistas, e aos integrantes dos chamados Grupos de Onze, logo nos primeiros dias após o golpe de estado de 1964[...]” (RELATÓRIO AZUL, 2014, p. 13). Consta no relatório também:

[...] desembocando a disputa política na quartelada que, em 1º de abril de 1964, instalou os golpistas no poder, já nos primeiros dias que se seguiram, começaram as prisões dos militares – das Três Forças e da **Brigada Militar** – leais ao governo trabalhista então derrubado. (RELATÓRIO AZUL, 2014, p. 20, grifo nosso).

Conforme o relatório final da CEV/RS, houve perseguição, e foi feita aos militares legalistas que eram fiéis a Leonel Brizola e pertencentes à BMRS. Quantos aos que foram perseguidos na ocasião, pelo regime militar, está colocado que: “[...] nos anos que se seguiram, eles e seus familiares foram vítimas de graves violações, que a Comissão Estadual da Verdade, em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade, buscou resgatar [...]” (RELATÓRIO AZUL, 2014, p. 21).

O Relatório final da CEV/RS não aborda particularmente os processos judiciais sofridos pelos militares legalistas dentro da própria corporação BMRS, mas foi descrita a atuação dos brigadianos<sup>10</sup> na perseguição brutal aos cidadãos vinculados aos Grupos dos Onze em todo o Estado, em cooperação ao Comando do 3º Exército. Para a Comissão da Verdade foram feitas audiências, uma em Três Passos, RS, onde foram ouvidos policiais militares entre outros, que sofreram repressão por acusação de subversão e por pertencer ao Grupo dos Onze.

Na audiência de Três Passos em 11 de julho de 2014, prestou depoimento o soldado da BMRS Boaventura Nunes da Silva<sup>11</sup> fazendo o seguinte relato:

[...] Eu como servia com o chefe desse movimento o Sargento Alberi, servi junto com ele, eu fui convidado a acompanhar, ele era meu superior eu era soldado, mas eu lá não sabia o que era, no início, depois eu comecei e eu acompanhei. No fim me prenderam estive um ano preso em Passo Fundo

---

<sup>10</sup> Como são conhecidos os soldados militares da força militar estadual do Rio Grande do Sul.

<sup>11</sup> Nome completo divulgado pelo Relatório da Comissão Nacional da Verdade (p. 600) em audiência de caráter público disponível para visualização na *Web*.

no quartel, eu tinha recém casado fazia uns 5 meses abandonei minha família, minha família ficou abandonada, tinha um neném. Eles não me deixaram mais retornar em hipótese nenhuma, tive que ficar esse tempo todo lá sem me comunicar com a família e terminou a minha esposa me abandonando por causa disso, disseram que eu não voltava mais e ela era uma pessoa nova. Perdi minha família, sofri perseguições, servi. A proposta foi o seguinte, foi o meu sogro, o vigário e o prefeito para me trazer de volta. Aí o coronel disse: não ele não vai, não é assim, ele tem duas coisas que vai ter que fazer, se submeter, ele vai direto para a cadeia por 25 anos ou então vai servir vigiado, ele que escolha. Então eu achei melhor servir vigiado, vigiado não sei o porquê naquela época, mas fui vigiado porque não tive sossego durante 30 anos. Não tive sossego, foi perseguição e tudo o que era ruim dentro do nosso quadro militar, nossa empresa, aquilo era comigo mesmo, eu sofri muito, bastante, adoeci, trabalhei doente e não aceitavam baixar o hospital. Sofria muito do estômago, gastrite e hoje tenho o resultado disso, que foi eu ter de fazer uma ponte de safena e me deu esse AVC, tudo coisas que eu colhi naquela época, sofrendo. Sem ter direito a nada, reivindicar coisa alguma e perdi a minha família.

Tendo em vista essas colocações, é possível constatar o rigor da perseguição sofrida por esse soldado e os demais acusados e, também, o abalo que houve em suas existências. Foucault era frequentador assíduo do Arquivo Nacional francês, onde ia disciplinadamente, todos os dias (DIDIER, Foucault e seus contemporâneos, 1994), mas ao vasculhar registros antigos na Biblioteca Nacional da França ou Antiga Biblioteca Real Foucault encontrou “fragmentos de existências”. Destacou, na introdução da série de que foi editor, que resgatou rastros documentais daquelas vidas ínfimas e reais, de homens que viveram e morreram com os seus sofrimentos. Sua procura foi sobre o que atravessava os textos, representações das vidas de homens obscuros e sem notoriedade cujas existências eram destinadas a não deixar rastros, mas que citassem lugares e datas no registro. Esses homens haviam recebido uma “lamentável grandeza” e foram atingidos pelo infortúnio, quando uma luz exterior os iluminou no seu encontro com o poder. Para o filósofo: **o poder vigiou e perseguiu aquelas vidas e também gerou as palavras que restaram delas**, não sendo mais possível encontrá-las em seu estado livre já que foram fixadas (FOUCAULT, 1992).

O acaso fez com que essas vidas fossem alcançadas pelo poder, mas também que fossem encontradas e lidas, podendo assim manifestar sua ira pelo sofrimento que o poder lhe causou, uma espécie de vingança. São “vidas infames a todo rigor” por existirem por meio da infâmia escrita e por poucas palavras que pretendiam torná-las indignas para sempre. O autor diz no texto sobre a **Vida dos Homens Infames que aquelas vidas podem se expandir para outros lugares e**

**tempos** (FOUCAULT, 1992). Sabemos que esta prática de prestar atenção no miúdo das práticas sociais, a chamada micro-história tem também uma história.

Com a mudança da confissão e perdão oral elaborados pelo cristianismo, para um mecanismo administrativo de registro e acúmulo, sobrevêm as relações entre poder, discurso e o dia-a-dia das pessoas, para tanto foram criados instrumentos como petições e decisões da polícia entre outros. Estava criado o “discurso do cotidiano” com linguagem adornada e reforçando o heroísmo, a façanha, a aventura, mas também a perversidade; mais tarde se transforma e impõe a “evidência o que não é evidente” buscando o que não tem glória, o difícil de dizer, o proibido e perigoso: um discurso da infâmia (FOUCAULT, 1992).

A escolha pelo “Grupo dos Onze” foi feita sob o mesmo prisma de Foucault considerando a familiaridade como o período de tempo, o tipo de texto e por se pressupor “um acontecimento importante em que se cruzaram mecanismos políticos e efeitos de discurso.” (FOUCAULT, 1992, p. 107).

No acervo documental histórico do TJMRS, incorporado à Biblioteca Fernando da Silva Bastos, foi manuseado um processo judicial de 1964, contra militares por acusação de atividade subversiva, e dez *habeas corpus*, dentre os vários que indicam prisões feitas sobre a Lei de Segurança Nacional, solicitados para policiais militares investigados e presos dentro da corporação. Em tais processos Leonel Brizola e o Grupo dos Onze são citados.

Na impossibilidade de pesquisa local, por razão do fechamento por tempo indeterminado dos prédios públicos pela pandemia do Sars-CoV-2, está sendo usado para comparação o processo judicial digitalizado de n. 38.521 de 1964, que tem por pacientes policiais militares acusados de pertencer aos Grupos dos Onze Companheiros, podendo ser consultado no site Brasil Nunca Mais Digital sob nº 284, onde estão depositadas as imagens de suas 2020 páginas .

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao término da pesquisa, existem vários aspectos a debater e refletir, no entanto a importância da preservação, dos acervos jurídicos históricos, ficou evidenciada neste estudo. Mostrou-se que nas instituições os acervos históricos por vezes vão para as bibliotecas e é quando se tornam possíveis mantenedoras da memória e reforço da identidade coletiva do local, através da organização,

preservação e disseminação das informações históricas. Observando que os acervos judiciais brasileiros não são bem cuidados e a gestão documental do Rio Grande do Sul não é bem estabelecida, assim como a digitalização não promove o mesmo tipo de acesso que o papel permite através do manuseio do documento em sua constituição original e as características que o material assume pelo seu tempo.

De início observou-se os conceitos de memória e história e o seu caráter híbrido, e como agem sobre a constituição das chamadas memórias institucionais. No embasamento do que a memória institucional é memória/história e a tensão existente, foram usados principalmente os conceitos de Nora, sobre as memórias prótese e a construção e desconstrução constante que sofre e também a necessidade de laços com o concreto para firmá-la, sejam por vestígios, documentos ou depoimentos; estes conceitos foram inseridos na pesquisa ao pensarmos o Tribunal de Justiça Militar como um lugar de memória, e refletindo sobre a (re)construção da sua memória institucional através dos sinais de seus documentos históricos, atualmente relegados, como demonstram as fotos, e ainda passíveis de destruição. Tratar com memória institucional implica em lidar com o fato de que a memória institucional é muito mais história do que memória e que na luta por memória há embutida uma luta anterior, a luta pelo direito de dizer (o direito ao discurso). Aqui neste trabalho, destacamos muito mais da luta pelo direito de guardar e preservar processos judiciais que contam lutas de homens infames, apagados pela história oficial, o que se constitui em uma luta árdua.

Os documentos judiciais são uma das fontes mais usadas em pesquisa, pois oportunizam visibilizar indivíduos no seu cotidiano, as relações sociais, as condutas, as manifestações culturais, é, também, através da sua utilização podemos comparar realidades e épocas. Dentre esses documentos existem os processos sensíveis que devem ser mantidos para a prática da cidadania, para os quais existem procedimentos estabelecidos para conservação e gestão documental.

Mas, principalmente, nos dedicamos a dar fundamentação teórica para respaldar o trabalho da biblioteca com o acervo: espera-se ter obtido êxito no intento.

Também refleti sobre o poder de seleção dos bibliotecários e arquivistas e sobre estes homens que passaram de obscuros a infames pelo encontro ou contato momentâneo (choque) com o poder que lhes destroçou as vidas e, cujo registro documentário pode jogar-lhes um feixe de luz (FOUCAULT, 1992). Por

consequência, tive intenção de fazer um estudo teórico para ajudar a construir projetos de memória em que estes homens não sejam mortos pelo poder mais uma vez. Durante o estudo foi encontrada a transformação da existência de homens obscuros para homens infames. Isso aconteceu quando o poder os iluminou com um clarão, ou, talvez, lhes deitou sua sombra, vigiou, perseguiu e puniu e também gerou as palavras que lhes restam. Ao acaso esses indivíduos foram alcançados pelo poder, assim como ao acaso foram encontrados nesta pesquisa, mostrando que o parcial registro judicial de vidas de homens infames pode-se constituir em uma categoria de reflexão analítica estendida a outro lugar e tempo. Foram usados como símbolos destes homens infames, aqueles que pertenceram ou foram acusados de pertencer ao “Grupo de Onze”, homens que tiveram seu trajeto de vida anônimo cruzado pelos mecanismos de poder e discurso. Estes homens, policiais militares, não estão inseridos na história/memória do TJMRS, onde é dada prioridade aos vencedores, aos gloriosos, na figura de seus magistrados e longevidade, relegando toda a história que liga à contravenção criminal contida nos processos judiciais; mesmo sendo a razão de seu funcionamento os julgamentos e respectivos processos judiciais.

Nós aqui apenas tangenciamos as noções de direito e dever de memória e, também, reconhecemos lacunas não respondidas, o que atribuímos à impossibilidade de retornar fisicamente à biblioteca e realizar uma pesquisa empírica que permitisse a recuperação de diversos processos similares àquele aqui narrado pelo inesperado fechamento do local em março do presente ano por força do distanciamento social imposto pela necessidade de priorizarmos os cuidados em nome da vida durante a pandemia de Sars-CoV-2, mas acreditamos que esse projeto de pesquisa abre a oportunidade de aprofundamento de estudo pela relevância do tema e a oportunidade da reflexão sobre o apagamento de registros históricos. Analisando o presente projeto e seu tempo de duração, quer seja pelas leituras ou pela bibliografia, podemos dizer que abre a possibilidade de trabalhos futuros dentro do acervo documental permanente que ainda não está completamente tratado ou explorado para pesquisas, assim como, o estudo sobre o direito e dever de memória nas instituições.

Encerramos este trabalho com a certeza de, ao abriremos a cortina do passado, preparamos trabalhos de memória/história para o futuro. De que outra forma conheceríamos a história destes homens humildes ‘infames’, que

desgracadamente tocados pelo poder, dormiram para sempre? Homens obscuros que o poder marcou como indignos, e com cruzeza lhes legou as mais duras e aviltantes palavras. Escrevemos especialmente fazendo distinção aos militares participantes de Grupos dos Onze, que por acreditarem e pretenderem uma forma mais igualitária de sociedade foram perseguidos pela corporação da qual faziam parte, marcados desse modo pelo infortúnio.

Com o depoimento colhido da Audiência da Comissão da Verdade, reconhecemos a tristeza e os castigos impostos pelo poder àqueles que ele encontra, sendo que a isso devemos somar as palavras nos registros escritos em processos que os tornaram “infames” para sempre na memória dos homens.

O Sr. Boaventura Nunes da Silva, um soldado humilde, destinado a não ter fama alguma, a ser um homem infame, desgracadamente marcado pelo choque que teve com o poder através da perseguição que sofreu dentro da BMRS, faleceu e adormeceu para sempre em 29 de março de 2017.

## REFERÊNCIAS

BALDISSERA, M. A. Terrorismo de Estado e os Grupos de Onze companheiros no Rio Grande do Sul. **História Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 19, n. 3, p. 477-493, set/dez 2019. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/9869/114114736> . Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação n.º 37, de 15 agosto de 2011**. Recomenda aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname e de seus instrumentos. Disponível em: <https://www2.cjf.jus.br/jspui/bitstream/handle/1234/48402/Recomendacao-CNJ%2037%20-%202011.pdf?sequence=1#:~:text=Page%201-,Alterado%20pela%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%2046%2F2013.,Proname%20e%20de%20seus%20instrumentos>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação n.º 46**. Altera a Recomendação n. 37, de 15 de agosto de 2011. Disponível em: [https://atos.cnj.jus.br/files//recomendacao/recomendacao\\_46\\_17122013\\_08042014134629.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files//recomendacao/recomendacao_46_17122013_08042014134629.pdf). Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Projeto Brasil**: nunca mais digital. Sumários. Ação penal 11/95. Somente il. Disponível em: [http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB\\_03&PagFis=96224](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_03&PagFis=96224). Acesso em: 24 set. 2020.

CARVALHÊDO, S. P.; MEDLEG, G. A política de informação orgânica no regime militar brasileiro: os arquivos da Guerrilha do Araguaia (1972-1974). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008. Santo



Amaro. **Anais** [...]. Santo Amaro: Centro Universitário SENAC, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3061/2187>. Acesso em: 15 set. 2020.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 295-316.

COSTA, I. T. M. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/686>. Acesso em: 5 out. 2019.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. *In*: FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992. p. 89-128.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE: CANADIAN ASSOCIATION FORMIN FORMATION, 23., 1995. Edmonton, Alberta: CAIS/ACSI, 1995. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.517.5320&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 8 set. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Verbetes**. 2009. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1964>. Acesso em: 8 set. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31. 1999. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/126>. Acesso em: 8 set. 2020.

HALBAWCHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOUSADA, M. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 5, n. 1-2, p. 63-78, 2012. Disponível em: DOI:10.26512/rici.v5.n1-2.2012.1724. Acesso em: 26 out. 2019.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, São Paulo, n. 17, p. 63-201, nov. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>. Acesso em: 19 nov. 2019.

MACEDO, E. H.; TOLFO. Do processo eletrônico ao documento público: uma análise da conservação dos autos como arquivos permanentes. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 12, n. 3, p. 709-734, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1981369425362>. Acesso em: 26 out. 2019.

MAURY, T. C. **Preservação da memória institucional**: o caso do Ministério do Meio Ambiente - MMA. 2011. 86 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/10094>. Acesso em: 6 out. 2019.

MENDONÇA, R. S.; PINHO, F. A. Memória institucional por meio da organização documental de fotografias. *In* **CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7 n. 1, n. 1, p. 90-110, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/53692>. Acesso em: 2 out. 2019.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 12 nov. 2019.

PIMENTA, R. M. O futuro do passado: desafios entre a informação e a memória na sociedade digital. *In*: ALBAGLI, S. (org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013. p. 146-171.

RIGHI, G. O. Grupos dos Onze: a tentativa de resistência. *In*. Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2., 2014. Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UDESC, 2014. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/viewFile/90/40>. Acesso em: 3 out. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatório Azul 2014**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 2014. Disponível em: [http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp\\_m505/ccdh/Relat%C3%B3rio%20Azul%202014.pdf](http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/ccdh/Relat%C3%B3rio%20Azul%202014.pdf). Acesso em: 13 ago. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Memorial do Legislativo. **O Movimento da Legalidade**, 2011. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Conhe%C3%A7aoMemorialdoLegislativo/tabid/3455/Default.aspx> . Acesso em: 3 out. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Relatório Anual 2012. Órgãos do Tribunal de Justiça. **Comissão Permanente de Avaliação e Gestão de Documentos**. Disponível em: [https://www.tjrs.jus.br/site/administracao/prestacao\\_de\\_contas/relatorio\\_anual/2012/RA\\_2012\\_TJRGS/pdf/Relatorio\\_2012\\_05\\_Orgaos\\_do\\_TJRGS.pdf](https://www.tjrs.jus.br/site/administracao/prestacao_de_contas/relatorio_anual/2012/RA_2012_TJRGS/pdf/Relatorio_2012_05_Orgaos_do_TJRGS.pdf). Acesso em: 13 ago. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça Militar. **Justiça Militar no Estado Do Rio Grande do Sul**, 2018. Disponível em: <https://www.tjmrs.jus.br>. Acesso em: 2 out. 2019.

RUEDA, V. M. S.; FREITAS, A.; VALLS, V. M. Memória institucional: uma revisão de literatura. **CRB8 Digital**, v. 4, n. 1, p. 78-89, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9723>. Acesso em: 25 set. 2019.

SILVA, B. N. **Boaventura Nunes da Silva**: depoimento [jul. 2014]. Três Passos: UNIJUÍ, 2014. (4 min.). Depoimento concedido a Comissão Estadual da Verdade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0oRAFTeLXpU>. Acesso em: 18 ago. 2020.

SILVA, D. A. S.; GODOY, E. S. S. O arquivo na construção da memória institucional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 2767-2778, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/248>. Acesso em: 02 out. 2019.

SILVA, K. E. P. **Policiais militares do RS**: a prática de oposição à ditadura militar e a formação de redes de experiência (1964-1979). 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

SZATKOSKI, E. **Os grupos dos onze**: política, poder e repressão na região do Médio Alto-Uruguai – RS 1947/1968. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000137.pdf>. Acesso em: 2 set. 2020.

VERRI, G. M. W. Das fontes do passado à memória em construção. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Centro de Convenções Sul América, 2012. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3966/3089> Acesso em: 21 nov. 2019.

VIEIRA, L. S. S. A importância dos documentos de memória existentes nas bibliotecas universitárias, técnicas e científicas: a responsabilidade social do bibliotecário nessas instituições. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/305>. Acesso em: 12 nov. 2019.

# ESPAÇOS DISCURSIVOS COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO HUMANA E INCLUSÃO<sup>1</sup>

**Nazareth Vidal da Silva<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
newpedagoga@gmail.com

**Sumika Soares de Freitas Hernandez-Piloto<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
sumika.freitas@gmail.com

**Gabriela Melo Santana de Oliveira<sup>4</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
gabriela.ms.oliveira@edu.ufes.br

**Mariangela Lima de Almeida<sup>5</sup>**

Universidade Federal do Espírito Santo  
mlalmeida.ufes@gmail.com

---

## Resumo

Os Espaços Discursivos, fundamentados nos conceitos da Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas, possibilita por vias democráticas, debates sobre formação, gestão e inclusão escolar no âmbito das Redes de colaboração estabelecidas entre a universidade, as redes de ensino municipais, estadual e com Instituições de Ensino Superior de países lusófonos; pela via do projeto de pesquisa e extensão. Busca-se compreender o Espaço discursivo como espaço de participação entre sujeitos que mediante o discurso, apresentam argumentos para elaboração de consensos e fortalecimento do entendimento mútuo, no sentido de captar os movimentos vivenciados por pesquisadores e participantes de processos de pesquisa realizados pela via da pesquisa-ação ou investigação-ação; e ainda fomentar a elaboração de espaços formativos colaborativos na defesa da formação humana na perspectiva da inclusão. Optamos por empregar a pesquisa-ação colaborativo-crítica de cunho qualitativo, para entender como os Espaços Discursivos vêm se configurando no contexto do grupo de pesquisa. Nesse processo inicial de pesquisa, tomamos os argumentos dos participantes nos momentos de constituição da compreensão sobre Espaços Discursivos, nos planejamentos e realização deles. Participaram duas redes municipais de ensino, sendo envolvidos gestores (municipais), estudantes e professores (graduação e pós-graduação),

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES), Vitória-ES.

<sup>3</sup> Pós-doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES), Vitória-ES.

<sup>4</sup> Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES), Vitória.

<sup>5</sup> Pós-doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES), Vitória-ES.

sendo tematizadas a formação, as políticas públicas, a gestão e a pesquisa-ação. É urgente o desafio de aprofundarmos sobre esses processos e é um enorme desafio instaurar a cultura da sustentabilidade da vida, ou seja, promover uma releitura de mundo onde a vida em todas suas relações e contradições seja centralidade.

**Palavras-chave:** Espaço discursivo. Jürgen Habermas. Formação humana.

## **DISCURSIVE SPACES AS A POSSIBILITY FOR HUMAN FORMATION AND INCLUSION**

### **Abstract**

Based on the concepts of Jürgen Habermas's Theory of Communicative Action, the Discursive Spaces make it possible, by democratic means, to debate training, management and school inclusion within the collaborative networks established between the university, municipal and state education networks and higher education institutions in Portuguese-speaking countries, through research and extension projects. The purpose is to understand the discursive space as a space for participation between subjects that, through discourse, present arguments to build consensus and strengthen mutual understanding, in order to capture the movements experienced by researchers and participants in research processes carried out through action research; and also to encourage the development of collaborative formation spaces in defense of human formation from the perspective of inclusion. We chose to use qualitative collaborative-critical action research to understand how Discursive Spaces have been configured in the context of the research group. In this initial research process, we took the participants arguments in the moments of constitution of the understanding of Discursive Spaces, in the planning and realization of them. Two municipal education networks took part, involving (municipal) managers, students and teachers (graduate and postgraduate), with training, public policies, management and action research being the themes. It is an urgent challenge to deepen our understanding of these processes and an enormous challenge to establish a culture of sustainability of life, in other words, to promote a re-reading of the world in which life in all its relationships and contradictions is central.

**Keywords:** Espaço discursivo. Jürgen Habermas. Human formation.

## **1 INTRODUÇÃO**

A exclusão social e a depredação socioambiental são processos intercomplementares se tomarmos a totalidade como categoria de análise da realidade historicamente situadas. Desse modo, as mudanças socioculturais ocorridas no século XX alavancadas pelos avanços das tecnologias digitais e informacionais, portanto ciência & tecnologia atuam sob a égide da globalização econômica. Esse movimento tem contribuído para o esgarçamento do tecido social,

do esvaziamento dos direitos civis, sociais trabalhistas e difusos conquistados enfraquecendo, inclusive, as democracias liberais.

Nesse cenário, torna-se urgente a reconstrução de um outro projeto societário, em seu interior um novo projeto educativo. Nesse processo educativo demanda uma completa ressignificação do ato formativo, como sinaliza Ramos, Lobino e Hernandez-Piloto (2021), comportando simultaneamente a auto, a hetero, e a eco formação:

(...) a autoformação não é solo-formação nem ego formação. A exploração de atividades formadoras próprias dos sujeitos que traz o prefixo “auto” não tem sido possível senão ligando-o a indicadores de outros polos de formação: hetero e eco, o primeiro, os que representam o polo social; eco-quer dar conta da influência formadora ou deformadora do meio ambiente material não humano; trans-enfim, que quer aproximar as transações unificadoras e transformadoras **entre, com e além** desses três polos (Ramos, Lobino e Hernandez-Piloto, 2021, p.226, grifo nosso).

Diante da complexidade anunciada entre final do século XX e início do século XXI, urge a necessidade de reconstrução de um outro projeto societário, e, em seu interior, de um novo projeto educacional na perspectiva sustentável. Nesse sentido, professores, comunidades, pesquisadores e gestores e demais viventes são convocados a rever o ***modus vivendis, bem como*** (Ramos, Lobino e Hernandez-Piloto, 2021, p.223, *grifo nosso*), as formas de organização e funcionamento institucional no sentido de garantir o direito à educação para todos, bem como tornar acessível o conhecimento científico escolar historicamente produzido diante da inexorabilidade das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), em tempos de pandemia e da ofensiva neoliberal esvaziando as políticas públicas e sociais. Acrescente-se a isso que a formação inicial e continuada disponibilizada aos cursos de Licenciaturas e aos Bacharéis, em geral, o paradigma vigente coaduna com o modelo de desenvolvimento e progresso e até mesmo de uma racionalidade técnica.

É por isso que, quando abordamos a formação do **ecoeducador** crítico como intelectual orgânico essa ideia não é um paradigma, pois diferentemente procuramos desvendá-la em sua completude, sem que permaneça um mistério eterno. E, mais do que isso, se discute a desfocalização das lutas estruturais dentro do discurso ecológico, não apresentando a questão ambiental dissociada das outras problemáticas existentes nas sociopolíticas decorrentes da ideologia neoliberal (Ramos, Lobino e Hernandez-Piloto, 2021, p.232 *grifo nosso*).



Desse modo, é concreto e enorme o desafio pela urgência de se instaurar a cultura da sustentabilidade da vida, ou seja, promover uma releitura de mundo onde a vida em todas suas relações e contradições seja centralidade. Cabe destacar que, na atual pesquisa, evidencia-se a importância da compreensão do conceito de racionalidade, atos de fala, intencionalidade, argumento, discurso, entendimento mútuo e consenso provisório, em Habermas de modo a compreender os conceitos e processos de formação e de inclusão escolar produzidos nos espaços discursivos, não deslocados desse intelectual orgânico que discursa, problematiza, argumenta mediante seus atos de fala numa esfera pública.

A educação sempre se constituiu como um valioso instrumento de poder do grupo social dominante, conseqüentemente a formação docente que sempre foi eivada da concepção de sociedade, também compôs esse projeto de dominação. A formação em si está presente nos processos e nas propostas curriculares, tanto do ensino superior quanto nas propostas curriculares da educação básica, mas se trata de uma formação técnica e racional. É necessário compreender os impactos da formação em si, principalmente na compreensão crítica do (a) professor (a) nos processos da argumentação; na garantia do direito à educação e da inclusão escolar dentro da esfera pública.

Neste texto busca-se, compreender os conceitos habermasianos e o espaço discursivo como espaço de participação entre sujeitos que mediante o discurso, apresentam argumentos para elaboração de consensos e fortalecimento do entendimento mútuo, no sentido de captar os movimentos vivenciados por pesquisadores e participantes de processos de pesquisa realizados pela via da pesquisa-ação ou investigação-ação; e ainda fomentar a elaboração de espaços formativos colaborativos na defesa da formação humana na perspectiva da inclusão.

Das quatro seções que se apresentam, a primeira, introdutória, contextualiza a formação e o objetivo do texto; a próxima, trata-se da base teórica que fundamenta o processo de constituição da pesquisa, sobretudo dos espaços discursivos. Na sequência, apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa para produzir os dados, organizar e analisar os mesmos. Em seguida, apresenta-se alguns resultados e discussões a partir do objetivo proposto no artigo. Enfim, às considerações finais seguidas das devidas referências.



## 2 BASE TEÓRICA

O mais conhecido representante da segunda geração da Escola de Frankfurt é Jürgen Habermas. Nascido em 1929, esse estudioso projeta-se como assistente de Theodor Adorno e, posteriormente, desenvolve sua carreira acadêmica como professor em diferentes universidades alemãs.

Habermas (2004) não se limita ao aprofundamento do campo conceitual clássico da teoria crítica. Em sua trajetória filosófica e sociológica, percorre caminhos de pensamento próprios e oferece respostas originais para os problemas que mobilizam as pesquisas dos frankfurtianos desde suas origens: a identificação dos motivos pelos quais não se efetivaram os ideais iluministas de progresso humano e as possibilidades de concretização da humanidade emancipada na civilização.

Dentro de sua teoria, articulam-se conceitos como esfera pública, atos de fala, argumento, ação comunicativa, interesse, razão sistêmica, razão comunicativa, ética do discurso, democracia deliberativa, conhecimento, racionalidade instrumental e comunicativa, dentre outros. Em “Conhecimento e Interesse”, Habermas (2004) faz uma crítica ao Positivismo e determina o conhecimento para além da razão instrumental. Ele afirma que o conhecimento “[...] não é um mero instrumento de adaptação de um organismo ao entorno cambiante, nem é o ato de um ser racional puro inteiramente desligado dos contextos de vida como contemplação” (Habermas, 2014. p. 300).” Assim, compreende o interesse como a priori do conhecimento, baseado no papel mediador da linguagem.

Ao refletir sobre os **interesses** como condutores do conhecimento e as metodologias como orientadoras das formas de pesquisar, é possível analisar e captar como essas metodologias conduzem os processos de investigação advindos da pesquisa-ação ou investigação-ação e contribuído para a produção do conhecimento nessa área. Sendo assim, esse conceito, auxilia na compreensão e análise nos discursos e argumentos que perpassam os processos oriundos da pesquisa-ação, para a formação humana e inclusão.

Outro conceito importante para Habermas é a questão da **racionalidade**, talvez considera-se, o tema por excelência para filosofia. Porém, Habermas (1987) ressalta que, dentre as ciências sociais, é ela que melhor conecta os seus conceitos básicos com a problemática da racionalidade. A economia e a ciência política, ao se

converterem em ciências especializadas, teriam deixado de lado problemas que foram encampados pela sociologia. Ao tratarem do trânsito da “comunidade” à “sociedade”, os clássicos da sociologia procuraram explicar o racionalismo ocidental, conforme destaca a partir dos estudos weberianos

Habermas sustenta a tese de que foram razões sistemáticas que conduziram Weber a tratar da questão do racionalismo ocidental. Mais do que isso, Habermas (1987) afirma que toda sociologia com pretensões de teoria da sociedade, desde que proceda com radicalidade suficiente, coloca-se o problema da racionalidade. Além da análise weberiana dos processos de racionalização, o referido autor ressalta também as teorias sociológicas dos sistemas, feitas primeiramente por Parsons e prosseguidas por Luhmann, acrescentando-se à racionalidade da ação a racionalidade sistêmica. E, para Habermas, essas análises sociológicas se ligam a reflexões filosóficas concernentes à racionalidade, uma vez que o funcionalismo sociológico não pode eliminar de todo a problemática da validade. A posição de Habermas (1987) a esse respeito consiste em conciliar esses dois vieses teóricos vindos da sociologia.

Para apreender esses processos de racionalização, “[...] teríamos de nos valer de uma teoria da ação comunicativa, com o fim de ressignificar de tal maneira a teoria dos meios de comunicação desenvolvida no funcionalismo sistêmico, esclarecendo a conexão que se dá entre a formação de subsistemas e a racionalidade da ação” (Habermas, 2012, p.395).

Tendo em vista que a intenção da Escola de Frankfurt, compartilhada em parte por Habermas da Teoria do Agir Comunicativo, era a elaboração de uma teoria crítica da sociedade, torna-se bastante evidente, visto que a questão da racionalidade e das práticas argumentativas assumem um papel central nesse projeto. Habermas (2012) aproxima a filosofia da sociologia ao negar à primeira o estatuto de fundamentação última e assumir a tese de que também as reconstruções empreendidas pela filosofia mantêm um caráter hipotético.

Assim, segundo Habermas (1987) as ciências sociais podem estabelecer relações de cooperação com uma filosofia que assume como tarefa realizar o trabalho preliminar para uma teoria da racionalidade.

Para Habermas (1987), a racionalidade imanente à prática comunicativa remete à prática da argumentação, que permite prosseguir a ação comunicativa por outros meios quando se produz um desacordo nas rotinas cotidianas. Uma vez que

esse desacordo não foi absorvido, e, portanto, já se tornou algo problemático, e nem pode ser decidido pelo uso estratégico do poder, Habermas defende que o conceito de racionalidade comunicativa tem de ser adequadamente desenvolvido por meio de uma teoria da argumentação: “Todo exame explícito de pretensões de validade controvertidas requer uma forma mais exigente de comunicação, que satisfaça os pressupostos próprios da argumentação” (Habermas, 1987, p.43).

Fica assim claro porque, partindo da noção de racionalidade apresentada, torna-se necessária a elaboração de uma teoria da argumentação. Ainda que a teoria da argumentação goze de uma rica tradição filosófica, que remonta a Aristóteles, Habermas entende que ela continua ainda em seus primórdios. Alguns passos foram dados, como, por exemplo, o desejo de alguns lógicos de ir além da lógica formal dedutiva e indutiva para proporcionar uma teoria mais completa do raciocínio, a análise das implicações dessa lógica informal em outros ramos da filosofia (como a epistemologia, a ética e a filosofia da linguagem) e, também, o interesse demonstrado pelo estudo dos diferentes tipos de persuasão discursiva. Habermas ressalta sobretudo a investigação pioneira de Toulmin nos *The Uses of Argument*, publicado em 1958, que se caracteriza sobretudo pela proposta de um novo modelo argumentativo, livre das amarras da lógica formal e mais próximo do raciocínio jurídico que do matemático.

A teoria da **argumentação** de Habermas será levada a cabo sob a forma de uma lógica informal, tal como Toulmin a apresentou, no sentido de que um acordo não pode ser imposto nem dedutivamente nem por evidências empíricas. Habermas reconhece que a lógica tradicional, presa a sistemas formais e a unidades semânticas (frases), é inadequada para o seu propósito de uma lógica da argumentação que trata de relações entre unidades pragmáticas (atos de fala) das quais se compõe o argumento. O primeiro passo nesse estudo da teoria da argumentação será definir o que se entende por argumentação. Seria considerar a argumentação ao tipo de fala em que os participantes tematizam as pretensões de validade que se tornam duvidosas e tratam de aceitá-las ou não, por meio de argumentos.

Uma argumentação contém razões que estão conectadas de forma sistemática com as pretensões de validade da manifestação ou emissão problematizadas. A força de uma argumentação se mede num contexto dado pela pertinência das razões (Habermas, 1987, p.37). Nessa definição prévia, Habermas

já nos apresenta alguns traços característicos de sua proposta, como a conexão com as pretensões de validade, “[...] as argumentações tornam possível um comportamento que pode considerar-se racional num sentido especial, a saber: o aprender com os erros uma vez que eles são identificados” (Habermas, 1987, p.43).

Outro conceito que procuramos dialogar em nossa produção teórica é o conceito de discurso. Para o referido autor, o conceito de mundo da vida antecede o de **discurso**, uma vez que, ao expormos nossas convicções, nos fundamentamos na nossa visão de mundo. Dessa forma, no que tange às condições necessárias ao discurso, Habermas destaca:

(1.1) A nenhum falante é lícito contradizer-se. (1.2) Todo falante que aplicar um predicado F a um objeto a, tem que estar disposto a aplicar F a qualquer outro objeto que se assemelhe a a sob todos os aspectos relevantes. (1.3) Não é lícito aos diferentes falantes usar a mesma expressão em sentidos diferentes. (2.1) A todo falante só é lícito afirmar aquilo em que ele mesmo acredita. (2.2) Quem atacar um enunciado ou norma que não for objeto da discussão tem que indicar uma razão para isso. (3.1) É lícito a todo sujeito capaz de falar e agir participar de Discursos. (3.2) a. É lícito a qualquer um problematizar qualquer asserção. b. É lícito a qualquer um introduzir qualquer asserção no Discurso. c. É lícito a qualquer um manifestar suas atitudes, desejos e necessidades. (3.3) Não é lícito impedir falante algum, por uma coerção exercida dentro ou fora do Discurso, de valer-se de seus direitos estabelecidos em (3.1) e (3.2) (Habermas, 1989, p. 110-112).

Em síntese, o conceito de discurso diz respeito aos argumentos e ao que se pretende dizer mediante os atos de fala, que se caracterizam pela forma de se chegar ao entendimento.

O falante deseja que o destinatário aceite como válido o que é dito; isso é decidido pelo sim ou pelo não do destinatário à pretensão de validade que o falante levanta para o dito com seu ato de fala. O que torna aceitável a oferta do ato de fala são, em última análise, as razões que o falante, no contexto dado, poderia apresentar para a validade do dito (Habermas, 2004, p.109).

Acreditamos que, através da criação de **espaços discursivos**, momentos em que os participantes, por meio de uma racionalidade comunicativa, expõem seus pensamentos e opiniões (Almeida, 2010), possibilitamos momentos de trocas que nos remetem aos modos de pensar de uma sociedade de igualdade e democrática.

Para Habermas (2003), a comunicação mediatizada e de massas leva à alteração da **esfera pública**, num contexto de capitalismo e democracia, passando as tertúlias a dar lugar a uma cultura difundida pelos meios de comunicação de

massa. Assim, com a ampliação do campo de atuação, a esfera urbana passa a definir-se pela quantidade de informação divulgada e não pela promoção do debate consciencioso acerca da conjuntura política, social ou cultural.

Na segunda metade do século XX, há um processo de degeneração da esfera pública, que conduz à transformação do cidadão em cliente ou consumidor de serviços, sobretudo como resultado da destruição da divisão entre as esferas privada e pública. Nas obras posteriores de Habermas, a ideia de esfera pública deixa progressivamente de se referir a uma instituição histórica específica, passando a relacionar-se com a ideia de uma capacidade do homem para a comunicação humana.

Habermas propõe uma teoria do agir comunicativo, em busca de uma razão que fomente processos públicos com caráter emancipatório (Habermas, 1987), o que passa necessariamente pela importância da ação comunicativa na procura de um consenso provisório.

Em seu livro: “*Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*” Habermas (2003) defende um moderno renascimento da "esfera pública": como um domínio da vida social que surgiu no século XVIII e ocupou uma posição localizada entre a esfera ocupada pelo setor privado. indivíduos - a esfera privada - e a esfera ocupada pelos aparelhos e instituições reguladoras do estado.

O que uma esfera pública vibrante forneceu foi um **espaço discursivo** onde os indivíduos podem se reunir para trocar ideias e opiniões, identificar e discutir livremente problemas sociais de interesse mútuo e formular um acordo consensual sobre como eles devem ser resolvidos. Assim, ofereceu um 'espaço público' que permitiu que todos tivessem a mesma chance de apresentar ideias, interpretações e argumentos, onde não havia barreiras à comunicação livre e aberta e nas quais todos participavam em termos iguais [...] (Carr, 2019, p. 23, grifo nosso).

Consideramos ainda as observações sinalizadas sobre esfera pública, Carr (2019) articula o conceito de pesquisa-ação com algumas observações:

Minha segunda observação é observar que uma característica distintiva dessa visão da pesquisa-ação crítica é que ela se apoia apenas na capacidade natural de indivíduos comuns de participarem de diálogos, comunicações e argumentos racionais. A esse respeito, tem muito em comum com a prática pedagógica em que estamos envolvidos hoje: sem o seminário na universidade medieval, o seminário forneceu o **espaço discursivo** para o diálogo argumentativo entre indivíduos, com base nas

perguntas e respostas. Como a pesquisa-ação crítica, objetivou estimular o pensamento crítico e extrair ideias e suposições subjacentes. E, como a pesquisa-ação crítica, ela fornece o tipo de esfera pública que a ação comunicativa exige. Portanto, o resultado da minha contribuição para este seminário não foi resolver os problemas críticos que a pesquisa-ação crítica enfrenta agora, mas apenas sugerir um ponto de partida a partir do qual o seminário pode começar (Carr, 2019, p. 24, grifo nosso)

Motivados pela possibilidade de constituir uma comunidade intersubjetiva com base na fala argumentativa, estabelecemos espaços discursivos com gestores da educação especial em dois municípios da Região Metropolitana de Vitória. Utilizamos o saber do campo educacional, sobretudo o conhecimento já produzido acerca das questões teórico-metodológicas e epistemológicas necessárias ao trabalho investigativo em nossas pesquisas-ações (Almeida, 2010, p. 143).

Assim, interessa-nos, na perspectiva da racionalidade comunicativa, constituir espaços discursivos entre os “[...] diferentes profissionais de modo que seus argumentos possam fundamentar as pretensões de validade, afim de chegarmos ao entendimento mútuo” (Carvalho, 2018, p. 27).

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

Opta-se por empregar a pesquisa-ação colaborativo-crítica de cunho qualitativo. Tal metodologia caracteriza-se pela espiral, composta por ciclos de planejamento, ação, observação e reflexão (Carr; Kemmis, 1988). Este processo, permite ao “[...] pesquisador compreender a realidade social e, simultaneamente, produzir novos-outros conhecimentos e constituir espaços de formação com os sujeitos envolvidos no estudo, na busca de novas linhas de pensamento e de ação” (Jesus et al, 2014, p. 779).

Desse modo, objetiva-se neste artigo entender como os Espaços Discursivos vêm se configurando no contexto do grupo de pesquisa, na busca por captar os movimentos vivenciados por pesquisadores e participantes de processos de pesquisa realizados pela via da pesquisa-ação ou investigação-ação; e ainda fomentar a elaboração de espaços formativos colaborativos na defesa da formação humana na perspectiva da inclusão.

Como procedimentos metodológicos, seleciona-se os diários de campo, os relatórios e as transcrições dos encontros de estudos e planejamentos denominados de “Jornada reflexiva”, que compreenderam o período de março a agosto de 2023,

sendo realizada ao todo 7 encontros; 4 planejamentos para os espaços discursivos; e 4 espaços discursivos realizados em duas redes municipais de ensino. Essas duas últimas ações desenvolveram-se no período de agosto a setembro de 2023.

Assim, esses períodos organizaram-se em três movimentos entre os participantes do grupo de pesquisa: 1) no primeiro movimento, a partir das transcrições, buscou-se constituir entre os pesquisadores do “Grupo de pesquisa formação, pesquisa-ação e Gestão de Educação Especias” (Grufopees-CNPq/Ufes) entendimentos sobre o que seria e quais as possibilidades dos Espaços Discursivos na atual pesquisa do grupo que está iniciando, no que tange a captar os movimentos vivenciados por pesquisadores e participantes de processos de pesquisa realizados pela via da pesquisa-ação ou investigação-ação e também como possibilidade para realização de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar; 2) em seguida, no segundo momento, os participantes reuniram-se para planejar os espaços discursivos em seus municípios a partir do contexto e intencionalidade de cada um; e por fim, 3) no terceiro momento, desenvolvem-se os espaços discursivos nas redes municipais de ensino.

Participou<sup>6</sup> dos movimentos, a coordenadora e integrantes do grupo de pesquisa constituído por gestores (municipais e do estado), estudantes (da graduação e da pós-graduação) e professores (da graduação e da pós-graduação). Optou-se por utilizar nomes fictícios a fim de preservar a identidade dos participantes envolvidos. Assim, foram escolhidos nomes de “Participante” para esta substituição, sendo eles: Participante A, Participante B, Participante C, Participante D e Participante E.

A organização e análise dos dados apoia-se nas funções mediadoras da relação teoria e prática (Habermas, 2000), e ainda na análise, ao compreender como os espaços discursivos vêm se configurando no contexto do grupo de pesquisa, sobretudo como possibilidade de formação humana e inclusão, tal premissa baseia-se nas regras do discurso (Habermas, 1989), além dos conceitos de atos de fala (Habermas, 2012), argumento (Habermas, 2012), discurso (Habermas, 1989) e intencionalidade (Habermas, 2014), em que busca-se assumir o compromisso de possibilitar condições de mediação para que todos os participantes tenham

---

<sup>6</sup> Este estudo está vinculado ao projeto de pesquisa maior do grupo de pesquisa, aprovado e consubstanciado pelo Parecer nº 6.275.582, obtendo o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) com o código nº 70563323.5.0000.5542.



oportunidade de falar e colocar seus argumentos, com vistas a entendimentos mútuos (Habermas, 2004) e consensos provisórios (Habermas, 2004).

#### 4 ESPAÇOS DISCURSIVOS NAS NARRATIVAS DOS PARTICIPANTES

Ao propor compreender o Espaço discursivo como espaço de participação entre sujeitos que mediante o discurso, apresentam argumentos para entendimento mútuo e elaboração de consensos provisórios, no sentido de captar os movimentos vivenciados por pesquisadores e participantes de processos de pesquisa realizados pela via da pesquisa-ação ou investigação-ação; e ainda fomentar a elaboração de espaços formativos colaborativos na defesa da formação humana na perspectiva da inclusão, fundamenta-se os movimentos para alcançar tais objetivos nos pressupostos habermasianos, no que tange às funções mediadoras teoria-prática (Habermas, 2000):

A mediação da teoria e práxis pode apenas ser clarificada se iniciarmos por distinguir três funções, que são medidas em termos de diferentes critérios: **a formação e extensão de teoremas críticos**, que sejam consistentes com o discurso científico; **a organização de processos de conscientização**, nos quais tais teoremas podem ser testados numa única maneira pela iniciação dos processos de reflexão desenvolvidos no interior de certos grupos aos quais se dirigem estes processos; selecionar as estratégias apropriadas, a solução de questões táticas e **a condução da luta política**. No primeiro nível, o objetivo é fundamentos verdadeiros, no segundo, conclusões autênticas, e no terceiro, decisões prudentes (Habermas, 2000, p. 41, tradução e grifos das autoras).

Na busca pela **formação e extensão de teoremas críticos** (Habermas, 2000), que constitui-se entre os pesquisadores do Grufopees-CNPq/Ufes entendimentos sobre o que seria e quais as possibilidades dos Espaços Discursivos na atual pesquisa do grupo que está iniciando, no tocante a captar os movimentos vivenciados por pesquisadores e participantes de processos de pesquisa realizados pela via da pesquisa-ação ou investigação-ação e também como possibilidade para realização de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar, os participantes refletem e argumentam:

“Uma das nossas principais estratégias de produção de dados vai ser o **Espaço Discursivo**, é uma estratégia de produção de dados que a gente já vem fazendo há algum tempo. Bom, no início, quando começamos era grupo focal, mas quando começamos nossos estudos em Barbier,

Habermas e outros teóricos a gente vem trabalhando com essa estratégia de produção de dados [...]. [...] Então a ideia [...] é ser uma estratégia de produção de dados que caminhe junto com análise dos textos, e ouvindo no decorrer das pesquisas, fazendo essa escuta sensível também [...]. [...] Então a gente tá precisando discutir o que é esse Espaço Discursivo, não é uma escuta livre, precisa de mediação, mas até que ponto vai a mediação [...]” (Participante A, Jornada Reflexiva, 29/03/2023, grifo das autoras). [...] talvez a estratégia do Espaço Discursivo esteja muito no **entendimento mútuo** e mais do que no acordo provisório [...]. Eu considero, depois de me aprofundar nos estudos, o entendimento mútuo mais importante que o consenso provisório [...] (Participante A, Jornada Reflexiva, 27/04/2023, grifo das autoras). [...] naquele momento do primeiro Espaço Discursivo tínhamos ali uma questão relacionada ao entendimento, mas vamos pensar que mais a frente teremos outros Espaço Discursivo e precisamos discutir nossas **intencionalidades**, pensar no tipo de linguagem que vamos usar pensando ou no consenso provisório ou no entendimento mútuo (Participante B, Jornada Reflexiva, 27/04/2023, grifo das autoras). Eu quero ver se eu entendi: nos Espaços Discursivos há **intencionalidades** diferentes pela via de diálogos constantes, há um **entendimento mútuo**, mas não necessariamente um **consenso provisório**. [...] (Participante C, Jornada Reflexiva, 27/04/2023, grifos das autoras). Para Habermas não seria o diálogo, é o ato da fala; no texto ele fala “Com seu **ato de fala**, o falante procura se entender a respeito de algo com um ouvinte.” Então para chegar ao entendimento mútuo é necessário o ato da fala. Então o falante procura entender a respeito de algo como ouvinte (Participante D, Jornada Reflexiva, 27/04/2023, grifo das autoras). O **ato de fala** está dentro de algo bem maior, tá dentro de toda movimentação dos Espaços Discursivos (Participante A, Jornada Reflexiva, 27/04/2023, grifo das autoras).

Diante dos argumentos expressos nos atos de fala dos participantes, no movimento que entende-se no processo de pesquisa-ação como de compreensão da realidade, um dos pressupostos importantes tendo em vista que é a partir da compreensão da realidade concreta que se torna possível a construção de algumas ações (Almeida, 2010), evidencia-se a demanda por conceituar o que seja o espaço discursivo no contexto da pesquisa do grupo. Assim, na busca pelo entendimento mútuo, ou seja, aquele que “[...] se refere à interação de um ou mais sujeitos capazes de linguagem e de ação que (seja com meios verbais ou extra verbais) estabelecem uma relação interpessoal” (Habermas, 2012, p.124), os participantes tematizam suas pretensões de validade (Habermas, 2012). Neste exercício, compreende-se o espaço discursivo como uma estratégia de produção de dados, fundamentada em conceitos habermasianos e que para o seu desenvolvimento o papel do mediador é fundamental.

No movimento do grupo, já no processo de colaboração entre pesquisadores e participantes (Carr; Kemmis, 1988), passa-se a **organização de processos de conscientização** (Habermas, 2000), onde os participantes planejam os espaços

discursivos que aconteceram em dois municípios, a partir do contexto e intencionalidade de cada um. Assim, registra-se:

[...] Então **temos assim uma expectativa** quanto ao andamento da pesquisa e como que isso vai repercutir no nosso trabalho na gestão da educação especial nesse período histórico que a gente está vivendo, que assim, não está fácil conjugar as coisas né no município não está fácil de realinhar e de sustentar alguns serviços e de manter algumas coisas que pra nós e para a pesquisa são muito caras! Não está sendo um momento tranquilo pra gente conjugar essas coisas, mas a gente não tem outra alternativa senão seguir né gente? Então estamos seguindo como conseguimos e **vai ser um prazer estar com o pessoal do grupo nessa jornada** (Participante E, Planejamento, 14/08/2023, grifos das autoras).

A pesquisa, ela é uma potência muito grande no desenvolvimento das políticas públicas. Então pra te dizer que a gente consegue fazer o que a gente faz porque a gente faz as ações dos municípios se dedicam a pesquisa atrelado ao desenvolvimento da sua política são muito mais bem sucedidas. [...] O espaço discursivo que a gente já conseguiu reservar [...] Talvez aí a gente encontre outras possibilidades de a gente ampliar essa **organização** (Participante E, Planejamento, 14/08/2023, grifo das autoras). Hoje eu conversei [...], **ela quer fazer**, ela vai até entrar em contato com o secretário. Ele falou pra eu não fazer antes dela chegar. Ela vai voltar semana que vem, é a última semana dela! É, vai ter, eu achei, que **inicialmente seria um espaço discursivo, o espaço formativo eu preciso ver com ela** (Participante F, Jornada Reflexiva, 27/07/2023, grifos das autoras).

Evidencia-se que assim como os participantes no contexto da universidade tenham suas intencionalidades (Habermas, 2014), os participantes das redes (gestores), dado os contextos diferentes nos dois municípios e até mesmo o avanço nos entendimentos do grupo, no que diz respeito aos modos de conceber e desenvolver os espaços discursivos, também tem as suas intenções.

Nesse entendimento, vale destacar que para Habermas (2014), a partir da teoria dos atos de fala é possível a construção de uma espécie de síntese entre a ação e a linguagem, já que quem fala age e estabelece relações, modifica algo no mundo. O autor ainda sinaliza que apenas as ações linguísticas às quais o falante vincula uma pretensão de validade criticável, são capazes de levar o ouvinte a aceitar a oferta contida num ato de fala, podendo assim se tornar eficazes como mecanismo de coordenação das ações. Essa síntese entre ação e linguagem não significa, contudo, uma identificação entre o falar e o agir. Desse modo, a teoria dos atos de fala possibilita precisamente distinguir as ações linguísticas das ações no sentido estrito do termo. A essencial distinção, que é aspecto fundamental para essa possibilidade de síntese, é entre atos perlocucionários e atos ilocucionários. Enquanto para os atos ilocucionários o que é constitutivo é o significado do

enunciado, para os atos perlocucionários o que é importante é aquilo que o agente intenciona com o que diz.

Deste modo, os espaços discursivos nos dois municípios se organizaram da seguinte forma, respectivamente:

1. Apresentação do grupo de pesquisa e dos participantes – cada participante irá falar de si (nome, formação, cargo/atuação/função/já participou de alguma pesquisa acadêmica?);
  - 2.Contexto da pesquisa - objetivo geral e específicos da pesquisa;
  - 3.Espaço Discurso (contextualizar sobre o que seja);
  - 4.Espaço Discursivo = vídeo (grupo de pesquisa) e Questões disparadoras:  
**A).** O que você compreende por ser “professor pesquisador”? Você já participou de algum processo de pesquisa-ação? De que forma os processos de pesquisa-ação e os resultados dessas têm contribuído para o desenvolvimento de políticas públicas e a formação de recursos humanos? Como os processos formativos que vocês participaram/elaboraram contribuíram com as suas práticas pedagógicas? Enquanto gestores, como tem sido a elaboração dos processos formativos? Nessa elaboração, utilizam da metodologia e pressupostos da pesquisa-ação? O que você observa como demanda formativa no município, considerando a possibilidade de parceria com o Grufopees pela via da nova pesquisa? Fechamento – vídeo (Relatoria do Planejamento, 17/08/23).
- 1.Apresentação do grupo;
  - 2.Vídeo sobre o grupo de pesquisa;
  - 3.Destacar os pontos importantes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);
  - 3.Apresentar os objetivos da nova pesquisa do grupo;
  - 4.Tópicos de debate: Contextualização da Rede Municipal de Ensino; Contextualização das Demandas do município - como organiza, ações, assessorias, propostas da Gerência, formação, redes intersetoriais (contextualização); Formação impacto nas práticas pedagógicas; Demandas - Demanda no município, considerando a possibilidade de parceria com o Grufopees pela via da nova pesquisa (O que o grupo espera de uma pesquisa e fazer conexão com a pesquisa ação; A ideia de como veem a pesquisa-ação enquanto ferramenta epistemológica e metodológica para construção de políticas, formação e práticas) (Relatoria do Planejamento, 29/08/23).

Com o fim do planejamento e organização das ações, configura-se como seleção das estratégias apropriadas, à solução de questões táticas e a **condução da luta política** (Habermas, 2000), a realização dos espaços discursivos nas duas redes municipais de ensino. Nos argumentos e discursos dos participantes, destaca-se as mais diversas problematizações, introdução a outros diálogos e manifestação de desejos e necessidades, conforme excertos:

Particpei de uma pesquisa-ação em 2005. Historicamente a pesquisa-ação contribui com a ideia do professor pesquisador. [...] A política no município só se sustenta pela via da pesquisa. Ela fundamenta as ações (Diário de campo, 21/08/23).

No núcleo não temos tempo para refletir. Contudo há uma preocupação em relacionar sempre teoria e prática. Assim, há compreensão das demandas e das realidades visando desse modo pensar os profissionais e garantir os direitos dos estudantes (Diário de campo, 21/08/23).

Considerando que a gerente de Educação Especial tenha participado de processos formativos que envolviam a pesquisa-ação, vê-se que muito na forma de pensar e desenvolver as ações no município conceitos e bases que fundamentam a pesquisa-ação (Diário de campo, 01/09/23).

Algumas formações se dão por adesão. E sendo assim, muitos não participam e a dificuldade é maior. Alguns até reclamam que não há formação (Diário de campo, 01/09/23).

Ao olhar para os aspectos referentes a pesquisa-ação, evidencia-se que tendo em vista ser uma metodologia de pesquisa que possibilita a articulação teoria e prática, considera a participação dos envolvidos e a ação destes se transformarem em pesquisadores de suas práticas, as ações realizadas nos municípios tendem a se fundamentar nesses processos, como pode-se observar por exemplo na questão das políticas educacionais desenvolvidas nos municípios onde ocorreram os espaços discursivos. Sendo assim, é possível reconhecer que:

[...] a perspectiva da pesquisa-ação, em sua acepção crítica, aponta caminhos que colocam os participantes em situações sociais propícias para uma forma de indagação autorreflexiva, a fim de que compreendam os próprios contextos de referência socioeducativos e transformem suas práticas (Almeida et al, 2018, p. 260).

Por outro lado, no âmbito de se pensar a formação humana na perspectiva da inclusão, ainda é um desafio, dado o espaço-tempo e as condições para que as mesmas aconteçam. Desta forma, acredita-se que será possível sua realização a partir de consensos provisórios (Habermas, 2012), “[...] que só pode se dar caso não haja qualquer tipo de coerção ou uso de força que condicione o debate [...]” (Silva, 2019, p. 54) e “[...] acordados dialeticamente por pontos em comum entre os envolvidos, que podem ser revistos [...]” (Silva, 2019, p. 61).

Finalmente, ao ouvirmos os argumentos e discursos referentes à possível colaboração do Grufopees-CNPq/Ufes com as duas redes municipais de ensino, destaca-se entre elas a necessidade por formação continuada. Assim, um dos municípios aponta para a necessidade formativa com a equipe gestora da rede (Diário de campo, 21/08/23), e o outro município indica a demanda por formação das assessoras de Educação Especial (Diário de campo, 01/09/23).

## 5 CONCLUSÃO

Ao buscar compreender o Espaço discursivo como espaço de participação entre sujeitos que mediante o discurso, apresentam argumentos para elaboração de consensos e fortalecimento do entendimento mútuo, no sentido de captar os movimentos vivenciados por pesquisadores e participantes de processos de pesquisa realizados pela via da pesquisa-ação ou investigação-ação; e ainda fomentar a elaboração de espaços formativos colaborativos na defesa da formação humana na perspectiva da inclusão, observa-se que é urgente o desafio de aprofundar a discussão sobre processos de formação humana e inclusão. E é um enorme desafio instaurar a cultura da sustentabilidade da vida, ou seja, promover uma releitura de mundo onde a vida em todas suas relações e contradições seja centralidade.

Assim, os espaços discursivos se compõem e organizam a partir das regras do discurso de Habermas (1989), constituindo-se em um ou diferentes espaços-tempos de interações que buscam entendimentos mútuos, em que as falas dos participantes são respeitadas e ouvidas, dando condições de igualdade democráticas de fala e participação entre os envolvidos no grupo (França, 2023).

A metodologia utilizada na presente investigação, ao articular uma formação centrada na investigação pela via da pesquisa-ação, no caso aqui, em sua acepção colaborativo-crítica, em que o sujeito professor passa a ser autor-criador de seu processo formativo, corroboramos com o entendimento de que as mudanças nos contextos sociais, seja longa, estrutural, e promova a emancipação dos envolvidos (Franco e Lisita, 2014).

Na teoria Habermasiana, destaca-se que a esfera pública refere-se ao mundo do debate e da discussão livre sobre questões de interesse mútuo entre os cidadãos considerados iguais, política e moralmente, configurando-se como um espaço por meio do qual a vontade coletiva é processada e por onde se justificam as decisões políticas em transformação. A esfera pública pode ser percebida como uma rede de circulação de conteúdos e de tomadas de posição, guiadas pela racionalidade comunicativa, as quais são filtradas e sintetizadas, de forma a constituírem opiniões públicas topicamente definidas.

Considerando esse espaço público Habermasiano, o diferencial no processo de formação continuada de professores justamente é a interação e a troca de

experiências entre os participantes que, libertos das pressões do cotidiano, identificam-se como educadores em um cenário onde são professores e alunos ao mesmo tempo e o tempo todo.

A especificidade da formação humana não pode ser ignorada, porém é necessário compreender que a formação crítica dos professores (as), em suas singularidades, precisa ser mediada por políticas de formação continuada sob uma perspectiva de um fortalecimento de políticas educacionais que referenciam, cada vez mais, os processos de inclusão, em nosso caso. No processo de formação do (a) professor (a) devemos pautar o seguinte movimento dialético na formulação das práxis: prática-teoria-prática. Assim, acreditamos que o processo de formação do professor tem a possibilidade de superar o senso comum, com condições de promover a consciência filosófica, saindo da realidade vivida, avançando para o estudo teórico, pela abstração, e alcançando a realidade concreta da educação.

Por outro lado, ao atentarmos para a formação humana na perspectiva da inclusão tendo como fundamentos os conceitos da Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas, observa-se que a partir do agir comunicativo (Habermas, 2012), que tem como pano de fundo o entendimento linguístico como mecanismo de coordenação da ação, os processos formativos farão com que as suposições contrafactuais dos atores que orientam seu agir por pretensões de validade adquiram relevância imediata para a construção e a manutenção de ordens sociais: pois estas mantêm-se no modo do reconhecimento de pretensões de validade normativas. Isso demonstra que a tensão entre facticidade e validade, embutida na linguagem e no uso da linguagem, volta ao modo de integração de indivíduos socializados, ao menos comunicativamente, e que deve ser trabalhada pelos participantes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. de. **Uma análise da produção acadêmica sobre os usos da pesquisa-ação em processos de inclusão escolar: entre o agir comunicativo e o agir estratégico.** 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoría crítica de la enseñanza: la investigación-acción en la formación del profesorado.** Tradução J. A. Bravo. Barcelona: Martínez Roca, 1988.



CARR, W. Critical Action Research Today. **Estreia diálogos: Revista da Rede Internacional de Investigação-Ação Colaborativa**, n. 1, p. 14-26, jul. 2019.

CARVALHO, D. S. **A construção de um currículo de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar**: contribuições da teoria do agir comunicativo. 2018. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores) - Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2018.

FRANCO, M. A. S; LISITA, V. M. S S. Pesquisa-ação: limites e possibilidades na formação docente. In: PIMENTA, S. G; FRANCO, M. A. S. (Org.). **Pesquisa em educação**: possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 41-70.

FRANÇA, B. R. B; ALMEIDA, M. L. de; GAMA, Alexsandra Polini de Jesus da. A formação continuada na perspectiva inclusiva: mapeamento da produção de um grupo de pesquisa. **Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**, v. 4, n. 4, p. 464-477, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snee/article/view/40652>. Acesso em: 15 jun. 2023.

JESUS, D. M. de; VIEIRA, A. B.; EFFGEN, A. P. S. Pesquisa-ação colaborativocrítica: em busca de uma epistemologia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 771-788, jul./set. 2014. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade). Acesso em: 04 set. 2023.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. Trad. Milton. Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398p.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa I**: Racionalidad de la acción y racionalización social. Tradução de Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1987.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo**: Racionalidade da ação e racionalidade social. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2012.

HABERMAS. Notas programáticas para a fundamentação de uma ética do discurso. In: **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989, pp.61-141.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Tradução Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RAMOS, S.D.H.P; LOBINO, M.G.F; HERNANDEZ-PILOTO, S.S.F. Educação Ambiental Como Ato Responsável: Ensaio Sobre Formação Continuada do Ecoeducador. In: SALES, R.E.S; SALES, R. S. **Educação ambiental e cidadania: pesquisa e práticas contemporâneas - volume 1**. São Paulo: Editora Científico Digital, 2021, p. 217-235.

SILVA, N. V. da. **A gestão de educação especial e a formação continuada de rede municipal de ensino Marataízes/ES: a pesquisa-ação em foco**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores) – Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2019.

ŽIŽEK, S. A amazonia está em chamas – e daí?. **Blog da Boitempo**. São Paulo. 04/09/2019. Disponível em:<https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/04/zizek-a-amazonia-esta-em-chamas-e-dai/>. Acesso em 19 de dezembro de 2020.

# EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE O AGIR COMUNICATIVO DE HABERMAS E A PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE NOS PROCESSOS FORMATIVOS EM SAÚDE

**Elizabeth Artmann<sup>1</sup>**

Escola Nacional de Saúde Pública, ENSP/Fiocruz  
bethartmann@gmail.com

**Etel Matiello<sup>2</sup>**

Escola Nacional de Saúde Pública, ENSP/Fiocruz  
etelmatiello@gmail.com

---

## Resumo

Denominamos agir comunicativo-pedagógico a relação entre comunicação e educação, fundamentada em dois importantes postulados epistêmicos, a teoria do agir comunicativo por Jürgen Habermas, e as bases pedagógicas de Paulo Freire (com o olhar da educação popular em saúde). Este ensaio tem como objetivo refletir como o agir comunicativo-pedagógico pode contribuir para a reflexão sobre processos de formação na área da saúde, pautada nas categorias convergentes destes dois autores como: comunicação/diálogo, interdisciplinaridade, democracia, trabalho e emancipação. O agir pedagógico fundamenta-se nas aprendizagens sociais apoiadas na racionalidade comunicativa, de forma a viabilizar uma cultura dialógica, solidária e radicalmente aberta aos processos de transformação pautados na emancipação social. No agir comunicativo, que articula todos os tipos de ação (Teleológica, Estratégica, Normativa e Comunicativa), os falantes vivenciam experiências que oportunizam consensos e entendimentos. Se estabelece uma relação interna entre práxis e racionalidade, elevando o conteúdo normativo da ação orientada para o entendimento recíproco. Habermas e Freire desenvolvem propostas de ações comunicativas que são profundamente interligadas, motivo pelo qual relaciona-se o papel da comunicação nas relações humanas e consequentemente na saúde. A integração do agir comunicativo com elementos da educação popular potencializa a ação pedagógica. Nessa perspectiva, a linguagem passa a assumir as funções de entendimento e coordenação das atividades orientadas por fins dos diferentes sujeitos da ação e o meio da própria socialização. Logo, a linguagem expressa na fala ou gestos constitui-se por resultados da ação social, que pelo compartilhamento torna-se capaz de produzir mudanças e intervenções significativas nos processos formativos em saúde.

**Palavras-chave:** Agir comunicativo-pedagógico. Comunicação. Educação popular. Saúde.

---

<sup>1</sup> Pesquisadora titular do Departamento de Administração e Planejamento da Escola Nacional de Saúde Pública, ENPS/Fiocruz. Docente permanente da Pós-graduação em Saúde Pública da Ensp e do PPGSMCA-IFF.

<sup>2</sup> Nutricionista; Especialista em Saúde da Família e Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública, ENPS/Fiocruz. Coordenadora Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde.

# EDUCATION FOR DEMOCRACY: AN ARTICULATION BETWEEN HABERMAS' COMMUNICATIVE ACTION AND PAULO FREIRE'S PEDAGOGY IN HEALTH TRAINING PROCESSES

## Abstract

The concept of pedagogical-communicative action the relationship between communication and education, based on two important epistemic hypotheses: Jürgen Habermas's theory of communicative action and Paulo Freire's pedagogical bases (within the popular health education perspective). This essay intends to discuss how pedagogical-communicative action can contribute to insights on health training processes, based on these two authors' convergent approaches, such as: communication/dialogue, interdisciplinarity, democracy, work and emancipation. The pedagogical action is based on social learnings supported by communicative rationality, in order to enable a dialogical, supportive and radically open culture to transformation processes based on social emancipation. In communicative action, which articulates all kinds of action (Teleological, Strategic, Normative, Expressive and Communicative), participants in an interaction seek consensus and understanding. Therefore, an internal relationship between praxis and rationality is established, elevating the normative content of mutual understanding-oriented action. Habermas and Freire develop communicative action proposals deeply interconnected, which is why there is a connection within the role of communication in human relationships and, consequently, in health. The pedagogical action is enhanced by the integration between the communicative action and elements of popular education. From this perspective, language begins to take on the functions of understanding and coordinating goal-oriented activities of the different subjects of action and of socialization itself. Therefore, the language expressed in speech or signs is a result of social action, which becomes capable of producing significant changes and interventions in health training processes through sharing.

**Key words:** Pedagogical-communicative action. Communication. Popular education. Health.

## 1 INTRODUÇÃO

Diferentes pensadores têm buscado aproximações em torno de conceitos centrais aportados por Habermas e Freire, especialmente na reflexão sobre sujeitos sociais, diálogo e comunicação. Em uma leitura dos conceitos que podem ser articulados entre os dois autores percebe-se seu potencial compreensivo e interpretativo, no contexto do agir comunicativo e pedagógico (ANDRADE; ALCÂNTARA; PEREIRA, 2019). Este ensaio busca articular categorias importantes e presentes nos dois autores como comunicação/diálogo, interdisciplinaridade, democracia, trabalho e emancipação

O que estamos chamando de agir comunicativo-pedagógico pode ser compreendido como uma relação intersubjetiva entre (atores/falantes) sobre diferentes conteúdos temáticos mediatizados pela linguagem articulada por categorias como comunicação, educação, práxis e emancipação. Fundamenta-se em dois importantes postulados epistêmicos, a teoria do agir comunicativo por Jürgen Habermas, e as bases pedagógicas de Paulo Freire (com o olhar da educação popular em saúde). Ambos centrados em uma perspectiva crítica, com ênfase em questões sociopolíticas e ancorados em uma práxis pedagógica, sob as perspectivas do ensino e da pesquisa (PITANO, 2017).

Para esta integração faz-se necessário compreender os dois conceitos: agir comunicativo e agir pedagógico. Para Habermas, segundo Minayo (1991), o agir comunicativo pode ser compreendido como a tradução de uma postura ativa de interrelação e diálogo interdisciplinar. Não podendo ser obtida na mediação monológica e solitária de um sujeito-cientista. Por isso, a comunicação, deve necessariamente ser construída sobre as bases de uma coerência de linguagem que articule as teorias distintas que possam ser tratadas como fragmentos teóricos de uma abordagem mais ampla (MINAYO, 1991). O projeto interdisciplinar habermasiano relaciona-se à ideia do agir comunicativo como forma de integração da ação em geral e também do saber (ARTMANN, 2001; HABERMAS, 2014; MIRANDA; RIVERA; ARTMANN, 2012).

Destaca-se o conceito ampliado de razão, fundamentado no conceito tríplice de mundo (mundo objetivo, mundo normativo e mundo subjetivo) e na intersubjetividade, em contraponto à dicotomia razão versus emoção que informa as leituras/interpretações a partir da moldura da filosofia da consciência. Do ponto de vista epistemológico saímos do modo de conhecer via relação sujeito-objeto para o modo intersubjetivo que se apoia no conceito de mundo da vida como horizonte interpretativo.

O mundo da vida é constituído pelas capacidades ou representações culturais, sociais e pela personalidade, acumuladas ou adquiridas em processos cooperativos de comunicação, que servem de pano de fundo para as tarefas interpretativas dos sujeitos de uma determinada situação de ação. Nesta perspectiva comunicacional, a cultura armazena conhecimentos e tradições historicamente construídas pelas gerações anteriores, a sociedade nos fornece o contexto normativo sob o qual agimos e é na personalidade onde se encontram as

competências individuais para a comunicação (ARTMANN, 2001; HABERMAS, 2012; RIVERA, 1995).

Habermas relaciona dialeticamente o mundo da vida (mediado pela linguagem), representado pela cultura e pela razão comunicativa e o sistema (mediado pelo poder e pelo dinheiro), representado pela razão técnica, instrumental. Ao estabelecer uma leitura da sociedade, percebe um avanço da racionalidade técnica ou do sistema sobre o mundo da vida. Afirma que a análise hermenêutica poderia desvendar formas distorcidas de comunicação e buscar uma reconciliação entre o mundo da vida e o sistema (ARTMANN, 2001).

Habermas propõe 4 tipos de ações e de relações com o mundo:

- a) Ação teleológica, como seu significado semântico, está dirigida ao mundo objetivo, formado pela totalidade dos estados de coisas que existem ou que podem apresentar-se ou serem produzidos mediante uma intervenção adequada no mundo;
- b) Ação normativa, relacionada com a definição das normas sociais que regulam o comportamento dos atores sociais, as situações de conflito e de carência, orientando-se pela busca da legitimidade, e não pelo critério da eficácia ou do êxito. Vincula-se pelo menos com dois mundos: o mundo objetivo e o normativo;
- c) Ação expressiva, caracterizada pela forma de exteriorização das intenções subjetivas, dos desejos e dos sentimentos, ao nível dramático, representando um tipo de ação voltada para a comunicação e reconhecimento da autenticidade de estados internos ou subjetivos dos indivíduos. Pressupõe relações com um mundo externo e um mundo interno;
- d) Ação comunicativa, que está representada pelo uso da linguagem visando o entendimento. O conceito de ação comunicativa pressupõe a linguagem como um meio dentro do qual tem lugar um tipo de processo de entendimento em cujo transcurso os participantes, ao relacionarem-se com o mundo, apresentam-se uns perante aos outros com pretensões de validade que podem ser reconhecidas ou questionadas. Apoia-se no triplice conceito de mundo, cujas pretensões de validade se referem tanto a estados de coisas do mundo objetivo, a normas do mundo social e a expressões do mundo subjetivo. Por isso, somente a ação comunicativa

pressupõe o uso da linguagem em todas as suas dimensões, articulada pelo mundo da vida - o equivalente ao saber prévio ou conjunto de pretensões de validade cristalizadas como acordo ou consenso, que se expressam como saber teórico, prático ou expressivo (ARTMANN, 2001; RIVERA, 1995).

A ação comunicativa apoia-se no horizonte interpretativo fornecido pelo mundo da vida, que armazena os saberes tradicionalmente acumulados pela humanidade cujos liberados de forma fragmentária nas em cada situação de fala (HABERMAS, 2012).

O agir comunicativo-pedagógico é um agir que visa uma ação que integra aspectos instrumentais, estratégicos, técnicos, empíricos, portanto, uma pedagogia pautada no agir comunicativo, intencionada teleologicamente, para alcançar fins comunicacionais. No agir comunicativo, que articula todos os tipos de ação (teleológica, estratégica, normativa e expressiva), o indivíduo vivencia experiências que oportunizam consensos e entendimentos no processo de busca da verdade. Se estabelece uma relação interna entre práxis e racionalidade, elevando o conteúdo normativo da ação orientada para o entendimento recíproco (HABERMAS, 2012; TESSER, 2017).

## **2 COMUNICAÇÃO E DIÁLOGO**

De acordo com Mello (2021) apud Habermas (2012), a realidade, também é parte do mundo da vida, constrói-se coletivamente e apresenta de maneira interpretativa a intersubjetividade nos modos de viver em sociedade, reproduzida pelo conjunto de normas, valores, tradições e linguagens. Assim, cada sujeito é único, inundado do tempo histórico em que vive, com suas assertividades e contradições, porém compatível ao diálogo. O empenho na interação entre os sujeitos, de forma a promover uma racionalização do diálogo democrático, em que são apresentadas visões de mundo diferentes e, potencializando o agir comunicativo, produz novos entendimentos (HABERMAS, 2012; MELLO, 2021).

Para Freire, a palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. Essa colaboração na construção de um mundo comum, com reconhecimento do outro e de si no outro é o diálogo autêntico (FREIRE, 2020).



Para Habermas, entre as causas profundas da crise vivenciada destacam-se a racionalização burocrática da vida em sociedade através do domínio da razão instrumental (transformando a vida em uma verdadeira tecnocracia, onde os técnicos é que decidem os rumos da sociedade) e ao risco de colonização do Mundo da Vida, que ocorre devido à superposição da lógica sistêmica inerente no processo de racionalização social - a exemplo da economia e da mídia -em relação às vivências cotidianas das relações interpessoais. Tal crise produz um profundo e contraditório déficit de comunicação, mesmo na “era das comunicações”, e uma consequente alienação política, social, cultural e econômica (ZITKOSKI, 2000).

A ação comunicativa em Habermas e o diálogo em Freire pressupõem uma comunicação pautada na livre circulação de ideias, validadas pela argumentação, e inspiradas pela problematização e busca do conhecimento, livre de coerção e pressão. Esta ação comunicativa possibilita o encontro entre os seres humanos, constrói o sentimento de pertença, de responsabilidade, permite a crítica, a autocrítica e a aprendizagem, na direção da construção de uma ética não dissociada da moral, expressam na ação, viva e em movimento permanente na busca da coerência. Nesta perspectiva incorporam-se a razão, a emoção, a fala e a ação em uma busca da integralidade ou omnilateralidade (PALUDO, 2010).

Habermas e Paulo Freire desenvolvem conceitos éticos que são profundamente interligados, motivo pelo qual relaciona-se o papel da comunicação nas relações humanas e consequentemente na saúde (LAROCCA; MAZZA, 2003). A integração do agir comunicativo com elementos da educação popular potencializa a ação pedagógica. Nessa perspectiva, a linguagem passa a assumir as funções de entendimento e coordenação das atividades orientadas por fins de diferentes sujeitos da ação e o meio da própria socialização. Logo, a linguagem expressa na fala ou gestos constitui-se por resultados da ação social, que pelo compartilhamento torna-se capaz de produzir mudanças e intervenções em diferentes escalas da trama social (FREIRE, 2020; HABERMAS, 2012).

Ambos concebem a linguagem como instrumento de compreensão da realidade e propõem o diálogo como meio de superação da dominação. Suas reflexões sobre educação inscrevem-se no âmbito das experiências vividas, sem, entretanto, renunciar a um referencial de razão fundado na cooperação e na busca do entendimento intersubjetivo (BASTOS; OLIVEIRA, 2006).

A partir do momento em que se defende o agir pedagógico, a pedagogia do diálogo, entende-se o antidiálogo como uma relação verticalizada, que se nutre de desamor, desesperança, arrogância. Não gera criticidade. O diálogo tem o poder de comunicar, enquanto o antidiálogo não comunica, faz apenas comunicados (FREIRE, 2020).

O diálogo é essa relação horizontalizada, uma relação eu-tu, sendo assim, é uma relação de dois sujeitos não havendo dominação; há entre esses dois pólos uma relação baseada no amor, na humildade, na confiança, no respeito, que os tornam críticos na busca de algo. A interação dialógica acarreta responsabilidade social e política do homem. Neste caminho, uma das maiores inquietações de Paulo Freire foi exatamente a educação voltada para a autonomia, para a responsabilidade social e política (FREIRE, 2020).

É neste contexto que uma orientação dos processos formativos na saúde a partir das categorias comunicação/diálogo qualifica as práticas educativas segundo sua possibilidade transformadora, aspecto essencial às propostas emancipadoras da promoção da saúde e aos objetivos de mudança do modelo assistencial que inspiram a política de atenção básica à saúde (DANTAS, 2010).

### **3 DEMOCRACIA**

Para Habermas, a ação comunicativa entre as classes sociais é possível a partir do cotidiano ou do mundo da vida – e caminha rumo à construção de uma esfera pública política, na qual os grandes problemas que dizem respeito a todos possam ser por todos debatidos e democraticamente decididos. Para ele a democracia é “uma forma de aperfeiçoar a convivência humana, uma gramática de organização da sociedade e sua relação com o Estado construída historicamente” (MÜLLER NETO; ARTMANN, 2012, pg.3408).

Já Freire traduz a categoria classes sociais na expressão opressor/oprimido, nas relações que entre eles se estabelecem e atribui a centralidade ao oprimido no processo de transformação social. Na perspectiva de Freire a esfera pública, capaz de debater e decidir democraticamente, na direção de uma democracia substantiva, que efetiva direitos, só é possível a partir da ótica dos oprimidos. O que ainda não está dado e se traduz em um movimento permanente, que exige organização,

mobilização e luta, para a instituição e garantia de implementação de direitos sociais básicos e fundamentais (PALUDO, 2010).

Em Habermas, a ação comunicativa, viabilizada pelas relações intersubjetivas e ancorada na razão comunicativa, possibilitaria a construção de consensos. Tanto para Freire, quanto para Habermas, a razão ampliada comunicativa contempla mundo objetivo e subjetivo, evidências científicas, emoção e ação expressivas, traduzindo-se no conceito de práxis. Práxis que exige ação e reflexão, permeadas pelo processo histórico – das situações-limite, e na construção dos inéditos viáveis. Este esforço na construção dos inéditos viáveis pode vir do consenso entre as forças antagônicas articulada a organização e a pressão popular (PALUDO, 2010).

Ambos, cada qual a seu modo, acreditam na possibilidade de os seres humanos constituírem um mundo bom de viver, não só para si, mas para todos os seres vivos. Freire remete para a universalidade quando anuncia a vocação humana para ser mais, residindo neste conceito uma das sustentações fundamentais da esperança de um mundo melhor. Já Habermas também o faz quando desenvolve argumentos que demonstram a dimensão comunicativa universal da ação social e quando argumenta que alguns valores podem estar em vias de universalização, como a democracia e valores ligados à defesa da vida (HABERMAS, 2012; PALUDO, 2010).

A participação, uma diretriz constitucional do SUS, organizada a partir dos Conselhos e das Conferências de Saúde, apoia-se no poder comunicativo, ou seja, na possibilidade das pessoas agirem comunicativamente, potencializando a gestão participativa das políticas públicas, pressionando as instituições a incorporar determinadas demandas em sua agenda de prioridades. Estas instâncias são percebidas por atores sociais da esfera pública sanitária como espaços públicos importantes e efetivos para a promoção da cidadania e da democracia, e como controle da sociedade sobre a gestão pública da saúde e a definição da agenda política no setor (BRASIL, 1988; MÜLLER NETO; ARTMANN, 2014).

A visão habermasiana da democracia contribui para o entendimento sobre participação na saúde. Embora o desenvolvimento deste conceito seja mais recente em uma obra, apoia-se na teoria do agir comunicativo e situa a participação política no contexto da tensão entre democracia e capitalismo e no âmbito de uma teoria da relação entre Estado e sociedade. Neste contexto, a ação comunicativa pressupõe que haja condições de igualdade entre os participantes (condições que se buscam

nas conferências e reuniões dos conselhos de saúde) para expressar ou para produzir opiniões pessoais, sem coerção, e decidir, pelo princípio do melhor argumento, ações que, neste caso, melhorem as condições de vida e saúde da população (MÜLLER NETO; ARTMANN, 2012).

#### 4 PRÁXIS

Jürgen Habermas e Paulo Freire são autores centrados em uma perspectiva crítica, com ênfase em questões sociopolíticas e ancorados em uma práxis pedagógica, sob as perspectivas do ensino e da pesquisa (PITANO, 2017).

Habermas restabelece a ligação entre saber teórico e a ação humana, ou saber prático, por meio da dialética entre ação comunicativa (fluida) *versus* discurso (tematização) que, ancorado no conceito de mundo da vida, é capaz de romper as fronteiras entre discurso teórico e discurso prático o que significa a integração saber científico (fruto da racionalidade técnica) e a práxis social (imaneente ao Mundo da Vida), reconstruindo uma relação entre teoria e prática (ARTMANN, 2001; BASTOS; OLIVEIRA, 2006; HABERMAS, 2012).

Esta integração também está presente em Freire, que conceitua a práxis, como a teoria do fazer, de forma que não haja dicotomia entre uma etapa de reflexão teórica (saber científico) e outra, distante, de ação (saber empírico ou saber de experiência feito), integrando a dimensão imediata (micro) com a dimensão estratégica (macro). Ação e reflexão se dão simultaneamente (FREIRE, 2020).

Para Freire (2020) a problematização dos temas relacionados à opressão, deflagra um processo de libertação, pois quando os oprimidos se descobrem sujeitos, vão (des)velando o mundo da opressão e comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; “vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo ‘com que’ e ‘em que’ se acham” (FREIRE, 2020, pg.82).

A construção teórica habermasiana mostra que solidariedade, justiça e bem-estar estão presentes na práxis comunicativa normal, cotidiana, voltada ao entendimento, de forma a construir relações simétricas e recíprocas (ARTMANN, 2001).

## **5 TRABALHO**

Na sua leitura da realidade, Habermas (2016) mantém a categoria trabalho (categoria básica nas abordagens marxistas), mas a reconstrói em uma relação recíproca com seu par dialético, a interação. Para ele, não é possível a redução da interação ao trabalho ou a derivação do trabalho a partir da interação. O trabalho pode ser compreendido como a ação racional teleológica que engloba a ação instrumental, orientada por regras técnicas e reproduzíveis e a ação estratégica, inspirada em princípios e valores que buscam exercer influência sobre a definição da situação ou sobre a decisão do outro. A interação refere-se ao agir comunicativo simbolicamente mediado e orientado por normas de vigência obrigatória, que definem as expectativas recíprocas de comportamento e que têm de ser entendidas e reconhecidas por, pelo menos, dois sujeitos, de forma a coordenar seu plano de ação conjunta (HABERMAS, 2016; MIRANDA; RIVERA; ARTMANN, 2012; PALUDO, 2010; PEDUZZI, 2001; RIVERA, 1995).

Para Freire, sob uma modernidade capitalista que se funda na exploração dos seres humanos, não é possível a igualdade, a fraternidade e a liberdade. Por isso, ele propõe a organização e luta dos oprimidos pelo seu processo de libertação. Esse processo de libertação, de transformação social é pautado na conscientização, na comunicação dialógica e na construção dos inéditos viáveis. Freire mantém a categoria do trabalho como um aspecto importante da leitura da realidade, embora atribua ao conhecimento e à educação papel fundamental nestes processos, por meio da conscientização, que somente se efetiva pelo diálogo (PALUDO, 2010).

## **6 EMANCIPAÇÃO**

A emancipação é um processo coletivo e compartilhado no qual pessoas e grupos conquistam a superação e a libertação de todas as formas de opressão, exploração, discriminação e violência ainda vigentes na sociedade e que produzem a desumanização e a determinação social do adoecimento (FREIRE, 2020; SAÚDE, 2013; STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2015).

Paulo Freire defende um projeto de emancipação pautado no multiculturalismo, que contribui para o diálogo crítico entre as diversas culturas

enquanto direito em sociedades democráticas, de forma a ampliar e consolidar os processos de emancipação (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2015).

Na perspectiva da emancipação, Freire nos lembra também do sentido ético da ação libertadora, que requer transformação das realidades sociais e propõe uma verdadeira revolução cultural enquanto estratégia permanente de luta pela humanização do mundo. Neste caminhar o poder revolucionário, conscientizado e conscientizador, não é apenas um poder, mas um novo poder. Do mesmo modo, para ZITKOSKI, (2000), nas teses habermasianas, a emancipação das sociedades contemporâneas passa por nossa capacidade de reconstruir os processos culturais, superando, assim, suas estruturas alienantes e opressoras. Em sua concepção o caminho para superação da racionalidade instrumental passa pelo cultivo de uma nova racionalidade crítico-comunicativa, pautada na argumentação crítica, no debate e na produção de novos consensos sobre o mundo social e cultural. Habermas confia e aposta na capacidade de aprendizagem de cada ser humano, de forma a liberar o potencial comunicativo hoje atrofiado pela tecnocracia alienante para construir novas redes de relações interpessoais que co-criem uma cultura mais solidária, emancipada e geradora de vida. A racionalidade comunicativa é aquela capaz de considerar e abarcar todas as outras, incluindo a teleológica/instrumental, desde que não tomem o lugar do todo mas se submetam ao entendimento sobre o que produzir em termos de tecnologia e para quem destinar seus frutos, num acordo comunicativo (ARTMANN, 2001; HABERMAS, 2012).

Para Habermas o conhecimento, a educação e o ensino devem olhar para as interações e para as comunicações simbólicas como elementos centrais na possibilidade de emancipação humana, mais presentes nas ciências hermenêuticas e teoria crítica, do que na racionalização das forças produtivas e das relações econômicas e administrativas. O conhecimento resulta de três processos simultâneos, integrados entre si: a atitude de resolver problemas diante dos riscos impostos por um ambiente complexo, a justificação das alegações de validade diante de argumentos opostos e um aprendizado cumulativo que depende do reexame dos próprios erros. A aprendizagem é, desta forma, elemento constitutivo do discurso e das ações cotidianas na transformação de si e do mundo (TESSER, 2017).

Embora Habermas não tenha tratado de forma específica as questões pedagógicas, com um olhar atento sobre sua obra percebe-se uma intencionalidade

educativo-emancipatória, enquanto condição de possibilidade presente nos processos de aprendizagem social, que pode ser produtiva para o agir pedagógico. Seu potencial racional comunicativo, crítico-interpretativo viabiliza uma cultura dialógica (formadora da competência comunicativa), solidária e radicalmente aberta aos processos de emancipação social (OLIVEIRA, 2003).

Assim como em Habermas, para Freire solidariedade e diálogo são conceitos fundamentais. Nos dois autores o diálogo estabelece-se a partir de uma relação entre sujeitos e seu estar no mundo (objetivo, social e coletivo), sendo um elemento marcante em suas concepções epistemológicas.

[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 2020, pg.91).

Este conceito de diálogo, inspirado em Freire e Habermas, inspira o desenvolvimento de processos comunicativos que não se baseiam apenas no binômio emissor-receptor, mas ampliam a reflexão e estimulam ações que caminham na perspectiva da ação emancipatória.

Ao analisar elementos integradores das teorias habermasiana e freireana, percebe-se que ambas apontam para uma participação dos sujeitos, mediante práticas emancipatórias, potencializando tanto o agir comunicativo quanto a ação dialógica. Freire constrói uma prática educativa emancipatória que se estende para a sociedade. Habermas, por sua vez, constrói uma teoria da sociedade, que considera investimentos em educação, pois sem esta se torna inviável. Desta forma, se complementam e se identificam (BASTOS; OLIVEIRA, 2006).

Tanto em Freire quanto em Habermas é possível perceber um movimento pela superação do paradigma da consciência moderno. Para ambos o sujeito agente é considerado interagente, fundamentando uma epistemologia no princípio da subjetividade conectiva. A ação comunicativa, exercida e possibilitada pelos princípios comuns do mundo da vida – contexto gerador, implica em uma ação cognoscente coletiva. Em um diálogo potencializado pela permuta de saberes e pela argumentação recíproca, os participantes agregam-se em uma reconstrução qualitativa do conhecimento, e por consequência, complementam e elevam o nível de seus discursos (PITANO, 2008).



O mundo da vida, por sua vez, também influencia o sistema, ressaltando a ação dialógica de Freire, bem como a formação da opinião pública e a deliberação em Habermas que, somadas, contribuem para a democratização dos espaços de decisão política e da vida em sociedade, seja dentro das organizações (por exemplo as unidades básicas de saúde, ambulatórios, etc), em movimentos sociais ou instituições formadoras (ANDRADE; ALCÂNTARA; PEREIRA, 2019; ARTMANN, 2001; LIMA; RIVERA, 2009; MÜLLER NETO; ARTMANN, 2012; RIVERA, 1995).

## **7 INTERDISCIPLINARIDADE**

Para Freire a interdisciplinaridade integra o processo metodológico de construção do conhecimento a partir da relação com o contexto, com a realidade e com a cultura. Ela caracteriza-se em dois movimentos dialéticos: a problematização da situação pela qual se desvela a realidade e a sistematização dos conhecimentos construídos e adquiridos de forma integrada (COSTA; LOUREIRO, 2017).

A tarefa do educador dialógico é, trabalhando em equipe interdisciplinar este universo temático, recolhido na investigação, devolvê-lo, como problema, não como dissertação, aos homens de quem recebeu (FREIRE, 2020).

Considerando o projeto "interdisciplinar comunicativo" habermasiano, Artmann (2001) relembra alguns de seus pressupostos, sintetizados por Minayo (1991). O primeiro pressuposto é de que o conhecimento científico é transitório e sua construção apóia-se em um processo racional de entendimento entre os diferentes saberes e o mundo da vida, com a vida prática (ARTMANN, 2001; MINAYO, 1991).

Um segundo pressuposto apresentado é uma necessidade de entendimento entre as ciências abstratas e a filosofia com as ciências empíricas, de forma construir discursos argumentativos relacionados às descobertas obtidas, à questão ética e à subjetividade que possam criticar e avaliar os pressupostos de determinado saber. A atuação interdisciplinar seria uma busca da unidade de razão, a partir de diferentes vozes e olhares. É necessário um reconhecimento dos limites dos pesquisadores, das disciplinas e do próprio campo do conhecimento e, ao mesmo tempo, um diálogo crítico que integre as diferentes linguagens e aponte o rumo de um "humanismo radical" como fim de todo conhecimento (ARTMANN, 2001).

Por fim, a teoria da racionalidade interdisciplinar de Habermas está referida incondicionalmente às estruturas do mundo cotidiano (mundo da vida) onde se

articulam os produtos da ciência e da técnica como cultura. É no diálogo cotidiano, na linguagem comum, onde a vida em sua força mais explosiva nos defronta com os problemas do mundo contemporâneo (ARTMANN, 2001).

No trabalho em saúde, especialmente na atuação das equipes interdisciplinares, o amor refere-se às relações dos profissionais entre si e com os usuários. Este conceito interrelaciona-se com o vínculo, elemento fundamental para a saúde, especialmente no contexto da Atenção Básica. A troca de afetos potencializa a autoconfiança, não só dos profissionais, como também dos usuários. Essa esfera seria composta por dimensões diversificadas, tais como o reconhecimento de certo "saber-fazer" dos profissionais, bem como das qualidades, exigências e necessidades dos usuários (HONNETH, 2007; MIRANDA; RIVERA; ARTMANN, 2012).

Ainda, o trabalho em equipe multiprofissional pode ser definido, em uma inspiração habermasiana como uma modalidade de trabalho coletivo que se constrói na relação entre as múltiplas intervenções técnicas e a interação dos agentes de diferentes áreas profissionais. É a comunicação, ou seja, a mediação simbólica da linguagem, que potencializa a articulação das ações multiprofissionais e a cooperação no caminho da atuação interdisciplinar (PEDUZZI, 2001).

## **ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS**

A formação de profissionais para atuarem no cuidado integral à população brasileira, em equipes multiprofissionais e incorporados nos serviços de saúde em todos os núcleos populacionais brasileiros constitui um dos principais desafios para a consolidação do SUS. A diversidade regional e a reconhecida desigualdade apontam para estratégias relacionadas a pautar a formação profissional nos determinantes sociais da saúde, a partir das necessidades da população, em especial de grupos vulneráveis, assim como no perfil epidemiológico locorregional, valorizando a atenção básica a partir da integração ensino-serviço e da inserção precoce dos estudantes na Rede de Atenção à Saúde, e sua atuação nos diferentes níveis de assistência (MACHADO; XIMENES NETO, 2018).

Nesta perspectiva o agir comunicativo-pedagógico pode contribuir para refletir sobre a formação dos trabalhadores de saúde enquanto sujeitos sociais críticos e

capazes contribuir tanto para o desenvolvimento da Atenção Primária no SUS quanto para sua própria defesa (FREIRE, 2020; HABERMAS, 2012; MELLO, 2021).

Todos os espaços de formação de trabalhadores de saúde podem ser espaços potentes do agir comunicativo-pedagógico, desde as estratégias de graduação, extensão, pós-graduação. Especialmente ao aliar a prática cotidiana com momentos de reflexão teórica, em uma verdadeira práxis, mediada pela linguagem e potencializada pelo agir comunicativo e o agir pedagógico (FREIRE, 2020; HABERMAS, 2012; MATIELO, 2009).

A compreensão dos elementos pedagógicos e comunicativos presentes nos diferentes processos comunicativos e formativos, pode ser potente na educação permanente de profissionais para a atuação na Atenção Primária e no enfrentamento de crises sanitárias e socioambientais cada vez mais frequentes em nosso cotidiano. Este olhar ampliado e interdisciplinar, não só para dentro da rede de atenção à saúde, mas para outros pontos especialmente atuantes na perspectiva da promoção de saúde e da vigilância em saúde, ampliam a perspectiva da produção social em saúde (ARTMANN; URIBE RIVERA, 2013).

Em uma perspectiva do diálogo e da participação, a educação permanente e a educação popular em saúde se configuraram como caminho efetivo para a promoção de um cuidado mais integral e resolutivo, produzindo uma maior segurança aos profissionais durante sua atuação e uma construção compartilhada entre equipe e comunidade (ALMEIDA *et al.*, 2020).

A compreensão do trabalho, em uma perspectiva interdisciplinar, é imprescindível para o fortalecimento do SUS e de uma atuação sinérgica e integrada entre questões ambientais, culturais, de saúde, sociais e econômicas. A educação popular em saúde constrói-se nesta perspectiva, de potencializar ações que conduzam à autonomia, ao aumento do poder decisório e diretivo das classes populares, ao despertar da consciência crítica dos indivíduos. Estimula a capacidade dos sujeitos perceberem-se de fato, sujeitos na construção de seu processo histórico, de forma a (des)velar o real, questionar as aparências dos fatos e buscar a essência por detrás do que está dado pelo poder hegemônico. Relaciona-se diretamente com a libertação das condições de opressão do povo (MATIELO, 2009).

As sinergias entre os pensamentos de Habermas (especialmente o Agir Comunicativo) e de Freire (na Ação Dialógica/Pedagógica) na perspectiva da sistematização de um agir comunicativo-pedagógico e democrático pode contribuir

para o desenvolvimento de processos formativos pautados no diálogo, na amorosidade, na solidariedade, na ética, na autonomia, formando não só trabalhadores de saúde mas sujeitos sociais críticos e capazes contribuir tanto para o desenvolvimento da AB no SUS quanto para sua própria defesa.

A educação é um elemento da formação humana, porém, não o único. Ou seja, o que educa não é somente o discurso, mas a vivência concreta do novo. Experiências formativas que se constroem a partir da práxis, como as residências multiprofissionais, confirmam essa vivência, esse estar no Mundo Vivo, sendo mediados pela linguagem e potencializados pelo agir comunicativo e o agir pedagógico (FREIRE, 2020; HABERMAS, 2012; MATIELO, 2009).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. D. S. D. *et al.* Residência em saúde da família do campo e o enfrentamento a COVID-19: relato de experiência. **Health Residencies Journal - HRJ**, [S. l.], v. 1, n. 7, p. 52–67, 28 set. 2020.

ANDRADE, L. F. S.; ALCÂNTARA, V. de C.; PEREIRA, J. R. Comunicação que constitui e transforma os sujeitos: agir comunicativo em Jürgen Habermas, ação dialógica em Paulo Freire e os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, [S. l.], v. 17, p. 12–24, mar. 2019.

ARTMANN, E. Interdisciplinaridade no enfoque intersubjetivo habermasiano: reflexões sobre planejamento e AIDS. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 6, p. 183–195, 2001.

ARTMANN, E.; URIBE RIVERA, F. J. **Gestão comunicativa e democrática para a integralidade e humanização do cuidado em saúde**: desafios. Construção social da demanda por cuidado: revisitando o direito à saúde, o trabalho em equipe, os espaços públicos e a participação, [S. l.], , p. 225–239, 2013.

BASTOS, C. V. R. de; OLIVEIRA, S. V. de. AÇÃO COMUNICATIVA E AÇÃO DIALÓGICA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA. APRENDER - Cad. de **Filosofia e Psic. da Educação**, [S. l.], v. 2, n. Vitória da Conquista, p. 119–134, 2006.

BRASIL, P. da R. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 5 ago. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 set. 2022.

COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F. A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica. **Revista Katálysis**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 111–121, abr. 2017.

DANTAS, M. B. P. **Educação em saúde na atenção básica**: sujeito, diálogo, intersubjetividade. [S. l.], 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 73a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. trad. Luiz Sérgio Repa. 1. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2014(Coleção Habermas).

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. [S. l.]: Editora Unesp, 2016.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. 1: Racionalidade da ação e racionalização social. trad. Paulo Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HONNETH, A. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectiva na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (org.). **Teoria crítica no século XXI**. 1a edição. São Paulo: Annablume, 2007.

LAROCCA, L. M.; MAZZA, V. de A. Habermas e Paulo Freire: referenciais teóricos para o estudo da comunicação em enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 169–169, 2003.

LIMA, J. de C.; RIVERA, F. J. U. **Agir comunicativo, redes de conversação e coordenação em serviços de saúde**: uma perspectiva teórico-metodológica. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, [S. l.], v. 13, p. 329–342, dez. 2009.

MACHADO, M. H.; XIMENES NETO, F. R. G. Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde no SUS: trinta anos de avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 23, p. 1971–1979, jun. 2018.

MATIELO, E. **Dialogando sobre educação em saúde e ética a partir da experiência do curso técnico em saúde comunitária do movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. 2009. 138 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92340/281638.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 set. 2022.

MELLO, A. S. de. **O agir pedagógico na construção do apoio matricial**: caminhos possíveis no compartilhamento do cuidado. 2021. 203 f. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Enfermagem, Rio de Janeiro, 2021.

MINAYO, M. C. de S. **Interdisciplinaridade**: uma questão que atravessa o saber, o poder e o mundo vivido. Medicina, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 70–77, jun. 1991.

MIRANDA, L.; RIVERA, F. J. U.; ARTMANN, E. Trabalho em equipe interdisciplinar de saúde como um espaço de reconhecimento: contribuições da teoria de Axel Honneth. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 22, p. 1563–1583, 2012.

MÜLLER NETO, Julio Strubing; ARTMANN, E. Discursos sobre o papel e a representatividade de conferências municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 30, p. 68–78, jan. 2014.

MÜLLER NETO, Júlio Strubing; ARTMANN, E. Política, gestão e participação em Saúde: reflexão ancorada na teoria da ação comunicativa de Habermas. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 17, p. 3407–3416, dez. 2012.

OLIVEIRA, A. A. A. de. **A competência comunicativa como um telos para o agir pedagógico**. Accepted: 2007-06-06T17:28:22Z, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3405>. Acesso em: 23 set. 2022.

PALUDO, C. Habermas e a Educação Popular: a dimensão política da educação como possibilidade de encontro. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 25, n. 83, p. 67–82, 2010.

PEDUZZI, M. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Revista de Saúde Pública**, [S. l.], v. 35, p. 103–109, fev. 2001.

PITANO, S. de C. **Jürgen Habermas, Paulo Freire e a crítica à cidadania como horizonte educacional**: uma proposta de revivificação da educação popular ancorada no conceito de sujeito social. Accepted: 2008-12-17T04:12:34Z, 2008.

Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14844>. Acesso em: 19 set. 2022.

PITANO, S. de C. PROBLEMATIZANDO REFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO POPULAR:: PAULO FREIRE E JÜRGEN HABERMAS. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)**, [S. l.], n. 28, p. 104–119, 2017.

RIVERA, F. J. U. **Agir comunicativo e planejamento social**: uma crítica ao enfoque estratégico. Rio de Janeiro: SciELO Books - Editora FIOCRUZ, 1995.

SAÚDE, M. da. **Portaria N. 2761, de 19 de novembro de 2013**. Portaria N. 2761. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). 19 nov. 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html). Acesso em: 13 out. 2022.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. **Dicionário Paulo Freire**. [S. l.]: Autêntica, 2015.

TESSER, G. J. Educação e Agir Comunicativo em Habermas. **Revista do NESEF**, [S. l.], v. 2, n. 2, 29 ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/neseef/article/view/54557>. Acesso em: 23 set. 2022.

ZITKOSKI, J. J. A refundamentação da educação popular à luz de uma nova racionalidade proposta por Freire e Habermas. **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 93–109, 2000.



## PARADOXOS E PERSPECTIVAS DA SUSTENTABILIDADE NO TERCEIRO MILÊNIO

**Gilvan Luiz Hansen**<sup>1</sup>

Universidade Federal Fluminense  
gilvanluizhansen@id.uff.br

---

### Resumo

Possivelmente como decorrência dos efeitos ameaçadores e destrutivos que as duas grandes guerras mundiais trouxeram para o mundo, na segunda metade do século XX tornou-se mais aguda a preocupação com os problemas planetários. E, nesta esteira, um dos fenômenos emergentes foi a proliferação de organizações supranacionais e instituições voltadas para uma preocupação com as questões internacionais, especialmente aquelas cujos impactos adquiriam âmbito global. A guerra fria, a competição pela hegemonia de nações imperialistas como EUA e União Soviética, impulsionou uma corrida pelo protagonismo nas áreas militar, tecnológica e industrial, alavancando de maneira inédita e desmedida a exploração dos recursos ambientais. A busca dos resultados a qualquer custo, no intuito de otimizar os lucros, tornou-se a finalidade do capitalismo neoliberal ancorado em corporações multinacionais, que hoje se tornou preponderante em termos globais. E isso inclui o esgotamento dos recursos naturais, se isso for condição para lucros maiores. Em face deste cenário, apesar dos governos e instituições supranacionais se articularem no sentido de promover o desenvolvimento sustentável, de se organizarem eventos periódicos para a defesa do meio ambiente, as iniciativas implementadas mais parecem paliativos ante a voracidade dos mercados. Como, pois, enfrentar efetivamente este paradoxo? Existem perspectivas efetivas de sua ultrapassagem? A reflexão aqui trazida se propõe a abordar estas questões e as implicações a elas inerentes, partindo de uma base teórica discursiva de inspiração habermasiana para analisar o fenômeno da sustentabilidade em nível planetário, sob uma ótica democrática e cidadã (cosmopolita e ativa).

**Palavras-chave:** Terceiro milênio. Perspectivas. Sustentabilidade. Paradoxo. Plataforma Habermasiana.

## PARADOXES AND PERSPECTIVES OF SUSTAINABILITY IN THE THIRD MILLENNIUM

### Abstract

Possibly as a result of the threatening and destructive effects that the two world wars brought to the world, in the second half of the 20th century, concern about planetary problems became more acute. And, in this wake, one of the emerging phenomena

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Direito Privado da UFF, na Graduação em Direito e nos Programas de Pós-Graduação em Direitos, Instituições e Negócios (PPGDIN) e Sociologia e Direito (PPGSD). Possui Graduação, Mestrado e Doutorado em Filosofia. Possui Graduação e Doutorado em Direito. ORCID: 0000-0002-0785-5752.



was the proliferation of supranational organizations and institutions focused on a concern with international issues, especially those whose impacts acquired a global scope. The cold war, competition for the hegemony of imperialist nations such as the USA and the Soviet Union, promoted a race for protagonism in the military, technological and industrial areas, advancing in an unprecedented and excessive manner the exploration of environmental resources. In search of two results at any cost, without the intention of optimizing profits, turns to the purpose of neoliberal capitalism anchored in multinational corporations, which now becomes preponderant in global terms. And if it includes the exhaustion of two natural resources, it is conditioned for greater profits. In this scenario, despite two supranational governments and institutions, it is articulated in the sense of promoting sustainable development, and periodic events will be organized to defend the environment, the initiatives implemented seem more palliative in the face of the voracity of two markets. How, then, to effectively confront this paradox? Are there effective prospects for overtaking it? The reflection brought here aims to address these issues and the implications inherent to them, starting from a discursive theoretical basis of Habermasian inspiration to analyze the phenomenon of sustainability on planetary level, from a democratic and civic perspective (cosmopolitan and active).

**Keywords:** Third millennium. Perspectives. Sustainability. Paradox. Habermasian platform.

## 1 INTRODUÇÃO

Encontramo-nos diante de um paradoxo, na segunda década do séc. XXI, quando analisamos as perspectivas da espécie humana no planeta terra: de um lado, as estatísticas e dados disponíveis e amplamente divulgados pela mídia apontam para um esgotamento gradativo e acelerado dos recursos naturais com grave ameaça à existência humana em face da destruição do meio ambiente; de outro lado, há uma sofisticação de marketing cada vez maior para incentivar o consumismo, fator que torna mais aguda a depredação ambiental, na busca de lucros empresariais crescentes.

A questão que se nos apresenta como crucial hoje é a superação deste paradoxo, e isso implica em respondermos a perguntas como: será possível compatibilizar a sociedade de consumo com a proteção ambiental? Que desafios são colocados para que a espécie humana possa promover qualidade de vida com base no desenvolvimento sustentável? Capitalismo e preservação ambiental possuem viabilidade de coexistência?

A presente reflexão se move na expectativa de oferecer alguns indicativos para o enfrentamento das questões supracitadas, mediante a caracterização do cenário que tornou presente o paradoxo mencionado.

## 2 O PARADOXO EM SEU CONTEXTO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICO

Ao longo da modernidade, instaurou-se um modo de compreensão de mundo estruturado a partir da razão. Segundo este modo, nada que quisesse obter legitimidade social poderia pleiteá-lo se não fosse respaldado racionalmente e submetido ao crivo da razão (Hansen, 2020, p. 29).

A racionalidade das opiniões e das ações é um tema que tradicionalmente tem sido tratado na filosofia. Pode inclusive dizer-se que o pensamento filosófico nasce da reflexão da razão encarnada no conhecimento, na fala e nas ações. O tema fundamental da filosofia é a razão. A filosofia vem se esforçando desde suas origens para explicar o mundo em seu conjunto, a unidade na diversidade dos fenômenos, com princípios que vai buscar na razão e não na comunicação com uma divindade situada para além do mundo e, com rigor, nem sequer reportando-se ao fundamento de um cosmos que compreende natureza e sociedade. (Habermas, 1992, v. I, p.15)

No bojo desta confiança da razão enquanto instância de superação do mito, da superstição e da dominação pelo misticismo, os intelectuais e políticos de então apostaram num modelo de racionalidade capaz de gerar um mundo melhor para todos, ancorado na ciência e na técnica, e que tinha no trabalho o seu elemento viabilizador e na tecnologia o instrumento visível, eficaz e eficiente, das mudanças pretendidas.

O modelo de racionalidade preponderante e hegemônico ao longo dos últimos cinco séculos é a racionalidade instrumental, que se configura a partir do binômio meio-fim, onde o cálculo de vantagens e desvantagens é o referencial para a escolha dos meios de ação (Hansen, 2020, p. 30-31). Ela surge como tentativa de superar a maneira tradicional de interpretar o mundo, configurada a partir de explicações míticas ou baseada em matizes de viés teológico. E busca substituir a interpretação tradicional do mundo com o aporte da ciência, construída sob os esteios da técnica e das conquistas tecnológicas emergentes a partir dos séculos XV da era cristã.

O século XV será crucial para gestar o novo horizonte existencial e cultural que significa a modernidade. E, na conjuntura do referido século, alguns fatores foram preponderantes, como viabilizadores do novo contexto global. Dentre eles, destacamos o advento dos primeiros estados nacionais europeus e a retração política árabe muçulmana na península ibérica; as navegações e o comércio internacional, com a planetarização geográfica da globalização; o renascimento enquanto expressão cultural europeia; e os

movimentos filosóficos e teológicos que prepararão a nova ordem institucional, social e jurídica dos séculos posteriores. (Hansen, 2022b, p. 331)

## 2.1 CIÊNCIA, TÉCNICA E TECNOLOGIA: AS BASES COGNITIVAS DO PARADOXO

A ciência moderna (Reale; Antiseri, v. 3., p. 263-282), que servirá de base cognitiva ao novo modo de compreensão de mundo engendrado na modernidade, é produto da medievalidade, naquilo que esta traz de fundamentos aristotélico-tomistas, os quais inspiram o empirismo baconiano e, em decorrência, também para o positivismo comteano, ambos fundamentadores do discurso cientificista moderno.

A ciência moderna tem suas raízes no período medieval, especialmente nos efeitos sociais que a educação provocará, a partir do ambiente das escolas (monacais, porque geralmente anexas a uma Abadia; episcopais, porque anexas a uma Catedral; palatinas, porque anexas à Corte palaciana). [...] Mas o espaço decisivo para o desenvolvimento de uma espécie de protociência, que vai desembocar na gênese moderna da ciência, ocorreu através do surgimento das Universidades e seu caráter inovador. Havia, sob a proteção papal, a liberdade de cátedra e o acesso a pessoas de todas as camadas populacionais. Ademais, surge o espaço favorável ao debate das questões e dos problemas relevantes da época, o qual é decisivo para a consolidação da Escolástica, que produzirá, em termos de metodologia e de conteúdos, os fundamentos daquilo que será o conhecimento científico moderno. (Hansen, 2022a, p. 61-62)

Francis Bacon parte do pressuposto de que somente a experiência é fonte confiável para o conhecimento e que, a partir desta, pode-se construir um modelo de conhecimento que possa servir à sociedade para que ela crie condições melhores de vida para todos; tal modelo é a ciência. (Hansen, 2020, p. 63-66)

Ao contrário do que pensa Bacon, a experiência não dispensa a teoria prévia, o pensamento dedutivo ou mesmo a especulação, mas força qualquer deles a não dispensarem, enquanto instância de confirmação última, a observação dos factos. (Santos, 1988, p. 49-50)

A concepção de ciência baconiana tem como esteios a confiança no método como forma de acesso ao verdadeiro conhecimento, a valorização da técnica e o uso da tecnologia.

O método científico, no entender de F. Bacon, é o único a permitir o conhecimento digno de credibilidade e exige de quem o utilize o atendimento aos procedimentos pensados em sequência (observação, hipótese, experimentação); do

cumprimento destes advirá o produto do conhecimento, na forma de teorias, leis e doutrinas. Respeitado e aplicado devidamente o método científico, fica legitimado social e eticamente o pesquisador.

A técnica, no viés baconiano, consiste na reunião de informações, conhecimentos, aprendizados quanto aos modos de fazer, métodos, procedimentos e também instrumentos disponíveis para a viabilização do conhecimento. Estes instrumentos são, precisamente, aquilo que podemos caracterizar como sendo a tecnologia, ou seja, o ferramental gerado pela sociedade para ampliar o conhecimento que possui, seja em nível microcósmico (microscópios, por exemplo) ou macrocósmico (telescópios).

Segundo F. Bacon, nós chegaremos ao conhecimento verdadeiro, pela ciência, se utilizarmos o método científico, a tecnologia apropriada e tivermos a técnica necessária.

Se ainda assim não chegarmos ao conhecimento, é porque estamos influenciados pelos “ídolos”, ou seja, por concepções religiosas, filosóficas, políticas ou ideológicas que turvam nosso entendimento e atrapalham a obtenção do conhecimento. Somente através da ciência é que podemos alcançar o desenvolvimento e o progresso da sociedade, tornando a vida melhor para todos; mas para isso é fundamental que cada um cumpra o seu papel na sociedade, atuando produtiva e cooperativamente para o sucesso de todos.

As diretrizes gerais do empirismo são mantidas por Augusto Comte, quando formula o projeto cognitivo e social do positivismo: a neutralidade científica, o método científico, a valorização da experiência como fonte do conhecimento, o combate aos mitos e aos discursos que não são científicos, a concepção de que cada um deve cumprir o seu papel, com ordem, para que o progresso da humanidade possa ocorrer. (Hansen, 2012, p. 310)

A ciência moderna, de cunho empirista-positivista, promoveu uma efetiva e sistemática “domesticação dos dados empíricos” (Habermas, 1987a, p. 30) ao longo dos últimos séculos, tornando-se o novo mito e assumindo contornos ontológico-metafísicos, ao assumir o papel de autofundamentação do conhecimento de forma cientificista, interpretando-o como sinônimo e coincidente à ciência moderna e depreciando outras formas e expressões de conhecimento (filosofia, teologia, mitologia, etc.).

Cientificismo significa a fé da ciência nela mesma, a saber, a convicção de que não mais podemos entender ciência como *uma* forma possível de conhecimento, mas que este deva identificar-se com aquela. O positivismo, posto em cena por Comte, serve-se dos elementos da tradição tanto empirista quanto racionalista para solidificar *a posteriori*, em vez de refletir, a fé da ciência em sua validade exclusiva, clarificando a estrutura das ciências com base nesta fé. O positivismo moderno levou a cabo essa tarefa com uma sutilidade digna de registro e com um sucesso que não pode ser contestado. [...] O positivismo pôde, assim, esquecer o entrelaçamento da metodologia das ciências com o processo objetivo de formação da espécie humana, erigindo o absolutismo da metodologia pura sobre os escombros do esquecido e do reprimido. (Habermas, 1987, p. 27)

A concepção positivista de ciência engendrada a partir de Augusto Comte terá impactos profundos em termos cognitivos, mas incidirá também em outros âmbitos da sociedade (política, direito, educação, etc.). A ciência e a técnica deveriam conduzir a humanidade à emancipação e ao bem estar.

No século XVIII o progresso das ciências deveria transformar-se em progresso moral através da ilustração de um público composto de pessoas civis particulares; no XIX, uma técnica em avanço devia fazer saltar as cadeias de um marco institucional já estreito e desembocar numa emancipação dos homens através da ação revolucionária do proletariado. O progresso da ciência se identificou com a reflexão, com a destruição dos prejuízos, e o progresso da técnica com a libertação da opressão, dos poderes repressivos da natureza e da sociedade. (Habermas, 1997, p. 314)

Esse modelo de ciência conectado à tecnologia passa a ser utilizado nos contextos políticos e sociais, especialmente a partir do final do século XIX, com implicações importantes no século XX, nem sempre coadunadas com as expectativas emancipatórias nela depositada. Ao invés de gerar emancipação, a ciência viabilizou um modelo de sociedade que promoveu a massificação social e a dominação.

## 2.2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MASSIFICAÇÃO SOCIAL

O desenvolvimento científico e as inovações tecnológicas adquirirão novas proporções a partir do final do século XIX, promovendo transformações drásticas que se sentirão de maneira dramática no decorrer das primeiras décadas do século XX. Tal fenômeno foi catapultado ao cotidiano mundial devido à sofisticação dos aparatos militares (armas, munições, bombas, tanques) e ao desenvolvimento de novas formas de transporte (avião, por exemplo) e de comunicação (rádio, satélites, micro-ondas).

Os interesses imperialistas que começam a se consolidar, no século XIX, através das práticas colonialistas de nações como Estados Unidos, Inglaterra e França, veem-se ameaçados pela inserção de novos estados nacionais reivindicando participar deste mercado e também se assenhorar de nacos da exploração capitalista global. O loteamento do continente africano e de boa parte do continente asiático, submetendo as populações destas regiões do mundo ao domínio econômico, político, cultural e militar, torna-se alvo de cobiça também de Itália e de Alemanha, em finais do século XIX.

Apesar do ímpeto e voracidade imperialista com a qual atuavam nos demais continentes, os estados europeus não possuíam a força necessária para sobrepujar os seus vizinhos continentais e, toda a vez que algum deles tentou algo nesta direção, foi rechaçado pelos demais, embora alguns tivessem vitórias momentâneas, como é o caso da Espanha, no início da modernidade, da França, no século XIX, sob o domínio napoleônico, ou mesmo dos alemães, sob o comando de Hitler, já em pleno século XX. [...] Essa conjuntura faz com que predominem na Europa estruturas políticas estatais configuradas na forma de estados nacionais, organizados na forma de Estados de Direito, muitos dos quais igualmente orientados por um perfil republicano. (Hansen, 2022a, p.353)

A disputa por novos mercados e pelo poder político-econômico, seja na Europa ou nos demais continentes, acabou trazendo consequências sociais importantes:

- a) Obrigou aos empresários e aos governos dos países a se tornarem criativos na oferta de novos produtos e serviços, num horizonte capitalista feroz e competitivo, a ponto de gerar na população um interesse de consumo permanente e insaciável de diferentes produtos, provocando uma dependência de consumo. Essa estratégia havia sido utilizada, no século XIX, pelos ingleses e norte-americanos contra os chineses, no episódio conhecido como “Guerra do ópio” (Roberts, 2020, p. 191-199). É nesse cenário que se insere tanto o período conhecido como *Bélle Époque*, na transição dos séculos XIX para o XX, quanto o fenômeno da indústria cultural de massas (Adorno; Horkheimer, 1986), descrito e abordado criticamente pela Escola de Frankfurt. As pessoas passam a se tornar cada vez mais ávidas para consumir as novidades, da vestimenta à tecnologia, mas estas novidades vão se tornando obsoletas cada vez mais rapidamente, já que os jornais e periódicos pautam, a cada dia e semana, o que passa a ser visto como moda naquele momento. Isso canaliza os interesses e a atenção das pessoas para questões absolutamente frívolas e banais, desconectando-as de qualquer preocupação ou projeto capaz de garantir o bem estar social; voltam-se, ao contrário, para a fruição e para a exibição diante dos outros da sua condição de fruição, através da ostentação.
- b) Conduziu a Europa e o mundo ao conflito armado, mediante a consecução de duas guerras, na primeira metade do século XX, nas quais milhares de seres humanos, cidadãos de estados nacionais, foram conduzidos à morte em face dos interesses imperialistas dos seus governantes e das elites econômicas que controlavam o poder social

através da política, do direito, da religião, da educação e das telecomunicações. As tecnologias disponíveis, especialmente em termos militares, são utilizadas pela primeira vez em larga escala sobre a população civil, no campo e nas cidades; dentre estas tecnologias, o uso de aviões para despejar bombas sobre exércitos e cidades foi um marco na forma com que as estratégias de guerra tiveram que ser rapidamente reconfiguradas. A propaganda política adquiriu uma dimensão anteriormente não observada, com a utilização da tecnologia de telecomunicações a serviço do marketing ideológico, especialmente na construção mítica de uma identidades nacionais e lideranças políticas, como é o caso observado com Hitler e Mussolini.

No interregno das guerras mundiais, algumas lições foram aprendidas e absorvidas como prática pelo capitalismo internacional posterior: a primeira delas tem a ver com a possibilidade de encontrar na população não apenas uma destinatária de produtos e serviços, enquanto cliente, mas também como parceira de negócios, mediante o incremento das bolsas de valores (HANSEN, 2013, p. 131-146); a segunda diz respeito à compreensão de que as crises são fatores de enriquecimento e oportunidades de negócios lucrativos. Tais lições comporão o corolário do denominado capitalismo tardio (Habermas, 1980, p. 55-56), a partir da segunda metade do século XX.

[...] um aspecto que será fundamental no diagnóstico dos fenômenos sociais contemporâneos, qual seja, o fato de o capitalismo do século XX ter compreendido que as crises, de modo geral, podem trazer vantagens econômicas, políticas, jurídicas e sociais para determinados segmentos que buscam a realização de interesses específicos. É o caso das guerras, por exemplo, onde muitas pessoas são prejudicadas e têm a vida dilacerada, mas outras pessoas e instituições lucram com os conflitos, vendendo armas, suprimentos, medicamentos e inclusive material de edificação para reconstruir a infraestrutura atingida nos combates da contenda. Assim, muitas instituições, governos e corporações provocam crises localizadas para atingir objetivos próprios, de sorte que o cenário sociopolítico atual se configura pela presença sistemática de crises, as quais já não são vistas com o intuito de eliminá-las, mas como oportunidades de ganhos para alguns. (Hansen, 2022a, p. 147)

Como decorrência dos efeitos ameaçadores e destrutivos que as duas grandes guerras mundiais trouxeram para a humanidade, na segunda metade do século XX tornou-se mais aguda a preocupação com os problemas planetários. E,



nesta esteira, um dos fenômenos emergentes foi a proliferação de organizações supranacionais e instituições voltadas para uma preocupação com as questões internacionais, especialmente aquelas cujos impactos adquiriam âmbito global.

Uma propaganda massiva fez com que as populações dos países mais ricos e desenvolvidos economicamente tivessem a percepção, iludida e ilusória, de que o fenômeno da guerra é algo afastado e distante de acontecer, de maneira que se pode viver a vida voltada para a fruição incondicional do que o mercado disponibiliza.

As gerações pós-Segunda Guerra Mundial cresceram com a paz como norma, mas a diferença na geração atual é que, hoje, os europeus têm dificuldade de imaginar o contrário. Agora, as guerras parecem ser algo que acontece noutros locais ou no passado – na pior das hipóteses, ocorrem na “periferia” da Europa. Os traumas de duas guerras mundiais, seguidas de sete décadas de paz e, depois, de colapso da União Soviética convenceram muitas pessoas de que a Europa Ocidental é uma região “pós-conflito”. Há motivos para crer que isso ainda possa ser verdade no futuro, mas existem fontes potenciais de conflito a borbulhar abaixo da superfície, e a tensão entre europeus e russos poderá resultar num confronto. (MARSHALL, 2017, p. 93)

A guerra fria, todavia, caracterizada pela competição pela hegemonia de nações imperialistas como EUA e União Soviética, impulsionou uma corrida pelo protagonismo nas áreas militar, tecnológica e industrial, alavancando de maneira inédita e desmedida a exploração dos recursos ambientais.

Ao mesmo tempo, o capitalismo preponderante em termos internacionais, para se mostrar mais atraente às populações e menos excludente do que os projetos igualitaristas do socialismo ou comunismo emergentes na China e no leste europeu, sofreu transformações significativas. Dentre estas, incorporando críticas que o próprio marxismo havia formulado, o capitalismo promoveu a integração das populações no contexto econômico mediante a transformação desta em foco de mercado consumidor de produtos e serviços.

Além disso, mediante a ampliação do mecanismo de acesso às bolsas de valores, tornou potencialmente parceiros dos negócios aos cidadãos comuns, que a partir de então investiam sua poupança em empresas cuja rentabilidade e sucesso gerava lucros agregados ao valor das ações pertencentes ao cidadãos comuns.

A busca dos resultados a qualquer custo, no intuito de otimizar os lucros, tornou-se a finalidade do capitalismo neoliberal ancorado em corporações multinacionais, que hoje se tornou preponderante em termos globais. E isso inclui o

esgotamento dos recursos naturais, se isso for condição para lucros maiores, sem que haja uma efetiva preocupação quanto a isso.

Predomina, pois, uma desconexão entre o ambiente natural e o ambiente humano, como se os seres humanos não tivessem uma existência influenciada e influenciadora dos rumos da natureza. Economistas, intelectuais, políticos, cientistas e instituições sociais engendraram projetos de sociedade e de desenvolvimento econômico desconectados do ambiente natural, assumindo posturas pueris com relação aos impactos provocados pelas ações humanas no meio ambiente e negligenciando quase que completamente a preocupação com o equilíbrio ecológico, a preservação da diversidade das espécies, bem como com a qualidade do habitat humano e das demais espécies no planeta terra. (Hansen, 2022b, p. 406)

Em face deste cenário, apesar dos governos e instituições supranacionais se organizarem no sentido de promover o desenvolvimento sustentável, de se organizarem eventos periódicos para a defesa do meio ambiente, as iniciativas implementadas mais parecem paliativos ante a voracidade dos mercados (Chomky; Waterstone, 2021, p. 196).

Ulrich Beck chama a atenção para a metamorfose pela qual passa o mundo com relação à presença humana no planeta terra. Beck fala em metamorfose, e não simplesmente mudança ou transformação, porque, no entender dele, já não se trata de uma mera alteração pontual que observamos na política, na economia, no direito, nas relações internacionais, nas instituições ou em outro campo, mas em algo muito mais radical (de raiz),

[...] na qual as velhas certezas desaparecem, e algo novo emerge. Para compreender esta metamorfose do mundo, é necessário explorar os novos começos, concentrarmo-nos naquilo que está a emergir a partir do antigo e tentar perceber estruturas e normas futuras na convulsão do presente. (Beck, 2017, p. 15-16)

Como, pois, enfrentar efetivamente este paradoxo? Existem perspectivas efetivas de sua ultrapassagem?

### **3 PERSPECTIVAS DE SUPERAÇÃO E ULTRAPASSAGEM DO PARADOXO**

Embora possa parecer absurdo ou aparentemente incompreensível, existem duas maneiras de superar o paradoxo: uma factual e outra contrafactual.

#### **3.1 PERSPECTIVA FACTUAL**

A postura factual se baseia no abandono de qualquer discurso ou pretensão de atitudes voltadas para a preservação ambiental, numa atitude autorreferente negativa que implica, em última instância, a extinção de grande parte da vida no planeta terra, inclusive da vida humana na maneira como nós hoje a conhecemos.

Chamamo-la de postura factual porque ela se ancora na manutenção das atuais práticas econômicas, políticas e sociais que se voltam hegemonicamente para a exploração dos recursos naturais (não humanos e humanos), a partir de um horizonte de racionalidade instrumental-estratégica, como se estes fossem inesgotáveis e estivessem ao dispor da fruição individualista e egocêntrica de uma pessoa ou grupo, de maneira ilimitada.

Em todos os países industriais ocidentais ricos [...] consumou-se na modernização do Estado de Bem-Estar Social posterior à Segunda Guerra um *impulso social individualizatório* com um alcance e uma dinâmica desconhecidos até então (e na verdade sob relações de desigualdade em grande medida constantes). Quer dizer, sobre o pano de fundo de um padrão de vida material comparativamente alto, e de uma seguridade social bastante avançada, as pessoas foram dissociadas, numa ruptura da continuidade histórica, de condicionamentos tradicionais de classe e de referenciais de sustento ligados à família, e remetidas a si mesmas e ao seu próprio destino individual no mercado de trabalho, com todos os seus riscos, oportunidades e contradições. (Beck, 2011, p. 108).

O caráter autorreferente positivo ou negativo de um princípio lógico-racional, que se efetiva em ações na sociedade, baseia-se na compreensão de que, nas ações orientadas por princípios autorreferentes positivos, as condutas que, uma vez universalizadas, produzem como efeito a melhoria das condições gerais da sociedade, seja para aqueles que as praticam como aos seus destinatários. Por exemplo, se eu sou gentil, respeitoso e cuidadoso com os outros, isso gera benefícios aos mesmos; se imitarem minha conduta e fizerem o mesmo em suas circunstâncias existenciais, gerarão benefícios a outros, e assim até uma melhoria dos relacionamentos sociais como um todo. Em contrapartida, se alguém é violento, mentiroso e autoritário, suas condutas trarão mal-estar às pessoas nos ambientes onde frequenta; e se tais condutas forem repetidas pelos demais, o contexto se torna hostil, insociável e insuportável para um relacionamento sadio e salubre. Isso porque tais ações, orientadas por princípios autorreferentes negativos, geram uma espiral de malefícios cujos efeitos mais drásticos podem conduzir à autodestruição de relacionamentos, de instituições, da sociabilidade e, em última instância, da própria espécie humana e do planeta (MARKS, 2020, p. 294).

A adoção de uma perspectiva factual baseada na racionalidade instrumental-estratégica e em princípio autorreferente positivo sinaliza para o afastamento do paradoxo entre a postura vigente e o discurso de preservação ambiental e de desenvolvimento sustentável, pois a aniquilação planetária extingue o problema de forma catastrófica e total.

O caráter tanático (*thanatos* = morte) da aniquilação acaba com o conflito, pela exclusão de possibilidade de existência direta de um dos envolvidos nele. Entretanto, o aniquilador também é aniquilado neste processo, porque morre naquilo que tem de especificamente humano: sua capacidade reflexivo-argumentativa; quem acaba com a possibilidade do argumento não só cala o outro, mas se cala, reduzindo-se ao estado vegetal com o seu silêncio. (Hansen, 2022a, p. 98)

### 3.2. PERSPECTIVA CONTRAFACTUAL

O consumo voraz em escala planetária, contraposto à necessidade de preservação dos recursos naturais e de promoção do desenvolvimento sustentável, é paradoxal. Podemos nos conformar a este estado de coisas patológico ou acreditar que a situação poderia ou deveria ser diferente. Se assumimos tal postura não conformista, inserimo-nos numa perspectiva contrafactual, que se volta à superação do paradoxo e à ultrapassagem do problema em questão.

Em face desta situação, somente duas atitudes são possíveis: a assunção da factualidade como dado inquestionável, pela admissão do estado de coisas vivido como normal e adequado; ou a adoção de uma atitude contrafactual, que supõem a inconformidade com o estado de coisas existente e a postura crítica, criativa e a reativa, no sentido de pensar que o que está aí deveria e poderia ser diferente no seu modo de acontecer. A apatia e a indiferença que marcam a atitude de boa parte das pessoas agora não são uma terceira atitude, pois apenas reforçam a patologia vigente, colocando-se no âmbito da aceitação passiva da factualidade como regra e como destino. (Hansen, 2022a, p. 131)

A contrafactualidade imbricada na busca pelo efetivo desenvolvimento sustentável impele a quem adota tal perspectiva para a construção de um conjunto de projetos viabilizadores de uma nova ordem de coisas e de uma racionalidade alternativa.

É neste prisma que, em nosso entender, o contributo habermasiano se torna fundamental e decisivo. Isso porque o referido pensador possui notadamente uma preocupação com os problemas do tempo presente, mas os enfrenta de uma maneira contrafactual, crítica, reflexiva.

(...) a primeira tarefa do teórico crítico é justamente a de produzir um *diagnóstico do tempo presente*, a partir do qual se torna possível discernir *tendências* do desenvolvimento histórico que permitam a formulação de *prognósticos* capazes de orientar tanto a própria teoria como também a prática transformadora. (Nobre, 2004, p. 22)

A reflexão habermasiana se situa no viés propositivo de uma teoria crítica da sociedade, na qual os elementos teóricos são resgatados com o intuito de melhor compreender e alicerçar as questões práticas.

O que difere a teoria crítica da tradicional é antes de tudo a consciência da relação entre interesse e conhecimento, entre práxis e teoria. A teoria tem de compreender o seu próprio contexto de surgimento, a constelação de

interesses que a determinam previamente, para que não seja vítima desse mesmo contexto. (Repa, 2005, p. 11)

O próprio Habermas deixará explícita a abrangência e pretensão com a qual desenvolve sua teoria discursiva, com aplicação ampla nas diversas esferas da sociedade e que, portanto, permite que também a utilizemos como referencial para discutirmos questões atinentes ao consumo e ao desenvolvimento sustentável.

Essa teoria se apoia de uma concepção fortemente normativa de entendimento mútuo, opera com pretensões de validade discursivamente resgatáveis e com suposições sobre o mundo baseadas na pragmática formal, além de vincular a compreensão dos atos de fala às condições de sua aceitabilidade racional. Mas não me ocupei desses temas pelo prisma da filosofia teórica. Pois o que aí me guiou não foi o interesse da metafísica pelo ser do ente, nem o da epistemologia pelo conhecimento de objetos ou fatos nem tampouco o da semântica pela forma das proposições. Não foi em conexão com essas questões tradicionais que a virada linguística adquiriu significado para mim. A pragmática linguística serviu à formulação de uma teoria do agir comunicativo e da racionalidade. Ela constituiu com fundamento de uma teoria crítica da sociedade e abriu o caminho para uma concepção da moral, do direito e da democracia ancorada na teoria do discurso. (Habermas, 2004, p. 7-8.)

Nesse contexto, conceitos habermasianos como situação ideal de fala e comunidade ideal de comunicação adquirem uma força contrafactual crucial, como contraponto racional às situações reais de fala construídas por pessoas em instituições, cujo discurso revela contradições performativas com relação às efetivas ações que essas executam, posto apregoarem a busca de desenvolvimento sustentável quando efetivamente atuam no sentido de esgotar os recursos planetários com finalidades pecuniárias e mercadológicas.

A comunidade ideal de comunicação resolve um problema básico de Habermas, a saber, o do consenso qualificado, ou racional, por oposição a um meramente fatural e circunstanciado. O consenso deve ter por base o juízo dos participantes competentes da argumentação e deve ser motivado racionalmente, ou seja, pela busca do melhor do argumento. (Dutra, 2002, p. 165-66)

A instauração de instâncias de efetiva participação e debate das questões ambientais e climáticas, com estabelecimento de projetos de resgate e de melhoria de aspectos específicos da vida cotidiana, são fundamentais. Tais instâncias se configuram como expressão de uma esfera pública não domesticada pelos interesses das corporações capitalistas internacionais e precisam ser cultivadas,

divulgadas, fortalecidas. Somente assim se pode ultrapassar a incerteza e a solidão que toma conta da geração atual, criada para o isolamento repleto de corpos no entorno, sem efetiva comunicação.

La generación actual se considera más lista, más responsable y más atractiva que nunca. [...] Nos han criado con una dieta constante de narcisismo, pero, en cuanto nos sueltan en ese mundo maravilloso de las oportunidades ilimitadas, cada vez más somos los que nos estrellamos. Resulta que el mundo es frío y despiadado, saturado de competencia y desempleo. No es como Disneylandia, donde se puede formular un deseo y ver cómo tus sueños se hacen realidad, sino una carrera feroz donde, si no triunfas, el único culpable eres tú. No es de extrañar que el narcisismo oculte un mar de incertidumbre. (Bregman, 2017, p. 25.)

É nesse espaço dialogal e reflexivo de uma esfera pública atuante, reflexiva e crítica que se pode gestar um conjunto de iniciativas capazes de fazer frente ao paradoxo do consumismo que inviabiliza o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental, mas que se vale deste discurso como forma de se justificar socialmente, na expectativa que as pessoas não percebam as atitudes de performance contraditória nela presentes.

Mas isso implica esforços no sentido de estabelecer parâmetros de confiança recíproca, seja em nível pessoal quanto institucional.

[...] a natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo da confiança em sistemas abstratos, especialmente confiança em sistemas peritos. [...] Nos pontos de acesso, os compromissos com rosto que põem atores leigos em relações de confiança, envolvem comumente exibições de confiabilidade e integridade manifestas, associadas a uma atitude de “aja-como-de-hábito”, ou de auto segurança. Embora todos estejam cômnicos de que o verdadeiro repositório de confiança está no sistema abstrato, e não nos indivíduos que nos contextos específicos o “representam”, os pontos de acesso trazem um lembrete de que pessoas de carne-e-osso (que são potencialmente falíveis) é que são seus operadores. Os compromissos com rosto tendem a ser imensamente dependentes do que pode ser chamado de postura dos representantes ou operadores do sistema. As graves deliberações do juiz, o solene profissionalismo do médico, ou a animação estereotipada da tripulação do avião participam igualmente desta categoria. (Giddens, 1991, p. 77-78)

Ademais, torna-se fundamental garantir os espaços institucionais de pluralidade e de respeito à diversidade, algo possível em contextos democráticos. Desta maneira, a luta pela democracia se torna mais uma questão imprescindível para todo aquele ser humano que acredita na possibilidade fática de realização de

concepções como justiça social, igualdade, equanimidade, solidariedade, cidadania cosmopolita e moralidade.

A democracia, e isso já foi vislumbrado e apontado por Habermas, muito mais do que uma forma política de organização e exercício do poder, é uma condição de possibilidade para a própria sociabilidade humana.

Para que uma concepção discursiva de direito se torne predominante, esforços e lutas em defesa da democracia e da cidadania devem ser permanentes, para que os interesses de grupos articulados em termos de poder social não preponderem sobre interesses comunicativos. Entretanto, em que pesem as dificuldades de implementação de uma perspectiva discursiva do direito em nível global, as experiências localizadas que se mostram presentes em diferentes recantos do planeta, apontam para a sua viabilidade prática, além da sua validade racional. Mais que isso, tais experiências sinalizam para a importância da luta pelo fortalecimento da democracia enquanto condição de possibilidade para a sociabilidade em termos de respeito à pluralidade, resgate da dignidade da pessoa humana e expressão da confiança dos seres humanos em si, na sua capacidade de construir o futuro pelo exercício da cidadania, ancorada no exercício linguístico-discursivo da cooperação para a melhoria inclusiva das condições de vida em sociedade. (Hansen, 2022a, p. 195)

#### **4 CONCLUSÃO**

O contexto contemporâneo, em termos econômicos e sociais, parece-nos cada vez mais ameaçador no que diz respeito à promoção da vida na terra, com qualidade e equilíbrio, com justiça e equanimidade.

Se isso ocorre é porque estamos imersos numa ideologia capitalista neoliberal que apregoa a fruição individualista dos bens e o consumismo (Harvey, 2018, p. 257) desenfreado e voraz daquilo que a propaganda e o marketing definem como aprazível por estar na moda. A obsolescência programada, o individualismo (Harvey, 2018, p. 371) e o caráter descartável daquilo que está no entorno, de pessoas a outros objetos, são as marcas deste capitalismo neoliberal do terceiro milênio.

A ultrapassagem desta postura aniquiladora e patológica com relação à natureza, nas diversas expressões que a natureza contém (inclusive a humana), implica no resgate de uma perspectiva pautada na racionalidade comunicativa, na qual todos nós, os concernidos que habitam este planeta e são diretamente



impactados pelas transformações climáticas nele ocorridas, precisamos assumir uma atitude proativa de luta pela melhoria das condições ambientais em nível global.

O novo paradigma de tratamento da relação do ser humano entre si e com o seu entorno, o meio ambiente, leva em conta os elementos sociedade, ambiente, economia e cultura, que devem ser pensados articuladamente sob pena de ocasionarmos a aniquilação das condições de vida no planeta. Isso implica também o enfrentamento de questões cruciais como desperdício, decadência e ocupação desordenada da área urbana, crescimento populacional desequilibrado, conflito e violência com desrespeito aos direitos humanos, pobreza e miserabilidade, degradação ambiental, educação precária, igualdade de gêneros, saúde. (Hansen, 2010, p.63)

Apesar da situação cada vez mais alarmante, observada nos fenômenos climáticos cotidianos (terremotos, erupções vulcânicas, aquecimento global, inundações, secas, etc.), ainda podemos reverter o risco iminente da aniquilação. Mas isso exige uma nova forma de encararmos nosso papel no mundo, não de expectadores ou clientes, mas de legisladores, de súditos, de fiscais e de agentes da melhoria ambiental.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2. ed. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**. Rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2017.

BREGMAN, Rutger. **Utopía para realistas**. Traducción del inglés de Javier Guerrero Gimeno. Barcelona: Salamandra, 2017.

CHOMSKY, Noam; WATERSTONE, Marv. **As consequências do capitalismo**. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Editorial Presença, 2021.

DUTRA, Delamar V. **Kant e Habermas**: a reformulação discursiva da moral kantiana. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção Filosofia n.137).

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. (Biblioteca Básica).

HABERMAS, Jürgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Tradução de Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1980. (Biblioteca Tempo Universitário, 60 – Série Estudos Alemães).

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. Introdução e tradução de José Nicolau Heck. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1992, v. I.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría y praxis**. 3. ed. Tradução de Salvador Mas Torres e Carlos Moya Espí. Madrid: Tecnos, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

HANSEN, Gilvan Luiz. Desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e gestão pública. In: HANSEN, Gilvan Luiz; FARIA, M. L. V. **Curso de Capacitação em Gestão Pública**. Módulo III: Gestão em Administração Pública. Nível E. Niterói: EDUFF, 2010.

HANSEN, Gilvan Luiz. A sociedade de consumo e o paradoxo da proteção ambiental. In: FLORES, Nilton Cesar (org.). **Sustentabilidade ambiental em suas múltiplas faces**. Campinas/SP: Millenium, 2012.

HANSEN, Gilvan Luiz. Empresa e Responsabilidade Social: tensões e perspectivas. In: BANNWART JÚNIOR, Clodomiro José; FERES, Marcos Vinício Chein; KEMPFER, Marlene. (org.). **Direito e Inovação: estudos críticos sobre Estado, Empresa e Sociedade**. Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2013, v.1, p. 131-146.

HANSEN, Gilvan Luiz. **Modernidade, utopia e trabalho**. 2. ed. Londrina: Engenho das Letras, 2020.

HANSEN, Gilvan Luiz. **Uma perspectiva discursiva do fenômeno humano, da política e do direito**. Tese (Professor Titular UFF). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2022a. 231p.

HANSEN, Gilvan Luiz. **Del Imperio Romano a los escenarios contemporáneos: el significado del agua y el medio ambiente en el proceso de globalización**. Tesis Doctoral. Ourense: Universidad de Vigo, 2022b. 465 p.

HARVEY, David. **Justicia, naturaleza y la geografía de la diferencia**. Traducción de José María Amoroto. Madrid: Traficantes de sueños, 2018.

MARKS, Robert. B. **Mundo global**. Tradução de Isabel Jardim. Lisboa: Clube do Autor. 2020.

MARSHALL, Tim. **Prisioneiros da geografia**. Tradução de Sónia Maia. Lisboa: Edições Saída de Emergência. 2017.

NOBRE, Marcos. A ideia de teoria crítica. *In*: CENCI, Elve Miguel; MÜLLER, Maria Cristina (org.). **Ética, política e linguagem**: confluências. Londrina: Edições CEFIL, 2004.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: do humanismo a Descartes. v. 3. 2. ed. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus. 2005, p. 263-282.

REPA, Luiz. A filosofia como ciência reconstrutiva e as exigências da teoria crítica. *In*: DUTRA, Delamar; PINZANI, Alessandro (org.). **Habermas em discussão**: anais do Colóquio Habermas. Florianópolis: NEFIPO, 2005.

ROBERTS, J. A. G. **História da China**. 2. ed. Lisboa: Edições Texto & Grafia. 2020.

SANTOS, Boaventura Sousa. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Revista Estudos Avançados**. v. 2 n. 2. Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. 1988. p. 46-71.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/665>

## TRANSNACIONALIZAÇÃO DA JUSTIÇA EM NANCY FRASER: REPENSANDO A ESFERA PÚBLICA HABERMASIANA

**Maria José Goulart Vieira<sup>1</sup>**

Universidade Estadual de Londrina - UEL  
majovieira24005@gmail.com

**Pamela Pereira Prestupa<sup>2</sup>**

Universidade Estadual de Londrina - UEL  
pamelaprestupa@gmail.com

---

### Resumo

A partir da análise dos pressupostos teórico-sociais que ligam o relato inicial de Habermas acerca da esfera pública ao enquadramento westfaliano do espaço público, Nancy Fraser propõe a necessidade de uma reestruturação da esfera pública a partir de um enquadramento transnacional, diante da existência de arenas discursivas que transbordam os limites do Estado Nação, com forte influência na realidade social. Neste contexto, Fraser enfatiza que o conceito de esfera pública foi desenvolvido não apenas para compreender os fluxos de comunicação, mas também para contribuir com uma teoria política normativa da democracia. Nessa teoria, uma esfera pública é concebida como um espaço para a geração comunicativa da opinião pública. Na medida em que o processo é inclusivo e justo, a publicidade deve desacreditar pontos de vista que não podem resistir ao escrutínio crítico, com o propósito de garantir a legitimidade daqueles que participam do processo. Assim, importa quem participa e em que condições. Nestes termos, duas ideias são centrais para a análise da esfera pública: legitimidade normativa e a eficácia política da opinião pública. A ausência desses elementos torna o conceito vazio de crítica e ação política, de acordo com Fraser. Portanto, a autora busca repensar a teoria da esfera pública habermasiana, que é implicitamente guiada por um imaginário político westfaliano, uma visão que não mais corresponde à realidade globalizada contemporânea.

**Palavras-chave:** Esfera Pública. Transnacionalização. Enquadramento. Justiça.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Filosofia. Mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul-RS, Pós-Graduada em Direito Público - Universidade Anhanguera (2012). Pós-Graduada em Direito Constitucional - Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL (2009). Graduada em Direito pela Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE. Advogada e pesquisadora, membro do Grupo de Pesquisa em Aprimoramento Humano e Justiça.

<sup>2</sup> Mestranda em Filosofia. Pós-graduada em Direito Público. Advogada. Integrante do grupo de pesquisa em Teorias da Justiça – CNPq.

## TRANSNATIONALIZATION OF JUSTICE IN NANCY FRASER'S THEORY: RETHINKING THE HABERMASIAN PUBLIC SPHERE

### **Abstract**

Based on the analysis of the theoretical-social assumptions that link Habermas' initial conception of the public sphere to the Westphalian framework of public space, Nancy Fraser proposes the need for restructuring the public sphere based on a transnational framework, given the existence of discursive arenas that go beyond the limits of the Nation State, with a strong influence on social reality. In this context, Fraser emphasizes that the concept of public sphere was developed not only to understand communication flows, but also to contribute to a normative political theory of democracy. In this theory, a public sphere is conceived as a space for the communicative generation of public opinion. Aiming to guarantee that the process is inclusive and fair, publicity should discredit views that cannot withstand critical scrutiny, for the purpose of ensuring the legitimacy of those who participate in the process. Therefore, it matters who participates and under what conditions. In these terms, two ideas are central to the analysis of the public sphere: normative legitimacy and the political effectiveness of public opinion. The absence of these elements renders the concept empty of critique and political action, according to Fraser. Therefore, the author seeks to rethink the Habermasian public sphere theory, which is implicitly guided by a Westphalian political imaginary, a vision that no longer corresponds to contemporary globalized reality.

**Keywords:** Public Sphere. Transnationalization. Framework. Justice.

### **1 INTRODUÇÃO**

No lapso temporal compreendido a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1945) até, aproximadamente, os anos 1970, os limites territoriais dos Estados-Nação funcionavam como recorte espacial para o enquadramento das reivindicações, tendo em vista que o âmbito doméstico era o parâmetro mais adequado à realidade, na medida em que não se verificava uma conexão, interação e dependência entre os países como acontece no mundo globalizado.

Neste contexto, a questão da justiça voltava-se à resposta de uma pergunta central, que consistia no "O quê?" da justiça. Diferentes critérios de avaliação das condições para a justiça social eram debatidos, como, por exemplo, o acesso a recursos, o respeito, a igualdade de oportunidades, o acesso à justiça formal e material, entre outros. Assim, por mais que existissem divergências acerca da substância da justiça e, também, do procedimento para a justiça, pairava um consenso acerca do sujeito da justiça, uma vez que se partia da premissa de que os destinatários seriam os cidadãos nacionais.

Neste cenário, diversas teorizações acerca de critérios para a justiça foram desenvolvidas, visando repensar o que se considerava necessário à época. Contudo, o cenário pós-globalização mudou significativamente a gramática das demandas, uma vez que os efeitos de variadas esferas passaram a ser percebidos para além das fronteiras territoriais: trabalho, tecnologia, meio ambiente, saúde, política e economia. Diante deste novo cenário vigente, Nancy Fraser busca revisitar as teorias de justiça propostas num mundo “westfaliano” - assim chamado pela autora o período em que o enquadramento das demandas concentrava-se dentro dos limites territoriais dos estados nacionais, propondo a reformulação de teorias para fins de atender às necessidades da sociedade globalizada.

Para tanto, a autora examina o conceito de esfera pública habermasiana para avaliar sua adequação às complexidades da realidade atual, que transcende o modelo westfaliano. Isso envolve uma análise das bases estruturais do conceito de esfera pública e a consideração de possíveis adaptações necessárias no contexto contemporâneo globalizado, especialmente como ferramenta crítica para repensar ainda a própria democracia realmente existente em contraposição à democracia liberal.

## **2 GRAMÁTICA DA JUSTIÇA NA SOCIEDADE GLOBALIZADA**

Classicamente, as teorias de justiça dividiram-se em duas correntes majoritárias: redistribuição e reconhecimento. Os ditos redistributivistas acreditavam que a desigualdade e a injustiça seria fruto da discrepância da distribuição de recursos existente na sociedade, vinculada à esfera econômica e material. Por sua vez, os defensores da esfera do reconhecimento percebem a injustiça como primordialmente vinculada à esfera social e cultural, não entendendo a desigualdade como meramente econômica. Para a gramática do reconhecimento, a justiça depende da forma como a identidade dos indivíduos é formada e valorada no meio social, estando também relacionada com a própria formação da subjetividade individual com base nos padrões de estigma social. Nesse cenário, as discussões de justiça pautavam-se na busca por redistribuição ou reconhecimento (substância da justiça) e nos meios para tanto, tomando por base o espaço territorial nacional, o qual construía os parâmetros dentro do qual as demandas eram analisadas (Fraser, 2009, p. 13).

Este cenário político que delineou o mundo como um conjunto de Estados soberanos delimitados por seus territórios é o que Fraser chama de “enquadramento westfaliano”. A autora entende que esse conceito moldou os debates sobre justiça no mundo pós-Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que os primeiros indícios da necessidade de um sistema pós-Westfaliano<sup>3</sup> de justiça começa a emergir:

[...] eu utilizo ‘Westfália’ como um imaginário político que mapeou o mundo como um sistema de Estados territoriais soberanos mutuamente reconhecidos. A minha tese é que esse imaginário informou, no pós-guerra, o cenário de debates acerca da justiça no Primeiro Mundo, ao mesmo tempo em que os primeiros sinais de um regime pós-Westfaliano de direitos humanos emergiram” (Fraser, 2009, pp. 160-161).

Contudo, a partir do cenário mundial globalizado, o paradigma Keynesiano-Westfaliano não parece mais ser suficiente para abordar as questões de justiça, pois um paradigma que supõe que as demandas devem ser resolvidas exclusivamente a nível nacional e com base em princípios e estruturas internas, não mais corresponde à realidade vivenciada. Quando as reivindicações são limitadas ao âmbito nacional, as influências de poder que estão além do controle nacional não são consideradas, como os Estados agressivos, investidores financeiros internacionais de alto risco e empresas multinacionais. Esses e outros diversos fatores mudaram radicalmente a gramática das reivindicações na sociedade globalizada, uma vez que os efeitos das ações que ocorrem dentro dos Estados passam a repercutir para além das fronteiras territoriais que os delimitam (Fraser, 2009, p. 15).

Neste novo cenário vigente, passou-se a ser necessário repensar os modelos de justiça existentes, uma vez que é essencial que as fronteiras da justiça sejam questionadas, além do próprio “modo de sua constituição [das fronteiras da justiça], ou seja, do modo pela qual elas são desenhadas”, exigindo também uma análise dos procedimentos da justiça (Fraser, 2009, p. 24). Para tanto, a gramática da justiça (anteriormente dualizada entre redistribuição e reconhecimento) passa a

---

<sup>3</sup> O enquadramento westfaliano pressupunha a resolução das demandas dentro do território nacional. Por sua vez, o sistema pós-westfaliano, como nomeado por Nancy Fraser, assume que as ações e consequências dos atos acontecidos dentro dos países possuem reflexos fora dos limites territoriais, diante do advento da globalização.



carecer de uma nova esfera de reivindicação por justiça: a esfera política, que busca combater as falhas de representação<sup>4</sup>.

A representação, inserida no contexto político, está intrinsecamente ligada à atuação do Estado e à elaboração e implementação das normas que regulamentam a interação na sociedade. Nesse sentido, é no âmbito político que se desenrolam os embates cruciais em busca das políticas de redistribuição e de reconhecimento. Segundo Fraser, o cenário “político fornece o palco onde as lutas por redistribuição e reconhecimento são conduzidas” (2009, p. 17).

Enquanto as demandas por redistribuição buscam reparar a injustiça material e as demandas por reconhecimento tratam das injustiças valorativas na convivência social, a injustiça política trata da injustiça do enquadramento, que pode ser percebida quando as atividades que estabelecem o enquadramento são negadas aos próprios sujeitos afetados no processo, sendo monopolizadas pelos Estados e elites transnacionais. Neste caso, temos uma esfera pública constituída apenas por públicos fortes<sup>5</sup>, cujos interesses são tidos como superiores, enquanto que a grande maioria fica excluída dos processos de deliberação (Fraser, 2009, p. 26).

No período anterior à era da globalização, o princípio da territorialidade podia ser visto como suficiente para métrica das demandas, uma vez que a sociedade funcionava de maneira diferente. No entanto, no contexto atual de interdependência global entre nações, é evidente que as ramificações de certas ações transcenderam de forma ampla as fronteiras nacionais, sendo inegável que os territórios nacionais não podem mais ser considerados isolados das influências globais em várias esferas, incluindo economia, meio ambiente, produção e reprodução, e outros (Fraser, 2009, p. 15).

Nestes termos é que a autora questiona o conceito de esfera pública tal qual proposto por Habermas, argumentando que esse conceito foi originalmente formulado com base no enquadramento westfaliano. No entanto, em uma realidade

---

<sup>4</sup> Em obras anteriores, Nancy Fraser é conhecida por desenvolver a sua teoria de justiça bipartite ou bidimensional, que compreendia as esferas da redistribuição e do reconhecimento, sem as quais a autora entendia que não era possível efetivamente combater a injustiça. A partir da obra *Scales of Justice* (2009), a autora utiliza-se da análise da sociedade globalizada contemporânea e visualiza a necessidade da inclusão de mais uma esfera essencial de justiça: a representação. A partir de então, temos a chamada teoria tripartite, que compreende redistribuição, reconhecimento e representação.

<sup>5</sup> Fraser (2022, p. 121) faz a distinção entre “públicos fortes” e “públicos fracos” da seguinte forma: os “públicos fracos” por vezes geram opinião pública e pressão política, mas não têm o mesmo poder decisório que os “públicos fortes” dentro do estado, os quais possuem a capacidade de criar mandamentos vinculantes.

globalizada, as estruturas nacionais já não são capazes de superar a injustiça e conferir eficácia à opinião pública partindo de premissas e estruturas vinculadas aos limites dos territórios nacionais.

### **3 ESFERA PÚBLICA HABERMASIANA NO CENÁRIO PÓS-WESTFALIANO**

O conceito de esfera pública, originalmente elaborado por Habermas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962), é considerado por Fraser como indispensável para o estudo dos limites da democracia nas sociedades do capitalismo tardio, uma vez que este conceito permitiu a compreensão da atuação do Estado e de seus aparatos, além das arenas públicas de associação e discursos dos cidadãos, os quais tiveram seus processos fundidos (Fraser, 2022, p. 94).

A ideia de “esfera pública”, no conceito habermasiano, é a de um corpo de “pessoas privadas” que se reúnem para discutir assuntos de “caráter público” ou “interesse comum” e designa os espaços em que cidadãos e cidadãs deliberam sobre assuntos comuns, isto é, uma arena institucionalizada de interação discursiva, por meio da participação política e por intermédio da fala, de modo distinto da atuação estatal, atuação esta que pode inclusive ser objeto de críticas neste espaço, onde há produção e circulação de discursos. Fraser lembra ainda que, no sentido habermasiano, a esfera pública é também conceitualmente distinta da economia oficial, ou seja, não é uma arena de relações de mercado, mas sim de relações discursivas, o que permite as distinções entre aparatos estatais, mercados econômicos e associações democráticas (Fraser, 2022, p. 95-96).

No entanto, Fraser argumenta que o modelo descrito por Habermas não é inteiramente satisfatório, necessitando passar por uma interrogação e reconstrução crítica a fim de produzir uma categoria apta a teorizar os limites da democracia realmente existente, o que passaria pela própria elaboração de uma concepção alternativa e pós-burguesa de esfera pública, uma vez que a publicidade de atos e acessibilidade de informações, na esfera pública oficial, vem sendo baseada em uma série de exclusões, em especial a de gênero, e essa relação entre a sociedade e o Estado se tornaram encenadas nos meios de comunicação de massa, gerando manipulação na produção da opinião pública (Fraser, 2022, p. 96-97).

Indo além, a autora levanta uma questão importante acerca dos públicos que compõem a esfera pública, que na visão habermasiana ficou restrita ao público burguês e desconsiderou a existência de uma série de contrapúblicos concorrentes, como camponeses, mulheres da elite, negros e a própria classe trabalhadora, públicos estes que já existiam no fim do século XIX e não apenas no início do século XX, como sugerido por Habermas. Nestes termos, justamente pela identificação da existência de uma pluralidade de públicos concorrentes é possível identificar as relações conflitantes geradas com tomando por base exclusivamente o público burguês, tendo por consequência a estruturação de normas excludentes (Fraser, 2022, p. 101).

As questões começam então a pairar em torno das flagrantes exclusões existentes e conflitos sociais, um tanto negligenciados pelo estudo de Habermas, o que demandaria uma mudança ainda maior nas bases estruturais da esfera pública, já que o atual modelo liberal de esfera pública funcionaria em direção à legitimação de uma forma emergente de domínio de classe, raça e gênero, considerando-se ainda como um veículo institucional de uma grande transformação histórica na natureza da dominação política, passando de um modo repressivo para um modo hegemônico. Nesse novo modelo de dominação política, é permitido a um estrato da sociedade, ter o domínio sobre os estratos restantes, de tal modo que a esfera pública tornou-se o principal espaço institucional de construção do consentimento que define o novo modo hegemônico de dominação (Fraser, 2022, p. 102).

Ainda sobre o tema, Fraser elenca outros pressupostos problemáticos acerca da estrutura da esfera pública tal qual proposta por Habermas, que são eles: a possibilidade de suspensão das desigualdades na esfera pública; a existência de uma única esfera pública em detrimento de uma multiplicidade de públicos concorrentes; a restrição à deliberação sobre o bem comum e a separação entre sociedade civil e Estado (Fraser, 2022, p. 103 – 104)<sup>6</sup>.

Nestes termos, a autora pretende analisar o conceito habermasiano de esfera pública sob um olhar crítico, voltado a atender efetivamente os anseios da deliberação democrática no cenário da sociedade atual, reformulando-o.

---

<sup>6</sup> Sobre o tema, verificar o artigo: Da efetivação da paridade de participação como requisito para uma esfera pública igualitária. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, p. 60–74, 2022.

#### **4 LEGITIMIDADE NORMATIVA E EFICÁCIA POLÍTICA DA OPINIÃO PÚBLICA NO CENÁRIO PÓS-WESTFALIANO**

Com o advento da globalização, tornou-se possível observar que os processos sociais que moldam a vida das pessoas transbordam rotineiramente as fronteiras territoriais de um Estado-nação. Aliado a isto, as decisões tomadas num Estado territorial têm frequentemente impacto nas vidas daqueles que estão fora dele, tal como acontece com as ações de corporações transnacionais, especuladores monetários internacionais e grandes investidores institucionais. Na contemporaneidade, há uma crescente importância na atuação de organizações supranacionais e internacionais, tanto governamentais como não-governamentais, bem como de uma opinião pública transnacional, que flui pelas mídias com supremo desrespeito às fronteiras através dos meios de comunicação de massa globais e da cibertecnologia.

Surge assim, cada vez mais o debate em torno da denominação “esferas públicas transnacionais” ou “esfera pública global”. Disto resulta que os habitantes do globo, mesmo os mais privilegiados, sentem agora a sua vulnerabilidade às forças transnacionais, sendo facilmente possível identificar a existência de uma esfera pública transnacional. No mesmo sentido, problemas como o aquecimento global, o terrorismo internacional e o unilateralismo das superpotências, tornam-se ameaças que se sobrepõem às fronteiras e dependem de medidas as quais ultrapassam as fronteiras dos estados territoriais no enfrentamento de questões de (in)justiça.

No cenário pós-westfaliano, caracterizado pela comunicação rápida e interconexão dos efeitos das ações em nível global como consequência da globalização, torna-se essencial abordar a terceira dimensão da justiça, juntamente com a redistribuição e o reconhecimento: a representação, esfera cuja injustiça é da espécie política. A inclusão da esfera política se dá pela necessidade de estabelecer quem é considerado como membro titular das reivindicações, quais são os parâmetros e regras para a tomada de decisões, da delimitação dos procedimentos a serem observados e estruturação das decisões, tanto na esfera cultural quanto econômica. Nancy Fraser entende que a esfera política precisa atentar-se à questões relativas ao pertencimento social e ao procedimento para fins de verificar a

justiça na tomada de decisões públicas, considerando ser necessário avaliar a validade das representações exercidas no cenário deliberativo (Fraser, 2009, p.18).

A necessidade de reavaliar o potencial crítico da esfera pública depende de um diagnóstico real que considera a nova transformação estrutural das esferas públicas. Isso resulta na criação de novas condições de possibilidade para a teoria crítica na atualidade. Essa nova transformação estrutural é resultado de uma série de desenvolvimentos ligados à globalização neoliberal, nos quais os processos de comunicação, questões políticas, os públicos afetados por políticas e decisões, e os atores que as formulam e executam tornaram-se todos transnacionalizados (Melo, 2015, p. 25-26).

A importância deste ponto é fundamental, pois Fraser parte da interpretação dos problemas atuais da democracia como manifestações do que ela descreve como contradições políticas inerentes ao capitalismo financeirizado. Ela parte do pressuposto de que o surgimento da pós-democracia não é simplesmente um evento acidental, mas algo enraizado profundamente na estrutura da ordem social. Esse desenvolvimento sugere que as atuais demandas sociais não resultam apenas de uma crise política isolada, mas têm raízes mais amplas. Além disso, devido à crise abrangente dentro da ordem social que a autora rotula como capitalismo financeirizado, torna-se evidente que os atuais processos de desdemocratização sugerem que há uma falha não apenas na forma atual do capitalismo, mas também na sociedade capitalista como um todo. Essas questões não podem ser negligenciadas, inclusive na esfera transnacional (Fraser, 2018, p. 155).

A problemática surge ao se verificar a existência de uma esfera pública plural, conflitante e extraterritorial, na qual os limites da justiça se restringem ao âmbito político nacional. No modelo westfaliano, o sistema concebia as comunidades políticas como unidades geograficamente delimitadas e ordenadas, associando essas comunidades a um Estado próprio, dotado de uma soberania exclusiva sobre seu território, soberania esta que impedia a interferência externa em seus assuntos internos, o que também afastava qualquer poder superior internacional. Ou seja, o espaço interno estava, deste modo, sujeito à ordenação jurídica interna, enquanto o espaço internacional permanecia em um estado de natureza, sem um ordenamento jurídico ao qual deveria estar submetido. Neste cenário, somente poderiam ser sujeitos da justiça os cidadãos de um Estado, submetidos à ordem jurídica daquele próprio Estado. Porém, tal cenário não se legitima mais na sociedade globalizada.

A teorização de Fraser compreende a ideia de que contrapúblicos subalternos são capazes de adotar estratégias informais e não governamentais, desempenhando um papel crucial na autocompreensão de diversas reivindicações na sociedade civil global. Vários grupos na sociedade civil global estão envolvidos em dois tipos de projetos políticos “invisíveis”: o primeiro envolve ações diretas contra organizações que perpetuam desigualdades estruturais e injustiças globais, como instituições financeiras internacionais e corporações transnacionais. O segundo consiste na criação de espaços na internet e instituições que atuam como contrapúblicos robustos ou quase robustos na sociedade civil. Eles desempenham um papel na geração de contrapublicidade e permitem que seus membros participem na determinação coletiva da organização de suas vidas sócio-políticas (Melo, 2015, p. 37).

Nesse contexto, embora a abordagem de Habermas tenha contribuído consideravelmente para a análise crítica da concepção da democracia moderna ao explorar conceitos como publicidade, razão pública, vontade geral e soberania pública, que estão relacionados ao âmbito social e às instituições políticas, fortalecendo a geração consensual de normas de conduta por meio do discurso público crítico, a sua concepção foi vinculada a um modelo de Estado territorial.

A esfera pública habermasiana foi identificada com a nossa política normativa mais importante, e tem sido associada a um princípio universal de participação entendido como um conceito de formação discursiva da vontade, ou seja, que enfatiza a determinação de normas de ação através do debate prático de todos os afetados por eles. Sendo assim, o trabalho de Habermas sobre a estruturação do sistema nacional esfera pública é relevante para uma teoria crítica da democracia por causa dos princípios normativos que ele foi capaz de reconstruir (Melo, 2015, p. 25-26).

Nessa teoria, uma esfera pública é concebida como um espaço para a geração comunicativa da opinião pública. Na medida em que o processo é inclusivo e justo, a publicidade deve desacreditar pontos de vista que não podem resistir ao escrutínio crítico e para assegurar a legitimidade daqueles que o fazem. Assim, importa quem participa e em que condições. Além disso, uma esfera pública é concebida como um veículo para mobilizar a opinião pública como uma força política. Mobilizando o considerado sentido da sociedade civil, a publicidade deve responsabilizar os funcionários e garantir que as ações do Estado expressem a

vontade dos cidadãos. Assim, uma esfera pública deve se correlacionar com um poder soberano. Juntas, essas duas ideias – a legitimidade normativa e a eficácia política da opinião pública – são essenciais para o conceito de esfera pública na teoria democrática. Sem eles, o conceito perde sua força crítica e seu ponto político.

Nesse sentido, Fraser propõe um conceito de esfera pública que incorpora um potencial crítico baseado na legitimidade normativa, promovendo o debate democrático entre todas as partes afetadas por um problema específico<sup>7</sup>. Além disso, esse conceito busca eficácia política, ou seja, a capacidade efetiva da esfera pública de influenciar ou mesmo moldar instituições políticas responsáveis que atuem em benefício de todas as partes afetadas através de leis e administrações vinculativas (Fraser, 2010, p. 77).

Além disso, Fraser enfatiza a importância de considerar o contexto histórico anterior a esses princípios. Ela argumenta que é necessário reconhecer que o pensamento de Habermas sobre a teoria da esfera pública está confinado a um específico "contexto de origem", que ela identifica com o quadro westfaliano. Por essa razão, a autora destaca os seis pressupostos teórico-sociais que claramente ligaram a narrativa inicial de Habermas sobre a esfera pública ao enquadramento político westfaliano (Fraser, 2010, p. 79-80):

O primeiro pressuposto diz respeito ao surgimento da opinião pública junto com um aparato estatal moderno. Ou seja, a opinião pública, da forma como a entendemos hoje, teve origem e se tornou relevante na mesma época em que os Estados modernos e suas estruturas administrativas e políticas foram se moldando e se consolidando, sendo essencial entender essa ligação para a compreensão da esfera pública de Habermas.

Em segundo lugar, Habermas identificou como membros do público os cidadãos de um Estado democrático da Vestfália, ou seja, uma comunidade política limitada territorialmente. Portanto, a concepção de esfera pública de Habermas está vinculada à ideia de que a esfera pública e seus participantes estão associados a comunidades políticas específicas, as quais possuem limitações geográficas definidas pelas fronteiras, o que configura um problema no cenário da globalização.

---

<sup>7</sup> Sobre este tópico, no texto "Justiça Anormal" (2008), a autora discute os possíveis princípios que poderiam guiar o enquadramento das demandas em um cenário pós-westfaliano, descartando princípios como filiação e territorialidade.



O terceiro pressuposto diz respeito à preocupação inicial majoritariamente focada em questões econômicas no território nacional – especialmente na fase de desenvolvimento da esfera pública. Neste cenário, a discussão na esfera pública foi ligada às relações econômicas desta própria comunidade política. Isso significa que o foco principal da preocupação do público, ao menos em seu aspecto histórico inicial de formação, era a economia nacional regulada pelo Estado. Na atualidade, contudo, a esfera pública é um ambiente que deve lidar com uma variedade robusta de temas que extrapolam as questões econômicas.

A forma dos meios de comunicação diz respeito ao quarto pressuposto: conceito de esfera pública associado aos meios de comunicação modernos, assumindo então uma infraestrutura de comunicação nacional disponível em um estado westfaliano. Relacionado ao quarto pressuposto, partimos para o quinto: o debate público linguisticamente compreensível, o que pressupõe a existência de uma língua padrão como parte fundante da esfera pública, configurando-se como mais uma limitação que se enquadra exclusivamente ao cenário westfaliano.

Finalmente, o sexto pressuposto de existência da esfera pública habermasiana refere-se a uma vinculação da cultura a uma comunidade nacional. Isso implica um cenário cultural restrito à cultura e identidade de um povo inserido em um território nacional. Tal pressuposto é problemático, especialmente em um cenário globalizado, na medida em que fornece uma limitação cultural, mostrando-se incompatível com sociedades multiculturais, além de excluir perspectivas culturais diversas da majoritária.

Nesse contexto, a legitimidade democrática das instituições em uma governança global exige que seja considerada a possibilidade de uma esfera pública política desempenhar um papel fundamental nas interações globais, desde que possamos ampliar a ideia de uma esfera pública além dos limites do Estado-nação. Portanto, é necessário reconsiderar a teoria crítica da esfera pública, tornando-a mais adequada para abordar questões transnacionais, com o objetivo de restaurar o seu potencial crítico em relação a conceitos normativos, legitimidade e eficácia política, enquadrando-a no contexto atual.

Ao focar na articulação dos ideais normativos com uma historiografia engajada e baseada nas condições sociais, Fraser fixa a sua principal intenção teórica quanto à esfera pública na reconstrução da teoria de Habermas, identificando a necessidade real de uma teoria crítica em ambiente pós-nacional. Apesar disso,

surpreendentemente, a sua estratégia não consiste em obter novos elementos críticos do novo quadro pós-westfaliano vivenciado, mas sim manter o que tem sido considerado como critério crítico perante todas as transformações, reconstruindo-os no mundo pós-westfaliano:

Minha proposta centra-se nas duas características que juntas constituíram a força crítica do conceito de esfera pública na era westfaliana: a saber, o normativo, a legitimidade e eficácia política da opinião pública. A meu ver, essas ideias são elementos intrínsecos e indispensáveis de qualquer concepção de publicidade que pretenda ser crítico, independentemente das condições sócio-históricas em que se encontra. A presente constelação não é exceção. A menos que possamos imaginar condições sob as quais os atuais fluxos de publicidade transnacional poderiam tornar-se legítimos e eficazes, o conceito perde o seu caráter crítico e o seu sentido político. Por isso, a única maneira de salvar a função crítica da publicidade hoje é repensar a legitimidade e eficácia. A tarefa é separar essas duas ideias de premissas westfalianas que anteriormente as sustentava e reconstruí-las para um mundo pós-westfaliano (FRASER, 2010, p. 93).

Mesmo após essas considerações, ainda há várias questões em aberto na atualidade sobre como devemos continuar a identificar possíveis caminhos de emancipação e esclarecer questões políticas, especialmente à luz das perspectivas que podem surgir de novas conjunturas e contextos na esfera pública transnacional.

Embora Fraser apresente a necessidade de revisão à teoria habermasiana, é inconteste que através do conceito de esfera pública foi possível chegar a compreensão de que a opinião pública gera na sociedade globalizada uma verdadeira circulação de poder, justamente pela pluralidade de públicos que constantemente atuam nas demandas por justiça. O que Fraser demonstra é que, ao formular a ideia de Mundo da Vida (*Lebenswelt*), Habermas tenha negligenciado o potencial participativo de intervenção de públicos excluídos nos Sistemas e, por esta razão, Fraser pretende conferir especial atenção à questão de legitimidade normativa e a eficácia política enquanto pontos essenciais para a compreensão do papel das instituições e do Estado na modernidade, procurando identificar o lugar que cada cidadão e cidadã ocupa na esfera pública e, conseqüentemente, nas democracias modernas.

Nesse contexto, o conceito de “circulação de poder” pode servir de auxílio para visualização de que o potencial crítico da esfera pública também depende de sua constituição enquanto espaço social e político conflitante, e através da experiências práticas de auto-organização na esfera pública poderíamos avaliar

criticamente a condição da democracia transnacional existente (Melo, 2015, p. 34-35).

Segundo Fraser, a teoria da esfera pública deve ser reformulada para que possa manter sua característica de teoria crítica, devendo revisar e questionar a sua legitimidade normativa e a eficácia política da opinião pública no cenário atual, mas sem descartar a formulação habermasiana. A atualização da teoria da esfera pública num cenário mundo globalizado deve tratar de duas questões distintas – mas interligadas, que são a legitimidade pública existente e a eficácia da publicidade existente. A primeira depende do questionamento do modo como a publicidade funciona, e também de quem são as partes envolvidas no processo. Ou melhor, deve analisar a garantia da paridade de participação<sup>8</sup>, questionando: paridade entre quem? Já a segunda exige a avaliação da forma como a opinião pública efetivamente exerce influência nas decisões políticas. Mesclando estes dois requisitos, deve vislumbrar novos poderes públicos transnacionais, que possam ser responsabilizados por novos circuitos democráticos transnacionais de opinião pública.

## 5 CONCLUSÃO

Ao discutir a legitimidade e eficácia democrática das instituições em um modelo de governança global, mais uma vez, o conceito de uma esfera pública política desempenha um papel crucial. No entanto, ainda estamos no processo de compreender a formação de uma esfera pública que transcende o Estado-nação. A crítica de Fraser inicialmente dirigida a Habermas é formulada em relação a públicos negligenciados em sua interpretação histórica, unicidade da esfera pública em contraposição a esferas públicas múltiplas, separação entre sociedade civil e Estado, despreocupação com a igualdade social e exclusão de “interesses privados” do ambiente de deliberação. No entanto, na visão da autora, todos estes pontos não alcançam propriamente o mérito do conceito de esfera pública, mas suscitam o

---

<sup>8</sup> A alguns grupos na sociedade é negado o status de participação paritária, o que gera ou perpetua injustiças. O Estado não promove políticas de inclusão, de reconhecimento e redistribuição econômica, justamente pela ausência de legislação específica que decorre da não participação e representação dos grupos excluídos nos espaços de poder, razão pela qual, Fraser propõe uma transformação estrutural na esfera pública transnacional que passaria por uma concepção tridimensional de justiça, baseada em remédios de reconhecimento, redistribuição e representação, cada um vinculado a um dos eixos de justiça defendidos pela autora: econômica, cultura e política.

debate, colocando em questão a concepção burguesa, masculinista e supremacista branca de esfera pública.

Quanto ao mérito da estruturação do conceito de esfera pública, a autora busca questionar os pressupostos sobre os quais a esfera pública habermasiana é construída, verificando se tais pressupostos podem ser legitimados na sociedade atual, cuja interação social não é mais vinculada a um espaço geográfico territorial, e sim possui uma interação a nível global.

Na sociedade moderna, onde a esfera pública tem um alcance transnacional, há dois elementos essenciais que devem ser observados para a possibilidade de construção de uma democracia efetiva, os quais articulados formam o ponto crucial para a teoria crítica nos dias de hoje. O primeiro elemento é a legitimidade normativa, a qual destaca a importância de garantir a participação igualitária de todos os afetados na discussão, sejam eles membros ou não membros de uma determinada estrutura social. O segundo, a eficácia política, pretende que a esfera pública seja apenas um espaço de discussão teórica, mas também deve ter o poder de afetar a tomada de decisões políticas, criando deliberações vinculadas. As ferramentas para garantia destes dois elementos devem ser repensadas sob uma perspectiva de enquadramento pós-westfaliano, ou seja, para que tenham um enquadramento global.

Segundo Fraser, a opinião pública é considerada legítima se resultar de um processo comunicativo no qual todos os que estão conjuntamente sujeitos às questões relevantes nas estruturas de governança possam participar como pares, independentemente de sua vinculação política. Por mais exigente que possa parecer, esta nova compreensão pós-westfaliana da legitimidade constitui um padrão genuinamente crítico para avaliar as formas existentes de publicidade na era atual.

Nesse contexto, a teoria da esfera pública precisa ser adaptada ao mundo contemporâneo, considerando a atual crise do sistema capitalista e tendo seus conceitos e princípios revisitados, com o objetivo de manter sua natureza crítica e sua capacidade de avaliação da legitimidade e eficácia em um contexto político em constante mudança e com potencial emancipatório das esferas públicas atuais relacionados a sua real vitalidade auto-organizacional para alcançar voz ativa contra o poder hegemônico já sedimentado nas instituições e no próprio Estado.

## REFERÊNCIAS

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition?** A Political-Philosophical Exchange. New York: Verso Books, 2003.

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida:** reflexões sobre a condição “pós-socialista”. São Paulo: Boitempo, 2022.

FRASER, Nancy. Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. **Cadernos de Filosofia Alemã**, v. 23; n. 2, pp.153-188, jul.-dez.2018.

FRASER, Nancy. **Scales of justice:** reimagining political space in a globalizing world. Nova Iorque: Columbia University Press, 2009.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a Justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, n. 77, pp. 11-39, 2009a.

FRASER, Nancy. Transnationalizing the Public Sphere: On the Legitimacy and Efficacy of Public Opinion in a Postwestphalian World. *In*: FRASER, N. **Scales of Justice:** reimagining political space in a global world. New York: Columbia University Press, 2010.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate:** uma conversa na teoria crítica. Trad. Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico:** estudos filosóficos. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

MELO, Rúion. Public sphere and transnational democracy: a critical theoretical response to nancy fraser. **Perspectiva Filosófica**, vol. 42, n. 2, 2015.

PRESTUPA, P. Da efetivação da paridade de participação como requisito para uma esfera pública igualitária. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, p. 60–74, 2022. DOI: 10.21728/logeion.2022v9nesp.p60-74. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/6169>. Acesso em: 23 out. 2023.

# **ESPAÇO, JUSTIÇA E ÉTICA UNIVERSAL: ALARGANDO OS HORIZONTES CONCEITUAIS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL PELA DEMOCRACIA DELIBERATIVA**

**Rosalvo Nobre Carneiro**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
rosalvonobre@uern.br

---

## **Resumo**

A sustentabilidade ambiental é um conceito-chave nas ciências naturais, sociais e humanas. A leitura naturalística, focada na descrição do quadro natural dissociado da humanidade que o integra, porém, pode enfraquecer a discussão, gerar déficit de criticidade e atuar como fonte de ideologia. Logo, não se pode reduzir o discurso da sustentabilidade às questões do desmatamento das florestas, a emissão do carbono, ao efeito estufa, por exemplo. O discurso ambiental a partir de 1990 foi acompanhado, por sua vez, pela valorização da dimensão espacial. O objetivo é contribuir para alargar o horizonte conceitual da sustentabilidade ambiental enquanto geoética, a qual emerge da relação entre justiça e espaço geográfico, este tomado como um híbrido entre o meio natural e o meio artificial. As questões geoéticas passíveis de serem solucionada via democracia deliberativa podem assumir a forma de uma ética universal, considerando que o ambiente é, hoje, um problema global. A pesquisa é bibliográfica e de revisão. A partir do Google Acadêmico, Dial Net e Periódicos Capes, foram selecionados textos relevantes e atuais que abordam conceitualmente sustentabilidade ambiental em diferentes áreas. A nossa compreensão do espaço como mundo da vida e sistema nos leva, por conseguinte, a propor uma discussão espacializada da intersubjetividade da justiça em termos da ética discursiva. Espera-se, por fim, contribuir para o avanço da discussão em termos de inclusão da democracia deliberativa para fazer frente à concepção de sustentabilidade ambiental considerando os níveis de desenvolvimento desigual dos Países.

**Palavras-chave:** Justiça espacial. Sustentabilidade social. Consenso. Geoética.

## **SPACE, JUSTICE AND UNIVERSAL ETHICS: EXPANDING THE CONCEPTUAL HORIZONS OF ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY THROUGH DELIBERATIVE DEMOCRACY**

### **Abstract**

Environmental sustainability is a key concept in natural, social and human sciences. The naturalistic reading, which is focused on describing the natural framework dissociated from the humanity that integrates it, however, may weaken the discussion, generating a deficit of criticality and act as a source of ideology. Therefore, the sustainability discourse cannot be reduced to issues of forest

deforestation, carbon emissions, or the greenhouse effect, for example. The environmental discourse from 1990 onwards has been accompanied, in turn, by the appreciation of the spatial dimension. The objective is to contribute to the expanding the conceptual horizon of environmental sustainability as geoethics, which emerges from the relationship between justice and geographic space, which is seen as a hybrid between the natural environment and the artificial environment. Geoethical issues that can be resolved via deliberative democracy are able to take the form of universal ethics, considering that the environment is, currently, a global problem. The research is bibliographic and of review. From Google Scholar, Dial Net and Periódicos Capes, relevant and current texts were selected that conceptually address environmental sustainability in different areas. Our understanding of space as a lifeworld and system leads us, therefore, to propose a spatialized discussion of the intersubjectivity of justice in terms of discursive ethics. Finally, it is expected to contribute to the advancement of the discussion in terms of the inclusion of deliberative democracy to face the concept of environmental sustainability considering the unequal development levels of the countries.

**Keywords:** Spatial justice. Social sustainability. Consensus. Geoethics.

## 1 INTRODUÇÃO

A década de 1970 pode ser entrevista como um marco divisor nas preocupações das nações sobre a problemática ambiental. A partir dessa época, alargaram-se as escalas espaciais das preocupações de ordem local, regional ou nacional para a internacional. Atualmente, pode-se afirmar que a escala é globalizada pelo interesse temático generalizado entre os povos e Estados-nações.

A primeira experiência de política ambiental em escala planetária foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972. O espaço, no entanto, tem uma força própria. Assim, por exemplo, no caso brasileiro, apenas na década de 1990, a partir da Rio 92, é que o Estado brasileiro passou, efetivamente, a assumir uma política deliberada quanto ao desenvolvimento ambiental no país. Assome-se, concomitantemente, em todos os lugares, o papel de divulgação midiática da questão.

Atualmente, portanto, o discurso da sustentabilidade ambiental impregna todos os recônditos do globo, os foros econômicos e sociais, os grandes grupos, mas também as pequenas comunidades rurais ou urbanas, ribeirinhas, caboclas, quilombolas, indígenas, os povos das florestas, as pequenas e grandes cidades. Esse discurso adentra, também, as políticas públicas municipais, estaduais. E a educação é convocada a desempenhar um papel relevante para as novas gerações.



A pesquisa foi documental e bibliográfica, valendo-se de levantamento sistemático em bases de dados selecionadas: *Google Acadêmico*, *Periódicos Capes*, *Banco Digital de Teses e Dissertações*, além do *Dialnet*. Usaram-se como descritores: sustentabilidade ambiental + conceito + revisão; sustentabilidade + espaço; sustentabilidade + ética + justiça. Optou-se por se concentrar nos estudos mais relevantes e atuais que abordam a concepção de sustentabilidade ambiental, de modo a conhecer a origem, a evolução, os temas e as complexidades de abordagem dessa temática. Selecionaram-se alguns trabalhos que tratam em seus títulos diretamente do assunto. Além disso, o referencial teórico de Jurgen Habermas e seus interlocutores foi adicionado como ponte para as discussões sobre justiça, espaço e sustentabilidade ambiental.

Validada enquanto temática social em escala planetária, a sustentabilidade ambiental, enquanto discurso teórico e discurso prático, se trata de um conceito polissêmico, difuso, confuso, ambivalente. Apesar dos esforços teóricos, predomina a falta de consenso sobre sustentabilidade, isto é, apresenta inúmeras definições, o que o torna de difícil aplicação (BACHA; SANTOS; SCHAUN, 2010).

Desse modo, haveria a necessidade de estabelecimento de um novo consenso mínimo em torno do significado de sustentabilidade ambiental para além do definido pelo relatório Brandtland? Nesse sentido, objetiva-se alargar seus horizontes conceituais mediante uma perspectiva relacional entre justiça espacial e democracia deliberativa mediante a ética discursiva.

Dividem-se os argumentos em três seções. Inicialmente, abordam-se as aproximações e os distanciamentos, a partir de literatura relevante, em torno do conceito de sustentabilidade, inserindo algumas reflexões sobre a necessidade de um consenso mínimo conceitual que possa se valer de uma perspectiva justa para as nações, considerando seus níveis de desenvolvimento desigual. Na sequência, expõem-se algumas ideias sobre ética universal e democracia deliberativa em Jurgen Habermas, a fim de nortear respostas relativas ao consenso mencionado. Por fim, opera-se a defesa da geoética, uma moral universal para a sustentabilidade ambiental que parte, por isso mesmo, de questões territoriais que deveriam guiar, igualmente e equitativamente, as deliberações políticas para o bem comum.

## 2 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: HÁ NECESSIDADE DE CONSENSO CONCEITUAL?

Do ponto de vista do interesse da pesquisa sobre sustentabilidade, 2003 é um marco, pois, a partir desse ano, segundo Bacha; Santos; Schaun (2010), foram publicados, no Brasil, 142 trabalhos sobre o tema, ao passo que em 2008 foram 307. Nesses estudos, porém, sustentabilidade e desenvolvimento caminham juntos conceitualmente, e, muitas vezes, se confundem. A Organização das Nações Unidas, como resultado da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, estabeleceu no relatório Brundtland a definição de que “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (1991, p. 46).

Para Simão (2017), internacionalmente dominante, essa concepção da ONU é antropocêntrica, ou seja, a natureza tem um valor instrumental para a humanidade. Dessa forma, justifica-se aqui, a inserção da ética discursiva ao debate. Dois paradigmas da sustentabilidade ambiental se organizam hoje: o antropocêntrico e biocêntrico. Este último é assim descrito por Ferreira e Bomfim (2010, p. 48):

Sustentabilidade baseada no paradigma biocêntrico afeta profundamente o centro das transformações nos modos de pensar, de agir e de sentir do ser humano, que atingem crenças, valores, hábitos, visão de mundo, aspectos simbólicos do homem que estão na raiz da dicotomia homem a natureza. Novos sentidos podem emergir do paradigma biocêntrico onde a cooperação, a solidariedade intergeracional, a participação e a uma nova visão humana da percepção interligada entre todos os seres vivos faz parte.

Diferencia-se, assim, de uma interpretação estritamente ecológica na qual a “sustentabilidade é a capacidade de um sistema de manter constante seu estado no tempo, ou seja, manter invariável os parâmetros de volume, taxas de trocas e circulação, flutuando-se ciclicamente em torno de valores médios” (CAVALCANTI, 2010, p. 220). Alguns estudos apontam uma lacuna na discussão conceitual de sustentabilidade eminentemente ambiental, carecendo de aprofundamentos e pesquisas sobre a sustentabilidade social (LOURENÇO; CARVALHO, 2013). Em geral, porém, o ambiental, econômico e social se tornam dominantes. Considera-se, ainda, que a dimensão espacial perpassa por todas, pois não existe sociedades sem espaço natural ou fabricado. Em realidade, o espaço é um híbrido do natural e do técnico (SANTOS, 2002).

Rattner (1999) pontua que a imprecisão conceitual de sustentabilidade se deve à ausência de um quadro teórico que relacione os discursos e as áreas do conhecimento e, especialmente, à indecisão das elites na definição de um programa de ação comum a partir das críticas ao modelo de desenvolvimento atual. Foladori e Tommasino (2000), por sua vez, agrupam assim o conceito de desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade: sustentabilidade ecológica, sustentabilidade fraca e sustentabilidade forte:

Creemos que las diversas posiciones pueden ser reducidas a tres grandes ejes hacia los cuales los diferentes autores se ven más o menos atraídos: aquellos para quienes la sustentabilidad es exclusivamente ecológica; aquellos para quienes la sustentabilidad es ecológica y social pero donde la parte social es un vehículo para llegar a la sustentabilidad ecológica (sustentabilidad social limitada); y aquellos para quienes la sustentabilidad debe ser realmente social y ecológica en forma de coevolución (coevolución sociedad-naturaleza) (p. 45, grifos do autor).

Essas posições chamam atenção, portanto, para a consideração da responsabilidade e da solidariedade, da ética e da justiça reafirmada pela democracia, logo, pela política. Então, cabe analisar a ética discursiva e a democracia deliberativa nesse debate.

### **3 ÉTICA UNIVERSAL E DEMOCRACIA DELIBERATIVA EM JURGEN HABERMAS**

Considera-se, inicialmente, que ética e política devem aparecer juntas. O sentido ético do bem comum pressupõe, por conseguinte, ação compartilhada na vida pública. Por sua vez, a política enquanto agir em sociedade impõe solidariedade, responsabilidade e cuidado, logo, uma ação moral. A sustentabilidade ambiental é exigente de sustentabilidade social.

A questão ambiental é de interesse acadêmico, da sociedade e dos Estados. Logo, sendo uma problemática global, se torna urgente pensá-la do ponto de vista de sua relação ética e democrática, e não meramente econômica. Disso decorre o fato de a relação entre ética universal e democracia deliberativa poder contribuir para se pensar um consenso mínimo em torno de uma concepção de sustentabilidade ambiental para os povos em geral, garantindo, ao mesmo tempo, suas particularidades.

Na medida em que o modelo democrático habermasiano se preocupa em apresentar caminhos, estruturas e procedimentos que podem guiar um Estado moderno na direção da melhora de sua democracia, sem pré-definir conteúdos ou valores morais específicos para as normas, mas, ao contrário, entender que tais conteúdos devem refletir a diversidade cultural, étnica e social da comunidade a que se destina, este modelo demonstra sua capacidade de ser aproveitado em diferentes sociedades (TIROLI; ALFAYA, 2020, p. 167).

Para Habermas (1997, p. 21-22), “A teoria do discurso conta com a intersubjetividade de processos de entendimento, situada num nível superior, os quais se realizam através de procedimentos democráticos ou na rede comunicacional de esferas públicas políticas”. Mas, qual seria o espaço de deliberação para consensualizar minimamente a sustentabilidade? É certo que sustentabilidade ambiental e escala espacial guardam uma relação dialética necessária para a sua legitimação global.

Portanto, a democracia deliberativa é fundamentada na plataforma da ética discursiva (BANNWART JÚNIOR; TESCARO JÚNIOR, 2017). Assim, a democracia deliberativa advoga o seguinte:

A despeito disso, a equidade dos compromissos é medida por condições e procedimentos que, por sua vez, necessitam de uma justificativa racional (normativa) com respeito a se são justos ou não. Diferentemente das questões éticas, as questões de justiça não estão por si mesmas referidas a uma determinada coletividade. Pois para ser legítimo, o direito politicamente estabelecido tem pelo menos de guardar conformidade com princípios morais que pretendem ter validade geral para além de uma comunidade jurídica concreta (HABERMAS, 1997, p. 44-45).

O progresso universal e a decantada homogeneização cultural encontram o seu contrário nos desenvolvimentos desiguais e na explosão das diferenças. “Estamos frente a la dialéctica que se le plantea siempre a toda reflexión ética: la de la universalidad y la particularidad, hoy agudizada a consecuencia de la globalización” (LOPEZ; MARTINEZ, p. 178).

Na perspectiva da Terra tomada como sistema vivo, a humanidade encontra um princípio objetivo com validade universal inquestionável. Ademais, considerando a sustentabilidade enquanto um encontro entre o mundo objetivo das coisas e o mundo intersubjetivo das sociedades, entre o sistemismo natural e o mundo da vida compartilhada, se faz premente pensar numa ética universal de base geográfica. A geoética pode ser uma ponte para se pensar a partir de nossa geograficidade, um

conceito ampliado e integrador das desigualdades econômicas e das diferenças culturais. A geograficidade é entendida com base em Erick Dardel (2011, p. 1-2):

Mas antes do geógrafo e da sua preocupação com uma ciência exata, a história mostra uma geografia em ato, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear os mares, de explorar os continentes. Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou a busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma geograficidade (geographicité) do homem como modo de sua existência e de seu destino.

A interligação planetária, cada dia mais desejada, sempre mais requerida, passa a exigir uma discussão sobre a universalidade. Ainda que, no momento, a universalidade do mercado seja hegemônica, o discurso ambiental recoloca outros valores em disputa. Dessa maneira, temas como pobreza, fome e justiça começam a aparecer de modo mais constante. Nesse processo, a força dos países em desenvolvimento tem um papel importante.

Portanto, cabe pensar, por meio da perspectiva da concepção mínima consensual de sustentabilidade, na possibilidade de a ética universal por elementos da democracia deliberativa fazer frente a essa demanda. Para Appel (1985, p. 404), “Todas las necesidades de los hombres, que puedan armonizarse con las necesidades de los demás por vía argumentativa, en tanto que exigencias virtuales, tienen que ser de la incumbencia de la comunidad de comunicacum”. Conforme Lubenow (2011), a ética do discurso não apela para o fato da razão e introduz os pressupostos gerais da comunicação entre as pessoas.

Esses pressupostos devem servir a democracia e servir-se dela. Conforme Hamel (2011), a ética remodela a esfera pública, pluralista, realocando o direito moderno para garantir as regras democráticas de participação do povo. Para Alvesson e Deetz (2010), a perspectiva habermasiana busca recuperar um entendimento mais amplo da racionalidade e superar a comunicação distorcida. Desse modo, se o propósito é defender a possibilidade de construção de um consenso mínimo em torno do sentido de sustentabilidade ambiental para além do seu viés técnico e utilitário, a ética do discurso estabelece as regras necessárias.

Os atores participantes tentam definir cooperativamente os seus planos de ação, levando em conta uns aos outros, no horizonte de um mundo da vida compartilhado e na base de interpretações comuns da situação. [...] O entendimento através da linguagem funciona da seguinte maneira: os participantes da interação unem-se através da validade pretendida de suas

ações de fala ou tomam em consideração os dissensos constatados (HABERMAS, 1990, p. 72).

Além disso, uma mudança de paradigma é posta. Segundo Rauber (1999, p. 57),

A ética do discurso tem na linguagem argumentativa o critério procedimentalista para a fundamentação racional de normas morais. Embora a ética do discurso encontre as suas raízes na teoria moral kantiana, há uma diferença fundamental entre as duas propostas: em Kant, cada sujeito em seu teto interno determina o que é e o que não é (objetivamente) moral; já à ética do discurso, as questões morais são resolvidas dentro de uma comunidade de comunicação.

Nesse sentido, não se podem negar as desigualdades sociais, as formas políticas que assumem os Estados nacionais, democráticas ou autoritárias, tampouco os mundos da vida que constituem o solo comum das populações em diferentes espaços. A ética do discurso e a democracia deliberativa se baseiam nos postulados de inclusão, simetria, justificação e prestação de contas.

A ética do discurso é, por isso, uma teoria da moral, por conseguinte, ética universal que já presume a sua permutação em justiça. Habermas (1989b, p. 9-10) destaca:

Aproximamo-nos, com efeito, do modo de consideração moral assim que examinamos se nossas máximas são conciliáveis com as máximas dos outros. [...] Um exame das máximas, ou uma heurística formadora de máximas, que não se deixe guiar pela questão de como quero viver, toma a razão prática de uma maneira diferente da reflexão sobre se de meu ponto de vista uma máxima obedecida universalmente é apropriada a regular nossa vida em comum. Num caso se examina se uma máxima é boa para mim ou adequada à situação; no outro caso, se posso querer que uma máxima seja observada como lei universal para todos. Trata-se, lá, de uma reflexão ética; aqui, de uma reflexão moral [...].

Para Camargo e Pinheiro (2010), o desenvolvimento sustentável enquadra-se no agir moral, comunicativo, no interesse coletivo que visa à justiça e ao bem comum. Conforme Habermas (1989a, p. 63), o princípio de universalização é “o único a possibilitar nas questões práticas um acordo argumentativo”. Para Rouanet (2011), a democracia deliberativa aparece como o melhor modelo democrático para uma sociedade mais justa. Portanto, um conceito mínimo de sustentabilidade não estaria tanto em uma definição teórica, mas na força moral de sua conceptualização.

Por isso, citamos a geoética para definir a relação deontológica das sociedades com a Terra carente de ser guiada pela deliberação democrática.

#### **4 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: GEOÉTICA E DEMOCRACIA DELIBERATIVA**

A nossa compreensão é a de que o ambiente possui um sentido *lato*, o qual não pode ser reduzido à natureza natural ou à ecologia. Portanto, sustentabilidade tem um sentido plural e integrativo entre o natural e o humano, a primeira natureza e a segunda natureza. Essa perspectiva é predominante na Geografia.

As diversas sustentabilidades são, consoante a Rua; Oliveira; Ferreira (2007), espaciais, ou seja, todas estão sujeitas à apropriação e/ou à dominação pelas sociedades. Sachs (1993, 2002) descreve a sustentabilidade espacial, entendida como uma distribuição territorial equilibrada, tanto dos assentamentos humanos quanto de suas atividades. O conceito de sustentabilidade, em Geografia, poder ser visto pelo binômio sociedade - meio ambiente mediado pelas práticas culturais (SOUZA, 2017).

Tempo e espaço são, conforme Simão (2017), passíveis de tratamento integrado a partir de algumas temáticas críticas, tais como a relação entre a sustentabilidade em escalas diferentes, a manutenção de sustentabilidade e criação de insustentabilidades, e a gestão de conflitos entre o curto e longo prazo e entre as gerações atuais e futuras.

Dentre os princípios axiológicos para uma ética ambiental, geográfica, estariam, conforme Siqueira (2010), a responsabilidade compartilhada, o saber cuidar e se relacionar com a diferença, a solidariedade socioambiental, a reeducação de comportamentos e a interdisciplinaridade dos saberes. Mas, Ribeiro (2010) enfatiza que, para os críticos do desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade só seria aplicável pela integração da população mundial, particularmente, à parcela pobre, a uma vida digna.

Por tudo isso, o discurso ambiental, em geral, e o da sustentabilidade ambiental têm sido pintados com as tintas espaciais e da deontologia, da ética e da justiça. Por essa razão, fala-se aqui de geoética enquanto fundamento da sustentabilidade ambiental, uma ética universal de base geográfica que toma a Terra



e a Humanidade enquanto Mundo como fundamento da sustentabilidade. Para Carneiro (2022, p. 83),

Esses *princípios geoéticos universais*, o direito ao espaço, à justiça espacial, à dignidade espacial, o respeito à diversidade e às diferenças geográficas, dentre outros, são modos de pensamento e de ação deontológicos, reconhecidos como válidos socialmente durante o desenvolvimento da competência comunicativa e internalizados nas estruturas de personalidade garantidoras da identidade.

Difundem-se, por conseguinte, uma linguagem deontológica como a ética ambiental, a ética espacial, a justiça ambiental, a justiça espacial, a igualdade ambiental, a igualdade espacial, a desigualdade ambiental, a desigualdade espacial e outros tantos termos dessa deontologia que adentra a ideia de sustentabilidade.

Nessa perspectiva, Copetti e Lottermann (2010, p. 143) explicam que

A desigualdade ambiental, seja em termos de proteção desigual como de acesso desigual, demonstra que o que está em jogo não é a sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, mas, sim, as formas sociais de apropriação, do uso e mau uso destes recursos e do ambiente, acabando por evidenciar a correlação direta dos mecanismos de produção da desigualdade social com os mecanismos de produção das desigualdades ambientais.

Em geral, a literatura crítica impõe ressalvas ao sentido utilitarista de uso dos recursos. Por isso, Anguita e Martín (2016) defendem a inseparabilidade entre sustentabilidade e solidariedade como uma contribuição que cada indivíduo pode realizar na busca de um significado e destino comum para o planeta. Cabe lembrar, porém, que, no modelo discursivo habermasiano, não consta a imposição de valores e de conteúdos universais, mas tão somente na definição de um procedimento universal.

## **5 CONCLUSÃO**

Neste estudo, buscou-se alargar os horizontes conceituais de sustentabilidade ambiental pela ética discursiva e pela democracia deliberativa. A literatura revela uma centena de concepções atreladas a diferentes referenciais, a teorias. Algumas dessas, inclusive, já integram a dimensão espacial e moral.

## REFERÊNCIAS

ANGUITA, Pablo Matinez de; MARTÍN, Maria Angeles. De la sostenibilidad territorial a la solidariedad ambiental: cambiar la utilidad por el significado. **Revista Educación y Desarrollo Social**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 230–243, 2015. DOI: 10.18359/reds.1457. Disponível em: <https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/reds/article/view/1457>. Acesso em: 13 sep. 2023.

APPEL, Karl Otto. **La transformación de la filosofía**. Madrid, Taurus, 1985.

BACHA, Maria de Lourdes; SANTOS, Jorgina; SCHAUN, Angela. Considerações teóricas sobre o conceito de sustentabilidade. *In*: SEGET – SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 7., Resende, RJ, **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Educacional Dom Bosco, 2010. Disponível em: [http://www.aedb.br/seget/artigos10/31\\_cons%20teor%20bacha.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf). Acesso em: 12 set. 2023.

BANNWART JÚNIOR, Clodomiro José; TESCARO JÚNIOR, João Evanir. Jürgen Habermas: teoria crítica e democracia deliberativa. **Confluências**, vol. 12, n. 2. p. 129-156, 2017. Disponível em: [https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2011/anais/arquivos/0047\\_0496\\_01.pdf](https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0047_0496_01.pdf). Acesso em: 13 set. 2023.

CAMARGO, Sérgio Xavier de; PINHEIRO, Ana Cláudia. D. Fundamentação ética do desenvolvimento sustentável em Kant, Habermas e Hans Jonas. **Revista do Direito Público**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 177–193, 2010. DOI: 10.5433/1980-511X.2010v5n2p177. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/7379>. Acesso em: 13 set. 2023.

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. Sustentabilidade ambiental como perspectiva de desenvolvimento. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.8, n.1, p. 219-237, jan/jul. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2011v8n1p219/18433>. Acesso em: 12 set. 2023.

COPETTI, Camila; LOTTERMANN, Osmar. Em Busca da Justiça Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável na Sociedade de Risco. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 133–152, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/183>. Acesso em: 12 set. 2023.

DARDEL, Erick. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989a.

HABERMAS, Jurgen. Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 4–19, 1989b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000300002>. Acesso em: 3 set. 2023.

HABERMAS, Jurgen. **Pensamento Pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria y práxis**: estudios de filosofia social. 3.ed. Traducción: Salvador Mas Torres. Madrid: Edictorial Tecnos, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

HAMEL, Marcio Renan. Da ética kantiana à ética habermasiana: implicações sociojurídicas da reconfiguração discursiva do imperativo categórico. **Pesquisa Teórica**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p.164-171, jul. 2011. Mensal. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/KsMDjn7GKWzDc8Vklp9C8Sv/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 13 set. 2023.

LÓPEZ, José Manuel Caamaño; MARTÍNEZ, José Luis Martínez. Ley natural y ética universal. **Revista de Fomento Social**, n. 278, p. 173-203, 30 set. 2015. Disponível em: <https://revistas.uloysola.es/rfs/article/view/1578>. Acesso em: 12 set. 2023.

LOURENÇO, Mariane Lemos; CARVALHO, Denise M. W. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 9–38, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/2346>. Acesso em: 12 set. 2023.

LUBENOW, Jorge Adriano. Sobre o método do discurso prático na fundamentação da ética do discurso de Jürgen Habermas. **Cadernos do Pet Filosofia, Teresina**, v. 2, n. 3, p.57-70, jan. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/pet/article/view/2133>. Acesso em: 13 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Nosso futuro comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade - uma visão humanista. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, p. 233–240, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200020>. Acesso em: 13 set. 2023.

RIBEIRO, Wagner Costa Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 69–80, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100008>. Acesso em: 11 set. 2003.

ROUANET, Luiz Paulo. Democracia deliberativa: entre Rawls e Habermas. **Veritas**, v. 56, n. 1, p. 52-63, jan./abr., 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/download/9292/6402>. Acesso em: 13 set. 2023.

RUA, João; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; FERREIRA, Alvaro. Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia. In: RUA, João. **Paisagem, espaço e sustentabilidades**: uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007. p. 7-34.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1993.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SIMÃO, João Miguel. **Desenvolvimento sustentável**: conceitos. Texto de apoio às UC Ética Empresarial e Políticas para a Sustentabilidade. Repositório aberto, Universidade de Aberta, Portugal, p. 1-21, 2017. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/7149>. Acesso em: 11 set. 2023.

SIQUEIRA, Josafá Carlos de. Ética ambiental no contexto da globalização. In: RUA, João. **Paisagem, espaço e sustentabilidades**: uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007. p. 131-142.

SOUSA, Victor Pereira de. Geografia e meio ambiente: reflexões acerca das práticas socioculturais na concepção de sustentabilidade. **Revista Diversidade e Gestão**, v. 1, n. 2, p. 178-188, 2017. Disponível em: <https://www.itr.ufrj.br/diversidadeegestao/wp-content/uploads/2016/12/13.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.

TIROLI, Luis Gustavo; ALFAYA, Natália Maria Ventura da S. A democracia deliberativa e o modelo procedimental: a possibilidade de universalização da teoria democrática habermasiana. **Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 154-168, 2020. Disponível em: <https://revistadoidcc.com.br/index.php/revista/article/view/71>. Acesso em: 14 set. 2023.

# RECONSIDERAÇÕES HABERMASIANAS PARA O CONCEITO DE ÉTICA DA BNCC

**Fábio Rodrigo Fernandes Araújo<sup>1</sup>**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
fherodoto@gmail.com

---

## Resumo

Na história educacional, em particular nos PCNS (1997), a ética adquire o status de tema transversal para uma educação básica de qualidade, quando são inseridos os conceitos de justiça, diálogo, afetos e emoções, reciprocidade, diálogo e racionalidade enquanto conteúdos comuns para as práticas pedagógicas e para os conhecimentos específicos das disciplinas. Na BNCC, a referência exata a esse conceito se faz nas competências gerais 6, 7, 9 e 10, como também, na menção do termo formação que está presente na introdução dos tópicos que propõe bases para o pensar educativo das ciências humanas e sociais. Desta forma, a intenção é propor, pela filosofia de Jürgen Habermas, uma nova abordagem conceitual sobre ética presente na BNCC. A pesquisa se constitui por uma análise bibliográfica e interpretativa da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), das obras de Jürgen Habermas e de artigos referentes à educação e agir comunicativo. Logo, no campo educacional, o conceito de ética, na BNCC, pode ter uma estruturação com indicações racionais e comunicativas, conteúdos possibilitados pelo filosofar brasileiro, e mobilização de conhecimentos a partir de princípios e lógicas de ordem geográfica e simbólica. Esta ordem tem como base procedimentos, conceitos e entendimentos intersubjetivos, dimensões que são conduzidas através de aprendizagens construídas pelo discurso, tanto em sua forma multidimensional como concordante entre os atores sociais.

**Palavras-chave:** BNCC. Ética. Jürgen Habermas.

## HABERMAS'S RECONSIDERATIONS ON THE CONCEPT OF ETHICS ACCORDING TO BNCC

### Abstract

In educational history, particularly in the Brazilian national curriculum guidelines (PCNs, 1997), ethics acquires the status of a transversal theme for quality basic education, when the concepts of justice, dialogue, affections and emotions, reciprocity, dialogue and rationality are inserted as common contents for pedagogical practices and specific knowledge of the subjects. At BNCC, the current Brazilian curriculum guidelines for education, the exact reference to this concept is made in the general competencies 6, 7, 9 and 10, as well as in the mention of the term

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pesquisador efetivo do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Ensino e Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

training/education that is present in the introduction of the topics that propose bases for educational thinking in the human and social sciences. In this way, the intention is to propose, through Jürgen Habermas's philosophy, a new conceptual approach to ethics present at BNCC. The research consists of a bibliographic and interpretative analysis of the Brazilian common curricular base (BNCC), the works of Jürgen Habermas and articles referring to education and communicative action. Therefore, in the educational field, the concept of ethics, at BNCC, can be structured with rational and communicative indications, content made possible by Brazilian philosophizing, and mobilization of knowledge based on principles and logics of a geographical and symbolic order. This order is based on procedures, concepts and intersubjective understandings, dimensions that are conducted through learning constructed by discourse, both in its multidimensional form and in agreement between social subjects.

**Keywords:** BNCC. Ethic. Jürgen Habermas.

## 1 INTRODUÇÃO

Previamente, as análises e contextos da presente reflexão serão situados em consensos comuns sobre documentos curriculares oficiais, como também, apontamentos sobre a filosofia e suas contribuições para um estudo reconstitutivo para a teoria, saberes e mobilizações do que se convencionou chamar de uma base comum curricular (BNCC).

Para esta compreensão, compreenderemos que o currículo e sua formulação em documentos oficiais é um campo discursivo da educação e seus atores político-sociais, os quais são apropriados por tensões e identidades plurais; negociação de poderes entre a linguagem, a cultura instituída e a revalidação dos mundos da vida escolar, e em específico, os que são construídos por populações indígenas, africanas, imigrantes e descendentes dos povos colonizadores do Brasil.

Deste modo, o seu campo epistêmico processa-se na produção histórica de orientações para ensinar papéis e funções na sociedade, seja pelo viés de uma racionalidade instrumental ou dramatúrgica.

Em outros termos, currículo significa pôr em comunicação verbal e não-verbal, metas, objetivos e conteúdos referentes a um educar, emancipar e desenvolver uma sociedade pluricultural e etnicamente diversa em termos de ensino-aprendizagem, produção de conhecimentos escolares e formação humana integral para o consenso, comum acordo e resolução de dilemas ético-morais relevantes.

Consoante a isso, entende-se que, no Brasil, os PCNS (1997) exploram essa proposta ao propor que seja trabalhado o tema transversal da ética, através de um conjunto de temáticas que argumentam acerca da justiça, diálogo, afetos e emoções, reciprocidade, diálogo e racionalidade. Sempre com uma sólida adjetivação conceitual e pedagógica deferente ao ensino básico, com princípios e formas de se compreender a dimensão ética, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

A proposta desse volume dos PCNS advoga para uma proposição de ética própria à filosofia latino-americana, seus matizes e reconstruções teóricas para um pensar ético-moral fundamentado através de princípios que, segundo Aistran (2021), são a universalização dos discursos da vida moral; a interlocução entre memória e identidade dos povos latinos; o significado do conflito como médium de relação entre sistemas de valores, sistemas de mediação e de sistemas de conciliação de interesses.

Por outro lado, a Base Nacional Comum Curricular encontra problematizações superficiais e universalmente hegemônicas e centralizadoras a respeito de temáticas centrais que deveriam balizar o conteúdo dos objetivos, competências, práticas e habilidades desejadas para uma educação de qualidade. As temáticas seriam a própria ética, as questões da diversidade cultural, o lugar da filosofia latina como referente central para os conceitos e aprendizagem requeridos, como também, o posicionamento das humanidades e ciências sociais como discurso fundamental nas proposições de pedagogia do documento.

Em consonância aos dois últimos pontos, é pertinente frisar que a crítica da literatura educacional, a base, não é referente às questões técnicas e objetivas do documento, mas aos posicionamentos discursivos e conceituais que são referentes às concepções centralizadoras e sem aprofundamento de temas específicos próprios a todas ciências, como também, à imprecisão crítica sobre o que seria a pedagogia, didática e filosofia educacional a serem desejados para o Brasil contemporâneo.

Nesse cenário, iremos investigar qual é a abordagem do conceito ética na Base Nacional Comum Curricular? E como ela poderá ser reconstruída a partir de aportes teórico-metodológicos da filosofia de Jürgen Habermas?

A pesquisa se constitui por uma análise bibliográfica e interpretativa da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), das obras de Jürgen Habermas e de artigos



referentes à educação e agir comunicativo. Utilizamos, como fontes de busca para os textos de periódicos, as plataformas Scielo, Redalyc, Google Acadêmico, e portal de periódicos CAPES.

A seleção dos achados em periódicos decorreu em dois critérios: publicação dos trabalhos no período 2001-2022; a ênfase sobre educação, ética e agir comunicativo presente nos resumos e palavras-chave dos artigos. Partindo disto, procedemos com a leitura integral dos componentes resumo, introdução e considerações finais para subsidiar a análise do presente texto.

No estudo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das obras de Habermas procedemos com a leitura integral dos textos, destacando, para isso, a interpretação do conceito de ética, referências a ele, caso não houvesse a identificação explícita desse termo, além do destaque dos estruturantes da dimensão ética, com as condições e normas para sua compreensão.

A presente reflexão se propõe a contribuir para o âmbito da educação geográfica e seu pensamento sobre a ética e seus processos formativos no ensino escolar, e insere-se nos projetos Educação Geográfica do Agir Comunicativo do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Ensino e Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Didática da Geografia em contextos ibero-americanos, cujas discussões ocorreram na Rede de Investigadores Ibero-Americanos em Educación Geográfica.

Desta forma, o artigo intenciona reconstituir, pela filosofia de Jürgen Habermas, a abordagem conceitual sobre ética presente na BNCC. Para tanto, a utilização de conceitos como mundo da vida e ética do discurso serão imprescindíveis para esse texto.

Saliento que a reflexão será dividida em três momentos. **A BNCC e o seu conceito de ética** que fará uma breve investigação da conceituação de ética que possa estar ou não estabelecida na BNCC. **Contribuições Habermasianas para o conceito de ética da Base Nacional Comum Curricular**, que demonstra as possíveis considerações da filosofia habermasiana para a reconstituição teórica do citado conceito e, por fim, as **considerações finais** acerca do que foi discutido e interpretado.

## 2 A BNCC E SEU CONCEITO DE ÉTICA

Na presente seção, analisaremos os elementos e sentidos do conceito de ética na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017). Para tanto, a observação terá como escopo os componentes **competências gerais e o texto de introdução para a seção de ciências sociais aplicadas e humanas no ensino médio e fundamental**.

As competências são “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2017, p. 08). Ou seja, condições gerais para o pleno desenvolvimento humano e das aprendizagens do educando de acordo com a unidade entre saberes sociais, subjetivos e científicos. Porém, como orientações para o âmbito educativo, as competências representam demandas para uma sociedade não-complexa e homogênea.

Dentre isso, a BNCC elege dez competências como centrais para seu conteúdo, sendo que a análise da presente reflexão é acerca das competências 6, 7, 9 e 10 (Quadro 01).

Quadro 01 – Competências referentes a ética

Número	Texto
6	Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
9	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: Brasil, 2018.

O quadro revela que as competências gerais 6, 7, 9 e 10 fazem referência implícita à ética como um conceito não vinculado às matrizes filosóficas da

educação, o qual deverá ter sua própria estrutura de elementos e reformulações de acordo com os espaços e tempos de evolução do pensamento filosófico na América Latina.

Em outras palavras, compreende-se que a dimensão da ética não é propalada como dimensão constitutiva e central do educar, cuidar e pensar por e através das referências conceituais da BNCC. As próprias competências esclarecem isso ao posicionar a ética como um adjetivo indireto ou direto ao valorizar (6); argumentar (7); exercitar (9) e o agir (10) por e através de princípios de eticidade na e com a escola. Nesse sentido, faremos uma breve análise sobre o que seria ética em cada uma das competências citadas.

Na competência 6, apesar de não haver a presença do termo ética, seu texto implica na valorização da diversidade cultural como algo hegemônico, universalista e que não considera as assimetrias do entendimento entre povos colonizadores e povos originários do Brasil. Isto é, a ética é processada como entendimento, sem consenso e compreensão crítica acerca de mundos da vida plurais das escolas formais e não-formais.

Em outros termos, valorizar nessa competência não elucida os relacionamentos complexos entre a igualdade e desigualdade de pessoas, identidades e culturas, nos quais a ética, enquanto matriz da filosofia educacional, observa e justifica racionalmente.

A competência 7 traz a dimensão ética como argumentação válida para docentes e discentes acerca de responsabilidades com as pessoas e com o mundo da vida que os cerca. Para tanto, ela atribui ao argumentar papéis que não necessitam de normas e proposições de racionalidade.

Em outras palavras, o processo de argumentação é reduzido ao aceitar injustificável sobre direitos humanos, consciência socioambiental e consumo consciente diante da realidade local, regional e global. Nele, a informação é o ator do falar e aceitar proposições, enquanto que o consenso e comum acordo intersubjetivos não são previstos no texto da referida competência.

Por sua vez, a competência 9 prevê a aceitação de grupos, diferenças, saberes e identidades culturais a partir da empatia junto com o diálogo, resolução de conflitos e cooperação entre indivíduos. Ela delimita isso como uma concepção universalista e eurocêntrica, a qual não tem apoio nos preceitos de amor, amizade e respeito das culturas de matriz indígena e africana.

Entende-se isso a partir da não consideração dos conceitos de viver junto, aprendizagem e conflito dos povos tradicionais do Brasil, quando a redação das competências, em particular da 9, não contempla as racionalidades cognitivas, afetivas e comunicativas das identidades plurais da nação.

Logo, a competência 10 referencia implicitamente que o agir ético é dependente de fatores como autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, seja na individualidade ou coletividade dos atores que os complementam. O questionamento dessa percepção decorre da ausência de determinantes conceituais mais concretos para se entender o como aplicar, o que é e quais sentidos etimológicos aludem à redação dessa competência na BNCC.

Desta forma, o agir na competência 10 não se encontra como médium teórico e racional da BNCC, ao ser exemplificado como resultado qualificativo, superficial e não-concordante com concepções filosóficas de ética, principalmente as que são construídas pelo pensamento educacional do Brasil.

Nesse sentido, a BNCC prossegue centralizando a ética como adjetivo do conceito de formação que ela propõe, tanto para o ensino médio, como ao ensino fundamental na seção referente às ciências humanas e sociais aplicadas. Ela não menciona a ética, quais são os seus referentes nacionais e internacionais e como a escola poderá refletir sobre sua dimensão prática a partir de um contexto brasileiro plural inter e multicultural.

O que a BNCC alude é que as aprendizagens para uma formação ética sejam amparadas em uma composição isolada nas ciências sociais e humanas. Para isso, ela menciona que o formar ético é um dever único e orientação prescindível nas ciências humanas, sem, contudo, mencionar a estrutura concreta de um pensar eticamente para as todas as ciências. Além disso, é salutar transcrever uma das passagens que demonstrar o citado ponto

A BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientadas para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p. 561)

Portanto, na próxima seção, iremos propor quais possíveis tratamentos a ética poderão ter na Base Nacional Comum Curricular a partir do pensamento de Jürgen Habermas e sua filosofia do agir comunicativo.

### **3 CONTRIBUIÇÕES HABERMASIANAS PARA O CONCEITO DE ÉTICA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

Primeiramente, deveremos entender que a ética habermasiana é constituída e problematizada a partir do discurso e seus condicionantes que sejam simultaneamente normativos e comunicativos.

Segundo, tentaremos propor com a teoria de Habermas proposta de ser aplicados na BNCC e na sua redação sobre a ética para, assim, se tentar constituir uma integralidade conceitual e metodológica do referido conceito.

Obra fundamental para a ética no/do discurso, a consciência moral e agir comunicativo (Habermas, 2013) pode explicitar algumas perspectivas para a reelaboração das competências referentes a ética, na qual pode haver uma possível consolidação do texto deste componente da BNCC em eixos de conhecimento gerais.

Uma das considerações é que, para a BNCC, a ética como lógica inerente à linguagem e educação deve-se pautar em pretensões de validade a serem sedimentadas pelo mundo da vida dos atores da escola, ou seja, regras que coordenam os planos de fala entre aqueles que dizem o que fazer, com pessoas que devem assentir sobre o sentido das normas morais.

Cabe esclarecer que isso acontece em âmbitos de interação social que sejam tanto comunicativos como intersubjetivos. Assim, o autor chama essas pretensões de verdade, sinceridade e correção normativa (Habermas, 2013). Elas são inferidas racionalmente pelas motivações recíprocas entre falantes e ouvintes, mediante aceitação de “garantia” e consistência de seu comportamento” (Habermas, 2013, p. 79).

Por essa concepção, um dos eixos de conhecimento seria a universalização – normas morais próprias ao mundo da vida escolar, que sejam justificadas a partir de pretensões validade cujo alcance seja num nível universal, prático e racional. Isso é, questões ético-discursos que estejam em comum acordo ou consenso para todos os destinatários.

Além disso, a ética discursiva com possibilidades de universalização pode ser garantida pela participação dos atores da escola em juízos práticos no mundo da vida, com ligações internas e externas a ideias do bem viver, sejam elas institucionalizadas ou não.

O desenvolvimento da consciência moral deve ser considerado no percurso ético da BNCC, quando passa a adquirir contornos de processo racional e psicológico de construção interativa da identidade da pessoa. Em outras palavras, algo que é formado mediante a passagem gradual e interativa do indivíduo de uma consciência moral como criança para outro tipo de moralidade enquanto adulta. Isso é baseado na teoria dos estágios de consciência moral de Lawrence Kohlberg

Sendo assim, Habermas (2016) mostra que esse caminho está dividido entre os níveis pré-convencional, convencional e pós-convencional dos estágios de desenvolvimento da consciência moral.

No nível pré-convencional, a criança assume a realidade ético-moral a partir de condições dualísticas do que é bom ou mal, certo ou errado, e o que a sua ação merece – punição ou não.

No nível convencional, a pessoa concorda com as expectativas e legitimações de valores conformadas pela sociedade, se tornando, assim, um indivíduo que assume funções sociais já consolidadas pelo grupo familiar ou estado-nação que atua como cidadão.

No pós-convencional, teremos a definição de princípios éticos de base universal e autônoma da própria pessoa, realizados pela consciência individual a partir de condicionantes de razoabilidade, universalidade e consistência lógica.

Esse processo tem como finalidade constituir uma identidade que seja igual e, ao mesmo tempo, diferente das outras, com capacidade de resolver conflitos moralmente relevantes, além de construir outras maneiras de identificação e interagir com suas antigas e atuais identidades de maneira procedimental e sob a orientação de princípios universais (Habermas, 2016).

Essa base poderá estar inscrita na fundamentação dos saberes que mobilizam os objetivos específicos da BNCC em relação a cada etapa da educação básica, quando eles poderão contemplar as matizes plurais de ensino-aprendizagem referentes aos povos originários e imigrantes do Brasil. Isso ocorre quando deve-se prever o que cada grupo populacional compreende para cada nível de desenvolvimento da consciência moral.

A observação proposta pressupõe que os participantes do discurso ético na escola devem atender a algumas exigências normativas, tais como estarem motivados racionalmente a cooperar uns com outros (Habermas, 2007). Em outros termos, eles devem buscar justificativas aceitáveis e razoáveis no enfrentamento de dilemas éticos que são referentes às concepções e práticas de cultura e autonomia da educação escolar.

Habermas (2007) complementa essas afirmações ao expor que os participantes da discussão devem assumir papéis de autoridade epistêmica da discussão em termos de sim e não, e também explica que eles serão mediadores de acordos racionais cujo objetivo final é construir soluções aceitáveis para todos os concernidos da argumentação.

Além do mais, o horizonte geográfico que deve mobilizar as competências é o mundo da vida enquanto lugar transcendental onde falantes e ouvintes se encontram para compartilhar certezas e interpretações consensuais de mundo.

Mas, em Habermas (1990, 2012b), esse conceito é complementar ao de um agir racionalmente comunicativo, quando as pessoas utilizam de vivências, solidariedades normativamente constituídas e saberes culturalmente validados para compreender os sentidos e significados das formas simbólicas de vida, das normas e das personalidades linguisticamente afirmadas. Isto é, algo que é organizado de imediato por aspectos espaciais e temporais.

Nos objetivos essenciais de aprendizagem da BNCC, é salutar que se destaque quais racionalidades poderão ser concernentes a eles, e como a razão deve ser empregada como saber filosófico e racional para um educar ético-moral pela e com a linguagem com função intersubjetiva (Habermas, 2012a).

Por esse sentido, a formação democrática-discursiva da opinião e vontade é considerável para esses objetivos, quando, a partir de Habermas (2014), atende as condições de incorporação total de todos os concernidos e representantes ao discurso, como também de religação das decisões democráticas a temáticas e fatos não-coercitivos.

Os paradoxos, continuidades e reflexões acerca dessa conexão podem ser pontuados com a BNCC através da mobilização de conhecimentos que prevejam a identidade da consciência enquanto aquela consciência que dá nomes, a consciência astuta e a consciência reconhecida (Habermas, 1997a).



Segundo Bannwart Júnior (2008), as duas primeiras representam as relações dialéticas entre o mundo das pessoas e dos objetos, enquanto que a terceira alude à contradição referente à relação entre o eu e o outro. Ou seja, interações que são constituídas pela afirmação intersubjetiva do sentido e identificação entre trabalho, luta por reconhecimento e representação.

Correspondendo a essa argumentação, as intenções objetivas e intersubjetivas para uma aprendizagem crítica e emancipatória na BNCC poderão fazer uso do conceito de liberdade comunicativa (Habermas, 1997b, p. 156), que “existe entre atores que desejam se entender-se entre si sobre algo num enfoque performativo e que contam com tomadas de decisão perante pretensões de validade reciprocamente levantadas”.

Assim sendo, a ordenação de espaços e tempos para o conceito curricular de ética e suas naturezas universais e particulares é feito através da promoção de espaços público-comunicativos (Carneiro, 2022) que atuam como rede de interação comunicativa entre conteúdos, tomadas de posição e opiniões (Habermas, 1997c).

Nessa compreensão, a linguagem é o médium para o entendimento racional e comunicativo acerca do mundo, no qual, assim, os atores da escola pretendem atingir pela facilidade das razões postas em fala, mas que serão concretizadas em enunciados e em seus modos de uso linguísticos, sejam eles não-comunicativos, orientados ao entendimento mútuo, orientado ao acordo ou orientado às consequências (entendimento mútuo indireto) (Habermas, 2004).

Considerando pelo que foi exposto, o conceito de formação ética como status teórico central em relação à BNCC deve integrar alguns princípios e lógicas para a sua formulação. Sobre eles, destacaremos algumas possibilidades por meio de interlocutores do pensamento de Habermas.

Observo com Carneiro (2020) e Carneiro e Araújo (2021) que o exercício pleno de uma eticidade constituída linguisticamente e interativamente deve prescindir da resolução de conflitos pela promulgação de princípios éticos e universais de base geográfica, os quais devem envolver a justiça espacial, o compartilhamento intersubjetivo entre os diferentes direitos humanos e o respeito às diferenças, independentemente da origem territorial de cada indivíduo.

O horizonte dessa afirmação é aprendido pela superação dos desafios didáticos e pedagógicos da modernidade que se pretendem formalistas, não consensuais e monológicos. Em outras palavras, no documento BNCC, o processo

do educar deve ser reinscrito para ocorrer em aprendizagens coerentes com uma educação crítica, intersubjetiva e emancipatória, fundantes tanto na coordenação como na orientação para a liberdade, solidariedade, autonomia de pensamento e da argumentação (Medeiros e Brennand, 2021).

Ademais, Pizzi (2004) sinaliza que os níveis os quais a ética como latino-americana deve ter são o micro, meso e macro. Entende-se que o micro é referente à própria representação individual do sujeito pela socialização. O meso são as normas e valores dos grupos, comunidades e conjunto de identidades culturais. O macro é composto por problemas, dilemas e questões de ordem global, tanto para os proponentes quanto aos destinatários.

Uma das lógicas centrais a essa compreensão será a inserção do elemento corpo como enlace racional na ética do próprio discurso, ao se aduzir por abordagens do comportamento ético que sejam habituais ao mundo da estética e das emoções, assumindo-se, deste modo, a relação corpo, alma e mente. Hermann (2018, 2020) assume esse posicionamento quando demonstra que o ético é complementar às dimensões citadas, no sentido de gerar novas situações e contextos para o processo de formação humana.

Sendo que o pedagógico da ética para a BNCC exige a transformação geo e intercultural da razão (Pizzi, 2018) de uma posição eurocêntrica para uma racionalidade latino-americana, em particular, a brasileira, na qual o reconhecimento de novas perspectivas do filosofar e suas gramáticas estejam ligadas a tradições de origem ibero-afro-indígena-latino-americanas.

Portanto, as considerações elencadas exigem ainda reflexões de algumas questões e proposições mediante o exercício teórico de reconstrução e descentralização racional do conceito de ética na BNCC.

As questões problematizariam: quais vozes a BNCC deve ouvir sobre os processos de ensino-aprendizagem para uma ética de caráter brasileiro, geográfico e universal? Como unir, em termos curriculares, racionalidades específicas às dimensões filosófica, cultural e política da ética? A formação humana pela ética do discurso deve ser condicionada a quais problemas que se apresentem moralmente atuais, educacionais e emancipatórios?

Acreditamos que essas questões devem ser pontos centrais para a refundamentação do papel da ética e de seus estruturantes na filosofia educacional

proposta pela BNCC, com seus componentes conceituais e saberes didáticos-pedagógicos.

Eventualmente, outras proposições para o seu pensar podem ser consideradas pela emergência de uma pedagogia centrada na formação de competências, práticas e conteúdos acionados pelo uso coletivo e consensual da expressividade humana, na formulação de hipóteses para uma educação própria ao mundo da vida escolar e também pelo uso amplo e coordenado da linguagem pelas identidades pessoais e interpessoais. A enunciação de conhecimentos que sejam julgados pela justificação de seus valores éticos, cuja base deve ser plural, pública e espacialmente alcançável.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para fins conclusivos, indicamos comentários sobre as considerações referentes à BNCC e à ética, como também, a possível reconstituição desse conceito por meio do pensamento de Jürgen Habermas.

Por consensos provisórios, entendemos que a ética como dimensão filosófica do educar é construída em sua totalidade a partir das sucessivas reformas educacionais que o Brasil teve desde o início de sua representação como estado republicano e presidencialista.

Ela é incluída como parte dos objetivos civilizatórios e instrumentais da nação, em um primeiro momento, para depois ser inserida em documentos curriculares oficiais a partir do final da década de 90, com a publicação dos parâmetros curriculares nacionais. Neles, ela é considerada como uma temática formal para todas as disciplinas da educação básica, isto é, um tema transversal.

Em relação a como a ética é apontada pela BNCC, afirmamos que sua relação formal com o documento é de natureza qualificante e superficial na redação das competências referentes ao que seria ético e desejável na educação. Isto é, a ética assume a posição isolada de adjetivo, sem aprofundamento conceitual e metodológico nos textos em que é citado.

A BNCC deixa isso claro ao não argumentar, com mais precisão, o que seria uma formação ética, que racionalidade filosóficas e pedagógicas são inerentes a ela, como o professor deveria proceder para o formar ético na sala de aula, como

também, quais conteúdos são imprescindíveis para isso mediante o contexto brasileiro de diversidades culturais e políticas.

Cabe sugerir que a BNCC retome o posicionamento para a ética dos parâmetros curriculares nacionais, atualizando, ao tempo presente, mediante reconstituição pela filosofia da linguagem, dos próprios sentidos e conceitos de afetividade, racionalidade, respeito mútuo, Justiça, diálogo e solidariedade (Brasil, 1997).

Contudo, as proposições habermasianas que foram enunciadas são de pertinência a isso quando são utilizadas de maneira performativa, argumentativa e interpretativa de acordo com os tipos de oferta de fala e os mundos da vida referentes a eles.

As considerações exigem que a ética na base tenha objetivos, aprendizagens e conhecimentos mobilizadores de acordo com uma lógica dialógica, discursiva e formalmente solidaria. Isso significa a construção do saber escolar para a convivência e uma emancipação humana a favor da identidade brasileira como plural, descentralizada dos hiperativos do poder político e financeiro e educacionalmente racional-cooperativa.

Nesse sentido, os conceitos de pedagogia e didática da base tem como tarefa reformular as superfícies conceituais e metodológicas que colonizaram sua redação, fazendo, para isso, exercícios teóricos que possam refletir sob pistas e apostas concretas, justificáveis criticamente e procedentes dos falantes e ouvintes professores e alunos.

Por fim, os caminhos descritos nesse texto apontam que o conceito de ética na BNCC pode ter uma estruturação coerente de indicações racionais e comunicativos, conteúdos possibilitados pelo filosofar brasileiro, e mobilização de conhecimentos a partir de princípios e logicas de ordem geográfica e simbólica. Ou seja, uma composição central do documento que ocupara um lugar solido em sua escrita e apresentação conceitual.

## REFERÊNCIAS

AISTRAN, Richard Salas. **Ética intercultural**: (re) leituras do pensamento latino-americano. Tradução e revisão de Dilnéia Tavares do Coutro e Jovino Pizzi. 2º ed. São Leopoldo: Oikos, 2021.

ARAÚJO, Fábio Rodrigo Fernandes.; CARNEIRO, Rosalvo Nobre. Pobreza e universalidade: diálogos entre Milton Santos e Jürgen Habermas para uma geoética. *In: COLÓQUIO HABERMAS*, 17., 2021, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]** Rio de Janeiro: Salute, 2021. p. 61-80. Disponível em: <https://colouquiohabermas.files.wordpress.com/2021/11/coloquio-habermas-2021.pdf>. Acesso em: 27 de set. 2023.

BANNWART JÚNIOR, Clodomiro José. **Estruturas normativas da teoria da evolução social de Habermas**. 2008. 275f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, UNICAMP, Campinas, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais: ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CARNEIRO, Rosalvo Nobre. Aprendizagem dos princípios geoéticos universais, competência comunicativa e estágios de desenvolvimento moral. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 10, n.20, p.498-519, 2020. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/792>. Acesso em: 28 de set.2023.

CARNEIRO, Rosalvo Nobre. **Educação geográfica do agir comunicativo: Geografia escolar do mundo da vida**. Curitiba: Appris, 2022.

HABERMAS, Jürgen. **A ética da discussão e a questão da verdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade vol 01**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade vol 02**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997c.

HABERMAS, Jürgen. **Na esteira da tecnocracia: pequenos escritos políticos XII**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. Tradução de Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1997a.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo vol 01**: racionalidade da ação e racionalização social. Tradução de Paulo Astor Soether. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo vol 02**: sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução de Flavio Beno Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012b.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

HERMANN, Nadja. Ética e corpo: a relação silenciada. **Educação e Pesquisa**, v. 46, p.01-15, 2020. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ep/a/KBzPHNQP8rRb5GDghRQMKjP/>. Acesso em: 25 de set.2023.

HERMANN, Nadja. O enlace entre corpo, ética e estética. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 01-16, 2018. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/c3Z3pVfgTsGT5BrC3jF3nJS/abstract/?lang=p>. Acesso em 13 de set.2023.

MEDEIROS, José Washington de Moraes.; BRENNAND, Edna Gusmão de Góes. A utopia como atributo da educação emancipatória. **Revista de Educação Pública**, v.30, p. 01-20, 2021. Disponível em:  
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/7777>. Acesso em 24 de set.2023.

PIZZI, Jovino. Ética e éticas aplicadas. **Filosofia Unisinos**, v. 05, n. 09, p. 179-197, 2004. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/6555>. Acesso em 20 de set. 2023.

PIZZI, Jovino. Os elementos etnoculturais de uma pedagogia triangular: o caminho para a hospitalidade convivial. **Revista de Educação Pública**, v. 27, n.65/2, p. 657-673, 2018. Disponível em:  
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/6888>. Acesso em: 10 de set. 2023

# O NOVO ENSINO MÉDIO E SEUS IMPACTOS NA CIDADANIA DOS ESTUDANTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS: A PERSPECTIVA HABERMASIANA

**Marcelo Pereira de Mello**

Universidade Federal Fluminense  
marcelopereirademello@gmail.com

---

## Resumo

Este trabalho analisa os potenciais impactos do chamado Novo Ensino Médio na formação do estudante, especialmente na preparação para o exercício de uma cidadania ativa. Instituída com a Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, a reforma do ensino médio pretende três alterações fundamentais: a primeira, promover o aumento progressivo da carga horária mínima até atingir o período integral. A segunda mudança, criar os “itinerários formativos”, com novas disciplinas, reduzindo relativamente a carga de conteúdos obrigatórios, e permitir ao estudante orientar sua trajetória escolar para os seus interesses, inclinações e necessidades pessoais. A terceira, incentivar e ampliar a oferta do ensino técnico. Nossa avaliação sobre a reforma está ancorada no entendimento de Habermas de que a participação qualificada no debate público requer dos indivíduos o desenvolvimento e o uso de competências expressivas reconhecidas (legitimadas) pela comunidade interpretativa. A educação formal, nesta perspectiva, ao difundir as bases para definição racional dos argumentos e dos meios legítimos para expressão da vontade, visa capacitar e qualificar a participação dos indivíduos no debate público. As conclusões parciais resultantes desta abordagem estão baseadas em estudo empírico realizado na Escola Estadual Reverendo Hugh Clarence Tucker, no Rio de Janeiro. Elas indicam que, embora recentes e incompletas, as mudanças no ensino médio têm potencial para agravar as diferenças sociais entre estudantes pobres e ricos uma vez que as escolas particulares das elites são mais bem preparadas para este ambiente. Além disso, elas têm profissionais mais bem remunerados e cobrados em resultados mensuráveis pela administração escolar e pelas famílias.

**Palavras-chave:** Ensino médio. Cidadania. Política.

## THE NEW MIDDLE EDUCATION SYSTEM IN BRAZIL AND ITS IMPACTS ON THE CITIZENSHIP OF PUBLIC SCHOOL STUDENTS: THE HABERMASIAN PERSPECTIVE

### Abstract

This work analyzes the potential impacts of the so-called New Secondary Education on student training, especially in preparation for exercising active citizenship. Established with Law 13,415, of February 16, 2017, the secondary education reform intends three fundamental changes: the first, to promote the progressive increase in the minimum school workload until reaching full-time. The second change, creating “training itineraries”, with new subjects, relatively reducing the load of mandatory content, and allowing students to orient their school trajectory towards their interests,



inclinations and personal needs. The third, encourage and expand the offer of technical education. Our evaluation about the reform will be anchored in Habermas' understanding that qualified participation in public debate requires individuals to develop and use expressive skills recognized (legitimized) by the interpretive community. Formal education, from this perspective, by disseminating the bases for the rational arguments and legitimate means for expressing one's will, aims to enable and qualify the participation of individuals in the public debate. The partial conclusions resulting from this approach are based on an empirical study carried out at the Reverend Hugh Clarence Tucker State School, in Rio de Janeiro. They indicate that, although recent and incomplete, changes in secondary education have the potential to worsen social differences between poor and rich students since elite private schools are better materially prepared to act in this ambient. Furthermore, they have better paid professionals who are charged with measurable results by school administration and families.

**Key words:** High school. Citizenship. Policy.

## 1 INTRODUÇÃO

A lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que instituiu a reforma do ensino médio, acena para três alterações fundamentais: a primeira, o aumento progressivo da carga horária até atingir o chamado período integral. A segunda mudança, pretende criar os “itinerários formativos”, com o propósito de afunilar as disciplinas formativas e permitir ao estudante orientar sua trajetória escolar para seus interesses e inclinações pessoais, seja para a formação acadêmica ou orientadas para o mercado de trabalho. A terceira, visa ampliar a oferta de vagas no ensino técnico.

Transcorridos 5 anos desde a sua promulgação não temos ainda resultados mensuráveis sobre a eficácia ou iniquidade das mudanças instituídas pela referida lei 13.415, seja no campo acadêmico ou no campo profissional. Na formação acadêmica do estudante, principalmente no que diz respeito ao seu acesso à universidade, o melhor indicador é o desempenho no ENEM. No entanto, em parte devido aos problemas de implementação das mudanças legais da reforma, especialmente nas redes públicas, o exame ainda não incorporou em suas questões o formato e as mudanças de conteúdo instituídas pela reforma. Tampouco, sabemos se as mudanças instituídas até aqui ampliaram, diminuíram ou nada fizeram quanto ao acesso destes estudantes ao mercado de trabalho. Por serem mudanças muito recentes e ainda incompletas não dispomos de dados para afirmar se elas aumentaram ou não a “empregabilidade” dos alunos. Por fim, desconhecemos a

avaliação dos próprios estudantes e seus familiares com respeito aos efeitos práticos da reforma sobre as suas escolhas de vida e profissionais<sup>1</sup>.

O contexto de desorientação das autoridades públicas de educação na implementação da lei, resultado das poucas discussões entre as administrações estadual e federal, e com a própria comunidade escolar, foi recentemente agravado com o anúncio, em 04 de abril de 2023, da suspensão da aplicação das regras do novo ensino médio. Conforme as alegações do ministro da educação, Camilo Santana, o governo passado não promoveu discussões suficientes com entidades de educação na elaboração do novo currículo; e que ele requer aprimoramentos. O novo ensino médio, prossegue o ministro, da forma como foi pensado, não é compatível com a estrutura e os recursos disponíveis nas unidades da rede pública<sup>2</sup>.

Acompanhando os efeitos práticos desses acontecimentos a partir de uma escola da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, constatamos um certo ambiente que podemos descrever como de incredulidade e passividade da comunidade escolar frente as alterações propostas. Na verdade, alguma inconformidade dos docentes com o Novo Ensino Médio foi expressa durante a greve dos professores do estado no primeiro semestre de 2023, no bojo das manifestações de reivindicações de melhoria salarial. Claro está, conforme nossa observação e consoante à manifestação do próprio ministro da educação, que não há estrutura física e recursos materiais na maioria das escolas públicas para implementar satisfatoriamente as reformas projetadas.

Na Escola Reverendo Clarence, na Gamboa, Rio de Janeiro, percebe-se uma certa descrença com as reformas propostas pela lei 13.415/17. Em primeiro lugar, assim como acontece na rede pública em geral, as disciplinas da nova grade curricular implantada com a reforma são ministradas pelos mesmos professores. Para satisfazer as exigências legais eles passaram a ministrar além de seus conteúdos tradicionais, outros semelhantes às suas disciplinas originais, mas com outros nomes. Alguns, adotaram a fórmula de estender e dividir os conteúdos tradicionalmente dados nas suas disciplinas de origem em módulos ofertados nas novas matérias. Os que adotam essa estratégia afirmam que tiveram as cargas horárias de suas disciplinas diminuídas e que não conseguem com elas cobrir os

---

<sup>1</sup> Apesar da redução, houve um **aumento de 10,5%** no número de alunos em **tempo integral**, o que pode ser interpretado como uma das primeiras mudanças estabelecidas pelo **novo ensino médio**.

<sup>2</sup> <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/governo-suspende-novo-ensino-medio-mas-nao-garantirevogacao>

conteúdos que consideram imprescindíveis para o aprendizado de sua matéria. Essa situação, naturalmente, não ajuda na percepção das mudanças. Na verdade, as mudanças propostas ainda não foram tão sensíveis assim.

As instalações físicas e a infraestrutura da escola pesquisada confirmam as preocupações do atual ministro e das autoridades estaduais de educação, no que respeita a consecução dos seus objetivos gerais, especialmente o ensino em turno integral. A escola Reverendo Clarence está instalada em uma ampla área na região da Gamboa, centro do Rio de Janeiro, no sopé do Morro da Providência. O prédio escolar faz divisa com o Cemitério dos Ingleses, na antiga região portuária do Rio, e é possível ver de dentro das salas de aula dos segundo e terceiro andares as cruzes e os adornos típicos das sepulturas. Pelo lado esquerdo do terreno há um túnel viário que liga a estação ferroviária Central do Brasil aos bairros da Gamboa e Saúde. Na direção de quem da Central para a Gamboa, a escola fica há uns duzentos metros da saída do túnel. O acesso ao prédio da escola é difícil para quem está à pé. É necessário subir uma longa viela calçada até o primeiro pátio que serve de estacionamento para os professores e depois há uma rampa acimentada e uma escada para se chegar até a portaria.

O complexo de edificações, entre as quais está situada a escola, fica num extenso pátio com prédios antigos e deteriorados, alguns abandonados, e que estão distribuídos irregularmente no terreno. Em tons de amarelo e cinza desbotados, esses prédios pertencem às obras de caridade de uma igreja protestante. São todos antigos, mas foram construídos em épocas diferentes conforme denunciam as suas arquiteturas e posicionamentos. A escola, propriamente, está instalada em prédio de construção moderna, mas com arquitetura muito simples e sem maiores preocupações com o conforto e estética, apenas a funcionalidade de corredores com salas dispostas nos dois lados. A entrada da escola é gradeada e permanece trancada durante o período das aulas. No primeiro andar, o espaço interno, estreito, é distribuído entre salas da administração, biblioteca, uma sala maior utilizada pela secretaria e duas salas menores da direção e vice-direção. Há, ainda, um refeitório e dois banheiros, masculino e feminino. Um terceiro banheiro é privativo para servidores e funcionários. Nos dois andares acima, estão distribuídas as salas de aula. No segundo andar há uma pequena sala de informática com muitos equipamentos fora de uso. As salas de aula possuem ar condicionado do tipo *split*. Os alunos da escola têm acesso à Internet pela rede Wi Fi da escola. As aulas de

educação física são realizadas numa das construções antigas da igreja. Trata-se de um ginásio esportivo velho e precisando de muitas reformas para melhorar o conforto dos estudantes e professores.

Comparada às escolas públicas do passado, no entanto, as instalações e os serviços oferecidos aos estudantes da Reverendo Clarence, tais como alimentação, livros, climatização, computadores, até que são muito melhores. Mas, estão longe de suportarem as exigências impostas pela reforma, especialmente no que respeita aos “itinerários formativos”. Por exemplo, para os alunos vocacionados para as áreas de saúde, química e física não há laboratórios de análises clínicas, equipamentos, reagentes ou microscópio. Para os vocacionados para as ciências exatas não há também qualquer oficina e equipamentos apropriados para experiências e protótipos.

Dentro do foi possível acompanhar das exigências legais instituídas pela reforma, a escola inseriu em sua grade curricular novas disciplinas: “Projeto de Vida”, com extensa carga horária; “Falar mais, viajar melhor”; “Cidadania e meio ambiente”; “Curiosidade e investigação científica”; “Arte”; “Energia e sustentabilidade”; “Meu lugar turístico”; “Práticas sustentáveis diversificadas”; “Por dentro do roteiro”. Como dissemos, a maior parte desses novos conteúdos passaram a ser ministrados pelos mesmos professores da escola ocupados com as disciplinas tradicionais: geografia, português, ciências. Não houve alteração significativa da carga horária total, e a escola continua a funcionar em três turnos, sem qualquer perspectiva no momento de implantar o turno integral para os estudantes.

Face às mudanças efetivamente realizadas até aqui, e também às novas exigências legais do chamado Novo Ensino Médio, procuramos avaliar se os pressupostos e as idéias gerais da reforma estão contribuindo, poderão contribuir ou não para o incremento da participação cidadã dos estudantes, de professores, funcionários e familiares, membros da comunidade escolar, nos processos políticos de gestão dos bens públicos. Instituição social dedicada à habilitação dos indivíduos para a participação qualificada na vida pública, i. e., na definição dos direitos e deveres dos membros da comunidade política, qualquer mudança na escola e no sistema de ensino invoca a atenção coletiva.

## **2 DIFICULDADES E DESAFIOS PARA O ENSINO MÉDIO NO BRASIL**

A universalização do ensino médio no Brasil, aquela situação em que todo jovem em idade escolar esteja cursando o ensino médio, é um objetivo que começou a ser perseguido pelas autoridades públicas de ensino nos últimos trinta anos. Como resultado desses esforços, o número de estudantes em idade adequada, matriculados no ensino médio, passou de 15% em 1985 para 77% em 2022. O sistema de ensino apresentou melhoras significativas nesse período, especialmente quantitativas, mas ainda assim precisa avançar para chegar à média dos países da OCDE. No Brasil, entre os anos de 2021 e 2022, por exemplo, o número de estudantes matriculados no ensino médio caiu 5,3%. Apesar da redução, houve um **aumento de 10,5%** no número de alunos em **tempo integral**, o que pode ser interpretado como efeito das primeiras mudanças instituídas pelo **novo ensino médio**<sup>3</sup>. A evasão escolar na escola pública, por sua vez, também é significativa. Em 2021, a média nacional girou em torno de 5,6%<sup>4</sup>. Os últimos dados do INEP/MEC, no entanto, dão conta de que em 2022 houve uma pequena recuperação no número de matrículas. Segundo o Instituto, foram registradas 7,9 milhões de matrículas no ensino médio (um aumento de 1,2% em relação a 2021)<sup>5</sup>.

As razões para a interrupção prematura dos estudos pelos jovens brasileiros são inúmeras e as explicações também são múltiplas.

As explicações dos economistas tendem a enfatizar as questões estruturais relativas à distribuição da renda e à desigualdade social (SALVATO et alii, 2010). A concentração dos recursos e a conseqüente desigualdade na distribuição da renda, resultado da captura pelas elites das maiores fatias do orçamento público federal, faz com que o ensino público básico seja relegado às últimas posições no rol das prioridades dos gastos (FRANCA, 2013). Ainda com este viés econômico, mas em outra direção, algumas explicações afirmam que os recursos disponíveis para o sistema, embora não sejam abundantes, escassos também não seriam (GOLDENBERG, 1993). Apontam distorções entre os montantes aplicados no

---

<sup>3</sup> [https://cultura.uol.com.br/noticias/52461\\_numero-de-matriculadas-no-ensino-medio-caiu-53-entre-2021-e-2022-aponta-levantamento.html](https://cultura.uol.com.br/noticias/52461_numero-de-matriculadas-no-ensino-medio-caiu-53-entre-2021-e-2022-aponta-levantamento.html)

<sup>4</sup> <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2022>

<sup>5</sup> A rede estadual tem a maior participação nessa etapa (84,2%), atendendo 6,6 milhões de alunos. Nela também está a maioria dos estudantes de escolas públicas (87,7%). A rede federal participa com 232 mil alunos (3% do total). Já a rede privada possui cerca de 971,5 mil matriculados (12,3%). In: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2022>

ensino superior e na educação fundamental e, para agravar, afirmam que o dinheiro alocado na educação básica sofre a ingerência de interesses políticos e isso gera ineficiência na alocação das verbas públicas, quando não desperdício (DIAS et alii, 2015). Segundo estas perspectivas econômicas todos esses fatores afetariam o rendimento escolar dos estudantes das escolas públicas, medido pelo Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), com as conseqüentes altas de taxas de reprovação dos seus estudantes nos concursos de seleção para o ensino superior. Outros fatores indiretos também são apontados por estes analistas como influentes no rendimento escolar. Famílias com maior poder aquisitivo podem pagar pelo ensino suplementar, de línguas, por exemplo, e outros apoios extraescolares como cursos pré-vestibulares, o que torna os alunos de maior renda mais competitivos que os de menor renda (SILVA et alii, 2017). Por fim, essas perspectivas enfatizam a pressão familiar para que os jovens pobres, maioria entre os alunos das escolas públicas, contribuam com a renda familiar. Eles são confrontados mais cedo com a necessidade de trabalhar para ajudar nas despesas familiares e por isso têm que conciliar trabalho e estudo (RIBEIRO, R. e NEDER, H., 2009).

Um segundo conjunto de explicações para o acesso restrito dos estudantes da rede pública às universidades e ao mercado de trabalho se concentra no exame do próprio sistema de ensino. De modo geral, analistas que focam nesta questão enfatizam as deficiências das instalações físicas das unidades da rede pública de ensino, o regime de trabalho inadequado dos professores, os baixos salários e a carência crônica de recursos materiais como as principais variáveis para entender o problema (VASCONCELOS et alii, 2021). Essas condições, afirmam, resultam em professores e funcionários insatisfeitos, escolas com equipamento tecnológico defasado e insuficiente para atender a todos os estudantes, quando não recursos básicos como computadores e laboratórios inexistentes. Daí o baixo rendimento dos seus estudantes (BARBOZA, A., 2014). Neste polo das discussões podemos situar aqueles que defendem uma ampliação da oferta de ensino profissionalizante em nível correspondente ao ensino médio. Eles afirmam que a formação generalista do ensino médio brasileiro não prepara o estudante para as carreiras liberais clássicas e, tampouco, o habilita para as profissões de nível técnico, que favoreceria a sua entrada no mercado formal de trabalho. Seus defensores, acenam para as estatísticas de países desenvolvidos que possuem uma oferta bem maior para a formação de profissionais em nível técnico. A necessidade de emprego e renda para



o jovem é outro dos argumentos utilizados pelos que advogam o incremento dos cursos técnico-profissionalizantes no ensino médio.

Há uma terceira perspectiva analítica que se concentra no exame dos próprios mecanismos de seleção dos estudantes para o ensino superior. Alguns estudiosos apontam que a seleção por vestibulares e, agora, pelo ENEM, comprimiram e uniformizaram o ensino médio e o moldaram para responder quase que exclusivamente às exigências dessa seleção que historicamente privilegiou o conhecimento extensivo, horizontalizado e enviesado por uma concepção enciclopédica. Nestes termos, as provas ou exames de seleção para o ensino superior público não privilegiam a realidade das condições de ensino e os currículos, mas aquilo que se imagina deva ser o acervo mínimo de conhecimentos de todos os estudantes (BARROS, 2014). Em certames deste tipo, os alunos das escolas particulares de elite sempre se destacaram. Eles dispõem de mais tempo e dinheiro para dedicarem-se aos estudos, e as escolas onde estudam, por sua vez, têm mais recursos financeiros e conseguem recrutar melhores professores e equipes administrativas.

Há, por fim, as explicações baseadas em variáveis psicossociais, aquelas que enfatizam o impacto das restrições materiais na motivação e nos estímulos extraescolares para a decisão dos estudantes em perseguirem objetivos relacionados aos cursos e às carreiras do ensino superior. Esta linha de pensamento é influenciada por Pierre Bourdieu e seu conceito de “capital social”. Os que defendem esta perspectiva afirmam, em apertada síntese, que estudantes oriundos das classes mais pobres vêm de famílias de trabalhadores com baixa escolaridade e, como regra, não possuem recursos extraescolares de educação, e não encontram entre seus pais, amigos, parentes e vizinhos pessoas com formação universitária ou inseridos nas carreiras superiores que lhes sirvam de exemplo e no qual possam se espelhar. Daí aos altos índices de evasão escolar.

Todos os diagnósticos acima, o econômico, o político-social e o institucional são verdadeiros e revelam aspectos distintos e presumivelmente importantes para a compreensão dos desafios relacionados ao Novo Ensino Médio brasileiro. Contudo, elas estão focadas nos resultados mais quantitativistas produzidos pelos sistemas de ensino, tais como taxas de matrícula, índices de aprovação, evasão escolar combinadas (cruzadas) com outras variáveis do tipo renda familiar, emprego/desemprego dos pais, moradia.



Neste trabalho nos propomos a pensar, também, na qualidade dos objetivos e dos conteúdos veiculados na reforma em tela. Queremos colocar em perspectiva o tipo de formação proposta pela reforma de maneira que nossa avaliação não se restrinja à análise dos efeitos da reforma sobre a vida escolar, *stricto senso*, mas para que possa lançar alguma luz sobre os seus efeitos na qualidade da inserção dos estudantes em formação nos sistemas político, social e econômico do país. Nossa perspectiva é a de que os desafios do sistema educacional e da educação não devem se restringir apenas à chamada universalização, mas, também, a educação e os sistemas de ensino, devem fazê-lo de modo qualificado atendendo aos desafios e às necessidades das sociedades contemporâneas.

Iremos abordar a reforma escolar à luz da concepção de “razão comunicativa” em Habermas. Para avaliar o potencial das mudanças no ensino médio brasileiro, no que diz respeito à sua capacidade de formar indivíduos críticos e ativos em sua cidadania, iremos combinar a apreciação das mudanças propostas pela reforma com os parâmetros descritos por Habermas para a participação política cidadã, baseada na comunicação em termos racionais com propósitos de entendimento universal. Em suma, acreditamos que a perspectiva habermasiana possa iluminar uma reflexão crítica sobre os impactos mais amplos e abstratos da reforma do ensino médio, especialmente quanto a participação qualificada dos jovens para o debate público.

Nosso ponto de partida são os conceitos habermasianos de “mundo da vida” e “sistema”, ou “estrutura intersubjetiva dos direitos”, ou, ainda, “sistema normativo dos direitos”. Por “mundo da vida”, o autor entende ser o complexo dinâmico de valores, crenças e pontos de partida, muitas vezes ilocucionários, quando os indivíduos assumem posições com “pretensões de validade criticáveis”, e que combinadas com os meios legitimados de expressão racional de idéias e princípios universalizáveis definem o escopo do desenvolvimento dos sistemas normativos. Os sistemas normativos estão, por sua vez, na base dos sistemas políticos. Pretendemos utilizar esses conceitos para abordar a reforma do ensino médio no Brasil. Tal como o direito, a educação promove essa dinâmica de transformação de posições valorativas (culturais) dos grupos sociais em linguagem codificada e adequada para a comunicação universal de sentidos. Qual a capacidade dessa reforma em curso produzir efeitos duradouros na formação dos estudantes de forma a habilitá-los a uma vida cidadã plena?

Como sabemos, Habermas acredita que o “código do direito” é o meio próprio de expressão dos consensos possíveis a partir da combinação entre mundo da vida e sistemas. Segundo o autor, a linguagem jurídica formal e legalista tem essa característica especial: ela se alimenta do *medium* da “linguagem coloquial”, mas deve decodificá-la e torná-la compreensível para os códigos especiais da administração do poder político e da circulação econômica propiciada pelo dinheiro. Em suas palavras:

“[Nesta medida] a linguagem do direito pode funcionar como um transformador na circulação da comunicação entre sistema e mundo da vida”.<sup>6</sup>

Invocamos a lembrança do papel do direito em Habermas, porque acreditamos que a educação escolar tem uma função algo semelhante em sua teoria. A educação, em sentido lato, constitui um dos meios consagrados universalmente de capacitação dos indivíduos para a participação plena e qualificada nos processos de decisões coletivas. Nas sociedades complexas, segundo o autor, a participação política é mediada por um tipo específico de comunicação, o “discurso racional”, para o qual os participantes plenos da comunidade política devem se qualificar, caso queiram influenciar as decisões coletivas, especialmente normas que atingem a todos. Conforme Habermas:

“[E] ‘discurso racional’ é toda a tentativa de entendimento sobre pretensões de validade problemáticas, na medida em que ele se realiza sob condições da comunicação que permitem o movimento livre de temas e contribuições, informações e argumentos no interior de um espaço público constituído através de obrigações ilocucionárias”.

Podemos exemplificar como operam essas tensões entre pretensões de validade e facticidade no campo da educação, com a política afirmativa de cotas na universidade. Formulada para facilitar a entrada nas universidades públicas, em regime especial, de alunos pretos, pobres, estudantes das escolas públicas e, também, indígenas e quilombolas, a Política de Cotas é expressão das tensões entre a luta política por justiça e equidade social, na sociedade brasileira, com toda a carga valorativa que esses conceitos podem comportar, e a estrutura normativa do

---

<sup>6</sup> Habermas, Jürgen. Direito e Democracia entre facticidade e validade. Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro, 2003. Pp 112.

estado brasileiro. Prova disso, quando de sua implantação, a política de cotas introduziu uma disputa entre aquelas pessoas que enxergavam na medida um viés de desigualdade jurídica entre os indivíduos, inserida enviesadamente num sistema que privilegia a igualdade jurídica, e aqueles que defendiam que a realização do ideal da igualdade de oportunidades depende de um tratamento privilegiado para os mais vulneráveis a fim de que possam assegurar os meios jurídicos para competirem em igualdade de condições.

### **3 REFORMA DO ENSINO MÉDIO: TEORIA E PRÁTICA**

A sociologia política tradicional aborda a questão educacional de inúmeras maneiras. Vamos destacar aqui duas perspectivas que consideramos seminais na matéria e que nos ajudam a contextualizar as afirmações de Habermas sobre a educação. A primeira delas, reúne as diversas vertentes inspiradas pelo marxismo, tende a enfatizar o papel da educação no processo de preparo dos filhos da classe trabalhadora e da burguesia para a “reprodução social”. Alguns dos expoentes dessa interpretação, como Louis Althusser e Pierre Bourdieu, defendem que a escola transmite e inculca nas crianças em formação, os valores, as convicções, a visão de mundo e, sobretudo, os interesses das classes economicamente dominantes. Em outras palavras, a educação constitui o meio por excelência de transmissão de uma cultura voltada estrategicamente para a manutenção do *status quo*. Os autores desenvolvem os conceitos de “aparelhos ideológicos do Estado” e “capital social” para teorizar sobre os processos sociais de construção e difusão do conhecimento e explicar as diferenças de recursos cognitivos e de informações gerais e específicas (profissionais) disponibilizadas aos membros da sociedade de acordo com a sua posição na “estrutura de classes”.

Outro conjunto de teorias sociológicas sobre educação, de orientação fenomenológica, como em Alfred Schutz, Peter Berger e Thomas Luckman, tende a enfatizar a educação como um processo de transmissão dos saberes elementares e conhecimentos específicos que transformam os indivíduos em atores competentes para a ação compartilhada com outros, isto é, para a ação social. Nesta visão, a educação é considerada um meio estratégico na distribuição de recursos de interpretação das situações práticas de interação e para definição de um curso específico de ação. A comunicação política, nesta perspectiva, é um tipo específico

de comunicação que a educação propicia e não subsume por completo as funções da educação enquanto meio privilegiado de transmissão dos recursos institucionalizados de comunicação dos diversos conteúdos possíveis das relações sociais.

Jürgen Habermas explora outra dimensão da educação em sua teoria sociológica geral. A educação, tomada como um todo, pertence ao que o autor conceitua como “mundo da vida” e seus fluxos irracionais e ilocucionários. A educação tem como base a realização de atividades relacionadas primordialmente à transmissão de conteúdos culturais associados às “tradições” do grupo. Nas sociedades contemporâneas, no entanto, a educação formal fornecida pela escola, tem sido crescentemente influenciada pela racionalidade instrumental em face das progressivas exigências de controle dos indivíduos pelos sistemas sociais, especialmente pelos sistemas dinheiro e poder (Habermas, 1994). A escola, nesta perspectiva, fica nessa região limítrofe entre seus fundamentos constituídos nos valores e nas crenças produzidos no mundo da vida e as necessidades sistêmicas de controle e previsão de resultados tecnicamente administráveis. Nas sociedades contemporâneas a educação tem papel fundamental na difusão entre os indivíduos das condições técnicas da comunicação, tais como nas linguagens sistêmicas. Processos educacionais difundem entre os indivíduos em formação, profissional e de caráter, a “sintaxe” e a “gramática” das interações sociais. A educação, nestes termos, difunde o entendimento comum dos signos e símbolos empregados na interação voltada para resultados planejados e previsíveis na vida moral e profissional. Conforme Mühl (2011):

“O sistema realiza tal intento procurando interferir, por intermédio do planejamento administrativo escolar, na esfera cultural, fazendo com que esta, que tradicionalmente se reproduz por suas próprias condições e se orienta por critérios autolegitimadores, passe a depender da constituição e da legitimação sistêmica. Dessa forma, assuntos culturais e tradições, bases da educação, que se constituíam previamente em condições limítrofes para o mundo sistêmico, acabam sendo incorporados à área do planejamento administrativo”.

Desde uma perspectiva habermasiana podemos dizer que a atual proposta de reforma do ensino médio traz em seu bojo os dilemas típicos dos sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas. A formação para a vida e para resolução dos problemas práticos e contingentes precisa ser combinada com um ensino técnico

capaz de lidar com a operação de sistemas complexos e que respondam a perguntas e respostas com sentido universal. Dificil equação cujas soluções dependem da ponderação política sobre a medida em que a competência com os valores sociais deve ser combinada com a habilitação competente nos diversos códigos dos sistemas peritos de controle social.

No Brasil tem prevalecido desde muito tempo a preferência por um ensino médio de caráter predominantemente humanista, universalista e classicista, o “científico”, como se chamou durante algum tempo, em detrimento do ensino técnico e profissionalizante. As motivações e justificativas para essa escolha encontram-se naquilo que Habermas conceituou como “mundo da vida”. A oferta de educação em nível médio pelo Estado sempre foi muito restrita no Brasil e as escolas privadas, especialmente as confessionais, tiveram um papel relevante na formação educacional das elites. Cultura elitista e escolas religiosas, especialmente católicas, mas não apenas, marcaram indelevelmente a concepção da formação escolar dos estudantes brasileiros em nível médio, de segundo grau. Essa concepção começou a mudar somente nos anos de 1990, a partir do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, com a prioridade que passou a dar à universalização do ensino médio. E teve sequência nos governos subsequentes de Luiz Lula da Silva. Em consequência do aumento da proporção dos alunos das escolas públicas no universo dos estudantes do ensino médio, as discussões sobre o tipo de formação a ser oferecida aos estudantes tiveram seu escopo ampliado, em conformidade com a diversidade de agentes e atores tentando influenciar as suas transformações.

As necessidades sociais e econômicas e os interesses e inclinações mudaram nos últimos anos e era natural que essas transformações desaguassem em demandas e pressões sobre o sistema educacional. A reforma de ensino iniciada com a lei 13.415/17 reflete essa dinâmica criada pela necessidade de permanente adaptação dos sistemas de ensino e educacionais às demandas valorativas de formação do caráter, oriundas do “mundo da vida”, e aquelas definidas pelos sistemas de acesso controlado por linguagens técnicas e sintaxe especial. Esse problema é universal. Mas, os contextos culturais e institucionais nos quais se desenvolvem diferentes modelos e sistemas educacionais apresentam resultados presumivelmente diferentes.

Assim, os conceitos da teoria habermasiana sobre educação e participação política podem contribuir para parametrizar os efeitos concretos das mudanças na

educação dos jovens, no que diz respeito à qualidade de sua participação na esfera pública. Nestes termos, a eficiência e a eficácia de um modelo de educação e de reformas educacionais podem ser consideradas maiores ou menores, numa primeira dimensão, quanto à sua capacidade de obter consenso e aliviar as tensões entre as demandas divergentes dos grupos sociais. A outra dimensão, institucional, é adstrita à avaliação de como as instituições culturais e da administração pública reagem aos modelos educacionais e, especialmente, à reforma deles.

No caso da última reforma de ensino brasileira, de 2017, vemos que seus objetivos eram traduzir as demandas sociais de um ensino mais voltado para a realidade prática e imediata dos estudantes. Como efeito, talvez, do avanço das escolas públicas como proporção do total de vagas no ensino médio, a afirmação dos conteúdos laicos e dos objetivos pragmáticos dos grupos sociais e dos agentes públicos, a concepção do que deve e do que não deve ser oferecido ao estudante, mudou. Nesta dimensão do problema, o diagnóstico, a reforma proposta acertou. Se pudermos extrapolar para o universo das comunidades escolares brasileiras o que percebemos nas entrevistas com os diversos membros da Escola Estadual Reverendo Clarence, quase ninguém acredita que os modelos anteriores, o “clássico”, e o “científico” ainda cumpram a função social da educação. A mudança era necessária. A integração dos jovens aos espaços públicos, ao trabalho, o acesso ao consumo e à propriedade de bens exigem uma preparação em sistemas peritos, ao invés de uma cultura das elites. Não se deseja mais formar o “gentleman”, ou o filósofo renascentista, mas o cidadão. Temos aí um consenso.

No que diz respeito à capacidade de realização dos objetivos da reforma, a situação é diferente. Projetou-se no início das discussões, ênfase no ensino técnico-tecnológico, com objetivo de habilitação dos estudantes nos códigos e nas linguagens dos sistemas peritos. Também, na concepção dos “itinerários formativos”, pensou-se em matérias de caráter mais prático e operativo, diminuindo-se os conteúdos clássicos da cultura humanista. Embora acertado o diagnóstico e superadas as resistências dos defensores da tradição classicista, os objetivos institucionais da reforma esbarraram em condições de desenvolvimento institucional insuficiente. Recursos materiais, especificamente, têm sido insuficientes para promover uma mudança capaz de quebrar a inércia cultural de professores e administradores do sistema de ensino. Como é natural em burocracias públicas tradicionais, com extensa capilaridade e alcance social, há uma cultura que resiste à

mudanças, de qualquer ordem, forças conservadoras que têm receio de mudanças e do medo de não se adaptar a elas.

#### **4 CONCLUSÃO**

A partir da perspectiva habermasiana, podemos dizer que a atual proposta de reforma do ensino médio traz em seu bojo os dilemas típicos dos sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas. A simultânea necessidade de formação dos jovens para resolução dos problemas práticos e contingentes da vida adulta, e para lidar com a operação de sistemas complexos e que respondam a perguntas e respostas com sentido universal que só um ensino técnico capaz de oferecer. Não há soluções fáceis para essa equação e todas elas dependem da ponderação política sobre a medida exata da combinação entre a habilitação competente dos jovens nos diversos códigos dos sistemas peritos de controle social e a preparação deles para uma cultura humanística de respeito aos valores sociais.

Nossa experiência na Escola Estadual Reverendo Hugh Clarence Tucker, cotejada com a teoria de Habermas indica que, infelizmente, mesmo recentes e incompletas, as mudanças promovidas até aqui no ensino médio têm potencial para agravar as diferenças de desempenho social e profissional entre estudantes pobres e ricos uma vez que amplia a autonomia das escolas em prover um tipo de ensino voltado para o desenvolvimento das competências individuais mais valorizadas pela sociedade. Este tipo de formação é melhor realizada em escolas para alunos da elite econômica que estão mais bem preparadas, materialmente e com profissionais bem remunerados, e que são cobrados rotineiramente por resultados mensuráveis. As escolas públicas, por sua vez, em sua maioria, não dispõem de instalações adequadas, laboratórios clínicos e de informática, equipamentos e insumos, enfim, quadras esportivas e piscinas entre outros capazes de realizar o potencial de seus estudantes mais pobres, bem como de prepará-los adequadamente para exigências sistêmicas da integração social. Seus professores, embora formados nas melhores universidades públicas do estado e federais têm remuneração aquém do desejado, uma supervisão frouxa (com pouco poder de intervenção nas condutas profissionais e pouca capacidade de elaboração de metas e objetivos próprios), e pouco estímulo para o cumprimento de um planejamento global.

Nestes aspectos o Novo Ensino Médio não tem cumprido os objetivos



projetados pela comunidade escolar nem atendido a sociedade abrangente em suas demandas e expectativas. Nem tem preparado os estudantes das escolas públicas para a conformidade com as exigências crescentemente técnicas e burocráticas da administração dos sistemas peritos, poder e dinheiro. Nem parece estar preparando adequadamente os estudantes para o acesso às universidades e às carreiras superiores. Nos termos da teoria de Habermas para a educação, a escola é um lugar de tensionamento entre o “mundo da vida” e os “sistemas” de controle social. O chamado Novo Ensino Médio expressa com muita clareza essa tensão. Procura, segundo esta perspectiva, uma delicada conciliação entre, por um lado, a necessidade de preparar mão de obra especializada para o atendimento das demandas de suporte técnico para os sistemas peritos que estão em permanente transformação, e, por outro lado, a igualmente importante formação de quadros em nível superior, para a criação de massa crítica de cidadãos voltados para a condução dos assuntos sociais gerais. Por enquanto não tem conseguido uma coisa nem outra.

## REFERÊNCIAS

BERGER, P e LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1981.

BARBOZA, A. “Salários Docentes, Financiamento e Qualidade da Educação no Brasil”. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 511-532, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/hXQRPMQQwZwJJg7zcD6Dkpx/?format=pdf&lang=pt>.

BARROS, A. “Vestibular e Enem: um debate contemporâneo”. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 1057-1090, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/HgxYNwjGpjYVN3K5yZSRfLJ/?format=pdf&lang=pt>.

CASTRO, Rodrigo Machado Gecele e CUNHA, Erika Conceição Gelenske. **Turistificação de espaços**: como os moradores da zona portuária enxergam a turistificação de seus bairros. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/turistificacao.pdf>.

DIAS, B. F. B., MORAES, J., & FERREIRA, A.. Gastos públicos estaduais com o ensino fundamental: uma análise de correlação e efetividade. **Pesquisa e Debate em Educação**, 2020, 5(1), 15–27. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31959>.

FRANCA, Maira, P. **Perspectiva do investimento público em educação**: é possível alcançar 10% do PIB? *In*: Center for Studies on Inequality and development. Texto para discussão n. 74, março 2013.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. v. I e II. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 2003.

HABERMAS, Jurgen. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

MELLO, Marcelo Pereira de. Sociologia do Direito de Max Weber: O Método Caleidoscópico. **Cadernos de Direito FESO**, ano v, número 7, 2004.

MÜHL, Eldon Henrique. Habermas e a educação: racionalidade comunicativa, diagnóstico crítico e emancipação. **Educ. Soc.** 32 (117), dez 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400008>.

RIBEIRO, R., NEDER, Henrique D. "Juventude(s): desocupação, pobreza e escolaridade". **Nova Economia**, Belo Horizonte 19 (3) 475-506, set/dez 2009.

SALVATO, Marcio A., FERREIRA, Pedro C.G., DUARTE, Angelo José, M. "O Impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda". **Est. Econ.**, São Paulo, 40(4): 753-791, out/dez. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612010000400001>

SILVA, Anna L., MOTA, Renata O., LIMA, João C. F., Queiroz, Fernanda, C.B.P., NORONHA, Samara L. **A influência da escolaridade dos pais e da renda familiar no desempenho dos candidatos do ENEM**. Encontro nacional de engenharia de produção (37) A Engenharia de Produção e as novas tecnologias produtivas: indústria 4.0, manufatura aditiva e outras abordagens avançadas de produção.

VASCONCELOS, J.C., LIMA, Patrícia V.P.S., ROCHA L. A., KHAN, A.S. Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.29, n.113, p. 874-898, out./dez. 2021.

SCHUTZ, Alfred. O estrangeiro. **Revista Espaço Acadêmico**. São Paulo, n.13, outubro de 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Sites consultados:

[https://cultura.uol.com.br/noticias/52461\\_numero-de-matriculas-no-ensino-medio-caiu-53-entre-2021-e-2022-aponta-levantamento.html](https://cultura.uol.com.br/noticias/52461_numero-de-matriculas-no-ensino-medio-caiu-53-entre-2021-e-2022-aponta-levantamento.html)

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/governo-suspende-novo-ensino-medio-mas-nao-garanterevogacao>

<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2022>

# ESTUDOS HUMANÍSTICOS DA INFORMAÇÃO

**Clovis Ricardo Montenegro de Lima<sup>1</sup>**

IBICT

clovismlima@gmail.com

**Ana Gabriela Clipes Ferreira<sup>2</sup>**

UFRGS/IBICT

anaclipes@ufrgs.br

**Tirza Rodrigues<sup>3</sup>**

IBICT

rodriguestirza@gmail.com

**Nelson Salomão<sup>4</sup>**

UFRJ/IBICT

nelsonhist@yahoo.com.br

---

## Resumo

Neste artigo apresenta-se a proposta de estudos humanísticos da informação, particularmente a partir das observações do filósofo holandês Harry Kunneman. Esse trabalho se inicia com a investigação e a discussão da noção hegemônica do que é Informação dentro da Ciência da Informação, vinculada a sua origem funcionalista. Nesta discussão cabe destacar na demarcação do conceito de informação a teoria matemática da comunicação e das teorias de sistemas. As limitações das abordagens funcionalistas da Informação tem como resposta a busca e o desenvolvimento de teorias críticas. Discute a origem funcionalista do conceito de informação. Nas seções seguintes aborda os artigos de Kunneman, começando pelas perspectivas de uma abordagem humanista da Informação, com destaque aos modos de produção do conhecimento. O item a seguir trata sobre a profissionalização normativa visando o exercício das profissões privilegiando os valores humanísticos. A profissionalização normativa e seu caráter interdisciplinar se liga aos modos de produção do conhecimento. Conclui-se que há a necessidade de inserção dos conceitos abordados na pesquisa no dia a dia do profissional da informação, alinhando as preocupações éticas incorporadas às questões de vida.

**Palavras-chave:** Estudos humanísticos da informação. Abordagem humanística da informação. Profissionalização normativa.

---

<sup>1</sup> <http://lattes.cnpq.br/4727891485011869>.

<sup>2</sup> <http://lattes.cnpq.br/3324667562059112>.

<sup>3</sup> <http://lattes.cnpq.br/0786948390376844>.

<sup>4</sup> <http://lattes.cnpq.br/4402264275799393>.

## HUMANISTIC INFORMATION STUDIES

### **Abstract**

This article presents the proposal for humanistic information studies, particularly based on the observations of the Dutch philosopher Harry Kunneman. This work begins with the investigation and discussion of the hegemonic notion of what Information is within Information Science, linked to its functionalist origin. In this discussion, it is worth highlighting the mathematical theory of communication and systems theories in the demarcation of the concept of information. The limitations of functionalist approaches to Information are responded to by the search and development of critical theories. Discusses the functionalist origin of the concept of information. In the following sections, Kunneman's articles are discussed, starting with the perspectives of a humanistic approach to Information, with emphasis on the modes of knowledge production. The following item deals with normative professionalization aimed at exercising professions, prioritizing humanistic values. Normative professionalization and its interdisciplinary character are linked to the modes of knowledge production. It is concluded that there is a need to insert the concepts covered in the research into the daily life of the information professional, aligning the ethical concerns incorporated with life issues.

**Keywords:** Humanistic information studies. Humanistic approach to information. Normative professionalization.

### **1 INTRODUÇÃO**

Esse trabalho inicia com a investigação e a discussão da noção hegemônica do que é Informação dentro da Ciência da Informação, vinculada a sua origem funcionalista. Nesta discussão cabe destacar na demarcação do conceito de informação a teoria matemática da comunicação e das teorias de sistemas.

As limitações das abordagens funcionalistas da Informação tem como resposta a busca e o desenvolvimento de teorias críticas. A maioria delas está vinculada à teoria marxista, e reproduz a ideia que a informação faz parte das estruturas e dos processos de exploração e opressão.

Neste artigo apresentaremos a proposta de estudos humanísticos da Informação, particularmente a partir das observações do filósofo holandês Harry Kunneman. Em 2014 estive no Rio de Janeiro em como pesquisador visitante do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), onde realizou duas conferências sobre este tema, posteriormente publicadas sob a forma de artigos.

O documento está organizado da seguinte maneira: primeira seção: introdução; segunda seção: origem funcionalista do conceito de informação; terceira seção: Perspectivas de uma abordagem humanista da Informação; quarta seção: profissionalização normativa; quinta seção: considerações finais. Por fim, apresenta as referências utilizadas como apoio à pesquisa.

## **2 A ORIGEM FUNCIONALISTA DO CONCEITO DE INFORMAÇÃO**

Day (2001) propõe a ideia de que informação é diferente de conhecimento. Informação é a qualidade de ser informado. Mas este é um estado de coisas altamente ambíguo — “teórico” e afetivo —, em que a natureza do conhecimento, bem como do mundo e do sujeito, fica ainda por ser formada e descoberta. E é um sinal dos nossos tempos que uma noção limitada, mas “arriscada” de que a informação seja não apenas evitada, mas também enterrada por uma noção reificada e mercantilizada de “informação”, pois o “mundo” todo agora parece estar mais uma vez apostando em uma retórica ideológica da informação e na sua promessa de um futuro melhor (Day, 2001).

A origem do conceito de informação tem como raiz referências latinas e gregas (Capurro; Hjørland, 2007): *informare*, ou dar forma, estabelecer limites, estrutura e organização. Segundo os autores, o conceito de informação passa a ser físico com o surgimento da Teoria Matemática da Comunicação no século XX.

Dois marcos nos estudos da informação do século XX podem ser destacados: as teorias apresentadas pelo matemático Norbert Wiener em “*Cybernetics*” (1948) e as de Claude Shannon e Warren Weaver em “*The Mathematical Theory of Communication*” (1949). A primeira, apresentada pelo pai da cibernética, introduz a tese de que a sociedade só pode ser compreendida através de um estudo das mensagens e dos seus emissores e receptores.

Shannon (1948) e Weaver (1949) apresentam uma teoria inovadora sobre o processamento de informação, a Teoria Matemática da Comunicação (TMC). Com foco funcionalista, a teoria se concentra na transmissão e na recepção de informações para atingir determinados objetivos.

A origem funcionalista do conceito de informação se encontra nestes estudos da década de 1940. A informação dentro da teoria de Shannon (1948) pode ser medida e quantificada assim como outras grandezas físicas, como o comprimento

ou a massa. A unidade para armazenar e transmitir dados é o *binary digit* (dígito binário), ou simplesmente *bit*. O *bit* é a menor unidade de informação e pode ser representado por zero ou um (0-1).

Na TMC de Shannon (1948) há também a noção de entropia, que mede a quantidade média de informação contida em uma fonte. O conceito de entropia, está presente em áreas como a mecânica estatística e a termodinâmica. Os autores (Shannon, 1948; Weaver, 1949) formularam uma aproximação quantitativa para a teoria da informação: a entropia, que seria uma medida de variação ou desordem em um sistema, encontraria um equivalente na incerteza, de forma que quanto mais incerteza em um sistema, mais entropia, e quanto mais entropia, mais informação.

Além disso, Shannon estabelece o conceito de canal de comunicação, que é o meio pelo qual as informações são transmitidas. Desenvolve fórmulas matemáticas para calcular a capacidade máxima de um canal em transmitir informações sem erros.

A teoria de Shannon e Weaver tem impacto mais profundo e duradouro sobre as teorias da informação e sobre o campo que viria a ser conhecido como Ciência da Informação. Ao passo que a teoria quantitativa de Shannon e Weaver popularizou-se em diversas áreas - a Tecnologia da Informação (TI) adotou amplamente a abordagem funcionalista - algumas ainda em busca de *status* científico, legitimidade, reconhecimento e mesmo fundamentação teórica, como era o caso da incipiente Ciência da Informação à época.

A teoria funcionalista do conceito de informação é limitada quando tem o foco apenas na transmissão e no processamento de dados e ignora o contexto e a interpretação, a complexidade e a subjetividade da informação não são levadas em consideração. Além disso, não leva em conta a natureza dinâmica da informação. Ela trata a informação como algo estático e fixo, quando na verdade está em constante evolução e transformação.

Alguns obstáculos a fizeram limitar-se às aplicações que mobilizam a teoria apenas em seus aspectos estritamente técnicos, vinculados à quantidade e à precisão da informação transmitida, caso das aplicações em codificação e desenho de sistemas de recuperação de informação. Os aspectos semânticos (significados, verdade) e pragmático (impacto real, eficiência) não obtiveram resultados esperados na teoria da comunicação, dando início a um processo de demarcação da teoria

para proteger a Ciência da Informação e suas aplicações técnicas de controle externo por outras áreas.

É importante reconhecer, contudo, as limitações do conceito de informação sob a perspectiva funcionalista. Embora seja eficiente para medir e transmitir informações quantificáveis, essa abordagem não considera o contexto, o significado ou a interpretação da informação.

Essa abordagem reducionista negligencia a importância da experiência humana na compreensão da informação. Além disso, a teoria funcionalista não considera as diferenças culturais e sociais na interpretação da informação. Ela pressupõe uma visão universal e objetiva da informação, o que é um equívoco. Também falha ao não reconhecer a influência dos valores e crenças na interpretação da informação, trata a informação como algo neutro e objetivo, quando na verdade está sempre impregnada de subjetividade. E ainda, não leva em conta o papel ativo do receptor na construção do significado da informação, ou seja, coloca todo o foco no emissor, ignorando a importância da interação entre emissor e receptor.

Pois, em vez de avançarmos implacavelmente com base nas novas tecnologias, é hora de olhar de soslaio e levar em conta o que está na periferia: a informação. A informação nem sempre fala por si e o contexto social molda como a informação é interpretada e usada. Os recursos para aprender não estão simplesmente na informação, mas na prática que permite que as pessoas entendam e usem essa informação e os praticantes que sabem como usar essa informação. Afinal, os fins da informação são fins humanos. A lógica da informação deve ser, em última análise, a lógica da humanidade.

Para toda a independência e extensão da informação, são as pessoas, em suas comunidades, organizações e instituições, que finalmente decidem o que tudo isso significa e por que é importante. Isto é, a "vida social" da informação que nos obriga a prestar atenção à teimosia, ao que não se move, às coisas pelas quais as pessoas lutam – levando em consideração os recursos sociais pelos quais as pessoas se importam –, por sua vez, nos ajudará a produzir ferramentas com as quais as pessoas se preocupam. E isso só será frutífero até que as pessoas olhem além da limitação da informação e dos indivíduos para as complexidades do aprendizado, do conhecimento, julgamento, comunidades, nas trocas substantivas, nas organizações e instituições. Pois, a promessa tecnológica já provou que não



podem acontecer até que o design se ajuste às necessidades humanas – e não o contrário (Brown; Duguid, 2000).

Por isso, Marcuse (1973) considera que a palavra, assim como a linguagem e as formas de comunicação e interação, pode se tornar clichê e, assim, dependendo do uso, configurar uma falta de desenvolvimento genuíno de aprendizados, valores, significados e intenções benéficos para o desenvolvimento organizacional e social do ambiente corporativo. O discurso científico, tecnológico e administrativo muitas das vezes possui a exploração instrumental ou técnica como meio; logo, a “linguagem”, que constantemente impinge imagens, milita contra o desenvolvimento e a expressão de conceitos. Em sua imediação e objetividade, impede o pensamento conceptual; impede assim o pensar”.

O indivíduo possui a capacidade de usar a linguagem não apenas como ferramenta de controle (gestão) mas também como um instrumento em que não há ordens, ódio, controles e agressões, mas informação, conhecimento, aprendizagem, agregação de valor e emancipação, não se exigindo obediência, mas escolhas, não se exigindo submissão, mas liberdade para promover inovação, trocas de saberes e relações dialógicas, “incorporando a hierarquia racional no social”, nas trocas intersubjetivas da linguagem, na comunicação, nos dados e na informação.

Nas últimas quatro décadas, houve um crescimento de um campo complexo e multidisciplinar que engloba várias disciplinas. Esse campo concentra-se na natureza da informação, sua transmissão e armazenamento digitais, bem como seu papel nas sociedades modernas. Além disso, essa área é caracterizada por uma constante inovação econômica e tecnológica, abrangendo não apenas o desenvolvimento de *hardware* e *software*, mas também setores como telecomunicações, saúde, educação, tecnologia militar e espionagem, e até mesmo novos domínios, como a descrição e manipulação da informação genética em nível molecular na genômica.

É importante destacar que essa dinâmica informacional exerce uma influência significativa no âmbito social e cultural, especialmente evidenciada pelas novas redes de informação que surgiram com a disseminação da internet e pelas novas formas de comunicação personalizadas por meio de dispositivos móveis e tablets. Por fim, não se pode negligenciar as grandes implicações políticas da dinâmica informacional. Por um lado, estão relacionadas aos direitos humanos, especialmente o direito de coletar, disseminar e investigar informações livremente. Por outro lado,

há questões políticas envolvendo as novas possibilidades de manipulação, distorção e ocultação de informações (Kunneman, 2015).

Devido às tensões e fatores diversos na sociedade, no meio organizacional, como a competição e o individualismo provocados pelas novas formas de organização do trabalho, relações sociais desalentaram os trabalhadores e fez desaparecer “o *ethos* do bom trabalho pelo bom trabalho”. Tal como o artífice. Todos na organização e todas as profissões, podem explorar dimensões de habilidades, empenho e avaliação de um jeito específico. Como prática, o artesanato não é apenas a aquisição de um conhecimento em profundidade e o desenvolvimento de uma habilidade, mas o diálogo constante entre o fazer e o pensar, de forma indissociada, focalizada na relação íntima entre a mão e a cabeça.

Todo bom artífice sustenta um diálogo entre práticas concretas e ideias; esse diálogo evolui para o estabelecimento de hábitos prolongados, que por sua vez criam um ritmo entre a solução de problemas e a detecção de problemas. Está na articulação entre o pensar e fazer (Sennet, 2015) está nas ações de um bom trabalho (Kunneman, 2016) ou que (Zuboff, 1988) chama de trabalho “centrado na ação”: distinções entre “trabalhos gerenciais e de colarinho azul” devem desaparecer na empresa eficiente do futuro, à medida que “trabalho centrado na ação” – baseado em pistas físicas e nos padrões sociais da cultura oral – é substituído por “trabalho intelectual”.

Neste sentido, o artesanato do trabalho com informação pode ser visto como a habilidade de lidar com informações de forma cuidadosa, organizada e criativa, de maneira semelhante à habilidade de um artesão em trabalhar com materiais como madeira, cerâmica ou tecido. Isso envolve o artesanato do trabalho com informação na capacidade de comunicar, interagir e de trocas de informações de maneira clara e acessível, tanto por meio de textos quanto por meio de representações gráficas ou outras formas de visualização. Essa habilidade é cada vez mais importante em um mundo onde a informação é abundante e a capacidade de lidar com ela de maneira eficaz é um diferencial para indivíduos na sociedade e organizações.

Kunneman (2015) propõem modos de conhecimento que só podem existir quando combinados e transformados em conjunto com outros modos de conhecimento. Essa característica é fundamental na construção do conhecimento, pois está estreitamente relacionada com a segunda vantagem conceitual de enfatizar o papel das relações, pessoas e das culturas. Ao definir e colocar em

práticas os modos de conhecimento proposto pelo autor, amplia-se a compreensão das novas possibilidades de conectar as ciências e as humanidades por meio da dinâmica informacional e comunicacional. Isso ecoa o conceito introduzido por Habermas nos anos 80, que destaca a relação entre cultura, significado e ação comunicativa no mundo da vida - transição entre o sistema e o mundo da vida -, enquanto associa tecnologia, economia e burocracia à supressão de significado, valores e cultura.

A zona de transição entre o sistema e o mundo da vida está se tornando o local mais importante onde os valores humanísticos podem e devem florescer. Aqui, nesta zona de interferência, profissionais e organizações orientadas até certo ponto por valores humanísticos lutam para conectar a lógica sistêmica caracterizada pelo cerceamento da deliberação e do diálogo, por um lado, e a 'lógica' comunicativa e dialógica do mundo da vida, por outro lado, no nível do conteúdo do trabalho que fazem e do conhecimento em que este trabalho se baseia.

Em outras palavras: os valores tradicionalmente associados ao humanismo e aos estudos humanísticos devem ser defendidos e desenvolvidos nas sociedades informacionais atuais, principalmente na zona de transição entre sistema e mundo da vida, ao nível da cultura das organizações e das decisões normativas que moldam o conteúdo do trabalho orientado pelo conhecimento que realizam. Neste sentido, Estudos Humanísticos da Informação visam enriquecer as diferentes formas de produção de conhecimento que impulsionam a dinâmica informacional com o conhecimento, ou seja, com o conhecimento moral recursos e insights articulados com vistas a promover uma vida significativa, laços sociais justos e uma sociedade mundial sustentável Kunneman (2015).

Nas relações entre as informações, a comunicação e a linguagem no âmbito do trabalho, ao se tentar reorganizar os contextos comunicativos da interação, embora se trate de uma interação consolidada de forma natural, segundo o modelo dos sistemas tecnicamente progressivos da ação racional relativamente a fins, temos razões suficientes para manter estritamente separados os momentos do trabalho e da interação. A ideia de uma progressiva racionalização técnico-instrumental do trabalho está integrada a uma massa de representações históricas do desejo humano.

Habermas propõe, assim, o reconhecimento da cisão entre os momentos do trabalho (ação instrumental) e da interação (ação comunicativa), de modo a

diagnosticar o colapso da interação subsumida na categoria trabalho, categoria está responsável por fazer as ciências naturais, e igualmente as ciências sociais, adotarem a exploração instrumental ou técnica como característica essencial do conhecimento e de sua produção. Os três conceitos: linguagem, trabalho e interação, distintos entre si, vinculam-se à tríplice identidade da consciência, e esses três tipos de consciência assim se constituem na dialética da representação, do trabalho e interação em busca da emancipação (Habermas, 1970, p. 12).

Pois, das informações dizemos que são confiáveis (ou não fiáveis). A confiabilidade de uma informação se mede pela probabilidade com que (nos contextos de ação) se cumprem as expectativas de comportamento derivadas dessa informação. É possível que possamos explicar a relação pragmática entre conhecimento e objetos da experiência com a ajuda do conceito de correspondência (ainda assim, tampouco deve esquecer-se que a objetividade da experiência funda-se nas condições subjetivas gerais da possibilidade de experiência).

A verdade, pelo contrário, não é uma propriedade das informações, mas dos enunciados, se mede não pela probabilidade de cumprimento de prognósticos, mas pela única alternativa de ver se a pretensão de validade das informações é discursivamente desempenhável ou não é (Habermas, 1994, p. 120). Por isso, Kunneman (2015) questiona: como aprofundar o desenvolvimento dos Estudos Humanísticos da Informação? Sua proposta inicial é o caminho para avançarmos neste quesito primordial em nossa sociedade.

### **3 PERSPECTIVAS DE UMA ABORDAGEM HUMANÍSTICA DA INFORMAÇÃO**

Nas duas próximas seções do artigo são abordados os estudos humanísticos de Kunneman (2015; 2015/2016), produtos da sua passagem como pesquisador visitante no IBICT em 2014. Buscaremos analisar o trabalho do autor e fazer uma "conversa" entre os dois textos e as demais discussões aqui apresentadas.

O primeiro artigo de Kunneman (2015) é apresentado em duas partes e tem como objetivo fornecer uma estrutura conceitual para os Estudos Humanísticos da Informação em um quadro provisório, segundo o autor, indica um caminho para os Estudos da Informação no sentido crítico e humanista. As questões epistemológicas relacionadas aos fundamentos conceituais dos Estudos Humanísticos da Informação (EHI) são o centro da primeira parte, questionando quais são as suas

características.

Na segunda parte do artigo, consta o desenvolvimento da proposta apresentada anteriormente. Parte-se de um ponto de vista específico: a promoção, através dos EHI, de uma forma de profissionalismo normativo e transformação organizacional.

Inicialmente, para contextualizar os EHI é necessário antes de defini-los: assim, Kunneman (2015) indica a importância desses estudos e como são inseridos nos estudos da informação. O campo de estudos está em dois níveis, a saber: (a) primeiro nível- descritivo; e (b) segundo nível - normativo.

O primeiro nível - descritivo - tem as ciências como forte influência, alimentado nas últimas décadas com o surgimento de campo multidisciplinar complexo formado, a saber, por diferentes disciplinas específicas. Assim, é um campo dinâmico de inovação econômica e tecnológica em diferentes domínios, como o desenvolvimento de hardware e software e também nas, nas telecomunicações, nos cuidados de saúde e na educação, entre outros, e em domínios novos, como a descrição e manipulação da informação genética.

A dinâmica informacional exerce influência nos campos sociais e culturais ao promover novas redes informativas com a difusão da internet. Por fim, a dinâmica informativa tem consequências políticas importantes, ligadas concomitantemente aos direitos humanos e às questões políticas relativas às novas possibilidades de manipulação, distorção e ocultação de informações.

Partindo para o segundo nível - normativo -, conduzido pelas questões políticas do primeiro nível, surge um caminho para o desenvolvimento e transformações centrais do nosso tempo, segundo Kunneman. As questões normativas e morais estão relacionadas com a dinâmica informacional neste nível, dinâmica aparentemente ambígua: porém, estão ligadas a novas formas de poder econômico, desigualmente, desconexão e alienação<sup>5</sup>.

Realizada então a breve introdução da definição de Estudos Humanísticos da Informação, o texto segue para a abordagem que conecta o estudo descritivo e

---

<sup>5</sup> GLOTZ, P. **Die beschleunigte gesellschaft. Kulturkämpfe im digitalen Kapitalismus**. München: Kindler Verlag, 1999. CASTELLS, M. **The information society and the welfare state: the finish model**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2002. FUCHS, C. Dialektisches denken als grundlage der kritik des transnationalen informationellen kapitalismus. In: Conference Polyphone Dialektik, 2007. Berlin, Nov. 2007. **Proceedings**: Ernest Block Association (Org.). VorSchein n.30. Nuremberg: Antogo Verlag, 2008, p. 97-119.

explicativo da dinâmica informacional. Tal reflexão está internamente relacionada com questões éticas, morais e políticas. A definição inicial dos EHI confronta e conecta duas maneiras de complexidade, a saber: complexidade empírica e complexidade ética.

Na visão do autor, é possível constatar imediatamente que essas duas complexidades criam obstáculos para o desenvolvimento dos estudos humanísticos, uma vez que há falta de ligação entre tais estudos e a ciência e tecnologia. A dureza das ciências através de leis (biologia, química e física), presas a um mundo reducionista, acabam banindo os estudos humanísticos do domínio da ciência. Por outro lado, as humanidades e suas características culturalistas são consideradas como a única forma válida de esforço intelectual.

A desconexão entre a ciência e tecnologia e os estudos humanísticos em lados opostos influenciam continuamente na academia de forma ampla. Se vista como um obstáculo num primeiro momento para transformar os quadros epistemológicos, se observada com outras lentes, será possível concluir que a dinâmica informacional com seus fatores tecnológico, social e cultural oferece novos impulsos para superar essa oposição.

Essa dinâmica contribuiu também para conectar o desenvolvimento do conhecimento científico com a humanística. São citados grandes humanistas da época do renascentismo que naturalmente transitavam nas artes, literatura e na ciência. Essa "naturalidade" de transitar nas diferentes áreas do conhecimento foi gradualmente enfraquecendo ao ponto de se transformarem em oposição, ou seja, se desconectaram durante o decorrer do modernismo. A seguir são apresentados dois modos de produção do conhecimento científico: Modo 1 e Modo 2 (Gibbons *et al.*, 1995; Nowotny; Scott; Gibbons, 2001), desenvolvidos a fim de legitimar o conhecimento científico na sociedade moderna.

Os modos do conhecimento estão ligados diretamente às teorias do conhecimento enraizadas por filósofos clássicos como Platão e Aristóteles - pré socráticos - aos modernos como Sócrates e Bacon. Na contemporaneidade, Kant e Locke são alguns dos filósofos responsáveis pelo desenvolvimento das teorias do conhecimento. O movimento é centrado na tentativa de compressão do mundo de forma racional, se afastando do pensamento mitológico e se aproximando do conhecimento racional (Silvestri, 2018).

Sanar a necessidade de entender como funcionam as coisas e não apenas

aceitar está entre os motivos do desenvolvimento dos modos, que buscam novas possibilidades de reconectar as ciências e as humanidades. O Quadro 1 resume os modos do conhecimento através da visão de Gibbons, Trow, Scott *et al.* (1994).

Figura 1 - Modos de produção do conhecimento

<b>Modo 1 (linear)</b>	<b>Modo 2 (não-linear)</b>	<b>Modo 3</b>
O conhecimento básico é produzido antes e independentemente de aplicações	O conhecimento é produzido no contexto das aplicações	Produção colaborativa: colocar os indivíduos para conversarem e produzirem
Organização da pesquisa de forma disciplinar	Transdisciplinaridade	Organização do conhecimento sob o viés do mundo da vida. Interdisciplinar, sem perder a disciplinaridade
Organizações de pesquisa homogêneas	Heterogeneidade e diversidade organizacional	Busca e Seleção das informações - ação humana
Compromisso estrito com o conhecimento: os pesquisadores não se sentem responsáveis pelas possíveis implicações práticas de seus trabalhos	'Accountability' e reflexividade: os pesquisadores se preocupam e são responsáveis pelas implicações não científicas de seu trabalho	Mediação de conflitos - profissional da informação atua como "catalisador nas interações entre os indivíduos (por exemplo em grupos de pesquisas)

Fonte: Gibbons, Trow, Scott *et al.* 1994 (adaptação dos autores)

Enquanto o **Modo 1** orienta-se para questões definidas por comunidades científicas ligadas a determinadas áreas do conhecimento, como física, química e biologia, sendo, portanto, de caráter monodisciplinar. Em contraste, o **Modo 2** tem abordagem multidisciplinar e tem sua produção voltada à solução de problemas práticos: entre os diversos exemplos, destacamos o desenvolvimento de medicamentos e formas sustentáveis de produção de energia. Para Kunneman, a distinção entre os dois modos oferece importante vantagem conceitual em comparação com outras abordagens construcionistas da filosofia e sociologia da ciência ao manter a autonomia da ciência no Modo 1.

Para Dias Sobrinho (2006), o modo 1 é o tradicional, fechado e monodisciplinar: já o modo 2, é o novo, aberto, transdisciplinar, de uso intensivo e extensivo dos meios informáticos. Já Wood Jr. (2016), apresenta a discussão sobre os modos científicos de produção e questiona qual é o modo de produção científico é o mais adequado para gerar impacto social. O autor cita correntes de pesquisa



significativas que contrapõe o Modo 1, ou modelo tradicional, e apresenta o Modo 2 como alternativo.

Seguindo, é apresentada a sugestão do **Modo 3** de produção do conhecimento, proposto por diferentes autores e pelo próprio Kunneman. Esse modo, resumidamente, consiste em apresentar uma zona de transição entre os sistemas, não independente e só podendo existir como parte do Modo 1 ou 2. O modo 3 ainda possibilita novas formas de vislumbrar a conexão entre as ciências e as humanidades. O Quadro 2 apresenta resumo dos 3 modos com a visão de Callon (1995), que ainda propõe um quarto modo do conhecimento e Kunneman (2015), embasado na literatura principalmente por Gibbons (1995).

Quadro 2 - Resumo das características dos modos da produção do conhecimento científico

<b>Modo</b>	<b>Gibbons <i>et al.</i> (1994)</b>	<b>Kunneman (2015)</b>	<b>Callon (1995)</b>
<b>1</b>	Tradicional, promovidos na academia e institutos de pesquisa	Monodisciplinar	Ciência como conhecimento racional
<b>2</b>	Descoberta por meio de solução, fora da academia	Multidisciplinar	Ciência como empreendimento competitivo
<b>3</b>	X	Zona de transição entre modos 1 e 2	Ciência como prática sociocultural
<b>4</b>	X	X	Ciência como tradução estendida a outros universos e atores

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado nos autores supracitados

Ao finalizar o primeiro artigo, Kunneman retoma os assuntos abordados no texto, realizando reflexões finais sobre os EHI. Entre essas, lista-se: a necessidade de os Estudos humanísticos da informação enfrentarem a dupla complexidade, a empírica e a ética; a falta de conexão entre ciência e tecnologia e os estudos humanísticos. Por fim, são apresentados três modos de produção do conhecimento, suas características e como podem contribuir para diminuir ou amenizar a lacuna existente entre os estudos. O próprio autor define que suas contribuições são preliminares, o que nos deixa com o intuito e motivados a abordar cada vez mais os EHI.

## 4 A PROFISSIONALIZAÇÃO NORMATIVA

Na segunda parte de seu artigo-proposta, Kunneman trabalha a profissionalização normativa como forma de desenvolver os conhecimentos dos modos de produção 1 e 2 com os conhecimentos do modo 3, já anteriormente descritos. A proposta visa oferecer diretrizes, ainda que provisórias, para o exercício das profissões de forma a privilegiar os valores humanísticos e em última análise interferir nos modos de produção do conhecimento. Da mesma forma, enxerga que as mesmas diretrizes podem servir de base para o desenvolvimento dos próprios Estudos Humanísticos da Informação, de forma a inserir uma zona de interferência entre o sistema e o mundo da vida conforme distinção de Habermas.

Nesta zona de interferência, os profissionais e as organizações profissionais dialogam, interferem e são disputados simultaneamente pelos dois pólos representados pelas lógicas do sistema e do mundo da vida, desempenhando papel crucial na busca pela equidade entre os tipos de conhecimento.

Para “limpar o terreno” e estabelecer as primeiras premissas, o autor recupera o breve histórico da Profissionalização Normativa, por ele dividido em três fases. A primeira começa ainda nos anos 1990 com pesquisadores da University of Humanistic Studies de Utrecht e foi uma etapa importante para compreender a ação profissional em termos filosóficos, epistemológicos e éticos. Nesta fase foram fundamentais os aportes de Habermas no que tange à dualidade sistema x mundo da vida, assim como a crítica de Foucault à conexão entre “verdade” e poder nas ciências sociais.

A segunda fase da pesquisa inicia-se há cerca de 15 anos, em 2005, e marca a abordagem da Profissionalização Normativa como um processo ativo de crítica reflexiva acerca do conhecimento e da prática profissional, tendo por base um horizonte de valores morais. É nessa etapa também, dialogando com autores como Freidson, que Kunneman procura uma saída teórica e prática para o que seria o conflito entre os valores éticos do indivíduo profissional e as pressões econômicas e burocráticas exercidas pelo sistema junto ao mundo da vida. Por fim, a fase mais recente, de 2010, viu uma verticalização teórica e prática da Profissionalização Normativa em três dimensões: ética, epistemológica e organizacional.

A dimensão ética, que era baseada na ação comunicativa e na argumentação racional de Habermas, incorpora as contribuições e perspectivas de Paul Ricoeur

para expandi-las e chegar a diretriz ética sintetizada em: “[...] uma vida boa e significativa baseada em boas palavras com e para os outros em instituições justas” (Kunneman, 2016, p.16, tradução nossa). A estas contribuições, somaram-se também as análises de Frans de Waal das raízes evolutivas da empatia (macacos e humanos), a noção de “artesanato” e a cooperação de Richard Sennett e a análise de Donald Schon sobre a reflexividade profissional. A partir destes aportes conceituais, Kunneman desnuda o papel crucial dos recursos morais e éticos dos quais os profissionais dispõem.

Outras duas perspectivas fortalecem o quadro conceitual da profissionalização normativa. A segunda está centrada na dimensão ética de Frans de Waal e na análise das continuidades éticas e morais entre macacos e seres humanos. O resultado da pesquisa fornece visão mais aprofundada da compreensão da complexidade das emoções humanas, o que auxiliou na correção da falta de atenção na ética de Paul Ricoeur para a influência generalizada do poder relações e as profundas raízes emocionais da dominação e da submissão (Kunneman, 2013).

A terceira perspectiva se dá através do trabalho de Sennett sobre a habilidade e cooperação, combinada com a análise de reflexividade profissional de Schon (1983). Destacamos a importância do "artesanato dedicado" (tradução nossa) vislumbrar na análise de Sennett e que combinou com a análise clássica da reflexividade profissional de Schon. Ao longo do artigo, Kunneman segue discutindo e analisando as convergências e divergências entre diferentes autores ao traçar o histórico sobre a profissionalização normativa.

Para finalizar a análise da estrutura conceitual, o autor explica que foi realizada com um objetivo maior: demonstrar que a pesquisa é orientada para a prática sobre profissionalização em domínios como saúde, serviço social, educação, força policial, entre outros, e reflete sobre as pesquisas apresentadas entre 2009 e 2014 na Universidade de Estudos Humanísticos sob diferentes lentes sobre a profissionalização normativa. Seria interessante, em pesquisa futura, observar como essas e outras pesquisas se desenvolveram nos últimos anos.

Na seção seguinte, Kunneman retoma as diferentes áreas do conhecimento ligadas à profissionalização normativa, com destaque para a filosofia, ética, sociologia, psicologia e teoria organizacional e reforça o caráter interdisciplinar/transdisciplinar que possui. Ponto interessante surge quando Kunneman faz uma reflexão e "linka" a profissionalização normativa e sua

contribuição com os três modos de produção do conhecimento, abordados no artigo de 2015 e retomados no analisado nesta seção. Ou seja, nenhuma abordagem do texto está em vão e o primeiro e segundo artigos conversam entre si.

O autor propõe esclarecer e distinguir o papel central entre os 3 diferentes modos de produção do conhecimento. Ao introduzir a perspectiva da profissionalização normativa como um processo reflexivo contínuo, visando criar conexões e enriquecer a produção e o uso profissional de acordo com os 3 modos. São indicadas três orientações, provisórias segundo o autor, de inserir os modos do conhecimento em práticas profissionais concretas:

- a) primeira diretriz: orienta uma reflexão sobre o papel das histórias de vida dos profissionais no desenvolvimento dos seus recursos éticos e morais. Ilustrativamente, indivíduos podem reagir de maneiras diversas às mesmas normas e regras em seus afazeres profissionais. Em outras palavras, certas decisões profissionais exigem qualidades morais individuais - e não organizacionais - para serem tomadas. Um indivíduo dotado de empatia, compaixão ou mesmo coragem pode responder de forma diferente de outro indivíduo submetido à mesma situação. A perspectiva habermasiana é abordada neste item: todo o domínio da ética pessoal é relegado ao domínio privado.
- b) segunda diretriz: enriquece o modo 1 e 2 com o modo 3 do conhecimento. Está intimamente ligada com a primeira diretriz, porém com abordagem de complexidade diferente, direcionada à cultura das organizações profissionais. O foco da diretriz se dá, essencialmente, no papel das narrativas dentro das organizações, bem como a articulação de suas identidades. Para desenvolver a proposta, Kunneman apoia-se na literatura das organizações contemporâneas e chama a atenção para o fato de que essas narrativas possuem um caráter inerentemente normativo, uma vez que carregam valores éticos e morais, ainda que de forma implícita. Como elementos disputáveis nas imbricações entre os sistemas e o mundo da vida, podem fortalecer uma lógica de legitimação das relações de poder através de uma narrativa única sobre o que seria o bom trabalho mas também podem operar para legitimar e fomentar narrativas alternativas.
- c) terceira diretriz: conexões e ciclos de feedback entre o desenvolvimento

dos recursos éticos e morais de profissionais individuais e o nível de narrativas organizacionais já expostos nas duas primeiras diretrizes. Apropriando-se da análise de Donald Schön a respeito da reflexividade profissional, Kunneman adiciona complexidade à desordem e aos problemas enfrentados pelos profissionais em seu dia-a-dia. Para além das relações desiguais de poder que caracterizariam o modo de produção 2 e as respectivas narrativas centralizadoras que as legitimam, apresenta-se como necessária uma reflexão mais abrangente sobre as relações desenvolvidas no universo do trabalho, não apenas entre profissionais, mas entre profissionais e gerentes, clientes, consumidores.

Para finalizar a segunda pesquisa, Kunneman diz que, de acordo com a definição de EHI que propôs, visaram conectar o estudo descritivo e explicativo da dinâmica informacional com a reflexão crítica sobre as questões éticas, morais e políticas internamente conectadas com esta dinâmica. Relembra a complexidade em definir e explicar os diferentes conceitos nas suas pesquisas. Porém, destaca que há uma tradição de pesquisa científica crítica que apoia e orienta esse esforço.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo apresenta uma proposta sobre os Estudos Humanísticos da Informação, com ênfase nos estudos de Kunneman (2014; 2015/2016). Inicialmente, portanto, apresentou-se o conceito do termo informação e suas origens funcionalistas. A partir daí é discutida a Teoria Matemática da Comunicação, que possui foco funcionalista e as nuances que a informação possui dentro de diferentes áreas do conhecimento, bem como são utilizadas nessas áreas.

Kunneman propõe que os modos de conhecimento só existem quando combinados. Assim, apresentou os 3 Modos do conhecimento na sua primeira contribuição, entre outras discussões sobre os EHI, com o destaque de fornecer estrutura conceitual para estes estudos. Aqui, cita a desconexão entre ciência e tecnologia, o que torna - entre outros aspectos - a discussão dos estudos humanísticos na informação tão complexa e importante na área da CI. Também desafiador ao propor o desenvolvimento de teorias críticas, conforme abordagem ao longo do texto.

Na segunda contribuição, retoma os 3 modos e acrescenta a discussão sobre a profissionalização normativa. Reapresenta algumas das ideias para introduzir a proposta do oferecimento de diretrizes para o exercício das profissões amparadas pelos valores humanísticos.

As contribuições de Kunneman, com suporte de diferentes e importantes pesquisadores durante sua discussão, evidenciam a necessidade de ampliar a discussão dos estudos humanísticos da informação. Também inserir os conceitos no dia a dia do profissional da informação, como alinhar as preocupações éticas e incorporar as questões de vida, agentes externos da sociedade, saindo de um sistema fechado para um com maior visão do compromisso com o avanço da humanidade. Dos modos 3 do conhecimento apresentado, possivelmente o Modo 3 pode auxiliar nesta empreitada, uma vez que vê ciência como uma prática sociocultural e é uma zona de transição entre os outros dois modos, ou seja, com caráter mono e multidisciplinar.

Podemos parafrasear Kunneman que, humildemente, descreve suas contribuições como preliminares. Os artigos estão às vésperas de completar uma década e se mantêm atuais e desafiadores, uma vez que a bibliografia nacional e internacional é tímida se comparada a outros temas tanto da ciência da informação como em diferentes áreas do conhecimento.

Entre os desafios está realizar uma "guinada" humanística e social, saindo do viés humanista. Os próprios termos "humanismo" e "humanístico" podem, de maneira equivocada, ser considerados como sinônimo, porém cada um possui suas particularidades. Logo, é fundamental expor, em estudos futuros, as diferenças para ser possível discutir melhor a temática e apresentar uma proposta conceitual para a ciência da informação.

A ampliação da discussão também pode ocorrer ao se tratar da profissionalização normativa, especialmente devido ao seu caráter interdisciplinar. Para estudos futuros, a realização do levantamento e atualização das pesquisas já realizadas e em quais áreas do conhecimento estão inseridas poderão contribuir com a elucidação de conceitos e práticas ainda aparentemente distantes no nosso dia a dia na academia.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, Brasília, set./dez. 2003. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/985>. Acesso em: 27 out. 2023.
- ARAÚJO, C. A. A. O pensamento funcionalista na arquivologia, na biblioteconomia e na museologia. **PontodeAcesso**, v. 9, n. 2, p. 2–29, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6995>. Acesso em: 09 out. 2023.
- BROWN, John Seely; DUGUID, Paul. **The social life of information**: Updated, with a new preface. Harvard Business Review Press, 2000.
- CALLON, Michel. Four Models for the Dynamics of Science. In: JASANOFF, Sheila et al (Org.). **Handbook of science and technology studies**. Londres: Sage Publications, Ltd, 1995. Cap. 2. p. 29-63.
- CAPURRO, R; HJORLAND, B. O conceito de Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360>. Acesso em: 09 out. 2023.
- DAY, Ronald E. **The modern invention of information**: Discourse, history, and power. SIU Press, 2001.
- DIAS SOBRINHO, José. Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior Campinas, v. 19, n. 3, p. 643-662, nov. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772014000300007>. Acesso em: 24 out. 2023.
- GIBBONS, M. *et al.* **The new production of knowledge**. The dynamics of science and research in contemporary societies. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 1994.
- HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**: complementos y estudios previos. 2. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994.
- KUNNEMAN, H. P. Ethical complexity, hermeneutics and mode 3 knowledge. *In*: DERKX, P.; KUNNEMAN, H. (Eds.). **Genomics and democracy**. Towards a 'lingua democratica' for the public debate on genomics. Amsterdam/New York: Rodopi, 2013, p. 105-129.
- KUNNEMAN, Harry. Humanistic information studies: a proposal. **Logeion**: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 2, p. 5–22, 2015. Disponível em: [10.21728/logcion.2015v1n2.p5-22](https://doi.org/10.21728/logcion.2015v1n2.p5-22). Acesso em: 30 set. 2023.
- KUNNEMAN, Harry. Humanistic information studies: a proposal. Part 2: normative professionalization. **Logeion**: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 1,



p.11-32, set. 2015/fev. 2016. Disponível em:  
<https://doi.org/10.21728/logeion.2016v2n1.p11-32>. Acesso em: 30 set. 2023.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Rio da Janeiro: Zahar, 1973.

NOWOTNY, H; Scott, P. K.; Gibbons, M. **Re-thinking science**: Knowledge and the public in an age of uncertainty. Cambridge, UK: Polity, 2001.

SHANNON, Claude E.; A Mathematical Theory of Communication. 1948. Reprinted with corrections from **The Bell System Technical Journal**, v. 27, p. 379–423, 623–656, jul./oct., 1948. Disponível em: <https://people.math.harvard.edu/~ctm/home/text/others/shannon/entropy/entropy.pdf> Acesso em: 09 out. 2023.

SILVESTRI, K. V. T. As teorias do conhecimento: a fundamentação epistemológica das ciências humanas. **Revista Ensaios Pioneiros**, Bragança Paulista, v. 2, n. 2, p. 63–77, 2019. DOI: 10.24933/rep.v2i2.161. Disponível em: <https://revistaensaiospioneiros.usf.edu.br/ensaios/article/view/161>. Acesso em: 27 out. 2023.

ZUBOFF, Shoshana. **In the age of the smart machine**: The future of work and power. Basic Books, Inc., 1988.

WEAVER, Warren. **Recent Contributions to The Mathematical Theory of Communication**, sep. 1949. Disponível em: <http://ada.evergreen.edu/~arunc/texts/cybernetics/weaver.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2011.

WOOD JUNIOR, Thomaz. **Origens do produtivismo acadêmico e o caminho do impacto social do conhecimento**. 2016. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/origens-do-produtivismo-academico-e-o-caminho-do-impacto-social-do-conhecimento>. Acesso em: 25 set. 2023.

## **LET ME TELL YA WHAT I'VE GOT**

### **A IRREPRODUTIBILIDADE COMO DINÂMICA INFORMACIONAL A PARTIR DO JAZZ E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**Gabriel do Nascimento Barbosa<sup>1</sup>**  
PPGCI - UFES  
gabrielnbarbosa@outlook.com.br

**Meri Nádia Marques Gerlin<sup>2</sup>**  
PPGCI - UFES  
meri.gerlin@ufes.br

**Taiguara Villela Aldabalde<sup>3</sup>**  
PPGCI – UFES  
taiguara.aldabalde@ufes.br

---

#### **Resumo**

O presente resumo expandido refere-se ao trabalho de pesquisa que buscou utilizar as características do jazz, enquanto manifestação cultural musical, como referência para elaboração de questões no campo da Ciência da Informação. Para tanto, coloca-se o jazz como expressão que, dentro do mundo globalizado, consagrou dinâmicas de produção que, mesmo que absorvidas pela hegemonia, são antagonistas às formas do pensamento ocidental. Para os fins do presente trabalho, interessa-nos a característica, no jazz, da irreprodutibilidade como valor intrínseco de sua existência. Esse esforço de construção textual tem o objetivo de analisar a irreprodutibilidade como dinâmica partindo do contexto do jazz e suas implicações para o campo da Ciência da Informação. Nesse sentido, com base na teoria de pensadores como Walter Benjamin e outros como Eric J. Hobsbaw e Kevin McGarry, apresentamos uma pesquisa na forma de ensaio teórico, de caráter bibliográfico. A metodologia é composta pela leitura e interpretação de conceitos, com reflexões encadeadas e expostas no formato de texto ordenado, referenciando as leituras e autores de modo construir um caminho lógico e válido, buscando construir as características da irreprodutibilidade a partir do jazz, entendendo como a irreprodutibilidade implica outros modos perpetuação no tempo e propor questões a serem movimentadas no campo da Ciência da Informação a partir dos resultados das questões anteriores. O resultado das reflexões desenvolvidas é de que a compreensão de dinâmicas não hegemônicas de manutenção de memória, como a irreprodutibilidade, são fundamentais para o entendimento do valor de culturas que estão à margem das tecnologias e das culturas consagradas e já adequadas ao

---

<sup>1</sup> Discente de mestrado no PPGCI da Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo. Graduado em História e produtor cultural do campo da literatura.

<sup>2</sup> Docente de Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo e professora Dr.<sup>a</sup> do PPGCI da mesma universidade.

<sup>3</sup> Docente de Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo e professor Dr. do PPGCI da mesma universidade.

discurso científico. Entendemos que a criação do campo de estudo da Ciência da Informação é fruto direto do desenvolvimento tecnológico e das necessidades de gestão operacional dos dados decorrentes da tecnologia de comunicação. Esse caminho, pela perspectiva das possibilidades de reprodução, vai ao encontro da análise da sociedade capitalista proposta por Walter Benjamin ao tratar da reprodutibilidade técnica. Mesmo não tratando, no caso dos estudos informacionais, da obra de arte, a afirmação do filósofo alemão conversa perfeitamente com a noção de um desenvolvimento técnico permanente em torno das possibilidades de reprodução. A própria razão de ser da Ciência da Informação é baseada na lógica, colocada também por Benjamin em relação à obra de arte, da democratização do objeto por meio do seu acesso imediato: a recuperação da informação e o contato com seu usuário. Esse propósito, inclusive, se inicia, tecnologicamente, na invenção da imprensa e suas possibilidades de difusão pela reprodução.

**Palavras-chave:** Irreprodutibilidade. Jazz. Mediação cultural. Ciência da Informação.

## **LET ME TEL YA WHAT I'VE GOT**

### **IRREPRODUCIBILITY AS AN INFORMATIONAL DYNAMIC FROM JAZZ AND ITS IMPLICATIONS FOR THE FIELD OF INFORMATION SCIENCE**

#### **Abstract**

This text refers to the research work that sought to use the characteristics of jazz, as a musical cultural manifestation, as a reference for elaborating questions in the field of Information Science. Jazz is seen as an expression that, within the globalized world, has established production dynamics that, even if absorbed by hegemony, are antagonistic to the forms of Western thought. For the purposes of this work, we are interested in the characteristic, in jazz, of irreproducibility as an intrinsic value of its existence. This textual construction effort aims to analyze irreproducibility as a dynamic based on the context of jazz and its implications for the field of Information Science. In this sense, based on the theory of philosophers and scientists such as Walter Benjamin and others such as Eric J. Hobsbaw and Kevin McGarry, we present research in the form of a theoretical essay, of a bibliographic research characteristics. The methodology is composed of the reading and interpretation of concepts, with reflections linked together and exposed in the format of an ordered text, referencing the readings and authors in order to construct a logical and valid path, seeking to construct the characteristics of irreproducibility from jazz, understanding how Irreproducibility implies other modes of perpetuation over time and proposing questions to be addressed in the field of Information Science based on the results of previous questions. The result of the reflections developed is that the understanding of non-hegemonic dynamics of memory maintenance, such as irreproducibility, are fundamental to understanding the value of cultures that are on the margins of established technologies and cultures and already adapted to scientific discourse. We understand that the creation of the field of study of Information Science is a direct result of technological development and the needs for operational management of data arising from communication technology. This path, from the perspective of reproduction possibilities, meets the analysis of capitalist society proposed by Walter Benjamin when dealing with technical reproducibility. Even though, in the case of informational studies, it does not deal with the work of

art, the German philosopher's statement speaks perfectly to the notion of a permanent technical development around the possibilities of reproduction. The very reason for being of Information Science is based on the logic, also put forward by Benjamin in relation to the work of art, of the democratization of the object through its immediate access: the retrieval of information and contact with its user. This purpose even begins, technologically, with the invention of the press and its possibilities of dissemination through reproduction.

**Keywords:** Irreproducibility. Jazz. Art education. Information Science.

## 1 INTRODUÇÃO

A presente reflexão refere-se ao estudo que buscou utilizar as características do jazz, enquanto manifestação cultural, como referência para elaboração de questões no campo da Ciência da Informação. Para tanto, coloca-se o jazz como expressão que, dentro do mundo globalizado, consagrou dinâmicas de produção que, mesmo que absorvidas pela hegemonia, são antagonistas às formas do pensamento ocidental. Para os fins do presente trabalho, interessa-nos a característica, no jazz, da irreprodutibilidade como valor intrínseco de sua existência ao público e ao artista-mediador.

Nesse sentido, nos parece um caminho profícuo, que justifica o próprio empreendimento do estudo, a ausência da categoria de “irreprodutibilidade” nos estudos da Ciência da Informação, mesmo que a questão da reprodutibilidade não seja estranha ao campo, nem ao pensamento científico como um todo. Antes, porém, de se desenvolver sobre a irreprodutibilidade como potencial categoria nos estudos informacionais, cremos que ficará melhor a exposição desse valor no ambiente jazzístico.

Para o propósito do trabalho, não nos interessa uma inteligibilidade do jazz como estilo pela teoria musical, mas a compreensão da manifestação artística musical enquanto expressão consagrada da cultura. Essa significação nos permite a constatação de uma distância entre as dinâmicas culturais de existência dentro da diversidade e a apreciação dessas dinâmicas, em uma perspectiva de valor socialmente reconhecido. É complexo tratar o jazz como uma manifestação única, ordenada e estável. Não o é. A trajetória de desenvolvimento que a música clássica viveu em séculos, guardadas as devidas proporções, o jazz viveu em décadas (HOBBSAWM, 2021).

Há vários movimentos jazzísticos, várias formas de se fazer jazz e todos eles são jazz. De forma tão ampla que é quase impossível que alguém, com segurança, possa responder: jazz é isso! Mas, sem dúvidas, ao escutar o ritmo, pode-se dizer sem titubear: isso é jazz! De uma forma ou de outra, em momentos sendo uma característica mais significativa que em outros, o jazz é um gênero musical autoral (HOBBSAWN, 2021). Nele o músico faz total diferença, porque ao público presencial, apreciar a música é também apreciar o músico, sendo ambos a razão do público fruir do jazz como expressão cultural. Ainda que fosse possível analisar todos os registros de performance de jazz, em termos de tradição documental (BELLOTTO, 2004), nota-se que os produtores da música, parecem não ter a pretensão de chegar a uma versão final ou registro original a ser depois copiado para distribuição. É um ritmo que nasceu e se fez falado, antes de ser escrito. Independe da partitura para sua reprodução porque o valor da música está no improviso, na identidade que o artista é capaz de dar e sustentar durante a apresentação, de forma diferente de tudo que já fez, ou já foi feito. Dessa forma, diferentemente da dinâmica da orquestra, onde a partitura é a razão ordenada da música, no jazz, o tema que é tocado como base para o improviso dos músicos, não é o espetáculo reproduzível e patenteável, mas sim a habilidade de cada membro em seu solo improvisado em harmonia com os demais membros do duo, trio, quarteto, quinteto ou banda.

É nesse arranjo que a irreproduzibilidade entra como um valor estético atribuído pelo público e pelo artista. Não é incomum que gravações de jazzistas venham acompanhadas das palavras: *his greatest performance*. É o que ocorre com a gravação de *Bye Bye Blackbird* pela gravadora Pablo Records em 1981, distribuída no Brasil pela Polygram. O disco, composto por duas faixas, uma em cada lado do vinil, registra a captura de áudio com encarte propagandeando que tratava-se da melhor performance de John Coltrane (1981) sobre o tema de *Bye Bye Blackbird* e *Traneing In*. Para além da possibilidade de ser uma construção de marketing, observa-se que, em um estilo musical onde o improviso prevalece, onde o artista dá a forma da apresentação, mesmo que não seja a melhor apresentação de Coltrane, não haverá outra igual. A mesma música, executada exatamente no minuto seguinte, não poderia ser a mesma. O que conta, no jazz, são as variáveis.

Quando da gravação do *Kind Of Blue*, álbum de Miles Davis (1959) considerado uma obra-prima gravada em apenas dois dias, havia a presença de

uma composição. Davis junto com o seu quarteto, Coltrane entre os músicos, inclusive, tinha partituras prévias para seguir, entretanto, acompanhando os relatos dos dois dias, é marcante como, mesmo a composição, não serviu como base inflexível e o álbum, como um todo, é composto pelos acasos que percorreram a gravação (KAHN, 2007). Acasos desde erros de entrada, em relação ao que estava escrito, até pedidos do próprio Miles, durante a gravação definitiva, de alterações repentinas do arranjo. Diante disso, pode-se chegar à conclusão de que o produto não foi resultado do acaso, mas que o próprio acaso é parte integrante da qualidade do jazz e de seus intérpretes.

Em uma performance jazzística tudo, absolutamente tudo, pode interferir. A regra do tema, base musical que sustenta os improvisos dos músicos, não é fixa. A resposta do público, a interação entre os artistas, tudo pode fazer com que a performance do jazzista seja da forma como será. Independente disso, ou justamente por isso, será única. Atentamos para a observação que não se trata de que cada artista será criativo a ponto de sempre se reinventar: o improviso exige do instrumentista um relacionamento íntimo com o instrumento e o domínio de bases em que a sua performance será devido às variações dessas bases e suas combinações no tempo (HOBSBAWM, 2021).

Os exemplos trazidos, com Miles David, John Coltrane, Connanbal, falam de um momento já consagrado do jazz. Que, inclusive, deixavam os músicos com capacidade de negociar com os estúdios e gravadoras em função do prestígio de sua arte. Mas, no presente trabalho, é necessário compreender o jazz como arte de fronteira identitária. Que seu nascimento é a música popular negra norte-americana. Fruto direto de pessoas sem formação musical e que tocavam instrumentos como amadores. Daí a ideia de que o jazz foi, primeiramente, falado: ele não nasceu nos conservatórios sob as regras da música já consagrada. Não havia, no início, quem o traduzisse e, colocado na forma do que pode ser considerado uma representação clássica da música, cabe perguntar se seria possível e, em que medida, a estaticidade da escrita seria suficiente para o fenômeno que o jazz incorpora. A tensão provocada pelo Jazz ao movimento do registro é justamente o ponto de encontro com a Ciência da Informação no sentido de que, em nossa área, trabalhamos a serviço da circulação da informação através da possibilidade da gravação.



Ao tratarmos, como Cientistas da Informação, do fenômeno informacional e da comunicação, atuamos em um campo que entende o seu objeto de estudo dentro de uma perspectiva cultural (ZINS, 2007), um ponto de vista que ao encontro do paradigma social da informação (ARAÚJO, 2014). Entretanto, em estudos formadores da área e dos paradigmas da Ciência da Informação, a noção de uma ciência que surge como produto do desenvolvimento tecnológico, constrói bases de pensamento voltadas para uma noção de aplicabilidade limitada ao fazer material, possibilitado por determinada forma de existência, como se fossem naturais e universais. É o caso das considerações de Le Coadic (2004) ao colocar os estudos da informação dentro de uma perspectiva gerencial de uma cadeia produtiva que enfatiza a informação como uma forma objetiva imanente consolidada em um suporte. Geralmente a objetivação da informação ressaltada pelo seu suporte, remete as suas possibilidades de representação em registro, manuseio e resgate. Esse resgate posto, dentro da cadeia gerencial, como um acesso ao recurso portador da informação. Essa perspectiva, onde o suporte representa o acesso à informação e garante a sua integralidade como valor é possível de ser lida como uma qualidade de reprodutibilidade. A grande onda tecnológica que cria o campo de estudo da Ciência da Informação é, em grande medida, uma revolução dos mecanismos de cópia e difusão de materiais produzidos. A disseminação dos conteúdos de conhecimento via sua reprodução ilimitada ou pela superação da aparente irreprodutibilidade. Esse movimento é descrito por McGarry (1999) a partir da criação da escrita alfabética fonética. Nele essa habilidade é a responsável pelo surgimento do raciocínio de forma objetiva. A ideia externa e independente do sujeito.

É notável que McGarry torne presente a questão das formas de comunicação e, portanto, ferramentas informacionais, que não ocorram sob o domínio do registro, como é o caso da tradição oral. Entretanto, há uma percepção de que esta seria, em algum grau, problemática para os interesses da Ciência da Informação. A sua efemeridade, a ausência do registro escrito, são vistas como um obstáculo ao aprofundamento científico. Dessa forma, pode-se inferir que a questão da documentação em suporte é o mecanismo de superação e evolução que possibilita um conhecimento objetivo sobre o fluxo da informação e, conseqüentemente, as manifestações irregistráveis, ou as partes irregistráveis das manifestações



informativos, não representariam uma possibilidade de estudo, mas o obstáculo a ser transposto na evolução humana na dimensão informacional e cultural.

Não se trata de um problema, evidentemente, a consideração da validade dos desenvolvimentos intelectuais baseados nos pilares do registro, entretanto, é uma questão que essa dimensão seja vista como um desenvolvimento linear e positivo da cultura humana, como se esta, a cultura, não fosse plural e não pudesse abarcar elementos não lineares que a constituem. A questão que o presente trabalho coloca é justamente trazer as expressões que ficaram à margem dessas tecnologias, desde o alfabeto até o computador, como responsáveis por dinâmicas próprias de elaboração de seus processos de manutenção, desenvolvimento intelectual e informacional. Como, tratando de um fenômeno cultural de comunicação, entender essas formas de existir, aqui representadas pelo jazz, que se estabelecem na fronteira? Como elaborar essas dinâmicas que operam fora do escopo ocidental da linha de montagem e produção toyotista, como a irreprodutibilidade, entendendo a diferença enquanto um valor relacional atribuído pelos públicos apreciadores e artistas mediadores ao objeto mediado ou manifestação cultural? Não há, nos estudos do campo, nenhum que se debruce sobre a categoria a irreprodutibilidade em tal contexto. Os trabalhos sobre documentação que se aproximam do problema, estão ligados ao campo da documentação artística da performance, mas sem o esforço de traçar, a partir do efêmero, uma forma de lidar com a transitoriedade de uma forma que não seja entendendo-a como um obstáculo a ser superado. Isso é relevante, pois se há manifestações culturais como a performance de jazz, que compõe vida cultural, logo pode-se defender o oposto daquilo que a literatura em Ciência da Informação tem defendido, isto é, ao invés de buscar-se uma captura e registro das manifestações culturais como a performance de jazz, apresenta-se esta como parte da vida irreproduzível por natureza e, por isso mesmo, valiosa.

E, se a justificativa da ausência de estudos parecer fraca, ou fora dos domínios da área, pode-se evocar o jazz novamente: trata-se de uma manifestação cultural de valor incontestável. Quantas manifestações de saberes serão igualmente reconhecidas e incontestáveis a partir do momento que encararmos o desafio de nos debruçarmos sobre elas? Vale destacar que o samba, o congo, o jongo, o candomblé, a pajelança e outras manifestações culturais capixabas também podem ser incluídas nesta análise, assim onde lê-se jazz pode ser lido samba, congo ou

jongo, pois estas manifestações também possuem a mesma característica da performance do jazz.

Como objetivo para debater as questões assinaladas está “analisar a irreprodutibilidade enquanto dinâmica partindo do contexto do jazz e suas implicações para o campo da Ciência da Informação”. Isso será feito sem a pretensão de estabelecer um caminho absoluto, único e universal. Aliás, se considerarmos este trabalho uma manifestação da cultura científica específica e havendo preocupação com pensar na contra-hegemonia de uma cultura científica importada, logo este caminho significa desvalorizar o local em detrimento do global, estando em o oposto com a linha argumentativa adotada. Assim, considera-se que o presente objetivo se realizará na medida em que seu conteúdo puder sustentar novas questões e dúvidas ainda sem debate na Ciência da Informação.

## **2 AS NOTAS DO TEMA: METODOLOGIA**

A presente pesquisa apresenta-se como uma pesquisa teórica, exploratória de caráter bibliográfico. O desenvolvimento da pesquisa ocorre a partir de leituras sistemáticas de trabalhos canônicos e ilustrativos do pensamento sobre o jazz e sobre o campo da epistemologia da Ciência da Informação. A exposição dos resultados ocorre pela exposição objetiva e inteligível das temáticas abordadas nas obras lidas e o desenvolvimento textual de suas correlações, permitindo ao leitor acompanhar o raciocínio e validá-lo, recorrendo às mesmas fontes.

## **3 EXPOSIÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DOS SOLOS**

A criação do campo de estudo da Ciência da Informação é fruto direto do desenvolvimento tecnológico e das necessidades de gestão operacional dos dados decorrentes da tecnologia de comunicação. Esse caminho, pela perspectiva das possibilidades de reprodução, vai ao encontro da análise da sociedade capitalista proposta por Benjamin (1994) ao tratar da reprodutibilidade técnica. Mesmo não tratando, no caso dos estudos informacionais, da obra de arte, a afirmação do filósofo alemão conversa perfeitamente com a noção de um desenvolvimento técnico permanente em torno das possibilidades de reprodução. A própria razão de ser da Ciência da Informação é baseada na lógica, colocada também por Benjamin em

relação à obra de arte, da democratização do objeto por meio do seu acesso imediato: a recuperação da informação e o contato com seu usuário. Esse propósito, inclusive, se inicia, tecnologicamente, na invenção da imprensa e suas possibilidades de difusão pela reprodução.

Em Benjamin (1994) a questão da tecnologia está intimamente ligada aos modos de nossa sensibilidade. A reprodução como pilar da criação artística, o que ocorre como desenvolvimento avançado da gravura e alcança seu ápice com a fotografia, é a mudança para um novo paradigma de apreciação. O caminho que Benjamin nos deixa, para a Ciência da Informação, posto que o seu tema de trabalho é a arte e não a informação, está justamente na sua observação sobre a tecnologia como uma condição sobre modos de sentir. Quando estabelecemos essa ligação, olhamos a perspectiva evolucionista da cultura sob uma outra ótica que não a do futuro necessariamente melhor que o passado, mas entendendo que as possibilidades materiais de criação, recriação e reprodução, nos colocam em diferentes caminhos de apropriação dos objetos da cultura.

O primeiro ponto a ser colocado, então, nos nossos resultados é questão sobre a naturalização das possibilidades de reprodução enquanto valor. Tem-se como caminho natural do progresso a possibilidade de disseminação de objetos através da cópia, alcançando o seu pico na sociedade de massas (MARTIN-BARBERO, 2021). Há, conseqüentemente, o preciso embate profícuo para os estudos informacionais: considerar as dimensões não naturais desse feito, mas os procedimentos culturais. Isso quer dizer que, por mais que a Ciência da Informação seja fruto do século XX, há manifestações de fenômenos que desagüaram no seu interesse desde muito antes. Estes são pontes de análises teóricas sobre o as relações de poder que envolvem o fluxo informacional como um mecanismo de produção de informação (LE COADIC, 2004). Dito isto, a informação passa a ser definida como o objeto que ocupa um espaço determinado culturalmente por técnicas e ferramentas de um processo exclusivo que desconsidera manifestações humanas de conhecimento que, por algum motivo, não possam se enquadrar dentro dos pressupostos de ocupação dessas técnicas e ferramentas. O olhar acrítico sobre isso desconsidera, justamente, a possibilidade de ver a técnica, como proposto por Benjamin (1994), como uma possibilidade de sensibilidade, mas não como um imperativo. A observação que propomos no presente trabalho não é a negação da tecnologia, mas a percepção da ausência dessa como uma

manifestação de nova sensibilidade, ou seja, de um novo mecanismo de manutenção da informação.

O jazz serve como base dessa questão por não conseguir, no todo, ser abraçado pela possibilidade da reprodução. A sua manutenção enquanto ritmo não se faz pela cópia, posto que a cópia não é uma cópia porque, intrinsecamente ao fazer jazzístico está a impossibilidade da reprodução. É como o Funes, de Borges (2007), que por não esquecer nada, não pode conceber que o cão que vê de frente, é o mesmo cão que vê de lado logo em seguida. Não pode haver, no jazz, uma cópia de uma música, mas somente a cópia de uma única apresentação que nunca será a presença inconfundível do músico, posto que o músico não é uma performance, mas sua imprevisibilidade. O que está dito nesse parágrafo é que, mesmo com a possibilidade do registro, algo está perdido. E o que fazer quando o que está perdido é a essência do objeto registrado? A apresentação gravada de Coltrane sob *Bye Bye Black Bird*, a partir do momento que pode ser escutada, da mesma forma, pelo infinito do tempo, deixa de ser jazz, porque é exatamente igual a anterior. Claro que a afirmação anterior é demasiadamente catastrófica, mas ilustra perfeitamente o grau de perda.

Entender a distância que há entre a manifestação de um determinado saber fazer, dentro de sua lógica própria, e seu enquadramento para o possível tratamento dentro das técnicas e operações do campo informacional contemporâneo, é dimensionar as perdas desses saberes ao serem representados dentro de uma lógica estranha e, conseqüentemente, poder agir para superar o abismo cultural que separa a prática informacional das minorias marginalizadas tais como populações negras, povos e comunidades tradicionais (quilombolas, por exemplo). É fundamental, nesse contexto, que na mediação exista sensibilidade à diversidade dos sujeitos e grupos em um mundo de identidades deslocáveis e conflitantes, onde a homogeneização globalizante é instrumento de poder contra as construções da dimensão local.

Essa distância de compreensão é relatada de forma contundente no ensaio *O Jazz e a crítica branca*, de Amiri Baraka (2023). A incompreensão dos comentários críticos sobre a música negra, notadamente o Jazz, é entendida como a impossibilidade da assimilação dos comentaristas brancos sobre um fazer que se propõe a ser a voz de uma comunidade negra. Baraka esmiuça como essa lógica do comentário é ligada às relações de poder, excluindo os negros da identificação com

o jazz e, também, servindo como certa medida de legitimação de uma arte. Está colocado o paradoxo que aqui tratamos, na forma de alegoria entre o jazz e os sistemas de informação: as pessoas que possuem a autoridade social de agregar valor às manifestações, nada dela entendem e a diminuem ao invés de perceber nela mecanismos outros de realização de outros valores.

O resultado da mudança de postura, passando do olhar de falta ao olhar do valor ao que é próprio das expressões que estão à margem, é relatado na letra da música que dá título ao nosso trabalho: *Ain't Got No/i Got Life* de Nina Simone (1968). Nela, Simone divide a canção em duas partes: a primeira elenca as negativas em relação às posses do eu lírico. Não possui escola, tênis, dinheiro, deus. O segundo momento, separado justamente pelo verso que dá nome ao trabalho aqui exposto, é de afirmação das próprias características que, inclusive, a destacam como mulher negra. Possui sua boca, seu cabelo, seu corpo e, enfim, possui vida. É necessário que passemos a nos colocar para o diferente a partir do que ele possui, e não como se faltasse elementos. Estar presente na dinâmica informacional pressupõe uma série de acessos que a maioria do mundo não possui. Olhar pela falta é não entender que essas comunidades possuem, dentro de si, sistemas próprios e dinâmicas de comunicação originais que funcionam e, inclusive, podem nos ensinar alternativas de superação para os nossos problemas. É a isso que aqui resolvemos chamar, a partir do jazz, da irreproduzibilidade como dinâmica, ou seja, os arranjos que atuam na comunicação e perpetuação na margem da necessidade da reprodução.

#### **4 CODA**

Como indicado nos objetivos, não é objeto do trabalho a exploração minuciosa desses arranjos, mas colocar essa percepção como disparadora. Usando a bibliografia explorada, e ainda na analogia jazzística, pode-se entender a forma de perpetuação da tradição, por exemplo. A tradição comporta mudanças, apropriações, diversificações, como ocorre no jazz, e, paradoxalmente, a partir da ressignificação, e não da reprodução, pois continuidades de memória são estabelecidas e mantém-se, na sua existência de vida e no corpo de cada membro, que pode ser compreendido como um tipo não hegemônico de *memorykeeping* (WHITE, 2017), ou documentação. Entender esse valor, é entender que, de alguma

forma, o registro extracorpóreo da tradição, ou seja, aquele que documenta e independe dos membros, não possui o mesmo valor da tradição viva. Por mais que a tradição tenha seus próprios embates e limitações, seria arrogante pensar que o nosso fluxo informacional ocidental também não possui seus próprios desafios.

Expandir os campos de investigação de uma determinada área é um esforço de olhar sistematicamente sobre o próprio fazer. No estudo apresentado, a trajetória, exposta na forma de texto encadeando referências e ideias, buscou-se sustentar a reflexão sobre o alcance da forma como a Ciência da Informação compreende o seu próprio objeto de estudo e, conseqüentemente, propor um novo lugar de onde partir. O ponto de partida proposto, já justificado abstratamente na introdução, adiciona as questões sobre o lugar de construção da informação como lugar de exclusão. A partir do entendimento do fazer científico informacional como um fazer cultural, ou seja, elaborada sobre critérios e símbolos que dão sentido ao próprio fazer, as outras manifestações podem ser vistas como alternativas.

Tornar o outro uma alternativa, mais um caminho de como conhecer, nos coloca com a possibilidade de compreender o saber do outro, ou a informação do outro, através do olhar que lhe é próprio. Como ler Ailton Krenak (2019) sem entender que a terra fala? Que o rio fala? Sem entender que isso não é uma analogia ou uma metáfora, mas um fato. Um fato que, talvez, nunca será registrado ou receberá outro suporte que não seja a própria terra ou o próprio rio. Como ler o Odu do babalaô se o Odu foi feito para ser dito pelo babalaô? Em um contexto específico, somente com o consulente, porque o sentido é estabelecido em um momento, único e irrepetível? Como considerar esse saber, que acontece, dentro da CI? Como ler David Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2015) sem entender que são espíritos falando através de um xamã? O livro, por mais que tente ser explícito e honesto, é incapaz de poder registrar o xamanismo. O suporte da fala dos espíritos é transitório. É irreproduzível, porque é o xamã. O xamã, talvez, se perpetue, por meio de outro xamã. E se é assim, há aí uma forma de comunicação informacional que sustenta e se baseia, também, na irreproduzibilidade, mas que não coloca na apropriação um entrave, mas uma sobrevivência. A existência da comunicação em um sistema que não é objetivo, mas é vivo.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun., 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51437>. Acesso em: 24 out. 2023.
- BARAKA, Amiri [LeRoi Jones]. **Black Music**: free jazz e consciência negra 1959 – 1967. São Paulo: Sobinfluência, 2023.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: brasiliense, 1994.
- BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. São Paulo: Cia das letras, 2007.
- COLTRANE, John. **Bye bye blackbird**. Stockholm: Pablo Records, 1981. 1 LP.
- DAVIS, Miles. **Kind of blue**. New York: Columbia Records, 1959. 1 LP.
- HOBSBAW, Eric J. **História social do jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- KAHN, Ashley. **Kind of blue**: The making of the Miles Davis masterpiece. Cambridge: Da Capo, 2007.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LE COADIC, Yves François. **A Ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.
- MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.
- SIMONE, Nina. **'Nuff Said!**. New York: RCA Victor, 1968. 1 LP.
- WHITE, Kelvin L. Race and Culture. In: GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew, J. (Ed.). **Research in the archival multiverse**. Clayton, Victoria: Monash University Publishing, 2017.



ZINS, Chain. Conceptions of information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.58, n.3, p.335-350, 2007. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/220434422\\_Conceptions\\_of\\_information\\_science](https://www.researchgate.net/publication/220434422_Conceptions_of_information_science). Acesso em: 24 de out. 2023.

# ASPECTOS DA PLATAFORMIZAÇÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: A “ESCOLA DO CANSAÇO” NA ERA DO *BIG DATA*

**Valéria Cristina Lopes Wilke<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
valeria.wilke@unirio.br

**Marcelo Santos Feijó<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
marcelo.feijo@edu.unirio.br

---

## Resumo

Vivemos nos desdobramentos daquilo que Manuel Castells (2005) nomeou de Sociedade em Rede, em cujo cerne estão as Tecnologias de Informação (TIs). Ele indicou as características-chave do novo cenário que diagnosticou, a saber, são tecnologias que agem sobre a própria informação e que também introduziram a lógica das redes; que promovem a convergência tecnológica e, por conseguinte, um sistema altamente integrado de aparatos técnicos; e que acentuadamente penetram pelos diferentes processos e âmbitos sociais. De lá para cá testemunhamos grandes e rápidos saltos tecnológicos bem como o adensamento das transformações na dinâmica econômico-política organizacional e institucional e na construção das vidas humanas e não-humanas no planeta. Essas mudanças alcançaram não apenas modos informais de aprendizagem, mas também a educação formal. O objetivo desse artigo é discutir aspectos atuais da plataformação educacional presentes na educação básica brasileira, tendo como referência o ensino de Filosofia no Ensino Médio. Para tanto será desenvolvida reflexão sobre a plataformação educacional, fenômeno que diz respeito ao modelo de negócios presente na atual fase do capitalismo e que utiliza as plataformas sustentadas pela IA e também a constante extração de dados de quem transita pelas infovias do ciberespaço; sobre o que nomeamos como *Escola do Cansaço*, em diálogo com o conceito de *Sociedade do Cansaço* desenvolvido por Byung Chul Han; e sobre algumas implicações decorrentes que já se fazem presentes na administração do trabalho docente, na realização do trabalho docente e nas relações de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Ensino de filosofia. Plataformismo educacional. Cibereducação. Escola do cansaço. Pedagogia em rede.

---

<sup>1</sup> Valéria Cristina Lopes Wilke: docente do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Doutora em Ciência da Informação (IBICT/UFF). Mestre em Filosofia (UFRJ). Graduação em Filosofia (UFRJ) e em Comunicação Social (UFMG)

<sup>2</sup> Marcelo Santos Feijó. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia – Mestrado Profissional em Filosofia em Rede – PROF-FILO UNIRIO. Licenciado em Filosofia e em História.

## ASPECTS OF THE PLATFORMIZATION OF EDUCATION IN BRAZILIAN BASIC EDUCATION: THE “SCHOOL OF FATIGUE” IN THE AGE OF BIG DATA

### Abstract

We live in the unfolding of what Manuel Castells (2005) named Network Society, whose core are Information Technologies (TIs). He indicated the key features of the new scenario that he diagnosed, namely, technologies that act on information itself and that also introduced the logic of networks; that promote technological convergence and therefore, a highly integrated system of technical apparatuses; and that sharply penetrate the different social processes and spheres. Since then, we have witnessed great and rapid technological leaps as well as the consolidation of transformations in the organizational and institutional economic-political dynamics and in the construction of human and non-human lives on the planet. These changes have reached not only informal modes of learning, but also formal education. The aim of this article is to discuss current aspects of the use of digital platforms in education present in Brazilian basic education, with reference to the teaching of Philosophy in High School. To this end, we will reflect on the platformization of education, business model present in the current phase of capitalism and that uses the platforms supported by AI, and also the constant extraction of data from those who transit through the Information Highway of cyberspace; about what we name as *School of Fatigue*, in dialogue with the concept of *Burnout Society* developed by Byung Chul Han; and on some implications arising that are already present in the administration of teaching work, in teaching practice and teaching-learning relations.

**Keywords:** Teaching philosophy. Platformization of education. Cibereducation. School of fatigue. Network pedagogy.

### 1 INTRODUÇÃO

Vivemos nos desdobramentos daquilo que Manuel Castells (2005) nomeou de Sociedade em Rede, em cujo cerne estão as Tecnologias de Informação (TIs), sendo que desde pelo menos a década de 1980 a chamada revolução digital foi fortalecida pelos novos incrementos técnicos que transformaram praticamente qualquer tipo de informação textual, sonora, visual, corpórea em *bits*.

Ele indicou as características-chave do novo cenário que diagnosticou, a saber, são tecnologias que agem sobre a própria informação e que também introduziram a lógica das redes; que promovem a convergência tecnológica e, por conseguinte, um sistema altamente integrado de aparatos técnicos; e que acentuadamente penetram pelos diferentes processos e âmbitos sociais.

Do momento da publicação das pesquisas de Castells para cá, ocorreram grandes e rápidos saltos tecnológicos bem como o adensamento das

transformações na dinâmica econômico-política organizacional e institucional e na construção das vidas humanas e não-humanas no planeta. Essas mudanças alcançaram não apenas modos informais de aprendizagem, mas também a educação formal.

O objetivo deste ensaio é discutir aspectos atuais da plataformização educacional presentes na educação básica brasileira, tendo como referência a experiência no ensino de Filosofia no Ensino Médio. A discussão proposta faz parte da pesquisa do Mestrado Profissional em Filosofia em Rede, PROF-FILO – núcleo UNIRIO.

Para tanto serão considerados aspectos da relação da Sociedade em Rede com o processo em curso da Cibereducação, ressaltando implicações decorrentes que já se fazem presentes na administração do trabalho docente, na realização do trabalho docente e nas relações de ensino-aprendizagem, aqui considerados a partir do modelo educacional da Pedagogia em Rede, que é um tipo específico da Ciberpedagogia. Como esse cenário ocorre no contexto da chamada plataformização educacional, serão apresentados alguns elementos do capitalismo de plataforma, fenômeno que diz respeito ao modelo de negócios presente na atual fase do capitalismo, que utiliza as plataformas sustentadas pela IA e também a constante extração de dados de quem transita pelas infovias do ciberespaço. Por fim, serão indicados alguns traços do que designamos como *Escola do Cansaço*, em diálogo com o conceito de *Sociedade do Cansaço* desenvolvido por Byung Chul Han, e também algumas considerações sobre algumas de suas implicações na vida dos e das docentes.

## **2 A CIBERPEDAGOGIA NAS REDES EDUCACIONAIS**

Para a compreensão dos fenômenos da Ciberpedagogia ou da Cibereducação é necessário considerar as mudanças ocorridas com as tecnologias de comunicação e informação digitais. Entretanto, como sugeriu Evgeny Morozov (2018), é preciso sair do mero debate acerca do digital e reintroduzir a política e a economia nessa discussão, a fim de que possamos sair da ideologia tecnoutópica e encarar de frente a realidade que nos cerca.

Retrospectivamente, um fato fundamental ocorreu em 1992, nos EUA, com a promulgação da Lei de Tecnologia Avançada e Ciência, que permitiu a uma

fundação se interconectar com redes comerciais, fato que permitiu a abertura digital do que era regra no ambiente não comercial ao cenário da propriedade privada. (Slee, 2017)

Aqui serão contemplados três aspectos: a Sociedade em Rede, a Cibercultura e o Ciberespaço que, imbricados, permitem abordar o modelo educacional da Pedagogia em Rede vigente em grandes empresas do campo educacional (as holdings da educação). Optou-se por usar essa expressão para diferenciar do conceito Educação em Rede, presente em reflexões sobre a educação da pesquisadora Margarita Gomez, assentadas sobre a pedagogia libertadora dialógica de Paulo Freire, sobre a concepção de rizoma de Deleuze e Guattari (1983), e a mudança paradigmática proporcionada pela cibercultura observada por Pierre Levy (1999).

Para ela, as novas tecnologias infocomunicacionais iriam contribuir para transformar a educação, de modo a emancipar os participantes nas relações ensino-aprendizagem. Professores e professoras atuariam como rizomas “ao estabelecer[em] nexos ou conexões com outros educadores, grupos, instituições, negociando com outras culturas, estabelecendo parcerias com fundações para constituir uma rede educativa”. (GOMEZ, 2004, p. 45) A proposta da pesquisadora apontava para um projeto educativo orientado para a pedagogia da virtualidade, ou a educação realizada via internet. Segundo ela, as tecnologias infocomunicacionais são instrumentos e por isso não fundamentam qualquer projeto educativo, o qual necessita ter uma base pedagógica norteadora. Ela apostou as fichas na educação emancipadora, dialógica. Nesses termos, a educação via internet, para ela necessitaria respeitar as subjetividades envolvidas, a cultura e o contexto dos participantes, permitindo a eles a possibilidade de intervirem e melhorarem seu contexto social e político.

O projeto educacional presente no que entendemos por Pedagogia em Rede é bem diferente. De comum, há o emprego das tecnologias digitais de comunicação, a teia rizomática que captura e congrega os diferentes pontos interconectados. Mas a paisagem que é estabelecida por esse projeto é bem outra e culmina na Escola do Cansaço.

A Pedagogia em Rede é uma extensão da sociedade contemporânea que se delinea por uma intrincada rede global de comunicação e informação, cujo modelo de ensino-aprendizagem resultou na metamorfose das interações humanas e no

funcionamento das instituições. Essa nova forma de educação segue os mesmos princípios da "sociedade em rede" proposta por Manuel Castells, e representa uma integração no modelo global de transmissão de informações.

Para ele, a internet não é mera tecnologia, mas meio de comunicação que passou a organizar a sociedade contemporânea:

A internet é o coração de um novo paradigma socio-técnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação. O que a internet faz é processar a virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos. (CASTELLS, 1999, p. 287)

As redes constituem "a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura". (CASTELLS, 1999, p. 497). A rede é um conjunto de nós interconectados, que "configuram os processos e funções predominantes em nossas sociedades" (idem, p. 498). De acordo com Castells,

Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na informação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínua; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo. *Mas a morfologia da rede também é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder.* As conexões que ligam as redes (por exemplo, fluxos financeiros assumindo o controle de impérios da mídia que influenciam os processos políticos) representam os instrumentos privilegiados do poder. Assim, *os conectores são os detentores do poder.* Uma vez que as redes são múltiplas, os códigos interoperacionais e as conexões entre redes tornam-se as fontes fundamentais da formação, orientação e desorientação das sociedades. (idem, p. 566 - grifo nosso)

O sociólogo ressaltou também duas características do capitalismo da Sociedade em Rede

*[...] é global e está estruturando, em grande medida, em uma rede de fluxos financeiros.* O capital funciona globalmente como uma unidade em tempo real; [...]. Embora o capital financeiro, em geral, estivesse entre as frações dominantes do capital, estamos testemunhando a emergência de algo diferente: a acumulação de capital prossegue e sua realização de valor é cada vez mais gerada nos mercados financeiros globais estabelecidos pelas redes de informação no espaço intemporal de fluxos financeiros. *A partir dessas redes o capital é investido por todo o globo e em todos os setores*

*de atividade*: informação, negócios de mídia, serviços avançados, produção agrícola, saúde, *educação*, tecnologia, indústria antiga e nova, transporte, comércio, turismo, cultura, gerenciamento ambiental, bens imobiliários, práticas de guerra e de paz, religiões, entretenimento e esportes. [...] (idem, p. 567 - grifo nosso)

Como a sociedade em rede é caracterizada pela ampla interconexão de indivíduos, organizações e dispositivos, e perpassa todos os âmbitos sociais, também a área da educação foi atravessada pelas infovias, sendo que atualmente testemunhamos a radicalização da cibereducação mediante o fenômeno das grandes empresas educacionais<sup>3</sup> em rede, que atuam na educação formal.

Outro vetor fundamental para o diagnóstico dessas holdings é o ciberespaço. Este termo tem origem na literatura de ficção científica de William Gibson que, no romance *Neuromancer* (1984), fixou o ciberespaço como o ambiente artificial não físico criado virtualmente e por onde transitavam dados, e eram constituídas as interações simbólicas e as relações sociais de diferentes tribos.

Nos fins do século XX, Pierre Lévy observou os efeitos culturais provocados pelas novas tecnologias digitais e estabeleceu que o ciberespaço, entendido por ele como uma *rede*, era o novo *lócus* de comunicação e de interação instituído pela interconexão mundial dos computadores e das memórias deles, sendo que a palavra especificaria a “infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo”. (LÉVY, 1999, p. 16-17) Nesse espaço, os dados estariam à disposição dos e das interconectadas e ele se caracterizaria especialmente pela ubiquidade da informação, pela instantaneidade da comunicação, pela interconexão e interatividade dos documentos, pela telecomunicação recíproca e assíncrona de grupos e entre grupos.

O filósofo naquela época já chamava a atenção para as mudanças que ocorreriam no campo educacional: para a necessidade de repensar as práticas pedagógicas, as metodologias de ensino em função de novos suportes pedagógicos, os conceitos de ensino e de aprendizagem, e o próprio papel dos docentes nesse processo.

Associada ao ciberespaço emergiu a cibercultura. André Lemos (2003) afirmou que ela deveria ser entendida como uma nova forma sociocultural resultante

---

<sup>3</sup> A esse respeito ver, por exemplo, os artigos A financeirização da educação: os fundos de investimentos nos “grupos educacionais” e Sistemas de ensino privados em redes públicas de educação: relações com a organização do trabalho na escola, referenciados por nós.



da relação simbiótica entre as novas tecnologias da microeletrônica, a sociedade e a cultura, e que por isso, estaria marcada pelas tecnologias digitais. Esse fato implicou a produção de dispositivos que facilitaram o acesso da população aos meios de comunicação e informação.

É no panorama da Sociedade em Rede, do Ciberespaço e da Cibercultura que localizamos a Cibereducação e a Pedagogia em Rede. A Cibereducação tem sido majoritariamente enfocada sob a rubrica do ensino-aprendizado e de construção do conhecimento, sendo que a modalidade de ensino à distância e o ensino híbrido e suas atividades síncronas e assíncronas são seus exemplos mais visíveis. Neste sentido, o termo abrange um conjunto de métodos didático-pedagógicos e suas práticas, o conjunto da infraestrutura tecnológica e seus aparatos, as formas de ensinar, e aprender e os comportamentos e hábitos desenvolvidos dentro da ciberescola, ou da dimensão da escola que trafega pelas infovias e pela nuvem. Entretanto, ela é mais ampla, uma vez que abrange também os processos administrativos e de gerenciamento das práticas educacionais nas redes públicas e privadas de ensino, desde o advento da internet. Devido ao escopo do artigo, esse aspecto não será abordado e sim, elementos da Pedagogia em Rede.

Para compreender esse fenômeno é necessário ainda um outro conceito, o de plataforma digital. É possível propor que a Pedagogia em Rede se refere a uma abordagem educacional que faz uso extensivo de plataformas digitais, majoritariamente comerciais, como aplicativos, sites e sistemas de gerenciamento de aprendizado, para oferecer conteúdo de forma remota. Ela está a reboque do que é conceituado como Plataformas digitais ou também como Capitalismo de Plataformas.

De acordo com Nick Srnicek (2018), testemunha-se atualmente um novo regime de acumulação do capital, uma vez que a exploração econômica dos *bits*, dos dados, dos rastros que cada interconectado deixa nas infovias tornou-se hegemônica nas mãos de grandes empresas transnacionais que controlam as plataformas e que podem, portanto, monopolizar, extrair, analisar, comercializar quantidades cada vez maiores de informações que são registradas e coletadas a partir do fluxo do tráfego de dados na internet.

Plataformas são um novo tipo de empresa caracterizada por fornecer infraestruturas digitais que intermediam diferentes usuários interconectados, tais como, provedores de serviços, clientes, produtores, anunciantes, distribuidores e objetos materiais. Elas operam em qualquer lugar onde haja uma interação digital e dependem da lógica da rede, fornecendo a infraestrutura digital básica para as trocas comerciais. Elas [...] 1) garantem aos usuários a possibilidade de construir seus próprios produtos, serviços e espaços de transações; 2) produzem e dependem de efeitos de rede, ou seja, quanto maior o número de usuários presentes nas plataformas mais valiosas elas se tornam, resultando em tendências monopolistas; 3) as plataformas geralmente utilizam subsídios cruzados entre diferentes ramos do negócio; 4) a partir de sua posição intermediária, as plataformas ganham não só acesso a mais dados, mas também o controle e direção sobre as regras do jogo, ou seja, sua arquitetura “aprisiona” seus distintos grupos de usuários. (FERRARIO, SANTANA, p. 3)

A pesquisadora José van Dijck explicou, por sua vez, a plataformização da sociedade em uma entrevista à Digilabour (2019)

A plataformização da sociedade refere-se à inextricável relação entre plataformas online e estruturas societárias. Muitos dos nossos setores sociais, seja transporte, saúde, educação ou jornalismo, têm se tornado quase inteiramente dependentes das infraestruturas digitais providenciadas pelas cinco grandes empresas de plataformas dos Estados Unidos: Google (Alphabet), Amazon, Facebook Apple e Microsoft. Eles arquitetaram suas infraestruturas de acordo com os mecanismos de plataforma que nós definimos como dataficação, mercantilização e seleção algorítmica. Gradualmente, devido às nossas dependências em relação a determinadas infraestruturas, esses mecanismos começam a estruturar nossas vidas inteiras. Por exemplo, as organizações jornalísticas estão cada vez mais dependentes dos mecanismos de distribuição online possuídos e operados por Facebook e Google. As escolas e universidades começaram a reestruturar seus currículos a partir dos ambientes personalizados de aprendizado fornecidos por Google, Amazon, Facebook e Microsoft.

Esses diagnósticos rebatem o difundido discurso da economia digital como uma “economia de compartilhamento”, porque estamos para ver algum compartilhamento dos estratosféricos lucros dessas empresas. Como Armand Mattelart advertiu, “nenhuma pedagogia de apropriação cidadã do meio técnico pode se eximir da crítica das palavras que, pretensamente apátridas, não cessam de se imiscuir na linguagem comum e de enquadrar as representações coletivas”. (MATTELART, 2006, p. 171).

A pandemia do Covid-19 incrementou o espectro *ciber* na educação brasileira, em todos os níveis, tornando-o necessária naqueles anos de escolas fechadas. Estudantes, professores, pais e responsáveis, gestores, escolas e as redes pública e privada de ensino da educação básica tiveram que fazer uso do ensino à distância ou do modelo híbrido. Para tanto, o processo de ensino-aprendizagem foi mediado pelas plataformas tecnológicas transnacionais, aspecto que gerou o fenômeno

conhecido como “plataformização da educação” ou “plataformismo educacional”. A pesquisa *TIC Educação - 2019* havia mostrado que somente 14% das escolas públicas faziam uso de alguma plataforma de ensino à distância nas atividades desenvolvidas. Em 2020, em plena vigência da pandemia e do fechamento das escolas, as plataformas de videoconferência como Zoom, Google Meet ou Microsoft Teams, foram usadas por mais de 80% das escolas estaduais.

Segundo os dados da pesquisa do Observatório Educação Viglada:

O Brasil é o país com o maior número de instituições públicas de ensino superior da América do Sul, com 144 instituições. Em números absolutos, das 281 instituições que utilizam soluções da empresa Google na América do Sul, 103 (37%) estão no país. Somente 21% das instituições públicas de ensino superior utilizam soluções alternativas de armazenamento de e-mails – o que está em consonância com a média do continente. Por outro lado, 72% das instituições brasileiras pesquisadas utilizam soluções da Google (a segunda maior porcentagem da América do Sul) e somente 8% utilizam soluções da Microsoft.

A pesquisa na Educação Básica mapeou as secretarias de educação dos estados, das capitais, e dos municípios com mais de 500 mil habitantes, totalizando 76 servidores analisados. Neste cenário, o número de servidores GAFAM e próprios está equilibrado em 50% para cada um. A exemplo do ensino superior, os servidores Google são maioria entre os que aderiram ao GAFAM sendo 32,9% (25 domínios), enquanto a Microsoft está com 17,11% (13 domínios).

Nas instituições de ensino superior, pesquisadas e informadas no sítio da organização, 79,17% das instituições utilizam os servidores das empresas reunidas na rubrica GAFAM (Google Amazon, Facebook, Apple, Microsoft); 71,50% utilizam o serviço de e-mail dessas empresas. As demais utilizam de empresas NÃO-GAFAM. Nas instituições da educação básica, pesquisadas e informadas no sítio da organização, 50% das escolas utilizam os servidores das empresas reunidas na rubrica GAFAM (Google Amazon, Facebook, Apple, Microsoft); 32,89% utilizam o serviço de e-mail da Google, 17,11% da Microsoft e 50% de empresas NÃO-GAFAM.

Conforme o relatório da pesquisa sobre a plataformização da educação elaborado pelo Comitê Gestor da Internet – Brasil, a massificação desse contexto abriu um leque de possibilidades e também de problemas e preocupações de diferentes ordens. No âmbito do acesso à internet e aos aparatos, ficou visível o tremendo hiato entre as classes sociais, fato que ecoa a percepção da sociedade brasileira desigualitária. Foram constatadas a falta de dispositivos (como celulares, computadores ou tablets) e a de acesso de qualidade à internet, aspectos apontados como os mais desafiadores, sendo que “[...] 91% dos gestores entrevistados

disseram ter criado grupos em aplicativos ou redes sociais como alternativa para comunicação e envio de atividades” (CGI-BR, 2022, p. 13). No domínio da oferta de infraestrutura tecnológica vigora a incompreensão majoritária de gestores, de pais/mães e responsáveis, de professores e estudantes acerca da lógica de funcionamento do capitalismo informacional que troca a aparente gratuidade do serviço prestado pelo acesso indiscriminado a dados pessoais e metadados relativos aos conteúdos e às informações compartilhadas e armazenadas pelas *Big Tech*. Como o relatório afirmou: “Tais empresas utilizam tecnologias de inteligência artificial (IA) para processar, analisar e identificar maneiras de monetizar os dados pessoais e sensíveis de usuários de forma automatizada, os quais são um dos principais ativos da economia digital hoje [...]” (id, p. 14) No campo da capacitação docente para o emprego do instrumental necessário para a condução do processo de ensino-aprendizagem mediado tecnologicamente, as redes de

de ensino têm incentivado educadores a participarem diretamente de treinamentos oferecidos pelas empresas fornecedoras de plataformas (BLIKSTEIN et al. 2021), criando uma dependência crescente do setor educacional em relação aos serviços oferecidos pelas grandes plataformas digitais. A falta de diversidade na adoção de aplicações e outras soluções digitais existentes parece ir de encontro ao pluralismo de ideias estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Tudo isso apresenta também uma discussão relevante não só do ponto de vista jurídico, mas também da autonomia das redes de ensino e, direta ou indiretamente, sob o olhar pedagógico do uso de tais ferramentas. (id., p. 15)

Na esfera da capacitação dos gestores, a terceirização dos serviços de TI para a iniciativa privada desestimula “a capacitação técnica de profissionais gestores públicos e estudantes, tornando-os cada vez mais dependente de tecnologias fechadas e estrangeiras”. (idem, p.16) Por fim, o processo de plataformização da educação obrigou os cidadãos, no cenário da educação garantida constitucionalmente como direito, a aderirem compulsoriamente ao mercado privado e à lógica assimétrica da relação entre empresas e consumidores, tal como explicitou Shoshana Zuboff (2021)

### 3 A PLATAFORMIZAÇÃO NA PEDAGOGIA EM REDE<sup>4</sup>

No que está sendo diagnosticado como Pedagogia em Rede, as plataformas digitais garantem o trânsito de uma ampla gama de recursos, como textos, vídeos, quizzes interativos e materiais multimídia. Isso permite que os/as educadoras escolham os recursos que melhor se adequem ao estilo de aprendizagem dos/das estudantes. Essa abordagem docente se baseia no uso estratégico da tecnologia para impulsionar o consumo de produtos educacionais, proporcionando acesso aos recursos ciberdidáticos que auxiliam o ensino-aprendizagem nas redes.

A interconexão das vias informacionais possibilitou um novo modelo de organização escolar, onde os educadores se tornam *colaboradores* e produzem em âmbito nacional. O controle da produção é regido por métricas cíclicas que são revisadas anualmente. O desenvolvimento dos produtos educacionais na educação em rede é promovido por meio de práticas que valorizam o consumo coletivo, que é realizado por meio de pacotes padronizados que fazem parte do designer dos produtos educacionais. Constata-se empiricamente que os produtos educacionais em rede estão transformando a relação estabelecida com o material didático. As plataformas de ensino on-line, as redes sociais educacionais, os ambientes virtuais de aprendizagem, as bibliotecas digitais, os sistemas de gerenciamento de aprendizado (LMS), os aplicativos de aprendizagem móvel, os recursos de realidade virtual e aumentada, os jogos educacionais on-line e a interação com as IAs são exemplos desses produtos que têm redefinido a moldura do novo cenário educacional. A lógica da rede é, por sua vez, imposta aos produtos e sua aplicação corrobora com a padronização da prática do ensino-aprendizagem nos espaços da educação básica.

Como na era da informação digital a cibereducação emergiu como um dos principais setores de negócios, atraindo o olhar de investidores de fora do setor, a rede privada de ensino é um seguro *locus* para a percepção desses fenômenos interconectados.

A educação em rede está sempre em movimento, e demanda uma adaptação constante às inovações tecnológicas e sociais, o que é um grande problema uma vez que a desigualdade digital é cotidianamente observada no trabalho em sala de aula. Outra preocupação recorrente é a coleta e armazenamento massivo de dados

---

<sup>4</sup> Parte considerável das considerações apresentadas resulta da experiência do mestrando como docente numa grande holding educacional brasileira. Essa experiência está na base da pesquisa em desenvolvimento no PROF-FILO UNIRIO, desde o início de 2023.

peçoais, que levantam suspeitas sobre vigilância e controle. As empresas podem usar esses dados para influenciar a vida das pessoas, como ressaltou Shoshana Zuboff (2021).

Nos últimos anos, observa-se uma crescente demanda de empresas de outros setores investindo na educação básica das redes privadas no Brasil. Esse movimento levanta várias discussões e a educação pública é citada como precária por falta de investimentos, o que alguns estudos apontam como fator determinante para o crescimento das *escolas privadas em rede*. A oportunidade de obter lucros é diversificada de acordo com os tickets médios do público atendido, através dos ciclos de mensalidades, venda de materiais didáticos e da oferta de serviços adicionais, como transporte escolar e atividades extracurriculares. Além disso, a privatização da educação básica tem se expandido no país, o que pode resultar em uma maior demanda por escolas particulares e, conseqüentemente, aumentar os ganhos dessas empresas. No entanto, é crucial destacar que a educação não deve ser encarada como um mero empreendimento comercial, mas sim como um direito fundamental e um investimento na formação de cidadãos críticos e conscientes.

O ensino mediado por sistemas virtuais sofisticados gera um padrão algorítmico de dados que são controlados por empresas ligadas às Big Techs e aos fundos de investimentos sediados em países que monopolizam essas tecnologias, fato que estabelece novas demandas no mercado. Como as redes de ensino privado na educação básica no Brasil têm como premissa central o foco nos resultados educacionais e econômicos, para alcançar esses objetivos elas utilizam uma ampla gama de recursos e dispositivos tecnológicos para melhor gerenciar as necessidades dos *negócios* da educação. Esses recursos tecno-informacionais estão integrados à rede escolar e incluem aplicativos dinâmicos, plataformas inteligentes, salas virtuais, programas de educação personalizados e ensinamentos segmentados, dentre outros produtos. No entanto, em muitos casos a integração de tecnologia nas escolas em rede não segue um modelo inclusivo, uma vez que se limita principalmente à esfera administrativa, que se posiciona através de um núcleo pedagógico que administra as métricas da empresa. Os recursos tecnológicos se concentram na melhoria da comunicação entre os colaboradores, customização, capacidade de incorporar conteúdo multimídia padronizado, relatórios em tempo real para acompanhar o progresso do sistema de ensino, construção de interfaces amigáveis e confiáveis.

É indubitável que Pedagogia das redes oferece muitas vantagens, tais como a integração de vários aplicativos que facilitam a comunicação e o compartilhamento

de ideias e materiais entre professores/professoras e estudantes, o estímulo ao desenvolvimento de habilidades criativas como vídeos, edição de fotografias, criação de conteúdos digitais e noções de tráfego nas infovias. Por exemplo, em alguns casos de disciplinas do Itinerário Formativo do NEM, os e as estudantes trabalham autoconfiança, autonomia no exercício de algumas atividades e flexibilizam seus planejamentos através de calendários dinâmicos. Contudo, existem alguns pontos que precisam ser considerados quando estamos tratando de educação. O uso em tempo integral e massivo de plataformas digitais pode levar a uma dependência excessiva de tecnologia, aspecto que pode afetar negativamente o desenvolvimento de habilidades sociais e de comunicação. Em diálogo com a proposta de Lúcia Santaella (2013) sobre a ubiquidade computacional, os dispositivos tecnológicos portáteis são cada vez mais comuns no ambiente ensino-aprendizagem, e no panorama educacional contemporâneo, admitimos que os sujeitos envolvidos na relação ensino-aprendizagem são parte dessa construção da revolução 4.0.

Por vezes parece que estamos diante da (possível) extinção da escrita à mão, hoje, uma vez que os/as estudantes usam suas câmeras para registrar os escritos nas lousas e transformam tudo em arquivos digitalizados. As interações físicas entre os e as estudantes estão num processo híbrido de ressignificação: como os espaços de fluxos ganharam notoriedade, aspecto já percebido por Castells, percebe-se que atividades em grupos, diálogos sobre os conceitos estudados e resolução de exercícios, que antes eram feitos em ambientes físicos, agora são assistidos por plataformas de Inteligência Artificial. A interação online tende a ser menos envolvente do que a interação pessoal, o que, por sua vez, pode afetar diretamente a participação das e dos discentes.

Quando estamos presentes fisicamente em uma sala, há maiores oportunidades de receber e transmitir sentimentos, de aproximação uns dos outros, e como há a proximidade para construir diálogos inclusivos, essa interação revela a amplitude ou os limites de compreensão dos e das alunas em relação aos conceitos apresentados na aula. É através do exercício da pedagogia dialógica, presencialmente realizada, que notamos melhor a pluralidade dos ambientes físicos de ensino-aprendizagem, os quais são extremamente dependentes da criatividade daqueles que estão presentes no encontro.

Quando a aula acontece de forma virtual, a primeira percepção é que estamos falando aos ventos, a participação dos e das alunas é infinitamente menor, muitos deles não ligam as câmeras por diversos motivos e não se sentem



confortáveis para abrir os microfones ou escrever textos como as perguntas no chat. É perceptível também que as dificuldades no acesso às salas virtuais potencializam as desigualdades digitais. Por isso torna-se importante que as e os educadores estejam cientes desses possíveis problemas e trabalhem para mitigá-los, a fim de garantir que a pedagogia das plataformas seja eficaz e beneficie todos os e as estudantes.

Na busca de repensar os espaços de ensino de Filosofia no contexto das multiformas da cibereducação é interessante fazer o exercício preliminar de entender as dinâmicas das escolas que adotam estes projetos pedagógicos e implementam de forma coercitiva a aceleração das potencialidades dos/das estudantes no novo cenário tecnológico da escola. Entender também os limites éticos que sustentam essa discussão faz-se necessário diante da prospecção de dinâmicas futuras que afetarão diretamente os modelos gerados nesses ecossistemas, que são dependentes das tecnologias inteligentes para mediar os debates educacionais.

Os assistentes digitais fornecem uma dimensão de dados significativa em um espaço curto de tempo, fato que alimenta uma série de perspectivas analítico administrativas que corroboram para criação de métricas desumanas no panorama apressurado de evolução dos ecossistemas de ensino. A escola, *a priori*, é um espaço pluridimensional que reproduz as diversas competências/habilidades que se entrelaçam nessas ambiências, onde pensar sobre o ensino-aprendizado é um exercício contínuo do dever e precisa ser encarada como uma instituição de socialização e alfabetização, e não um centro de treinamento para atletas de alta performance.

No âmbito da educação brasileira, pública e privada, percebe-se a presença de posicionamentos e lógica privados, porque os conglomerados empresariais passaram a controlar os projetos pedagógicos e suas aplicações por todo o país. Nesse cenário, a sala de aula e as práticas do ensino de filosofia estão passando por ressignificações, tendo em vista o conjunto de expectativas comerciais e de representações de setores privados.

Nos ecossistemas educacionais de alta performance a produtividade também acelera os processos de exclusão. Nesses ambientes não existe espaço para pessoas improdutivas - segundo as medidas neoliberais que valorizam a busca excessiva pela eficiência e o alcance de resultados imediatos, e, por

consequente, muitas vezes ocorre o risco de excluir alguns grupos de estudantes. Embora esse modelo possa ser eficaz para quem se enquadra na lógica da competitividade, ele tende a privilegiar os/as estudantes que se adaptam bem às estruturas e metodologias de ensino mais padronizadas, deixando de lado os *sacrificáveis* que não conseguem acompanhar o rebanho. As fraturas observadas no corpo de alunos demonstram a necessidade de uma releitura desse modelo pedagógico, porque nos espaços múltiplos, marcados pelas variedades de demandas pedagógicas e instabilidade em suas projeções, incontáveis discentes enfrentam barreiras socioeconômicas ou têm estilos de aprendizado não convencionais. A não adequação de muitos deles ao método torna-os excluídos ou marginalizados em um sistema que valoriza a uniformidade e a produtividade.

Por fim, pontua-se que nesse cenário também está presente o dilema pedagógico entre a utilidade e a qualidade na construção dos ecossistemas de ensino-aprendizagem na área da Filosofia. Conforme a reforma educacional do Ensino Médio de 2017, no já repetitivo movimento pendular da presença-ausência na educação básica, mais uma vez a Filosofia perdeu espaço como disciplina curricular obrigatória, sendo reprisado o velho argumento que questiona sua validade e utilidade para os estudantes. Nas escolas privadas em rede, o ensino de Filosofia permaneceu, uma vez que temas filosóficos são exigidos em vestibulares para importantes universidades brasileiras e no ENEM. Entretanto, o próprio modelo de ensino-aprendizagem vigente nessas escolas impacta a qualidade educacional. Cotidianamente, uma sensação de insuficiência perpassa os olhares dos atores de todos os segmentos da disciplina que atuam nas escolas em rede da iniciativa privada, que expressam também o que será apresentado como Escola do Cansaço.

#### **4 A ESCOLA DO CANSAÇO**

Um dos nossos objetivos é apresentar o primeiro esboço do que estamos propondo como “Escola do Cansaço”, em diálogo com o conceito de Sociedade do Cansaço desenvolvido por Byung Chul Han. Mediante tal noção, o filósofo sul-coreano discute como a sociedade contemporânea, caracterizada por um ritmo acelerado de vida, constante conexão digital e pressões sociais, está gerando um fenômeno de exaustão física e mental generalizada.

Para B. C. Han, na contemporaneidade neoliberal o *sujeito da obediência*, forjado na moderna sociedade disciplinar, deu a vez ao *sujeito do desempenho*. Na

sociedade hiperconectada, das vivências marcadas pela temporalidade 24/7, de crescentes trânsitos pelas infovias, vivenciamos a sociedade positiva do desempenho a partir da introjeção do bordão *yes, we can*, e da sobrevalorização das motivações e atividades motivacionais e do empreendedorismo como chave de interpretação da vida e do significado de viver, na medida em que tais valores capturaram o inconsciente social. Tal sociedade, caracterizada pela pressão constante por eficácia, rendimento e produtividade, tem contribuído para o desenvolvimento de infartos psíquicos de várias maneiras, como a pressão por desempenho, a cultura do excesso (*viver no hiper*), a medicalização e a violência neuronal que conduz ao esgotamento mental, emocional e até físico.

Segundo Han,

O sujeito de desempenho está livre da instância externa de domínio que o obriga a trabalhar ou que poderia explorá-lo. É senhor e soberano de si mesmo. Assim, não está submisso a ninguém ou está submisso apenas a si mesmo. E nisso que ele se distingue do sujeito de obediência. A queda da instância dominadora não leva à liberdade. Ao contrário, faz com que liberdade e coação coincidam. Assim, o sujeito de desempenho se entrega à *liberdade coercitiva* ou à *livre coerção* de maximizar o desempenho. • O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. [...] O explorador é, ao mesmo tempo, o explorado. [...] Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal. (HAN, 2015, p. 29-30)

Em outra passagem o filósofo coreano observou,

O plural coletivo da afirmação *Yes, we can* expressa precisamente o caráter de positividade da sociedade de desempenho. No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação. A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo *não*. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados. (HAN, 2015, p. 25)

E podemos acrescentar, *cansados* que padecem de *infartos psíquicos* (ou infartos da alma) sob a pressão dos valores, ritmos e mandato da sociedade do desempenho.

Para B. C. Han, os infartos psíquicos são uma forma de sofrimento que surge na sociedade contemporânea, caracterizada pela pressão constante por desempenho e produtividade. Essa pressão leva a um esgotamento mental e emocional que pode se manifestar em sintomas como a depressão, a ansiedade, a síndrome de Bournout e outros transtornos. Os infartos psíquicos são, por um lado, uma forma de colapso ocorrido quando a pressão por desempenho e produtividade

se torna insustentável, e podem ser vistos, por outro, como uma consequência da cultura do desempenho e da pressão constante por resultados. Para B. C. Han, os infartos psíquicos são também um sintoma da sociedade do cansaço, que é marcada pela pressão constante por desempenho e produtividade, e que leva a um esgotamento mental e emocional que pode ter consequências graves para a saúde mental das pessoas.

Sobre o adoecimento de docentes brasileiros, segundo Camilla Hoshino (2019),

Não é por falta de indicadores que o tema chama a atenção. De acordo com uma pesquisa realizada pelo site Nova Escola, com aproximadamente cinco mil docentes, 60% se queixam de sintomas de ansiedade, estresse e dores de cabeça, e 66% já sofreram com fraqueza, incapacidade ou medo de ir trabalhar. Dos entrevistados, 87% acreditam que os problemas de saúde são decorrentes ou intensificados pela profissão.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) também aponta que 71% dos 762 profissionais de educação da rede pública de várias regiões do país, entrevistados no início de 2017, ficaram afastados da escola após episódios que desencadearam problemas psicológicos e psiquiátricos nos últimos cinco anos.

Em outra passagem, a jornalista observou

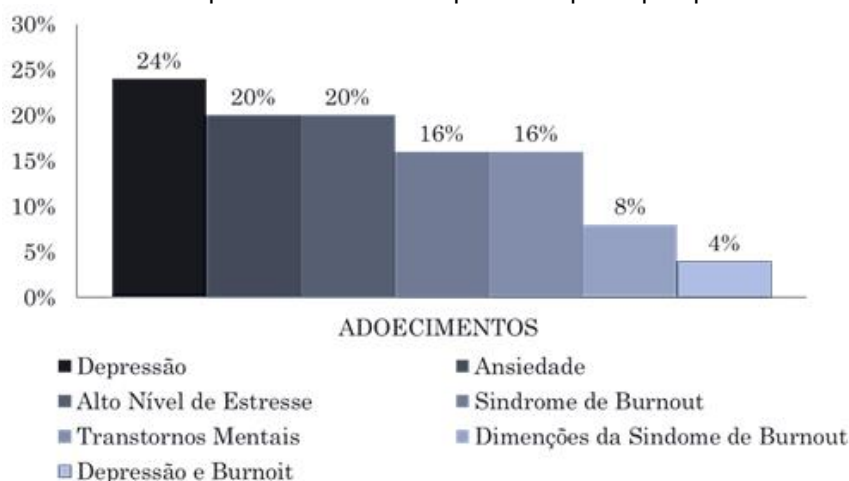
Episódios como o narrado por Andressa foram encontrados pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da UFPR que realizou um estudo com 1.021 professores do ensino público no estado do Paraná, identificando a presença de distúrbios psíquicos menores em 75% dessa população, depressão em 44% e ansiedade em 70%. Os sintomas são associados ao sexo feminino, a outras doenças e às condições de trabalho.

Entre os fatores responsáveis pelo sofrimento docente estão a desvalorização do trabalho dos professores, desrespeito por parte dos alunos, baixos salários, salas superlotadas, pressão por produtividade e cargas horárias exaustivas.

“O professor vem assumindo uma gama de funções, além daquelas tradicionalmente conferidas à especificidade de seu trabalho, sendo, ao mesmo tempo, desqualificado e sobrecarregado. Estimulam o potencial de aprendizagem dos alunos, ensinam a conviver em sociedade, cobrem as lacunas da instituição escolar, garantem a articulação entre escola e comunidade, e buscam, por conta própria, sua requalificação profissional”, relata a pesquisa.

Por sua vez, os pesquisadores Kelen Braga do Nascimento e Carlos Eduardo Seixas (2020) apresentaram, num gráfico, os principais adoecimentos de docentes mostrados pelas pesquisas que investigaram.

**Gráfico 1** - Principais adoecimentos apontados pelas pesquisas



Fonte: Nascimento; Seixas, 2020.

### Entre as principais causas, elencaram

Em relação aos fatores causais do adoecimento docente, os estudos apontaram principalmente questões relacionadas às condições de trabalho do professor, 13 estudos (52%), apontando questões como infraestrutura inadequada em sala de aula, salas em desconforto térmico, número excessivo de turmas, ausência de recursos materiais e humanos e a difícil acessibilidade às escolas (zona rural) – fatores percebidos principalmente na rede pública de ensino. [...] Também sobressaiu a questão da sobrecarga de trabalho, presente em sete estudos (24%), com em casos em que este necessita levar tarefas do trabalho para casa, a sua excessiva carga horária de trabalho (16%), trazendo também a exigência de cumprimento de horas que acarreta em presenteísmo, fazendo com que o sujeito tenha de trabalhar mesmo adoecido, [...] Houve também uma importante relação do adoecimento com dificuldades dos professores com alunos, apontado em nove estudos (36%), trazendo questões como dificuldades com alunos especiais (4%), o desrespeito dos alunos com o professor (4%), número excessivo de alunos por turma (8%), falta de motivação e problemas comportamentais dos alunos (12%), agressividade dos alunos (4%), e a perda de autoridade do professor em sala de aula (4%). [...] A falta de apoio também foi fortemente ressaltada nas pesquisas, apontada em oito estudos (32%), citando questões como o apoio insuficiente ao professor, falta de funcionários na equipe de apoio, falta de apoio por parte da escola, ausência de suporte social ou da comunidade, fragilidade da parceria escola/família, falta de apoio da equipe gestora na ação pedagógica, ausência de amparo diante da violência escolar. [...]

Adoecimento. Sobrecarga de trabalho. Falta de infraestrutura do ambiente de trabalho. Baixa valorização social e baixos salários fazem parte da reclamação em qualquer grupo de docentes.

A partir dessas prévias considerações passamos a apresentar o esboço de nossa proposta. Entendemos que na *Escola do Cansaço*, no âmbito da Pedagogia em Rede, operam dispositivos pedagógicos que priorizam a incessante busca pelo

desempenho e pela superação dos resultados. Nesse contexto, a eficiência e o sucesso, de docentes e discentes, são frequentemente considerados como métricas de desempenho, altruísmo e *status* social, que medem e comparam as pessoas. Essa mentalidade, que hoje permeia os espaços educacionais físicos e não-físicos, coloca uma lente direcionada à formação de pessoas competitivas, muito de acordo com valores apregoados pelo neoliberalismo. Tal modelo pedagógico está fundamentado na educação mecanicista de abordagem intensiva, carregada por discursos conteudistas, promessas de aprovações nos maiores concursos do país, o que exige dos atores envolvidos no processo uma espécie de anulação de si como pressuposto de desempenho excepcional.

A pedagogia de alto desempenho ergue-se sobre os pilares do discurso meritocrático, o que desvela o componente da ética neoliberal, e tem despertado preocupações em muitos docentes sobre os possíveis impactos desse modelo no processo pedagógico de ensino-aprendizagem. A carga horária excessiva, aliada à competição acirrada pelos “bons resultados”, é uma marca dos grandes grupos educacionais privados que controlam o atual cenário desses desdobramentos da educação no Brasil. As atividades são sincronizadas e obedecem a um formato único, estabelecendo naturalmente um padrão industrializado de produção, e nesse sistema a tecnologia da informação tornou-se a maior aliada na otimização das atividades em larga escala. A cultura do estudo é um dos pilares desses espaços, pois o aluno é incentivado a estudar até atingir um nível de exaustão; em alguns casos eles passam a maior parte dos dias da semana trancados em “salas de estudos”, se preparando para as avaliações semanais em busca de superação nos resultados ranqueados das turmas. O *ranking* consiste numa forma de diferenciar publicamente aqueles que se destacaram e que, em alguns casos, recebem uma certificação simbólica que os diferenciam dos demais membros do grupo. O aluno submetido ao modelo performático de educação encontra facilmente seus limites físicos e não-físicos. Nesse contexto não se trata de uma aceitação ou inclusão, mas, sim, um lugar garantido no *podium*. A quantidade de avaliações a que esses estudantes são submetidos anualmente ultrapassa, por vezes, os limites do bom senso. Diante dela frequentemente emerge a possibilidade de estarmos frente à desafiadora situação em que os/as estudantes estão experimentando uma espécie de *doping cognitivo* não medicamentoso, tendo em vista a aceleração dos processos cognitivos.

Para suportar essa pesada situação a estética da escola revela o empobrecimento da negatividade e um excesso de positividade. As paredes são decoradas com frases de estímulo, ao mesmo tempo em que os sujeitos daquele espaço são submetidos, todos os dias, à desumanização da vida e/ou à positividade excessiva do ambiente de aprendizagem. Esse movimento exclui qualquer possibilidade dialética com a negatividade tornando as percepções limitadas ao estímulo competitivo. Esse aspecto vai ao encontro do diagnosticado por Byung Chul Han

A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais "sujeitos da obediência", mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos. (HAN, 2015, p. 14)

A vida escolar do desempenho gera novas formas de violência diferentes das produzidas pela escola disciplinar, cuja trajetória serviu para disciplinar o corpo humano.

Um elemento importante no conceito de Han é a ideia de que, na sociedade contemporânea, muitas vezes nos tornamos nossos próprios opressores. A pressão para ser produtivo, estar sempre disponível e constantemente melhorar leva ao esgotamento mental e emocional. As escolas em rede embora possam conectar as pessoas, também contribuem para aumentar a ansiedade ao criarem um ambiente de comparação constante e de autopromoção. A Escola do Cansaço parece não ter como fim a autonomia ou liberdade, mas o aprisionamento das pessoas envolvidas nas relações de ensino-aprendizagem ao agenciamento do desempenho, da performance e à superprodução de resultados que estão atrelados ao trabalho que torna os indivíduos escravos de si.

Essas questões levantam a necessidade de reflexões sobre os efeitos adversos desse modelo pedagógico e sobre a importância de buscar um possível equilíbrio entre desempenho nos estudos e a sociabilidade dos sujeitos ligados ao espaço escolar. Atualmente, os grupos educacionais ou sistemas de ensino estão concentrando seus esforços para perceber e compreender novas dinâmicas tecnológicas que possam auxiliar no desempenho cognitivo dos alunos, professores e os diversos atores envolvidos nesse cenário, porque na "Escola do Cansaço" a positividade excessiva, a falta de espaço para o negativo e a perda da capacidade de se entediar frequentemente contribuem para o esgotamento das pessoas.



## 4 CONCLUSÃO

Este ensaio visou apresentar e discutir alguns aspectos da plataformização educacional presentes na educação básica brasileira, tendo como referência as discussões estabelecidas no âmbito da pesquisa sobre o ensino de Filosofia no Ensino Médio, desenvolvida Mestrado Profissional em Filosofia em Rede, PROF-FILO – núcleo UNIRIO. Para tanto, foram abordados a Cibereducação, enfocada desde o modelo educacional do que está sendo proposto analiticamente como *Pedagogia em Rede*, a partir das práticas educacionais presentes nas holdings educacionais privadas; o cenário da plataformização educacional, fenômeno que se encaixa no contexto do chamado capitalismo de plataforma; e apresentada, ainda em forma embrionária, o que está sendo proposto como *Escola do Cansaço*, observada a partir de algumas implicações presentes da vida e na prática docente de professores e professoras e dos/das estudantes do Ensino Médio que frequentam, especialmente, o terceiro ano do Ensino Médio numa grande rede educacional privada. Observa-se, por fim, a necessidade de aprofundar a reflexão sobre os desdobramentos presentes na *Escola do Cansaço* para encontrar maneiras de, pelo menos, aliviar o cansaço físico e emocional presentes no ambiente escolar, e também para realizar práticas dialógicas e críticas do ensino de Filosofia em meio a esses novos desafios.

## REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8 ed. ampliada e revisada. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CETIC.Br. **TIC Educação**. 2019. Disponível em: <https://www.cetic.br/pesquisa/educacao/>. Acesso em: 22 nov. 2021

CGI-BR. **Educação em um cenário de plataformização e de economia dos dados**: problemas e conceitos. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. Disponível em: [https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/20220929112852/educacao\\_em\\_um\\_cenario\\_de\\_plataformiza%C3%A7ao\\_e\\_de\\_economia\\_de\\_dados\\_problemas\\_e\\_conceitos.pdf](https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/20220929112852/educacao_em_um_cenario_de_plataformiza%C3%A7ao_e_de_economia_de_dados_problemas_e_conceitos.pdf). Acesso em: 22 nov. 2022

DIGILABOUR. **A sociedade da plataforma**: entrevista com José van Dijck. 06 de março de 2019. Disponível em: <https://digilabour.com.br/a-sociedade-da-plataforma-entrevista-com-jose-van-dijck/>. Acesso em: 22 nov. 2022

FERRARIO, Marcela N., SANTANA, Carlos H. V. **Capitalismo de plataformas, corrosão democrática e a consolidação do cibertariado no Brasil**. Dez. 2019. Disponível em: [https://enep.sep.org.br/uploads/1621\\_1615826238\\_FerrarioSantana-final\\_revisado\\_\(final\)\\_SEP1503\\_pdf\\_ide.pdf](https://enep.sep.org.br/uploads/1621_1615826238_FerrarioSantana-final_revisado_(final)_SEP1503_pdf_ide.pdf). Acesso em: 22 nov. 2022

GARCIA, Teise, CORREA, Bianca. Sistema de ensino privado em redes públicas de educação: relações com a organização do trabalho na escola. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 21, n. 38, p. 114–131, 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/5268>. Acesso em: 09 ago. 2023

GOMEZ, M. V. **Educação em rede**: uma visão emancipadora. São Paulo: Cortez, 2004

HAN, B-C. **A sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEMOS, André. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. *In*: LEMOS, A., CUNHA, P. (org). **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 11-23

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999

MATTELART. A. **História da sociedade da informação**. 2 ed São Paulo: Loyola, 2006.

MENDONÇA NETO, O. R; VIEIRA, A.M; ANTUNES, M. T. P. Industrialização da Educação, Edtech e Prática Docente. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 47, p. 149-170, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10702/5219> Acesso em: 06 jan. 2023.

MOROZOV. E. **Big Tech**: A ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018

OBSERVATÓRIO Educação Viglada. Disponível em: <https://educacaoviglada.org.br/pt/sobre.html>.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação ubíqua**: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013.

SLEE, T. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizando. São Paulo: Elefante, 2017

TURMENA, Leandro, NUNES, Sidemar. A financeirização da Educação: os fundos de Investimentos nos “grupos Educacionais”. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.22, p. 1-20, 2022

WILKE, Valéria C. L. Fisgados pelos nós das Redes no Mar que Navegamos – Informação e Regime de Visibilidade. **Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea**, v.1, n. 1-2, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do Capitalismo de Vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021

# A POLÍTICA DE CONTROLE DE TABACO NO BRASIL: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

**Renata Arthou Pereira<sup>1</sup>**

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da  
renata.pereira@inca.gov.br

**Elizabeth Artmann<sup>2</sup>**

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fiocruz  
bethartmann@gmail.com

---

## Resumo

Neste trabalho propomos um método de análise dos discursos elaborados por representantes de instituições governamentais e não governamentais que apoiam avanços na legislação e regulação sanitária brasileira em consonância com a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde (CQCT/OMS), assim como os argumentos contrários, que muitas vezes representam os interesses da indústria do tabaco. Utilizando o referencial habermasiano propomos abordar os diferentes discursos representados por diversos atores para analisar os tipos de argumentação intersubjetiva que expressam discursos teóricos e práticos ancorados no conceito tríplice de mundo de Habermas (objetivo, normativo e subjetivo) e como são costurados pela razão comunicativa para proposições de políticas públicas. O trabalho de Habermas tem sido apropriado de forma crescente na área da Saúde Coletiva e demonstra potencial explicativo para iluminar os problemas teóricos e práticos que desafiam a formulação de políticas, o planejamento e a gestão em saúde.

**Palavras-chave:** Política pública de saúde. Indústria do tabaco. Agir comunicativo.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/FIOCRUZ. Especialista, nos moldes de residência em saúde da família, pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/FIOCRUZ. Graduada em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FENF/UERJ). Trabalha na área de controle do tabagismo no Instituto Nacional de Câncer (INCA/MS), onde também já atuou na área de planejamento. Tem experiência nas seguintes áreas: Atenção Primária à Saúde, Saúde Coletiva, Planejamento e Gestão, Controle do Tabaco.

<sup>2</sup> Possui mestrado em Saúde Pública pela ENSP/Fundação Oswaldo Cruz (1993) e doutorado em Saúde Coletiva pela UNICAMP, Campinas (2002). É pesquisador titular da Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Política, Planejamento e Gestão em Saúde, atuando principalmente nas seguintes linhas de pesquisa/áreas temáticas: gestão hospitalar, planejamento estratégico e prospectiva em saúde, análise cultural organizacional; regionalização e descentralização em saúde, humanização, paradigma linguístico e saúde. É docente permanente no Programas de Pós-graduação em Saúde Pública da ENSP e no PPGSMC do IFF/Fiocruz e orientador de mestrado e doutorado.

## THE TOBACCO CONTROL POLICY IN BRAZIL: DISCURSIVE STRATEGIES

### Abstract

In this article we present a method of analyzing speeches prepared by representatives of governmental and non-governmental institutions that support advances in Brazilian health legislation and regulation in line with the World Health Organization Framework Convention for Tobacco Control (FCTC/WHO), as well as opposing arguments, which often represent the interests of the tobacco industry. Using the Habermasian framework, we propose to approach the different discourses represented by different actors to analyze the types of intersubjective arguments that express theoretical and practical discourses anchored in Habermas' triple concept of the world (objective, normative and subjective) and how they are stitched together by communicative reason for propositions of public policies. Habermas' work has been increasingly appropriated in Public Health and demonstrates explanatory potential to illuminate theoretical and practical problems that challenge policy formulation, planning and management in health.

**Keywords:** Public health policy. Tobacco industry. Communicative action.

### 1 INTRODUÇÃO

A incorporação de conceitos provenientes do trabalho de Habermas para a área da saúde tem sido crescente, apresentando propostas de análise para fenômenos importantes desde a formulação de políticas, planejamento e gestão até o cuidado em saúde. (RIVERA,1995; ARTMANN, 2001; PEDUZZI, 2001; LIMA, 2009; MULLER NETO, 2012; PEREIRA, 2013)

Caracterizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia, o tabagismo é uma doença causada pela dependência em nicotina, obtida por meio dos produtos do tabaco e geralmente iniciada antes dos 18 anos. (PAHO, 2022). Considerado a maior causa evitável isolada de adoecimento e mortes precoces em todo mundo (DROPE et al, 2018), é responsável por mais de 8 milhões de óbitos de pessoas por ano, sendo 1,3 milhões resultados de não-fumantes expostos ao fumo passivo (WHO, 2023). No Brasil estima-se 162 mil mortes/ano por doenças tabaco-relacionadas. (INCA, 2022)

Para o enfrentamento desse grave problema de saúde pública global em 2003, a 56ª Assembleia Mundial de Saúde (AMS), aprovou a organização do primeiro tratado internacional de saúde da OMS: a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (WHO, 2009).

O Brasil, por já ter adotado, durante a década de 1990, normas antitabagistas abrangentes e ter constituído uma expertise nacional em controle do tabaco com reconhecimento e influência internacional, coordenou o processo de elaboração da Convenção-Quadro da OMS durante os anos de 1999 e 2003 (INCA, 2022a).

Em 2005, a adesão do Brasil à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) foi formalmente ratificada pelo Senado Federal. Desde então, a implementação das medidas da CQCT/OMS passou a ser a Política Nacional de Controle do Tabaco (PNCT), uma política de Estado que tem obtido resultados positivos na queda da prevalência de fumantes (INCA, 2015).

Observa-se que essa política se baseia num pacote de medidas comprovadamente eficazes para alcance da redução da demanda e oferta de produtos de tabaco. Desta forma, tem objetivos instrumentais a serem alcançados, pois é uma atividade que busca êxito na obtenção de determinado resultado.

No entanto, a dimensão teleológica, está ancorada, pelas interações sociais entre os atores envolvidos mediadas pela intersubjetividade e estabelecida pela linguagem. Tanto que existe o reconhecimento de que, em grande parte, o êxito das ações antitabagistas no país se relaciona à construção de uma rede bem articulada constituída por grupos sociais distintos trabalhando ativamente de forma conjunta para atingir objetivos compartilhados (Teixeira *et.al*, 2022).

Com intuito de trazer luz a aspectos da implementação da Política Nacional de Controle de Tabaco no Brasil, por meio de conceitos habermasianos provenientes da Teoria do Agir Comunicativo, elaboramos este artigo. Entende-se a importância da atividade comunicativa e o papel da linguagem na condução de consensos fundamentais para o enfrentamento dos problemas de saúde pública.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 CONVENÇÃO-QUADRO PARA CONTROLE DO TABACO COMO UMA ATIVIDADE COMUNICATIVA: CONSTRUÇÃO DE CONSENSO PARA ENFRENTAMENTO DE UM GRAVE PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA**

Na Assembleia Mundial da Saúde, em 1978, os Estados-membros expressavam preocupação com o aumento alarmante da produção e do consumo de cigarros, especialmente nos países em desenvolvimento, nos quais anteriormente

não era disseminado, bem como na extensa campanha promocional de venda de cigarros através dos meios de comunicação de massa e com a associação desses produtos com eventos culturais e esportivos, induzindo os jovens a fumar (WHO, 1978).

Os esforços anteriores para conter a epidemia do tabaco revelaram-se ineficazes, os países isolados não conseguiam controlar o aumento do uso de tabaco, apesar de todo conhecimento científico acumulado sobre os malefícios do uso desses produtos, assim como a própria condição de doença crônica ligada à dependência à nicotina (WHO, 2009, Cavalcante 2005).

Essa ameaça estava sendo potencializada por estratégias de grandes companhias transnacionais de tabaco para se inserirem em economias de países subdesenvolvidos, bem como por desafios transfronteiriços, tais como a propaganda e o marketing de caráter universal, o comércio pela internet e o mercado ilegal de produtos de tabaco (INCA, 2015).

Esse cenário expõe a complexidade do problema e que era necessário ampliar os esforços para um modelo de ação, não apenas focado no indivíduo e nas questões de saúde, mas que incluísse as variáveis socioeconômicas e políticas concernentes à produção e consumo desses produtos.

Assim como, demonstrou a importância de se constituir uma ampla cooperação internacional para interferir de forma eficaz nos determinantes transnacionais que contribuíram para tornar o tabagismo uma pandemia (WHO, 2009).

A necessidade da constituição do tratado de saúde pública de controle ao tabaco emerge a partir do diagnóstico coletivo de que o problema a ser enfrentado era multifacetado, transdisciplinar e as propostas de intervenção também deveriam se dar nesse nível.

Ao elaborar recomendações universais sobre o controle do tabaco, os atores precisam entrar em consenso, por meio da interação e mediados pela linguagem na acepção habermasiana da Teoria da Ação Comunicativa (HABERMAS, 2012), para além do binômio emissor-receptor, a fim de legitimar a validade dos argumentos e garantir a coordenação cooperativa dos planos de ação.

O paradigma comunicativo, se refere à relação intersubjetiva onde os sujeitos que falam e atuam no mundo, buscando o entendimento entre si sobre algo. Ao fazer isso, os atores ao comunicarem-se, movem-se por meio de uma linguagem



natural, valendo-se de interpretações culturalmente transmitidas, armazenadas no mundo da vida e, referem-se simultaneamente a um *mundo objetivo*, o qual se refere ao mundo físico ou estados de coisas existentes; um *mundo social*, relacionado às normas sociais e culturais sob quais agimos e a um *mundo subjetivo* que se refere ao mundo interno dos indivíduos. (ARTMANN, 2001; HABERMAS, 2012).

No enfoque intersubjetivo habermasiano a linguagem assume o papel de articuladora da ação em geral e de todas as formas de saber ligadas à atuação sobre o mundo considerado em seu conceito tríplice e em relação a categoria mundo da vida. Tal categoria, representada pela cultura e pela razão comunicativa, está dialeticamente ligada à categoria sistema mediado pelo poder e pelo dinheiro, representado pela razão técnica, instrumental (Artmann, 2001).

Outra concepção importante é a da racionalidade da ação caracterizada por quatro tipos de ação: *Estratégica*, que corresponde a uma forma de conhecimento e intervenção sobre estados de coisas do mundo objetivo; *Normativa*, do mundo social, *Expressiva*, do mundo subjetivo e *Comunicativa*, capaz de integrar os três mundos (MULLER NETO, ARTMANN, 2012).

Apenas a ação comunicativa é capaz de se referir aos três mundos concomitantemente. A dialética entre ação comunicativa (fluída) *versus* discurso (argumentação) na busca pelo consenso é criadora de integração social e solidariedade.

Considerando os argumentos utilizados na prática discursiva que culminaram na elaboração do tratado de saúde pública para o controle do tabaco e as categorias da teoria da ação comunicativa: mundo da vida e sistema, temos a seguinte correlação relacionada ao **mundo objetivo**: evidências científicas que comprovam a relação entre tabagismo e o desenvolvimento de doenças, o qual é considerado fator de risco para cerca de 50 doenças dentre: cânceres, doenças do aparelho respiratório e cardiovasculares, contabilizado milhões de mortes no mundo tabaco relacionadas (DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES, 2004).

Referem-se ao **mundo social ou normativo** o fato de o tabaco ser uma droga não proibida é socialmente aceita, bem como, a recomendação da Convenção-Quadro de cada país buscar esforços para criar leis e normas a fim de implementar medidas de restrição da demanda e oferta de tabaco, a fim de legitimar na sociedade o que foi descoberto pela ciência. E ao **mundo subjetivo** observa-se

a escolha de iniciar a fumar e suas repercussões para o indivíduo que em contato com a nicotina tem experiência de prazer e recompensa (BRASIL,2022).

Podemos considerar que questões relacionadas a um mundo da vida compartilhado entre os agentes sociais que se debruçaram na elaboração do tratado e que serviu como pano de fundo comum para tarefas interpretativas em situações de interação. Embora a premissa de que "há um conflito fundamental e irreconciliável entre os interesses da indústria do tabaco e os interesses da saúde pública." Artigo 5.3 da CQCT (INCA, 2016, p. 6), na concepção habermasiana tudo é tematizável e este conflito também foi alvo de conversações.

A indústria do tabaco, detentora de dinheiro e poder, fabrica e promove um produto que é cientificamente comprovado como causador de dependência química, que causa doença e morte, e que dá origem a uma variedade de problemas sociais, incluindo o agravo à pobreza, conforme o declara o princípio 1 do Artigo 5.3 da CQCT (INCA, 2016). Além disso, após documentos internos de grandes transnacionais de tabaco serem tornados públicos devido a litígio nos EUA, foi descoberto o uso de práticas desleais e fraudulentas para estimular a iniciação do tabagismo, assim como impedir a adoção de medidas de redução do tabagismo nos países (WHO, 2008, 2012).

Já se passaram 20 anos desde a adoção da Convenção-Quadro da OMS sobre Controle do Tabaco que tem como objetivo expresso no seu artigo 3o. "proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco" (INCA, 2015). Com a participação de 182 países comprometidos, em todo mundo, com a implementação de suas medidas, a Convenção-Quadro tem contribuído para diminuição da prevalência de fumantes que em 2000, abrangia cerca de um terço (32,7%) da população mundial. Em 2020, esta taxa diminuiu para menos de um quarto (22,3%) da população global que chega a 1,3 bilhões de pessoas (WHO, 2021).

## 2.2 POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO (PNCT)

As ações antitabagistas no país remontam desde a década de 60, por meio de iniciativas de órgãos governamentais, sociedades médicas, especialistas e organizações do terceiro setor que demonstram a necessidade urgente de alertar a

população sobre os males provocados pelo uso do tabaco e a necessidade de se criar um programa nacional de controle do tabaco. Tais feitos deram base para atuação coordenada a nível federal pelo governo que vai sendo constituída durante a década de 80 até que com o advento do Sistema Único de Saúde, é criado o Programa Nacional de Controle do Tabaco (1989), desenvolvido pelo Ministério da Saúde por meio do Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2012; TEIXEIRA, 2022).

Desta forma, o país, mesmo antes de se tornar signatário da Convenção-Quadro, já havia adotado normas antitabagistas na legislação nacional importantes como a lei de federal de 1996 que restringiu a propaganda de cigarros nos meios de comunicação e o estabelecimento de campanhas de educação em saúde (BRASIL, 1996).

Com a publicação do Decreto lei no. 5658, a partir de 2006 a CQCT/OMS passa a ser a Política Nacional de Controle do Tabaco (PNCT), um compromisso do Estado brasileiro.

No entanto, observa-se que esse processo de ratificação do tratado no país não foi simples. Ao contrário, foi alvo de forte oposição, relacionada principalmente ao prejuízo econômico que a implementação das medidas do tratado poderia causar à economia do país, diante da suposta relação causa e efeito abrupto: diminuição da exportação de folhas de tabaco e perda de empregos, o que impactaria também na qualidade de vida da população (RANGEL, 2017).

Neste período houve a propagação de argumentos contrários por parte de associação e sindicatos dos trabalhadores da cadeia produtiva do tabaco: agricultores que plantam fumo, bem como parlamentares provenientes das regiões produtoras de fumo no Brasil (INCA, 2015).

O país é um grande produtor de tabaco no mundo há décadas (FAOSTAT, 2020), exportando a maior parte da sua produção. Concentrada principalmente no Sul do país, mas também presente em alguns municípios da Região Nordeste, a produção de folha do tabaco fomenta a economia dos municípios que plantam fumo. Esta atividade econômica de longa data tem gerado uma forte cultura de produção ao redor do tabaco. Essa cultura é bastante complexa, e dela participam desde famílias e comunidades de agricultores que plantam fumo, até executivos de empresas transnacionais, passando por uma extensa rede de influência criada pelas empresas (BUAINAIN *et al*, 2009).

Esse cenário levou o governo com apoio de entidades médicas e sociedade civil a realizar audiências públicas nas regiões produtoras de fumo no país, com objetivo de explicar sobre os principais objetivos da CQCT e suas diretrizes, desmistificando alguns argumentos, como por exemplo que o tratado proibia o país de cultivar tabaco (Rangel, 2017).

Durante os debates nas audiências públicas, foram apresentados argumentos favoráveis, defendidos principalmente pelo setor saúde, relacionados aos benefícios para aumento da qualidade de vida da população, também da previsibilidade no artigo 17 do tratado de implementação pelos governos de alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte que seriam afetados a longo prazo pela redução do consumo dos produtos de tabaco (RANGEL, 2017).

Também foram expostos os argumentos contrários como não haver tido tempo suficiente para o debate, entre outros já mencionados relacionados à hipotética supressão da atividade econômica do cultivo e suas consequências para famílias agricultores e municípios produtores. Assim como, questionavam a restrição da liberdade do cidadão por conta das medidas cerceadoras ao consumo do tabaco (RANGEL, 2017).

Nesses debates houve ampla mobilização dos agricultores que participaram das audiências. No entanto, algumas entidades representativas desses trabalhadores figuraram como interlocutores dos interesses da indústria do tabaco (INCA, 2004).

Em países produtores de folhas de tabaco, a indústria financia associação de trabalhadores da fumicultura para defender seus interesses, foi o que revelou documentos internos de grandes transnacionais de tabaco, tornados públicos devido a litígio nos EUA e que citavam o financiamento de algumas dessas organizações no Brasil. (INCA, 2004; WHO, 2008, 2012)

A ação comunicativa constitui-se quando os participantes aceitam as pretensões de validade que formam o consenso a partir da referência a um mundo da vida compartilhada que lhes garanta as pré-interpretações necessárias ao entendimento (RIVERA, 1995).

Verifica-se o discurso quando se interrompe a ação comunicativa fluida para um processo de argumentação crítica que resulta da reivindicação da legitimidade de uma determinada pretensão de validade. Tal condição ocorre quando um

fragmento do mundo da vida se torna problemático, uma questão a ser tematizada. Construído o novo consenso, este saber pode retornar ao mundo da vida (RIVERA, 1995).

O discurso resulta no resgate das pretensões de validade, existem as pretensões de verdade que se referem ao mundo objetivo; pretensões de correção normativa sobre o mundo social e pretensões de sinceridade relacionadas ao mundo subjetivo (RIVERA, 2015).

Observa-se a tematização do processo de ratificação da CQCT no país, por meio da construção de argumentos contrários e do entendimento de que o conteúdo de alguns proferimentos do discurso não se sustentavam como verdadeiros, legítimos e sinceros.

Foi construído um novo consenso que permitiu viabilizar a incorporação da Convenção-Quadro no país, a partir do reconhecimento de que era urgente criar um mecanismo governamental que pudesse propiciar alternativas economicamente viáveis aos agricultores produtores de tabaco. Desta forma, a ratificação do tratado foi vinculada a criação de um programa desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário denominado Programa nacional de diversificação em áreas cultivadas com o tabaco.

Transcorridos quase 18 anos da ratificação, o Brasil continua integrando o quadro dos países que mais produzem e exportam tabaco. O Programa de diversificação avançou na construção de uma metodologia baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável, da segurança alimentar, da diversificação produtiva e da participação social. No entanto, por ter sido alvo, ao longo dos anos, de racionamento de recursos e descontinuidade não conseguiu atingir sua plenitude.

### **3 CONCLUSÃO**

O desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Tabaco ocorre a partir da execução de ações de caráter interdisciplinar e intersetorial, abrangendo a articulação das ações de diferentes Ministérios e das Secretarias Estaduais de Saúde, coordenadas pelo Ministério da Saúde com apoio da academia, sociedade médicas, organizações não governamentais que atuam para permitir o avanço na incorporação das medidas da Convenção-Quadro.

Para a coordenação das ações é importante o reconhecimento mútuo dos atores envolvidos da validade dos argumentos sobre dada situação, a fim de legitimar e garantir a eficácia das intervenções pactuadas, considerando critérios de validade relacionados à verdade-falsidade para o mundo objetivo/científico, critérios de correção para o contexto normativo e de veracidade/autenticidade para o mundo subjetivo dos atores. Nesse contexto de razão ampla e interdisciplinar, o consenso necessário para promover ações de cooperação e colaboração ocorre por meio da ação comunicativa.

O trabalho abordou reflexões sobre a relevância do componente comunicativo para as práticas e políticas de saúde que mesmo tendo a ação teleológica/instrumental por meio do alcance de metas previamente estabelecidas, necessita da interação intersubjetiva para conjugar os planos de ação. Apesar de o Brasil ter tido um papel de destaque na construção de um consenso internacional de saúde pública (INCA, 2015), esse precisou ser legitimado internamente com outros atores sociais antes de se tornar uma política nacional.

As categorias teóricas da TAC desenvolvidas por Habermas (ação comunicativa e discurso; mundo da vida e sistema) aqui trabalhadas mostram seu potencial explicativo sobre a implementação da PNCT, constituindo-se em categorias analíticas valiosas na área da saúde, desde que contextualizadas em cada situação e que podem ser aprofundadas em novos estudos.

## REFERÊNCIAS

ARTMANN, Elizabeth. Interdisciplinaridade no enfoque intersubjetivo habermasiano: reflexões sobre planejamento e AIDS. **Ciênc Saúde Coletiva** 2001; v.6, n.1, p.183-195, 2001.

BRASIL. **Lei no 9.294, de 15 de junho de 1996**. Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4o do art. 220 da Constituição Federal. Brasília, 1996.

BRASIL. **Portaria Conjunta nº 10, de 16 de abril de 2020**. Aprova o protocolo clínico e diretrizes terapêuticas do tabagismo. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-10-de-16-de-abril-de-2020-253756566>. Acesso em: set.2023.

BUAINAIN, Antônio Marcio. et al. **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil**. Campinas: Unicamp, 2009.



DROPE, J. *et al.* **The tobacco atlas**. 6. ed.. Atlanta: American Cancer Society and Vital Strategies, 2018. Disponível em: <https://untobaccocontrol.org/taxation/e-library/wp-content/uploads/2019/07/Tobacco-Atlas-2018.pdf>. Acesso em: set 2023.

FAOSTAT. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**. 2020 Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#home>. Acesso em: set 2023.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **A ratificação da convenção-quadro para o controle do tabaco pelo brasil**: mitos e verdades. Rio de Janeiro: INCA, 2004. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mitos\\_verdades.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mitos_verdades.pdf). Acesso em: jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ DE ALENCAR GOMES DA SILVA. **Convenção-quadro para o controle do tabaco**: texto oficial. 2. reimpr. Rio de Janeiro: INCA, 2015. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/convencao-quadro-para-o-controle-do-tabaco-texto-oficial>. Acesso em: 27 jan. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). **O controle do tabaco no Brasil**: uma trajetória. Rio de Janeiro: INCA, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. **Diretrizes para implementação do artigo 5.3 da Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde para o controle do tabaco**. Rio de Janeiro: INCA, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Observatório da Política Nacional de Controle do tabaco. **Mortalidade no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/gestor-e-profissional-de-saude/observatorio-da-politica-nacional-de-controle-do-tabaco/dados-e-numeros-do-tabagismo/mortalidade-no-brasil>. Acesso em: 25 jun. 2023a.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Observatório da Política Nacional de Controle do tabaco. **O que é a Convenção-Quadro para controle do tabaco**. 2002a Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/gestor-e-profissional-de-saude/observatorio-da-politica-nacional-de-controle-do-tabaco/convencao-quadro>. Acesso em: 25 jun. 2023.

LIMA, Juliano de Carvalho, RIVERA, Francisco Javier. Agir comunicativo, redes de conversação e coordenação em serviços de saúde: uma perspectiva teórico-metodológica. **Interface (Botucatu)**, v.13, n.31, p.329-42, 2009.



MULLER NETO, Júlio, ARTMANN, Elizabeth. Política, gestão e participação em saúde: reflexão ancorada na teoria da ação comunicativa de Habermas. **Ciênc Saúde Coletiva**, n.17, p.3407-16, 2012.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. **Resolutions of the 39th World Health Assembly of interest to the Regional Committee**. Washington, D.C. US: Pan American Health Organization, 1986. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/30360>. Acesso em: mar. 2022.  
PEDUZZI, Marina. Equipe Multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Rev Saúde Pública**, v.35, n.1, p.103-109, 2001.

PEREIRA, Renata Cristina; RIVERA, Francisco Javier, ARTMANN, Elizabeth. O Trabalho multiprofissional da Estratégia Saúde da Família: estudo sobre modalidades de equipes. **Interface (Botucatu)**, v. 17, n.45, p.32-40, abr./jun. 2013.

RANGEL, Erica Cavalcanti *et al.* O processo decisório de ratificação da Convenção-Quadro para o controle do tabaco da Organização Mundial da Saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, 2017.

RIVERA, Francisco Javier. **Agir comunicativo e planejamento social**: uma crítica ao enfoque estratégico. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; NETO, Luiz Alves Araújo; TURCI, Silvana Rubano Barretto; FIGUEIREDO, Valeska Carvalho. **Luta contra o tabaco no Brasil**: 40 anos de história. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2022. Disponível em: <https://ohs.coc.fiocruz.br/livro/luta-contra-o-tabaco-no-brasil-40-anos-de-historia/> Acesso em: jan 2023.

U.S. DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES. **The health consequences of smoking**: a report of the surgeon general. Atlanta: U.S. Department of Health and Human Services, Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Chronic Disease Prevention and Health Promotion, Office on Smoking and Health, 2004. Disponível em: <http://www.surgeongeneral.gov/library/smokingconsequences/>. Acesso em: out. 2023

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Official records of the world health organization. Thirty first world health assembly**. Part 1: resolutions e decisions. Geneva: World Health Organization, 1978. Disponível em: [https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/86043/Official\\_record247\\_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/86043/Official_record247_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: agosto 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Framework Convention on Tobacco Control FCTC/WHO. **Tobacco industries interference with tobacco control**. Geneva: World Health Organization, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Framework Convention on Tobacco Control FCTC/WHO. **Guidelines tobacco industries interference**. Geneva: World Health Organization, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Fact sheet. tobacco**. Geneva: World Health Organization, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/tobacco>. Acesso em: 24 fev. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO global report on trends in prevalence of tobacco smoking 2000–2025**. 4. ed. Geneva: World Health Organization, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240039322>. Acesso em: out. 2023.

## UM NOVO ÁGORA INFORMACIONAL

Oswaldo Francisco de Almeida Junior  
UNESP/Marília<sup>1</sup>  
ofaj@ofaj.com.br

---

### Resumo

Partindo do confronto entre as reflexões presentes em um texto publicado em meados dos anos 1990 e as de hoje, discute-se aspectos da democracia da informação. No texto anterior, a base das análises é a concepção de democracia na Grécia antiga, em que a ideia de cidadão excluía muitos dos segmentos da sociedade. Hoje, apesar das mudanças e transformações sociais, o acesso à informação ainda está reservada para grupos exclusivos e restritos que podem fazer uso de ferramentas tecnológicas mais atualizadas. O fosso entre os que possuem e os que não possuem informações continua o mesmo. O texto está estruturado e desenvolvido em pontos discutidos mais aprofundadamente ou apenas indicados para que sejam focos de preocupação e interesses posteriormente. Conclui-se que pouco ou nada se alterou entre as conclusões do texto primeiro e a situação de agora.

**Palavras-chave:** Internet. Democracia da informação. Cidadania. Acesso à informação.

## A NEW INFORMATIONAL ÁGORA

### Abstract

Starting from the comparison between the reflections present in a text published in the mid-1990s and those of today, aspects of information democracy are discussed. In the previous text, the basis of the analyzes is the conception of democracy in ancient Greece, in which the idea of a citizen excluded many segments of society. Today, despite social changes and transformations, access to information is still reserved for exclusive and restricted groups who can make use of more up-to-date technological tools. The gap between those who have and those who do not have information remains the same. The text is structured and developed into points discussed in more depth or simply indicated to be foci of concern and interests later. It is concluded that little or nothing has changed between the conclusions of the first text and the current situation.

**Keywords:** Internet. Information democracy. Citizenship. Access to information.

---

<sup>1</sup> doutor e mestre em Ciências da Comunicação pela USP - professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP/Marília; professor associado da Universidade Estadual de Londrina. Membro vogal da diretoria da EDICIC – Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação de Iberoamérica e Caribe.

O texto foi estruturado com divisões em tópicos que, entendo, norteiam e embasam as discussões desenvolvidas ou ainda por se desenvolverem. Há tópicos um pouco mais aprofundados e outros que são apenas sinalizados e merecerão, em outros momentos, uma abordagem mais específica e direcionada.

No final dos anos 80 ou início dos 90, publiquei um texto chamado *Ágora Informacional* em que defendia a existência de um número restrito de pessoas com acesso às informações veiculadas e disseminadas pela internet, em sua versão ainda incipiente.

A proposta era a de comparar o início da democracia na Grécia antiga, com a concepção de um espaço democrático proveniente da ampliação do acesso às informações de maneira virtual. Na primeira – Grécia antiga – as discussões e as decisões eram tomadas em praça pública – *Ágora* – pelos cidadãos. Mas, como nos lembra Marilena Chauí (1994), na categoria cidadão, eram excluídos os escravos, as mulheres, as crianças; como a autora acima nos explica: “Mulheres, crianças, estrangeiros e escravos estão excluídos da cidadania, que existe apenas para os homens livres adultos naturais de Atenas.” (Chauí, 1994, p.111).

O texto da época abordava muitos aspectos que dificultavam o acesso às redes de informação por parte da maioria da população,

Para que um candidato a “internauta” possa freqüentar “sites” e “home pages”: o interessado deve possuir: a) um computador; b) um “modem”; c) uma linha telefônica (que, convenhamos, com a atual estrutura da telefonia brasileira não é algo tão simples e fácil). Além disso, é necessário o vínculo a um “provedor”, que em troca do acesso à grande rede, cobra uma módica mensalidade [...]. As exigências acabam por aqui? Ainda não: a conexão do micro com a rede, via provedor, se faz através de um software e de determinadas configurações. Um mínimo de convivência com computadores e conhecimento básico da língua inglesa também estão implícitos entre os itens que se requerem para a utilização da Internet. (Almeida Junior, 1998; 1999)

A relação entre as dificuldades para se fazer “representar” e participar das discussões e decisões na Grécia antiga e nas redes de informação na época em que o texto citado foi elaborado, não era idêntica, mas possuía muitos pontos semelhantes.

Na época a maioria dos pesquisadores estavam preocupados muito mais com as tecnologias - quer seja dos equipamentos, hardwares, quer seja dos programas, softwares - do que com o conteúdo. As influências das novas tecnologias eram uma preocupação, mas voltada para a recepção e como isso implicaria no acesso às

informações. Em relação ao conteúdo em si, os olhares estavam mais voltados para a disseminação, a veiculação, a propagação das informações. Claro que já existiam as informações enganosas, as informações mentirosas, uma vez que isso é recorrente na história. As discussões sobre as informações enganosas e falsas foi objeto de interesse de Umberto Eco em, ao menos, duas de suas obras ficcionais: O cemitério de Praga e Número Zero. Creio que esses dois livros devem fazer parte das leituras dos que pesquisam esse tema.

A preocupação com a tecnologia, mais do que com o conteúdo da informação, não foi próprio de um único momento. Vivenciei uma situação no início dos anos 1980 que demonstra, em parte, o que estou afirmando aqui. Nessa época, a ideia de internet aberta e de acesso a todos estava ainda se apresentando de forma embrionária, com a presença das BBS - Bulletin Board System - que exigiam a relação entre um computador e um servidor, via telefone. O usuário conseguia acesso a essas informações que eram restritas ao disponível no servidor. Tal acesso era cobrado por "pulsos", que equivalia, cada um deles, a 4 minutos. O primeiro pulso era cobrado assim que a ligação era completada. Dessa forma, um acesso a uma BBS era bem cara. O mesmo se dava aos acessos aos bancos de dados internacionais, levando a que os pesquisadores fizessem um planejamento prévio de formas de busca para que a conexão telefônica, em especial a internacional, fosse a mais rápida possível.

Em São Paulo foi criado pela companhia telefônica da época - Telesp -, o Videotexto que permitia, via um computador, acesso a informações existentes no servidor dessa empresa. Dizia-se que havia linhas ociosas, o que justificava a implantação do serviço, mas, em seguida, problemas com fluxo de telefonemas na cidade de São Paulo, fez com que o Videotexto fosse descontinuado. Escrevi um texto, naquele momento, chamado: "Videotexto, uma tecnologia com a linha ocupada", evidenciando os problemas pelos quais passava o serviço. Os equipamentos para acesso eram importados. O local onde eu trabalhava na época fez uma proposta de pesquisa sobre o impacto do Videotexto na sociedade. Participei da reunião com os diretores da Telesp, e ouvi deles, claramente, o interesse em criar condições para produção; no Brasil, de equipamentos que evitassem a importação e que pesquisas como a proposta, não constava entre os interesses e preocupações deles. A opção era totalmente voltada para os equipamentos. E pouca coisa mudou daquele momento até agora.

Falamos muito em desinformação, em contrainformação, em misinformação, em fake news, em pós-verdade. Por que não pensamos em desconhecimento? Não no sentido de não conhecer algo, mas como a consequência das apropriações, entendidas e aceitas como verdadeiras, de desinformação. A ideia de desconhecimento deve, dentro das possibilidades e limites do tema, fazer parte das preocupações dos que atuam com a informação.

O mais importante, voltando para as discussões sobre o momento em que o texto “Ágora Informacional” foi elaborado, era a disseminação dessa informação, incluindo as concepções teóricas da área de CI. Defendia-se um modelo matemático da informação, muito mais quantitativo, objetivo, palpável. A proposta era determinar quanto de informação seria transmitida, entendendo que a quantidade corresponderia ao atendimento das necessidades explicitadas pelos demandantes.

As preocupações com o uso frequente de Tecnologias de informação e comunicação ainda estão presentes, com poucas informações sobre as implicações futuras desse uso excessivo, mas, de tempos para cá, olhares de vários segmentos da sociedade estão atentos ao conteúdo veiculado.

De maneira errônea, muitos afirmam que a internet democratiza a informação. Tempos atrás surgiu a ideia de desmediação que sustentava a existência de uma ação direta dos usuários quando do acesso às redes eletrônicas. Qualquer acesso sempre será intermediado, mediado pelos que produzem as informações. A ideia não prosperou e hoje está descartada pela maioria dos que estudam essa temática.

Ouso afirmar que a internet, ao contrário do que se propaga, não democratiza a informação, mas cria espaços em que a elitização da informação pode prosperar, pode ser mais enfática.

Talvez o maior problema em relação à idéia de democratização da informação esteja no próprio conceito de democratização. Ou, ainda, no próprio conceito de acesso. O que consideramos acesso à informação? A mera possibilidade de ter em mãos um suporte que aborde o assunto requerido, sem, no entanto, nada entendermos do que está lá registrado? Acredito que a informação só se concretiza quando é assimilada, entendida, compreendida. Quem determina isso é a própria pessoa, ou, numa linguagem bibliotecária, o próprio usuário. (Almeida Junior, 1999)

É verdadeira a ideia de que na internet estão todas as informações, concretizando o antigo anseio da biblioteca universal? É claro que não. Desejamos

que isso seja verdadeiro, pois todas as buscas estariam centradas em um único espaço e facilmente acessíveis.

A proposta de democratização da informação esteve presente no nascimento ou, melhor dizendo, no início do grande desenvolvimento das TIC.

A ideia de democratização da informação, já de antes, mas principalmente hoje, desmoronou. Todos podem falar o que quiserem, a possibilidade é aberta. De repente, um vídeo, uma imagem, um texto – curto -, uma frase viraliza. Qual o conteúdo, no entanto, do que viraliza? Normalmente, o entretenimento, o que arranca um sorriso de quem lê, vê, ouve. Do mesmo modo, as pessoas são livres para postar o que quiserem, não há impedimento. Não há controle? Mesmo postando o que deseja, o alcance do que está sendo transmitido é pequeno, circunscrito a um número quase que insignificativo de seguidores. Qualquer um pode divulgar e publicar o que deseja, mas há, também, um crivo dos que dominam as redes. Os contrários – quando uma publicação ultrapassa os limites das bolhas – tendem a denunciar a publicação e, apesar de seguir uma política em muitos pontos evasiva, os provedores, mantenedores e donos das redes, tomam as decisões sobre a manutenção ou não do que foi publicado a partir, evidentemente, dos seus interesses, em especial os comerciais. Só para enfatizar, o fim último desses provedores é o lucro e não a democratização da informação. Para isso, eles precisam dominar o espaço. Como diz Ignacio Ramonet (2007), em um texto chamado A colonização do ciberespaço, se há espaço (físico ou virtual), há também a busca por sua colonização.

A dominação não precisa se preocupar com o conteúdo, mas com a disseminação, com o alcance das informações. Controla-se, sem grandes – ou nenhuma – ação, a distribuição.

Hoje, nos mais das vezes, nós repetimos slogans, frases suscintas que reproduzem um modo de pensar, uma ideia, concepções. E a frase tende a se passar como a verdade, embora não leve ela a uma discussão ou a um aprofundamento do tema. E é com base nesses slogans que as pessoas emitem e defendem opiniões, repassando frases idênticas ou semelhantes.

Há uma aparente tranquilidade em saber que muitos pensam como nós, mesmo que esse pensamento não tenha sido gerado em nós mesmos, mas imposto externamente.



Os slogans seguem a linguagem da internet, das mídias sociais. Os leitores desse ambiente, até pela estrutura física – que, por sua vez, interfere na construção de uma linguagem singular -, buscam informações rápidas, mesmo que pouco desenvolvidas e aprofundadas. Plataformas determinam quantidades máximas de caracteres para as postagens. Outras, mesmo sem ser uma exigência, recebem mensagens simplificadas, abreviadas e, em muitos casos, quando mais extensas, veiculadas oralmente. Estas, quando muito longas, são aceitas, mas não satisfatoriamente. Hoje há a possibilidade de aumentar a velocidade dos vídeos compartilhados nas redes.

Todos esses itens demonstram ou apontam para uma linguagem diferenciada em que o slogan pode ser umas formas de sintetizá-la.

O slogan e a rapidez convivem com propostas para a comunicação científica. Incentiva-se a publicação de artigos em revistas, em capítulos de livros organizados, com quantidades de páginas limitadas - entre 15 e 20 -, em que os temas analisados, discutidos e disseminados devem ser especificados e tratados rapidamente. A produção de livros está sendo desestimulada, pois não segue a linguagem das redes que, cada vez mais, vem ocupando espaços em outros segmentos de disseminação e veiculação.

Assim, o slogan não permite o aprofundamento e desestimula a reflexão. Se não penso mais aprofundadamente, preciso que me apresentem, resumidamente, concepções e ideias sobre as coisas e passo, desse modo, a trabalhar com ela. Mais do que isso, as assumo como minhas sem reflexões, apenas como respostas para as solicitações que a sociedade me faz.

Não há necessidades, interesses e desejos puros, crus. Do mesmo modo, não há demandas que atendam exclusivamente o que foi gerado no indivíduo. Somos um amálgama de olhares, de entendimentos de mundo, de explicações do mundo.

O conhecimento é construído individualmente. Somos nós que construímos o nosso próprio conhecimento. No entanto, essa construção só é viável, necessariamente, na relação com o mundo e com os outros. A dependência – o que aniquila a ideia de superioridade e de arrogância – é inata, é intrínseca ao ser humano.

Outra ideia que deve ser considerada é a de que somos inacabados e estamos em constante elaboração. O conhecimento é infinito – ou a possibilidade do conhecimento – e segue se expandindo, crescendo. Nossa relação com ele também tem essa característica. A verdade científica se faz sempre no momento e vai se alterando, se modificando em acordo com as descobertas, interpretações diferenciadas, compreensões novas. As certezas seguem as verdades do instante e pedem que se considere que elas provavelmente se modificarão. Assim, as certezas são cambaleantes, vivem na corda bamba e se valem das verdades hegemonicamente aceitas para se manterem vivas. Basta, entretanto, uma pequena centelha de dúvida para que a certeza se transforme em incerteza. E é essa incerteza que move a ciência, que move o conhecimento humano.

Em contraposição à ciência, e apenas retomando um pouco das discussões sobre desinformação, fake News, pós-verdade etc., podemos incluir a concepção de boato que, na sua constituição, está o não aprofundamento, a superficialidade.

Trata-se a informação na superficialidade, naquilo que é visto, ou melhor, o que é possível ver. Não se busca causas, características dos que vivem a situação geradora e que apenas destaca pequenos aspectos.

A aparência pode nos levar a interpretações errôneas, o que é óbvio, embora haja uma neblina entre o que se apresenta e o que se esconde. Um exemplo são alguns trabalhos que apontam o crescimento do número de mulheres como autoras de textos acadêmicos, mas sem a preocupação com as bases teóricas e com o gênero dos autores que são citados. Em muitos casos, as concepções veiculadas, independentemente da autoria ter se originado por uma mulher, pode ter sido composto e escrito com um olhar de interesses dos homens, com um olhar machistas, o que contradiz o entusiasmo exagerado pelo aumento da autoria feminina dos artigos e textos acadêmicos.

Outro ponto a ser discutido aqui, mesmo de maneira rápida, é a concepção de não lugar, que se acopla à de ubiquidade, uma vez que as pessoas vivem dois momentos e espaços ao mesmo tempo. Alguns defendem a impossibilidade dessa situação, afirmando que o ser humano só pode se concentrar e vivenciar uma coisa por vez, sendo inconcebível a partilha de atenção. Independente dessa contestação, a virtualidade permite que a pessoa esteja em dois lugares ao mesmo tempo, fixando-se no que ocorre em um desses espaços ou em ambos. A repartição da atenção não permite o aprofundamento ou, ao menos, o dificulta. A distância não

isola a pessoa do seu cotidiano, do seu trabalho, que o acompanham em qualquer lugar e em qualquer tempo. Não há mais a separação entre lazer e trabalho, viagem e descanso, local de trabalho e residência.

Do mesmo modo, participação em vídeos on-line, pressupõe que apenas o que está visível da pessoa deve ter uma aparência formal. Assim, a aparência atende apenas parcialmente ao exigido pela formalidade.

A realidade é vista pelo que as pessoas desejam que seja vista, como a que é vista pelas lentes das máquinas fotográficas ou dos celulares dos turistas que pensam em obter uma imagem parcial dos objetos e espaços visitados do que realmente apreciá-los e memorizá-los.

Além disso, os sorrisos falsos das fotografias que passam a ideia de uma inexistente felicidade, sustentada por condições e formas que a idealizam e tentam concretizar, em aparência, o que é impossível definir longe do âmbito do emocional.

Esse distanciamento também se faz presente na relação da pessoa com o mundo, com a natureza, se traduzindo na ideia de que o meio ambiente está à parte, não há pertencimento da pessoa com ela.

A internet foi criada seguindo um modelo de comunicação baseado na matemática e que só visualizava o momento, esquecendo o todo de cada personagem que interage na comunicação. A preocupação estava voltada para a informação e não para as pessoas que, de alguma forma, interagiam nas pontas do processo comunicacional.

Hoje, essa concepção ainda é majoritária nos processos comunicacionais e aceitos e reproduzidos por muitos dos pesquisadores da área da informação.

Vivemos envolvidos pelo virtual e, neste, as verdades estão embaçadas, nubladas, mesclando-se com imagens que refletem o que a pessoa deseja e não o que é real. Para isso, os que as elaboram se valem de editores de imagens, de poses pré definidas e que são aceitas como representativas de determinados conhecimentos ou realidades.

Byung Chan Han, em um livro chamado Infocracia, defende que a desinformação não é a mentira, mas um não vínculo entre o que está sendo disseminado e a fatualidade. Essa ideia pressupõe a relação verdade e fato, verdade e real e os caminhos estão nos levando a repensar a informação, além até da sua inerente subjetividade, a ideia de realidade e a própria concepção de verdade.

O que é hoje o ágora informacional? É diferente do que foi em meados dos anos 1990?

A situação continua a mesma. Não houve nenhuma mudança fundamental na base do fosso entre os que têm informação e os que não têm informação. Estes últimos são, na verdade, aliados do acesso a ela. O que mudou foi o invólucro, a roupagem.

Como dito acima, a dominação hoje se dá a partir do controle da distribuição das informações. As grandes mídias que detêm a maior parte das empresas comerciais de comunicação e informação, estão presentes nos espaços de acesso aberto, de acesso pago e do ciberespaço. Neste último, também possuem a maior parte do público e determinam muito do que é veiculado e aceito como verdade.

A verdade se confunde com seu oposto e o distanciamento dela com a fatalidade torna a sociedade da informação e do conhecimento (concepção essa com a qual não compactuo, pois creio que vivemos em uma sociedade capitalista que se vale de termos diferenciados apenas para manter seu domínio de maneira disfarçada) algo diferente do que os conceitos dela defendidos na área. Talvez tenhamos que chamá-la de Sociedade da Desinformação ou, amenizando, Sociedade da Informação e da Desinformação.

Os profissionais que atuam com a informação deixam a responsabilidade sobre a verdade do que está sendo disseminado para o usuário. Ele é quem deve buscar a veracidade de uma notícia, uma informação, em sites especializados. Isso requer ao menos um celular com acesso à internet. Mais: não pode haver limites impostos por custos maiores, pois o usuário definirá quais são as suas prioridades e estas, na maioria dos casos não é a de verificação da veracidade ou falsidade de uma informação.

Durante a pandemia, vários foram os relatos de mães de alunos que possuía um celular para atender as necessidades escolares de um número grande de filhos. Ela também dependia do mesmo celular para contatos com pessoas a quem prestava serviço. Além disso, alguns filhos estudavam em horários comuns, demandando acesso a aulas no mesmo momento.

O fosso entre os que possuem informações e os que não as possuem não é o mesmo, mas cresceu.

Os recursos presentes nos celulares são diferentes. Quanto maior o preço de um aparelho, é claro, melhor são seus recursos e são eles utilizados por aqueles que podem pagar valores altos.

Todos estão sempre atrás em relação às informações falsas, enganosas, à desinformação. Buscamos descobrir a veracidade delas, mas sempre depois que já estão circulando. Como nos anteciparmos a elas? Provavelmente isso é algo muito difícil, mas precisamos diminuir ao máximo o tempo entre o surgimento delas e informações que sejam seus contrapontos.

Eu acreditei que a tecnologia traria mais tempo para todos, que estaríamos livres do trabalho para buscar espaços de lazer. É fácil observar que esse desejo não se concretizou. A pergunta que me faço é: e a mais valia, como fica, em um mundo em que as pessoas trabalham menos? Como se dará o acúmulo do capital?

As discussões apontadas até aqui nos levam a reflexões várias como, e essa me parece muito importante: a virtualidade se contrapõe à materialidade ou elas se confundem e criam espaços novos, híbridos?

Temos o dom da ubiquidade na internet, nas redes, pois podemos acessar e estar em vários lugares ao mesmo tempo.

As pessoas querem que o mundo seja como elas o entendem ou o desejam e o aceite de desinformação é porque elas atendem a esses entendimentos individuais. Criam também mensagens que atendam a esse olhar próprio do mundo. Isso não significa que elas, conscientemente, mentem e tentam mudar o entendimento das pessoas, mas elas apenas divulgam o que elas entendem do mundo.

Se há um não lugar, há também um não pertencimento.

O ágora informacional, ao contrário da ideia de possibilitar uma democratização da informação, cria o não pertencimento, a repetição, a reprodução de ideias sintetizadas, de slogans.

A língua predominante nesse espaço, muito embora refletindo uma situação mais geral, é a inglesa, assumida como a língua desse espaço. Também o é, erroneamente, entendida como a língua da ciência, língua do entendimento universal, a língua da academia. Essa concepção acredita e difunde uma forma de dominação, entre tantas outras formas. No espaço virtual, ela tem o corpo propício para se difundir e ampliar seu domínio.

O global mais do que se sobrepõe, elimina o local.

Os equipamentos culturais e informacionais, quando concebidos e implantados como espaços de resistência, podem fazer frente a esses domínios e, interagindo em conjunto, podem ter uma ação maior, mais ampla, mais universal. Os que pesquisam e estudam a área da cultura e da informação pública e social, preferem o termo mundialização ao invés de globalização, pois este reflete um pensamento calcado e sustentado por concepções econômicas. Mundialização, ao contrário, aceita a ideia de universalização, mas sem esquecer do local, dos espaços e necessidades diferenciadas presentes em cada espaço particular das comunidades.

O agora não pode existir no agora, uma vez que o presente é o efêmero do efêmero, mas pode abrir trilhas para futuras ações de democracia da informação, provavelmente quando a resistência se fizer concreta. O problema é que a resistência só se concretiza pela ação de pessoas e estas devem mudar conceitos para efetivar transformações.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Ágora informacional*. **Revista Cubana de Información em Ciencias de la Salud**, Habana, v.9, n.4, out./dez. 1998.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Ágora informacional**. São Paulo: APB, 1999. (Ensaio APB, 67)

HAN, Byung Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 390p.

RAMONET, Ignacio. A colonização do ciberespaço. **Diplô: Cadernos**. São Paulo, n.1, p.38-41, 2007.

# ARMAS TEÓRICAS E POLÍTICAS: PRODUÇÃO INTELECTUAL EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**Leilah Santiago Bufrem**

Universidade Federal de Pernambuco  
santiagobufrem@gmail.com

---

## Resumo

Considera a produção científica brasileira da Ciência da Informação (CI), de pesquisadores institucionalmente reconhecidos da área, para realçar movimentos de transformação e influências intelectuais sobre o quadro teórico por eles construído. Questiona os conceitos de pós-modernidade e pós-modernismo no contexto destas produções, analisando criticamente a produção científica periódica, indexada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), dos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desde o ano de 1990 até 2022, para descrever o fenômeno do pós-modernismo e da pós-modernidade, tanto como processo de transformação e estímulo à produção sobre as contradições encontradas nessa cultura, quanto para o reconhecimento de teorias, conceitos, posicionamentos políticos e ideológicos. Adota a distinção apresentada por Terry Eagleton, entre pós-modernismo e pós-modernidade, para reconhecer os significados dos termos enfocados e seus correlatos, e em quais contextos são analisados no *corpus* da pesquisa. Seleciona os textos com potencial de contribuição para uma síntese histórico-evolutiva. Conclui, destacando duas posições mais evidentes. A predominante associa à condição da CI como ciência pós-moderna, à arquivística pós-moderna, ao paradigma pós-custodial, à sociedade pós-moderna e a considerações genéricas sobre o saber e a informação como mercadorias básicas da pós-modernidade. A posição mais crítica fundamenta-se em autores como Terry Eagleton, ao denunciar as ilusões do pós-modernismo e David Harvey, cujos principais argumentos relacionam a ascensão de formas culturais pós-modernas e a emergência de modos flexíveis de acumulação ao ciclo de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo.

**Palavras-chave:** Pós-modernismo. Pós-modernidade. Produção científica. Ciência da informação. Influências intelectuais.

## THEORETICAL AND POLITICAL WEAPONS: INTELLECTUAL PRODUCTION IN INFORMATION

### Abstract

It considers the Brazilian scientific production of Information Science (IC), by institutionally recognized researchers in the area, to highlight transformation movements and intellectual influences on the theoretical framework constructed by them. It questions the concepts of postmodernity and postmodernism in the context of these productions, critically analyzing periodic scientific production, indexed in the Reference Database of Journal Articles in Information Science (Brapci), of Research



Productivity Fellows (PQ) , from the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), from 1990 to 2022, to describe the phenomenon of postmodernism and postmodernity, both as a process of transformation and stimulation of production on the contradictions found in this culture , as well as the recognition of theories, concepts, political and ideological positions. It adopts the distinction presented by Terry Eagleton, between postmodernism and postmodernity, to recognize the meanings of the terms focused on and their correlates, and in which contexts they are analyzed in the research corpus. Selects texts with potential contribution to a historical-evolutionary synthesis. It concludes by highlighting two most obvious positions. The predominant one associates it with the condition of IC as a post-modern science, with post-modern archival science, with the post-custodial paradigm, with post-modern society and with generic considerations about knowledge and information as basic commodities of post-modernity. The most critical position is based on authors such as Terry Eagleton, when denouncing the illusions of postmodernism, and David Harvey, whose main arguments relate the rise of postmodern cultural forms and the emergence of flexible modes of accumulation to the compression cycle of time-space in the organization of capitalism.

**Keywords:** Postmodernism. Postmodernity. Scientific production. Information science. Intellectual influences.

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre os movimentos de transformação presentes na literatura científica de determinado campo do conhecimento pode indicar uma transição radical, fundamentada em crises sociais capazes de afetar a produção científica, de modo a influenciar seus quadros teóricos e metodológicos em construção. Mas, outros fatores contribuem para transformações, como os movimentos endógenos do campo em relação às fases de sua institucionalização, assim como das contradições teóricas, metodológicas ou ideológicas perceptíveis no estudo diacrônico da literatura, convidando o leitor pesquisador a acionar seu potencial crítico diante dos principais aspectos polêmicos e das motivações neles encontradas.

Ao reconhecermos a presença da Ciência da Informação (CI) no cenário científico internacional, destacamos a histórica adoção do termo *Information Science*, em 1958, quando da criação do *Institute of Information Scientists*, em Londres. Dez anos após, o fato repercutiu mais amplamente com a mudança de denominação do *American Documentation Institute* para *American Society for Information Science and Technology* (Ortega, 2004). Referindo-se aos primeiros anos da década de 1960, Saracevic (1978, p. 4) destaca o início do uso do termo "Ciência da Informação", resultantes não apenas de uma troca de nomes, mas a

adoção de um sentido firmado na “possibilidade de criar dimensões científicas para tudo que acontecesse dentro e em torno da recuperação da informação”. Justamente, a partir dessa década, com as discussões sobre a redefinição das dimensões e dos critérios de cientificidade, iniciam-se, nas Ciências Sociais, as primeiras reflexões sobre estarmos ou não vivendo uma nova fase em relação à modernidade. “Os anos 60 testemunharam os sucessos devidos a avanços paralelos nas atividades científicas e profissionais” (Saracevic, 1978, p. 4). É justamente, a partir dessa década, com as discussões sobre a redefinição das dimensões e dos critérios de cientificidade, quando se iniciam, nas ciências sociais, as primeiras reflexões sobre estarmos ou não vivendo uma nova fase em relação à modernidade.

Essa percepção da historicidade de uma ciência adquire sentido ao retomarmos os argumentos de Whitley, favoráveis à correlação entre os dois aspectos da institucionalização científica. De um lado, configura-se uma estrutura cognitiva resultante da evolução intelectual contínua de uma especialização científica, do outro, a estrutura social, referente às instituições formais constituintes do próprio campo, abrangendo a comunidade científica, grupos de pesquisa, cursos de graduação e pós-graduação, periódicos, eventos, reuniões acadêmicas, associações e sociedades científicas. Assim, o desenvolvimento da dimensão cognitiva reflete-se na institucionalização social e, quando as estruturas formais do campo se fortalecem e consolidam, a tendência é o acompanhamento desse movimento pela dimensão cognitiva (Whitley, 1974). Cabe ressaltar a possibilidade de variação das estruturas, de campo para campo, assim como de suas influências sobre as características e manifestações particulares. Para entender a vinculação entre dimensão social e cognitiva de determinada ciência, Whitley (1974) sugere como alternativa a reconstrução da história, especialmente das instituições relacionadas ao campo científico.

Sem a pretensão de reconstruirmos exhaustivamente o movimento histórico da consolidação da CI no Brasil, a proposta de problematizar a produção intelectual de seus pesquisadores, relativa a uma condição ou linha de pensamento, impõe-se ao pesquisador crítico, diante das contradições presentes. Dessa forma, os fenômenos denominados pós-modernidade e pós-modernismo adquirem sentido pelas influências e as relações semânticas incorporadas ao núcleo conceitual expresso pelos termos dele derivados. Essa curiosidade foi decisiva para os questionamentos sobre o polêmico acolhimento da transição de uma condição moderna para outra, a

pós-moderna, considerando-se os sentidos emprestados aos termos na CI. Mas qual seria o significado concreto e a influência dos conceitos de pós-modernidade e pós-modernismo para o contexto da produção científica da área? Como e em quais condições históricas o pós-modernismo e as construções teóricas e políticas a ele relacionadas emergiram no contexto da produção científica de pesquisadores brasileiros? Seria possível observar uma relação orgânica entre essa produção e o contexto de seu aparecimento ou perceber interesses e necessidades como seus determinantes? Essas questões “situantes”, longe de auxiliarem a delimitação do problema, provocam a busca pelos principais argumentos e críticas, com apoio teórico inicial de autores seminais, para ampliar nossa compreensão em direção às respostas específicas dos pesquisadores em foco. Propostas as questões, com esta comunicação não ambicionamos discutir todas as expressões da polêmica gerada pelo impacto dos conceitos relativos à condição pós-moderna para a área da CI no Brasil. Tampouco procuramos esgotar as possibilidades bibliográficas a respeito das suas implicações para a área, embora sejam vastas e possam ser consideradas diante da prolixidade e amplitude de temas abrangidos, origens teóricas, ideológicas e correntes de pensamentos de áreas diversas. Ainda que implícita, em certos casos, a relação estabelecida entre o significado adquirido pelos conceitos na literatura, representada em periódicos científicos e as posições ideológicas e políticas dos seus autores, vem adquirindo um sentido polêmico. Quando se pensava estarem esgotadas as possibilidades de discussão a respeito das contradições sugeridas entre a adoção dos termos e o significado para as posições dela decorrentes, o debate visibiliza-se na produção científica, talvez por ainda sustentar a ideia de superação de uma modernidade, incomoda ou perversa para alguns, pertinente e adequada para outros. Assim, buscamos definir o significado concreto adquirido pelos conceitos de pós-modernidade e pós-modernismo no contexto da produção científica periódica, publicada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), no período de vigência da produção científica dos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na área de CI. A seleção dos pesquisadores resulta da valorização institucional de sua produção científica, em processo, embora compreendamos a natureza muito peculiar das instâncias de consagração científica, analisadas por Bourdieu (2011). Assim, ao selecionarmos a produção dos PQs para estudo do seu conteúdo, não

estamos diante de uma realidade evidente e “notável”, mas contextualizada na CI no Brasil, entre 1990 e 2022, sujeita a análises e movimentos interpretativos realizados a partir de suas relações e determinações graças ao período suficientemente extenso para a compreensão do objeto.

Impõe-se, portanto, a compreensão de posições relativas a esse grupo distinto de pesquisadores e suas concepções sobre o fenômeno representado pelos termos do núcleo conceitual em foco. Ainda que implícita, a relação estabelecida entre o significado adquirido pelos conceitos na literatura representada em artigos de periódicos sugere posições ideológicas e políticas dos seus autores.

O texto está estruturado, além desta Introdução, em quatro outras seções: os Pressupostos Teóricos; a Trajetória metodológica; os Resultados e discussões e as Considerações finais.

## **2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

Considerando-se a possibilidade de reconstrução teórica sobre as transformações de ordem sociopolítica, econômica e tecnológica e suas inevitáveis consequências no meio acadêmico, podemos perceber alternativas para estudos, exames e reexames das questões relacionadas ao poder, à política e à vida em sociedade. E, sob uma visão diacrônica, podemos ampliar as discussões complexas, porém necessárias, como aquelas relacionadas à dimensão ideológica do uso dos termos para representar conceitos. Embora reconheçamos modos imprecisos de absorção do termo ideologia, representada pelo famoso encontro entre Eagleton e Bourdieu (1996), podemos compreender a persistência do primeiro autor no uso do termo “ideologia”, enquanto o segundo dá prioridade aos termos “dominação simbólica”, “potência simbólica” e “violência simbólica”. Ao definir ideologia como um conjunto de crenças motivadas por interesses sociais e políticos, apontando para a representação das formas de pensamento dominante em uma determinada sociedade, Eagleton (1996) nos chama a atenção sobre o envolvimento de algumas formulações com questões de cunho epistemológico, por sua dependência em relação ao conhecimento de mundo. Como crítico marxista de cultura, o autor reforça a ideia de que se efetivamente as ideologias não morreram, o estudo de seus mecanismos de funcionamento e suas consequências na vida em sociedade não pode ser negligenciado, sob qualquer pretexto, sob pena de estar sujeito a

surpresas inesperadas. Aqui, analisadas as lições de seu sugestivo livro, *As ilusões do pós-modernismo* (Eagleton 1998),

Quanto à posição em relação ao pós-modernismo e à pós-modernidade, é possível considerar inicialmente duas categorias, como sugere Boaventura de Sousa Santos (1999), a respeito dos conceitos sugestivos das concepções de uma sociedade pós-moderna nos moldes de uma pós-modernidade de oposição, por um lado e de uma pós-modernidade de celebração, por outro.

Segundo Martins (2019), “Assim como há uma ciência das ideologias, no campo da sociologia do conhecimento, há também a muito pouco analisada ideologia de cada ciência e, por isso, a da ideologia na ciência”. Este argumento refere-se às limitações impostas pelas ideologias não científicas dos cientistas ao trabalho científico. Em nome de religião que eventualmente professe, um cientista pode cercear-se na pesquisa, suprimindo temas e problemas de investigação que contrariem suas convicções religiosas. Ou, em nome de determinada opção político-partidária, mesmo um cientista social, pode fazer danosas correções de interpretação para que não colida com suas ideias não científicas.

A curiosidade relativa à ideologia na CI, por exemplo, leva-nos a pensar na atribuição de uma natureza pós-moderna à CI como elemento motivador para compreender esse processo, recorrendo-se a uma análise diacrônica dessa manifestação. Definindo-se como objeto a produção da área, no Brasil, sobre a noção de pós-modernismo, pós-modernidade e conceitos derivados, justifica-se o recorte devido às condições especiais em que ocorreu a institucionalização da CI no país. Se as discussões sobre o tema envolvendo modernismo e pós-modernidade têm provocado amplo debate, especialmente em passado recente, quando alcançou grande projeção em discussões científicas, literárias e artísticas, nos meios acadêmicos, universitários ou culturais, na CI esses debates não parecem ter repercutido tão amplamente. A consideração crítica acerca dessas discussões, com vistas a ampliar nossa compreensão a propósito das relações explicitadas na literatura sobre a aceitação pacífica dessa “natureza” pós-moderna, exigiu inicialmente um esforço de apreensão conceitual, para definir os termos representativos dos conceitos aqui analisados. Assim, com o intuito de reconhecer as principais determinações presentes nas relações entre as condições e os movimento pós-modernos, ou do pós-modernismo, mobilizamos a atenção para compreender historicamente o debate sobre o pós-modernismo, localizando certas

articulações entre o desenvolvimento teórico e o processo histórico subjacente. Elementos fundantes do pensamento científico ocidental têm sido criticados por correntes “desconstrutivistas” para as quais os critérios de verdade, de coerência interna dos objetos, de causa e efeito, próprios da tradição cartesiana, são depreciados em prol de novos modos de conceber e produzir o conhecimento, bem como de conceber o mundo e a própria realidade cotidiana.

Pressupostos do debate sobre o pós-modernismo são encontrados na literatura da CI, com base na contribuição do antropólogo francês Edgar Morin, especialmente na obra *O Método* (Morin, 1987). Mais recentemente, um texto de Marques (2022) alerta para três armadilhas a evitar, como desafio ao se analisar o mundo contemporâneo: o idealismo, o determinismo tecnológico e o fetichismo, considera os princípios a “guiar o campo da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura”, imprescindíveis para que a CI se afaste do “pântano nebuloso do pós-modernismo”.

O fetichismo “muito popular no campo da Ciência da Informação, incorre também em outro erro correlato: tomar a tecnologia como um mito moderno, pois “[...] tanto atualiza a ideia de destino quanto funciona como explicação da gênese da uma nova sociedade” (Romero, 2007, p. 23).

Considerada a modernidade como resultado de um amplo processo histórico de transição do feudalismo para o capitalismo, o termo refere-se à totalidade das relações sociais existentes no modo de produção capitalista, cuja determinação fundamental seria, conforme Braga (2011), a produção de mercadorias, correspondendo à produção e expropriação de mais-valor: Sendo assim, nessa relação de produção e expropriação prevalece a exploração de uma classe social sobre outra e, conseqüentemente, a luta contra a exploração de classes na modernidade. (Braga, 2011)

Uma leitura preliminar mostra relativa concordância entre pesquisadores quanto à atribuição do “status” de pós-moderna à CI, especialmente considerada sua interdisciplinaridade, aliada ao pluralismo metodológico, às suas características e ao seu objeto, sobre o qual não há unanimidade.

Quanto a um dos autores mais representativo desse grupo entre os mais citados pelos pesquisadores no *corpus* analisado, Wersig (1993) considera a ciência pós-moderna na sua busca em resolver ou enfrentar problemas decorrentes das complexidades e contradições no atual contexto, não buscando um entendimento



completo do funcionamento do mundo, razão de ser considerada um campo caótico e carente de estruturação. Portanto, a CI não poderia ser considerada uma disciplina clássica, mas como um protótipo de um novo tipo de ciência, ou seja, uma ciência pós-moderna (Wersig 1993).

Vale destacar o uso dos termos pós-moderno, pós-modernidade e pós-modernismo na literatura corrente da CI, com diversidade de significados e controvérsias quanto à sua pertinência. A pós-modernidade pode significar uma resposta pessoal a uma sociedade pós-moderna, as condições de uma sociedade que a tornam pós-moderna ou o estado de ser associado a uma sociedade pós-moderna, bem como a uma época histórica. Na maioria dos contextos, deve-se distinguir do pós-modernismo, ou seja, a adoção de traços ou filosofias pós-modernas nas artes, cultura e sociedade. De fato, hoje, perspectivas históricas sobre os desenvolvimentos da arte pós-moderna (pós-modernismo) e da sociedade pós-moderna (pós-modernidade) reduzem-se a dois termos genéricos para processos envolvidos em um relacionamento dialético contínuo, tal como o pós-pós-modernismo, cujo resultado é a cultura evoluindo do mundo contemporâneo.

“A palavra pós-modernismo refere-se em geral a uma forma de cultura contemporânea, enquanto o termo pós-modernidade alude a um período histórico específico. Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunidas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e a coerência de identidades. Essa maneira de ver, como sustentam alguns, baseia-se em circunstâncias concretas: ela emerge da mudança histórica ocorrida no Ocidente para uma nova forma de capitalismo – para o mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da indústria cultural, no qual as indústrias de serviços, finanças e informação triunfam sobre a produção tradicional, e a política clássica de classes cede terreno a uma série difusa de ‘políticas de identidade’ (Eagleton, 1998, p. 7).

“Pós-modernismo é um estilo de cultura que reflete um pouco essa mudança memorável por meio de uma arte superficial, descentrada, infundada, auto-reflexiva,



divertida, caudatária, eclética e pluralista, que obscurece as fronteiras entre cultura “elitista” e a cultura “popular”, bem como entre a arte e a experiência cotidiana” (Eagleton, 1998, p. 7).

Por outro lado, ao olhar para a teoria a encontra magnífica (de fato, várias delas o são). Olha para a realidade e a encontra muito menos coerente e atraente. Fica enfim com a teoria, dando as costas para a realidade. Essa é a postura espontânea dos intelectuais, cuja prática está vinculada a atividades acadêmicas, nem sempre vinculadas à prática política.

A práxis em Marx “representa a interação entre consciência e atividade, configurando um ciclo teórico-prático em que a teoria é constantemente posta à prova na prática, e a reflexão sobre as contradições entre teoria e prática estimula novas teorias a serem colocadas em prática, fazendo desse movimento dialético o motor da própria história” (Bezerra, 2021, p. 6).

O conceito de pós-modernismo relacionado com o de ideologia, cuja repercussão já mereceu acalorado debate, especialmente a partir da obra de Jean-François Lyotard, *A Condição Pós-moderna*, publicada em 1979, tem sido objeto de múltiplas interpretações, segundo posições ideológicas divergentes. O relatório, assim o denomina Lyotard (1989, p. 13), é um “escrito de circunstância”, sobre as condições de produção do conhecimento nas sociedades desenvolvidas, como resposta de Lyotard a um convite formulado pelo Conselho das Universidades, junto ao governo de Quebec. Passou a ser referência obrigatória para o debate em torno do pós-modernismo e da pós-modernidade, diante das mudanças decisivas à própria “condição humana”. Segundo Lyotard, a pós-modernidade, fruto do advento da sociedade pós-industrial define uma sociedade constituída como um grande conjunto de jogos de linguagem, diversos e incomensuráveis entre si. Em suas palavras, o termo pós-moderno “[...] designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX.” (Lyotard, 1989, p. 11), que legitimariam os metadiscursos característicos da ciência moderna (Lyotard, 2004, p. XVI, p.69). As interpretações possíveis fazem sentido, além disso, quando relacionadas aos fenômenos culturais e estéticos.

Na tentativa de encontrar o momento de cisão entre o moderno e o pós-moderno, Michael Köhler (1989), em seu artigo “Pós-modernismo: um panorama histórico-conceptual”, propõe três hipóteses. Na primeira, o modernismo teria

abandonado suas características de inovação formal e objetividade com a segunda guerra, para então retomar, sob uma nova acepção, o verso métrico e o realismo. Outra hipótese sugere que os primeiros traços da pós-modernidade tenham sido renunciados nos anos 50 do século XX, embora o surgimento de uma nova sensibilidade só tenha se efetivado na década de 1960. Segundo Köhler (1989), no entanto, se a ideia de modernismo for concebida num sentido mais amplo, abrangendo tanto o “moderno clássico” (p. 21) quanto as experiências alternativas, não há como considerar que o pós-moderno nasce nos anos 60, os quais apenas concretizam o chamado “...primeiro moderno”, (Köhler, 1989), ou antes radicalizam algumas de suas propostas.

Linhas de pesquisa e vertentes intelectuais, em qualquer campo da produção e comunicação científica, são categorias privilegiadas para investigar a origem, a evolução, a disseminação e a permanência de autores, áreas, domínios do conhecimento e influências intelectuais, em prol da construção da memória científica. Essa vertente intelectual dos estudos genealógicos, voltada a correntes teóricas ou metodológicas, recebidas, transmitidas e oriundas das relações de pesquisadores com autores fundantes ou seminais, pelos quais são influenciados, apresenta especificidades na literatura das áreas científicas. Revela, portanto, tipos de relação peculiares, concretizadas na trajetória do pesquisador ao selecionar e citar, direta ou indiretamente, a produção a sua disposição.

Mas, por outro lado, o estudo das produções de pesquisadores, distintas por suas correntes de influências inclui, também, aqueles por eles influenciados, refletindo peculiares posições epistemológicas e ideológicas, assim como opções teórico metodológicas na linhagem observada. Assim, as divergências, as contradições, mais ou menos inconciliáveis, configuram-se ocultando ou naturalizando essas posições.

Em artigo de Marques (2022), sua contribuição à discussão sobre o tema apresenta um contraponto a um dos argumentos centrais da vaga pós-modernista, segundo o qual, na sociedade contemporânea, a lei do valor revelada por Karl Marx teria perdido seu caráter explicativo diante da expansão da produção de bens intangíveis como os conteúdos audiovisuais digitais, ebooks e programas de computadores. Nesse sentido, o artigo tem como objetivo analisar como Marx incorporou em seu arcabouço teórico as dinâmicas socioeconômicas envolvidas na produção imaterial.

### 3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

A trajetória da pesquisa inicia-se com o levantamento da literatura científica em Ciência da Informação, produzida por pesquisadores da área, bolsistas do CNPq, sobre os conceitos representados pelos termos pós-modernidade e pós-modernismo e seus derivados, pós-moderna e pós-moderno. A estratégia de busca na base Brapci, utiliza-se a expressão pós modern\* em todos os campos, entre os anos de 1972 e 2022.

Com os resultados do total de artigos mapeados, foram selecionados apenas aqueles publicados pelos pesquisadores da área de CI do CNPq, históricos ou com bolsas vigentes, conforme o Quadro 1, construído pelo Grupo Educação, Pesquisa e Produção Científica (E2PC), a partir dos registros encontrados nas teses de Bruno Alves (2018) e de Willian Melo (2020), na literatura científica, em documentos e no site do CNPq. O corpus de pesquisa constituiu-se dos artigos selecionados, os quais foram submetidos a um procedimento analítico de seu conteúdo. Levou-se em conta a concepção dos autores sobre os conceitos relacionados à pós-modernidade e ao pós-modernismo e seus fundamentos teóricos, assim como as posições teóricas e ideológicas perceptíveis. Distinguem-se quatro fases relativas aos procedimentos:

- a) identificação dos PQ-CNPq da área de CI, no mês de agosto de 2023, utilizando-se a página eletrônica de bolsas e auxílios vigentes do CNPq para a complementação do quadro histórico representativo do universo composto por 123 pesquisadores dessa área com bolsas vigentes e históricas, nas categorias PQ 1 e PQ 2;
- b) coleta de dados na Brapci, no dia 02 de agosto de 2023, com as seguintes expressões de busca nos idiomas português, espanhol e inglês: “pos-modernismo”, “pos-moderno”, “modernismo”, “moderno”, “moderna”, “pos-modernidade”, “pos-modern\*”, “pos-modern”, “modern”, “modern\*”, “posmoderno”, “posmodernidad”, “posmodernismo”, “postmodernity”, “postmodernism”, “modernism”, “post-modernity” e “post-modernism”. Os termos em português não foram pesquisados com acentos, pois isto limitaria os resultados. Ao analisar os metadados de títulos, palavras-chave e resumo, constatou-se que estes temas não estavam acentuados. O recorte temporal foi entre os anos de 1972, ano inicial de cobertura da base Brapci, a 2022, para identificar os artigos resultantes da estratégia

de busca em todos os campos disponíveis (incluindo autores, título, palavras-chave, resumo e referências);

- c) seleção dos artigos publicados pelos PQs para a construção de gráficos representativos dessa produção;
- d) análise dos artigos: foram lidos os resumos dos artigos publicados cuja autoria fosse de pesquisadores PQ e os trechos em que foram mencionados os termos e sua contextualização, a fim de identificar seus fundamentos teóricos e ideológicos e como essa produção se caracteriza.

A delimitação do corpus constituído pelos artigos dos pesquisadores, como ocorre com qualquer tipo de recorte ou amostra de um universo dado, embora tenha possibilitado o trabalho de pesquisa e organização dos dados, implicou a ausência de outras modalidades de comunicação científica ou mesmo de artigos não indexados pela Brapci, capazes de iluminar a discussão, de modo especial sobre a relação da CI com as questões levantadas nos textos sobre o pós-modernismo e a pós-modernidade. O reconhecimento desses artigos foi favorecido graças à análise de citações e autocitações e seu efeito “bola de neve”. Após o levantamento dos trabalhos científicos, os seguintes metadados foram extraídos e organizados com base nos seus atributos, em planilhas eletrônicas e softwares de análise de redes: autores da publicação, título da publicação, título do periódico, ano em que o trabalho foi publicado, palavras-chave utilizadas nos trabalhos publicados e autores referenciados pelos autores mais produtivos. Os resultados das análises são representados em ilustrações de grafos, gráficos e tabelas.

#### **4 RESULTADOS**

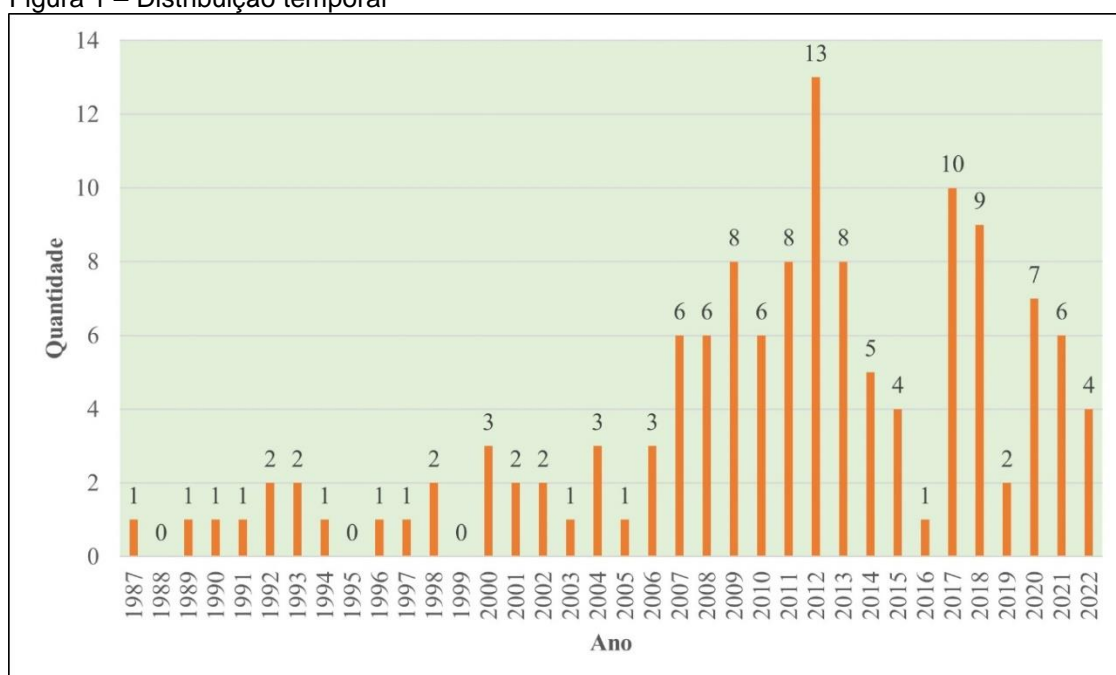
O total dos resultados da pesquisa nos idiomas português, espanhol e inglês foi de 7.937 registros. No entanto, foi percebido que uma elevada quantidade destes registros inicialmente recuperados não se enquadraria na perspectiva de análise. Por exemplo, foi observado que muitos dos trabalhos que continham os termos “moderno” e “moderna”, tratavam de temas relacionados à evolução tecnológica, com ênfase em modernização de espaços como biblioteca, museus, arquivos, cidades inteligentes, cultura organizacional, sociedade moderna, perfil profissional de bibliotecários, arquivistas, museólogos e a alfabetização moderna.

Sendo assim, novos filtros foram aplicados nos dados recuperados. Neste conjunto, foram eliminados os documentos duplicados e aplicados outros filtros ou expressões estratégicas de busca na planilha eletrônica dos dados como, por exemplo, “s-modern” para reforçar a identificação dos documentos potencialmente relevantes para a pesquisa. Desta forma, também foram aplicadas as seguintes expressões de busca nos campos de Título, Palavras-chave e Resumo: a) “pos-modernismo”; b) “pos-moderno”; c) “pos-modernidade”, d) “pos-modernista” e e) pós-moderna.

Para complemento de constatação dos dados, estes mesmos procedimentos também foram aplicados na Base Pesquisadores do CNPq em Ciência da Informação (BPQ-CI), desenvolvida a partir de 2013, como construção acadêmica institucional, para subsidiar o projeto “Genealogia intelectual dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em Ciência da Informação no Brasil”, constituindo um corpus referente à produção científica em artigos de periódicos, dos pesquisadores PQ-CI, identificados na Plataforma Lattes e com apoio da Base Brapci.

Após este novo processo de refinamento, foram identificados 131 documentos que tratavam destes temas, constituindo assim o corpus final. A Figura 1 ilustra a distribuição temporal destas produções científicas.

Figura 1 – Distribuição temporal

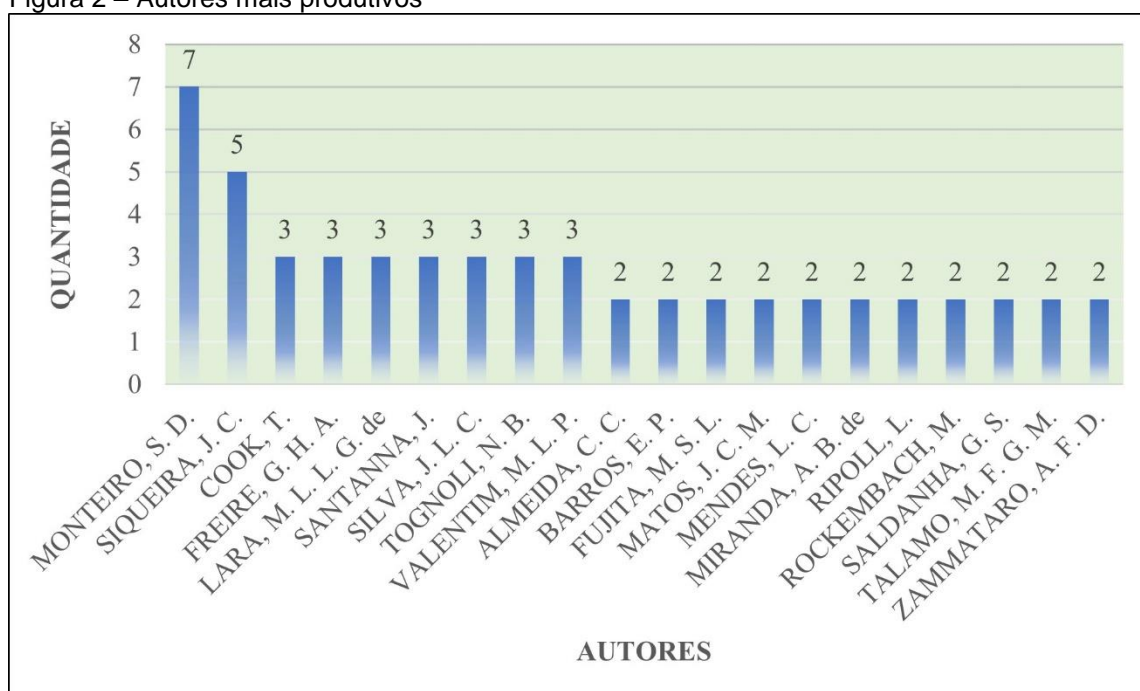


Fonte: A autora (2023).

Conforme Figura 1, a primeira produção sobre o tema foi identificada em 1987 e a frequência se manteve baixa até o final do século XX, variando entre um ou dois artigos por ano. No novo século XXI, ampliado o horizonte de leitura, ocorreu um aumento mais notável na produção sobre o tema, especialmente no final da primeira década. A partir da segunda década, a elevação desta frequência se torna mais perceptível, principalmente no ano 2012 com um pico de 13 artigos publicados. Nos últimos dez anos, a produção científica sobre o tema se encontra oscilada, mas com frequência ainda expressiva, principalmente nos anos 2017 e 2018.

Foram identificados 173 autores referente ao *corpus*. Os autores mais produtivos na área da Ciência da Informação que publicaram sobre os temas pós-modernidade, pós-modernismo, pós-moderno e pós-moderna, estão representados na Figura 2.

Figura 2 – Autores mais produtivos



Fonte: A autora (2023)

A seleção dos autores mais produtivos na Figura 2 foi apontada pelos que apresentam o mínimo de duas publicações no recorte temporal, resultando em 20 autores. Deste recorte ilustrado na Figura 2, seis também fazem parte do quadro de pesquisadores PQ em CI: Silvana Drumond Monteiro (n=7), Marilda Lopes Ginez de Lara (n=3), Marta Lígia Pomim Valentim (n=3), Carlos Cândido de Almeida (n=2), Mariângela Spotti Lopes Fujita (n=2) e Gustavo Silva Saldanha (n=2). Nesta Figura

2, ficam ressaltadas as duas autorias com mais publicações. A autoria mais produtiva encontrada foi a pesquisadora Silvana Drumond Monteiro, docente do departamento e da pós-graduação em CI, na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Silvana também foi bolsista PQ 2 de forma ininterrupta no período entre os anos 2006 e 2021. Já a segunda autoria mais produtiva encontrada foi a pesquisadora Jessica Câmara Siqueira (n=5), atualmente identificada como uma profissional autônoma.

Até o mês de outubro de 2023, o quadro de pesquisadores que recebem ou já receberam Bolsas de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq, é composto por 123 pesquisadores, com início em 1990, enquanto a última bolsa atribuída tem previsão de duração até o ano 2027. No quadro 1 pode-se observar a composição dos PQ's desde a década de 1990 até 2027. Dentre estes, os que publicaram trabalhos com o tema pesquisado na Brapci e após o refinamento dos artigos selecionados. Esses pesquisadores estão listados no Quadro 1.

Quadro 1 – Pesquisadores PQs em CI do corpus sobre o tema

<b>Pesquisador</b>	<b>Nível PQ1</b>	<b>Nível PQ2</b>
ALMEIDA, Carlos Cândido de.	X	PQ2 (2016-2025)
ALMEIDA, Marco Antônio de.	X	PQ2 (2012-2025)
ARAÚJO, Carlos Alberto Avila.	X	PQ2 (2019-2025)
BEZERRA, Arthur Coelho.	X	PQ2 (2020-2026)
BRASCHER, Marisa.	X	PQ2 (2011-2020)
CAFÉ, Ligia Maria Arruda.	X	PQ2 (2017-2020)
CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman.	X	PQ2 (2023-2026)
CRIPPA, Giulia.	X	PQ2 (2018-2021)
DODEBEI, VERA Lucia.	X	PQ2 (2006-2009) PQ2 (2012-2024)
FREIRE. Gustavo Henrique de Araújo.	X	PQ2 (2020-2023)
FUJITA. Mariângela Spotti Lopes.	PQ1C (2009-2016) PQ1B (2017 - 2025)	PQ2B (1997 - 2002) PQ2 (2003 - 2008)



GRACIOSO, Luciana de Souza.	X	PQ2 (2022-2025)
GUIMARÃES, José Augusto Chaves.	PQ1C (2004-2011) PQ1B (2012-2019) PQ1A (2020-2025)	PQ2A (1999-2003)
KOBASHI, Nair Yumiko.	PQ1D (2013-2021)	PQ2B (2000-2002) PQ2 (2007-2012) PQ2 (2022-2025)
LARA, Marilda Lopes Ginez de.	PQ1D (2006-2009) PQ1C (2010-2012) PQ1B (2013-2022)	PQ2C (2002-2003) PQ2 (2004-2005)
MARAÑON, Eduardo Ismael.	X	PQ2 (2008-2017)
MARQUES, Rodrigo Moreno	X	PQ2 (2023-2026)
MARTELETO, Regina Maria.	PQ1B (2007-2009) PQ1A (2010-2025)	PQ2A (1994-2006)
MONTEIRO, Silvana Drumond.	X	PQ2 (2007-2021)
MORAES, João Batista Ernesto de Moraes.	X	PQ2 (2009-2024)
MUELLER, Suzana.	PQ1A (1995-2001) PQ1D (2005-2007) PQ1C (2008-2010) PQ1A (2011-2016)	X
OLIVEIRA, Marlene.	X	PQ2 (2005-2011)
ORRICO, Evelyn Goyannes Dill.	X	PQ2 (2004-2022)
PINHEIRO, Lena Vania.	PQ1C (2002-2008) PQ1B (2009-2019) PQ1A (2020-2025)	PQ2A (1998-2001)
SALDANHA, Gustavo Silva.	X	PQ2 (2016-2025)
SCHNEIDER, Marco André Feldman.	X	PQ2 (2018-2024)
SMIT, Johanna Wilhelmina.	X	PQ 2A (2000-2002)
SUAIDEN, Emir José.	PQ1C (2002-2011) PQ1B (2012-2024)	PQ2A (1996-2001)
TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira.	PQ1D (2013 –2020)	PQ2A (1993-2002) PQ2 (2007-2012)
VALENTIM, Marta Lúgia Pomim.	PQ1D (2019-2023)	PQ2C (2002-2003) PQ2 (2004-20018)

VARVAKIS, Gregório.	X	PQ2 (2020-2026)

Fonte: A autora (2023)

Dos 183 autores identificados no corpus, 31 estão inseridos no universo de pesquisadores PQ em CI, sendo alguns ainda vigentes e outros que já foram bolsistas PQ em anos anteriores. Estes pesquisadores produziram 42 artigos sobre os temas buscados na Brapci e estes trabalhos foram analisados individualmente.

As pesquisas comunicadas pelos PQs foram publicadas nos seguintes periódicos científicos, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Periódicos dos artigos publicados pelos PQs

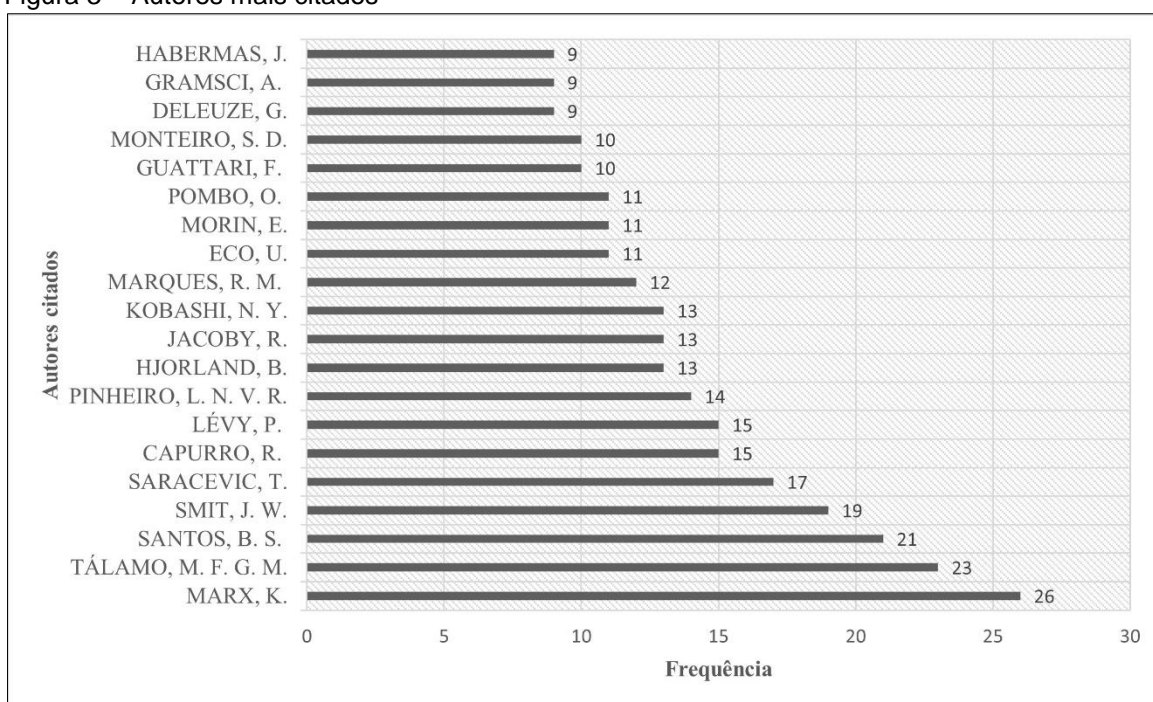
Perspectivas em Ciencia da Informacao	6
Informacao & Informacao	5
Informacao & Sociedade: Estudos	4
Ciencia da Informacao	3
Datagramazero	3
Brazilian Journal of Information Science	2
Liinc em Revista	2
Logeion: Filosofia da Informacao	2
Transinformacao	2
Agora	1
Biblios	1
Cajur	1
Complexitas: Revista de Filosofia Tematica	1
Em Questao	1
Encontros Bibli	1
Fronteiras da Representacao do Conhecimento	1
Ibersid	1
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentacao	1
Revista Brasileira de Educacao em Ciencia da Informacao	1
Revista Ibero-Americana de Ciencia da Informacao	1
Scire	1
Tendencias da Pesquisa Brasileira em Ciencia da Informacao	1
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Conforme Tabela 1, se destacam periódicos tradicionais e reconhecidos no cenário brasileiro da pesquisa em CI no Brasil. Foi realizada a análise das citações

de cada um dos 42 artigos dos PQs. As referências contidas nos artigos publicados pelos pesquisadores PQs foram coletadas individualmente, dispostas em ferramenta de edição textual para correção e padronização ortográfica. Após esta unificação, os dados foram inseridos em planilha eletrônica. Foram aferidas as frequências de citação. Na realização das aferições, identificou-se 1.620 autores. A Figura 3, representa os 20 autores mais citados.

Figura 3 – Autores mais citados



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Karl Marx é o autor mais citado nesta análise, com 26 ocorrências. A pesquisadora PQ Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo (n=23) é a segunda que mais aparece nas referências dos artigos pesquisados.

Também foi realizada a análise das palavras-chaves de cada um dos 42 artigos dos PQs, para verificar os assuntos mais pesquisados e estabelecer as correlações entre estes. Para tanto, as palavras-chaves contidas nos artigos publicados pelos pesquisadores PQ's foram coletadas individualmente, dispostas em planilha eletrônica para correção e padronização ortográfica, ranqueadas e inseridas em matriz de análise.

Ao todo, foram identificadas 118 palavras-chaves correspondentes aos 42 artigos, totalizando 164 quanto a frequência absoluta. Foram selecionadas 18

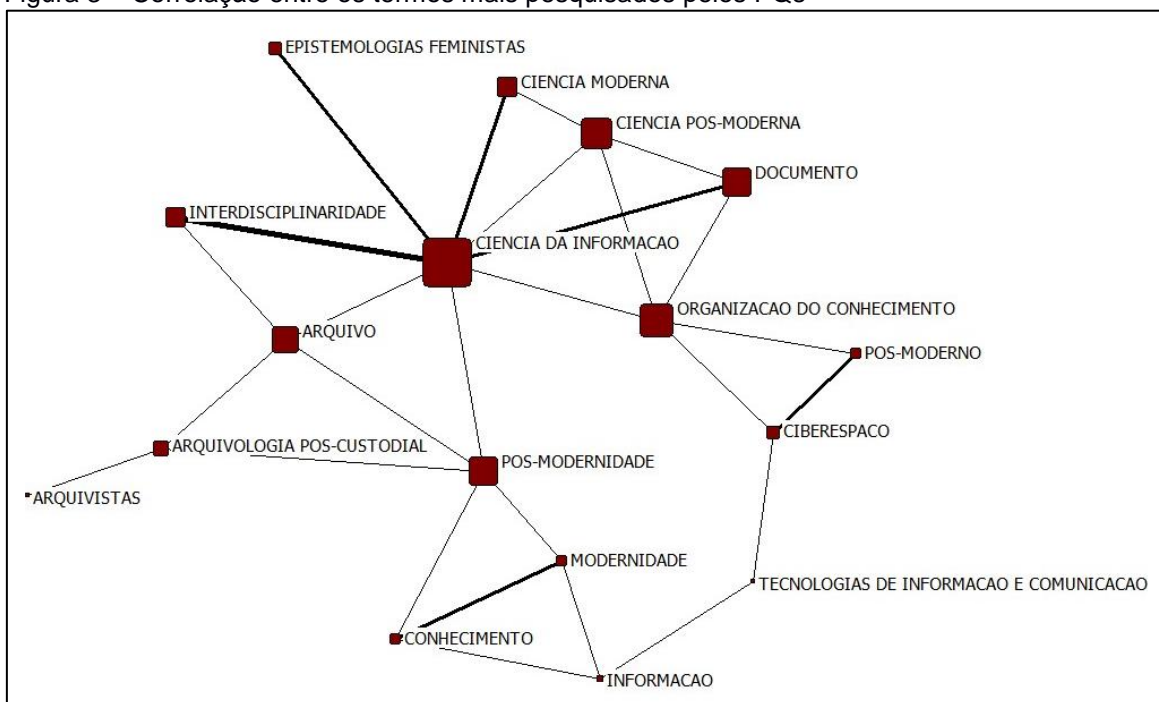
palavras-chaves como sendo as mais produtivas, com frequência mínima de duas vezes como ponto de corte. Desta forma, verificou-se que a palavra-chave mais utilizada foi “Ciência da Informação” (n=19). Apesar de ser uma expressão genérica, considerando a área de conhecimento estudada nesta pesquisa, foi possível observar que a discussão sobre a atuação do próprio campo tem sido muito pertinente para as reflexões sobre a pós-modernidade e a ciência pós-moderna. Portanto, o uso desta palavra-chave se torna muito representativo.

As seguintes palavras-chaves no topo das mais utilizadas foram: “Pós-Modernidade”, (n=6), “Informação” (n=4), “Interdisciplinaridade” (n=4), “Ciberespaço” (n=3), “Documento” (n=3) e “Organização do Conhecimento” (n=3).

Logo mais, as outras palavras-chaves também verificadas, todas elas utilizadas duas vezes, foram: “Epistemologias Feministas”, “Arquivistas”, “Arquivo”, “Arquivologia Pós-Custodial”, “Ciência Moderna”, “Ciência Pós-moderna”, “Conhecimento”, “Modernidade”, “Pós-moderno”, “Web Semântica” e “Tecnologias de Informação e Comunicação”.

Estas palavras-chaves foram submetidas a uma matriz de correlação nos softwares *Ucinet* e *Netdraw*. O resultado desta análise pode ser visualizado na Figura 3, que apresenta um grafo de conexões entre os termos.

Figura 3 – Correlação entre os termos mais pesquisados pelos PQs



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Na Figura 3, O tamanho dos nós na rede ressalta os destaques que cada termo possui nestas correlações, além das espessuras nas linhas que também representam o grau das conexões entre os nós. Apesar da palavra-chave “Web Semântica” ter sido identificada duas vezes, ela não se correlacionou com nenhuma das outras palavras-chaves no recorte das mais frequentes e por isso não aparece nesta ilustração.

Na Figura 3, é possível observar que a “Ciência da Informação” é o assunto que mais se conecta diretamente com outros, sendo estas outras de importância para a área. Em termos de frequência, a maior correlação foi entre “Ciência da Informação & Interdisciplinaridade” (n=3), mas esta interdisciplinaridade aparentemente foi discutida no âmbito do assunto sobre “Arquivo”, entre nem isso se mostra uma palavra-chave tão protagonista no contexto da rede.

Os clusters mais representativos foram do agrupamento entre a “Ciência da Informação” com os nós de “Ciência Moderna”, “Ciência Pós-moderna”, “Documento” e “Organização do Conhecimento”, bem como o agrupamento entre a “Pós-modernidade”, “Modernidade”, “Conhecimento” e “Informação”.

Como resultados de uma análise de conteúdo de 42 artigos, dos quais os PQs foram autores ou coautores, observamos a acolhida dos fenômenos denominados pós-modernidade e pós-modernismo na literatura científica produzida pelos pesquisadores PQ do CNPq, procurando delinear as influências e as relações semânticas incorporadas ao núcleo conceitual expresso pelos termos derivados e representativos da transição de uma condição moderna para outra, a pós-moderna.

As posições dos pesquisadores PQs em relação à condição pós-moderna traduzem prioritariamente uma postura crítica à ciência moderna, suas características, objetivos e dimensões, assim como de sua relação com a sociedade. De forma expressiva, embora preliminar, essa crítica adquire contornos e contradições específicos, renunciando a relação do tema com a Ciência da Informação.

Consideramos, assim, os sentidos emprestados aos termos na CI, sendo possível destacar cinco categorias abrangentes para representá-los em suas relações com: a dimensão epistemológica; a dimensão social; a dimensão tecnológica; as relações com a CI e as relações com a Arquivologia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atribuição de sentidos dada aos termos pós-moderno e pós-modernismo e sua utilização como qualificativo é sempre uma resposta intencional diante da condição pós-moderna percebida pelos autores. Ao buscarmos realizar uma consideração crítica sobre as contradições relativas à condição pós-moderna, tentamos ampliar nossa compreensão a propósito do capitalismo contemporâneo e, nesse sentido, por um lado, foi realizado um esforço de apreensão conceitual, com o intuito de relacionar as principais determinações ideológicas do pós-modernismo com as posições dos autores em foco. Foi possível delinear, também, um panorama capaz de evidenciar articulações entre o desenvolvimento teórico das forças perceptíveis no processo histórico.

A percepção do termo pós-moderno faz-se presente como superação do moderno, ou da sua representação como passado, não mais representativo da concepção relativa ao suposto novo “paradigma”. Essa argumentação perpassa a literatura com maior ou menor convicção, traduzindo, por exemplo, a ideia de Smit, Tálamo e Kobashi (2004) sobre a passagem da disciplinarização para a interdisciplinaridade, de modo equivalente à passagem da modernidade para a pós-modernidade. Em decorrência, a CI foi se constituindo sem uma trajetória disciplinar autônoma, mas condicionada aos campos estruturantes, com uma diversidade de teorias e pontos de vista. Embora não haja total concordância, devido à diversidade de proposições e premissas, de eventuais incompatibilidades e contradições, há pontos de consenso pautados em argumentos sobre a atribuição do status de ciência pós-moderna à CI.

Assim, se destacam duas posições mais evidentes. A predominante associa à condição da CI como ciência pós-moderna, à arquivística pós-moderna, ao paradigma pós-custodial, à sociedade pós-moderna e a considerações genéricas sobre o saber e a informação como mercadorias básicas da pós-modernidade. A posição mais crítica fundamenta-se em autores como Terry Eagleton, ao denunciar as ilusões do pós-modernismo e David Harvey, cujos principais argumentos relacionam a ascensão de formas culturais pós-modernas e a emergência de modos flexíveis de acumulação ao ciclo de compressão do tempo-espaço no capitalismo.



## REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, R. O.; REIS, M. G. O processo de patrimonialização e a cibercultura: mobilização no ciberespaço através de grupos na rede social Facebook.

**Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 21-35, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/65596>. Acesso em: 12 ago. 2023.

ALVES, B. H. **A Sociologia de Pierre Bourdieu e os pesquisadores bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em Ciência da Informação**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/e5d0256e-8c0f-409e-94d6-0a3e99d0819f/content>. Acesso em: 25 out. 2023.

BARTHES, R. A morte do autor. *In*: BARTHES, R. **O rumor da língua**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 57-64.

BEZERRA, A. C. From critical information literacy to a critical theory of information. **The International Review of Information Ethics**, Edmonton, v. 30, n. 1, 2021. Disponível em: <https://informationethics.ca/index.php/irrie/article/view/411>. Acesso em: 29 oct. 2023.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOURDIEU, P.; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. *In*: ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 265-278.

BRAGA, L. R. A. As ilusões do pensamento pós-moderno segundo Terry Eagleton. *Estácio de Sá Ciências Humanas*, [S. l.], v. 2, p. 155-169, 2011.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro Zahar, 1998.

EAGLETON, T. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. *In*: ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 179-226.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992. 352 p.

KÖHLER, Michael. *Crítica: estética da pós-modernidade*. Lisboa: Editorial Teorema, 1989. 124p. Pós-modernismo: um panorama histórico, p. 2

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. 135p.

LYOTARD, J-F. **Moralidades pós-modernas**. Campinas: Papyrus, 1996. 222p.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Fetichismo da informação e da cultura: contribuições à crítica da ciência da informação. *In*: SILVEIRA, F. J. N. da; FROTA, M. G. da C;



MARQUES, R. M. (orgs). **Informação, mediação e cultura: teorias, métodos e pesquisas**. Belo Horizonte, MG: Letramento: PPGCI, 2022.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Intelecto geral: origem e superação de um equívoco de Karl Marx. **Trabalho & Educação**, v. 31, n.1| p. 47-67, jan-abr., 2022.

MARTINS, José de Souza. Ideologia na ciência no Brasil. **Valor Econômico**, 15 de março de 2019. Disponível em: <https://www.valor.com.br/cultura/6161277/jose-de-souza-martins-ideologia-na-ciencia-no-brasil> Acesso em: 11/09/2023.

MARX, K. **Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política (borrador)**. V. I. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973. 500p.

MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977. 351 p.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1996. (Os Economistas). 496 p.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II. São Paulo: Victor Civita, 1984. (Os Economistas). 365 p.

MARX, K. **Capítulo sexto (inédito)**: manuscritos de 1863-1867, **O Capital**: resultados do processo de produção imediato. São Paulo: Boitempo, 2022.

MELO, Willian Lima. **O processo de institucionalização científica na Ciência da Informação no Brasil**: um campo disciplinar sob a perspectiva transversalista. Recife, 2020. 264 f.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. DataGramaZero - **Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/out04/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm). Acesso em: 21 jun. 2023.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica**: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SADER, E. A crítica crítica (crítica, crítica, crítica). **Blog da Boitempo**. São Paulo, 14 jan. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/01/14/a-critica-critica-critica-critica-critica/>. Acesso em: 24 out. 2023.

SARACEVIC, T. Educação em ciência da informação na década de 1980. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, 1978. DOI: 10.18225/ci.inf..v7i1.120 Acesso em: 04 set. 2023.

WHITLEY, R. Cognitive and social institutionalization of scientific specialities and research áreas. In: WHITLEY, R. (Ed.). **Social processes of scientific development**. London: Routledge and Kegan, 1974. p. 69-95.

# O ENTENDIMENTO DE JUSTIÇA SOCIAL COMO EMERGÊNCIA DA DESORDEM INFORMACIONAL E COMO A ATUALIZAÇÃO ININTERRUPTA DESTE ENTENDIMENTO IMPREGNA OS SIGNOS

**Suely Figueiredo<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Tocantins  
suelyfigueiredo@uft.edu.br

---

## Resumo

Tendo em vista que a cognição humana é sistemicamente orientada para configurações que favoreçam uma ordem social de maior adaptabilidade e resistência à degenerescência - orientações essas filosoficamente resumidas na busca pelo certo, harmonioso e justo - podemos inferir que a emergência da justiça social se dá continuamente a partir da desordem informacional, ou seja, da ressignificação simbólica que caracteriza a construção e desconstrução dos signos linguísticos. Dada a compreensão de que os conceitos simbólicos estão em constante elaboração, e sendo a justiça social um conceito inexorável à experiência humana, percebemos que todos os ajustes de significado de justiça social só podem emergir das atualizações impostas por cada uso de cada indivíduo a cada instante que nunca coincidem. Para argumentar a favor dessa hipótese, parte-se de uma constatação que perpassa quase toda a filosofia a respeito de sermos seres que reagem exclusivamente à lógica, à estética e à ética e do reflexo que tal constatação projeta em filósofos da linguagem como Peirce e Davidson, no filósofo da informação Luciano Floridi e em cientistas cognitivos como Deacon e Nicolesis. Sendo assim, a compreensão do que vem a ser justiça social brota de uma semiose da desordem. Não negamos que toda desordem está complexamente interligada a uma ordem – no caso, significado – mas consideramos relevante o fato de tal ordem ser modelada, ininterrupta e caoticamente, por *inforgs* e níveis de abstração os mais variados possíveis.

**Palavras-chave:** Desordem informacional. Inforg. Justiça social. Semiose.

## Abstract

Bearing in mind that human cognition is systemically oriented towards configurations that favor a social order of greater adaptability and resistance to degeneracy - orientations that are philosophically summarized in the search for what is right, harmonious and fair - we can infer that the emergence of social justice occurs continuously through starting from the informational disorder, that is, from the symbolic resignification that characterizes the construction and deconstruction of linguistic signs. Given the understanding that symbolic concepts are in constant elaboration, and social justice being a concept inexorable to human experience, we realize that all adjustments in the meaning of social justice can only emerge from the

---

<sup>1</sup> Doutora em Filosofia pela UFSC, docente da Universidade Federal do Tocantins, pesquisadora em Filosofia da Informação e integrante do CIDAD/BU/UFSC - Comissão de Confiabilidade Informacional e Combate à Desinformação em Ambiente Digital. suelyfigueiredo@uft.edu.br.

updates imposed by each use of each individual at each moment. that never coincide. To argue in favor of this hypothesis, we start from an observation that permeates almost all philosophy regarding the fact that we are beings that react exclusively to logic, aesthetics and ethics and the reflection that this observation projects on philosophers of language such as Peirce and Davidson, information philosopher Luciano Floridi and cognitive scientists such as Deacon and Nicolescu. Therefore, the understanding of what constitutes social justice arises from a semiosis of disorder. We do not deny that all disorder is complexly interconnected with an order – in this case, meaning – but we consider relevant the fact that such order is modeled, uninterruptedly and chaotically, by *inforgs* and levels of abstraction as varied as possible.

**Keywords:** Information disorder. Inforg. Social justice. Semiosis.

## 1 INTRODUÇÃO

Argumentamos, aqui, a favor da tese de que o que entendemos por justiça social vincula-se a um significado em contínua elaboração, elaboração esta que *a priori* não vem de conceitos filosoficamente estabelecidos ou definições de dicionário, mas de uma dinâmica complexa, emergente da desordem informacional, chamada semiose.

Se assim for, podemos inferir que, sendo a semiose processual e intrinsecamente teleodinâmica, já que algo em elaboração sempre visa um outro estado, então ela tem uma direcionalidade espontânea que podemos associar a um *telos*, a um fim, sem acrescentar nenhuma intencionalidade.

Tal direcionalidade, a finalidade semiótica, é a construção do significado. A cada uso por cada indivíduo a cada instante, os significados dos signos linguísticos são atualizados, justificando a máxima de que a linguagem é uma instituição viva. Signos são quaisquer elementos do contexto que representam algo para alguém sob algum ponto de vista. Atualizações de signos são incorporações de novas informações ambientais.

No caso dos signos cujos referentes são objetos materiais, as atualizações refletem as mais recentes manipulações e associações sobre a materialidade. No caso dos signos simbólicos, como detalharemos mais adiante, as atualizações também são racionalmente orientadas, só que por atratores abstratos que, embora dispensem a materialidade, têm direcionalidades explícitas. Esses atratores, considerados esferas axiológicas pelas quais nos movimentamos, ou seja, o lugar

dos valores simbólicos, têm sido caracterizados pelas ciências humanas como as dimensões lógica, estética e ética a que todos pertencemos.

A justiça social é, reconhecidamente, o conceito mais caro de nossa dimensão ética. Toda cognição humana obrigatoriamente inclui uma compreensão sobre justiça e sobre sociedade pois a semiose que praticamos, que no rigor do conceito é uma teleosseiose, realiza, por natureza, as funções de elaborar significados 1- cada vez mais certos, 2 - cada vez mais belos e 3 - cada vez mais justos. Todos precisamos estar certos, ter beleza (no sentido de ritmo e harmonia) e ser justos, mas não é possível uma conclusão universal sobre o que é certo, belo e justo, exatamente porque são bilhões de entendimentos em contínua elaboração.

A justiça, junto à certeza e à beleza, como nos aponta a história da filosofia ocidental, são estruturantes da teleosseiose, ou seja, orientam a direcionalidade da cognição simbólica a partir de motivos evolucionários e adaptativos que, em última instância, promovem o sucesso dos sistemas orgânicos em questão. Na espécie humana, por uma mutação informacional específica que o bioantropólogo e cientista cognitivo Terrence Deacon chamou de *insight simbólico* (1997), praticamos uma cognição simbólica obrigatoriamente coletiva, distribuída, estendida entre as mentes e o ambiente que dela participam, sendo a justiça social a extensão da autoestima à essa mente distribuída.

Não é difícil inferir que, mesmo que o conceito de justiça seja reelaborado a cada uso pela turbulência da desordem informacional, dado que cada projetista conceitual que o usa o faz de um ponto de vista individual e num dado instante, sua reelaboração seja menos influenciada pelo debate acadêmico sobre justiça social do que pelos incontáveis sentidos de justiça e de sociedade que transitam pelo senso comum.

Apesar disso, temos motivos para crer que, por serem as modelagens complexas e atraídas por um entendimento de justiça vinculado a equilíbrio, segurança, e sintonia, tal reelaboração tenderá a adequar o entendimento de justiça social aos anseios das pessoas em diferentes configurações sociais, o que caracteriza uma desordem informacional.

Que fique claro que o significado advindo dessa adequação se configurará por emergência, e não por algum tipo de operação algorítmica.

Para aprofundar tais ideias, iniciemos pela explicação do que vem a ser a semiose.

## 2 SOBRE SEMIOSE

A semiose é o processo pelo qual um signo atinge um significado no instante e no contexto em que é utilizado. Peirce, filósofo, linguista e matemático do final do século 19 e considerado o pai da filosofia analítica da linguagem, definiu a semiótica como a 'doutrina da natureza essencial e fundamental de todas as variedades de possíveis semioses' (1980). Para ele, além de ter aspectos fenomenológicos e de teorizar sobre tipos de ligações com significados, a semiótica une signo e referente, seja ele concreto ou abstrato, num turbilhão de relações e intenções que configuram o que chamou de interpretante.

Um signo é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo mais bem desenvolvido. Ao signo, assim criado, denomino *interpretante*. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Coloca-se no lugar desse objeto, não sob todos os aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que tenho, por vezes, denominado fundamento do signo. (PEIRCE, 1972, p.94).

Peirce investiu pouco no aspecto dinâmico e direcionado de um signo, mas sua teoria aponta para uma relação entre verdade e consenso de mentes preparadas.

"Permita-se a qualquer humano ter informação suficiente e exercer seu pensamento o bastante sobre qualquer questão, e o resultado será que ele chegará a uma certa conclusão determinada, a qual é a mesma que seria alcançada por qualquer outra mente. [...] A opinião humana tende, universalmente, num longo percurso...à verdade...Existe, então, para cada questão, uma resposta verdadeira, uma conclusão final, ao redor da qual a opinião de cada homem está constantemente gravitando" (PIERCE apud KIRKHAM, 2003, p.120).

Importante ressaltar que, quando Peirce faz a verdade de uma sentença corresponder à convergência de opiniões de especialistas, ele está apontando para um cientificismo e não para o senso comum.

A ideia de nosso interesse, aqui, é a da significação tratar-se de um processo complexo, não restrito a linearidade, mas que, apesar disso, exhibe tendências intrínsecas. De um ponto de vista naturalista e evolucionista, essas tendências buscam a sintonia entre as características dos ambientes/objetos exteriores e a

possibilidade de percepção, memorização, associação e comunicação dessas características por uma mente humana.

Para se compreender a semiose em toda a sua complexidade temos que nos debruçar tanto no funcionamento da cognição humana como nas finalidades do sistema compartilhado por mentes e natureza.

## 2.1 COGNIÇÃO HUMANA

Toda cognição é sistemicamente orientada para, a partir da percepção, ser capaz de realizar ações as mais afinadas possíveis às intenções de quem a realiza. Possui a função de simular uma antecipação, utilizando-se da memória e da capacidade de imaginar possibilidades iminentes e futuras, que orienta e dá intencionalidade à ação.

De forma geral, animais com cérebro têm, em algum grau, esse comportamento. A especificidade da cognição humana é ser capaz de processar signos que não dependem de uma percepção sensorial, signos abstratos, que só existem entre as mentes humanas. A esses signos Deacon chama de simbólicos, dando outro recorte ao que Peirce chamou de signo símbolo. Para Peirce “um símbolo é um objeto perceptível<sup>2</sup> cujo caráter representativo consiste precisamente em ele ser uma regra que determinará seu interpretante. Todas as palavras, sentenças, livros e outros signos convencionais são símbolos” (PEIRCE, 1972, p.126).

Ou seja, Peirce caracteriza os signos simbólicos como aqueles que se ligam a seus significados por convenção, e há até momentos em que aproxima convenção de uso, afinal ele é um pragmaticista, mas não o suficiente para abolir a noção, já que convenções são sempre estaques e linguagem nunca são.

Os símbolos não podem ser adquiridos um de cada vez, da mesma forma que outras associações aprendidas podem, exceto depois que um sistema simbólico de referência for estabelecido. Um sistema logicamente completo de relacionamentos entre *tokens*<sup>3</sup> de um conjunto de simbólico deve ser aprendido antes que a associação simbólica entre qualquer *token* simbólico e um objeto possa ser determinada. A etapa de aprendizagem ocorre antes do reconhecimento da função simbólica, e esta função só emerge de um

---

<sup>2</sup> Objeto perceptível está no lugar do termo original *representamen*, categoria de uma das teorias peircianas que não vamos abordar aqui. Para evitar explicações teóricas que não acrescentariam muito à argumentação visada, optamos pela substituição de *representamen* por objeto perceptível.

<sup>3</sup> Termo técnico da filosofia da linguagem que se refere à ocorrência específica de um signo.

sistema, não é investida de nenhum par signo-objeto individual. (DEACON, 1997, p. 92-93)

Para Deacon, um signo simbólico é aquele que se descola da materialidade do ambiente e usa as estratégias da linguagem para poder ser processado, memorizado e comunicado mesmo que com uma fidelidade não igual à dos objetos concretos, posto que estes permitem a conferência coletiva no mundo material, mas com fidelidade suficiente para criar um campo semântico em grande parte compartilhado e muito valorizado evolutivamente.

A divisão racional de tarefas, a modificação do ambiente a seu favor e a extensão de cuidados e proteção ao grupo, ações provenientes da simbolização, favoreceram de tal forma a sobrevivência da espécie que foram introjetados em tendências comportamentais e sociais. Há controversia sobre a herança de instintos ter ou não base genética, mas é amplamente aceito que a linguagem simbólica veicula essa herança, já que não há ser humano de posse de plenas faculdades mentais que não tenha herdado uma língua e que não queira estar correto, em harmonia e em sintonia, mesmo que de forma distorcida.

Embora seja impossível definir um signo simbólico a não ser por outros signos simbólicos, os modos de difusão do significado compartilhado são suficientes para caracterizar uma comunicação bem-sucedida. Paraphrasing Cecília Meireles em seu verso mais famoso do *Romanceiro da Inconfidência*, o símbolo é “o sonho que o humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”<sup>4</sup>.

A semiótica dos signos simbólicos nos é especial não só por ser exclusiva de nossa espécie, mas por inaugurar em nós um funcionamento mental estendido. Ou seja, um símbolo para existir e se configurar necessita participar da teia linguística humana, do compartilhamento informacional, do momento histórico do conhecimento, da cognição ambiental. Segundo o filósofo L.H. Dutra, uma pessoa nasce, aprende uma língua e aí entra na cognição, ou seja, a mente é um fenômeno ambiental.

Pessoas são realidades psíquico-sociais possíveis graças a determinadas condições sociais, mais especificamente, determinado tipo de instituições, entre as quais a mais central é a linguagem verbal. Pois é por meio da aquisição de uma língua natural que os indivíduos humanos ganham lugar na sociedade e podem realizar no nível individual sua própria versão dos

---

<sup>4</sup> Publicado em 1953, o verso original de Cecília Meireles é “Liberdade/o sonho que o humano alimenta/que não há ninguém que explique/e ninguém que não entenda.”



conceitos e valores que são os condicionantes de sua ação em geral e de sua percepção da realidade. (DUTRA, 2018, p. 296)

Ainda sobre questões cognitivas, podemos observar que o processamento dos signos simbólicos parte dos critérios de modelagem informacional a que estão submetidos os signos concretos e projeta parâmetros semelhantes para os objetos abstratos, parâmetros capazes de sustentar o compartilhamento do conteúdo semântico de forma eficiente ou, pelo menos, realizar a convergência semântica minimamente necessária para que as intenções comunicacionais se realizem de forma satisfatória.

O filósofo Donald Davidson, no artigo *Communication and Convention*, explica por que, apesar das regras e convenções serem parte estruturante de uma linguagem simbólica, a interpretação de um signo vai muito além disso.

Não duvido que toda a comunicação linguística humana mostre um grau dessa regularidade. [...] tenho dúvidas, porém, tanto sobre a clareza da afirmação quanto sobre sua importância para explicar e descrever a comunicação. A clareza é questionada porque é muito difícil dizer exatamente como as teorias do falante e do ouvinte para interpretar as palavras do falante devem coincidir. Eles devem, é claro, coincidir depois que o enunciado tiver sido feito ou a comunicação será prejudicada. Mas, a menos que coincidam antecipadamente, os conceitos de regularidade e convenção não têm valor definido. No entanto, o acordo sobre o que um falante quer dizer com o que diz pode certamente ser alcançado, mesmo que o falante e o ouvinte tenham diferentes teorias avançadas sobre como interpretar o falante. (DAVIDSON, 2001, 278)

E destaca, pela vertente pragmática de sua filosofia, a parte não algorítmica da comunicação linguística presente nos componentes analógicos inerentes a qualquer comunicação

A razão disso é que o falante pode muito bem fornecer pistas adequadas sobre o que ele diz, e como e onde o diz, para permitir que o ouvinte chegue a uma interpretação correta. É claro que o falante deve ter alguma ideia de como o ouvinte está apto a fazer uso das pistas relevantes e o ouvinte deve saber bastante sobre o que esperar. Mas é difícil reduzir esse conhecimento geral a regras e muito menos a convenções ou práticas. (DAVIDSON, 2001, 278)

Essa perseguição de pistas que envolve falantes e ouvintes são os ingredientes a mais da semiose para além da mera vinculação de signo e significado convencionalizado. Toda essa ação cognitiva para se chegar a um conteúdo comunicado que contemple as intencionalidades envolvidas nos remete à

modelagem informacional que praticamos de forma compulsiva, de forma orgânica, sistêmica e, portanto, teleodinâmica.

Quando nos referimos à modelagem informacional estamos reivindicando a concepção de mente do filósofo da informação Luciano Floridi. Para Floridi

Os agentes humanos podem saber que não são nem zumbis nem agentes artificiais, mas *inforgs* conscientes. [...] Humanos compartilham com outros agentes informacionais uma realidade feita de informação. Defendo [...] uma abordagem informacional do realismo estrutural, segundo a qual o conhecimento do mundo é o conhecimento das suas estruturas. O compromisso ontológico mais razoável acaba por estar em favor de uma interpretação da realidade como a totalidade de estruturas interagindo dinamicamente uma com o outras. (FLORIDI, 2011, p.316)

A citação deixa claro que, para Floridi, somos projetistas informacionais - *inforgs* – que compulsivamente organizamos o entorno, estruturamos nossas percepções em linguagens compartilháveis, em signos cuja interpretação esteja ao alcance de outras mentes, e fazemos isso através de um processo de modelagem semântica das informações capturadas. As diferenças obrigatórias dos resultados vêm do fato de cada um de nós realizar a modelização a partir de um nível de abstração único.

Sabendo-se que cada ser humano tem uma genética única e uma vivência, experiência, conhecimento e visão de mundo particulares, não é difícil perceber que cada um de nós está em um nível de abstração singular. No entanto, a experiência objetiva com o mundo e com outros agentes afina os processos de modelização fazendo-os convergirem, de forma sistêmica, para conteúdos semânticos compreensíveis. Aferre-se daí que a modelização precisa perseguir padrões, precisa ser reconhecida por outros *inforgs* em outros níveis de abstração, caso contrário o entendimento estaria comprometido.

A racionalidade é, por muitos, considerada a baliza desse entendimento. A cognição humana, uma vez inserida na mente ambiental, trabalha para pôr em linguagem – ordenar racionalmente - o máximo de informações possível. Porém, parte da experiência humana não cabe em estruturas racionais. Não podemos transmitir, via linguagem, como é nossa dor ou como sentimos alegria. Para tal apelamos para o uso estético das linguagens, como faz a literatura, e para demonstrações de sentimento e outras ações expressivas.

Ao nascermos, embora percebamos o ambiente por estesia, ainda não estamos habilitados a organizar racionalmente tais percepções. Faltam conexões neurais e rotas de fluxos informacionais que serão delineados com a socialização e o aprendizado de uma língua. Ao ingressarmos na mente ambiental, fluxos de pensamento linguísticos, racionais, vão reconfigurando a cognição – processo que se estende até a juventude, talvez até a morte –, e isso é fundamental para que os humanos possam dispor, da forma a mais plena possível, das funções cognitivas que mutações, adaptação e sorte os equiparam.

Sobre os padrões dos signos simbólicos, é de se esperar que, embora não se esgotem em modelos racionais, símbolos não renunciam à racionalidade. Padrões simbólicos sempre buscam, a partir de cada nível de abstração, o que mais faz sentido para a manutenção de algum ordenamento. Às tendências comportamentais, aos chamados instintos, a certas propensões que exprimimos e que Peirce chamou de abdução - uma terceira forma de se relacionar com as informações, sem ser por dedução ou indução, que comunica intencionalidade -, subjazem propensões da humanidade enquanto sistema. Dada a abrangência epistemológica necessária para a concepção e análise de tais propensões, nossa melhor estratégia é uma incursão filosófica.

## 2.2 O LÓGICO, O ESTÉTICO E O ÉTICO

No campo simbólico, o conhecimento mais seguro a nosso alcance já se expressava nas dimensões humanas propostas por Platão – o bom, o belo e o justo - que, revisitadas, remodeladas, abordadas de forma metafísica, fenomenológica, racionalista, antropológica e sociológica, perpassam pelo entendimento e podem ser identificadas hoje como os três únicos tipos de informação que somos equipados para processar: a lógica, a estética e a ética.

Cabe aqui um esclarecimento sobre o que, cognitivamente, significa processar informações. A cognição recebe informações dos sentidos, da imersão do corpo no ambiente, da memória e de influências do próprio sistema, e reorganiza essas informações a partir do que considera ordem. A principal função orgânica da cognição é orquestrar ações antecipatórias que evitem a degenerescência orgânica e o caos ambiental.

Porém, dado os oito bilhões de humanos e seus níveis de abstrações que convivem contemporaneamente, só podemos estimar, pela matemática dos sistemas complexos, o que cada um considera ordem. A estimativa mais atenta, pode-se dizer assim, é a filosófica, que tem como método esclarecer o máximo possível os conceitos que usa ao oferecer suas reflexões, reflexões estas interessadas no mais amplo, abrangente e confiável conhecimento humano.

Tomando como base conceitos filosóficos, e já que significados simbólicos nunca param de ser remodelados, podemos categorizar que os ordenamentos cognitivos que realizamos, sistemicamente falando, tornam todo e qualquer fluxo informacional:

- a) Mais lógico, capaz de vincular premissas e conclusões em relações de certeza;
- b) Mais estético, capaz de expressar, de forma mais satisfatória, harmonia, equilíbrio, simetria, ritmo, ou seja, estender as características e anseios do nosso organismo ao ambiente; e
- c) Mais ético, pois, se a mente individual experimenta instintos de cuidados com a preservação de seu organismo, com a construção de um entorno que favoreça a vida e com a manutenção de uma situação de segurança e conforto, a mente ambiental tem esses mesmos anseios só que socialmente estendidos, distribuídos em noções de justiça social entre as consciências e instituições que a compõem.

O argumento 'ser justo' tem um *locus* diferenciado no entendimento humano, ocupa o lugar de finalidade do raciocínio. Basta observar como todas as narrativas a favor de liberdade, igualdade, solidariedade e de todos os valores sociais têm como fundamento último serem mais justas.

Com isso queremos considerar que, embora a reelaboração do que seja justiça social emergja da teia de utilizações do termo, podemos vislumbrar que a teleossemiótica envolvida tem como um dos parâmetros a dimensão axiológica da justiça que, junto à lógica e à estética, formam o campo simbólico inevitável à cognição humana. São os espaços informacionais que valorizamos dentro dos quais flui toda a semiose que praticamos.

## 2.3 ARTICULANDO TELEOSSEMIOSE E DIMENSÕES HUMANAS

Cada vez que um símbolo referente à justiça social é utilizado por um falante, seu uso se dá num ambiente informacional inédito, o que obriga que as associações referenciais sejam atualizadas. Verifica-se aí uma reelaboração de significado a partir de uma desordem informacional, pois não há regras nem controle das informações disponíveis que se apresentam àquele que usa o termo no instante que o faz. O ato do falante optar pelo uso do símbolo já implica sua atualização: a decisão de utilizá-lo no ineditismo de uma situação traz consequências, concretas embora pulverizadas, para a remodelação de seu campo semântico.

Uma curta retrospectiva nas ciências humanas deixa claro o quanto é fundamental para nós as dimensões simbólicas que nos guiam. Além das já citadas preocupações de Platão com o bom, o belo e o justo, que abarcam o certo e o verdadeiro, as enunciadas virtudes e as várias morais foram tema de debate dos estoicos aos existencialistas.

Tanto o bem como as virtudes e a moral configuram-se ordenamentos que elaboramos para dar vazão a nossa sede de justiça, para cumprir disposições éticas da função cognitiva. O conceito de justiça, como queremos argumentar, é um dos padrões que guiam nossas conexões mentais e não pode ser evitado, embora todo tipo de associação, se pensarmos complexamente, pode lhe ser atribuída, como por exemplo, alguém concluir que justo é a eliminação de tudo e todos. Porém essa associação dificilmente se estenderia à maioria pois, pela mesma complexidade que antes reivindicamos, embora sempre existam fluxos de degenerescência, eles não podem caracterizar o sistema, caso contrário nem haveria um sistema.

Na saga viva, operante e histórica do *Homo sapiens*, grupos que adotaram comportamentos afinados à harmonia da convivência – à ética - foram, não de forma linear, mas sistemicamente, mais bem sucedidos.

O neurocientista Miguel Nicolelis nos explica um fenômeno que muito pode servir de suporte à argumentação que aqui desenvolvemos. Trata-se do acoplamento cérebro-cérebro, também chamado sistema *super-brain*, ou ainda, na nomenclatura do próprio Nicolelis, *brainet*: a sintonia, por espelhamento neuronal, entre cérebros através da linguagem.

Outros mamíferos, como chimpanzés e lobos, também são capazes de entrar em *brainet* na execução de uma tarefa em que cada um deve desempenhar um

papel. Na iminência da ação necessária, inicia-se uma sincronização cerebral entre os envolvidos que, em poucos segundos e com apenas algumas tentativas fracassadas, estabelece cooperação suficiente para a ação ser executada. Nos seres humanos, e só conosco, esse processo pode ser estabelecido também pela linguagem:

Uma brainet baseada na linguagem se estabelece inicialmente porque a produção, a transmissão e a interpretação de sinais linguísticos analógicos são mediadas por oscilações cerebrais ocorrendo no mesmo intervalo de frequência tanto no cérebro do orador como no do ouvinte. Para todos os propósitos e os efeitos, portanto, essa superposição de frequência é o primeiro passo para o estabelecimento de uma conexão entre cérebros em um *computador orgânico distribuído* - a brainet. (NICOLELIS, 2020, p. 268. Grifo nosso)

O fato de estabelecermos *brainets* a partir da linguagem, confirma a tese filosófica de que a especificidade humana é a utilização de informações simbólicas. Isso nos faz processadores e construtores de um tipo de informação/conhecimento que não está disponível para nenhuma outra ordem do cosmo. É um incremento processual que nos coloca, não enquanto seres humanos mas enquanto sociedade, na vanguarda do poder de influenciar a complexidade ambiental de tal forma a diminuir a incerteza e ampliar a ordem.

Na ordem temos mais capacidade de predição, mais articulação para agir e maior chance de sobrevivência, adaptação e evolução. Nesse sentido, dentro de uma epistemologia da complexidade, somos os agentes da auto-organização com a maior possibilidade de atuação. Nossas ferramentas simbólicas rompem os limites do 'aqui e agora' e nos possibilita fazer projeções em outros tempos e lugares. Essas projeções implicam acoplamento cerebral e parâmetros de processamento compartilhados. Estamos mais uma vez defendendo aqui que, dentro dos propósitos que nos são factíveis inferir, a justiça social é um dos eixos estruturais desse padrão social.

### **3 FUNÇÃO SEMIÓTICA E EMERGÊNCIA SIMBÓLICA**

Cabem algumas considerações sobre o porquê de, apesar da função semiótica ter sido analisada em termos de ocorrências múltiplas e dispersas, é

necessário deixar claro que a atualização dos significados se dá por emergência e por consequência algorítmica.

O principal motivo é porque informações que não podem ser postas em linguagens também participam do processo. Não seria possível estabelecer uma rotina lógica, ou seja, escrever um programa de máquina que simulasse a semiose pois comunicações realizadas pela imersão do organismo no lugar e no momento em que usa um símbolo, ou seja, informações estéticas, não-linguísticas e apenas tangencialmente racionais, impregnam a teleodinâmica de significação.

Não é possível perceber a curto prazo a dinâmica renovadora da semiose, mas bastam algumas décadas para que a trajetória de atualizações de uma língua possa ser vislumbrada, mesmo que parcialmente. Vide o estranhamento que experimentamos ao ler algo escrito no passado. Porém, essa trajetória nunca poderá ser descrita como uma função algorítmica, e sim como uma função orgânica. A diferença está justamente no fato de a função matemática chegar a resultados previsíveis por dedução e cálculo, e as funções orgânicas atingirem seus intuitos por emergência.

Não há explicação para qualquer órgão do corpo, por exemplo, um coração ou um rim, realizarem o que realizam a não ser por emergência. Órgãos têm funções que favorecem uma ordem hierarquicamente superior. É o que fazem os componentes intracelulares que dão vida às células, as células que mantêm os tecidos, os tecidos que mantêm órgãos e os órgãos que trabalham para um ser vivo. Todas essas funções orgânicas promovem a emergência de um outro *self*. Podemos ter todos os elementos materiais envolvidos na digestão, por exemplo, e não termos uma digestão por falta de um funcionamento que não é gerado por causalidade, mas por emergência. É a diferença entre vida e morte.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Há um otimismo subliminar ao se demonstrar que a justiça social sempre importará para os seres humanos por ser um dos eixos norteadores da cognição simbólica que praticamos. Significa que as gerações futuras terão que se debruçar sobre o tema, e concluir, a partir da realidade socioambiental que estiverem vivenciando, o que pode promover e, quiçá, garantir a melhor configuração de cooperação entre nós.



Aprimorar a cooperação e administrar a competição parece, no contexto atual, o que mais se afina aos valores epistemológicos, estéticos e éticos da mente ambiental da qual fazemos parte. Mente ambiental não é uma expressão metafórica para nos referirmos às sociedades. Como vimos, o estabelecimento de uma linguagem simbólica faz de nós elementos de uma engrenagem maior, de uma instituição social que, apesar de emergir do conjunto de nossos comportamentos individuais, exerce um papel hierárquico sobre nós, nos obrigando a decidir, para além do que consideramos certo e belo, o devemos ou não fazer.

Essa questão nos acompanha assim como a decisão de processar, reprimir ou repassar um pulso elétrico acompanha cada um de nossos neurônios. E, assim como eles seguem padrões que favorecem um sistema hierárquico superior - a mente consciente -, nós também somos fonte e alvos de um sistema hierarquicamente superior: as sociedades simbólicas em seus nichos. Essas considerações facilitam a compreensão do que denominamos, em todo o artigo, de sistema complexo ao qual pertencemos.

O fato de valorizarmos a dimensão simbólica como valorizamos, a ponto de cometermos mais homicídios por motivos simbólicos do que por motivos materiais, nos atesta que estamos aptos a pertencer ao sistema com maior capacidade de provocar alterações intencionais em todo o universo que conhecemos. Só sociedades humanas constroem pirâmides, fazem viagens espaciais, criam ciências e religiões. Indivíduos, para contribuírem com suas consciências e intenções, necessitam, primeiro, pertencer à mente ambiental.

Alterações intencionais são, no fundo, alterações que exibem valores transcendentais a nós enquanto indivíduos. A humanidade age como um sistema capaz de promover a ordem na grande desordem do cosmo. Como vimos, seríamos, na epistemologia da complexidade que compreende o universo como uma orquestração da desordem da qual emergem a ordem e a auto-organização, justamente os elementos que agenciam a auto-organização.

As aspirações por eficiência, por exemplo, claramente não são nossas, são dos sistemas a que pertencemos, seguem a tendência da natureza de realizar o máximo possível de processamento de informações com o menor dispêndio de energia. São leis básicas da física e da química que simplesmente adotamos como intencionais.

Esse é o pano de fundo sobre o qual traçamos a tese semiótica da atualização dos conceitos simbólicos a partir das dimensões do lógico, do estético e do ético que refletem, de forma apreensível, a propensão pelo igualável, equiparável, congruente, equilibrado, simétrico, rítmico, harmonioso e uma extensão sem-fim de mimesis que favorecem a modelagem, semantização, memorização, associação e comunicação.

Saber que a justiça ajuda a estruturar o pensamento nos dá uma visão dos valores simbólicos para além de convenções e arbitrariedades. Há uma teleossemiose contaminada pela trajetória evolutiva da simbolização que aponta para a justiça social como um dos padrões de cognição complexamente modelado/semantizado e consideramos relevante o fato disso ser realizado, ininterrupta e caoticamente, por *inforgs* e níveis de abstração os mais variados possíveis.

Assim, apesar da grandiosa reflexão acadêmica sobre o conceito de justiça, justiça social, moral, bem e ética, o volume e quantidade de significados modelados pela prática e pelo uso, característico de uma desordem informacional, parece ser mais impactante para a semiose. Eis o entendimento de justiça social como emergência da desordem social e como a atualização ininterrupta deste entendimento impregna os signos

## REFERÊNCIAS

DAVIDSON, D. **Inquire into truth and interpretation**. New York: Oxford/NY University Press, 2001.

DEACON, Terrence. **Incomplete nature how mind emerged from matter**. NY/London: W.W. Norton & Company. 2012.

DEACON, Terrence. **The symbolic species, the co-evolution of language and the brain**. NY/London: W.W. Norton & Company, 1997.

DUTRA, L. H.: **Autômatos geniais**. Brasília: UNB, 2018.

FLORIDI, L. **The Philosophy of Information**. Oxford: Oxford Press, 2011.

KIRKHAM, R. **Teorias da verdade**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2003.

NICOLELIS, Miguel. **O verdadeiro criador de tudo**. São Paulo: Planeta, 2020.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e filosofia.** *Textos escolhidos de Charles Sanders Peirce.* São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

PEIRCE, Charles Sanders. **Escritos Coligidos.** 2. ed. São Paulo: Editora Abril, 1980. (Coleção Os Pensadores).

# A PRODUÇÃO DA DESINFORMAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA: MAL RADICAL E MAL BANAL COMO REFERÊNCIA DE MANIFESTAÇÕES NO DEBATE PÚBLICO

**Rodrigo Silva Caxias de Sousa**<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
00018995r@gmail.com

**Carla Monego Lins Pasti**<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
carlapastl@gmail.com

**Meri Nadia Marques Gerlin**<sup>3</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo  
meri.gerlin@ufes.br

---

## Resumo

Discute a pertinência do quanto o uso dos conceitos de mal banal e mal radical se esboçam como potenciais referências analíticas para a compreender os processos de desinformação que circulam na esfera pública, em especial nas plataformas de rede social, como forma de fomentar uma problematização que defende que essas manifestações encontram-se fundamentadas tanto na pauperização interpretativa dos sujeitos e coletividades, quanto no ódio reproduzido de forma instrumental, perpetuado em razão de interesses políticos, econômicos e religiosos. Dessa forma, o presente estudo apresenta aspectos relativos às noções de mal radical (Kant) e sua rearticulação na obra de Arendt (mal banal e mal radical), os relacionando, aos conceitos de desinformação, de esfera pública e de mundo da vida como forma de teorizar o quanto a desinformação inviabiliza a ampliação de atos inter locucionários e o entendimento intersubjetivo no âmbito da política.

**Palavras-chave:** Desinformação. Mal banal. Mal radical. Esfera pública.

---

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Associado III do Departamento de Ciências da Informação da UFRGS. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Coordenador da Linha 2 (Informação e Sociedade) do PPGCIN da UFRGS.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Vida da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Direito. Aluna do Bacharelado em Biblioteconomia da UFRGS.

<sup>3</sup> Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Educação e graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia e professora permanente do PPGCI da UFES.

# TITLE THE PRODUCTION OF DISINFORMATION IN THE PUBLIC SPHERE: RADICAL EVIL AND BANAL EVIL AS A REFERENCE FOR MANIFESTATIONS IN PUBLIC DEBATE

## **Abstract**

It discusses the relevance of how the use of the concepts of banal evil and radical evil are outlined as potential analytical references to understand the processes of disinformation that circulate in the public sphere, especially on social media platforms, as a way of fostering a problematization that defends that these manifestations are based both on the interpretative pauperization of subjects and communities, and on hatred reproduced in an instrumental way, perpetuated due to political, economic and religious interests. Thus, the present study presents aspects related to the notions of radical evil (Kant) and its rearticulation in Arendt's work (banal evil and radical evil), relating them with the concepts of disinformation, the public sphere and the world of life as a form of theorizing how misinformation makes it impossible to expand interlocutory acts and intersubjective understanding within the scope of politics.

**Keywords:** Desinformation. Evil banal. Evil radical. Public sphere.

## **1 INTRODUÇÃO**

Problematizações sobre os princípios da moralidade acompanham as ideias de teóricos de diferentes tradições ao longo do tempo. Dentre um universo de problematizações relativas a aspectos morais e éticos as diferentes formas de manifestação do mal se materializam na produção de filósofos alemães, ao considerarmos como ponto de partida o idealismo alemão, nos remetendo aos escritos de Immanuel Kant, em especial no que tange a noção de mal radical.

Nesse sentido, a radicalidade de sua noção não está relacionada a uma projeção do que venha a ser extremo, mas uma manifestação compreendida como aspecto inato, princípio da própria compreensão de livre arbítrio e portanto, da essência da liberdade humana. Ao considerarmos essa projeção intelectual, fundamentada na premissa das ideias do autor, nos permitimos depreender que o mal radical estaria menos articulado à intensidade de manifestações relativas a uma razão prática e mais a aspectos arraigados à formação cultural dos indivíduos e a potencialidade dos atributos advindos de sua autonomia.

Posteriormente ampliando e deslocando parte dessas concepções atreladas à continuidade da mencionada tradição alemã da Filosofia Moral, Hannah Arendt, revisita as discussões Kantianas se debruçando sobre o totalitarismo e seus

desdobramentos. É em virtude dessas rearticulações, ao observar o contexto totalitário do surgimento e consolidação do nazismo, que a autora reinterpreta essas noções e as amplia, ao observar a brutalidade, as discrepâncias e as sutilezas dos males resultantes do nazismo.

Feitas essas considerações, defendemos que transposições nocionais e articulações conceituais advindas das ideias de ambos os autores podem se concretizar como uma perspectiva necessária à Ciência da Informação, em razão da possibilidade de nos debruçarmos sobre as diferentes nuances relativas à desinformação.

Essa premissa teórica, que se propõe a compreender a desinformação como mal, fruto de um contexto totalitário *sui generis*, é aqui defendida em razão de que a desinformação reveste-se de uma série de peculiaridades no que tange à circulação de conteúdos instrumentais com capacidade destrutiva em relação às articulações políticas nas sociedades. Defendemos essa perspectiva em virtude de que a circulação desenfreada de desinformações que passou a se constituir a partir de um universo de manifestações sociais que articulam, incidem e objetificam atores, instituições, grupos e epistemologias tem por referência a pauperização das ações e processos comunicativos na esfera pública.

Ademais a desinformação foi base para que tanto ações subjetivadas, quanto a composição de uma estrutura de ecossistemas causadores de danos passassem a ser edificados também a partir do uso de plataformas digitais. Por conseguinte, os efeitos da desinformação em parte se assemelham a lógica do totalitarismo, desvelando uma atmosfera de polarização política que de forma nefasta e inédita empobrece os processos de interlocução nas democracias.

É a partir dos aspectos supramencionados, que neste artigo discutiremos o quanto as noções de mal banal e mal radical (Arendt, 1999, 2004) podem se constituir em referências interpretativas importantes para desvelar os fenômenos relativos à desinformação. Com a intenção de provocar reflexões acerca dessas relações, inicialmente, apresentaremos, de forma sumarizada, a influência kantiana na obra de Hannah Arendt.

Em vista do exposto, apresentamos como objetivo posterior problematizar o quanto os conceitos de mal banal e mal radical se esboçam como potenciais referências analíticas para a compreender o processo de desinformação, por meio de um estudo exploratório-explicativo de abordagem qualitativa. Sua consecução

está pautada na aproximação dos conceitos supramencionados às noções de desinformação, com o intuito de fomentar uma discussão que defende que essas manifestações encontram-se fundamentadas na execução desenfreada de produção de conteúdos pautados no ódio reproduzido de forma instrumental e perpetuado em razão de interesses políticos, econômicos e religiosos; tendo como consequência a pauperização interpretativa dos sujeitos e coletividades e o surgimento de nichos de autoritarismo.

Dessa forma, o presente estudo apresenta influências da noção de mal radical de Kant e suas rearticulações materializadas nas noções de mal banal e mal radical de Hannah Arendt (2004) aos de desinformação (*desinformation* e *misinformation*), como forma de teorizar o quanto a desinformação inviabiliza a ampliação de atos inter locucionários e o entendimento intersubjetivo no âmbito da política.

Ademais merece destaque que a potencialidade e dialogicidade que alicerçam os atos de fala (Habermas, 1990) própria da ação comunicativa, tendem a perder sua força na medida que os processos de interlocução efetivados sob perspectivas radicalmente opostas, não abertas ao diálogo, denotam manifestações de polarização ideológica. Complexificada essa conjuntura, em virtude da circulação de desinformações nas sociedades administradas (Adorno; Horkheimer, 1985), neste estudo buscamos discutir o quanto as noções de mal banal e do mal radical propostos por Hannah Arendt (1999) se constituem como norte para a compreensão de práticas de produção, uso e compartilhamento de desinformações na atualidade.

## **2 O REDIMENSIONADO MAL: DE KANT A ARENDT ATÉ A DESINFORMAÇÃO**

Dentre as obras de Immanuel Kant que mais influenciaram o pensamento de Hannah Arendt para o desenvolvimento acerca da sua perspectiva sobre a natureza humana e a moralidade, na "Crítica da Razão Prática" (Kant, 2018) são encontrados elementos que desvelam que os seres humanos são seres morais porque são capazes de agir de acordo com a razão. O filósofo defende que a razão nos permite discernir entre o certo e o errado e nos motiva a agir de acordo com nossos princípios e em relação a aspectos éticos compartilhados.

O autor fundamenta de forma pontual que "[...] cada um sabe que, se se permite secretamente enganar na prática de uma ação malévola, nem por isso



permite que todo o mundo faça outro tanto; se alguém é insensível, talvez sem dar-se conta disso diante do próximo, nem todos são insensíveis [...] (Kant, 2018, p. 83). O mal radical, tal compreende Kant (2018), é produto de uma estreita relação com a própria percepção de liberdade, considerada por ele como uma predisposição inata do indivíduo, possibilidade de manifestação da sua autonomia e sendo percebida como um descuido moral, uma relação de resistência a uma lei moral. Tratam-se de tensionamentos e movimentos diastólicos da moral, caracterizados por uma oscilação entre razão e vontade, assim como de uma possível dicotomia entre o respeito pela lei moral e o amor-próprio. Corroborar essa perspectiva Correia (2005, p. 88) ao mencionar que

O mal radical é uma espécie de ataque à própria disposição para o bem, para se deixar tocar pela lei. O mal seria esta propensão universal para não receber o respeito pela lei como móbil. A especificidade da religião consiste em aliar o respeito pela lei a uma disposição para a realização de ações boas. Para se compreender o conceito de mal, é necessário entender a relação entre o livre-arbítrio e o recebimento das máximas decorrentes do respeito pela lei moral como móbil. *Grosso modo*, o mal equivale a tomar como regra do agir a relação de prazer e desprazer para com os objetos. O mal moral é sempre definido, portanto, **por uma relação de resistência à lei moral**, como causa oposta à ação segundo a lei moral, que se opõe à obediência. **O mal moral age contra o bem moral**. Assim, para seguir na moralidade não basta desenvolver o princípio do bem em nós (respeito pela lei), mas também combater uma causa antagônica do mal em nós.

Essa perspectiva demonstra um duplo movimento moral em relação a não efetividade do mal. Arendt (1999) argumenta que os seres humanos são seres políticos que vivem em um mundo comum. Ela acredita que os seres humanos precisam ser capazes de pensar criticamente sobre o mundo ao seu redor e agir de acordo com seus princípios para criar uma sociedade justa e equitativa, indo ao encontro dessa noção de duplo movimento.

Isso porque Arendt estudou a filosofia de Kant na Universidade de Heidelberg e foi fortemente influenciada por seus conceitos de autonomia, liberdade e responsabilidade (Lechte, 1996). A filósofa era defensora da ideia de que a autonomia se constitui em referência fundamental para a condição humana, ao argumentar que os seres humanos são capazes de pensar por si mesmos e agir de acordo com suas próprias convicções diferenciando-os dos animais, que são movidos por instintos. No que se refere a liberdade, Arendt a concebia como um valor fundamental e expunha que os seres humanos são livres para escolher suas

ações e determinar seu próprio destino. Essa liberdade, no entanto, vem atrelada à responsabilidade de agir de acordo com a moral sendo a responsabilidade essencial para a vida em comunidade. A autora argumentava que os seres humanos são responsáveis pelos seus atos, mesmo que sejam cometidos por motivos aparentemente irracionais.

Esses conceitos de Kant são claramente refletidos no trabalho de Arendt. Em seu livro "Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal" (Arendt, 1999). Na mencionada obra a filósofa argumenta que Eichmann, o oficial nazista responsável pela deportação de milhões de judeus para campos de concentração, não era um monstro, mas um homem comum que simplesmente obedecia às ordens. Sua análise destacava que Eichmann era responsável por suas ações, mesmo que ele não tivesse a intenção de causar mal. Arendt foi profundamente influenciada por esse argumento de Kant. Ela acreditava que a razão é essencial para a condição humana. Ela argumentava que os seres humanos são capazes de pensar por si mesmos e agir de acordo com suas próprias convicções. Isso é diferente dos animais, que são movidos por instintos.

Arendt também foi influenciada pelo conceito kantiano de autonomia. Kant acreditava que os seres humanos são livres para escolher suas ações e determinar seu próprio destino. Essa liberdade, no entanto, vem com a responsabilidade de agir de acordo com a moral, o que implica em considerar que a autonomia e a responsabilidade são essenciais para a vida em comunidade. Ela argumentava que os seres humanos são responsáveis pelos seus atos, mesmo que sejam cometidos por motivos aparentemente irracionais. Arendt ao cunhar o termo "banalidade do mal" para descrever como indivíduos aparentemente comuns, como Adolf Eichmann, puderam se envolver em atos monstruosos de genocídio sem exibir uma intenção maliciosa óbvia. Arendt argumentou que o mal não é necessariamente o resultado de uma intenção maligna, mas pode ser o produto de uma conformidade acrítica com normas sociais distorcidas. Ela observou que Eichmann era um homem comum, sem nenhuma característica especial que o tornasse um monstro. Ele era um burocrata obediente que seguia as ordens de seus superiores, sem questionar as ordens dadas. De acordo com a autora, a ausência de criticidade e a reprodução da obediência aos sistemas totalitários e normas distorcidas podem permitir a execução do mal (Arendt, 1999).

Os conceitos de "mal radical" e "banalidade do mal," apesar de não estarem definidos em seus textos, representam uma extensão contemporânea de suas ideias. O "mal radical" é a malevolência intrínseca por trás de ações intencionais e extremas, frequentemente motivadas por ideologias. A "banalidade do mal" representa a crueldade que pode surgir da conformidade cega com normas sociais distorcidas, muitas vezes sem más intenções conscientes.

Arendt também foi influenciada pelo conceito kantiano de crítica. Kant acreditava que a razão é capaz de julgar a realidade e distinguir entre o certo e o errado. Arendt acreditava que a crítica é essencial para a democracia onde os cidadãos devem ser capazes de pensar criticamente sobre o governo e a sociedade para garantir que eles sejam justos e equitativos, portanto, Immanuel Kant inspirou Arendt a desenvolver sua perspectiva sobre a natureza humana e a moralidade. Para Arendt a conformidade com a sociedade pode levar a comportamentos que contradizem a racionalidade das pessoas, uma vez que a razão é essencial para o julgamento moral. Em "Origens do Totalitarismo" (Arendt, 2004), Arendt emprega o termo "mal radical", entendido como mal absoluto, referindo-se à catástrofe dos campos de extermínio. Em "Eichmann em Jerusalém" (Arendt, 1999) utiliza a expressão "banalidade do mal" para denunciar a conduta de indivíduos como Adolf K. Eichmann, que em sua superficialidade teriam testemunhado um descompasso inédito entre a estatura do malfeitor e das transgressões cometidas.

Hannah Arendt, ao tratar do problema do mal, o faz a partir de Kant e ao mesmo tempo alarga a compreensão do conceito, entendendo-o para além do egoísmo (amor de si). Essas concepções acenam para o entendimento de que ações maléficas se instituíram na conjuntura do totalitarismo enquanto manifestações de ódio e extremismo, tendo o nazismo e o antisemitismo com fundamentos que projetaram e executaram o desprezo à vida humana, inviabilizando as discussões na esfera pública. São essas noções e peculiaridades que nos permitem transpor para um contexto de polarização tais categorias como possibilidades interpretativas de manifestações de desinformação.

Diante dessa interseção entre o pensamento de Kant e Arendt há a análise da moralidade e da natureza do mal na sociedade contemporânea. À medida que enfrentamos os desafios da desinformação, é essencial manter um pensamento crítico, responsabilidade ética e um compromisso com a busca da verdade, reconhecendo que o mal pode surgir tanto da intenção maliciosa quanto da

conformidade sem questionamento. Enquanto navegamos na era digital, devemos permanecer vigilantes em nossa busca pela verdade e na promoção de um diálogo público baseado na honestidade e na responsabilidade moral.

### **3 DESINFORMAÇÃO COMO MAL NA ESFERA PÚBLICA**

As plataformas digitais vêm se constituírem como espaço de hibridação e ampliação do mundo da vida, articulando redes sociais nas quais atores e suas práticas informacionais estão balizadas na produção e compartilhamento ostensivo de desinformações.

Ao mesmo tempo que essa hibridação tem potencializado o esvaecimento de perspectivas de interlocuções acerca do de pautas coletivas, por outro lado a superexposição das individualidades se coaduna à composição e a produção, uso e compartilhamento de conteúdos distorcidos, intencionalmente ou não, por parte expressiva da população e até mesmo dos governos (Sousa, Valerim, 2022).

Informações subjetivas pautadas em interesses são objetivadas e imiscuídas como expressão do coletivo, de forma intencional ou não, atribuindo destaque primeiramente ao indivíduo em virtude de uma suposta visibilidade que ele mesmo se atribui, mas que também pode estar pautada por racionalidades instrumentais desveladoras de interesses escusos. Essa dinâmica em muito ultrapassa o que Hannah Arendt denomina como ascensão da sociedade, em sua obra “A condição Humana” (Arendt, 2007), na qual a autora desvela e denuncia o quanto as esferas privada e política sofreram clivagens ao serem incorporadas pelo social.

Especificamente em relação à desinformação, ainda que prematuramente possam ser pensadas como manifestações narcisistas típicas de uma cultura digital de auto-exposição, são necessários destacar que as mesmas se colocam em diálogo com outras informações estrategicamente edificadas, num processo de complexificação discursiva circulante que se materializa fundamentalmente em nichos fechados que reforçam aspectos de uma polarização política com proporções até então não vistas.

Nesse contexto, as análises de Hannah Arendt (1999) ganham relevância profunda. Seu conceito de "banalidade do mal" revela como atitudes e ações cruéis podem emergir de indivíduos comuns, muitas vezes sem intenções maliciosas, mas devido à sua conformidade com normas sociais distorcidas. Isso pode ser aplicado

às práticas sociais de produção, uso e compartilhamento de desinformações no mundo da vida e nas plataformas digitais, onde indivíduos compartilham informações errôneas sem questionar, contribuindo para a normalização do fenômeno. Por outro lado, a "radicalidade do mal" de Arendt nos alerta para a malevolência intrínseca que pode se manifestar através de ações extremas e intencionais. Ao considerar as práticas intencionais de disseminação de desinformação, podemos encontrar ecos dessa radicalidade, onde indivíduos deliberadamente distorcem a verdade para atender a agendas políticas, econômicas ou ideológicas.

#### **4 PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE DESINFORMAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA**

Com o crescente movimento de acesso às novas tecnologias desde o final do século XX, a estrutura de conexão da *Web (World Wide Web)*, ambiente de rede da Internet, intensifica o ato de informar tanto quanto de desinformar na contemporaneidade. Nesse novo e, ao mesmo tempo, incerto cenário, as estruturas de colaboração são alimentadas por indivíduos e grupos sociais ao conformar um constante e mutante processo de comunicação das notícias confiáveis e, de igual modo, daquelas que não são confiáveis, claras, verídicas e capazes de auxiliar nas decisões da área da cultura, economia, educação, política, saúde, entre outras não citadas.

Ocorre que no século XXI, com a expansão do uso das tecnologias de informação e comunicação (novas tecnologias), e em especial das plataformas de redes sociais, cresceu o fenômeno da desinformação, ganhando proporções descontroladas e articulando um cenário de crise paradigmática para a área da informação; de tal forma que conjuntamente a ele é possível observar a centralização da informação, a estagnação da comunicação e o isolamento social - gerando expectativas e necessidades de validação em termos de produção, uso e propagação de uma informação confiável ao alcance de todos.

A desinformação compreende desde a propagação de notícias falsas (fake news) até os conteúdos deturpados que são compartilhados fora de contexto original com a finalidade de desinformar. Sousa, Valerim, Heller e Lima (2021, p. 179) expõem em relação a desinformação que “manifestações inusitadas de desinformação acenam para possibilidades de interpretações em relação a distintos fenômenos sociais”, requerendo que a temática seja colocada em análise do ponto

de vista da esfera pública já que esse fenômeno se caracteriza por “ações engendradas por diferentes atores sociais”.

Assim sendo, convém dialogarmos sobre as diferentes formas de desinformação (ausência de informação, notícias falsas, boatos e conteúdos deturpados) buscando o suporte da Teoria Crítica da Informação e Comunicação, ao levar em consideração relações assimétricas de poder e controle que são estabelecidas na esfera pública, em que os assuntos públicos poderiam estar sendo discutidos pelos atores sociais. Para isso, autores como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Jürgen Habermas e, principalmente, Hannah Arendt poderão ser trazidos para que possamos refletir sobre as nuances que a "banalidade do mal" nos revela em uma trama complexificada e tecida em virtude da circulação da desinformação (Adorno; Horkheimer, 1985; Arendt, 1999; 2004; 2011; Habermas, 2012).

A pertinência relativa à apresentação e articulação entre os distintos conceitos de desinformação são aqui efetivadas em razão de nos aproximarmos das noções de mal banal e mal radical. Esse exercício interpretativo, ainda que busque tais noções em outra conjuntura totalitária, se constitui para desvelar a lógica subjacente da desinformação, qual seja: os fenômenos de desinformação se constituem como problemas morais comprometedores da possibilidade de efetivação do debate na esfera pública.

Nos propusemos a fomentar uma discussão que vai ao encontro de que as práticas informacionais alicerçadas em desinformação, seja ela fundamentada na intencionalidade de produção de um mal, ou no ódio reproduzido de forma inadvertida edificam práticas sociais balizadas em uma razão instrumental. Dessa forma o presente estudo articula as expressões utilizadas por Hannah Arendt (mal banal e mal radical) à desinformação (*misinformation* e *disinformation*), práticas informacionais e de esfera pública.

Dessa forma a potencialidade e dialogicidade que alicerçam os atos de fala (Habermas, 1990) própria da ação comunicativa, tendem a perder sua força na medida em que os entendimentos balizadores das interlocuções, sob diferentes perspectivas, são minimizados em razão do uso de informações distorcidas, fruto de um erro honesto (mal banal) a intencionalidade maléfica objetivando um resultado (mal radical).

Quando as pessoas são capazes de pensar criticamente, elas são mais propensas a questionar informações falsas e tomar decisões corretamente. A influência do trabalho de Arendt na sociedade atual é significativa pois alerta-nos para os perigos da desinformação e encoraja-nos a desenvolver estratégias para combatê-la. Uma das formas de desinformação é a disseminação deliberada de informações falsas ou imprecisas com o objetivo de enganar ou manipular o público.

Na era digital, a desinformação se tornou um problema crescente, devido à facilidade com que as informações podem ser compartilhadas e difundidas. Sendo assim, é necessário entender os mecanismos que levam à disseminação de desinformação e desenvolver estratégias para combatê-la. Acerca do conceito de desinformação, Wardle & Derakshan (2017) compreendem desinformação a partir da noção de desordem informacional, a distinção entre *misinformation*, *disinformation* e *mal-information*. Ripoll e Matos (2020), destacam que na língua inglesa existe uma distinção entre os conceitos de desinformação. Os autores consideram apenas a *disinformation*, como o conceito que abarca a informação imprecisa com a intenção de enganar, enquanto os termos *misinformation* e o *mislead*, conforme os autores explicam abaixo (Ripoll; Matos, 2020).

É importante perceber que a palavra 'desinformação', em português, muitas vezes é usada enquanto a tradução tanto de 'disinformation', como de 'misinformation', duas palavras que são conceitualmente distintas na língua inglesa. Conforme menciona Fallis (2010), ambas remetem ao contexto da informação imprecisa/incorrecta (*innacurate*) e enganosa/ilusória (*misleading*). No entanto, *misinformation* corresponde a um engano originado na fonte emissora de forma não proposital (*honest mistake*), enquanto que na palavra *disinformation* existe uma intenção consciente da fonte em enganar (*intended to deceive*). O autor comenta que, sendo assim, é mais difícil identificar uma *disinformation*, já que ela é justamente produzida com a intenção de não ser identificada como tal. (Ripoll; Matos, 2020, p. 97)

Diferentemente é necessário compreender vieses distintivos em relação às perspectivas que consideram a produção da informação segundo intencionalidades escusas subjacentes. Feitas as respectivas distinções é necessário destacar que existe uma relação entre desinformar e manifestar maleficamente uma ação fundamentada em processos comunicativos que tenham seu conteúdo deturpado. Isso porque a desinformação pode ser usada para manipular as pessoas e induzi-las a acreditar em coisas que não são verdadeiras, bem como convencê-las a cometer atos que são prejudiciais a si mesmas e aos outros, esterilizando e trazendo



descrenças as questões coletivas circulantes na esfera pública. Isso pode ser feito por meio de discursos de ódio, ausência de acesso ou inexistência de informações, propaganda enganosa e outras formas de disseminação de informações falsas.

Quando nas discussões efetivadas no âmbito da esfera pública as pessoas acreditam em informações falsas, elas podem tomar decisões erradas e agir prejudicando a si mesmas e aos outros. Arendt argumentava que as pessoas são suscetíveis à conformidade social, ou seja, conformam-se com a sociedade, sendo propensas a acreditar em informações que estão de acordo com suas crenças e valores. A desinformação pode ser usada para aproveitar essa tendência, criando narrativas que apelam às emoções e preconceitos das pessoas, manipulando emoções, não propiciando o acesso às informações relevantes, atacando a confiança nas instituições e também a criação de uma realidade alternativa.

## **5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM ABERTO**

As proposições apresentadas neste artigo tiveram por intenção discutir o quanto as ideias que articulam a noção de mal radical (Kant, 2018) foram reelaboradas como forma de compreensão das conjunturas totalitárias, incidindo sobre as coletividades e os sujeitos.

Ainda que com proporções incomparáveis ao contexto analisado por Arendt (1999), é necessário refletir acerca da banalidade do mal circulante a partir do uso exacerbado de desinformações. É possível depreender que nos encontrarmos diante de uma privação de direito à informação e que os circuitos de desinformação suprimem a possibilidade de que, nas sociedades, possamos estar diante da ausência de processos comunicativos e compreensões fundamentadas em articulações entre os cidadãos. A informação em si traz não apenas um norte moral na medida em que se caracteriza como substrato de entendimento na sociedade e articulação de compreensão e resolução de problemas coletivos, estabelecendo a devida coerência aos atos comunicativos efetivados.

Embora Arendt (1999) tenha denunciado uma dissolução da moralidade em razão do totalitarismo, defendemos que as discussões aqui efetivadas apontam para uma atmosfera em que os mores (costumes, hábitos) se redimensionaram no sentido da preponderância de uma racionalidade instrumental e incide em relação às práticas sociais, de tal forma que há uma cultura de produção, uso e

compartilhamento de informações; na mesma medida em que ampliou os limites das discussões públicas, ao se tornar costume o uso e a circulação de desinformações. De modo similar ao que se encontra em Eichmann, a ausência de totalidade de manifestações de antisemitismo que caracteriza o mal banal, nos leva a refletir que os hábitos e costumes potencializam esses circuitos e redes de desinformação, engendrando e edificando o surgimento de nichos sociais ideologicamente polarizados.

Ao aproximarmos os conceitos trabalhados neste artigo tivemos a intenção de lembrar acerca da necessidade da adoção de um pensamento crítico e de uma responsabilidade ética que reflita acerca da influência combinada de Kant e Arendt nos convidando a uma análise mais profunda da moralidade e da natureza do mal na sociedade contemporânea em virtude de práticas informacionais que se deturpam em uma sociedade que tenha como cerne de suas relações a informação.

Ao relacionarmos essas noções advindas da Filosofia Moral aos fenômenos da desinformação, somos lembrados da necessidade de um pensamento crítico e de uma responsabilidade ética mais profunda, pois a influência combinada de Kant e Arendt nos convida a uma análise mais profunda da moralidade e da natureza do mal na sociedade contemporânea. Diante dessa interseção entre o pensamento de Kant e Arendt há a análise da moralidade e da natureza do mal na sociedade contemporânea.

À medida que enfrentamos os desafios da desinformação, é essencial manter um pensamento crítico, responsabilidade ética e um compromisso com a busca da verdade, reconhecendo que o mal pode surgir tanto da intenção maliciosa quanto da conformidade sem questionamento. Enquanto navegamos na era digital, devemos permanecer vigilantes em nossa busca pela verdade e na promoção de um diálogo público baseado na honestidade e na responsabilidade moral relativa à produção, uso e compartilhamento de informações.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CORREIA, A. Arendt e Kant: banalidade do mal e mal radical. **Argumentos Revista de Filosofia**, Fortaleza, ano 5, n. 9, p. 63-78, jan./jun. 2013.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

KANT, I. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Lafonte, 2018.

LECHTE, J. **Cinquenta pensadores contemporâneos essenciais**. Traducción de Ma. Luisa Rodríguez Tapia. Ediciones Cátedra S. A-, 1996 Juan Ignacio Luca de Tena, 15. 2S0Z7 Madrid.

RIPOLL, L., MATOS, J. C. O contexto informacional contemporâneo: o crescimento da desinformação e suas manifestações no ambiente digital. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 87 – 107, jan./jun. 2020. Disponível em: DOI: 10.5433/2317-4390.2020v9n1p87. Acesso em: 20 de set. 2023.

SOUSA, R. S. C. de.; VALERIM, P.; HELLER, B.; LIMA, M. H. T. de. Fetichismo da desinformação na web: uma pandemia agravada. **TOMO**, n. 38, jan./jun. 2021.

SOUSA, R. S. C. de; VALERIM, P. Information reification: fake news about Covid-19 on the website of the Brazilian Department of Health. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e5898, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i1.5898. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5898>. Acesso em: 30 out. 2023.

WARDLE, C.; DERAQSHAN, H. **Information disorder**: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. RM. Retrieved from, 2017.

# MEU ÓDIO SERÁ TUA HERANÇA: INFORMAÇÃO TÓXICA NA SOCIEDADE DO CAPITAL-INFORMAÇÃO

André Januário da Silva<sup>1</sup>  
IBICT/UFRJ  
andrejanuario.silva@gmail.com

Valéria Cristina Lopes Wilke<sup>2</sup>  
UNIRIO  
valeria.wilke@unirio.br

---

## Resumo

A relação informação e capital tem sido vital para a produção do *habitus* informacional no século XXI, seja pelo cada vez maior trânsito de usuários interconectados à grande rede, seja pela massificação da produção de artefatos infocomunicacionais que possibilitam a manutenção desse fluxo. Sob o ponto de vista econômico, a informação é a matéria que passa a estruturar a lógica de organização do capital, e, por conseguinte, também a ordem social, política e cultural das sociedades contemporâneas. Desse modo, é na atual vigência do capital, entendido aqui como capital-informação, que vimos emergir o modelo de negócios da economia das plataformas sócio-digitais amparado na cultura algorítmica, no paradigma comunicacional *todos-todos* e na mineração constante de dados de usuários. Esse modelo altamente lucrativo tem sido apontado como um dos principais responsáveis pela disseminação massiva de conteúdo desinformativo através do fenômeno das *fake news*, regime de pós-verdade, propensão a formação de filtros-bolha, câmaras de eco, cultura do cancelamento e disseminação de ódio nas infovias. Com isso, neste trabalho buscamos problematizar a noção de informação tóxica como reflexo de um ambiente informacional pautado pela toxicidade, virulência, sectarismo, polarização e predisponência a violência digital como dispositivos que tem perfilado o comportamento dos indivíduos nas redes e fora delas, evocando velhos estigmas, preconceitos, perseguições e falsas crenças direcionadas a grupos e indivíduos considerados material e simbolicamente como ameaças. Conclui-se assim, que a informação tóxica é um desafio a ordem democrática e civilizatória, constituindo-se como um sintoma de uma sociedade adoecida, bem como uma mercadoria de altos rendimentos na sociedade do capital-informação.

**Palavras-chave:** Informação tóxica. Capital-informação. Plataformização. Redes de ódio. Desinformação.

---

<sup>1</sup> Arquivista, museólogo, mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente é doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ, com bolsa CAPES. .

<sup>2</sup> Doutora em Ciência da Informação e professora do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

# MY HATRED WILL BE YOUR INHERITANCE: TOXIC INFORMATION IN THE INFORMATION CAPITAL SOCIETY

## Abstract

The relationship between information and capital has been vital for the production of informational *habitus* in the 21st century, either by the increasing transit of users interconnected to a large network, or by the massive production of infocommunicational artifacts that enable the maintenance of this flow. From the economic point of view, information is the matter that begins to structure the logic of the organization of capital and therefore also the social, political and cultural order of contemporary societies. Thus, it is in the current term of capital, understood here as capital-information, that we have seen emerge the business model of the economy of social-digital platforms supported by algorithmic culture, the all-everyone communication paradigm and the constant mining of user data. This highly lucrative model has been pointed out as one of the main responsible for the massive dissemination of disinformative content through the phenomenon of fake news, post-truth regime, propensity to formation of bubble filters, echo chambers, culture of cancellation and dissemination of hate on infohighways. Thus, in this work we seek to problematize the notion of toxic information as a reflection of an informational environment guided by toxicity, virulence, sectarianism, polarization and predisposition to digital violence as devices that have profiled the behavior of individuals in networks and outside networks, evoking old stigmas, prejudices, persecutions and false beliefs directed to groups and individuals considered materially and symbolically as threats. It is concluded that toxic information is a challenge to the democratic and civilizing order, constituting itself as a symptom of a sick society, as well as a high-income commodity in the society of information capital.

**Keywords:** Toxic information. Information-capital. Platformization. Hate networks; Disinformation.

## 1 INTRODUÇÃO

*Dataficação ou plataformação estão definindo nossas vidas sociais digitais. Não há quase nenhuma vida social que não seja permeada por plataformas baseadas em dados e algoritmos.*  
(José van Djick, professora e pesquisadora holandesa)

Não há hoje no mundo um só espaço do cotidiano social que não seja permeado pelas infovias. Do labor ao lazer, indivíduos são estimulados, quando não obrigados, a recorrerem em algum momento do seu dia a algum aplicativo disponível em um artefato infodigital, *smartphones*, por exemplo, para uso de um serviço ou instrumentalização de alguma de suas atividades cotidianas. Estamos diante de um novo *modus operandi* essencialmente mercadológico e assustadoramente lucrativo, denominado economia das plataformas ou plataformação.

A plataformização opera num novo ambiente social onde o sistema capitalista ancorado na relação produção/circulação/consumo de informação busca constituir as bases sociais que determinam o *habitus* informacional de cidadãos/usuários em todo o mundo, ditando modos de pensar e agir no contexto contemporâneo. Para Marcos Dantas (1996, 1999, 2022), estamos diante de um novo estágio do capital, denominado por ele como: capital-informação. Na era do capital-informação, a produção informacional torna-se principal matéria-prima para obtenção e acumulação de riquezas, expansão de mercados, consolidação de monopólios e organização do trabalho, adquirindo valor estratégico no âmbito econômico e na produção de políticas públicas governamentais e corporativas. Sendo a lógica de organização do capital eminentemente informacional, logo todas as outras esferas sociais, do cultural ao religioso, alinham-se a essa mesma lógica.

Este novo modelo mercadológico e social é fortemente marcado pelo hiperfluxo do trânsito de usuários em redes infodigitais e, por conseguinte, na produção e disseminação em massa de informações. Nas últimas décadas, este cenário tem propiciado novas conjunturas políticas, rearranjos mercadológicos e organização sócio-cultural que se legitimam por este ambiente, e, portanto, fomentam a produção em massa de aparatos infocomunicacionais, num novo ciclo do capital que produz novos monopólios e meios para a concentração de riquezas.

Por outro lado, os elementos aqui destacados condicionaram o advento de um novo tipo de fenômeno informacional na atualidade, a produção massiva de *fake news* em redes digitais. Desse modo, a antiga prática da desinformação recebe uma nova roupagem quando dimensionada no ambiente das redes, pois os modos de produção no espaço infodigital possibilitam que qualquer indivíduo conectado em rede seja um produtor em potencial desse tipo de matéria informativa. A falta de regulação específica desses espaços e de suas ferramentas de acesso e o modelo de negócios transfronteiriço das grandes corporações que controlam os espaços virtuais constituem-se como entraves para combater o problema da desinformação.

Este novo contexto desinformativo não se restringe à produção das *fake news*, uma vez que carrega consigo vários outros elementos como a pós-verdade, a propensão à formação de filtros-bolha e câmaras de eco, a cultura do cancelamento, as milícias digitais e as redes de ódio. Juntos, eles têm atuado para a materialização de um novo horizonte que vem se firmando como um dos maiores desafios para a vivência democrática na atualidade.

As redes de ódio tornam-se cada vez mais um fenômeno preocupante na atualidade em virtude do seu potencial de agregar seguidores em curto espaço de tempo, os quais, por sua vez, estão cada vez mais predispostos a tecer rupturas com a ordem social que equilibra os sistemas sociais de suas vidas locais. Em escala global, a desinformação e os elementos que agem com ela têm estimulado uma conduta comum, que é o de moldar e insuflar, nas redes infodigitais e fora delas, comportamentos marcados pelo radicalismo, pela propagação do ódio às diferenças e pelo estado belicista permanente.

Esse tipo de ambiência tóxica tem sido, via de regra, um modelo comportamental observado em diferentes partes do mundo, embora de maneiras distintas. A verborragia, a instilação ao ódio, a recusa ao contraditório e o ódio às diferenças têm transformado a dinâmica dos espaços das infovias em experiências de adoecimento, as quais contribuem para um novo tipo de *modus vivendi*, em que a tônica é o permanente estado de acidez nas relações interpessoais em alto nível. Nesse novo contexto, os usuários são convidados a agir com o ímpeto de guerra e a destilar envenenamento informativo sobre indivíduos, grupos, reputações e ideologias que lhe são contrárias, aprofundando velhos estigmas e preconceitos, bem como estimulando velhas práticas de preconceitos e de exclusão e também a criação de novas.

Com isso, neste artigo buscamos retomar a noção de Informação Tóxica (Wilke, 2020) considerando-a a partir da crítica feita à concepção de sociedade da Informação e do diagnóstico estabelecido desde o conceito de Capital-informação (Dantas, 1996, 2022). Para tanto, em primeiro lugar, o conceito de Sociedade da Informação será questionado a partir da perspectiva do Capital-Informação. A seguir, serão abordados alguns aspectos da plataformação digital presente na sociedade contemporânea, tendo em vista apresentar como essa toxicidade informacional está conformando um novo *habitus* informacional marcado pela toxicidade, virulência, sectarismo, polarização e predisponência à violência digital, que são entendidos como dispositivos que configuram o comportamento dos indivíduos nas redes digitais e fora delas ao que evocarem velhos estigmas, preconceitos, perseguições e falsas crenças direcionadas a grupos e indivíduos considerados material e simbolicamente como ameaças.



## 2 DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO A SOCIEDADE DO CAPITAL- INFORMAÇÃO

O conceito de Sociedade da Informação tornou-se corriqueiro seja nos espaços que configuram o saber científico, seja no discurso social cotidiano. Com muito pouco dissenso convém-se admitir que na contemporaneidade o que nos configuraria como sociedade seria a penetrabilidade da informação como elemento de identidade social, cultural e econômica. Segundo Duff (2007), esse conceito nasceu paralelamente nos Estados Unidos da América e no Japão. No panorama estadunidense, o primeiro argumento conceitual fortemente difundido advém dos estudos de Machlup, no ano de 1962, no qual observou que as indústrias que cresciam mais rápido nos Estados Unidos eram aquelas que estavam envolvidas em diversas formas de produção e disseminação do conhecimento. Por meio do mapeamento da produção e distribuição de alguns setores da economia, evidenciou que existia uma nova categoria econômica que se apartava do modelo tradicional. Entretanto, a expressão *sociedade da informação*, propriamente dita, nasceu no Japão em 1964, nas publicações do jornal Hoso Asahi, que recorrendo às análises dos meios de telecomunicação observou o crescimento maciço dos fluxos de informação nas esferas sociais. Os artigos publicados pelo esse veículo de notícias repercutiram na esfera local culminando com a publicação de Yoneji Masuda em 1968, *Introdução à sociedade da informação*, no qual o autor refletia sobre este novo contexto e também apontava para o fato de que, nesta nova conjuntura social, a posse de informações e não mais de bens materiais seria o motor por trás das transformações sociais e econômicas dali em diante.

Duff (2007) observou que de certo modo estas teorias constituíram-se como os primeiros e mais abrangentes esforços para medir a amplamente citada “explosão informacional” do pós-segunda guerra mundial. Para o autor, as expressões por elas desenvolvidas ajudaram a explicar o significado social, econômico e político daquilo que tem sido denominado como “revolução” da tecnologia da informação, mas salientou também que grande parte desta produção caiu na armadilha do determinismo tecnológico.

Nehmy e Paim (2002) argumentaram que, a partir dos estudos de Daniel Bell (1973) na década de 1970, o termo Sociedade da Informação adquiriu maior visibilidade, inclusive no ambiente acadêmico, sobretudo por se encaixar, naqueles

idos, como resposta a um novo tipo de leitura das transformações ocorridas no modo de organização e produção do capital ante a crise dos modelos de produção fordista e taylorista, até então hegemônicos.

As autoras também assinalaram que aquele período coincidiu com o advento do conceito de Pós-modernidade, que teve na obra do filósofo Jean-François Lyotard (2015) uma das principais referências conceituais. Ele concebeu o pós-moderno basicamente como a circunstância epocal marcada pela crise e pela fratura das grandes narrativas que deram coesão à sociedade moderna, fato que abriria espaço para a relevância dos pequenos relatos, da multiplicidade de vozes e de perspectivas, mas também das grandes corporações; igualmente destacou a relevância que os discursos e a comunicação adquiriam na sociedade contemporânea, no cenário em que o saber aparecia, de modo explícito e acentuadamente, como moeda de troca nas mãos dos detentores do capital e dos *experts*, que otimizam *performances*. Por outro lado, o Pós-moderno constituía-se também como a expressão de uma sociedade pós-industrial, caracterizada pelo conhecimento como a principal força de produção social e econômica e pela transição de uma economia industrial para uma economia baseada em serviços, tecnologia e informação. Em suma, a experiência pós-moderna decorreria da fragmentação das visões totalizantes do processo histórico, prescrevendo novas regras de conduta política, ética e cultural para a humanidade. Não havendo mais as grandes metanarrativas de teor universalizante para fundarem os discursos aceitos até então hegemonicamente, ocorreria uma relativização de ideias modernas tais como os conceitos universais de democracia, liberdade, igualdade, direitos individuais, dentre outros.

No que tange as postulações teóricas de Daniel Bell (1973) acerca da sociedade da informação, ele estabeleceu como principal sintoma o advento de uma sociedade pós-industrial movida por novos princípios de inovação, novos modos de organização social e ascensão de novas classes sociais. Bell teve como escopo de análise os dados estatísticos sobre a estrutura do mercado de trabalho nos EUA, onde observou o crescimento exponencial dos setores de serviço que já superavam as ocupações no campo da indústria. Por conseguinte, a sociedade pós-industrial seria uma sociedade do conhecimento porque suas bases de inovação decorreriam, sobretudo, da pesquisa, do desenvolvimento e dos fluxos informacionais, sendo estas as molas propulsoras desse novo contexto. O autor defendia que na

sociedade da informação a tecnologia atuaria como condutora das transformações sociais, bem como apontava o desenvolvimento sistemático da ciência e do conhecimento a partir do modelo de produção do mercado.

Anos depois, Marc Porat (1977) abraçou o conceito de Sociedade da informação. Entretanto, diferentemente de Bell (1973), concebeu aquela nova conjuntura em termos da economia da informação, e também consolidou a expressão através de inúmeras análises por ele realizadas. Ao empregar o termo “política de informação”, Porat (1977) direcionou o olhar para as políticas nacionais de informação enfocando os países desenvolvidos do Norte, Estados Unidos e União Europeia. Em suas análises, o pesquisador distinguiu aquele contexto em dois domínios. O primeiro diria respeito aos dominós da matéria e energia, incluídas a economia agrícola e as indústrias. No segundo, visto como setor da informação, tal como Machlup e Bell, observou o crescimento dos serviços relacionados à informação exceder aos dos outros setores da economia.

Já no fim da década de 1990, Manuel Castells (1999) relativizou algumas questões propostas por Bell (1973), entretanto, manteve o protagonismo da informatização como elemento estruturante da sociedade, sendo ela (a informatização) e sua extensão global, a *sociedade em rede*, os objetos centrais de suas investigações. O sociólogo considerou as particularidades econômicas, sob o ponto de vista do capitalismo pós-fordista, como ponto de partida para suas análises do que configurou como surgimento de uma *sociedade em redes*, alinhando o desenvolvimento tecnológico, a arquitetura das redes, as mudanças sócio-comportamentais, a conjuntura geopolítica (sobretudo pós-guerra fria), o contexto da pós-modernidade, dentre outros importantes elementos que tiveram como epicentro a informação. Contudo, diferentemente dos autores que o antecederam, Castells (1999) destacou que a tecnologia, condição necessária para a transformação, não deveria ser encarada como causa suficiente para uma nova forma de organização social. Para ele, a base dessa estrutura estava alocada a partir da intencionalidade das ações políticas que utilizariam, portanto, esse modelo tecnológico como forma de estabelecer a ordem de seus interesses. Para ele, a potencialização das sociedades em rede associada às tecnologias da informação e comunicação são o instrumento principal da nova forma de organização e a informação, a matéria-prima desse paradigma de transformação social em curso, que estabelecia a passagem do

padrão capitalista de desenvolvimento industrial para um novo modelo de desenvolvimento, que nominou de produção informacional.

As particularidades conceituais dos autores recapitulados anteriormente convergem no entendimento de um novo modelo econômico, marcadamente pós-industrial, fundamentado pelo papel da informação como elemento estratégico de produção e, por conseguinte, como responsável direto de um novo tipo de organização social, seja ela entendida como *sociedade da informação*, *sociedade em rede*, *economia da informação*, *sociedade do conhecimento*, dentre outras denominações.

Na contramão dessas formulações, Marcos Dantas (1996, 1999, 2022) elaborou o conceito de Capital-informação ancorado na perspectiva dialética marxiana, e com a qual lançou olhar sobre a totalidade do problema, destacando o caráter mercadológico da informação. Estaríamos experimentando, portanto, um processo de continuidade e não de ruptura de modelos de organização socioeconômica, e por isso colocou em xeque as particularidades elementares usadas para definir sociedade contemporânea como *da informação*, bem como refutou a tese de sociedade pós-industrial.

### **3 A SOCIEDADE DO CAPITAL-INFORMAÇÃO: ELEMENTOS CONCEITUIAIS**

Ao propor uma análise do capital sob o ponto de vista do desenvolvimento das telecomunicações, Dantas (1996) assinalou que este era o aspecto fundamental para entender a estrutura do modelo capitalista. O projeto de penetrabilidade e sucesso desse sistema em esfera global estaria profundamente imbricado com a capacidade de interatividade de redes de comunicação e do transporte de informação, seja em decorrência da produção e circulação de mercadorias, seja para a circulação e acumulação financeira capitalista. Segundo o autor, este tem sido um ponto cego nos estudos críticos de viés marxiano, mas nunca foi uma questão desconsiderada por Marx, que em seu tempo já notava a importância do papel das comunicações para o desenvolvimento do capitalismo.

Marx ([1885] 1996) em *O capital: Volume II*, mais precisamente no capítulo XIII, *Maquinaria e grande indústria*, apontou como os processos de circulação e rotatividades afetavam as taxas de valor excedente, e conseqüentemente, o lucro e a acumulação capitalista. Desse modo, para encurtar os tempos de circulação,

volume de negócios e realização de investimentos, desde o século XIX, o sistema capitalista veio desenvolvendo meios de comunicação e transporte, desde locomotivas telegráficas e a vapor, que suprissem o tempo/espaço em relação à produção, circulação e consumo do capital.

[...] a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura exigiu também uma revolução nas condições gerais do processo de produção social, isto é, nos meios de comunicação e transporte. Os meios de comunicação e transporte, de uma sociedade cujo pivô, para usar uma expressão de Fourier, eram a pequena agricultura com sua indústria acessória doméstica e o artesanato urbano, já não podiam satisfazer, de forma alguma, às necessidades de produção do período manufatureiro com sua divisão ampliada do trabalho social, com sua concentração de meios de trabalho, e trabalhadores e com seus mercados coloniais e, por isso, foram de fato revolucionados. Da mesma maneira os meios de transporte e de comunicação oriundos do período manufatureiro logo se transformaram em insuportáveis entraves para a grande indústria, com sua velocidade febril de produção, sua escala maciça, seu contínuo lançamento de massas de capital e de trabalhadores de uma esfera de produção para a outra e suas recém-estabelecidas conexões no mercado mundial. Abstraindo a construção de navios a vela totalmente revolucionada, o sistema de comunicação e transporte foi, pouco a pouco, ajustado mediante um sistema de navios fluviais a vapor, ferrovias, transatlânticos a vapor e telégrafos, ao modo de produção da grande indústria (MARX, 1996, p. 18-19).

Valendo-se dessa lógica, não há porque desassociar o caráter progressivo da economia e da indústria do capital como um processo de ruptura oriundo de grandes eventos e descobertas tecnológicas, pois, ao contrário, deve ser entendido como parte de um processo histórico, contraditório e em constante movimento. Ao investigar o contexto da chamada Sociedade da informação deve-se levar em conta que a lógica de produção mercadológica presente nela não se constituiu rapidamente, ou seja, não foi articulada apenas com o advento do setor de serviços ligados à produção do conhecimento, e nem com a organização social em redes digitais, fato que justificou Manuel Castells (1999) a propor o conceito de *sociedade em rede*, mas resultou da própria totalidade da relação informação e capital ao longo da historicidade humana.

Quando propôs o conceito de Capital-informação como uma chave-de-leitura da nova face do capital, Marcos Dantas (1996) tinha em seu horizonte imediato um cenário cada vez mais crescente da penetrabilidade de dispositivos tecnológicos de informação e comunicação no cotidiano social. Embora reconhecesse que, paulatinamente, as condições de produção provocavam rearranjos sistêmicos na ordem social, para tecer suas análises não se ateu apenas a aquele contexto de

produção. Desse modo, percebeu que esse caminho foi pavimentado por ações e escolhas políticas através de alianças e conflitos entre grupos e classes, ao longo do curso da história moderna, admitindo que este percurso se confundia com o próprio advento e trajetória do capital. Lançando mão da totalidade, própria da dialética marxiana, interessava a Dantas (1996) desvendar o trajeto dos meios de comunicação e do papel da informação como forças produtivas essenciais ao modelo capitalista. Traçando um panorama do desenvolvimento das telecomunicações e das tecnologias como um todo (rádio, telefonia, cinema, TV, etc.) em relação aos processos sócio culturais e econômicos ao longo do século XX, Dantas (1996; 1999) observou que havia uma importante convergência das tecnologias da comunicação e informação em direção a uma nova formatação econômica alicerçada sobre a informação para a expansão de mercados, para a acumulação de riquezas e para novas relações de exploração do trabalho, que culminaram na atmosfera que vivemos nos dias atuais.

Entretanto, é necessário pontuar que o caráter democratizador das mídias, uma vez que tornou-se possível a comunicação direta entre um ou mais usuários por diferentes canais midiáticos, foi dissolvida em uma lógica reprodutiva marcada pela espetacularização da realidade e por uma lógica de exploração do usuário consumidor, desde um sistema incessante de retroalimentação de dados, com as finalidades de instituir tendências e agrupamentos, e gerar lucros estratosféricos as grandes corporações.

[...] na medida em que as redes, crescentemente interativas, sirvam fundamentalmente ao transporte da informação que interesse à acumulação capitalista. A interatividade, então, longe de vir a ser uma prática real da democracia, não passará de um ato de escolha plebiscitária entre as opções oferecidas pelo “mercado”, ou seja, valorizadas pelo capital. O mais grave é que este “mercado” tende a ser cada vez mais um *mercado de ideias*, vistas não como exercício de racionalidade autônoma destinado à construção de um homem livre e senhor de seu mundo, mais como “produtos” que se compram e vendem em função das estratégias de acumulação dos produtores culturais, sejam estes industriais do cinema ou do disco, produtores de programas de computador, ou projetistas e fabricantes de automóveis, peças de vestuário e etc. (DANTAS, 1996, p. 123).

As circunstâncias apontadas por Dantas através do conceito de capital-informação, como novo estágio do capital, permite redimensionar a consolidada noção de Sociedade da informação tomando-a conceitualmente como *sociedade do*



*capital-informação*, para reforçar o protagonismo do capital na produção do *habitus* informacional como regra de pertencimento identitário na sociedade contemporânea. Por outro lado, admitir que nossa sociedade seja *a da informação* unicamente por tratar-se do resultado de um novo processo de produção socioeconômico, cujo protagonismo da informação é condição *sine qua non* para o seu desenvolvimento, é desconsiderar a relevância e o papel fundamental da informação no processo histórico da humanidade.

De modo crítico, Wilke (2009) chamou a atenção para o fato de que a informação e seu trânsito sempre foram essenciais à constituição de qualquer sociedade. Apoiando-se em Anthony Giddens (2001) destacou que todas as diferentes modalidades de Estado foram sociedades da informação, pois “[...] a geração de poder de Estado sempre supõe um sistema de reprodução reflexivamente monitorado, envolvendo a reunião regularizada, armazenamento e controle da informação voltados para fins administrativos”. (GIDDENS, 2001, p. 199). Também foi destacado como o advento do Estado-nação potencializou essa situação do uso das informações. Nesse processo, tal como observado por Marx (1996), as tecnologias de comunicação e informação foram fundamentais para a concepção do Estado Moderno e consolidação do modelo capitalista.

Para a consolidação da unidade administrativa do Estado-nação, a extensão da comunicação foi aspecto fundamental. Os fatores relativos a essa expansão foram: a mecanização dos transportes, a separação entre comunicação e transportes devido às mídias massivas modernas, a expansão das atividades “documentais” do Estado (coleta e confronto de informação para fins administrativos). Ao longo do século XX, o segundo e o terceiro fator foram expandidos por causa do modo eletrônico de armazenamento informacional (WILKE, 2009, p. 112).

Outrossim, para Wilke (2009), o conceito de *Sociedade da informação* consistiria muito mais em uma construção ideológica com a finalidade de fortalecer o projeto de sociedade liberal burguesa capitalista, que concebe a informação e o seu uso sempre de modo objetificado, articulando-os à acumulação e produção do capital e à competitividade e à inovação voltadas para o mundo dos negócios.

Ao tecer críticas à noção de sociedade da informação e sociedade do conhecimento, o filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (2005)<sup>3</sup> destacou, por sua vez,

---

<sup>3</sup> A extensa obra *O conceito de tecnologia* de Álvaro Vieira Pinto, foi publicado em dois volumes vinte anos após a sua morte no ano de 2005, entretanto os manuscritos encontrados por seus familiares



que estas denominações cairiam como luvas para um tipo de pensamento que ele denomina por “ideólogos dos centros imperiais”, de onde emana o poder. O pensador, avesso a qualquer determinismo tecnológico como ponto de virada sócio-histórica, afirmou que nem as tecnologias e nem a informação constituem-se como condutoras da história pois, embora sejam elementos vitais para a ação social humana, são secundárias em face ao real determinante do processo histórico, a atividade produtiva humana na forma trabalho.

O homem tem de satisfazer suas necessidades materiais, está obrigado a criar os bens que o conservem em vida, o que faz no plano da realidade que lhe é própria, o plano social, e com os meios que dispõe, naturalmente encontrados ou por ele fabricados para agir sobre a natureza e relacionar-se com os semelhantes (PINTO, 2005, p. 446).

Outro ponto destacado por ele é que tanto a comunicação quanto a informação são elementos próprios da natureza social dos humanos, e, portanto, não devem ser concebidos como objetos externos a sua realidade social, uma vez que estiveram presentes no curso de nossa materialidade histórica, dos primórdios até os dias atuais. Ocorre que a informação ao ser objetificada pelo sistema capitalista, como meio de produção e acumulação de riquezas, ou seja, condicionada ao *status de* mercadoria, é também condicionada, em última instância, à manutenção da ordem hegemônica, um sistema de produção de mais-valor e concentração de lucro. Ao ter como princípio orientador a estrutura mercadológica do capital, o corolário da produção informacional a separa de sua correlação essencial para a subsistência humana de natureza social. Tornada, assim, um produto que nos é (aparentemente) externo, a informação adquire caráter venal, manipulada como outra mercadoria qualquer, sujeita à estrutura do sistema econômico, onde é produzida e consumida (PINTO, 2005).

#### **4 A PLATAFORMIZAÇÃO DA VIDA E O *HABITUS* INFORMACIONAL**

Sob a vigência do capital-informação, a matéria informativa tornou-se epicentro da produção socioeconômica capitalista, fato que particulariza os tempos

---

foram finalizados em 1973, o que torna ainda mais visionária e pioneira as discussões levantadas pelo autor brasileiro.

presentes como *sociedade do capital-informação*. Desse modo, qual seriam as características que singularizam esse contexto pelo qual estamos atravessando?

Wilke (2009; 2020) destacou que o fio condutor dessa lógica é a convergência tecnológica realizada mediante a produção de diversos aplicativos de softwares, hardwares e outros componentes telemáticos decorrentes do desenvolvimento tecnológico alinhado a produção industrial do capital. Estes componentes, por sua vez, são responsáveis pela transmissão de informações por meio das infovias, à distância e de modo trans-fronteiriço. Com isso, a substituição da linguagem analógica pela digital tornou possível a transformação das informações textuais, imagéticas e sonoras em bits que circulam instantaneamente pelas infovias.

Nesse novo ambiente foi desenvolvido um novo modelo comunicacional que possibilitou o advento das plataformas sócio-digitais e das famosas “redes sociais”, controladas por grandes corporações, as Big Techs, que auferem lucros estratosféricos. Este modelo tem como principais características: i) a possibilidade de interação entre todos os usuários conectados; ii) a capacidade de transmissão de conteúdo em tempo instantâneo, via dispositivos infocomunicacionais; iii) e a capitalização permanente de dados fornecidos pelos usuários conectados à internet.

Wilke (2019) argumentou essa organização social em redes digitais de comunicação espelha um novo paradigma comunicacional, *todos-todos*, onde todos os conectados podem receber e enviar informações, bem como produzir e armazenar conteúdos. Essa nova possibilidade interacional também tem sido ressaltada por Dantas (2019) ao analisar o funcionamento e o ambiente de navegação de usuários no modelo de negócios das plataformas sócio-digitais. Para ele, o lucro estratosférico das Big Techs, que gira em torno de cifras trilionárias, mediante o consumo e a alimentação contínua e diuturna de dados do usuário, impulsiona imediatamente o mercado de produção de artefatos de navegação, num ciclo de consumo/produção que remete à premissa de Karl Marx ([1857-1858] 2011) apresentada em os *Grundrisse*: “[...] a produção é imediatamente consumo e o consumo é imediatamente produção. Cada um é imediatamente seu contrário. [...] Sem produção, nenhum consumo; mas, também, sem consumo, nenhuma produção [...]”. (MARX, p. 46, 2011).

Outro aspecto relevante ressaltado pelo autor e já destacado neste ensaio é o entendimento da díade consumo-produção no atual estágio do capital a partir da lógica prevista por Marx ([1885] 1996) no Volume II do *Capital*: a redução do tempo

de circulação do capital ao limite de zero, mediante a determinação do volume de negócios do capital. Desse modo, no mercado das plataformas sócio-digitais a relação produtor-consumidor que outrora costumava ocorrer num fluxo unidirecional de mercadorias, geralmente mediada por um vendedor, é agora redimensionado a partir de um contato que acontece num ambiente digital ilustrado por uma vastidão de compradores e vendedores, reduzindo os tempos de transação dos negócios até o limite de zero (DANTAS, 2019).

Este cenário atrativo para a expansão do capital possibilitou a migração de interesses dos investidores para um novo modelo de negócios denominado *Economia das plataformas*. Poell, Nieborg e Van Dijk (2020) sublinharam que estas condições de produção favoreceram a formatação de uma sociedade de plataformas, onde o tráfego social é cada vez mais canalizado por um ecossistema global de plataformas on-line, esmagadoramente corporativo, conduzido pela programação algorítmica e alimentado por meio de coleta sistemática e monetização de dados dos usuários conectados.

Assim, definimos plataformas como infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coletas sistemáticas, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados (POELL, et al., 2020, p. 4).

Desta feita, deu-se a constituição de um ecossistema por um conjunto de tecnologias, por estratégias econômicas e por práticas sociais que atuam, juntas, para o estabelecimento do fenômeno da plataformação da sociedade. Para além da arquitetura das plataformas, a *plataformização* seria um novo processo social de existir e estar no mundo, onde os sujeitos são convidados a coabitar suas realidades a partir da produção de perfis em plataformas sócio-digitais, que redimensionam a ambiência social e coletiva instalando novo *status quo* de diferentes matrizes, econômica, mercadológica, ideológica, política, religiosa, cultural, dentre outras, pois

Seguindo pesquisas em estudos de software, na área de negócios e na economia política, compreendemos plataformação como a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas em diferentes setores econômicos e esferas da vida. E a partir da tradição dos estudos culturais, concebemos esse processo como a reorganização de práticas e imaginações culturais em torno de plataformas (POELL, et al., 2020, p. 5).

Esses pesquisadores assinalaram três mecanismos essenciais para a lógica de produção desse contexto: a datificação, a comodificação e a seleção. A datificação diz respeito à conversão em dados de qualquer interação ou ação on-line. A comodificação é a transformação da atividade de navegação, ou seja, dos dados fornecidos pelos usuários, em mercadoria a ser negociada. Por fim, a seleção é o que permite a filtragem pelas plataformas da atividade dos usuários por meio de algoritmos, bem como a influência dos usuários sobre a visibilidade e a disponibilidade dos serviços dispostos nas redes (POELL, et al., 2020).

Não é difícil imaginar que dadas às condições de produção aqui expostas - que evidenciam um universo altamente instrumentalizado por aparatos e dispositivos infocomunicacionais, atravessado pelas infovias e modificado pela inserção dessas ferramentas nos diferentes usos cotidianos que incluem desde o universo do trabalho, aos aspectos culturais -, esteja sendo constituído certo *habitus informacional* que molda, dentre outros aspectos, o imaginário social, a cidadania e as práticas de vivência, segundo os interesses das grandes corporações infocomunicacionais, a fim de que sejam essenciais para a manutenção da engrenagem desse sistema. Fundamentalmente esse tipo de *habitus* não está alicerçado na ética do cuidado e da responsabilidade, na educação dialógica como prática da liberdade, nos valores da democracia e na emancipação social dos sujeitos, mas segue apenas a cartilha mercadológica voltada para a acumulação do capital.

O *habitus* informacional pode ser entendido, nesse contexto, como as disposições permanentes que fazem com que um determinado sujeito se apresente como produtor, emissário e usuário de diferentes tipos de informação. Com isso, é necessário que ele transite, com um mínimo de desenvoltura, pelos locais de armazenamento informacional, pelos processos de recuperação da informação relativos ao usuário, de significação da informação e das técnicas e tecnologias envolvidas. Neste sentido, ele está ligado ao nível educacional e ao capital cultural, constituindo-se como um conjunto de habilidades para lidar com os diferentes tipos de informação, especialmente aquelas oriundas dos espaços infodigitais, no contexto dos dispositivos infocomunicacionais e da miríade de aplicativos próprios da economia das plataformas. Portanto, essas disposições têm sido consideradas

como aquelas que visam ser desenvolvidas pela educação midiática e/ou pelo letramento digital.

O desenvolvimento de dispositivos “inteligentes” (os famosos smartphones) e redes sem fio de alta velocidade (3G, 4G, 5G), as telecomunicações móveis passaram a representar grande parte do tempo de navegação das pessoas na internet. Entre os anos de 2008 e 2015, o percentual de tempo conectado gasto nestes dispositivos móveis em todo o planeta subiu de 12% para 54,6%. Só em 2016, 78% da receita publicitária do Facebook veio de telefones celulares (Dantas, 2019)

Na esteira do fenômeno do hiper-fluxo informacional, não foi somente o trânsito informativo que aumentou, mas também, o trânsito desinformativo. Marco Schneider (2022) argumenta que embora a prática desinformativa seja antiquíssima, podendo ser observada em outros contextos históricos, é na contemporaneidade que ela atinge índices inéditos, graças à escala de propagação do Big Data e a popularização de artefatos de acesso às redes digitais de infocomunicação, pontuando o cerne da questão a partir daquilo que denomina como desinformação digital em rede. A circulação massiva das famigeradas *Fake News* - notícias falaciosas e fraudulentas com o intuito de enganar -, tomaram centralidade nesse novo ambiente. Nesse espaço infocomunicacional plataformizado os pontos críticos já identificados nas mídias tradicionais foram potencializados, aumentando exponencialmente as possibilidades de deturpação e desvios da matéria informativa em virtude da própria arquitetura e organização do modelo de negócios. Nesse contexto, assiste-se também ao surgimento de novos atores políticos (*digital influencers, youtubers*, dentre outros) e novos atores digitais como os *robots, bots* que somados à cultura algorítmica de programação propiciam a criação de filtros bolha, câmaras de eco e as redes de ódio, que se tornaram sérias ameaças ao ambiente democrático no espaço digital e fora dele.

## **5 AS REDES DE ÓDIO E A INFORMAÇÃO TÓXICA**

Não por coincidência o título deste ensaio faz referência ao cultuado filme de faroeste de Sam Peckinpah, *Meu ódio será tua herança (Wild Bunch)*, de 1969. Na trama, o criminoso *Pike Bishop*, interpretado pelo ator William Holden, junta sua antiga gangue para cometer um último crime antes de se aposentar, no entanto, as

coisas saem de controle culminando com um *grand finale* regado a tiroteios, mortes, sangue e fatalidades inesperadas.

Já faz algum tempo que as coisas saíram de controle no ambiente da internet, sem uma regulação estruturada na maioria dos países e com a dificuldade jurídica de culpabilizar os responsáveis pelos crimes de todas as espécies cometidos que proliferam nas redes e plataformas digitais. Cresce a percepção social e o entendimento de que as infovias, tal qual o Velho Oeste, dos filmes de *bang-bang*, são uma terra sem lei. Os episódios de invasão ao Capitólio nos EUA em janeiro de 2021 e a invasão e depredação aos prédios dos três poderes em 8 de janeiro deste ano no Brasil, só expuseram os custos que a virulência em rede tem causado nos últimos anos.

No documentário produzido pela rede HBO *Depois da verdade: desinformação e o custo das fake news* (2020), cientistas, jornalistas e intelectuais norte-americanos alardearam, a partir de alguns episódios ocorridos nos EUA, sobre os perigos e os custos da desinformação para as sociedades contemporâneas. Facilmente constata-se que cada vez mais as redes de ódio, as bolhas e as milícias digitais, alimentadas diariamente por *fake news*, por teorias da conspiração e por conteúdos desinformativos, fomentam ações realizadas não apenas no espaço virtual, mas também no mundo físico do encontro *tête-à-tête*. O Facebook, por exemplo, utiliza os dados dos usuários de modo a cercear o espaço de interação dos mesmos em suas redes, constituindo assim verdadeiras bolhas tornando-se um espaço frutífero para agentes tendenciosos que buscam manipular a informação, propagar mentiras e semear o ódio. Chamado a depor no senado norte-americano no ano de 2019, em Comissão Parlamentar de Inquérito, a respeito da propagação de *fake news* na grande rede, Mark Zuckerberg se esquivou das perguntas sobre a responsabilidade de sua rede sócio-digital no combate às *fake news*, teorias conspiratórias e desinformação, invocando a liberdade de conteúdo individual dos participantes (DEPOIS DA VERDADE, 2020). O que o bilionário não alegou é que ao vender dados e a projetar o acesso ao perfil de usuários não só restringe como sedimenta o caminho para a propagação de desinformação e do estabelecimento de um ecossistema desinformativo e cada vez mais nocivo.

Farto quantitativo recente de pesquisas demonstra que a principal fonte de receita das Big Techs e do modelo de negócios das plataformas é a monetização de seu recurso primário: os usuários, independente de qual lado de transação eles

estão. O ato de navegação pelas infovias deixa vestígios que são capturados em tempo real pelos algoritmos desenvolvidos nos laboratórios dos proprietários das grandes corporações. Esse enorme volume de dados é reunido, articulado, rearticulado para gerar informações completas sobre todo o mercado em que operam. É com base nesse conhecimento que as Big Techs se beneficiam de sua posição privilegiada para definir as regras de acesso e uso de suas plataformas.

Em *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital* a jornalista Patrícia Campos Mello (2020) relatou o contexto das redes de ódio no Brasil a partir de sua própria experiência, quando foi alvo da chamada rede de ódio de seguidores do ex-presidente Jair Bolsonaro e do próprio ex-presidente, após ela ter iniciado uma investigação sobre redes de disparo em massa de mensagens com conteúdo falacioso, as chamadas *fake news*, direcionadas ao seu opositor, o então candidato Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições de 2018. A jornalista mapeou uma rede composta por diversos atores (pessoas, instituições e grupos de empresários) que disseminavam *fake news* em mídias infodigitais como parte da estratégia de campanha do então candidato Jair Bolsonaro. Após ser acusada por uma de suas fontes jornalísticas de ter oferecido sexo em troca de informações desse esquema, fato que foi amplamente desmentido por ela e verificado como conteúdo falacioso por diversos veículos jornalísticos, Patrícia Campos Mello sofreu ofensas de Eduardo Bolsonaro, deputado federal pelo estado de São Paulo e depois do próprio ex-presidente.

O deputado Eduardo Bolsonaro logo tratou de espalhar todas essas calúnias. Fez vídeo ecoando a mentira e postou nas redes sociais. Reproduziu as ofensas de Nascimento em diversos comentários em sua conta no Twitter, que tem 2 milhões de seguidores. Fez questão de subir na tribuna da Câmara dos Deputados e dizer, enquanto era filmado: “Eu não duvido que a sra. Patrícia Campos Mello, jornalista da *Folha*, possa ter se insinuado sexualmente, como disse o Sr. Hans, em troca de informações para tentar prejudicar a campanha do presidente Jair Bolsonaro (MELLO, 2020, p. 83).

Sete dias após este incidente, em coletiva em frente ao Palácio da Alvorada, Bolsonaro completou: “Ela [repórter] queria um furo. Ela queria dar o furo’, afirmou, diante de um grupo de simpatizantes. Após uma pausa para as risadas dele e dos apoiadores, o ex-presidente concluiu a frase: ‘A qualquer preço contra mim’” (Mello, 2020, p. 84).



Esse sintoma comportamental vivenciado na atualidade a bem da verdade, já havia sido apontado, pouco mais de vinte anos por Benjamin Barber (2003), que indicava que o modo de organização do capital travestido de globalização tendia a acirrar os radicalismos numa espécie de *jihad* (entendida no Ocidente como guerra santa) dos descontentes. Para o autor, a promessa de diversidade e democracia do mercado global mascarava o reducionismo econômico e a homogeneização mercantil que geravam o clima de desespero e desesperança, tão bem explorado pela cultura do terrorismo. Esta não se restringia aos radicais do islã, mas também à cristandade, a grupos políticos e a qualquer outro tipo de grupo seja ele tribal ou cultural, que se sentisse ameaçado e ressentido pelas pautas e práticas da economia global.

O terrorismo tem-se revelado uma versão pervertida da globalização, não menos vigoroso que os mercados globais na busca de seus próprios interesses, não menos comprometido que os especuladores com a desgraça anárquica, não menos adverso à violência quando é do seu interesse do que mostram os adeptos do mercado adversos às desigualdades e à injustiça quando apresentadas como “o preço a pagar pelos negócios” (BARBER, 2003, p. 21).

Ao aproximar o *modus operandi* da cultura terrorista às das práticas do capital, Barber (2003) já apontava que a indústria da informação seria crucial nessa relação que, embora paradoxal, era própria da organização capitalista. Assim, a ameaça do terror não representava um choque de civilizações, mas uma expressão dialética acumulada no interior da aldeia global, fomentada pela indústria da informação, pela indústria cultural e pelas inovações tecnológicas.

O que talvez Barber (2003) ainda não tivesse em mente era a capacidade de articulação que grupos radicais teriam a partir da manipulação informativa alinhavada à indústria de dispositivos infocomunicacionais e sua possibilidade de reunir, num mesmo coro, diferentes grupos de ressentidos em torno de figuras messiânicas, tais como: o ex-presidente estadunidense Donald Trump, o ex-presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro, o presidente húngaro Viktor Orban, o presidente da Sérvia, Aleksandar Vucic, o presidente polonês Andrzej Duda, dentre outros. O advento de um novo bloco organizado da extrema-direita no mundo orquestrado em grande parte por figuras como Steve Bannon, empresário e ex-assistente de Trump e fundador da *Cambridge Analytica*, impõe novos desafios à sobrevivência da ordem democrática que, corroída por dentro do sistema, esvai-se e

definha publicamente, abrindo a possibilidade da emergência de situações antidemocráticas e antissistêmicas.

Foi olhando para esse contexto que Wilke (2020) propôs o conceito de Informação Tóxica. A informação tóxica é qualquer conteúdo que tenha valor informacional para determinado ator social e que esteja associado ao ódio ou a violência, em forma de assédio, insulto, intimidação, depreciação, discriminação, instigando outro ator social a sua adesão. A informação é tóxica quando ela envenena o receptor ao injetar nele ódio, que o move a agir no ambiente digital e fora dele conforme os afetos relacionados ao ódio e a violência (ato de violar outrem). A informação tóxica é movida pelos medos, preconceitos e falsas crenças – e pela intolerância em relação a aqueles percebidos, material e simbolicamente como ameaças. A informação tóxica é comumente disseminada pelas mídias e mutiplataformas digitais, embora não raramente também seja disseminada pelas mídias tradicionais, nos formatos textual, sonoro ou imagético. Essa noção diz respeito a como as infovias tornaram-se também espaços da intolerância, do arbítrio e da violência, fato que põe em xeque o *status* democrático de Sociedade da informação e o sentido de cidadania digital. Por elas transitam *informações* elaboradas e propagadas diuturnamente por interconectados alimentados pelos discursos de ódio, pelos preconceitos velhos e novos, pela violência, e que retroalimentam tais discursividades e práticas.

Anteriormente indicamos que o contexto do Capital-informação gera hábitos informacionais, os quais estão transformando os diferentes campos do mundo da vida. As informações tóxicas produzidas, postadas, recebidas, enviadas, armazenadas, por sua vez, estão acidulando tais disposições, tingindo-as com diferentes matizes que vão da indiferença à dor do outro à violência explícita – simbólica ou física – e ao aniquilamento. Essa é a faceta do *habitus* informacional que tem sobressaído e que revela um ambiente informacional ácido a favorecer o desenvolvimento de uma sociedade doente.

Em certa medida observamos que o ambiente virulento e o trânsito de informação tóxica correspondem, de modo geral, ao processo sócio-histórico vivenciado nos últimos anos pela sociedade brasileira. Com a ascensão ao poder do ex-presidente Jair Bolsonaro, seu modelo político ultra-radical, denominado como bolsonarismo, rompeu a esfera dos processos políticos partidários, disseminando o desprezo pelo ambiente democrático, o estado contínuo de crise, beligerância

permanente e toxicidade dirigidas, sobretudo, à diversidade, ou aquilo que não se enquadra em seu modelo de mundo.

## 6 CONCLUSÕES

A noção de Informação Tóxica foi retomada e enfocada sob o prisma do conceito de capital-informação e para apresentar esse conceito, ele foi contraposto à noção de Sociedade da Informação. Também foram abordados alguns aspectos do fenômeno da plataformização. Nesse contexto marcado pelo capital-informação e pela plataformização percebe-se que certo *habitus* informacional está sendo desenvolvidos nos sujeitos interconectados, segundo os interesses das grandes corporações infocomunicacionais, e moldando, dentre outros aspectos, o imaginário social, a cidadania e as práticas cotidianas da vida. Tais disposições habituais, por sua vez, estão sendo marcadas pelas informações tóxicas, associadas ao ódio e à violência, aos preconceitos, às falsas crenças voltadas contra quem é entendido, material e simbolicamente, como ameaça. Por fim, defende-se que a informação tóxica é um desafio a ordem democrática e civilizatória, constituindo-se como sintoma de uma sociedade adoecida, bem como uma mercadoria de altos rendimentos na sociedade do capital-informação.

## REFERÊNCIAS

BARBER, B. R. **Jihad x McMundo**: como o globalismo e o tribalismo estão transformando o mundo. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1973.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

DANTAS, M. **A lógica do capital-informação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DANTAS, M. Capitalismo na era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRES, M., ALBAGHI, S. (org.). **Informação, globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 217-261.

DANTAS, M. et al. **O valor da informação**: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet. São Paulo: Boitempo, 2022.

DANTAS, Marcos. The Financial Logic of Internet Platforms: the Turnover Time of Money at the Limit of Zero, **TripleC**, v. 17, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.triplec.at/index.php/tripleC/article/view/1088>. Acesso em: 05 mar. 2022.

DEPOIS DA VERDADE: **Desinformação e o custo das fake news**. (After truth: desinformation and the cost of fake news). Direção: Andrew Rosser. EUA: HBO, 2020. son., color., 100 min.

DUFF, A. S. The past, present, and future of information policy: towards a normative theory of the information science. *In*: **Information, communication e society**, v. 7, 2004, p. 69-87. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369118042000208906>. Acesso em: 10 out. 2023.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a violência**: segundo volume de uma Crítica Contemporânea ao Materialismo Histórico. São Paulo: EDUSP, 2001.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2015.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política: tomo 2 (Capítulos XIII a XXV). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

MARX, K **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica a economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MEU ÓDIO será tua herança, (Wild Bunch). Direção: Sam Peckinpah. EUA: Warner Bros, 1969. son., color., 145 min.

NEHMY, R. M. Q.; PAIM, I. Repensando a sociedade da informação. *In*: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36767>. Acesso em: 10 out. 2023.

PINTO, A. V. **O conceito de tecnologia**. V. 2. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

POELL, T., NIEBORG, D., VAN DIJCK, J. Plataformização. **Revista Fronteiras, estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 1-10, jan-abr, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PORAT, M. U. **The information economy**: definition and measurement. v, 1. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1977.

SCHNEIDER, M. **A era da desinformação**: pós-verdade, *fake news* e outras armadilhas. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

WILKE, V. C. L. No tempo das fake news e da pós-verdade: política, democracia e literacia midiática. In: CONGRESSO LITERACIA, MEDIA E CIDADANIA, 5., 2019. Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ, Centro de Ciências Humanas e Sociais da UFRJ. p. 381-398, 2019. Disponível em: [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/3250/3144](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/3250/3144). Acesso em: 29 ago. 2023.

WILKE, V. C. L. **O Dispositivo Informacional**: sobre informação, Estado e poder na contemporaneidade a partir do contexto das Políticas Públicas de Inclusão Digital do Governo Federal Brasileiro. Tese de Doutorado. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/IBCT e Universidade Federal Fluminense/UFF, Niterói, 2009.

WILKE, V. C. L. Pós-verdade, fake news e outras drogas: vivendo em tempos de informação tóxica. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 1, p. 8–27, 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiininf/article/view/5427>. Acesso em: 18 ago. 2023.

## A DEMOCRACIA SEGUNDO NIKLAS LUHMANN

**Guilherme Preger<sup>4</sup>**

Universidade Estadual Rio de Janeiro - UERJ  
gfpreger@yahoo.com.br

---

### Resumo

Este artigo apresenta a concepção de democracia adotada pela Teoria dos Sistemas Sociais na versão de Niklas Luhmann. Embora seja um tema pouco frequente na obra do sociólogo, ela foi exposta com clareza no artigo *The Future of Democracy*, publicado em 1990. Neste artigo, a concepção é apresentada como uma hipótese histórica que foi capaz de prever e explicar algumas características da democracia ocidental após a queda do bloco soviético. O artigo avança um desenvolvimento dessa concepção democrática para entender melhor o ressurgimento dos movimentos políticos de extrema-direita na última década e, por outro lado, mostrar como tais movimentos são incompatíveis com o princípio democrático proposto pela teoria luhmanniana.

**Palavras-chave:** Democracia. Teoria dos Sistemas Sociais. Niklas Luhmann.

## DEMOCRACY ACCORDING TO NIKLAS LUHMANN

### Abstract

This article presents the conception of democracy adopted by the Social Systems Theory in Niklas Luhmann's version. Although it is an infrequent topic in the sociologist's work, it was clearly exposed in the article *The Future of Democracy*, published in 1990. In this article, the conception is presented as a historical hypothesis that was able to predict and explain some characteristics of Western democracy after the fall of the Soviet bloc. The article advances a development of this democratic conception to better understand the resurgence of far-right political movements in the last decade and, on the other hand, to show how such movements are incompatible with the democratic principle proposed by Luhmannian theory.

**Keywords:** Democracy. Social Systems Theory. Niklas Luhmann.

## 1 INTRODUÇÃO

Após o período mais crítico da emergência sanitária da pandemia, agora epidemia, do COVID, quando alguns Estados Nacionais, inclusive o Brasil, tomaram medidas excepcionais de dispêndio público, retornamos ao não se sabe se é o velho

---

<sup>4</sup> Guilherme Preger é engenheiro eletricista, com ênfase em Telecomunicações, Mestrado em Eletromagnetismo Aplicado, Doutorado em Teoria da Literatura na UERJ (2020). É autor de "Fábulas da Ciência: discurso científico e fabulação especulativa", editora Gamma, 2021.

ou o novo normal. Estados que eram governados pelo princípio da austeridade fiscal e pela redução da função estatal, tiveram que tomar medidas não exatamente protecionistas, mas antes protetivas para suas populações vulneráveis em relação à saúde e ao desemprego, e agora retornam à discussão do controle dos gastos sociais. Em artigo anterior (Preger, 2020), argumentei que o velho e o novo normal iriam se encontrar no “Grande Normal”, mas esta emergente normalidade abriria caminhos para rotas desviantes ou derivadas, situações “anômalas” ou “variantes”.

A pandemia encontrou a política global inserida na luta, quase guerra, da gestão da democracia contra os novos populismos autoritários. No mesmo artigo anterior, também observei que esses movimentos de extrema-direita tinham, igual ao agente infeccioso do coronavírus, um comportamento viral, e que ficariam “alojados” parasitariamente no sistema político. Assim, curiosamente, também em relação ao cenário político, deixamos uma situação pandêmica de expansão da extrema-direita, para uma condição, por assim dizer, “epidêmica”. Se alguns desses movimentos autoritários, como nos EUA e no Brasil, tiveram derrotas que envolveram o reconhecimento de que quando eleitos como governantes não foram capazes de lidar adequadamente com os desafios postos pela onda pandêmica, por outro lado, essas derrotas, sobretudo eleitorais, não foram capazes de banir esses movimentos para o ostracismo, como outrora na velha normalidade política do consenso liberal. Exatamente à maneira das novas variantes do coronavírus, esses movimentos permanecem em muitos países em estado latente, como se estivessem prontos para novamente iniciar ofensivas políticas e midiáticas vitoriosas eleitoralmente. Por maior a incompetência na gestão da situação sanitária, com a adoção deliberada de políticas negacionistas, de tratamentos anticientíficos, quando não da completa rejeição de medidas preventivas, o que levou afinal à responsabilidade por altas taxas de morbidade, largas parcelas da população ainda parecem relutantes a reconhecer a não conformidade desses movimentos autoritários com políticas baseadas no cuidado, ou mesmo a necessidade imperiosa de tais políticas.

Os movimentos políticos autoritários adoeceram o corpo político da sociedade e a necessidade de reconstrução da democracia se assemelha a um período de convalescência. Embora haja uma conjugação acidental entre o evento pandêmico e a ascensão da extrema-direita, que lhe antecedeu, ambos os eventos, sanitário e político, se imbricam de forma complexa. Proponho neste artigo uma leitura



sistêmica dessa situação, considerando os efeitos do autoritarismo sobre o sistema político e as possibilidades de sua recuperação, isto é, de sua reconstrução democrática. Para essa análise faço uso da obra do sociólogo que mais ênfase deu à sistematicidade do social, o alemão Niklas Luhmann. Sua obra idiossincrática, fortemente embasada na teoria dos sistemas e na cibernética, nos oferece o paradigma necessário para uma análise da capacidade do sistema político se realinhar, sobretudo levando-se em conta a cada vez mais intensa digitalização da comunicação política. Para muitos autores, aliás, foi por ter desviado (“hackeado”) ou sequestrado a seu favor as comunicações das mídias sociais que a extrema-direita conseguiu se tornar uma força relevante no cenário político e colocar a velha democracia liberal em cheque.

## **2 A CONCEPÇÃO DE DEMOCRACIA SEGUNDO A TSS**

O conceito de democracia não é frequente na obra de Niklas Luhmann. Em sua *magnum opus*, *Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral*, publicada originalmente em alemão em 1984 (versão em inglês, Luhmann, 1995), no qual apresenta os fundamentos da Teoria dos Sistemas Sociais (TSS), a palavra não aparece uma única vez. Em oposição a Habermas, cujo conceito de democracia deliberativa ganha proeminência em sua teoria do Agir Comunicativo, em Luhmann o conceito de democracia parece não desempenhar um papel funcional aditivo à autonomia do sistema político, cujo “fechamento operacional” discutirei adiante.

### **2.1 O FUTURO DA DEMOCRACIA**

Em 1990, o sociólogo alemão apresentou o artigo *The Future of Democracy*, na revista *Thesis Eleven*<sup>5</sup>. A primeira nota a observar é que esta revista, como indica seu nome, é de viés marxista, o que é curioso para um autor muitas vezes considerado como conservador e anti-marxista<sup>6</sup>. O segundo ponto é a importância política da data de publicação, após a queda do muro de Berlim e o colapso da

---

<sup>5</sup> Artigo (LUHMANN, 1990) originalmente publicado em inglês, embora escrito em alemão. Este detalhe é importante para a discussão do conceito de “splitting of the summit” que farei mais adiante.

<sup>6</sup> Um viés equivocado de análise, pois Luhmann tinha Marx como seu paradigma de pensador, conforme algumas de suas entrevistas. Para a compatibilidade entre Marxismo e Teoria dos Sistemas conferir PREGGER, 2022.

URSS e do realismo socialista “realmente existente”. Em outros termos, trata-se de um momento de muitas incertezas políticas, especialmente para a teoria de fundo marxista. Neste artigo, no entanto, o sociólogo supre a ausência de abordagem democrática em sua obra anterior, adiantando uma concepção teórica como hipótese política, cuja validade se dá pelo desdobramento de suas consequências. Daí a ideia de “futuro”: é o tempo histórico que determina a validação da hipótese teórica.

O que a TSS oferece não é uma definição “normativa” do que é democracia, mas uma perspectiva que a observa dentro de um certo modo de operação, apresentando nesta visada certas características que não aparecem em outros paradigmas teóricos. Já a seleção dos futuros possíveis tem importância política para o presente.

O futuro da democracia aparece de forma diferente de acordo com o conceito de democracia que adoptamos, e de acordo com estes diferentes futuros já podemos observar problemas no presente que estamos convencidos de que outros não vêem ou não levam suficientemente a sério (Luhmann, 1990)<sup>7</sup>.

Bem no início do artigo, Luhmann diz que o não usual (*unusual*) sobre democracia é a manutenção das possibilidades abertas. Logo a seguir, no entanto, adota um tom cético e mesmo pessimista.

Se democracia quer dizer razão e liberdade, emancipação de condições sociais de tutela, de fome e de necessidade, de opressões racistas, das sexistas e das religiosas, paz e felicidade secular de todo tipo - então as coisas parecem efetivamente ruins. E de fato tão ruins que há uma alta probabilidade de que tudo que nós façamos tornará as condições ainda piores (Luhmann, 1990).<sup>8</sup>

Esse viés pessimista dá a tônica de todo o artigo, que foca mais nos problemas e nas ameaças à democracia vindoura do que em suas promessas. Ao contrário de pensadores que à mesma época estavam festejando o “fim da história”

---

<sup>7</sup> *The future of democracy appears differently according to the concept of democracy we adopt, and according to these different futures we can already observe problems in the present which we are convinced others do not see or do not take seriously enough. Todas as traduções deste artigo são de minha autoria.*

<sup>8</sup> *If democracy means reason and freedom, emancipation from socially conditioned tutelage, hunger and need, political, racist, sexist and religious oppression, peace and secular happiness of every kind - then indeed things look bad. And indeed so bad that there is a high probability that everything we undertake will only make conditions worse. I leave it to others to talk about these problems.*

com a supremacia da democracia liberal sobre o colapso da derrocada soviética, o sociólogo observa as dificuldades do sistema político emergente em lidar com os desafios que estão sendo postos na seara planetária.

Niklas Luhmann começa então sua explanação primeiro negando duas concepções rivais de democracia. A democracia NÃO é: 1- O governo (*rule*) do povo sobre o povo. Não é a anulação de um poder pelo outro. Não significa o autogoverno do povo; 2- Um princípio segundo o qual todas as decisões são participativas. Isso significaria dissolver todas as decisões em decisões sobre decisões, num interminável aumento de carga sobre elas. Essas negações já o distanciam de vez da perspectiva teórica habermasiana (Bachur, 2020). Então o que é democracia? De maneira bastante lacônica, Luhmann define: “Instead, I propose we understand democracy as *the splitting of the summit*: the splitting of the summit of the differentiated political system through the distinction between government and opposition” (itálicos do autor). O centro de gravidade desta definição está na expressão destacada: *splitting of the summit*, divisão ou cisão, da cimeira, do cume ou da cúpula. O que está dividido desde seu cume, é o sistema político, mas a que esse sistema se refere? Conhecendo a TSS luhmanniana, sabemos que se refere ao meio simbólico de comunicação do Poder. Por isso, entendo esta definição sintética como dizendo que para Luhmann democracia significa um sistema político no qual há repartição de Poder. Mas para entender melhor isso, é preciso dar dois passos atrás para uma descrição sumária da TSS antes de prosseguir no ensaio sobre democracia.

## 2.2 ELEMENTOS GERAIS DA TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DE NIKLAS LUHMANN

Sistema social para Niklas Luhmann é um sistema autônomo com fechamento operacional. Isso significa que apenas o sistema é responsável por suas próprias operações. Na modernidade, o modo histórico do sistema social se dá pelo primado dos sistemas funcionais. Cada sistema funcional é um sistema operacionalmente fechado (autoprodutor ou autopoietico) que se distingue do ambiente (porém, cada sistema tem seu próprio ambiente). Isso implica que a sociedade é um sistema que se diferencia em subsistemas, cada um com sua função exclusiva. Não existe uma “hierarquia” dos sistemas. Todos cumprem uma função que é incomensurável com

outra função e um sistema não pode, portanto, “substituir” a funcionalidade de outro sistema. Os sistemas são sempre “acoplados estruturalmente” uns aos outros. Portanto, há uma “região” de convergência entre eles, porém cada sistema observa essa região ao seu modo, baseado em seu próprio “programa”. A função é a forma que é aplicada a um meio simbólico generalizado.

O sistema político é um desses sistemas funcionais cujo meio simbólico é o Poder, sendo um sistema entre outros. Os sistemas sociais possuem um único elemento: a comunicação. Logo, o Poder é um meio de comunicação. Todo ambiente “reentra” (*reentry*<sup>9</sup>) no sistema, assim toda distinção sistema/ambiente é replicada para seu interior com um lado referente ao sistema (autorreferente) e outro referente ao ambiente (heterorreferente). A democracia diz respeito apenas ao sistema político. O sistema político não cobre toda a sociedade e sobretudo não está acima dela. Portanto, o sistema político não tem como totalizar a sociedade sob a esfera do Poder.

A repartição democrática do Poder indica não apenas que o sistema não totaliza a sociedade sob sua égide, mas também que o próprio sistema político não pode totalizar a si mesmo sem gerar uma cisão em seu interior. É esta a consequência de se assumir o paradoxo gerado pela reentrada do ambiente em seu interior. O eixo comunicativo do meio é quebrado em seu interior em um lado autorreferente, denominado por Luhmann de governo, e outro lado heterorreferente denominado de oposição.

### **3 IMPLICAÇÕES DA CONCEPÇÃO LUHMANNIANA DE DEMOCRACIA**

Como mencionei, Luhmann avança uma concepção de democracia e extrai as consequências dessa perspectiva. Ela não é normativa no sentido de não ser a única verdadeira. A TSS tem esta característica basilar: implica o observador e sua perspectiva e assim a teoria é considerada um modo de observação. A observação é uma redução da variedade do ambiente observado, mas ela deve ser robusta para

---

<sup>9</sup> Reentrada é uma noção que é muito aplicada na obra de Niklas Luhmann que a retirou da obra *Laws of Form* do engenheiro George Spencer-Brown. Trata-se de uma generalização do conceito de *feedback* na cibernética. A forma é a marcação de uma observação e possui dois lados, sendo o outro lado o não marcado. Toda observação marca apenas um lado de uma distinção e deixa o outro desmarcado. Este lado é a condição da marcação, já que toda observação é auto delimitada por uma região de sombra. Assim, há necessariamente a reentrada do lado não marcado no lado marcado. Isso se dá pela forma de um paradoxo. O paradoxo é inerente à operação de observação (Luhmann, 1995b).

ter sua própria complexidade. Esta complexidade é importante, pois é ela que permite “desdobrar o paradoxo”, um termo frequente na obra do sociólogo.

### 3.1 OS CÓDIGOS BINÁRIOS

Os sistemas funcionais lidam com o paradoxo através de códigos binários. No caso do sistema político, a divisão ou repartição do Poder permite a codificação pela distinção *governo/oposição*. Ou melhor, a distinção permite a existência de um código binário, na qual apenas um lado de cada vez prevalece. Para Luhmann, é através da binarização do código e da indicação de um dos lados que se estabelece um sentido. O sentido é a principal variável social, ou mesmo universal<sup>10</sup>. O sentido é a resolução da distinção *atualidade/potencialidade* (Luhmann, 1995a). A indicação da atualidade deixa outras possibilidades em estado virtual ou latente. O código permite manejar o paradoxo pela sua temporalização: apenas um lado alternadamente é observado. É isso que Luhmann chama de “desdobrar o paradoxo”. O interessante não é que o paradoxo é desdobrado no tempo, mas que o seu desdobramento produz o tempo, como se fosse um pulso de oscilação, variando de um lado a outro. Assim, cada sistema funcional cria a sua própria referência temporal.

O código permite “deparadoxizar” o sistema, outro termo também frequente na TSS. O principal paradoxo da política é levar em conta a impotência dos poderosos e o poder dos sem-poder. No sistema político, o governo significa o exercício (operações) daqueles que têm poder no interior do sistema (autorreferência), mas limitado pela oposição que representa aqueles que estão de fora, em seu ambiente, i.e., aqueles sem-poder (heterorreferência). É esta a partição política proposta pelo sociólogo alemão no termo democracia. Com isso, há a superação da ideia do Poder como uma esfera que paira sobre a sociedade (distinção *superior/inferior*), horizontalizando o exercício do Poder. Esta horizontalização não significa, como mencionado, uma ideia participatória da política, mas apenas que os dissensos e as contestações políticas não podem ser

---

<sup>10</sup> Para Niklas Luhmann, o sentido e não a verdade é universal pois inclui tanto um lado da distinção (a forma do sentido) como o outro lado, o não-sentido. Mesmo o não-sentido precisa fazer sentido. Assim, por conter em si os dois lados, o sentido é a variável universal por excelência.

solucionadas por decisões verticais hierárquicas, em outras esferas ou sistemas funcionais. Elas precisam ser resolvidas no próprio eixo de disputa do Poder.

### 3.2 PROBLEMAS E AMEAÇAS

Como mencionado, Luhmann começa seu artigo com uma nota de pessimismo, contrária à expectativa da democracia liberal. Ele destaca três pontos que efetivamente o preocupavam. O primeiro é a perda de espontaneidade: o uso do código leva à adoção de programas e rotinas acarretando um enrijecimento do sistema. Na TSS, a distinção *código/programa* é importante. O código tem uma característica universal para o sistema, enquanto o programa é responsável por sua particularização, sua aplicação em contextos específicos (Luhmann, 1995a). Todo sistema adota programas para lidar com suas condições. Um sistema traz consigo uma série de determinações, enquanto por sua vez o ambiente traz as condicionantes. A distinção *determinação/condição* é resolvida pelo programa. Os programas trazem em seu bojo rotinas de procedimentos que tornam mais simples suas operações. Mas as rotinas acabam por enrijecer os programas e o próprio desenvolvimento dos sistemas. Em outros termos, as funções do governo e da oposição são sistematizadas por uma série de procedimentos. Daí tornam-se frequentes as tentativas de “recaotização” que causam crises e instabilidades. Podemos enxergar como toda a história do século XXI, desde a “guerra ao terrorismo”, ou as revoltas sucessivas da segunda década, a partir da Primavera Árabe, até o estabelecimento mais recente dos movimentos autoritários de extrema-direita são exemplos de movimentações para gerar perturbações ou “irritações”<sup>11</sup> (caos) no sistema político.

O segundo ponto, segundo o sociólogo, é que há oscilação entre governo e oposição, com frequentes trocas de papéis. Por um lado, a codificação política leva a uma binarização dos programas, como *progressista/conservador*, com orçamentos *expansivos/restritivos*, ou seguindo preferências *econômicas/ecológicas*. Essas dicotomias podem levar ao longo do tempo a programas por demais abrangentes que “sirvam” aos dois lados, reduzindo (afrouxando) a marcação das diferenças entre elas. Há, neste caso, uma diluição da cisão do Poder, ficando os dois lados

---

<sup>11</sup> “Irritação” é um termo típico da obra luhmanniana e se refere à perturbação oriunda do ambiente que sem determinar sua estrutura o obriga a responder.

cada vez mais parecidos entre si. Este fenômeno também foi observado no Brasil, nas duas primeiras décadas após a redemocratização, ou em outros países em que a distinção entre partidos de direita e de esquerda foi bastante abrandada.

O terceiro ponto apontado por Luhmann decorre desse segundo como sua compensação: a moralização da política procura substituir o acirramento político das controvérsias. O sociólogo observa que isso decorre também da escassez de dinheiro, que funciona como meio de barganha<sup>12</sup>. A confrontação moral substitui o debate franco entre as oposições políticas. No entanto, para o sociólogo: “Meu ponto é antes que a ação política na democracia precisa tomar lugar num nível de alta amoralidade”<sup>13</sup>. Em várias oportunidades Niklas Luhmann contesta a validade de distinções morais para formar sistema. A moral é o recurso mais baixo que um sistema deve buscar para obter suas distinções (Luhmann, 1995a). A razão disso é simples: a moral não conduz a programas, pois é submetida a um alto grau de aleatoriedade. É fácil observar que este terceiro ponto tem sido bastante frequente, sobretudo com a emergência dos movimentos de extrema-direita, que fazem largo uso de questões morais para acirrar o debate público.

Esses três pontos reforçam o pessimismo de Luhmann em relação ao futuro da democracia. Ele considera esta não um “ideal normativo”, mas uma verdadeira conquista (*achievement*) evolucionária, improvável, entretanto efetiva. Porém, a pergunta central é: “por quanto tempo”? Dois aspectos o preocupam mais: o primeiro se relaciona ao desafio do código democrático *governo/oposição* lidar com questões contemporâneas (no final do século XX) tais como as tecnologias genéticas, gastos crescentes do Estado de Bem-estar, corrida armamentista nuclear, problemas ambientais, etc. O segundo aspecto decorre do terceiro ponto: se a política conseguir se abster de funcionar moralmente, como imaginar o diálogo entre governo e oposição sem um fundo educacional e cultural comum? Ou, invertendo este aspecto (em minha observação): para que a política funcione sem moralizar-se, é preciso supor a difusão de princípios educacionais e culturais comuns.

---

<sup>12</sup> Sobre a questão da barganha no debate político versus a argumentação racional BACHUR, 2020.

<sup>13</sup> My point is rather that political action in a democracy must take place on the level of a higher amorality.



### 3.3 INFERÊNCIAS E CRÍTICAS

Niklas Luhmann termina seu artigo sem responder às questões anteriores, deixando-as em aberto. São questões que colocam em xeque a viabilidade de sistemas políticos baseados no código *governo/oposição*. Isso pode levar por um lado a tendências autoritárias, que confundam autoridade (para realizar decisões) com autoritarismo (imposição de decisões). Voltarei a este assunto no final deste artigo. Antes, procurarei tirar algumas inferências da formulação luhmanniana, como também algumas críticas.

Para o sociólogo, a divisão da “cimeira do Poder” é o que permite a sua codificação binária. O uso da lógica binária é objeto de críticas à teoria luhmanniana. Se por um lado, ela permite compatibilizar a teoria social com a “era digital” (Roth, 2019), por outro ela limita o escopo de alcance lógico dessa teoria, sobretudo quando ela se dispõe a assimilar os paradoxos de sentido que surgem da coexistência dos dois lados da distinção. Como a TSS de Luhmann já se utiliza da lógica não-clássica desenvolvida pelo engenheiro George Spencer-Brown, é possível então estender a lógica binária a uma lógica multivalente utilizando-se do tetralema<sup>14</sup>, como sugerido pelo pesquisador Steffen Roth (2017). Devido às limitações de extensão deste artigo, não prosseguirei nessa linha de pesquisa aqui.

Mais importante, é observar que o código *governo/oposição* não é o único possível para operar e descrever o sistema político. Outros códigos binários disjuntivos são igualmente possíveis: *esquerda/direita* (liberal), *progressista/conservador* (socialista) *desenvolvimentista/fiscalista* (keynesiano), *povo/oligarquia* (populista de esquerda), *amigo/inimigo* (populista autoritário). A questão não é indicar qual o melhor código para descrever o sistema político, mas admitir que cada um desses códigos expressa diferentes perspectivas de observação do sistema. Não se trata, portanto, de uma questão “substitutiva”, em que um código substitui o outro, mas da coexistência de diversos códigos dentro do mesmo sistema<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> O tetralema é a extensão do dilema para quatro valores. É desenvolvido a partir da lógica indiana do Catuskoti, proposta pelo lógico budista Nagarjuna, que é composta de 4 valores: ser, não ser, ser e não ser, nem ser e nem não ser. Ou, em lógica de programação: XOR, XOR, AND, NOR.

<sup>15</sup> A partir do código genérico *governo/oposição*, os demais códigos representam “vertentes” do sistema político, que o derivam. Podemos combinar os códigos e assim, por exemplo, falar de um governo progressista e outro governo conservador, e de oposições progressista e conservadora. Essa combinação de códigos aumenta a variedade descritiva de observação do sistema. Em vez de

Esses códigos são operativos, i.e., eles se referem a “observações de primeira ordem”. A rigor, eles não são nem mesmo códigos, no sentido semiótico da distinção *significante/significado*, ou *sintaxe/semântica*, pois ambos os lados da distinção são significados, conceitos. Podemos dizer que eles são “fórmulas mínimas de referência”. Cada fórmula dessas implica em diferentes programas políticos, que representam sua “observação de segunda ordem”. As diversas fórmulas são derivadas e permitem combinar comunicações reais e produzir sentido a partir de seus programas. Cada programa apresenta uma “representação canônica” do sistema, segundo seus próprios critérios. Eles competem entre si, numa espécie de “agonismo político” das representações. Esta disputa relativiza e limita a tendência à moralização da política prevista pelo sociólogo.

Caso recente é a disseminação das fórmulas populistas, de esquerda e de direita. Por exemplo, a fórmula *povo/oligarquia* parece ter prevalecido em países bolivarianistas, como Bolívia e Venezuela. Se a função da política, segundo Niklas Luhmann, é a produção de decisões coletivas vinculantes<sup>16</sup>, *povo* indica o vínculo que se baseia em maior simetria das relações (igualdade), enquanto *oligarquia* indica a prevalência de vínculos por assimetria<sup>17</sup>. A fórmula permite assim basear programas de diferentes matizes, antagônicos entre si.

Já a fórmula *amigo/inimigo*, do populismo autoritário, tem sido a de maior disseminação global, através dos movimentos e partidos de extrema-direita que, sobretudo a partir da segunda década do século XXI, cresceram em muitos países. Esta fórmula foi sabidamente proposta por Carl Schmitt como fundamental para descrever a política (2021)<sup>18</sup>. Tal fórmula, no entanto, possui uma grande dificuldade de gerar um programa político coerente, devido à arbitrariedade da distinção. Como

---

apenas uma distinção *governo/oposição*, temos agora duas: *governo progressista/oposição conservadora* ou *governo conservador/oposição progressista*. Podemos lidar com essas distinções através do conceito de “quadrado semiótico”, proposto pelo linguista Algirdas Julius Greimas. Conferir [https://pt.wikipedia.org/wiki/Quadrado\\_semi%C3%B3tico](https://pt.wikipedia.org/wiki/Quadrado_semi%C3%B3tico).

<sup>16</sup> “*The concept I am trying to indicate here states that a determination of the function of politics-for instance the production of collectively binding decisions...*”.

<sup>17</sup> Neste caso, sejam A e B dois elementos sociais quaisquer (comunicações). Simetria indica que há indiferença em relação às orientações AB e BA, enquanto assimetria significa que há privilégio em relação à ordem desses fatores.

<sup>18</sup> Não é o lugar aqui de fazer uma crítica da teoria Schmittiana, bastante influente na ciência política. Porém, a nosso ver, a ideia de que, seguindo Aristóteles, em *A Política*, a amizade (*philia*) é a substância da política, como Schmitt e Agamben (2013) consideram, é uma tradução problemática do termo grego. *Philia* pode ser traduzido politicamente muito mais apropriadamente como “confiança”, i.e., como a capacidade de traçar “fios”, ou “laços” como “vínculos”. Neste caso, a obra de Aristóteles se torna compatível com a obra de Platão, do diálogo *O Político*, onde a arte do bom político é assemelhada à do tecelão.

definir num programa quem é amigo e quem é inimigo? O resultado é a dependência desta fórmula da decisão de um líder carismático, conforme o próprio Schmitt previa. Na conclusão deste artigo farei uma reflexão sobre essa deficiência intrínseca do populismo autoritário.

Finalmente, em relação à Teoria do Agir Comunicativo, de Habermas, é possível fazer uma aproximação com a TSS de Niklas Luhmann. O conceito de “esfera pública” pode ser reapropriado por esta teoria como a heterorreferência do sistema político. A autorreferência, neste caso, seria o consentimento às ações do Poder restringidas pelas condições dadas (governabilidade). Por sua vez, a heterorreferência representaria o lado ambiental, i.e., a reentrada no sistema do lado ausente de Poder. Como o sistema político é delimitado tanto por outros sistemas funcionais, bem como por outros tipos de organizações sociais e também pelas consciências individuais (sistemas psíquicos), então as comunicações das organizações associativas da sociedade civil, dos movimentos sociais e da opinião pública (representando a personalidade da consciência dos indivíduos), como participantes da esfera pública, teriam papel importante como as vozes de contestação às ações de governo (o poder dos sem-Poder); em outros termos, a constituição da esfera pública delimitaria a distinção *consentimento* (adesão ao Poder)/*contestação* (resistência ao Poder)<sup>19</sup>.

#### 4 CONCLUSÃO

A concepção de democracia de Niklas Luhmann, proposta em 1990, se mostrou eficaz para descrever e compreender muitos dos problemas e dos dilemas do sistema político desde então. O desenvolvimento que propus aqui, com as fórmulas alternativas para sistema e seus programas respectivos, permite entender alguns fenômenos recentes, notadamente o crescimento da extrema-direita e mesmo o ressurgimento do fascismo. É preciso, no entanto, advertir que, embora tantas vezes considerado como um autor conservador, não há cumplicidade entre a TSS e esses novos movimentos de direita. Não há em sua concepção democrática espaço para vias autoritárias que pretendam uma “integralização” do Poder sob uma única instância. Democracia significa aceitar a partição do Poder. Ao mesmo tempo,

---

<sup>19</sup> Sobre uma comparação entre a função da esfera pública em Habermas e Luhmann: RIBEIRO, 2012.

a teoria luhmanniana inclui uma visão do conflito e do dissenso como inerentes à política<sup>20</sup>. O consenso não pode ser alcançado via uma racionalidade argumentativa como em Habermas, nem sequer esta é necessária à comunicação do Poder. Por outro lado, o dissenso como base da política não supõe a exclusão do inimigo. A distinção *governo/oposição* não pode ser substituída com sucesso pela distinção *amigo/inimigo*, como na teoria de Carl Schmitt, pois governo e oposição são lados cocriados pela própria distinção, de modo que a exclusão do outro (da oposição) não pode ser considerada. Isto torna impossível a cooptação da teoria de Luhmann pelos novos fascismos, ou autoritarismos populistas, que trabalham com a distinção schmittiana.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo e outros ensaios. Chapecó, **Argos**, 2013.

ARAÚJO, V. M. R. H. A organização espacial da informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 1985.

BACHUR, João Paulo. Democracia, Poder e Deliberação: Uma Perspectiva a partir da Teoria de Sistemas de Niklas Luhmann. **Revista Jurídica**, Curitiba, vol. 01, n°. 58, pp. 642 - 663, 2020.

LUHMANN, Niklas. Social Systems. **Stanford University Press**, Stanford, California, 1995a.

LUHMANN, Niklas. Tautology and Paradox in the Self-descriptions of Modern Societies. **Sociological Theory**, Vol. 6 Issue 1, 21-37, 1988.

LUHMANN, Niklas The Future of Democracy, **Thesis Eleven**, 1990. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/072551369002600104>.

LUHMANN, Niklas. The paradox of observing systems. **Cultural Critique** No. 31, The Politics of Systems and Environments, Part II, pp. 37-55. Published By: University of Minnesota, Press. (Autumn, 1995b). Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1354444>.

PREGER, Guilherme. Cenários especulativos pós-pandêmicos. **Revista P2P Inovação**, Rio de Janeiro, Vol. 7, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21721/p2p.2020v7n1.p32-70>.

---

<sup>20</sup> Ver *Chapter 9: Contradiction and Conflict* em Luhmann, 1995a.

PREGER, Guilherme. A re-volta ecológica: a transformação digital dos modos de produção e a economia circular. **Revista P2P Inovação**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, 2022.

RIBEIRO, Pedro Henrique Gonçalves de Oliveira. Entre eclusas e espelhos: a esfera pública vista a partir de uma leitura crítica de Niklas Luhmann e de debates contemporâneos. Dissertação de Mestrado, **USP**, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-25062013-091439/pt-br.php>.

ROTH, Steffen. Parsons, Luhmann, Spencer Brown. NOR design for double contingency tables. *Kybernetes*, Vol. 46 No. 8, pp. 1469-1482 © **Emerald Publishing Limited**, 0368-492X, 2017. DOI 10.1108/K-05-2017-0176.

ROTH, Steffen. Digital transformation of social theory. A research update. **Technological Forecasting & Social Change** 146, p. 88-93, 2019.

SCHMITT, Carl. O Conceito do Político. Lisboa, **Edições 70, Almedina**, 2021.

# **SOBRE O POLÍTICO DA INFORMAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ONTOLOGIA DIGITAL**

**Jackson da Silva Medeiros<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
jacksonmedeiros@outlook.com

---

## **Resumo**

O trabalho busca suscitar questões e inferências sobre a utilização de plataformas digitais de comunicação, como conformações capitalistas entendendo que esses ambientes agem na incorporação de significações, com seus sentidos, na mediação de um sistema ideológico-discursivo que age nos sujeitos e na sociedade. Para tal, situa a informação como um dispositivo, um infômato que sempre medeia e armazena e é capaz de formar e ser formada, alicerçada em conjuntos de pertencimentos em contínuos significados compartilhados. Reflete sobre a compreensão discursivo-ideológica da informação, sua capacidade de agir como máquina performativa. Ao olhar para uma ontologia sobre o político da informação é possível reconhecer uma reflexão crítica sobre as mediações que constituem a informação enquanto objeto social.

**Palavras-chave:** Discurso. Ideologia. Plataformas digitais de comunicação. Sentido. Máquina performativa.

## **ON INFORMATION POLITICAL: SOME CONSIDERATIONS ABOUT DIGITAL ONTOLOGY**

## **Abstract**

The work seeks to raise questions and inferences about the use of digital communication platforms, as capitalist configurations, understanding that these environments act to incorporate meanings in the mediation of an ideological-discursive system that acts on subjects and society. To this end, it situates information as a dispositif, an information system that always mediates and stores and is capable of forming and being formed, based on sets of belongings in continuous shared meanings. It reflects on the discursive-ideological understanding of information, its ability to act as a performative machine. When looking at an ontology about the political of information, it is possible to recognize a critical reflection on the mediations that constitute information as a social object.

**Keywords:** Discourse. Ideology. Digital communication platforms. Meaning. Performative machine.

---

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação e Informação. Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui é publicado não está em vias de conclusão e provavelmente nunca estará, mas é posto como um emaranhado de linhas, de leituras, de pensamentos, de possibilidades que por vezes se conectam, por vezes se distanciam. Não pretendo aqui uma ordem de pensamento, uma estrutura que subjugue as ideias, mas, sim, propor. Quero, então, propor uma reflexão sobre o político da informação e sua atuação no sujeito. Apresento, como disse, linhas; espero que paralelas e que se encontrem no infinito.

\*\*\*

Início recordando episódios recentes da história brasileira. No dia 12 de dezembro de 2022, golpistas tentaram invadir a sede da Polícia Federal em Brasília em reação (?) à diplomação do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Os vândalos, os quais se aglomeravam em acampamentos montados em frente ao quartel-general do Exército em Brasília, exigiam golpe militar (ou intervenção federal) em favor do ex-presidente (e inelegível) Jair Bolsonaro. Além da depredação ao patrimônio público e privado, um soar discursivo da baixa repressão àquilo foi disparado. Já em 8 de janeiro de 2023, houve uma série de invasões e de depredações ao patrimônio público cometidos por uma multidão de fascistas que invadiram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal na tentativa de instigar um golpe militar-teocrático contra o governo Lula e restabelecer o inelegível Jair Bolsonaro como presidente do Brasil. Tudo realizado com planejamento discursivo, em síntese, baseado em informações falsas sobre urnas eletrônicas e sobre o sistema eleitoral brasileiro, alicerçado em financiamento de acompanhamentos e de transporte para golpistas, constituindo entendimento sobre uma deterioração do compromisso democrático.

Ainda em 2022, no dia 24 de dezembro, a Polícia Civil do Distrito Federal detonou um explosivo colocado em um caminhão de combustível próximo ao Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília. No mesmo dia, um dos responsáveis foi preso. Segundo as investigações, o homem era morador do Pará e teria ido para a capital federal para participar das manifestações golpistas-antidemocráticas que, naquela época, se assentavam nos arredores do quartel-general em Brasília. Com o homem foram apreendidas espingardas, fuzil,



revólveres, pistolas, munições e uniformes camuflados, bem como emulsões explosivas.

Após ser autuado por terrorismo, informou que houve “motivação ideológica”. No auto de prisão em flagrante, a tal “motivação ideológica” para compra de armamentos, é descrita como advinda de uma declaração do ex-presidente (e agora inelegível) Jair Bolsonaro: “O que me motivou a adquirir as armas foram as palavras do presidente Bolsonaro, que sempre enfatizava a importância do armamento civil dizendo o seguinte: ‘um povo armado jamais será escravizado’”. No depoimento à Polícia Civil, ainda acentua que a intenção dele e do grupo golpista-antidemocrático era estabelecer uma intervenção militar e a decretação de um estado de sítio para “impedir a instauração do comunismo no Brasil”. Outro responsável pelo ato terrorista se entregou à Polícia Civil de Mato Grosso no dia 17 de janeiro de 2023 e foi transferido para Brasília no dia seguinte. Em depoimento à Polícia Civil do Distrito Federal, confessou participação na tentativa de atentado em Brasília, alegando a ideia de “provocar uma intervenção militar”.

Em 11 de maio de 2023 dois envolvidos no caso foram condenados a nove anos e quatro meses de prisão e cinco anos e quatro meses de prisão por expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outro mediante colocação de dinamite ou de substância de efeitos análogos em um caminhão-tanque carregado de combustível, bem como causar incêndio em combustível ou inflamável. Além disso, um deles ainda foi condenado por porte ilegal de arma de fogo e artefato explosivo ou incendiário. O terceiro, condenado a 6 anos de prisão, estava foragido e foi detido no Paraguai em setembro de 2023.

Comissões Parlamentares Mistas (ou não) de Inquéritos (CPI/CPMI) foram abertas tanto no Congresso Nacional quanto na Câmara Legislativa do Distrito Federal com o intuito de investigar os chamados Atos Antidemocráticos ocorridos em Brasília nos dias 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023. Em sessão do dia 29 de junho deste ano, entre muitas declarações e supostos arrependimentos, um dos criminosos afirmou que grande parte dos protestos teria causa na necessidade de informações sobre o código-fonte das urnas eletrônicas. Ao ser indagado sobre o que é o código-fonte, objeto reclamado em sua protestação, sua primeira reação foi dizer “era isso o que eu queria saber”. Então seguiu: “Se fosse para não ter estimulado a população, por que deixaram as redes sociais informar sobre esse código que dava a certeza se o Bolsonaro havia ganhado ou não, se o Lula havia

ganhado ou não? Então não cabe a mim dizer o que é porque eu não sou entendido e eu não sei responder essa pergunta. Então, se deixaram estimular as pessoas do Brasil inteiro, por que os parlamentares o deixaram, se eles poderiam impedir esse tipo de informação?”. Ao ser indagado mais uma vez sobre o que seria o código-fonte, finalmente foi assertivo: “Eu não sei o que é código-fonte.”.

Diversos outros cenários do Brasil atual poderiam ser lembrados, mas rememoro esses atentados para salientar um canal vetor de disseminação de informações: as plataformas digitais. Utilizo para suscitar questões e inferências sobre a utilização de plataformas digitais de comunicação como conformações capitalistas, a disseminação de informação e desinformação etc., mas entendo que há perguntas antecedentes: como esses ambientes, essas plataformas agem na incorporação de significações, com seus sentidos, como isso atua como mediação de um sistema ideológico-discursivo que age nos sujeitos e na sociedade? Claramente não terei resposta fechada para isso, mas trago as linhas que mencionei.

\*\*\*

Aproveitando o tema central dos Colóquios (“Democracia em reconstrução: justiça social e sustentabilidade ambiental”), quero entrar em uma discussão que, obviamente, considero profícua, sobre o político da informação. Sinto-me compelido a trabalhar esse ponto porque, embora busque elementos ligados à Filosofia da Informação para uma tentativa de analisar determinados fenômenos, profissionalmente situo-me na área de Ciência da Informação e tenho percebido, já de longa data, que, em alguns casos, os estudos de informação deixam escapar elementos mais aprofundados sobre questões epistemológicas e ontológicas, principalmente quando ligados às técnicas e às tecnologias, visualizando objetos que se findam neles mesmos e deixando ao largo o entendimento político dos sentidos, a própria desmistificação dos objetos, enfim, aglomerando analistas de objetos-síntese em sua forma alienante, ou, como nota Bucci (2023), num fetiche sobre a impessoalidade maquínica, ocasionando, assim entendo, uma espécie de condescendência criadora de naturalizações que se impõem a partir de relações de poder na sociedade, afugentando ou silenciando discussões de cunho não dominante e deixando de perceber o sentido político da informação, o que pode

levar ao controle de comportamentos e a destituição de sistemas democráticos, por exemplo.

Essa não é uma crítica endereçada exclusivamente aos estudos de informação. Colin Koopman (2019) tem uma visão próxima a isso no que se refere aos estudos de comunicação. Para o filósofo, as teorias críticas contemporâneas focadas nas teorias da comunicação perpetuam a negligência da própria discussão sobre política da informação porque não interrogam a informação. Dessa maneira, há necessidade de confrontar de forma mais completa o significado social da informação ou dos dados para além das suas funções comunicativas. A preocupação de Koopman está na analítica dos formatos, levando aos estudos sobre a política de algoritmos, plataformas e protocolos que sugerem uma mudança além do horizonte da comunicação, avaliando outras modalidades de mediação tecnológica da comunicação, o que traria à luz a política endógena da própria informação, promovendo vínculo entre comunicação e informação.

Estabelecer esse tipo de crítica só pode ser feito quando se interroga o sentido, o reflexo da informação ao nível da sua existência e não em modelos prontos que ignoram a análise de regimes em prol da quantidade ou da organização daquilo que alguns estudos de informação compreendem como informação. Os sentidos da produção e da recepção não possuem transparência e unilateralidade, fazendo parte do processo a ser investigado.

Isso não significa um alijamento de pensar os parâmetros técnicos – as technicalidades dos instrumentos –, uma vez que estes são componentes de manejo do receptor, inclusive com sua utilização sendo facultada à própria ferramenta. Não é aqui instigada uma ruptura que pretenda deixar de lado a relação com a forma, a qual é condicionante da técnica, do uso, mas, sim, como colocado a partir de Roberto Schwarz, no estabelecer um olhar sobre a crítica dialética, propondo que a obviedade não vale a pena; o sentido de algo está no investigar, desconfiar, pesquisar, recusar as aparências, consubstanciar intuições difíceis. A ideia, seguindo ao encontro de Schwarz, é um olhar sobre a forma a partir de um aparato social, possibilitando o exame dos seus aspectos sociais; a atuação da forma é como um “esquema prático” programado a partir das condições históricas que a constituem, requisitando o estabelecimento de confrontos que permitam reconstruir a condição prática mediadora, deixando de encerrar qualquer análise na manifestação singular da própria forma.

Tomo a inscrição de Safatle (2020, p. 20) de que “Cada regime de corporeidade tem seu modo de afecção” para designar que o político, e até mesmo a política, são baseados em incorporações das relações sociais experienciadas e à espera da normalização de afetos, das sensibilidades em situações diversas, com vistas à compreensão de autorreferência. Ou seja, uma normalização pela pretensa liberdade compreendida como “aquilo que se é” com a capacidade de identificar a diferença.

Entendo que há, aqui, um caminho para compreender a informação enquanto elemento de subjetivação do ser humano através da sensibilidade requerida pelas ações sociais que se moldam em relações de poder e de repetição que circulam e buscam impedir qualquer revolução. Entendo que esse caminho para olhar a informação a coloque como um dispositivo (Medeiros, 2017), mas também, ela própria, como um infômato (Han, 2022a) que sempre medeia e armazena (Trawny, 2020), sendo capaz de formar e ser formada, alicerçada em conjuntos de pertencimentos em contínuos significados compartilhados, em identificação (Hall, 2019).

Dessa forma, quanto a atividade de compreender uma ontologia sobre o político da informação o que se busca é a constituição teórica de uma dialética com a prática; não agindo na exclusão, mas na busca de contradições de processos de exploração, permitindo à teoria a negação da prática enquanto processo imediato, por isso sem mediação; a busca deve ser estabelecida a partir da compreensão da prática como atividade social, como algo produzido por esse entorno e que também o produz. Vislumbrar uma ontologia não significa uma definição estática, completa, fechada, rígida, muito menos transcendental, mas, sim, o questionamento do que a coisa é, bem como a possibilidade de enxergá-la na sua contingência, buscando mediações possíveis. Uma analítica que compreenda uma ontologia sobre o político da informação envolve a formação social do sujeito e deve ser centrada nos aspectos de sua historicidade. Significa, por isso, expor os elementos que fundamentalmente se colocam à experiência do ser através das mediações, das políticas que atuam na formação do sujeito como ser político e social. Ora, a informação, fazendo parte dessa constituição, como um problema a ser filosoficamente abordado, produz e é produzida por esses sujeitos em relações contínuas de ser, não apresentando forma ou temporalidade definidas; pelo contrário, muta-se a partir das especificidades que o político requer. Toda inscrição

não é apenas isto ou aquilo, mas, sim, uma rede de sentidos construídos e desconstruídos que se coadunam e se afastam na perspectiva da própria ontologia.

Coloco isso porque as estratégias articuladas, como sabemos, não agem necessariamente de maneira explícita, mas, muitas vezes, no inconsciente humano, sendo capazes de alicerçar a construção de subjetividades, atuando na produção de sentidos, no aparato de conhecimento, nas formas de agir, no consumo, no pensar etc., em processos que moldam sujeitos e sociedades. Colocam-se, assim, na pauta do poder em que os sentidos (amplo senso) se colocam nos sujeitos, o que é potencializado pelas plataformas digitais de comunicação e sua ubiquidade atual e onde espaços aparentemente não delimitados são controlados por indústrias de dados. Para isso, tenho como fundo a noção, um tanto óbvia, de que não há plataforma midiática que não se constitua de sentidos, mas, pelo contrário, os constitui, organiza e dissemina por estímulos. A informação, enquanto parece neutra, enquanto pode parecer deslocada de sentido político, provê, ainda que seja de difícil análise, sentidos diversos que constituem sua ação política na constituição de sujeitos e da sociedade.

Encaro, com isso, a informação como uma espécie de dispositivo foucaultiano e que o trabalho de investigação deve ser dado sobre a linguagem. Informação pode ser assim compreendida como um tipo de código que, através de hibridação reúne elementos diversos e pouco visíveis e encapsulados nessa tecnologia, sendo capaz de estabelecer e ser estabelecida por uma política que acolhe discursos e os constrói e dissemina como verdadeiros. A informação seria assim um dispositivo de controle, deixando claro que informação não pode ser discutida exclusivamente por si mesma ou pelos meios de comunicação. A pesquisa sobre informação deve ser dada também pelo espaço que a constituiu e que admite a produção de sentido, ou seja, pelas mediações que se apresentam como neutras, naturais, mas que, em verdade, fabricam sujeitos a partir dos caminhos que [a informação] percorre, moldando, recolhendo estruturas e práticas, construindo e reconstruindo discursos. Os sujeitos também devem estar no rol de análises não como assujeitados a esses dispositivos, mas como partícipes ativos, sendo também um espaço a ser investigado (Medeiros, 2017; 2021).

\*\*\*

Não posso deixar de lembrar de Stuart Hall quando comenta sobre a constituição das audiências, as quais compartilham alguns referenciais de entendimento e interpretação, compartilhando significados que provêm de uma compreensão institucional, como o local de trabalho ou estudo, a família, a igreja etc. que, como “comunidades interpretativas” fornecem *insights* básicos e formalizados daquilo que constitui a informação a ser consumida e interpretada, podendo estar vinculadas às categorias sociológicas múltiplas e atravessadas, uma vez que “O discurso e a ideologia possuem suas próprias estruturas e elas não correspondem às estruturas econômicas ou sociais de maneira simples.” (Hall, 2013b, p. 421), excluindo a possibilidades de elementos isolados.

Em termos biológicos, as próprias estruturas básicas se sustentam a partir de dois pilares: a manutenção da vida, em sentido conservador, e a possibilidade de reprodução para perpetuação. Começando a pensar essa proposição sobre alterações corporais e fisiológicas a partir de percepções, propostas por António Damásio, a construção de mentes não se dá a partir de objetos isolados, mas, sim, em uma combinação que liga nervos e corpos e seu envolvimento social; a própria evolução desse caráter se dá nesse ambiente social que, em constituição, é político. Ora, não se há de separar por onde os sujeitos se constituem, pelas maneiras com que se constituem, pela composição social que lhes atinge e os forma em critérios de suas próprias subjetividades, mas compreender que não existe ser sem sentimento de existência, isto é, toda imagem (entendamos “imagem” em sentido amplo) recebida está acoplada em sentimentos. É possível dizer que no âmbito biológico os organismos buscam regular automaticamente os desvios que levam a limites máximos e mínimos, ou seja, atuam na otimização da busca pela regulação de possíveis variações. Essas atuações no corpo são educáveis, como maquinarias civilizatórias até certo ponto facilmente aprendíveis a partir de instruções que podem ser vistas em termos políticos, levando em consideração aspectos culturais que podem ser instituídos.

Como observa Araújo (2021), isso ocorre porque há ligação profunda entre ideologia e imagem pois imagens e ideias se posicionam como “re-apresentações” da dimensão ontológica do simbólico, constituindo uma ordem social que se coloca na, para e pela experiência do sujeito. Ainda segundo o autor, o ambiente digital secciona a atenção das pessoas, fazendo com que a imagem provoque sensações capazes de conduzir o sujeito a um modelo próprio de si e que faça isso a partir da

oferta de conteúdos que coordenam relações sociais. Há então uma virada na constituição da ideologia de sua forma clássica para princípios argumentativos mais elaborados capazes de conformar a experiência social por meio de imagens. Arrisco dizer que esses discursos instituídos pelas plataformas digitais de comunicação preenchem lacunas que são próprias do sujeito como ser contingente. Deleuze, nos anos 1990, já mostrou esse caminho. Esse ser fragmentado é povoado por essas fissuras que necessitam de complemento, mas não vou entrar nesta discussão agora.

Assim, me filio a Stuart Hall para uma compreensão a partir de processos de contínuas significações e ressignificações das bases culturais existentes. Isso se desenvolve a partir de discursos que permitem significar o mundo, atribuindo sentido a ele, fundado em experimentações da ordem do discurso vigente e, por causa dessa capacidade experimentativa, passível de transformação dos sentidos já estabelecidos, já que os processos de codificação e de decodificação, como apresentados por Hall, são relativamente autônomos ao mesmo tempo em que se influenciam mutuamente a partir de articulações postas em prática, não fixando significados, mas coordenados por um mapa de sentidos.

A informação se coloca em dois movimentos, de estabilização e desestabilização. No primeiro caso, lança mão da construção de se sustentar em uma ordem discursiva que mantém a constituição hegemônica dominante e, ao mesmo tempo, na desestabilização, que não controla esses mecanismos de fixação. Dessa maneira há claramente a participação em um jogo de construção daquilo que é visto como “natural”, mas que, por características que necessitam de performance para acontecer, precisam ser construídas como imaginadas. Enquanto revela sentimentos, ilusões, imaginários, a informação pode despertar seu funcionamento mitológico, onde pouco importa a veracidade de algo, se os discursos são condizentes com o que factualmente ocorre, baseando-se em “narrativas”. O que ela busca é identificar e fixar significados, por mais inverossímeis que possam parecer, com a função performativa de construir um discurso, uma ideologia, estabelecer uma performance condizente com aquilo que opera o/no próprio corpo.

Isso nos remete a algo que muitas vezes é perdido em análises: a sensibilidade. Diego Sztulwark, em *A ofensiva sensível*, alerta para técnicas que são capazes de realizar essa gestão da sensibilidade, atuando como peça-chave do neoliberalismo. Nesse aspecto, as técnicas de modulação emocional são aspectos



que devem ser analisados como regulações do fluxo emocional dos envolvidos, o que aparece como eventos aleatórios que circulam silenciosamente e tomam as micropolíticas como favorecimento ou bloqueio de acontecimentos históricos e permitem tanto a subordinação quanto o aparecimento de novas formas. Isso remete, ainda de acordo com Sztulwark (p. 46), ao objetivo último da disputa pela sensibilidade: “[...] o saber sobre os corpos que a razão pura não chega a compreender.”.

E se “Sentimentos não são eventos apenas neurais. [...] Sentimentos são fenômenos cem por cento simultâneos e interagentes do corpo e do sistema nervoso”, como observa Damásio (2018, p. 147), indo ao encontro político mencionado, ensina Foucault, entre outros, que a relação com o mundo se dá pelo corpo e no corpo, onde a constituição dessa sensibilidade está diretamente ligada à constituição do corpo como objeto político, social, o que permite as intervenções em sistemas ligados a ele, isto é, a utilização da informação como processo de constituição do próprio sujeito e do mundo que o cerca. A informação, neste sentido, se torna a própria imagem do corpo como objeto social, uma vez que isso proporciona uma relação de compreensão do sistema externo baseado em continuidades que dão estabilidade, ao menos em percepção, ao sistema interno (Damásio, 2018).

Considerar os sentimentos, o sensível, como emoções, é colocar esses fenômenos em condição de não cumprir papel inferior ou descartável na constituição do sujeito, deixando de lado uma pretensa acreditação no racionalismo cartesiano para apreender o mundo. Ao assumir que sentimentos têm papel relevante nessa hipótese, são capazes de assumir e dispor significados cooptados e colocados em “estado político”, associando o processo de significação a algo que sempre estabelece linhas de fuga, sendo sempre indeterminado, constituídos a partir de situações performativas que visam coordenar pontos políticos da vida social. Aqui, para deixar claro, não falo de significações conscientes, de imagens bem definidas e ponderadas daquilo que constitui o político, mas, sim, de performances dessas formações que, subjetivamente, compõem o corpo e o mundo social a partir de determinados discursos e ideologias como guias de movimentos.

\*\*\*

Isso tem relação direta com as plataformas digitais, sobre a constante virtualização do mundo. É nesse cenário que, como anota, Byung-Chul Han (2022b, p. 37), “A racionalidade discursiva é ameaçada, hoje, também pela comunicação afetiva” capaz de trabalhar os sentidos que formam esse sujeito e que está ligado a um regime de informação como “[...] a forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos” (Han, 2022b, p. 7). Aqui falamos de um sujeito que não se dá por instâncias disciplinares, mas se constitui como ativo para o poder.

Ao pensar sobre plataformas digitais faz-se primordial refletir sobre suas estruturas técnica e política que atuam na manipulação de dados com intuito de gerar lucro para além do negócio financeiro, mas na financeirização da vida que se conecta ao modo neoliberal de existência, construindo uma lógica que, como apontam Bruno, Bentes e Faltay (2019), são uma nova moeda em que informações psíquicas e emocionais têm valor inestimável para além da ciência de dados atuando no controle do comportamento que pode orientar sujeitos para diferentes fins, fazendo com que o código por eles instituído seja visto como lei (Lessig, 2006) capaz de estabelecer a lógica permitida ou incentivada, limitando, oferecendo, incitando, conduzindo, enfim, controlando ações dos sujeitos. Isso faz com que esse sujeito não seja nem dócil, nem obediente, mas esteja engajado na sua constituição livre, autêntica e criativa, ao ponto de produzir-se e performar-se (Han, 2022b). Isso incita alguns questionamentos como “Se produz a partir de onde?” “Performa a partir de que modelo?” “Performa como imitação?”; o que se liga à reflexão de Han sobre a destituição do pensamento raciocinante que dá lugar ao gosto, às demandas criadas de inclinação de consumidores, em uma elevação do entretenimento como objeto superior à racionalidade.

Permito-me realizar aqui mais um jogo com as palavras de Butler (2020). A filósofa visualiza que o status imaginário do desejo, da sua relação de fantasia não tem no corpo sua base ou causa, mas, sim, como ocasião e objeto. Isso permite entender que o prazer tem uma parte imaginada daquilo que eventualmente a pessoa não possui, requerendo o exagero ou a diminuição. Então diz que a condição do desejo sempre excede o corpo físico pelo qual ou no qual age, o que faz com que o corpo culturalmente estabelecido seja produtor de imaginários e a eles esteja disponível. O sujeito se coordena por uma certa aparência de fixidez, de

identidade que lhe seria própria, mantendo para si uma razão, um olhar que aponta para sua concepção autônoma de constituição de vida; o sujeito sempre alicerça o conhecimento sobre si próprio a partir da visão de unidade, indivisível, completo, o que o empreende como naturalizado.

Deve-se atentar, neste sentido, para o valor dado por Butler à questão da performatividade. Ainda que geralmente atrelada à questão de gênero, essa concepção, entendo, traz contribuições que, embora não seja possível tratamento completo aqui, quero deixar alguma tinta de registro, pois em tempos de plataformas digitais, a informação atua na surpresa, sem estabilidade, ainda que busque fixar sentido daquilo que apreende através de sua situacionalidade acessível e consumível, sempre disponível através da coisificação da linguagem, tornando seus aspectos datificados e capazes de predizer o comportamento humano, como uma máquina calculadora de desejos. O ambiente digital significa controlável, calculável, sem interesse na indisponibilidade que, quando existe, é apenas momentânea (Han, 2021).

Assim sendo, a noção de performatividade aqui trabalhada assume, ainda que em modo genérico, características daquilo que foi apresentado por Butler com a ideia de que o corpo reflete a partir da informação que o rodeia, o conduz, enfim, o produz e o incita em performance, como quando Butler cita o saber existente nos manuais de psiquiatria que produzem imagens sobre a (homo)sexualidade e conduzem modos reproduzidos pelos sujeitos que produzem a imagem modelar de si mesmos. Com isso, a condução dos corpos pelos próprios sujeitos remete ao modelo apresentado, seja de forma consciente ou inconsciente. A isso é permitido associar, ainda nas palavras da filósofa (2021, p. 124) que “[...] a comunicação é, em si mesma, uma forma de conduta.”, o que levaria o sujeito a performances naturalizadas que são construídas pelo compêlo de atos performativos em conjuntos flutuantes que permitem criar corpos performativamente produzidos pelas práticas reguladoras de uma pretensa coerência (Butler, 2021) onde sujeitos performam a compreensão da racionalidade do sensível a partir de elementos históricos e socialmente construídos regidos pela linguagem coordenadora do que é aceito ou esperado do sujeito. “[...] por meio dos atos de locução dos sujeitos falantes” (Butler, 2020, p. 200), onde “[a linguagem] pressupõe e altera seu poder de ação sobre o real por meio de atos elocutivos que, repetidos, tornam-se práticas consolidadas e, finalmente, instituições” (Butler, 2020, p. 202) que se posicionam por “[...] práticas

reguladoras da coerência cultural, impostas ao corpo por um regime de poder compreendido como uma vicissitude da “história”.” (Butler, 2020, p. 226).

Isso é relacionável com aquilo que já é claro em Foucault (pelo menos a partir de seu entendimento sobre biopoder) sobre a dificuldade em constituir o sujeito por meio da exclusiva disciplina, por caminhos que impõe situações de coerções declaradas; a atividade de produção de um sujeito por meios disciplinares deixa a desejar. A isso, Butler (2017, p. 99) acrescenta: “O corpo não é um lugar onde acontece uma construção; é uma destruição em cuja ocasião o sujeito é formado. A formação desse sujeito é, ao mesmo tempo, o enquadramento, a subordinação e a regulação do corpo, e o modo como essa destruição é preservada (no sentido de sustentada e embalsamada) na normalização.”.

O que acontece, à luz de Butler, é que a constituição do sujeito a partir daquilo que apresenta como ato performativo é produzido como efeito da verdade de um discurso. Esse performativo é dado pela dita performance repetida que “[...] sugere uma construção dramática e contingente do sentido” (Butler, 2020, p. 240), rearranjando a experiência dos significados já autorizados e que ritualmente legitimam o sujeito e suas práticas como condizentes com o que deles é esperado, deslocando não a definição, a fundação, a determinação, mas, sim, a regulação pela repetição de regras ocultas, consoante com o que apresenta Hall (2013a; 2013b) em relação a capacidade da política de construir e de reconstruir sentidos a partir da sua significação.

A informação é construída no espaço comunicativo em movimento, o que não significa que toda informação ali gestada determine o comportamento dos sujeitos, mas procura situar o político a partir de práticas significantes que permitem controlar a criação dos sujeitos, em olhar atual e digital, pelas plataformas digitais de comunicação regidas por algoritmos que, pela sensibilidade, funcionam como leis que gerem o corpo que performa um quadro dramático como via de mão dupla também no assunto informação. Dessa maneira, a informação que age a partir de plataformas digitais de comunicação atua por rápidos estímulos que não permitem que uma racionalidade seja construída a longo prazo, sendo empregadas como máquinas performativas, para usar terminologia de Paul Preciado, onde, como diz Han (2022, p. 30), “[...] não se trata de argumentos, mas de performance”, onde “Notícias se tornam similares a uma narrativa. A distinção entre ficção e realidade desaparece.” (Han, 2022, p. 29).

\*\*\*

Ao encaminhar para o final deste ensaio, é preciso considerar que a informação se tornou um fator estruturante da sociedade e não pode ser lida exclusivamente por ela, mas, sim, tomando em consideração seu âmbito político. Sua compreensão discursivo-ideológica, sua capacidade de agir como máquina performativa, são elementos articuladores de aspectos que não podem passar ao largo de qualquer analítica. Se por uma ontologia sobre o político da informação é possível reconhecer uma reflexão crítica sobre as mediações que constituem a informação enquanto objeto político e social, compreendendo feixes que atravessam e que são atravessados por essa entidade nomeada “informação”, sendo capaz de escrutinar a política de exibição que existe neste fenômeno, é importante lembrar onde isso está ancorado.

Isso se torna importante porque a política de uma sociedade define os modos com que a própria política atua. Nesse sentido, deve-se considerar que isso se desenvolve em uma sociedade capitalista baseada na economia de mercado, a qual busca o lucro e a acumulação pelos dominantes. Preceito básico deste tipo de sociedade é uma relação complexa entre capital e trabalho, uma vez que o trabalhador, por não dispor dos meios de produção, vende sua mão de obra para obter um salário, o que o coloca em posição de submissão ao capitalista. Isso faz com que o trabalho não seja um instrumento de desenvolvimento do sujeito, mas que obedeça às ordens da reprodução com vistas ao lucro e à acumulação, disseminando discursos inculcados pelas *big techs* – e é preciso admitir, com grande sucesso – que a solução dos problemas políticos, sociais, econômicos, éticos, estéticos etc. estão ligados exclusivamente à ordem técnica da informação e da comunicação. O político da informação age na relação entre a ação humana e a existência fenomenológica que articula, de maneira a organizar os espaços em movimento, principalmente com a capilaridade das plataformas digitais de comunicação. Essas máquinas performáticas apreendem saberes sobre os corpos, sobre as emoções que os coordenam e são capazes de colocá-los em adequação, compatíveis com os protocolos capitalistas-neoliberais.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, W. P. A ideologia na era digital: a imagem e os algoritmos como formas tecnológicas de dominação social. **ethic@**, v. 20, n. 2, 461-488, ago. 2021.
- BRUNO, F. G.; BENTES, A. C. F.; FALTAY, P. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista FAMECOS**, v. 26, n. 3, set./dez. 2019.
- BUCCI, E. **Incerteza, um ensaio**: como pensamos a ideia que nos desorienta (e orienta o mundo digital). Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- BUTLER, J. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BUTLER, J. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Ed. UNESP, 2021.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.
- HAN, B.-C. **Não coisas**: reviravoltas do mundo da vida. Petrópolis: Vozes, 2022a.
- HAN, B.-C. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022b.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- HALL, S. Codificação/Decodificação. In: HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013a.
- HALL, S. Reflexões sobre o modelo codificação/decodificação. In: HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013b.
- LESSIG, L. **Code version 2.0**. New York: Basic Books, 2006.
- MEDEIROS, J. S. Compreensões sobre o dispositivo: da informação à via para profanação. **Informação & Informação**, v. 22, n. 3, 2017.
- SZTULWARK, D. **A ofensiva sensível**: neoliberalismo, populismo e o reverso da política. São Paulo: Elefante, 2023.
- SCHWARZ, R. Adequação nacional e originalidade crítica. In: Schwarz, R. **Seqüências brasileiras**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TRAWNY, P. **Medium e revolução**. Belo Horizonte: Âyinê, 2020.



## BREVE REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE MODERNIDADE E AS PREMISSAS PARA UM PROJETO EMANCIPATÓRIO DE FUTURO

Eugênia Vitória Camera Loureiro  
FAU/UFRJ  
eugenialoureiro@terra.com.br

---

*Por séculos, a modernização ocidental assentou-se em economias de guerra e destruição ambiental. Agora, o centro dinâmico do mundo desloca-se para o Sul global e um novo projeto civilizatório pode surgir. (...).*

(A modernidade ocidental em xeque, Márcio Pochman – OUTRAS PALAVRAS)

Sem pretender esgotar o tema, este trabalho visa refletir sobre o conceito de Modernidade aqui entendida como a construção de uma perspectiva ou projeto de futuro. O ponto de partida são as reflexões teóricas de Jurgen Habermas e nesse sentido pretende ser uma contribuição para a elaboração de uma noção emancipatória de Modernidade podendo também servir como contribuição para o debate entorno dos rumos de uma reconstrução do país também emancipadora.

Habermas se refere a um projeto inacabado de modernidade<sup>1</sup>, mas a pergunta que se coloca é: no que consiste esse projeto inacabado e se ele ainda se coloca.

Desde o fim do século XVIII, a história é concebida como um processo mundial que gera problemas. Nele, o tempo é entendido como um recurso escasso para a superação prospectiva dos problemas que o passado nos legou. Passados exemplares nos quais o presente pudesse confiantemente orientar-se esvaneceram-se. A modernidade já não pode emprestar seus padrões de orientação de modelos de outras épocas. Ela encontra-se completamente abandonada a si mesma, tem de extrair de si mesma sua normatividade. Daqui em diante, a atualidade autêntica é o lugar onde se entrelaçam a continuação da tradição e a inovação.<sup>2</sup>

Os iluministas nos livraram da opressão e do subjetivismo religioso, nos apresentando o a realidade objetiva e a consciência e o direito do ser. Por outro lado nos legaram um projeto de modernidade ocidental emergente baseado na razão capaz de condicionar o uso da natureza como recurso ilimitado e *os ideais de perfeição proclamados pelas Luzes francesas, com a idéia, inspirada pela ciência*

---

<sup>1</sup> Habermas, Jurgen – **A Modernidade** – um projeto inacabado, Editora Vega, Lisboa, 2017.

<sup>2</sup> Habermas, Jurgen **A Nova Intransparência**, 1987.

*moderna, de um progresso infinito do conhecimento e de uma progressão em direção a uma sociedade melhor e mais moral (...)*<sup>3</sup>

Mas Armani compreende a confiança extrema dos iluministas no uso da razão e da ciência em seu trabalho *A Modernidade e a Filosofia da História de Kant*<sup>4</sup>

A questão é que Kant via uma urgência em predizer a história, de modo que a guerra se tornasse cada vez menos freqüente na civilização, até desaparecer completamente. O estabelecimento do fim moral do homem em direção à paz perpétua foi o seu principal objetivo em Questão renovada. O curso da história poderia ser insensato dependendo da maneira como o observador o percebesse. Se ele fizesse uso da razão, do mesmo modo que Copérnico e os cientistas da natureza o faziam, a predição se tornaria, outrossim, possível de ser sustentada. Dizia Kant: “Se ao homem se pudesse atribuir uma vontade inata e invariavelmente boa, embora limitada, ele poderia vaticinar com certeza a progressão da sua espécie para o melhor, porque ela diria respeito a um evento que ele próprio pode produzir (...)”

Porchman faz uma crítica da Modernidade e aponta não apenas para uma pós modernidade mas uma outra Modernidade. Habermas considera que embora não estejamos satisfeitos com os resultados, estamos fadados a lidar com as patologias dessa da Modernidade instaurada há mais de duzentos anos.

Para Porchman,

Vivemos o despertar de uma nova ordem mundial. São tempos confusos, cujas ideias parecem se fragmentar, pasteurizadas em torno das referências do passado. Mas a consciência que resulta dos problemas mundiais atuais está a demandar outro projeto de modernização. Os limites impostos pelo decrescente horizonte de expectativas mundiais refletem uma espécie de cancelamento do futuro, pois predominam imagens da guerra, da destruição ambiental, da desigualdade e do desemprego estrutural, acompanhado pela tragédia da pandemia viral.

As questões apresentadas por Porchman integram o rol do que Habermas considera como patologias da modernidade. Por meio da razão e ação comunicativas, que representam o paradigma intersubjetivo, devemos ser capazes de superar essas patologias que devem servir de ponto de partida para definição das características de aprendizado desse processo. A superação dessas patologias no interior de um processo de aprendizado explicaria porque Habermas considera o projeto da Modernidade como inacabado.

---

3 Idem (1).

4 Armani, Carlos. *A Modernidade e a Filosofia da História de Kant*.

Barbara Freitag fornece uma contribuição valiosa ao buscar descrever o conjunto do que poderia ser considerada uma teoria da modernidade de Habermas expressa em diversos momentos e escritos do autor. “*Habermas e a Teoria da Modernidade*” forneceu os elementos orientadores deste trabalho complementado por elaborações pessoais a partir das leituras da obra de Habermas, da consideração feita por Marcio Porchman<sup>5</sup> e observações políticas e de outros autores. Conforme Freitag

O início da “Modernidade” está marcado por três eventos históricos ocorridos na Europa e cujos efeitos se propagaram pelo mundo: a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa. Em outras palavras, a “modernidade” se situa no tempo. Ela abrange historicamente as transformações sociais ocorridas nos séculos 18, 19 e 20 no “Ocidente”. Nesse sentido, ela também se situa no espaço: seu berço indubitavelmente é a Europa. Seus efeitos propagam-se posteriormente pelo hemisfério norte, especialmente pelos países do Atlântico Norte.

Mas não só. Esse ideário de modernidade também foi difundido para outras regiões por meio do sistema colonial europeu.

Não se trataria então de um depois, mas de outra modernidade mais inclusiva, a partir do Sul Global e da China, conforme sugerido por Porchman. De qualquer forma não seria o caso de recuperar simplesmente o que essa modernidade já foi com os princípios a partir dos quais ela foi gerada. Poderia se tratar talvez de um aprimoramento, envolvendo outras populações e outros territórios. Diferentes mundos da vida já quase colonizados por um sistema curiosamente indiferenciado e subsistemas economia e estado rigidamente controlados.

Mesmo se se pensar uma nova Modernidade a partir da inclusão do Oriente e não a partir de um processo de aprendizado exclusivamente eurocêntrico ou dito Ocidental é um processo difícil de imaginar uma vez que, além de assimetrias evidentes, instituições milenares do Oriente podem ser bastante divergentes em relação aquelas construídas pelo Ocidente.

Habermas aborda uma questão relacionada a aceitação de diferentes culturas em seu livro *O Ocidente Dividido*<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Porchman faz referência à mesma questão não por caso quando da posse como presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

<sup>6</sup> Habermas, Jurgen *O Ocidente Dividido* Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2006.

No decorrer de uma revisão de sua auto-imagem, o ocidente poderia, por exemplo, aprender o que deveria mudar em sua política para que fosse percebido como um poder constitutivo civilizatório (grifo no original). Sem uma domesticação política do capitalismo desenfreado não se pode fazer face à estratificação devastadora da sociedade mundial. A dinâmica de desenvolvimento discrepante da economia mundial teria ao menos que ser balanceada – penso na depravação e na miséria crescente de regiões e países inteiros. Não se trata apenas de discriminação da ofensa e do rebaixamento de outras culturas. O tema “luta das culturas” é frequentemente o véu sob o qual desaparecem os interesses materiais palpáveis do ocidente (seja em dispor sobre as reservas de petróleo ou em assegurar a sua provisão de energia)

A partir do artigo de Porchman pode ser interessante refletir sobre a teoria da modernidade de Habermas até então restrita ao Ocidente e uma possível mudança de eixo em direção ao oriente e a uma estratégia inclusiva a partir do que vem se denominando Sul Global. Daí permanece a pergunta, qual reconstrução?

O que Porchman denomina de Era Digital, Habermas também vê com bons olhos e assim a descreve no texto de 2022 sobre a Transformação da Esfera Pública Política, apesar da fragmentação resultante do uso das tecnologias de comunicação e da necessidade de aprendizado para dominá-las coletivamente em um sentido mais colaborativo e inovador para todos.

Para Bárbara Freitag

A Teoria da Modernidade de Habermas é parte integrante da Teoria do Agir Comunicativo. Ao lado de um conceito de sociedade que associa a perspectiva subjetiva (interna do “mundo vivido”) à perspectiva objetiva (externa ou sistêmica) e ao resgate de racionalidade dialógica, a teoria da modernidade habermasiana procura explicar a gênese da moderna sociedade ocidental, diagnosticar suas patologias e buscar soluções para sua superação. Neste sentido, a Teoria da Modernidade faz parte de uma teoria evolutiva mais ampla, preocupada em reconstruir os processos de formação, os princípios de organização e as crises pelas quais passam as formações societárias.

Essa teoria evolutiva procura evitar as falhas das antigas teorias da evolução (de Comte, Spencer e Darwin) via de regra unilaterais e simplificadoras, compreendendo os processos de transformação das formações societárias como processos coletivos de aprendizagem (...)

Penso ser importante destacar que essas teorias da evolução unilaterais e simplificadoras citadas embasam uma teoria da modernidade vista como progresso contínuo e linear, conforme já abordado anteriormente, característica de um pensamento dito ocidental igualmente unilateral. Penso que a possibilidade de um processo de aprendizado coletivo conforme concebido por Habermas aponta para uma outra direção.

Para Habermas existe um arranjo entre “mundo da vida” e “sistema”, uma complementariedade. O desenvolvimento do capitalismo e suas crises causou desequilíbrios nesse arranjo. Importante retomar essas significações, e a compreensão de mundo da vida e sistema como componentes da teoria da modernidade, e necessários ao processo de aprendizado coletivo. Retomando Freitag

O mundo vivido compõe-se da experiência comum a todos os atores, da língua, das tradições e da cultura partilhada por eles. Ele representa aquela parte da vida social cotidiana na qual se reflete “o óbvio”, aquilo que sempre foi, o inquestionado. O mundo vivido apresenta contudo duas facetas: a faceta da continuidade e das “certezas” intuitivas e a faceta da mudança e do questionamento dessas mesmas certezas. O que sempre foi aceito como verdade pode ser questionado graças às características intrínsecas da **ação comunicativa**.

(...) o discurso teórico permite questionar a verdade afirmada sobre os fatos, buscando elaborar, à base de argumentos mais convincentes e coerentes, uma nova teoria.(...)

*Em suma, o mundo vivido constitui o espaço social em que a ação comunicativa permite a realização da razão comunicativa, calcada no diálogo e na força do melhor argumento em contextos livres de coação.*

O fascismo e o ascenso da extrema direita promovem contextos sob coação e impeditivos de argumentação. O Brasil vive hoje uma situação onde esses dois conceitos representados por forças antagônicas em luta se enfrentam.

O conceito de sistema não se opõe ao de “mundo vivido”, mas o complementa. Esse conceito torna possível descrever as estruturas sociais que asseguram a reprodução material e institucional da sociedade: a economia e o Estado, dois subsistemas que desolveram mecanismos autorreguladores: **o dinheiro e o poder** que asseguram a “integração sistêmica”. No interior do sistema a linguagem é secundária, predominando a ação instrumental ou estratégica. O sistema é regido pela razão instrumental.

A economia e o Estado asseguram a reprodução material e institucional da sociedade moderna, sem contudo admitir o questionamento dos princípios que regem seu funcionamento.

Freitag descreve 4 tipos de processos que influenciam o arranjo entre “mundo da vida” e “sistema”: diferenciação, autonomização, racionalização, dissociação. Os dois primeiros seriam considerados por Habermas positivos e os outros dois negativos. Desses últimos decorreriam as patologias da modernidade. Não vamos nos deter por hora na descrição desses processos, mas é importante destacar que

para Habermas o processo de dissociação implicou no desengate entre “mundo da vida” e “sistema”

A racionalização por outro lado não somente contaminou os dois subsistemas (economia e Estado) como se expandiu a certas instituições do mundo da vida visto por Habermas como a colonização do “mundo da vida” pelo “sistema”.

A terapia para este diagnóstico das patologias da modernidade seria segundo Habermas reverter os processos de desengate e colonização, propondo o reacoplamento do sistema com “mundo da vida” permitindo aos atores uma visão de conjunto, em sentido oposto a uma dissociação crescente da visão de sociedade. E Freitag explica que

(...) o reacoplamento não significa regressão a formas de indiferenciação anteriores, não significa a extinção dos limites estabelecidos e das autonomias adquiridas. A diferenciação e autonomia representariam um ganho em ambos os lados, sistema e mundo da vida, (...) O reacoplamento se impõe para manter a integridade e complexidade do todo, a ser controlado e corrigido por todos os “envolvidos”. A descolonização se impõe para permitir a livre atuação da razão comunicativa em todas as esferas e instituições do mundo da vida e na busca dos fins últimos do sistema. As regras do jogo para a sociedade como um todo precisam ser buscadas em processos argumentativos no qual todos participem, definindo os espaços de atuação e fixação de objetivos do sistema. Em outras palavras, a razão comunicativa elabora comunicativamente os espaços de atuação da razão instrumental.

Assim a fragmentação com a qual nos deparamos na internet por exemplo não seria a causa ou obstáculo instranponível mas a consequência do desacoplamento entre mundo da vida e sistema e da colonização do primeiro pelo segundo. É preciso lutar para reverter isso.

Da mesma forma a desigualdade e exclusão precisam ser os fins últimos de um sistema reacoplado com o mundo da vida e orientado por sua vez para emancipação pela razão comunicativa.

Cabe então a título de orientação para que reconstrução afinal queremos deva estar submetida a esse processo de reacoplamento em novas bases entre mundo da vida e sistema onde a razão comunicativa defina para a razão instrumental sua razão de ser, saindo dos limites impostos pelo neoliberalismo e sua versão atual cada vez mais destrutiva que é o fascismo.

No caso do Brasil, as conferências nacionais (entre outros processos de participação argumentativos) podem desempenhar um papel fundamental nesse

processo de reconstrução orientado por um rearranjo entre mundo da vida e sistema. O eixo da transição energética também tende a desempenhar papel importante no resgate de uma sustentabilidade ambiental que por sua vez se constitui em um condicionamento do desenvolvimento social.

A informação científica bem como a informação ascendente (oriunda das lutas populares) devem (re)assumir certo protagonismo. Não foi por outra razão o embate entre Helena Landau defensora contumaz do neoliberalismo e a indicação de Marcio Pochman para o comando do instituto nacional de estatística - IBGE. As estatísticas, por exemplo, podem retomar um lugar relegado a certa irrelevância pelo neoliberalismo para fazer valer a primazia dos indicadores do dinheiro, sobre os dados indicadores das condições de vida da população. Essas informações podem ser complementadas ou associadas a sistemas de informação ascendentes, ligados diretamente às experiências e lutas populares.

A gestão de Marcio Pochman à frente do IBGE procura hoje sensibilizar o governo federal para liberação de recursos para retomada da Pesquisa de Orçamento Familiar – POF que permitiria oferecer informações mais atuais sobre o padrão de alimentação dos brasileiros entre outras informações essenciais para elaboração de políticas públicas sociais aderentes às necessidades da maioria da população.

Kant considerado um iluminista alemão marca digamos assim o início dessa trajetória de elaboração de uma perspectiva de futuro que aqui condiciona o conceito de modernidade. Marx fecharia esse ciclo do iluminismo europeu com o Manifesto Comunista que na opinião de Tariq Ali seria o último grande documento do Iluminismo europeu a registrar um sistema de pensamento completamente novo: o materialismo histórico<sup>7</sup>. Essa ideia poderá ser abordada oportunamente em um outro trabalho.

Habermas retoma esse fio condutor também em o *Horizonte da Modernidade está se Deslocando* onde nos fala do envelhecimento da modernidade citando o exemplo da arquitetura.

Haverá semelhanças com uma arquitetura pós-moderna, a qual se volta novamente, de modo pouco provocativo, ao adorno histórico e aos ornamentos proscritos?

---

<sup>7</sup> Marx, Karl e Engels, Friedrich – Manifesto Comunista – Ali, Tariq (Introdução) – Editora Boitempo, São Paulo, 2017.



Tendo em vista que o projeto de modernidade até então se definiu como eurocêntrico a entrada em cena do Sul Global, por meio de novos arranjos econômicos como o BRICS, pode lançar novas bases para um projeto de modernidade mais incluyente e emancipatório.

## REFERÊNCIAS

ARMANI, Carlos Henrique. **A Modernidade e a Filosofia da História em Kant**. <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/57042>.

FREITAG, Barbara. Habermas e a teoria da modernidade. **Caderno CRH**, n.22 jan/jun, 1995. <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18781>.

HABERMAS, Jurgen. **A Modernidade, um projeto inacabado**. Lisboa: Vega, 2017;

HABERMAS, Jurgen. **O ocidente dividido**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

HABERMAS, Jurgen. **Pensamento Pós Metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro, 2002.

HABERMAS, Jurgen. A Nova Intransparência A crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 18, set. 1987, pp. 103-114;

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

# OS COLÓQUIOS HABERMAS À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO

Isa Maria Freire<sup>1</sup>

Universidade Federal da Paraíba

Email: isafreire2011@gmail.com

---

## 1 INTRODUÇÃO

Compartilhamos os resultados de aplicação do modelo do *regime de informação* à participação de pesquisadores nos Anais de 14 edições do Colóquio Habermas, evento de comunicação científica na área de Ciência da Informação. Trata-se de pesquisa exploratória, descritiva e documental, apoiada no método dos indícios (Ginzburg) e na técnica do brauseio (Araújo), realizada nos arquivos dos Anais do Colóquio publicados no período de 2009 a 2022.

Nossa abordagem se fundamenta no modelo do *regime de informação* na perspectiva de González de Gómez, apresentando seus elementos — atores sociais, ações, dispositivos e artefatos de informação — no contexto da forma de vida da comunidade científica. Descrevemos as interações entre os elementos do *regime de informação* desde a criação, por atores sociais, de um *valor de informação* à conformação das regras em *dispositivos* e o compartilhamento dos resultados mediante *artefatos* informacionais na Internet.

Como resultado, é possível dizer que a pesquisa identificou que o Colóquio representa um *valor de informação* para uma forma de vida da comunidade científica, cujos sujeitos sociais criaram *dispositivos* para sua organização (projetos, normas, programas) e *artefatos* para compartilhamento dos resultados na Internet (*site*, redes de comunicação, *softwares* de editoração), promovendo a produção de conhecimento e sua comunicação em uma dada forma de vida da comunidade científica.

A série dos Anais dos Colóquios Habermas, que se inicia em 2009 com a participação de 15 autores, chegou à sua 14ª edição, em 2022, com 51 autores participantes do XIX Colóquio, alguns presentes desde a primeira edição dos Anais

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência da Informação pelo convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Laboratório de Tecnologias Intelectuais – *LTi*. Editora científica do periódico Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia (PBCIB). Em pós-doutoramento na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

e muitos outros que foram respondendo às chamadas do evento, ao longo da série histórica.

## 2 TECENDO OS FIOS DO TEXTO

A seguir, apresentamos os fios teóricos com os quais tecemos, no tear interdisciplinar da Ciência da Informação, a rede conceitual para abordagem dos Colóquios Habermas na perspectiva do regime de informação.

### 2.1 A CONSTITUIÇÃO DE VALORES DE INFORMAÇÃO

O regime de informação na sociedade em rede resulta, historicamente, de inovações nas tecnologias de informação e comunicação, as quais, em conjunto com a relevância econômica e política da informação, provocaram profundas alterações nos diversos setores da sociedade, em nível global, embora a importância e influência dessas inovações esteja desigualmente distribuída nos diferentes estratos sociais e regiões geográficas.

Nessa nova ordem econômica mundial, que se anuncia nas explanações científicas e na economia das tecnologias digitais, é que ocorre a “nova relevância de um fenômeno antigo” (Wersig; Neveling, 1975 citados por Freire, 2001) e o *regime de informação*, com seus sistemas de informação e linguagens documentárias, inicia sua hegemonia sobre o regime industrial, na sociedade contemporânea (Unger; Freire, 2008, p. 85. *Itálico nosso*).

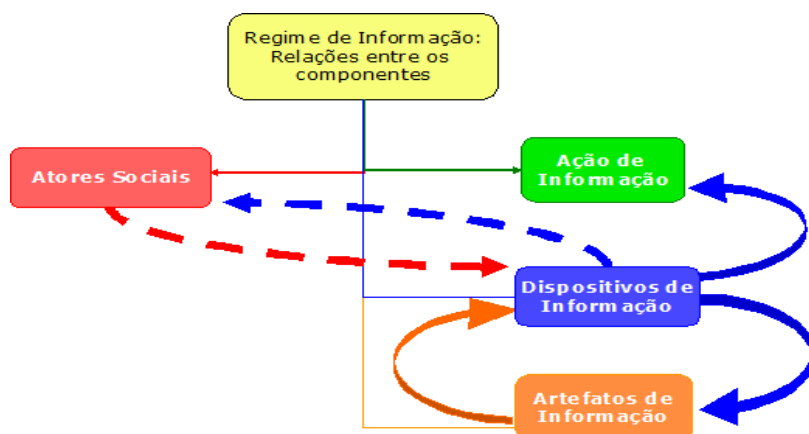
Mas, o que vem a ser o *regime de informação*?

Para González de Gómez (2002, p. 34), trata-se de

Um modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (González de Gómez, 2002, p. 34).

Utilizando um recurso gráfico, Delaia (2008) descreveu os elementos de um regime de informação e suas interações, a saber:

Figura 1 – Dinâmica entre os elementos de um regime de informação



Fonte: Delaia, 2008.

Resumimos, a seguir, suas respectivas atuações, conforme González de Gómez:

- a) Os **atores**, ou **sujeitos sociais**, “podem ser reconhecidos por suas formas de vidas e constroem suas identidades através de *ações formativas* existindo algum grau de institucionalização e estruturação das ações de informação” (2003, p. 35. *Itálico nosso*);
- b) Os **dispositivos** de informação podem ser considerados um mecanismo operacional, “um conjunto de produtos e serviços de informação e das ações de transferência de informação” (1999a, p. 63);
- c) Os **artefatos** de informação constituem os modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados, mensagem, informação (2002, 2003, *passim*).

De modo que o regime de informação consiste no conjunto de determinações onde estão definidos os elementos que compõem o fluxo estrutural da produção, organização, comunicação e transferência de informações, em um dado espaço social. Nesse sentido, González de Gómez (2003, p. 34) analisa a *informação enquanto ação de informação*, na perspectiva de que as ações constituem um conjunto de estratos heterogêneos e articulados, a saber:

- a) de **informação** (semântico-pragmático), estrato “que se define nos inúmeros setores da produção social sob a forma de ações narrativas”;

- b) de **metainformação**, estrato regulatório definido “nos espaços institucionais do Estado, do campo científico, da educação formal, da legislação e dos contratos”;
- c) de **infraestruturas**, estrato dos objetos de informação, “definido na indústria e nos mercados das tecnologias, das máquinas e dos produtos”.

Nessa abordagem, em um dado regime de informação os sujeitos sociais, “reconhecidos por suas formas de vidas [...] constroem suas identidades através de ações *formativas* existindo algum grau de institucionalização e estruturação das ações de informação” (González de Gómez, 2003, p. 35. *Itálico nosso*). Para implementar as ações, os sujeitos desenvolvem *dispositivos*, mecanismo operacional composto de regras de formação e de transformação; ou, “conjunto de produtos e serviços de informação e das ações de transferência de informação” (González de Gómez, 1999a, p. 63); ou, ainda, tudo que, “como matéria informada, mediação maquínica ou passado instituído do mundo social condiciona uma ação de informação, [podendo] atuar como variável causal na ocasião pontual de sua intervenção” (González de Gómez, 1999, p. 5).

De modo geral, *um dispositivo de informação é constituído sobre dispositivos anteriores*, que atuam como seu preenchimento estratégico, em um dado regime de informação. *A reutilização é parte do dispositivo*. As redes de comunicação remotas, nessa concepção, seriam num primeiro momento herdeiras dos conteúdos informacionais já disponíveis em meio digital, independentemente de gerar outros recursos, e de modificar conforme os novos sistemas de inscrição os repositórios já existentes (González de Gómez, 1999, p. 26. *Itálico nosso*).

Em síntese, um regime de informação se caracteriza por sua complexidade e por sua opacidade, nele ocorrendo conflitos, vontades plurais e efeitos não desejados. É nesse contexto que os sujeitos sociais, atuando em suas respectivas formas de vida, constituem uma “informação” a partir de formas culturais de linguagem que traduzem suas experiências do mundo, iniciando seus desdobramentos em atos de enunciação, interpretação, transmissão e inscrição. De modo que a constituição de valores de informação em uma dada forma de vida, como na comunidade científica, por exemplo, é orientada por regras construídas por sujeitos coletivos cujas práticas e discursos concretos estão ancorados no tempo e no espaço. Esses sujeitos coletivos são considerados sujeitos sociais quando existe

[...] algum grau de institucionalização e estruturação das ações coletivas dos quadros conceituais e das estratégias prático-discursivas, as quais agenciam diferenciais para configurar ações formativas que singularizem e sustentem expectativas de reconhecimento social desses sujeitos (González de Gómez, 1999, p. 24).

A autora faz uma distinção entre sujeitos sociais e sujeitos gnosiológicos: enquanto os primeiros “são reconhecidos por suas formas de vida, construindo suas identidades através de ações formativas”, os sujeitos gnosiológicos são aqueles cujas ações formativas são, de modo dominante, ações de informação.

A relação entre ator social, ação formativa e valor de informação é a junção que define as ações de informação. Nesse contexto são construídos e aceitos certos valores de informação, em situações que demandam processos sociais de arbitragem, tais como os de produção de conhecimentos científicos. De modo que *a toda ação formativa corresponde uma ação informacional*. Denomina-se *ator gnosiológico ao ator social* (cientista, pesquisador, tecnólogo) *cujas ações formativas são as ações de informação* (González de Gómez, 1999, p. 24. Itálico nosso).

No entrelaçamento dos domínios, estratos e modalidades das ações de informação no regime de informação, González de Gómez relaciona ‘ação social’ e ‘forma de vida’, esclarecendo que uma ‘forma de vida’ pode estar

[...] constituída pelas interações duradouras de um grupo que partilha de atividades, situações e experiências comuns. Uma ação formativa, por exemplo, na academia, é apresentar uma comunicação num congresso. O que ‘fixa’ um significado, um discurso, ou pode pré-configurar um ‘artefato de informação’ em alguma de suas dimensões, não seria logo e em primeiro lugar a base material da inscrição, e sim as *condições institucionais e as relações socioculturais entre os sujeitos* – incluídas as relações de poder que articulam os artefatos e as infraestruturas de informação em regimes de informação (González de Gómez, 2003, p. 36. Itálico nosso).

Nesse contexto, a autora sustenta que ações de informação tanto podem orientar-se à reprodução quanto à mudança dos regimes de informação, direcionando o fluxo e a distribuição de informação entre sujeitos, áreas do conhecimento, atividades e regiões. E insere em seu quadro teórico o conceito de *forma de vida*, de Collins e Kush (1999), compreendido como os espaços sociais onde sujeitos coletivos realizam práticas significativas e mais ou menos duradouras. As *ações formativas* seriam aquelas que, ao fazerem sentido para um grupo social, lhes dá, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença a partir das quais o grupo colocará suas demandas de reconhecimento na sociedade.

Nesse espaço de atuação, os sujeitos que compartilham uma forma de vida – no caso do Colóquio Habermas, a forma de vida científica – entrelaçam domínios, estratos e modalidades das ações de informação desde seus aspectos semântico-pragmático, relacional e formativo, da aplicação de modelos e coordenação de atividades à disponibilização de artefatos e serviços virtuais. González de Gómez (2003, p. 36-37, *passim*. Itálico nosso) reconhece três modalidades de manifestação de uma ação de informação, conforme o contexto de sua constituição no regime de informação:

- a) **Formativa**, quando a ação é orientada à informação, *não como um meio, mas como sua finalização*, produzida por sujeitos que transformam “os modos culturais de agir e de fazer, nas artes, na política, na ciência, na indústria e no trabalho, iniciando um novo domínio informacional” na ‘forma de vida’ de um grupo ou comunidade;
- b) **Relacional**, quando a ação de informação busca intervir em outra ação para dela obter direção e fins, ampliando seu espaço de realização, “o qual alarga nas formas de descrição, da facilitação, do controle ou do monitoramento, sendo realizada por ‘sujeitos articuladores’ [...]”;
- c) De **mediação**, quando a ação de informação fica atrelada aos fins e orientação de uma outra ação, cujos “sujeitos podem ser vistos como ‘funcionais’ [e]cujas práticas serão definidas pelo contexto acional em que atuam, dentro das múltiplas atividades sociais”.

No contexto do entrelaçamento dos estratos e modalidades das ações de informação no regime de informação, González de Gómez (2003, p. 36) relaciona ‘ação social’ e ‘forma de vida’, esclarecendo que uma ‘forma de vida’ pode estar “constituída pelas interações duradouras de um grupo que partilha de atividades, situações e experiências comuns”. Nesse sentido, a autora entende as ações formativas como “aquelas constitutivas de uma ‘forma de vida’, [que] singularizam e diferenciam em relação a outros modos de ação e formas de vida”.

Uma ação formativa, por exemplo, na academia, é apresentar uma comunicação em um [evento científico]. Nesse contexto, um ‘artefato de informação’, em qualquer de suas dimensões, não seria a base material da sua inscrição, mas, sim as *condições institucionais e as relações socioculturais entre os sujeitos* — incluídas as relações de poder que articulam os artefatos e as infraestruturas de informação em regimes de informação (González de Gómez, 2003, p. 36. Itálico nosso).

A partir de Collins e Kush (1999, p.19), González de Gómez também admite outra leitura das ações de informação, conforme se trate de ações *mimeomórficas* ou



*polimórficas*, esclarecendo que

Ações *mimeomórficas* seriam aquelas que poderiam ser reproduzidas tanto por um observador externo [...] que não compreende sua intencionalidade nem seu contexto de geração [...] quanto por quem compreende a ação (Collins; Kush, 1998, p. 21). São tipos de ações pré-modeladas que podem apreender-se através de exemplos, por treinamento (González de Gómez, 200a, p. 34. Itálico nosso).

Por sua vez,

Ações *polimórficas* são aquelas que só podem ser compreendidas por quem participa de uma cultura ou forma de vida. Nesse caso, a mesma ação, na mesma situação, pode ser executada conforme um número indefinido de comportamentos e, ao mesmo tempo, uma mesma instância de comportamento pode dar lugar a muitas e diferentes ações. Dado que são ações determinadas por regras, o modo 'correto' de praticá-las só é possível para quem participa da forma de vida que é o contexto da ação. (González de Gómez, 2003, p. 34. Itálico nosso)

Nesse contexto, as ações formativas, relacionais e de mediação integram um mesmo campo de orientações estratégicas para o estabelecimento do valor de informação criado pelo grupo, atendendo ao conjunto de dispositivos determinados pela forma de vida da comunidade.

## 2.1 O CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Arthur Jack Meadows inicia o seu celebrado texto sobre a comunicação na pesquisa (1999, p. vi) com esta afirmação: “A comunicação situa-se no próprio coração da ciência”. Para o autor, a pesquisa científica “exige, necessariamente, que seja comunicada”, de modo que “Qualquer que seja o ângulo pelo qual a examinemos, a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica” (Meadows, 1999, p. vii). O argumento fundamental do autor transparece em todo o texto: a legitimidade da pesquisa científica advém da análise e aceitação dos seus resultados pelos pares, ou seja, por outros cientistas.

Em Meadows (1999, p. 3), encontramos a ideia do surgimento da comunicação científica na Grécia Antiga, nos debates entre filósofos, muitos deles registrados e dos quais se conservaram alguns manuscritos. Desde então, essa comunicação tem se intensificado, facilitada pelos novos meios de comunicação que acompanharam o desenrolar do século XX e iluminaram a rede Internet com seus

pontos em conexão. Nesse contexto, o autor ressalta que é “no ambiente universitário que todos os ramos do conhecimento avançam juntos [...], fator importante na própria evolução da ciência e dos seus métodos”, destacando as formas que a comunicação científica desenvolveu lentamente ao longo de mais de três séculos (Meadows, 1999, p. viii).

Mas foi John Bernal, físico e historiador da ciência, quem primeiro usou, na década de 1940, o termo “comunicação científica”, definida como “um amplo processo de geração e transferência de informação científica” (Rosa; Gomes, 2010, p. 17). As autoras identificam outros estudiosos pioneiros da comunicação científica, “na sequência de um crescimento sem precedentes e de forma desordenada da literatura”, como Menzel (1958), Merton (1969), Price (1976), Garvey (1979), Ziman (1979), Griffith (1989) e Meadows (1999), que são “considerados os autores clássicos no que diz respeito à temática” (Rosa; Gomes. 2010, p. 17). Para Targino (2000, p. 18. **Negrito nosso**), esses autores

[...] substituem o caráter empírico dos estudos iniciais por uma abordagem teórica mais consistente priorizando cinco hipóteses, enunciadas por Menzel (1966): (1) a comunicação na ciência constitui um sistema; (2) vários canais podem atuar sinergeticamente na transmissão de uma mensagem; (3) a **comunicação informal** tem papel vital no sistema de informação científica; (4) **os cientistas constituem público específico**; (5) os sistemas de informação científica assumem múltiplas funções.

Conforme Rosa e Gomes (2010, p. 18) informam, já em 1958, Menzel havia realçado o papel da comunicação científica para o desenvolvimento da ciência, definindo-a como “a totalidade das publicações, recursos, oportunidades, sistemas institucionais e costumes que afetam a transmissão direta ou indireta de mensagens científicas entre os cientistas”. Nesse contexto, Menzel (1958, p. 6 *apud* Rosa e Gomes. 2010, p. 19. Tradução das autoras) propõe sete funções para a efetiva realização da comunicação no âmbito das atividades científicas:

- 1) fornecer respostas a perguntas específicas;
- 2) contribuir para a atualização profissional do cientista no campo específico de sua atuação;
- 3) estimular a descoberta e a compreensão de novos campos de interesse;
- 4) divulgar as tendências de áreas emergentes, fornecendo aos cientistas ideia da relevância de seu trabalho;

- 5) testar a confiabilidade de novos conhecimentos, diante da possibilidade de testemunhas e verificações;
- 6) redirecionar ou ampliar o rol de interesse dos cientistas;
- 7) fornecer *feedback* para aperfeiçoamento da produção do cientista.

De modo que, formal ou informal, escrita ou verbal, disseminada em periódicos ou compartilhada em eventos científicos, a comunicação voltada para o compartilhamento das atividades de pesquisa faz parte e subsidia o processo de pesquisa na comunidade científica.

Nesse contexto, é necessário lembrar a “literatura cinzenta”, termo que designa o conhecimento científico que circula nos corredores e rodas de conversas nos eventos científicos. No Brasil, em artigo pioneiro, Población (1992, p.243-45) denomina “literatura cinzenta” aos documentos que “circulam nos eventos e permitem a agilização dos contatos entre investigadores, fortalecem os elos de comunicação entre os membros dos colégios invisíveis”. A autora inclui nesse grupo, “as comunicações apresentadas em eventos, os anais”, que também podem “ser apresentados dentro dos padrões exigidos pela publicação seriada e/ou periódica” (Población, 1992, p. 244). Por fim, antevê que esse tipo de literatura “deve se impor como força propulsora da velocidade que caracteriza a comunicação eletrônica, a qual dominará o século XXI”. Quase 20 anos depois, Arboit e Bufrem (2011, p. 217), ratificam essa afirmação, mediante pesquisa documental extensa, e mostram que

[...] embora este tipo de canal de comunicação científica não seja o mais valorizado na área pelas agências de fomento, ele constitui uma fase intermediária no processo de legitimação do conhecimento científico. Ou seja, os eventos refletem a tendência das pesquisas baseada nos anseios e discussões da comunidade científica [...].

As autoras alertam para a necessidade de preservação dos anais contendo a “literatura cinzenta” produzida nos eventos científicos, especialmente com vistas a estudos sobre a produção científica dos eventos nacionais da área. Na sociedade em rede, essa recomendação torna-se factível pelas tecnologias digitais de gestão e disponibilização da informação científica *on line*, desde a submissão dos trabalhos à produção dos anais do evento. Assim, a literatura cinzenta se revela no cenário multicolorido do ciberespaço como fonte de informação iluminada nos múltiplos olhares de pesquisa compartilhados nos eventos científicos. Nos anais desses

eventos registram-se trilhas de pesquisa, mapas de territórios da literatura ainda inexplorados, relatos de investigações surpreendentes.

Nesse contexto, as tecnologias digitais de informação e comunicação são fundamentais, na medida em que facilitam o acesso dos usuários às informações e permitem que os pesquisadores possam disponibilizar, de forma direta, sem intermediários, os resultados de suas pesquisas. Conforme Freire e Freire (2021), a criação desses novos espaços de comunicação de caráter científico, convivendo com os já tradicionais canais formais, como os periódicos, é resultado da dinâmica da comunicação social atual, em que o regime de informação dominante exige novas formas de expressão e compartilhamento de informações, que crescem exponencialmente e demandam novos canais para sua disseminação. Nesse sentido, a digitalização das informações que circulam no processo de comunicação científica, mediante formatos de publicação eletrônica, troca de e-mails ou redes de pesquisa *on line*, tornou-se parte integrante da comunicação e subsidia esse processo na sociedade conectada pela Internet.

Também em uma comunidade científica, a estrutura de comunicação em rede mediada na Internet adquire inestimável valor no que concerne ao atendimento a necessidades informacionais dos atores sociais. Nesse contexto, formais ou informais, visíveis ou invisíveis, os canais de comunicação científica representam o *locus* onde pulsa o coração da ciência, movimentando o sistema onde circula a matéria-prima do conhecimento científico: a informação.

### **3 COLÓQUIO HABERMAS: ação formativa para comunicação científica**

A pesquisa utilizou o método indiciário de Ginzburg (1989) e a técnica do brauseio, que Araújo (1994) traduz como uma atividade de busca tendo como causa uma necessidade ou interesse de informação percebido.

O método indiciário apresentado por Ginzburg (1989) consiste num conjunto de princípios que atentam para detalhes, dados marginais, resíduos, pistas indícios, sinais, vestígios. O autor esclarece que

[um] grupo de disciplinas que chamamos de indiciárias não entra absolutamente nos critérios de cientificidade deduzíveis do paradigma galileano. Trata-se, de fato, de disciplinas eminentemente qualitativas, que têm por objeto casos, situações e documentos [...] (GINZBURG, 1989, p. 156).

O paradigma indiciário é considerado um método interpretativo, no qual, analogicamente, o pesquisador é um caçador atento aos vestígios de sua caça (o objeto da pesquisa), de modo a criar uma narrativa das causas e efeitos da passagem da caça no campo da pesquisa. Se os rastros identificados não são suficientes para se criar a história, Ginzburg (1989, p. 169) propõe atentar especialmente nos efeitos para reconstruir a narrativa: "Quando as causas não são reprodutíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos". Para o autor, toda pesquisa também pode ser comparada à produção de um tapete, com fios ponto a ponto, delineando e tecendo uma trama que permite a interpretação do objeto de estudo em seu contexto. Em uma linguagem metafórica, é o percurso em que se poderia tomar em um tear, seguindo fio a fio, de modo a fazer a investigação.

Na pesquisa exploratória nos Anais do Colóquio utilizamos a técnica do brauseio, que se dá por um processo de exploração visual por meio do 'acesso direto', o qual, conforme Araujo (1994, p. 189), pode ser descrito como "a arte de não saber o que se quer até que se o encontre". Essa forma de pesquisa bibliográfica e/ou documental, é descrita por Freire (2014) como uma atividade de busca derivada de uma necessidade ou interesse informacional percebido, o que no âmbito dessa pesquisa consiste em buscar pistas sobre o regime de informação do Colóquio Habermas.

### 3.1 O TERRITÓRIO DA PESQUISA

Nosso campo de pesquisa foi constituído pela série histórica dos Anais dos Colóquios disponibilizados no *site* do evento, <coloquiohabermas.wordpress.com/>, a qual se inicia em 2009 com a publicação das comunicações apresentadas no V Colóquio (2008) e segue até a publicação das comunicações do XIX Colóquio (2022), como mostra o quadro 1.

Quadro 1 – Série dos Anais dos Colóquios disponíveis no *site* [N = 14]

<b>Ano publ.</b>	<b>Tema do Colóquio</b> [ano do evento]	<b>Local/Período</b>	<b>Qtde. autores</b>
<b>2009</b>	O pensamento vivo de Habermas: uma visão interdisciplinar [2008]	Florianópolis, 8 a 11 de setembro 2008	<b>15</b>
2011	Habermas e Interloquções [2011]	Londrina, 9 a 21 de outubro 2011	46
2012	Discursos habermasianos [Diálogos habermasianos] [2010]	Brasília, [s.d.] maio 2010	27
	Mudança estrutural na esfera pública 50 anos depois [2012]	Rio de Janeiro, 22 a 24 de maio 2012	40
2014	Anais do IX Colóquio Habermas [Sem tema] [2013]	Rio de Janeiro, 4 a 6 de junho 2013	39
2015	Representação, democracia e controle social [2014]	Rio de Janeiro, 9 a 11 de setembro 2014	48
2016	Os limites para a liberdade comunicativa? [2015]	Rio de Janeiro, 22 a 24 de setembro 2015	46
	Conflitos contemporâneos: Direitos Humanos e Solidariedade [2016]	Rio de Janeiro, 13 a 15 de setembro 2016	42
2017	Anais do XIII Colóquio Habermas [Sem tema] [2017]	Rio de Janeiro, 19 a 21 de setembro 2017	29
2018	Direito e Democracia: entre fatos e normas [2018]	Rio de Janeiro, 18 a 20 de setembro 2018	39
2019	Reconhecimento do outro e Estado de direito [2019]	Rio de Janeiro, 17 a 19 de setembro 2019	29
2020	Esfera pública em tempos de internet [2021]	Rio de Janeiro, 17 a 19 de novembro 2020	38
2021	Patologias da razão e direitos sociais na Pandemia [2021]	Rio de Janeiro, 14 a 16 de setembro 2021	32
2022	Solidariedade, políticas públicas e democracia [2022]	Rio de Janeiro, 13 a 15 de setembro 2022	<b>51</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Observamos, no quadro 1, que as primeiras publicações da série dos Anais não seguem a anualidade dos eventos:

- a. As comunicações do V Colóquio, de 2008, primeiro evento da série, foram publicadas no ano seguinte (2009);
- b. Mas as comunicações do VI Colóquio, de 2010, só foram publicadas em 2012;
- c. As comunicações do IX Colóquio, de 2013, foram publicadas em 2014;
- d. As do X Colóquio, de 2014, foram publicadas em 2015;
- e. E as comunicações do XI Colóquio, de 2015, foram publicadas em 2016.

A partir do XII Colóquio Habermas, em 2017, a publicação dos Anais passa a registrar a edição dos Colóquios e a publicação dos Anais no mesmo ano. E a partir de 2014 o Colóquio Habermas passa a receber o Colóquio de Filosofia da Informação, com os anais publicando suas comunicações em conjunto. Nesta

pesquisa, contudo, não fazemos distinção entre as comunicações dos respectivos Colóquios Habermas e Filosofia da Informação, considerando a publicação dos Anais na perspectiva de uma ação formativa pertinente à tradição da forma de vida da comunidade científica.

A seguir, no quadro 2, em ordem alfabética, os nomes dos autores com mais de cinco participações nos Anais do Colóquio Habermas, ao longo da série.

Quadro 2 – Autores com + de 5 publicações nos Anais [N = 14]

Autores	Qtde. eventos	Ocorrências nas publicações
André Berten	6	2012; 2014; 2016; 2017; 2018; 2020.
André Guimarães Borges Brandão	8	<b>2015 a 2022.</b>
André Luiz Souza Coelho	6	2010; 2012; 2013; 2019; 2020; 2021.
Cândido Francisco Duarte dos Santos e Silva	7	2012; 2013; 2015; 2016; 2017; 2019; 2022.
<b>Charles Feldhaus</b>	<b>11</b>	<b>2009</b> ; 2010; 2012; 2014; <b>2015 a 2021.</b>
<b>Clóvis Ricardo Montenegro de Lima</b>	<b>14</b>	<b>2009 a 2022.</b>
<b>Delamar José Volpato Dutra</b>	6	<b>2009</b> ; 2014; 2015; 2016; 2021; 2022.
Eugênia Vitória Câmera Loureir	6	2010; <b>2018 a 2022.</b>
Flavio Beno Siebeneichler	6	2010; 2011; 2012; 2014; 2016; 2017.
<b>Jovino Pizzi</b>	<b>14</b>	<b>2009 a 2022</b>
Marcia Heloisa Tavares de Figueiredo Lima	6	<b>2014 a 2017</b> ; 2020; 2022.
Maribel da Rosa Andrade	6	2013; 2014; 2017; 2018; 2019; 2021.
Sérgio Gustavo de Mattos Pauseiro	6	2010; <b>2012 a 2016</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2023. Em negrito e destaque: participantes da 1ª. edição.

Destacamos, em negrito, os sujeitos sociais que participaram do V Colóquio e cujas comunicações foram publicadas na primeira edição dos Anais. Como fizemos um corte no número de participações nos anais, um dos autores da edição inicial ficou excluído do quadro: Luiz Bernardo Leite Araújo, que participou da publicação em 2009 e, depois, entre 2012 e 2016.

Mais de 80 autores marcaram presença nos Anais do Colóquios Habermas, no período de 2009 a 2022, e nesse grupo alguns sujeitos sociais têm participado em quase 50% das edições. Esse grupo de autores também pode ser representado através de uma nuvem de *tags*, como na figura 2.



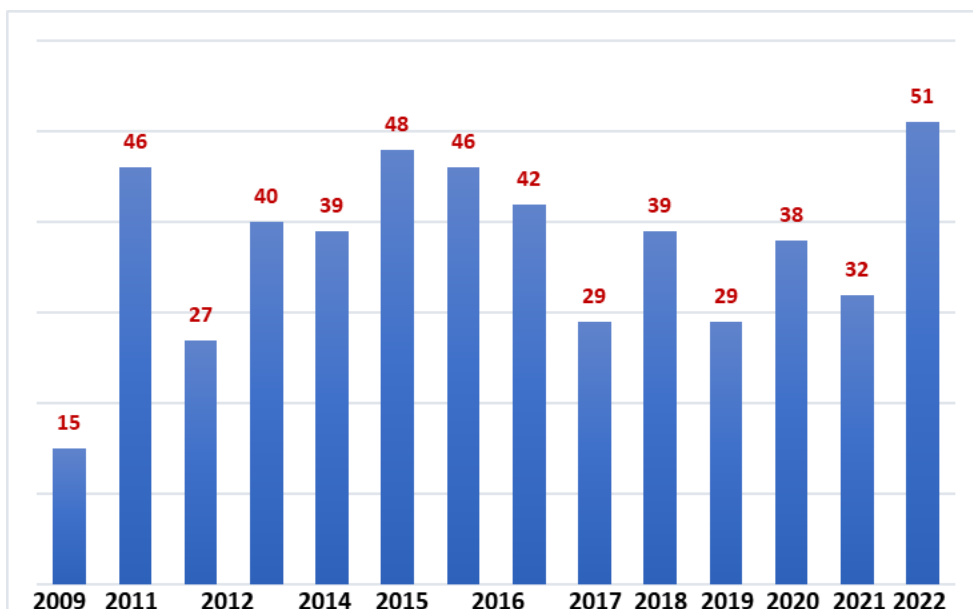
Figura 2 – Nomes dos autores com + de cinco participações nos Colóquios



Fonte: Dados da pesquisa, 2023. Elaborado por Niedja Nascimento Barros.

No gráfico 1, acompanhamos, ao longo do tempo histórico, os eventos de publicação e o número de autores na série histórica dos Anais.

Gráfico 1 – Anos de publicação dos Anais e número de autores por edição



Fonte: Dados da pesquisa, 2023. Elaborado por Niedja Nascimento Barros.

No período abordado pela pesquisa, um pequeno grupo esteve atuante na gestão da publicação dos Anais dos Colóquios Habermas, desde sua primeira edição, como segue:

- As comunicações do V Colóquio, em 2008 que inauguram a publicação dos Anais, em 2009, foram organizadas por Alessandro Pinzani, *Clóvis Montenegro de Lima* e *Delamar José Volpato Dutra*.
- As comunicações do VI Colóquio, em 2010, foram publicadas em 2012 e organizadas por *Clóvis Montenegro de Lima* e Maria Nélide Gonzalez de Gómez.
- As comunicações do VII Colóquio, de 2011, foram organizados por *Charles Feldhaus*, Eder Soares Santos e José Fernandes Weber e publicadas no mesmo ano;
- As comunicações do VIII Colóquio, de 2012, foram organizadas por *Clóvis Montenegro de Lima*, que a partir deste ano passou a organizar a publicação das comunicações dos eventos.

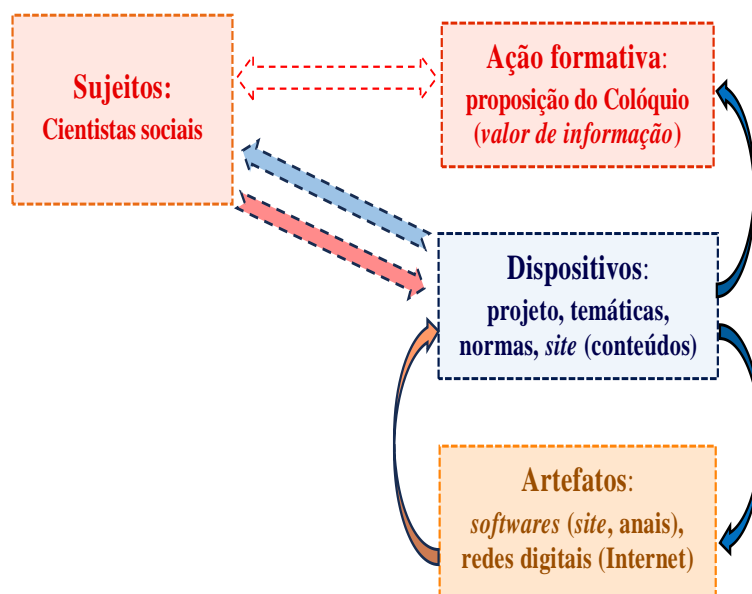
A seguir, compartilhamos resultados e reflexões *a partir* e *sobre* a pesquisa.

#### 4 REFLEXÕES

Conforme demonstrado, por suas sucessivas edições e a constância do seu público, o Colóquio pode ser caracterizado como um evento de comunicação científica, criado e produzido sucessivamente por um grupo de sujeitos sociais que compartilham uma forma de vida específica no âmbito da comunidade científica. E pode ser caracterizado como um evento híbrido: enquanto *evento*, se define como canal informal de comunicação e troca de informações; enquanto, *publicação*, se define como canal formal de comunicação, misto de dispositivo e artefatos – textos, produção editorial e compartilhamento em rede.

Com base em Dalaia (2008), aplicamos ao Colóquio Habermas o modelo de interação dos elementos do regime de informação, a saber:

Figura 3 - Interação entre elementos do regime de informação no Colóquio Habermas

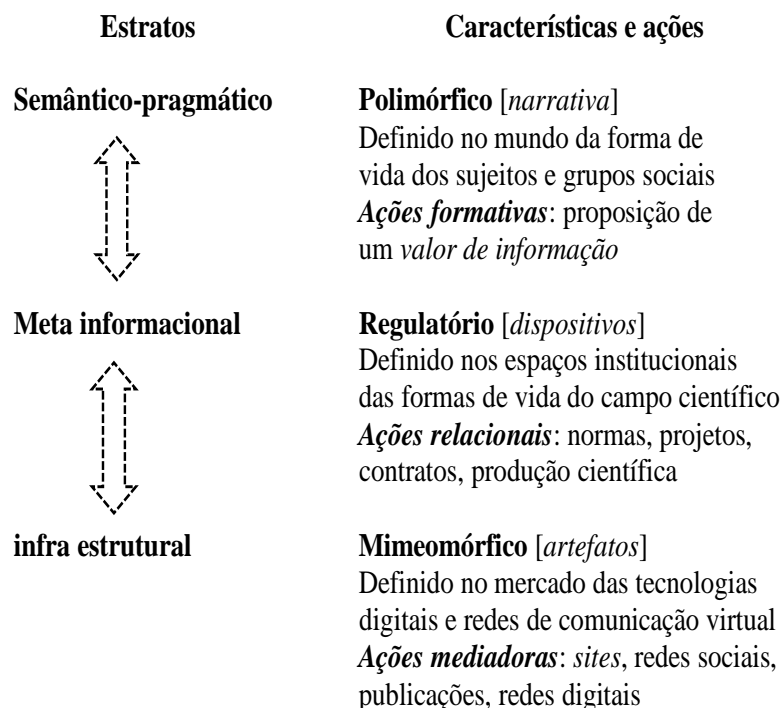


Fonte: Dados da pesquisa, 2023. Elaboração própria.

No total, ao longo de 14 edições, os Anais do Colóquio Habermas registram mais de 80 autores, muitos dos quais com três ou mais participações no evento, o que define, a nosso ver, a ação como *formativa*, ou pertinente a uma forma de vida, qual seja a forma de vida dos cientistas sociais interessados no estudo da teoria de Habermas e em suas aplicações para um entendimento do mundo em que vivemos. Os sujeitos construíram uma narrativa e produziram um valor de informação, um Colóquio, criando o aparato de dispositivos e artefatos necessários ao seu desenvolvimento na comunidade científica: textos, normas, definições operacionais, redes digitais de comunicação.

Em nível da interação entre estratos e ações no regime de informação do Colóquio Habermas, reunimos, na figura a seguir, suas interações e características.

Figura 4 – Interação entre estratos e ações no regime de informação

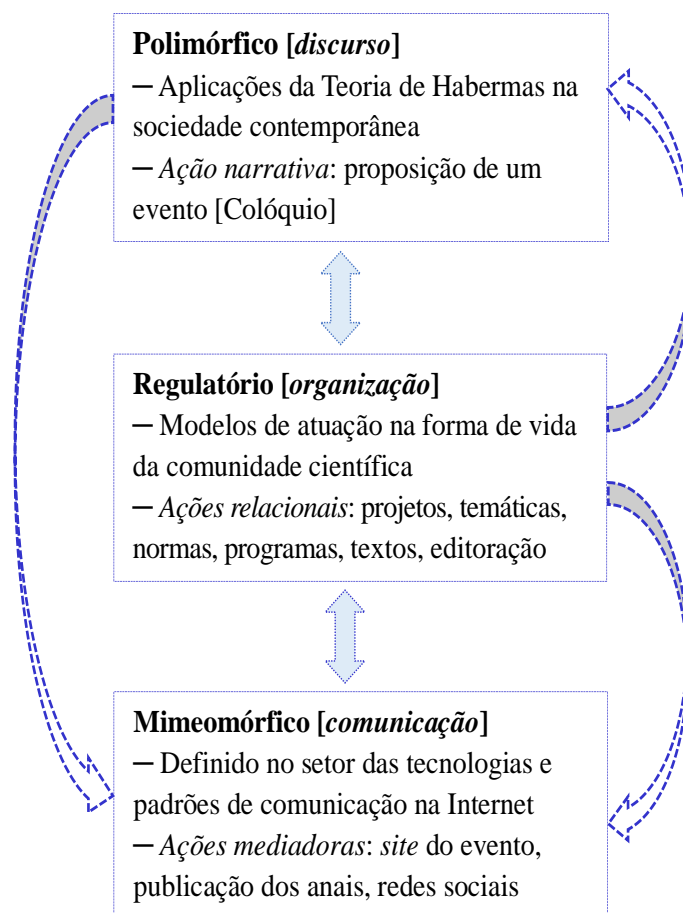


Fonte: Dados da pesquisa, 2023. Baseado em Freire, 2020.

Nesse contexto, entendemos que o Colóquio foi criado como *valor de informação* por um grupo de sujeitos sociais e desenvolvido mediante uma ação polimórfica no contexto de uma forma de vida, no âmbito da comunidade científica. Para o evento ser aceito nessa forma de vida, os sujeitos gnosiológicos da ação formativa criaram uma *narrativa*, ou *discurso*, por exemplo a relevância da teoria habermasiana, seguindo-se o desenvolvimento de dispositivos e artefatos necessários ao registro da proposta e sua continuidade: um projeto, discutido em grupo, regras de participação, as temáticas e suas descrições, um *site* para compartilhar informações e publicações, um grupo de comunicação na rede *WhatsApp*.

A figura 5, a seguir, descreve esse movimento de criação e manutenção de um valor de informação em uma forma de vida, na comunidade científica.

Figura 5 – Estratos e ações de informação no Colóquio Habermas



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Nesse contexto, entendemos que o regime de informação do Colóquio Habermas representa uma intervenção no regime de informação da forma de vida da comunidade científica, onde as proposições são discutidas, testadas e aceitas conforme seu valor para o desenvolvimento da pesquisa científica.

Com o tempo, ao longo de 14 edições, o grupo de participantes da comunidade científica, criador do Colóquio Habermas, foi recebendo, a atenção e a participação não somente de cientistas sociais como, também, de pesquisadores da área de Filosofia. Um novo *valor de informação* foi agregado à proposta inicial, com a criação do Colóquio de Filosofia da Informação.

Trata-se, assim, de uma intervenção bem-sucedida no regime de informação da comunidade científica, uma ação formativa a par com ações relacionais e tecnológicas, com reflexos em uma forma de vida, seja na oportunidade de conhecer e trabalhar a teoria habermasiana, ou na publicação das comunicações nos anais,

ou na interação com outros pesquisadores interessados nessa área, durante os eventos e depois, nas redes de comunicação virtual.

## 6 A EXPERIÊNCIA DA PESQUISA

Iniciamos nossa jornada de pesquisa exploratória a partir de uma sugestão do prof. Clóvis Montenegro de Lima: “por que não aborda o regime de informação?”. Mas, como fazer? Foi quando surgiu a ideia de abordar, por que não?, o regime de informação do próprio Colóquio.

Pela limitação de tempo, entre a ideia da pesquisa e a realização do XX Colóquio, privilegiamos os elementos do regime de informação mais relevantes, os sujeitos e sua participação no evento.

Ao longo da série de eventos com seus anais, o Colóquio estabeleceu um regime de informação no âmbito da forma de vida da comunidade científica, ampliando o espaço da comunicação tanto de abordagens teóricas quanto de experiências de pesquisa aplicada nas Ciências Sociais, notadamente a Ciência da Informação. Esse regime de informação interage com inúmeros outros regimes de informação, no contexto da forma de vida da comunidade científica no regime de informação da sociedade em rede. Como as bonecas russas, umas dentro de outras.<sup>2</sup>

Mas há um tesouro oculto nesses anais que não foi possível descobrir neste momento, quando lutamos contra o tempo. São questões à espera de respostas, como, por exemplo,

- ✓ como surgiu a ideia de criar o Colóquio?
- ✓ quais são as abordagens predominam nas comunicações?
- ✓ qual é a formação dos participantes e sua vinculação institucional?
- ✓ quantos participantes são pesquisadores em formação?
- ✓ quais participantes são voluntários na gestão do evento?

Esta é uma história do sucesso do trabalho coletivo no campo científico, “um campo de luta”, no entendimento de Bourdieu (1983), e essa história merece ser contada em detalhes. Quem se habilita?

---

<sup>2</sup> As *matrioscas* são um tradicional brinquedo russo. Trata-se de uma série de bonecas, em geral de madeira, colocadas umas dentro das outras, da maior até a menor. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Matriosca>.

## AGRADECIMENTO

A Niedja Nascimento Barros, Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba e Editora Adjunta da revista Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia (PBCIB), pela elaboração dos gráficos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. M. R. H. de. **Sistemas de recuperação da informação**: nova abordagem teórico conceitual. 1994. Tese (Dout. em Com.) – Faculdade de Comunicação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFRJ. Rio de Janeiro, 1994.

ARBOIT, A. E.; BUFREM, L. S. Produção de trabalhos científicos em eventos nacionais da área de ciência da informação **Transinformação**, Campinas, v.23, n.3, p.207-217, set./dez., 2011

BOURDIEU, P. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu** – Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.

COLÓQUIO HABERMAS. **Espaço de discussão do pensamento de Jürgen Habermas**. Disponível em: <https://coloquiohabermas.wordpress.com/>.

FREIRE, I. M. A perspectiva do valor de informação: aplicação teórica no laboratório de tecnologias intelectuais. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 5, n. 2, p. 182-203, 2020. DOI: 10.47681/rca.v5i2.39368.

FREIRE, I. M. Mediação da informação: um olhar sobre o portal **LT*i*** a partir literatura indexada na Brapci. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 23-45, mai./ago. 2014.

FREIRE, I. M.; FREIRE, G. H. de A. No coração da ciência. In: FREIRE, G. H. de A.; FREIRE, I. M. (org.). **Comunicação científica em rede**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022.

GARVEY, W. D. **Communication**: the essence of science. Oxford: Pergamon, 1979.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. Letras, 1989.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, v.15, n.1, p.31-43, 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v.15, n.2, p. 7-31, 1999.



GRIFFITH, B. C. Understanding science; studies of communication and information. **Communication Research**, Newbury Park, v. 16, n. 5, p. 600-614, Oct. 1989.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MENZEL, H. **The flow of information among scientists** - problems, opportunities, and research questions. New York: Columbia University, Bureau of Applied Social Research, 1958.

MERTON, R. K. Behavior patterns of scientists. **American Scholar**, v. 38, p. 197-225, 1969.

POBLACION, D. Literatura cinzenta ou não convencional: um desafio a ser enfrentado. **Ciência da Informação**, v.21, n.3, p.243-246, set./ dez. 1992.

PRICE, D. J. de S. **O desenvolvimento da ciência**: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

ROSA, F. G. M. G.; GOMES, M. J. **Comunicação científica**: das restrições ao acesso livre. Salvador: EDUFBA, 2010.

TARGINO, M. D. G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 10 n.2 2000, n. 2, 2000.

ZIMAN, J. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

# CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DA FORMAÇÃO DOS PESQUISADORES DA GESTÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO BRASIL

**Edcleyton Bruno Fernandes da Silva<sup>1</sup>**  
Instituto Federal de Alagoas  
edcleyton.silva@ifal.edu.br

**Suzana de Lucena Lira<sup>2</sup>**  
Universidade Federal da Paraíba  
suzanallira@hotmail.com

**Rosilene Agapito da Silva Llarena<sup>3</sup>**  
Universidade Federal de Rondônia  
rosileneagaito@gmail.com

**Marco Antônio Almeida Llarena<sup>4</sup>**  
Instituto Federal da Paraíba  
llarenaifpb@gmail.com

**Danielle Harlene da Silva Moreno<sup>5</sup>**  
Universidade Estadual da Paraíba  
danielleharlene@gmail.com

---

## Resumo

Este trabalho objetivou analisar a formação dos pesquisadores da Gestão do Conhecimento, essencialmente os da Ciência da Informação no Brasil, a partir do estabelecimento de relações de concentração e dispersão das formações dos pesquisadores. Para tanto, foram considerados artigos indexados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação nos últimos cinco anos e verificação dos currículos *lattes* dos pesquisadores. A metodologia adotada foi de caráter quali-quantitativo, por meio de pesquisa tipo bibliográfica, exploratória e descritiva. Concluiu que a Gestão do Conhecimento é uma área que engloba diversas áreas do conhecimento e formações multifacetadas entre os pesquisadores, e que no Brasil, no âmbito da Ciência da Informação, verifica-se maior número de produções científicas voltadas para a temática, na área de Ciências Sociais Aplicadas. Acredita-se que a investigação pode contribuir para a identificação de tendências e relacionamentos entre outros domínios do saber, a

---

<sup>1</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão das Organizações Aprendentes (PPGOA-UFPB), Doutor em Gestão e Organização do Conhecimento (PPGGOC-UFMG), Bibliotecário do Instituto Federal de Alagoas (IFAL-Campus Santana do Ipanema).

<sup>2</sup> Doutora em Ciência da Informação.

<sup>3</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UFAL), Docente da Universidade Federal de Rondônia, Pós-Doutora em Ciência da Informação (PPGCI-UFPB).

<sup>4</sup> Doutor em Ciência da Informação (PPGCI-UFPB), Docente do Instituto Federal da Paraíba.

<sup>5</sup> Doutoranda em Ciência da Informação (PPGCI-UFPB), Mestre em Ciência da Informação, Bibliotecária da Universidade Estadual da Paraíba.

partir do estabelecimento de relações de concentração e dispersão das formações dos pesquisadores de Gestão do Conhecimento.

**Palavras-chave:** Ciência da informação. Gestão do conhecimento. Produção científica. Compartilhamento de informação.

## **THE CONCENTRATION AND DISPERSION OF THE TRAINING OF KNOWLEDGE MANAGEMENT RESEARCHERS: AN ANALYSIS OF THE SCIENTIFIC PRODUCTION OF BRAZILIAN INFORMATION SCIENCE**

### **Abstract**

This study aimed to analyze the training of researchers in Knowledge Management, essentially those in Information Science in Brazil, based on the establishment of relations of concentration and dispersion of researchers' training. For this purpose, articles indexed in the Reference Database of Journal Articles in Information Science in the last five years were considered and the researchers' Latte curricula were checked. The methodology adopted was qualitative and quantitative, through bibliographic, exploratory and descriptive research. It concluded that Knowledge Management is one that encompasses several areas of knowledge and multifaceted training among researchers, and that in Brazil, the scope of Information Science, there is a greater number of scientific productions focused on the theme, in the field of Applied Social Sciences. It is believed that the investigation can contribute to the identification of trends and relationships between other domains of knowledge, from the establishment of relations of concentration and dispersion of the formation of Knowledge Management researchers.

**Keywords:** Information science. Knowledge management. scientific production. Information sharing.

## **1 INTRODUÇÃO**

As novas formas de comunicação, tanto na produção quanto em disseminação de informação na sociedade, trazem em essência uma necessidade de organização, haja vista cada vez mais frequente o compartilhamento de informação e conhecimento em rede. A gestão da produção do conhecimento torna-se um elemento desafiador para a Ciência da Informação (CI), pois as estratégias de organização estão relacionadas às condições nas quais se apresenta a informação.

Nos espaços organizacionais, a cultura do compartilhamento da informação contribui para o crescimento organizacional pela partilha de situações, problemas e busca por possíveis soluções. Esse ciclo é evidenciado, por exemplo, na cultura das comunidades de prática (CoP), especificamente na Gestão do Conhecimento (GC)

e, compreende sobretudo, aspectos como a colaboração, o compartilhamento e fonte inspiradora para a inovação nos contextos organizacionais (LIRA *et al.* 2020).

Na CI, as práticas de colaboração e de compartilhamento de informação têm se tornado uma das características da produção científica e, no Brasil, conforme Bufrem (2010), as colaborações vêm sendo evidenciadas na literatura científica da área, tendo como uma das principais causas a coautoria e a internacionalização da produção científica. Essa cultura compartilhada de produção de conhecimento surge enraizada de conjecturas e metodologias inscritas na prática de pesquisa, abrindo espaço para aproximações e distanciamentos de teorias e conceitos por vezes já considerados próximos.

O comportamento da pesquisa científica sobre GC pode incidir em um contexto produtivo, dinâmico e fortalecido, essencialmente ligado à criação, à inovação e à competitividade nos ambientes organizacionais, demandando multiáreas, multifuncionalidades, multimodos, transversalidade e dis, multi, inter, pluri e transdisciplinaridade. Essa característica influi o estudo da GC por diferentes domínios, pesquisadores com as mais diversas formações e comunicações de pesquisas em veículos científicos também distintos. Diante de tal contexto, questiona-se: em quais áreas se situam a formação dos pesquisadores da GC no Brasil, onde se concentram suas produções científicas e como são caracterizadas na CI?

Esse questionamento fez pressupor, nessa investigação, que dentre as áreas de concentração de produção científica, a análise da formação dos pesquisadores da GC na CI no Brasil pode contribuir para a identificação de tendências e relacionamentos entre outros domínios do saber, a partir do estabelecimento de relações de concentração e dispersão das formações dos pesquisadores.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar a formação dos pesquisadores da GC no Brasil, com ênfase na CI, por meio da sua produção científica. Para tanto, serão considerados artigos indexados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), nos últimos cinco (5) anos, de janeiro de 2017 a maio de 2022. Utilizou-se como base o ano de 2022 pelo fato de que algumas revistas não concluíram as edições do ano de 2023. A BRAPCI é uma das principais bases de dados em CI no Brasil e tem por finalidade subsidiar a literatura científica da área no Brasil.

## 2 GESTÃO DO CONHECIMENTO

A GC está vinculada aos processos de aprendizagem nas organizações, por meio da produção e compartilhamento do conhecimento, agregados ao desenvolvimento de competências que são necessárias à organização (FLEURY; FLEURY, 2000).

Lira e Llarena (2020) situam a GC como campo científico desenvolvido pela CI em que

[...] vem contribuir com seus processos, ferramentas, modelos e práticas para o desenvolvimento desta nova era, onde os ativos intangíveis, o capital intelectual e os tipos de conhecimento existentes são valorizados e aproveitados no entrelaçamento dos saberes e na evolução do campo científico, onde se insere a Ciência da Informação. (LIRA; LLARENA, 2020, p. 61).

Conforme Araújo (2018) a GC e também a Gestão da Informação (GI) compõem a subárea da CI, onde a informação pode ser considerada como um recurso importante para as organizações mesmo podendo se apresentar de forma tangível ou não. Isto porque com a evolução e desenvolvimento dos processos sócio-econômicos, culturais, educacionais etc. sob a ótica do novo valor agregado à informação (poder e inovação), “Não bastava gerir os recursos informacionais, era preciso também gerir o conhecimento” (ARAÚJO, 2018, p. 43), de modo que a colaboração se tornou um processo chave.

A partir de então, o compartilhamento de informações passou a viabilizar a comunicação entre os ambientes colaborativos, tornando-se fundamental no gerenciamento do conhecimento gerado pelos indivíduos e influenciando, diretamente, na tomada de decisão e nos processos estratégicos de uma organização.

Nesse sentido, a GC, baseada no estímulo por meio de recursos para promoção da criação, transferência e armazenamento de conhecimento, utiliza o capital intelectual organizacional para estímulo às aprendizagens organizacional, inovação, tomadas de decisão, práticas de colaboração efetivas e criação de novos conhecimentos a partir do conhecimento já existente (SILVA FILHO; SILVA, 2005).

Nesse panorama e a partir do conceito do termo conhecimento definido por Davenport e Prusak (1998) – mistura fluida de valores, informação contextual, *insights*, experiência condensada que proporciona estrutura para avaliação e

incorporação de novas experiências e informações e que nas organizações, costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais –, Carvalho e Nassif (2020) compreendem a GC como criação de condições para que as aprendizagens individual e coletiva sejam dinamicamente articuladas em prol do alcance dos objetivos organizacionais.

Conforme mencionam os autores supracitados, gerenciar o conhecimento implica no desenvolvimento de métodos e ferramentas utilizadas como estratégias empresariais. Dessa forma, a GC é adotada nos ambientes organizacionais, levando em consideração os processos de aprendizagem vinculados, por meio da produção e do compartilhamento do conhecimento, agregados ao desenvolvimento de competências necessárias à organização (TERRA, 2005).

Na visão de Valentim (2008, p. 1):

[...] A gestão do conhecimento é um conjunto de atividades que visa trabalhar a cultura organizacional/informacional e a comunicação organizacional/informacional em ambientes organizacionais, no intuito de propiciar um ambiente positivo em relação à criação/geração, aquisição/apreensão, compartilhamento/socialização e uso/utilização de conhecimento, bem como mapear os fluxos informais (redes) existentes nesses espaços, com o objetivo de formalizá-los, na medida do possível, a fim de transformar o conhecimento gerado pelos indivíduos (tácito) em informação (explícito), de modo a subsidiar a geração de ideias, a solução de problemas e o processo decisório em âmbito organizacional.

Por conseguinte, o compartilhamento do conhecimento tácito entre todos os colaboradores desse processo, na geração do conhecimento explícito, permite o uso da informação para subsidiar novas ideias, produtos, serviços, solução de problemas e criação de processos inovadores (NONAKA; TAKEUCHI, 1997), de tal forma, que o valor do conhecimento individual ao ser compartilhado é maximizado (STYHRE, 2002).

Balancieri *et. al.* (2005) citam Katz e Martin (1997) e afirmam que a cooperação pode acontecer das seguintes formas: entre indivíduos, grupos de pesquisa, entre instituições, dentro das instituições, de forma nacional ou internacional, haja vista que não há limitação geográfica, devido à expansão da internet, que tornou possível o relacionamento das pessoas de diferentes localidades, juntas num espaço virtual, enfatizando o caráter multidisciplinar nas pesquisas.

Na formação de grupos de pesquisas, a informação é compartilhada, além da experiência entre os pesquisadores somada às suas competências, impulsionando a geração do conhecimento e a colaboração científica (BALANCIERI *et al.*, 2005). Partindo dessa premissa, os pesquisadores envolvidos em determinado projeto científico colaborativo potencializam tanto o crescimento profissional quanto o desenvolvimento do conhecimento, por terem maior acesso aos recursos informacionais e abarcar diferentes habilidades e conhecimentos.

Dessa maneira substanciam a execução de estudos mais aprofundados com diversas perspectivas e análises. Cabe ressaltar, que um estudo desenvolvido por grupos de pesquisadores demanda menor investimento de tempo na construção do trabalho, por envolver mais pessoas em seu processo de elaboração.

A colaboração entre pesquisadores ocorre com maior probabilidade entre aqueles que estão de alguma forma relacionados, quando eles têm uma ou mais conexões em comum. Essa rede pode aumentar na medida que novos colaboradores vão se conectando e interligando sua rede de colaborações do passado e do presente (SILVA, 2015).

Assim, é possível compartilhar experiência, informação, saberes e novos conhecimentos. Quanto mais conhecimento essa rede de colaboração científica produzir, maior será o seu fortalecimento. Neste sentido, os autores unem-se com o objetivo de produzir mais, com maior qualidade e em menos tempo, formando a coautoria na produção de trabalhos científicos.

Duarte (2015) considera a produção científica validada somente após sua publicação, uma vez que passa por avaliação dos pares e contém a chancela de comprovação científica. Para a autora, a ciência corrobora com o desenvolvimento do conhecimento humano exercendo seu compromisso com a sociedade, essencialmente quando voltadas às organizações baseadas em conhecimento.

Barbosa (2020) reconhece que as organizações baseadas em conhecimento, dispõem de diversas fontes de informação, tanto formais, como informais, além de pessoais e digitais, para alcançar os seus objetivos traçados e realizar pesquisas. O autor demonstra a produção científica sobre GC na base SCOPUS, por área de conhecimento, no período de 1990 a 2018, apresentado por décadas, conforme quadro a seguir:



Quadro 1 - Produção Científica sobre Gestão do Conhecimento por Área do Conhecimento

GESTÃO DO CONHECIMENTO								
Período	1990-1999		2000-2009		2010-2018		1990-2018	
Área do conhecimento	Núm.	%	Núm.	%	Núm.		Núm.	%
Ciência da Computação	107	23,21%	2506	27,38%	2901	25,09%	5514	26,04%
Engenharia	67	14,53%	1388	15,17%	1341	11,60%	2796	13,21%
Medicina	17	3,69%	198	2,16%	201	1,74%	416	1,96%
Ciências Sociais	48	10,41%	1204	13,16%	1485	12,84%	2737	12,93%
Negócios, Gestão e Contabilidade	108	23,43%	1784	19,50%	2358	20,40%	4250	20,07%
Ciências da Decisão	17	3,69%	791	8,64%	1233	10,67%	2041	9,64%
Matemática	25	5,42%	440	4,81%	489	4,23%	954	4,51%
Outras áreas	30	6,51%	840	9,18%	1553	16,97%	2423	11,44%
Total de indicações de áreas	461	100,00%	9151	100,00%	11561	100,00%	21173	100,00%
<b>Número de documentos</b>	<b>268</b>		<b>5646</b>		<b>6888</b>		<b>12802</b>	

Fonte: Barbosa, 2020.

O autor apresenta a ciência da computação com maior percentual de produção científica sobre GC: 26,04%. Separa coerentemente a ciência social, das ciências sociais aplicadas, as quais se apresentam como: Negócios, Gestão e Contabilidade; e Ciências da Decisão, que ao serem somadas representam o maior percentual de produção científica sobre GC (29,71%).

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa configura-se do tipo bibliográfica por ter como principal característica de seu desenvolvimento, a base de material já elaborado. Então, de acordo com Gil (2002), neste trabalho, utilizou-se como procedimento de coleta de dados a técnica de levantamento bibliográfico. O levantamento foi realizado na BRAPCI e caracteriza-se como exploratório e descritivo (GIL, 2002).

A pesquisa é exploratória por apresentar um determinado domínio de estudo, aprofundando o conhecimento sobre um conteúdo específico e relacionado a uma

temática de interesse da comunidade acadêmica da CI no Brasil, a saber, a formação dos pesquisadores da GC. É descritiva pela capacidade de enunciar a formação dos pesquisadores da temática GC na área da CI no Brasil.

Para tanto, fez-se a busca do termo composto “gestão do conhecimento” inserido no título dos trabalhos. A amostra foi composta pelas publicações encontradas na BRAPCI entre os anos de janeiro de 2017 a maio de 2022. Na caracterização dos autores utilizou-se a Plataforma *Lattes* para identificar sua formação.

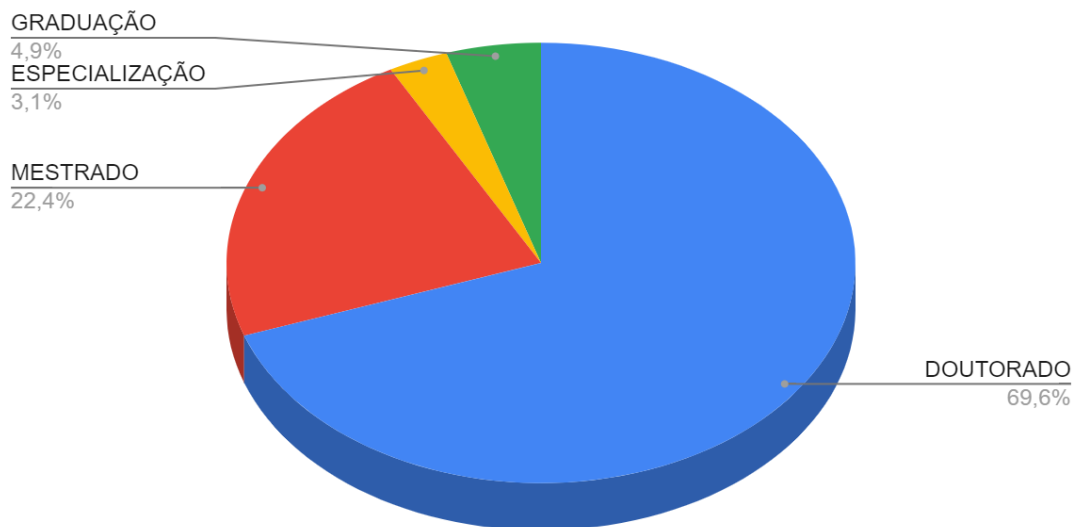
A partir de então, obteve-se um quadro da formação dos pesquisadores da temática GC na área da CI no Brasil, que permitiu o mapeamento das formações mais presentes no campo em níveis de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado no período selecionado da pesquisa.

Assim, as categorias analisadas foram: **Titulação, Áreas do conhecimento e Canal de Comunicação**. Em seguida foram verificadas as áreas de concentração às quais pertencem os cursos dos pesquisadores. A análise permitiu também verificar as concentrações e as dispersões de áreas do conhecimento dos autores da produção científica da GC no campo da CI no Brasil.

#### **4 RESULTADOS DA PESQUISA**

Em busca de analisar a formação dos pesquisadores da GC no Brasil, verificou-se qual a titulação dos pesquisadores conforme os resultados encontrados na pesquisa. Foram recuperados 261 artigos que totalizaram 718 pesquisadores. O percentual de titulação dos pesquisadores apresenta-se no gráfico 1.

Gráfico 1 - Titulação dos Pesquisadores em GC no Brasil



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O gráfico 1 mostra que 69,6% dos pesquisadores da GC no Brasil possuem doutorado, 22,4% possuem mestrado, 4,9% possuem graduação e apenas 3,1% possuem especialização. Percebeu-se, a partir dos resultados apresentados no gráfico 1, que a maior parte dos pesquisadores da CG no Brasil possui curso de Doutorado como maior titulação. A formação em cursos de Pós-Graduação, principalmente *stricto sensu* (mestrado e doutorado) cria condições para o desenvolvimento da GC, conforme aponta Carvalho e Nassif (2020) pelo fato de que durante essa formação são realizadas pesquisas na área de GC, haja vista o grande número de pesquisadores com interesse em publicação de pesquisas nessa temática.

Outro aspecto importante a ser destacado é que os pesquisadores que têm esse nível de formação geralmente desenvolvem pesquisas aprofundadas, o que contribui de forma significativa para o desenvolvimento da GC.

O quadro 1, apresentado por Barbosa (2020) apresenta os resultados encontrados relativos aos pesquisadores da GC por área do conhecimento, na qual está situado o curso de doutorado de cada pesquisador. Já o quadro 2 mostra que a maior parte dos cursos dos pesquisadores concentra-se na área de Ciências Sociais Aplicadas (444 pesquisadores), seguido de Ciências Exatas (115 pesquisadores) e Engenharias (100 pesquisadores).

Quadro 2 - Pesquisadores em GC no Brasil por Área de Conhecimento

ÁREAS DO CONHECIMENTO / CAPES	DOCTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO / ÁREA
Ciências Exatas e da Terra	88	18	2	7	115
Ciências Biológicas	2	2	0	0	4
Engenharias	76	22	0	2	100
Ciências da Saúde	8	2	0	0	10
Ciências Agrárias	0	1	1	0	2
Ling., Letras e Artes.	1	1	1	1	4
Ciências Sociais Aplicadas	297	112	15	20	444
Ciências Humanas	28	3	3	5	39
<b>AUTORES POR TITULAÇÃO</b>	<b>500</b>	<b>161</b>	<b>22</b>	<b>35</b>	<b>718</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Percebeu-se no quadro 2 acima, maior concentração dos pesquisadores na área de Ciências Sociais Aplicadas. De acordo com Barbosa (2020) essa é a área onde estão situados campos importantes para a Gestão Organizacional, tais como: Negócios, Gestão e Contabilidade, áreas de decisão no ambiente organizacional. Segundo Silva Filho e Silva (2005) são nesses ambientes que a cultura do compartilhamento de conhecimento está em constante evidência na gestão estratégica para a tomada de decisão.

Sob outro prisma, áreas como Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas têm representatividade de pesquisadores em todos os níveis de titulação, mas com baixo número de pesquisadores. Outras áreas com baixa representatividade são Ciências da Saúde e Ciências Biológicas com pesquisadores em nível de mestrado e doutorado. Essas áreas apresentam pouca produtividade sobre GC necessitando ampliar a cooperação científica e estabelecer conexões de forma a aprofundar as pesquisas em suas áreas de atuação.

Ao verificar os cursos mais presentes na formação dos pesquisadores da GC no Brasil, o quadro 3 apresenta sua distribuição na área de Ciências Sociais Aplicadas.

Quadro 3 - Pesquisadores em GC no Brasil nas Ciências Sociais Aplicadas

<b>CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	<b>DOUTORADO</b>	<b>MESTRADO</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO</b>	<b>GRADUAÇÃO</b>	<b>TITULAÇÃO/ÁREA</b>
DIREITO	1	-	-	-	1
ADM. PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	96	31	4	-	131
ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN	2	-	2	-	4
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA	1	-	-	-	1
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO (Arquivologia)	-	1	2	1	4
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO (Biblioteconomia)	1	3	-	15	19
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO (Ciência da Informação)	148	59	1	2	210
MUSEOLOGIA	-	-	-	-	-
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO (Comunicação)	39	5	1	1	46
SERVIÇO SOCIAL	-	-	-	-	-
OUTRAS DENOMINAÇÕES	9	13	5	1	29
<b>AUTORES POR TITULAÇÃO</b>	<b>297</b>	<b>112</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>444</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

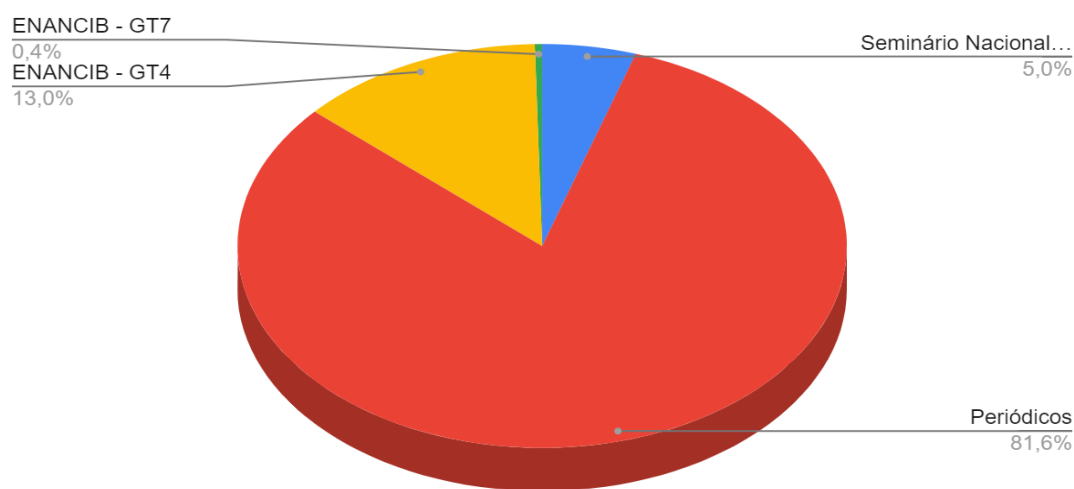
O quadro 3 acima mostra que a maior parte dos pesquisadores da GC no Brasil tem cursos na subárea Comunicação e Informação, sendo sua grande maioria em CI totalizando 210 pesquisadores com essa formação, seguido de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo com 131 pesquisadores e Comunicação com 46 pesquisadores.

Percebeu-se que grande parte dos pesquisadores se situam em áreas consideradas interdisciplinares, onde o ambiente científico é propício para o compartilhamento de ideias, ou seja, onde a informação é compartilhada

proporcionando a cooperação científica mencionada por Balancieri *et. al.* (2005) como elemento gerador do conhecimento.

Quanto ao canal escolhido pelos pesquisadores para publicação de pesquisas sobre GC no Brasil, o gráfico 2 permite vislumbrar os meios mais utilizados para disseminação dos resultados das pesquisas.

Gráfico 2 - Canal de Publicação dos Pesquisadores em GC no Brasil



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O gráfico 2 mostra que, na CI, 81,6% das publicações sobre GC no Brasil se verificam em periódicos, seguidos pelo Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) – 13% –, mais precisamente no Grupo de Trabalho 4 (GT4) que trata da Gestão da Informação e do Conhecimento. Verificou-se que a maior parte do canal de comunicação dos pesquisadores são os Periódicos Científicos, o que credibiliza a informação por atribuir validação na ciência, uma vez que essa produção científica passou por avaliação entre os pares da comunidade da GC, conforme aponta Duarte (2015).

Outro canal de comunicação dos pesquisadores da GC são os eventos científicos como o ENANCIB que apresentou o segundo maior. A formação de grupos de pesquisadores em diversos espaços de comunicação sobre a GC é importante porque na visão de Balancieri *et al.* (2005) fortalece, potencializa e aprofunda os estudos sobre essa temática, pois, desenvolve-se a partir de grupos que pesquisam, compartilham e discutem experiências científicas na área,

proporcionando maior colaboração entre os atores da rede de pesquisadores da área.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Pesquisa teve como objetivo analisar a formação dos pesquisadores em GC no Brasil, essencialmente aqueles atuantes na CI. A investigação se deu por meio de mapeamento na BRAPCI e na Plataforma *Lattes*, podendo ser ampliada para outra base de dados e outras plataformas sobre currículos e formação de pesquisadores. Outra limitação desta pesquisa foi o espaço temporal, estabelecendo-se entre os anos de 2017-2022, podendo, também, este período ser ampliado para maior aprofundamento.

Sabe-se que a GC é uma área considerada interdisciplinar, por vezes até dis, multi, trans e pluridisciplinar, que engloba diversas áreas do conhecimento. No Brasil percebeu-se que as pesquisas sobre a temática se verificaram em maior número na área de Ciências Sociais Aplicadas, essencialmente nos campos da Administração e da CI. Uma das razões é que nas Ciências Sociais Aplicadas estão inseridas subáreas importantes para o desenvolvimento da GC, como a própria gestão e administração de organizações, empresas públicas e privadas, de conflitos, de pessoas, de recursos humanos, de informação, de redes, de documentos etc. As áreas de Engenharia, Ciências Exatas e da Terra também possuem pesquisadores com interesse na CG.

Um fator de relevância destacado na pesquisa é que a maior parte dos pesquisadores possui titulação de mestrado e doutorado. Isso aponta que no Brasil, especificamente na CI, a formação dos pesquisadores em GC situa-se em cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*.

A pesquisa aponta também que o canal de divulgação das produções científicas em GC, na CI está situado, em sua maior parte, em periódicos científicos. Percebeu-se, então, que o canal de comunicação de preferência dos pesquisadores da GC é o periódico científico. Entretanto, nos anais do ENANCIB estão situadas grande parte das publicações, uma vez que se configura como o principal evento de Pós-Graduação da CI. Este fato reitera a afirmação de que a formação dos pesquisadores em GC está situada na Pós-Graduação.



Ao perceber uma elevada produção e conseqüentemente um grande número de pesquisadores, torna-se uma inquietude verificar quais os assuntos que estão mais em evidência relacionados à GC.

Outra perspectiva de aprofundamento desta pesquisa sugere a busca pela identificação das subáreas que tangenciam as pesquisas em GC nos distintos domínios do saber citados nesse documento, assim como a verificação dos periódicos com maior frequência e avaliação *qualis* que mais publicam sobre GC na CI no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BALANCIERI, R.; BOVVO, A. B.; KERN, V. M. PACHECO, R. C. dos S.; BARCIA, R. M. A análise de redes de colaboração científica sob as novas tecnologias de informação e comunicação: um estudo na Plataforma Lattes. **Ciência da Informação**, v. 34, p. 64-77, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/C65dbRvBt77DQ3TQfSmDtPx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BARBOSA, R. R. Gestão da informação e gestão do conhecimento: evolução e conexões. **Perspectivas em Ciência da Informação**, p. 168-186, 2020. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/4303>. Acesso em: 09 jun. 2023.

BUFREM, L. S. Colaboração científica: revisando vertentes na literatura em Ciência da Informação no Brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pcbic/article/view/11999>. Acesso em: 09 jun. 2023.

CARVALHO, A. V.; NASSIF, M. E. Do desconhecido ao conhecer: por uma epistemologia complexa da Gestão do Conhecimento. *In*: FEITOZA, R. A. B.; DUARTE, E. N. (Org.). **Visões epistemológicas da Gestão do Conhecimento na Ciência da Informação**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 310 p.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. Learn how valuable knowledge is acquired, created, bought and bartered. **The Australian Library Journal**, v. 47, n. 3, p. 268-272, 1998. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00049670.1998.10755852?cookieSet=1>. Acesso em: 09 jun. 2023.

DUARTE, E. N. **Redes temáticas para cooperação em gestão da informação e do conhecimento**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Em busca da competência. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS (Eneo), 1., 2000, Curitiba. **Anais...**

Curitiba: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad), 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KATZ, J. S.; MARTIN, B. R. What is research collaboration? **Research Policy**, v. 26, n. 1, p. 1-18, 1997. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048733396009171>. Acesso em: 11 jun. 2023.

LIRA, S. L.; LLARENA, R. A. S. Gestão do conhecimento sob a ótica epistemológica da ciência da informação. *In*: FEITOZA, R. A. B.; DUARTE, E. N. (org.). **Visões epistemológicas da gestão do conhecimento na ciência da informação**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 310 p.

LIRA, S. L.; SOUZA, E. D.; SILVA, E. B. F.; OLIVEIRA, G. D. GESTÃO DO CONHECIMENTO E COMUNIDADE DE PRÁTICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 10, n. Especial, p. 88-107, 2020. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/citations?view\\_op=view\\_citation&hl=pt-BR&user=Z7mE8x8AAAAJ&citation\\_for\\_view=Z7mE8x8AAAAJ:-f6ydRqryjwC](https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=Z7mE8x8AAAAJ&citation_for_view=Z7mE8x8AAAAJ:-f6ydRqryjwC). Acesso em: 08 jun. 2023.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, A. K. A. **Redes de coautoria e produção científica em ciência da informação**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. 228p.

SILVA FILHO, C. F.; SILVA, L. F. Da aprendizagem à gestão do conhecimento. *In*: SILVA FILHO, C. F.; SILVA, L. F. (org.). **Tecnologia da informação para a gestão do conhecimento: teoria e estudos em organizações**. Campinas, SP: Alínea, 2005.

STYHRE, A. Non-linear change in organizations: organization change management informed by complexity theory. **Leadership & Organization Development Journal**, v. 23, n. 6, 2002, pp. 343-351. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/01437730210441300/full/html>. Acesso em: 11 jun. 2023.

TERRA, J. C. C. **Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial**. São Paulo: Editora Negócio, 2005.

VALENTIM, M. L. P. Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento em ambientes organizacionais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.valentim.pro.br/producao-cientifica/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

# COMPETÊNCIA INFORMACIONAL COM VISTAS À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

**Georginei Souza Neri**

Universidade Federal de Alagoas  
neri.georginei@gmail.com

**Francisca Rosaline Leite Mota**

Universidade Federal de Alagoas  
rosalinemota@gmail.com

---

## Resumo

A violência contra a mulher é uma realidade mundial estabelecida nas desigualdades de gênero e perpetuada por discursos culturais e sociais. O acesso e uso de informações precisas e atualizadas sobre diferentes formas de violência são fundamentais para romper o ciclo de agressão e da falta de conhecimento sobre direitos e leis de proteção. Nesta perspectiva, é mister entender o comportamento informacional e fomentar a Competência Informacional das mulheres vítimas da violência de gênero. O presente artigo se propõe a tecer considerações sobre as deficiências sociais, políticas e operacionais existentes na esfera de amparo e proteção às mulheres vítimas de violência (s). Como resultado, propõe a construção de um modelo de rede pautado na intersecção mulher-informação-órgãos de apoio e proteção contra à(s) violência(s), fundamentada nas competências em informação de modo concomitante.

**Palavras-chave:** Violência. Mulher. Informação.

## INFORMATION COMPETENCE WITH A VIEW TO WOMEN IN SITUATIONS OF VIOLENCE

### Abstract

Violence against women is a global reality established in gender inequalities and perpetuated by cultural and social discourses. Access and use of accurate and up-to-date information on different forms of violence are fundamental to breaking the cycle of aggression and lack of knowledge about rights and protection laws. From this perspective, it is necessary to understand informational behavior and promote the Informational Competence of women victims of gender-based violence. This article aims to make considerations about the social, political and operational deficiencies that exist in the sphere of support and protection for women victims of violence. As a result, it proposes the construction of a network model based on the intersection of women-information-support and protection bodies against violence(s), based on information skills at the same time.

**Keywords:** Violence. Woman. Information.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma triste realidade que persiste em muitas sociedades ao redor do mundo. É um problema complexo, enraizado em desigualdades de gênero que se propaga por meio dos discursos e práticas sociais e culturais nos mais diversos ambientes. O ponto de partida para o enfrentamento a essa questão, é a consciência e não negação dos desafios enfrentados pelas mulheres no mundo contemporâneo, dando importância à criação de medidas necessárias e eficientes para combater todos os tipos de violência contra a mulher.

A informação desempenha um papel fundamental na defesa da mulher em situação de violência, pois permite a conscientização e a sensibilização dos sujeitos sociais, independentemente do gênero. O acesso às pesquisas, às notícias, aos relatos, aos panoramas sobre a extensão do problema, faz com que esses sujeitos sejam/estejam mais propensos a agir e apoiar iniciativas de combate a esse crime, promovendo a responsabilidade social.

Por outro lado, a disseminação de informação precisa, fundamentada e atualizada sobre os diversos tipos de violência contra a mulher, como violência doméstica, agressão sexual, assédio, sobretudo o feminicídio, é essencial para quebrar o ciclo de silêncio que muitas vezes envolve esses casos. O desconhecimento e/ou a falta de Competência em Informação (Coinfo) quanto aos direitos das mulheres e as leis de proteção também podem colaborar para a perpetuação da violência, já que as vítimas podem não saber como buscar ajuda, como denunciar os agressores ou ainda sequer saber que estão sendo vítimas de uma violência.

Deste modo, o presente artigo se propõe a tecer considerações sobre a importância da Coinfo somada à responsabilidade social no enfrentamento às mais variadas formas de violência contra a mulher. Neste cenário, também propõe a construção de um modelo de rede pautado na intersecção mulher-informação-órgãos de apoio e proteção contra à(s) violência(s), fundamentada nas competências em informação de modo concomitante.

## 2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO (COINFO)

No emergir de uma sociedade centrada no conhecimento e na informação, a ampla disponibilização desses elementos, principalmente via Internet, propiciou o surgimento de barreiras relacionadas aos seus acessos e uso, como por exemplo, o consumo e a disseminação de *fake news*. Portanto, o treinamento dos sujeitos para a busca e a recuperação de informações fidedignas fomenta o desenvolvimento de estudos e pesquisas quanto às competências em informação.

Nesta seara, o debate possui um marco histórico na criação do conceito de *information literacy*, expressão cunhada pelo estadunidense Paul Zurkowski (1974). A utilização da expressão “competência em informação” parece ser a mais adequada devido a sua definição relacionar-se “[...] a um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor [...]” (Fleury e Fleury, 2000), e que se direcionam à informação e aos seus contextos mais complexos. Conforme os estudos de Souza e Maia (2022), embora a expressão *information literacy* não seja detentora de consenso no que se refere a sua definição conceitual, é possível afirmar que “a competência em informação como prática informacional é um fenômeno multidimensional, situado e socialmente constituído, catalisador de todos os tipos de aprendizagem” (Souza; Maia, 2022, p.137).

No contexto da violência contra a mulher, desenvolver ou fortalecer a Coinfo é algo fundamental, visto que a informação é uma ferramenta poderosa para desconstruir mitos e estereótipos de gênero que reforçam os comportamentos machistas e violentos. Muitas vezes, comportamentos abusivos são justificados por noções ultrapassadas de que a mulher deve ser submissa, aceitar agressões ou que a violência é uma forma aceitável de resolver conflitos. A educação para o acesso e uso da informação é essencial para desafiar essas crenças nocivas e promover uma cultura de respeito e igualdade.

Outro aspecto importante é a divulgação de recursos disponíveis para mulheres vítimas de violência. Centros de apoio, linhas telefônicas de emergência, abrigos e serviços de aconselhamento são essenciais para oferecer suporte e proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade. É crucial que essas informações estejam disponíveis a todas as mulheres, inclusive àquelas que vivem em áreas rurais, ribeirinhas e demais comunidades marginalizadas. Acesso,

acessibilidade e uso somam-se para integrar a base da Coinfo no combate às violências contra a mulher.

### **3 INFORMAÇÃO E SOCIEDADE**

Informação e sociedade se mesclam como elementos indissociáveis. A relação entre esses dois termos remete a múltiplos debates e é objeto de vários estudos na área da Ciência da Informação, pois, como se sabe, apresentam noções polissêmicas e devido a isso, precisam ser compreendidas em contextos específicos.

Capurro e Hjørland (2007) afirmam que o uso da palavra “informação” remete a uma perspectiva que inclui características como novidade e relevância, ou seja, trata do processo de transformação do conhecimento e, especificamente, à seleção e interpretação dentro de um contexto específico. Para além das especificidades do termo, a própria natureza da Ciência da Informação, “[...] seus conceitos básicos e objetivos, e, sobretudo, sua fundamentação persiste centrada nas ciências sociais, uma vez que a informação só sobrevive no universo individual ou social.” (Garcia, Targino e Dantas, 2012, p. 6). Estranho seria, se uma ciência de cunho social não debatesse questões relacionadas ao social.

A sociedade atual se apresenta sob a égide do informacionalismo. Segundo Graddol (1997), este termo se configura a um novo modo de desenvolvimento, que veio a ascender após o industrialismo, e privilegia o uso das tecnologias no processamento da informação e no suporte para a comunicação. Nesta nova configuração social, a informação é a principal fonte de produtividade social.

Na perspectiva de Marchiori (2002) essa nova configuração social se fundamenta sob uma proposta de ampla conectividade, volta-se para uma preocupação na criação de conteúdos, manipulação e disseminação de informação, mas, por outro lado, abre debates para a responsabilização dos novos processos e ações de uma sociedade que não foi ensinada às competências informacionais.

A base de uma sociedade para informação é sua democratização. A questão é que “A mesma Internet que nos leva ao melhor do conhecimento, também entope as pessoas de puro lixo cultural.” (Figueiredo e Freitas, 2003, p. 110). Para os autores, o processo de comunicação é massificado, ou seja, as informações que chegam até nós são escolhidas e impostas, sem que as necessidades

informacionais sejam levadas em consideração. Deste modo, há uma sobrecarga de informação. Com o avanço e o acesso às redes sociais, possibilitada pela *Internet*, e a incorporação de sons, imagens, cores e ícones, enriquece os conteúdos publicados e desperta no indivíduo o desejo de cada vez mais explorar a maior quantidade de informação sem o cuidado de verificar sua autenticidade.

Um dos primeiros passos a seguir é a abertura de canais diretos de comunicação científica com a comunidade, divulgação e disseminação a respeito de pesquisas e estudos que colaborem com o bem-estar social, além da promoção do acesso aos direitos e deveres constitucionais por meio da disseminação das leis, regras e normas civis, que afetam e fortalecem as comunidades minoritárias, como um todo.

Portanto, levando essas premissas em consideração, as competências em informação podem fazer uma diferença significativa no apoio às mulheres em situação de violência de várias maneiras. Por meio delas as mulheres podem ter acesso a recursos diversos: à conscientização e educação, à alfabetização digital, ao uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) com segurança para coletar e preservar evidências de abuso.

Quanto ao acesso a recursos, é importante mencionar que mulheres em situações de abuso muitas vezes enfrentam barreiras para acessar recursos essenciais e serviços de apoio. As competências em informação as capacitam a navegar pelos recursos disponíveis, como linhas de apoio, abrigos, assistência jurídica e serviços de aconselhamento. Ao saber onde encontrar ajuda, elas podem tomar as medidas necessárias para se proteger e buscar ajuda.

A Coinfo permite também que as mulheres se eduquem sobre seus direitos, opções, também ajudando-as compreender as diferentes formas de abuso, seu impacto e as dinâmicas de poder e controle, tornando-lhes aptas a reconhecer padrões abusivos e tomar decisões assertivas sobre sua segurança e bem-estar.

Na era do informacionalismo, a alfabetização digital é crucial para acessar informações, redes de suporte e recursos. As competências em informação capacitam as mulheres a usar a tecnologia com segurança, acessar grupos de suporte on-line e manter a privacidade e a segurança enquanto procuram ajuda. As mulheres vítimas de violência podem se conectar com outras pessoas que passaram por situações semelhantes, fornecendo uma rede de apoio e compreensão. Compartilhar experiências e conhecimentos pode ajudar a reduzir sentimentos de



isolamento e aumentar sua confiança para buscar ajuda. Para, além disso, em casos de ação legal, por exemplo, a alfabetização digital pode ajudar as mulheres a coletar e preservar evidências de abuso, como mensagens de texto, *e-mails* ou postagens em mídias sociais. Essas evidências podem ser vitais na busca de proteção legal ou na obtenção de ordens de restrição e medidas protetivas.

A autonomia e as habilidades de tomada de decisão das mulheres são fortalecidas com a competência informacional. Por meio dela, suas escolhas se tornam mais fundamentadas sobre suas opções, seja deixando um relacionamento abusivo, buscando ajuda profissional ou acessando o apoio a órgãos responsáveis.

Equipadas com competências em informação, as mulheres podem defender a si mesmas e aos outros, aumentando a conscientização sobre a violência doméstica, desafiando as normas sociais e exigindo mudanças nas políticas para melhorar o sistema de apoio, visto que, a competência informacional não apenas fornece conhecimento prático, mas também capacita as mulheres em situação de violência para assumir o controle de suas vidas, acessar os recursos necessários e tomar decisões informadas para se livrar do abuso e construir um futuro melhor.

É importante compreender os mecanismos de enfrentamento, sobretudo, as possibilidades informacionais. As teias de comunicação e informação devem envolver os setores públicos, as entidades jurídicas, os cientistas da informação, técnicos, funcionários de espaços de acolhimento públicos ou privados (hospitais, unidades de saúde, igrejas ou templos religiosos), policiais e demais agentes de segurança, servidores públicos, sobretudo de repartições que estão interligadas na proteção da sociedade, em seus mais variados níveis organizacionais, de forma que se desfaçam os nós que tradicionalmente emperram o compartilhamento de informações nessas instituições e esferas, e, se abram caminhos para mudanças efetivas nas condições de amparo dessas mulheres que sofrem qualquer tipo de violência.

#### **4 CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE APOIO A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA**

Existem diversos tipos de violência contra a mulher: a violência doméstica; agressão sexual; assédio sexual; tráfico de mulheres; violência psicológica; violência obstétrica; violência digital; violência baseada em honra; exploração sexual comercial e o feminicídio que é o assassinato de mulheres devido à sua condição de

gênero. Geralmente é resultado de violência doméstica, mas também pode ocorrer em outros contextos.

O preâmbulo do Artigo 5º da Constituição Federal Brasileira (CFB) promulgada em 5 de outubro de 1988, trata de

[...] assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...].

A CFB traz em seu escopo, direitos e garantias fundamentais à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, e, no seu inciso primeiro destaca a igualdade entre homens e mulheres nos direitos e obrigações perante a Constituição. Portanto, seguindo o enunciado desse artigo e toda estrutura social por ele descrito e implícito nas relações entre sujeitos, sujeitos e sociedade e sociedade e poder público, já descreve uma forma de tratamento igualitária pautada na boa convivência e na relação pacífica entre os que compõem a estrutura da sociedade.

Contudo mesmo o direito à liberdade e à vida sendo um direito universal garantido pela constituição, fez-se necessário a construção de um novo arcabouço jurídico com o objetivo de criminalizar as ações de violência contra as mulheres, praticadas na maioria das vezes dentro dos lares, ambiente esse que é considerado asilo inviolável do indivíduo, não podendo ser adentrado sem o consentimento do morador, salvo em flagrante delito ou desastre. Esse arcabouço jurídico a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, denominado Lei Maria da Penha, que nasce com o objetivo de criar mecanismos para coibir a violência doméstica familiar contra a mulher, nos termos § 8 do artigo 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispor sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; alterando o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

A criação da Lei Maria da Penha é resultado do esforço de uma farmacêutica cearense Maria da Penha, que relatou ser vítima de agressões praticadas pelo marido, e que ao tentar denunciar o agressor deparou-se com um cenário em que muitas mulheres enfrentavam casos de violência sem obter auxílio, devido à a

incredulidade e a falta de apoio legal da justiça brasileira. Após a publicação de seu livro intitulado “Sobrevivi... Posso contar”, onde narra as violências sofridas por ela e pelas três filhas, a autora acionou o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Estes órgãos encaminharam seu caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1998. Assim, em 2002, o caso foi solucionado, quando o Estado brasileiro foi condenado por omissão e negligência pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Brasil teve então que assumir o compromisso de reformular as suas leis e políticas em relação à violência doméstica.

A partir dos anos 2000, no Brasil, cresceram as discussões sobre as formas de proteção à vida das mulheres, iniciado pelo surgimento da Lei Maria da Penha, provocando assim uma mudança no paradigma institucional, com a participação massiva de organizações feministas com a criação de leis e estruturas de governo com objetivo de apoiar a mulher vítima de violência. Entre as leis citamos:

- Lei Carolina Dieckmann (12.737/2012): Tornou crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares.
- Lei do Minuto Seguinte (12.845/2013): Oferece garantias a vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e informações sobre seus direitos.
- Lei Joana Maranhão (12.650/2015): Alterou os prazos quanto a prescrição de crimes de abusos sexuais de crianças e adolescentes. A prescrição passou a valer após a vítima completar 18 anos, e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos.
- Lei do Femicídio (13.104/2015): Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, quando crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Entre as estruturas e serviços:

- Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM): As unidades especializadas da Polícia Civil contam com profissionais preparados e capacitados, que realizam ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e violência sexual contra as mulheres, entre outros. Importante destacar que toda e qualquer

delegacia está apta a receber denúncias de violência, mas nem todas as cidades brasileiras têm delegacias especializadas.

- Casa da Mulher Brasileira: Trata-se de uma inovação no atendimento humanizado das mulheres, mas a iniciativa do governo federal ainda não está disponível em todas as capitais. Em apenas um só espaço são oferecidos diferentes atendimentos especializados, como Acolhimento e Triagem; Apoio Psicossocial; Delegacia; Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres; Ministério Público, Defensoria Pública; Serviço de Promoção de Autonomia Econômica; Espaço de cuidado das crianças – Brinquedoteca; Alojamento de Passagem e Central de Transporte.
- Centro de Referência às Mulheres Vítimas de Violência: Faz parte da rede de equipamentos de enfrentamento à violência contra mulher e oferece acolhimento e acompanhamento interdisciplinar (social, psicológico, pedagógico e de orientação jurídica).
- Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: Órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- O Serviço de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual (SAMVVIS): O serviço oferece acolhimento integral às vítimas de estupro, completamente gratuito, pelo SUS. Entre os procedimentos estão previstos a profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis, realização de exame de corpo de delito no local e prevenção da gravidez indesejada (até 72 horas após a violação), além da interrupção da gestação nos casos previstos em lei (aborto legal) e do acompanhamento psicossocial continuado.
- Núcleos de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (Defensorias Públicas estaduais): Oferecem orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e defesa dos direitos individuais e coletivos em todos os graus (judicial e extrajudicial), de forma integral e gratuita.
- Núcleos de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (Ministérios Públicos estaduais): Responsável por mover ação penal pública, solicitar

investigações à Polícia Civil e demandar ao judiciário medidas protetivas de urgência, além de fiscalizar estabelecimentos públicos e privados de atendimento às vítimas.

Com a pandemia da COVID-19, todos os estados brasileiros desenvolveram mecanismos remotos de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar. Além dos serviços presenciais apontados acima, foram lançados aplicativos de denúncia, canais de *Whatsapp* próprios para o tema das violências, além de Patrulhas promovidas pelas equipes estaduais de segurança pública.

Diversas iniciativas e políticas públicas compõem a rede de proteção da mulher vítima de violência. Contudo, observamos novos desafios. E um ponto crucial é a integração dos diversos ambientes, serviços e políticas públicas a um ambiente de recuperação da informação capaz de dar apoio, em tempo real para as vítimas, auxiliando na busca dos instrumentos jurídicos e sociais que lhes garantam proteção e justiça.

Nesse contexto, entendemos que as tecnologias da informação (TIC) são ferramentas importantes de apoio e de busca na ligação em rede dos diversos atores que compõem essa estrutura de proteção e auxílio. As mulheres enquanto vítimas precisam de competência informacional para o acesso à rede e a rede precisa também dispor de competências para captar e subsidiar informações sobre essas vítimas, entre si. Não que as tecnologias sejam a solução para a(s) violência(s), mas a competência em usá-las, por parte de quem precisa (vítima), aliada a capacidade de captação, apoio e operacionalização dos sistemas presentes nas estruturas e ou órgãos de combate é, talvez, a ponte que prolonga a vida dessas mulheres.

Se olharmos para a estrutura de apoio heterogênea, de forma agrupada e associada, entendemos que as ações dos atores dessa rede (órgãos, leis e a mulher, em si) geram resultados. Nesse sentido, Latour (2005) propõe esta maneira de se compreender o social, não mais de forma segmentada, mas sim por meio do movimento e das associações que se estabelecem entre tais elementos heterogêneos presentes em uma rede de relações. Em um contexto de redes, as relações engendram ao mesmo tempo natureza e sociedade, sujeito e objeto.

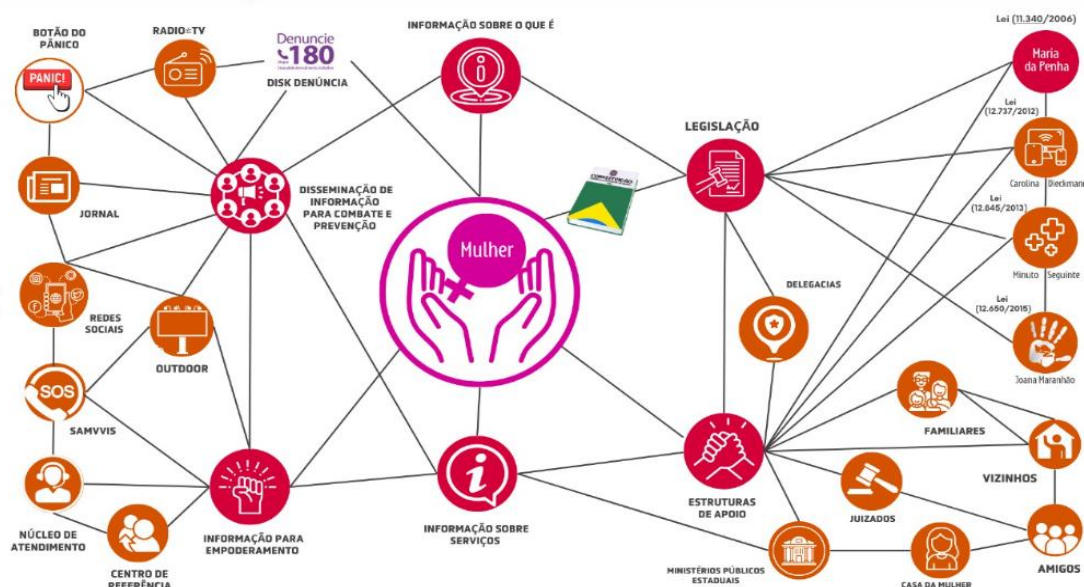
Essas práticas informacionais entre as pessoas e a materialidade nada mais são do que a junção desses elementos heterogêneos postos em relação com uma

determinada temporalidade, sendo capazes de provocar transformações. Não há como negar as diferenças, mas ao invés de tratar os atores separadamente, é possível considerá-los a partir de suas relações (Latour, 1994; Moraes, 2004).

Entretanto, não é o bastante promulgar leis, criar instituições públicas e privadas de apoio às vítimas de violências sem estruturar e qualificar esses ambientes para tratar, de maneira educativa e resolutiva, a violência e seus impactos na vida das mulheres em condições de vulnerabilidade. E a estruturação desses ambientes vai desde a adequação dos espaços físicos qualificados no trato com a mulher vítima de violência; a construção de uma linguagem natural e de simples assimilação sobre os tipos de violências, direitos e garantias; apoio social, psicológico, jurídico e de proteção; construção de redes lógicas de colaboração interligadas entre as instituições componentes dessa estrutura, através do uso das tecnologias de informática e comunicação, construindo soluções amigáveis e com respostas rápidas e eficientes no apoio às vítimas; campanha de educação digital para todas as mulheres no manuseio de equipamentos no acesso a plataformas digitais de apoio no combate à violência contra mulher.

É necessário, portanto, criar uma rede forte e segura de apoio e proteção da mulher. Como proposta temos a Figura 1 que mostra a centralidade desta rede a mulher, nos pólos estão os acessos à informação no processo de combate, prevenção e empoderamento.

Figura 1 - Competência informacional no combate à violência contra a mulher



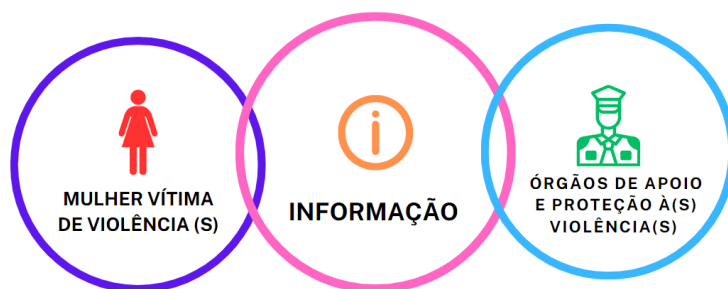
Fonte: Os autores (2023).



A rede informacional que deve estar ao alcance da mulher precisa ter como elementos principais o acesso e a acessibilidade, sem eles nenhum outro elemento pode ser alcançado. O uso dessa rede deve proporcionar o entendimento quanto aos conceitos (o combate, a prevenção), garantir o alcance às estruturas e aos órgãos de apoio e os diferentes serviços que devem ser utilizados em cada situação, e esclarecer as formas como acontecem. Além do mais, essa rede deve promover, por meio do empoderamento, a prevenção de possíveis novas vítimas.

Portanto, é um elo de intersecção: mulher-informação-órgãos de apoio e proteção às mais variadas formas de violências existentes. A Figura 2 mostra esta perspectiva de forma clara.

Figura 2 – Elo de intersecção mulher-informação-órgãos de apoio e proteção à(s) violência(s)



Fonte: Os autores (2023).

Essa estrutura tecnológica deve ser pensada como uma solução integrada, através da modulação de uma base de dados e de aplicativos que facilite o apoio à mulher vítima de violência, com acesso amigável, levando em consideração todas as necessidades de quem precisa utilizá-la, necessidades essas que vai desde as limitações sociais, culturais, educacionais e físicas, passando pela identificação dos riscos e o nível de urgência, facilitando assim a ação dos atores da rede.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No âmbito da informação, é essencial que as escolas/universidades incluam debates sobre igualdade de gênero, respeito e prevenção da violência em seus currículos. Ao informar crianças e jovens desde cedo sobre essas questões, podemos ajudar a construir uma sociedade mais consciente, empática e comprometida com o fim da violência contra a mulher.



Considera-se fundamental que os meios de comunicação desempenhem um papel responsável ao tratar de questões relacionadas à violência contra a mulher. A cobertura sensacionalista ou a culpabilização das vítimas podem perpetuar estereótipos prejudiciais e dificultar o acesso à informação correta. Em vez disso, a mídia deve contribuir para a conscientização, denunciando a violência e apoiando iniciativas de prevenção e combate.

Faz-se necessário a criação de uma rede que possa acolher e garantir o acesso e a acessibilidade em todos os momentos que antecedem a(s) violência(s) contra a mulher. Esta rede deve estar nutrida por aparatos que subsidiem a captação de quaisquer indícios de violência, do mais simples ao mais descomedido, no sentido de evitar, sobretudo, o feminicídio. É preciso, portanto, que haja uma conexão entre todos os órgãos responsáveis (atores) com a vítima, desde a assistência social à justiça, propriamente dita. Uma rede fortalecida pela informação e uma mulher com competência informacional que consiga acessar essa rede por meio das tecnologias de informação, garantiriam o cumprimento dos direitos estabelecidos nas leis de combate e prevenção.

Em suma, a informação é ferramenta mais poderosa no combate à violência contra a mulher. Ao criar uma sociedade, como um todo, bem informada, sensível e engajada, dão-se passos importantes para erradicar essa forma de violência e construir um mundo mais seguro e igualitário para todas as mulheres. O trabalho é coletivo, e entende-se que a Ciência da Informação, pode subsidiar pesquisas que discutam a importância da competência informacional para mulheres vítimas de violência(s), além de, prospectar a construção de uma rede informacional de busca à informação e ao conhecimento, agindo de forma operacional contra essa triste realidade que ainda aflige milhões de mulheres em todo o mundo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. **Estratégias empresariais e formação de competências**: um quebra-cabeça caleidoscópico na indústria brasileira. São Paulo: Atlas, 2000.

GARCIA, J.C.R.; TARGINO, M.G; DANTAS, E.R.F. Conceito de responsabilidade social da informação. **Inf.**, Londrina, v. 17, n. 1, p.1 - 25, jan./jun. 2012  
<http://www.uel.br/revistas/informacao/>

GRADDOL, D. **O futuro do inglês?** Londres: Conselho Britânico, 1997.

MARCHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 72-79, 2002.

LATOUR, B. **Reassembling the social: an introduction to actor-network theory.** New York: Oxford Press University, 2005.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MORAES, M. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v. 11, n. 2, p. 321-33, maio/ago. 2004.

SANTOS, A. S; MAIA, L. C. G. O que há num nome?: Information Literacy e a Coinfo. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 51, n. 1, 2022. DOI: 10.18225/ci.inf.v51i1.5666. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5666>. Acesso em: 11 set. 2023.

## O INTERESSE SOBRE *FAKE NEWS* PELA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS INDEXADOS NA BRAPCI

**Willian Lima Melo**  
willianmelo23@gmail.com

**Marcos Aparecido Rodrigues do Prado**  
marcospraddo75@gmail.com

**Taynara Cristina da Silva**  
taynara.silva@ichca.ufal.br

---

### Resumo

É recente a evocação do termo de “*fake news*” em comunicações científicas da comunidade acadêmica brasileira inscrita na grande área de Ciências Sociais Aplicadas. Este artigo objetiva identificar a presença do conceito “*fake news*” em artigos científicos no domínio da grande área das Ciências Sociais Aplicadas por meio de levantamento na Base de Dados em Ciência da Informação. Metodologicamente, a pesquisa é exploratória com abordagem quantitativa e qualitativa, em que a perspectiva cientométrica foi utilizada para representação dos resultados. Apresenta discussões que reforçam o entendimento do papel da comunicação científica para a consolidação de conceitos que visam refletir demandas presentes na sociedade. Considera positivo o aspecto exploratório das discussões para estudos que podem oferecer contribuições no campo dos estudos métricos, da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, no intuito de entender a práxis de elaboração conceitual presente em uma comunidade científica circunscrita.

**Palavras-chave:** Comunicação científica. Fake news. Conceito.

### THE INFORMATION SCIENCE INTEREST ABOUT *FAKE NEWS*: AN ANALYSIS OF SCIENTIFIC ARTICLES INDEXED IN BRAPCI

#### Abstract

The use of the term “*fake news*” in scientific communications by the Brazilian academic community enrolled in the large area of Applied Social Sciences is recent. This article aims to identify the presence of the “*fake news*” concept in scientific articles in the field of Applied Social Sciences through a survey the Information Science Database. Methodologically, the research is exploratory with a quantitative and qualitative approach, in which the scientometric perspective was used to represent the results. It presents discussions that reinforce the understanding of the role of scientific communication for the consolidation of concepts that aim to reflect demands present in society. It considers positive the exploratory aspect of the discussions for studies that can offer contributions in the field of metric studies, Librarianship and Information Science, in order to understand the praxis of conceptual elaboration present in a circumscribed scientific community.

**Keywords:** Scientific communication. Fake news. Concept.

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo tem presenciado desafios latentes com o ritmo avultado no fluxo de informações. Este fenômeno atual decorre da implementação de aparatos e dispositivos tecnológicos para uso cotidiano. Com isso, as pessoas têm potencializado as suas capacidades individuais de produzir, acessar e replicar conteúdos informativos para propagar uma estrutura de disseminação informacional sem precedentes na história humana. Notadamente, se percebe um fenômeno caracterizado pela interatividade virtual que é determinada pelos contatos remotos, síncronos e assíncronos para denotar um frenesi na comunicação informacional.

Com esse crescimento vertiginoso de informações orientando os processos dinâmicos para gerar, circular e transferir conteúdos informacionais em larga escala tornam-se favoráveis as interferências ardilosas e ludibriantes para interesses escusos das mais diferentes finalidades. Eis o ambiente fértil para semear e alastrar inverdades que descontextualizam a percepção da realidade. Logo, se trata de uma prática de oportunismo que confunde e aturdi a assimilação das pessoas com a difusão sistemática de conteúdo sem veracidade e nenhum compromisso com os fatos.

É diante do aceleração crescente dos fluxos informacionais que as *fake news* têm delineado condições para realizar a sua ascensão nas disposições comunicacionais. As *fake news* são notícias falsas que evidenciam um teor enganoso como ação premeditada por fraude informacional. A base estruturante das *fake news* sustenta-se pelo caráter simulacro que desvirtua a veracidade dos fatos criando uma realidade paralela e deturpada para entendimentos situacionais de determinados acontecimentos conjunturais. Desse modo, as *fake news* representam o logro intencional revestido sistematicamente de maldade com demonstrações para simular fatos e legitimar o engodo que descaracterizam a percepção da realidade.

O fenômeno das *fake news* nos tempos atuais repercute interesses em diversos domínios de especialidades. A Ciência da Informação se soma a essa tendência emergente. Assim, o presente artigo desenvolve uma análise diacrônica da presença da terminologia *fake news* em artigos científicos indexados na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci). Afinal, é sabido que a grande área das Ciências Sociais Aplicadas vem se debruçando sobre a dimensão conceitual de *fake news*. Com isso, este artigo apresenta como problema a seguinte questão: como os

registros científicos contidos na base dados Brapci podem indicar a presença histórica do conceito *fake news* na grande área Ciências Sociais Aplicadas?

Dessarte, o objetivo que orienta a finalidade de investigação deste artigo consiste em identificar a presença do conceito *fake news* em artigos científicos no domínio da grande área das Ciências Sociais Aplicadas por meio de levantamento na Brapci. Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como exploratória com abordagens quantitativa e qualitativa, sendo a perspectiva cientométrica utilizada para a representação dos resultados.

Outro aspecto do presente artigo a ser ressaltado tem a ver com a notabilidade desencadeada pelas *fake news* que propiciou a formulação de outros termos e expressões de linguagens visando designar tratamento de categorias referenciais acerca das notícias falsas. Neste sentido, além das *fake news* propriamente, outras três terminologias adensam o contexto informacional: desinformação, infodemia e pós-verdade e o discurso de ódio.

Embora o presente artigo mantenha foco estrito direcionado às *fake news*, as outras três terminologias mencionadas também compõem o arcabouço de reflexões teóricas com apresentação de características específicas e as suas pertinentes definições conceituais. Esta ampliação teórica que abrange as *fake news* e incorpora reflexões para aspectos fundamentais relacionados com desinformação, infodemia e pós-verdade sinalizam a pertinência referencial sobre as nuances do contexto da informação na contemporaneidade.

## **2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E CONSOLIDAÇÃO CONCEITUAL**

Dois tópicos demonstram relevância e aproximação discursiva neste estudo: a comunicação científica e a solidificação dos conceitos. Esta seção mantém foco em demonstrar como essa relação é sugestiva para entender o surgimento e o processo de consolidação do conceito *fake news* na área da Ciência da Informação.

### **2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA**

Entendendo a cadeia envolvida com a comunicação científica, verifica-se que a prática científica é fortemente influenciada por aspectos sociais, o conhecimento científico impacta diretamente a vida de todas as pessoas, sejam elas entusiastas da

tecnologia ou não (Velho, 2011). A comunicação científica não se limita apenas às pesquisas e à análise de dados, também é importante comunicar as descobertas, os resultados e as considerações aos pares, a comunicação feita de forma eficaz e clara, pode ajudar a disseminar e difundir descobertas e assim promover o avanço do conhecimento científico.

A comunicação científica tem como objetivo disseminar informações por meio de resultados de pesquisas e publicações de artigos entre os pares científicos, pesquisadores e cientistas. É um tipo de comunicação de caráter especializado, que se utiliza, como meios de propagação, os canais formais e/ou informais, como por exemplos: reuniões (informal), discussões (informal), artigos científicos (formal), livros (formal), entre outros.

Sendo essenciais para o avanço do conhecimento e a disseminação de informações na comunidade científica, como referido, as comunicações podem ocorrer em âmbitos formais e informais, cada um com suas características específicas. Comunicações científicas formais referem-se a comunicações disponibilizadas em formatos que certifiquem maior garantia de preservação temporal e recuperação do documento. As trocas de conhecimento são essenciais para o avanço contínuo da ciência e do desenvolvimento da sociedade.

Contudo, como indicam Miranda e Pereira (1996), variáveis estão envolvidas no entendimento do fluxo de produção da ciência e de sua comunicação, suportes e tecnologias são fatores determinantes para garantia característica desse tipo de comunicação, pois são eles que irão garantir a durabilidade de um registro (papel, periódicos e base de dados, internet, por exemplo). Dessa relação entre a ciência, seus suportes e as tecnologias envolvidas, recebemos os entendimentos de comunicação científica formal e informal.

A comunicação científica formal é destinada, geralmente, a um público acadêmico e especializado e é fundamental para o fluxo de informações científicas que revigora as estruturas e os paradigmas correntes em uma comunidade (Kuhn, 2009). Alguns dos principais exemplos de comunicações científicas formais incluem: artigos científicos, teses, dissertações, livros científicos (Meadows, 1999).

Por outro lado, as comunicações científicas informais têm a fugacidade como característica principal, sendo importante indicar:

Uma comunicação informal é em geral efêmera, sendo posta à disposição apenas de um público limitado. A maior parte da informação falada é, portanto, informal, do mesmo modo que a maioria das cartas pessoais. Ao contrário, uma comunicação formal encontra-se disponível por longos períodos para um público amplo. Os periódicos e os livros são publicados (isto é, tornados públicos) e em seguida armazenados por longos períodos em bibliotecas, de modo que são exemplos arquetípicos de comunicações formais (Meadows, 1999, p. 7).

A clássica referência de Meadows (1999) pode esboçar como exemplos de comunicação informal as discussões e debates científicos, comunicações pessoais entre agentes científicos. Cabendo frisar, nesses últimos exemplos, a não execução do registro dessas práticas.

Esses dois tipos de comunicações científicas se complementam, pois, as comunicações formais asseguram a validação e confiança do conhecimento, enquanto as comunicações informais podem promover a colaboração, o intercâmbio de ideias e o acesso mais rápido à informação científica em desenvolvimento. Ambos desempenham papéis importantes no avanço do conhecimento científico e no fortalecimento da comunidade científica como um todo.

Abordando a especificidade da comunicação científica formal e informal e contribuindo para a definição terminológica, Targino (2000) assegura que no caso específico da comunicação científica, a informação é caracterizada como produto, pois essa passa a ser materializada, a comunicação é um ato, um mecanismo, é o processo de intermediação que permite o intercâmbio de ideias entre os indivíduos, sabendo que esse processo “[...] pressupõe um estoque comum de elementos preexistentes – **linguagem, expressões, códigos** etc., essencial para facilitar o fluxo informacional” (Targino, 2000, p. 10, grifo da autora). A comunicação científica obedece a práticas estabelecidas pela comunidade científica, estabelece o fluxo da informação científica entre indivíduos que se dedicam as pesquisas e entre grupos específicos de cientistas de diversas especialidades, línguas, nações e ideologias políticas. Nesse sentido, complementa:

[...] o processo de comunicação científica consiste na interação psicológica entre os interesses individuais e grupais, mediante influência recíproca e permanente. Por exemplo, é pretensão do cientista conseguir credibilidade e aceitação, o que só é possível mediante aprovação de sua produção científica pelos pares (Targino, 2000, p. 12).



Outra contribuição vem de Caribé (2015), ao definir que o processo de comunicação da ciência seria uma atividade ou comportamento que facilite a construção e o compartilhamento de significados entre os agentes científicos. A estrutura de comunicação consiste no conjunto de relacionamentos entre os indivíduos unidos pelos significados que constroem e compartilham entre si.

A comunicação científica é tão importante quanto a pesquisa, o levantamento de dados e resultados. Legitimamente ela atente ao fluxo de informações de uma comunidade interna dirigida, a comunidade científica, e serve de insumo para a divulgação científica, que é destinada ao público não especializado (Bueno, 2010).

A comunicação científica desempenha um papel fundamental na difusão e compartilhamento de conhecimentos gerados por pesquisas e estudos científicos. Ela abrange todas as atividades que visam transmitir informações científicas, descobertas e resultados para a comunidade científica. Como apresentado, a importância da comunicação científica pode ser destacada por diversos motivos, como o oferecimento de caminhos para o acesso ao conhecimento e, em contexto amplo, o avanço da ciência. São esses processos, por exemplo, permitem que outros pesquisadores tenham acesso às descobertas mais recentes, o que ajuda a avançar o conhecimento em diferentes áreas.

O tópico comunicação científica permanece relevante e contribui significativamente para o entendimento dos fenômenos envolvidos com a Ciência da Informação. Estudos atuais sobre essa prática seguem na percepção e entendimentos das mudanças paradigmáticas no processo de comunicação entre pesquisadores (Albagli; Clinio; Raychtock, 2023), que provocam novos regimes de fluxo da informação científica e podem ser observados como resultado da introdução de tecnologias de informação no ambiente acadêmico e fornecem um solo fértil para novos problemas de pesquisa.

## 2.2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA CONSOLIDANDO CONCEITOS

A expressão da ciência é dada pela ação do homem, é ele quem elabora, em uma relação com mundo, os argumentos científicos que devem ser validados por uma comunidade específica. A ciência está envolta em procedimentos como a elaboração/reelaboração de conceitos, expressão de juízos e argumentações (Köche, 2015). Desses, entende-se que os conceitos são “[...] criações humanas, de

elaborações e reelaborações teóricas cuja razão de ser reside precisamente na possibilidade de os colocarmos e os recolocarmos em permanente discussão” (Barros, 2016, p. 18).

Autores como Giddens e Sutton (2017) vão indicar que o formato total de uma área/disciplina terá, em sua composição, um léxico conceitual, que passará por constantes mudanças conforme o tempo. Mais uma vez, na concepção filosófica de se entender como os conceitos surgem, encontra-se a contribuição de Barros (2016, p. 18-19):

[...] se alguns conceitos afloram a partir da atenta observação, outros são mais diretamente produzidos pela imaginação, sem que haja qualquer primazia hierárquica na distinção entre estas duas operações – a de inventar a partir de uma observação sistemática, e a de imaginar a partir de um esforço puramente criador. Não obstante, acrescento que a vontade de conceito, ao menos na ciência, parece sempre visar à realidade, mesmo que sem assegurar a possibilidade de aprendê-la total ou parcialmente; ou, em uma metade lógica dos casos, mesmo que sem ter sequer a pretensão efetiva de apreender a realidade tal como ela é (o que não impede de visá-la).

Operando no sentido que parte da observação sistemática da realidade, está o conceito de “*fake news*”. Sendo, literalmente, traduzido como “notícia falsa”, essa palavra reaparece envolvida de forma ativa nas discussões cotidianas voltadas à “pós-verdade” que emergiram no período da eleição do republicano Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2016 e na campanha pelo Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia) em 2017. Do período citado até hoje, percebe-se que se encontra nas Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (NTICs) verdadeiras arenas de disputa da opinião pública, em que diversos formatos textuais operaram sem, necessariamente, filtrarem a veracidade das informações.

Esse fenômeno suscitou a comunidade científica à ação da observação sistemática, a proposição de elaboração teóricas e de emissão de juízos de valor e argumentações. A esse processo, entende-se que “*fake news*” deixou de ser uma palavra e seu conceito, no campo das ciências, ganha outro patamar. Sobre esse tipo de processo, indica Barros (2016, p. 26-27):

Embora o conceito possa se valer de uma palavra comum, empregada na vida cotidiana para fins corriqueiros e cotidianos, é preciso compreender que há uma diferença muito grande entre o conceito e as palavras comuns, empregadas nas conversas diárias e sem pretensões científicas e filosóficas. Os conceitos que circulam nos diversos campos de saber

sempre implicam discussões entre os seus praticantes, comportando escolhas derivadas e demandas específicas. Eles movimentam ou possibilitam perspectivas teóricas, e reaparecem com frequência nos trabalhos produzidos pelos pesquisadores e pensadores do campo passando a integrar certo repertório conceitual.

Contudo, é importante frisar o tempo e o local da discussão. Em relação ao tempo, na perspectiva da palavra, “*fake news*” não é recente, mas a forma como ela ressurgiu, configurada com as variáveis cognitivas, tecnológicas, políticas e geoeconômicas, desperta o interesse da comunidade científica, que está cada vez mais atenta aos atores e problemas sociais (Velho, 2011). Em relação à característica socio-discursiva desse conceito na ciência, percebe-se que para a Ciência da Informação, historicamente, outro conceito já demandava atenção dos pesquisadores: o de “desinformação”, porém, em uma relação lógica, entende-se que nem toda “desinformação” é uma “*fake news*”, porém, toda “*fake news*” é uma “desinformação”. Esse jogo de caracterização terminológica tem espaço fértil na prática da comunicação científica, no sentido de demarcação conceitual.

### **3 ATRIBUTOS TERMINOLÓGICOS DA INFORMAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

São inúmeros os desafios para se compreender a dimensão informacional da realidade contemporânea. Isso porque há múltiplos mecanismos operando sistematicamente os meandros de iniciativas mediadoras que causam interferências na recepção informacional, proporcionando até mesmo a distorção dos fatos e, por consequência, da própria realidade.

Afinal, como reconhece McGarry (1999, p. 10), “Os fatos estão intimamente ligados ao pensamento e à linguagem [...]”. Isso porque o entendimento da realidade mantém vínculos estreitos com os atributos subjetivos e de características intelectuais para interpretação contextual e associativa dos acontecimentos históricos e socioculturais, mas também com os eventos fugazes do cotidiano.

Neste sentido, a linguagem operacionaliza os processos intelectuais para desenvolver as capacidades subjetivas de percepção como qualidade fundamental da consciência. Logo, “[...] é a partir dessa experiência que se medem todas as significações da linguagem, é justamente ela que faz com que a linguagem queira dizer algo para nós” (Merleau-Ponty, 2011, p. 12).

A partir dessa condição subjetiva que se entende a receptividade como consequência da mediação da informação porque esse processo constitui “[...] um fenômeno essencialmente comunicacional que aciona elementos cognitivos individuais e também aos aspectos coletivos transmitidos nas diferentes ambiências sociais e apropriados intelectualmente” (Prado, 2023, p. 17).

Sendo assim, entende-se que as *fake news* afetam a capacidade de recepção informacional permitindo aos sujeitos distúrbios de entendimentos entre fatos verídicos e os fatos manipulados ao engano, gerando incertezas e aderência a uma realidade paralela ou até mesmo suscetível a uma forma de cooptação voluntária e intelectual às teorias conspiratórias.

Frente aos desafios emergenciais que implicam a relação informacional com as *fake news* é preciso esclarecimentos de noções referenciais que denotam a complexidade de conteúdo enganoso no fluxo cotidiano de informações transmitidas e acessadas em diferentes meios e canais. De pronto, considera-se que as *fake news* são, em essência, as notícias falsas propagadas intencional e sistematicamente com a finalidade de disseminação de conteúdos fraudulentos para arremedar e desvirtuar as percepções de fatos e contextos específicos.

Para complementar essa ideia, julga-se necessário e pertinente apresentar de maneira introdutória outras terminologias que são intimamente ligadas às *fake news*: desinformação, infodemia e pós-verdade. Pois, segundo Araújo (2021, p. 3), “Todos esses termos se relacionam com os atuais regimes de informação, isto é, com as condições contemporâneas de produção, circulação e uso da informação”.

Logo, pensar a informação em tempos atuais exige um processo abrangente que contemple múltiplos referenciais para qualificar coerência de sentido e ligação factual com a realidade. É com essa perspectiva que a denotação informacional para a contemporaneidade implica fundamentalmente considerar a interferência de *fake news*, desinformação, infodemia e pós-verdade.

### 3.1 DESINFORMAÇÃO

A desinformação é um processo doloso que mantém vínculos diretos com as ações sistemáticas de *fake news*. Isso porque o processo de desinformação se caracteriza por manobras ou artifícios intencionais de má-fé visando induzir pessoas para acreditar em algo ilusório, enganoso e, sobretudo, falso. De pronto, Argemí

(2019, p. 19, tradução nossa<sup>1</sup>) esclarece que “O ato de desinformar geralmente se refere à ação de alguém disposto a manipular, ocultar ou deturpar certas informações a terceiros, informações que não são favoráveis ao desinformador”.

A essência da desinformação articula-se com os propósitos estruturantes da pós-modernidade que “Entre suas características está o questionamento da ideia de existência de uma verdade absoluta, única, ou seja, não existiria uma resposta absolutamente correta sobre o que cada elemento da realidade significa” (Araújo, 2021, p. 6). Desse modo, a desinformação permeia o caos e a desordem mental pela incerteza ou desconexão informacional com a realidade concreta. Pois, a desinformação se beneficia diretamente das condições em que “A falta de qualidade de apuração e o excesso de informações tendem a consolidar o ambiente de boato em rede” (Becker; Goes, 2020, p. 50).

Assim, a desinformação é uma forma de anomalia informacional que desqualifica a veracidade dos fatos para impor uma visão distorcida e equivocada pela fabricação de notícias sob ponto de vista conveniente aos interesses específicos de quem produz esse tipo de conteúdo. Notadamente, a desinformação instaura o “[...] estado de caos, de confusão, de dúvida, gerado em amplas parcelas da população que justamente necessitam e/ou buscam informação para definir suas opiniões e tomar suas decisões” (Araújo, 2021, p. 6).

A desinformação camufla e torna nebulosa as habilidades sensoriais que estabelecem a sensatez necessária para qualificar a percepção de veracidade dos fatos. Nesta perspectiva, Wilke (2019, p. 385) entende que:

A verdade factual liga-se aos fatos, aos eventos, às circunstâncias, ou seja, àquilo que é reconhecido pelas pessoas como legitimamente ocorrido, pelos variados testemunhos, e seriam aqueles, quando aceitos e tidos como comuns, que dariam a base para as concordâncias e discordâncias no diálogo.

À vista disso, a desinformação se projeta por mecanismos de fabricação maniqueísta que preza pela deturpação do contexto informacional para criar perspectivas enganosas de interpretações ardilosamente ludibriadas. Não à toa que Coelho Netto (1997, p. 175), ao apresentar elementos nocionais contidos na ideia de “fabricação cultural”, qualifica aspectos etimológicos que dão “[...] referência ao

---

<sup>1</sup> “El acto de desinformar suele referirse a la acción de alguien con voluntad de manipular, ocultar o tergiversar determinada información a terceros, una información que no es favorable a quien desinforma”.

sentido de *fábrica* em latim, que significa engano, artifício, dolo [...]. Portanto, as *fake news* são insumos primários da desinformação que se instrumentalizam em processos capciosos de fabricação informacional para gerar um estado de alienação degenerada sobre a realidade.

### 3.2 INFODEMIA

Infodemia é um neologismo dos tempos atuais que se originou em decorrência da imprecisão informacional caracterizada pelo crescimento acelerado de dados e informações, tornando ainda mais complexo e agravante esse quadro pela adição hiperbólica de *fake news*. Em aspecto linguístico a palavra infodemia é um morfema que combina o “[...] radical info- (deduzido de informação) [...] + -demia (do grego *dêmos* ‘povo’ + o sufixo -ia, formador de substantivos da terminologia médica, [assim] podemos ter ‘infodemia’, para indicar neste momento a propagação em massa de informações, muitas delas falsas [...])” (Bechara, 2020, n.p., grifo do autor).

Sendo a infodemia associada a uma dimensão médica, o termo exprime a ideia de doença, ou seja, uma patologia de caráter generalizado que implica referência ao contágio suscetível de uma população. Assim, o fator médico (ou de saúde) que orienta a noção semântica do termo infodemia atrela-se à concatenação de pandemia pela proliferação acentuada de informações, incluindo as de conteúdo enganoso. Para Araújo (2021, p. 7, grifo do autor) a infodemia “[...] se constitui uma natureza ‘pandêmica’ dos fenômenos informacionais, tomados desde a perspectiva de seus efeitos adversos ou disfunções”. A infodemia repercute na lógica do caos pelo excesso nos fluxos informacionais causando prejuízos sociais e anomalias psicológicas.

O fenômeno social da infodemia mantém laços relacionais efetivos com os avanços frequentes e sistemáticos das NTICS. Pois, “O acesso facilitado à tecnologia proporciona a disseminação de informações em aplicativos midiáticos e nas redes sociais simultaneamente aos acontecimentos” (Nogueira; Domingues; Araújo, 2023, p. 347). Assim sendo, verifica-se que as redes sociais digitais configuram espaços interativos de preferência às práticas comunicacionais da atualidade tornando ambientes propícios para fabricação e disseminação de informações estruturadas em *fake news* e desinformação. Como consequência, “[...]”

a desinformação produz a ‘infodemia’ e é produzida por ela em um ciclo vicioso” (Kalil; Santini, 2020, p. 6, grifo dos autores).

Apesar de sua preeminência induzir a um aspecto recente, as *fake news*, que tanto contribuem para o fortalecimento da infodemia, não configuram um fenômeno restrito à realidade contemporânea. A história humana contém muitos exemplos de registros deste tipo de ocorrência. Afinal, “[...] o ato de proferir notícias falsas é tão antigo quanto é antiga a própria existência da humanidade, contudo o que temos presenciado atualmente é o aumento do seu nível de propagação e dos seus efeitos na vida das pessoas” (Lisboa *et al.*, 2021, p. 72).

Ressalta-se que a infodemia não se limita unicamente ao contexto das *fake news*, embora seja notável que as notícias falsas potencializam o ambiente conflitante à compreensão da realidade por conta da incerteza gerada na recepção informacional. Garcia e Duarte (2020, p. 1) qualificam a infodemia como “[...] um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico [...]”.

Desta forma, a infodemia se apresenta como um estado nebuloso de superabundância pela oferta demasiada de informações que afeta a capacidade humana para assimilar conteúdo, condição que dificulta a tomada de decisão em momentos específicos. Pois, a infodemia se caracteriza pelo “[...] constante bombardeio de informações que alcança as pessoas por diversos meios e mídias (como televisão, rádio, computador, *tablets*, *smartphones*, jornais impressos ou eletrônicos, *blogs*, mídias sociais, aplicativos de conversas) acaba por sobrecarregá-las” (Garcia; Duarte, 2020, p. 1).

A infodemia se orienta pelo dinâmico e acentuado florescimento informacional combinado pela implementação tecnológica de dispositivos comunicacionais. Neste processo labiríntico utilizado para criação e difusão de conteúdos informativos, a infodemia também representa um desafio por ocasionar malefícios relacionado com “[...] ansiedade, sobrecarga e exaustão nas pessoas, além de tornar mais complexos os processos de controle de qualidade do que é publicado e de atestar a idoneidade das fontes de informação” (Araújo, 2021, p. 7).

Enfim, a infodemia se caracteriza fundamentalmente pelo excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações. Por isso mesmo que infodemia está diretamente relacionada com desinformação pela confusão mental e



as incertezas características devido ao volume informacional em circulação e encontra nas *fake news* um desafio ainda mais problemático para se constatar a veracidade factual.

### 3.3 PÓS-VERDADE

Em um mundo cada vez mais profuso de recursos informacionais o fluxo de produção, disseminação e receptividade de conteúdo é algo extraordinariamente intenso e dinâmico. Esse processo veloz formula uma acelerada obsolescência informacional em condição abrupta e também desencadeia *modus operandi* para fabricar alastramentos de conteúdos distorcidos e enganosos. São tantas as ofertas de informações que a percepção de verossimilidade se confunde ou se perde em seu crivo referencial para afiançar certeza em sentido absoluto, ou seja, sem qualquer possibilidade de hesitação.

É neste contexto melindroso que a noção de verdade não concilia com a precisão dos fatos comprobatórios para garantir a autenticidade fidedigna com a realidade. Afinal, a pós-verdade se articula pela contumácia de “[...] repetição incansável da mesma história ficcional até levar as pessoas a se convencerem de que elas são verdadeiras” (Santaella, 2018, p. 31). Com isso, a pós-verdade evoca novas formulações de perspectivas para enveredar asserções às narrativas informacionais, inclusive atribuindo distorções deliberadas sobre a noção de verdade.

Tamanha é a importância atual da pós-verdade que, em 2016, o Dicionário Oxford a elegeu como palavra do ano (Araújo, 2020; Siebert; Pereira, 2020; Santaella, 2018; Aparici; García-Marín, 2020). Assim, o renomado Dicionário Oxford define a pós-verdade como “[...] circunstâncias em que os fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e crença pessoal” (Gabelas; Marta-Lazo, 2020, p. 84, tradução nossa<sup>2</sup>). Logo, o reconhecimento da pós-verdade como terminologia proeminente na contemporaneidade advém de um contexto predominado de incertezas e manipulações informacionais. Isso porque as *fake news*, a desinformação e a

---

<sup>2</sup> “[...] circunstancias en que los hechos objetivos influyen menos en la formación de la opinión pública, que los llamamientos a la emoción y a la creencia personal”.

infodemia realizam interferências sistemáticas que possibilitam a deturpação da realidade, ocasionando um ambiente propício para implementação da pós-verdade.

Tendo como base fundamental Borges Junior (2019, p. 525), verifica-se que:

O termo pós-verdade tem sido associado a uma série de tentativas de leitura do que sugere se anunciar como uma condição absolutamente paradoxal de nossa contemporaneidade, um tempo no qual a opinião pública parece perder seu lastro de uma pretensa verdade objetiva, um horizonte ético racional, assumindo, em seu lugar, posicionamentos que parecem se resguardar muito mais no campo das crenças e emoções.

Se percebe que os atributos nocionais de pós-verdade qualificam sentido à opinião pública como fator de expressão de crenças e sentimentos para engendrar percepção da verdade, ainda que construída em processos caracterizados por subjetividades paradoxais. Desse modo, a pós-verdade se apresenta como uma noção de relativismo seletor que orienta a ideia de verdadeiro, não como comprovação factual da realidade, mas a partir das convicções persuasivas impostas na sociedade e assentidas por pessoas ou grupos sociais especificamente. Com isso, a informação se torna um tipo de mecanismo orientado à construção de discursos. Pois, “A informação (re)significa o real, materializando-se discursivamente enquanto acontecimento” (Siebert; Pereira, 2020, p. 242). Assim, a pós-verdade elabora a informação baseando-se em verdades subjetivas com propósitos orientados às finalidades específicas. Pois, “[...] sendo o momento atual de constantes inovações, a informação é uma peça basilar na organização da sociedade” (Cruz; Gominho, 2020, p. 30).

Notadamente, a pós-verdade representa um estado condicional dos diferentes tipos de interferências humanas para projetar modelagens de sentido que determinam as percepções da realidade. A pós-verdade mantém laços estreitos com a subjetividade de dogmas, utopias e pontos de vistas cunhados em aspectos nebulosos e circunscritos por tendenciosidades de doutrinas políticas, ideológicas, religiosas ou outros interesses característicos. Fundamentalmente, a pós-verdade representa uma desvinculação humana com os fatos reais, condicionando em demasia as informações a um estado quimérico da realidade. Para Araújo (2020, p. 37) a pós-verdade se define pela articulação de “[...] crenças e visões de mundo sem se basear na razão e nas evidências, isto é, nos fatos, em um esforço para evitar descontentamento psíquico”. Portanto, essencialmente, a pós-verdade se delinea

com pressupostos da sensibilidade psicológica para cooptar pessoas em orientações maniqueístas que desqualificam a veracidade dos fatos impondo novas configurações da realidade com atributos de “verdades” artificialmente construídos.

Apesar de a pós-verdade acentuar importância na contemporaneidade, não se trata de um fenômeno recente e exclusivo aos momentos atuais. Para Santaella (2018, p. 30, grifo nosso), “Desde a era da pedra, mitos foram reforçados a serviço da união da coletividade humana. Realmente, o *homo sapiens* conquistou este planeta graças, sobretudo, à habilidade humana única de criar e disseminar ficções”. No entanto, a noção referencial atribuída à ideia de pós-verdade é uma formulação recente. Santaella (2018) e Araújo (2020) identificaram contextualmente que o termo pós-verdade foi introduzido por Steve Tesich na revista *The Nation*, em 1992, com referência ao Irã durante a Guerra do Golfo (1990-1991). Já, “Em 2004, a expressão foi título de um livro de Ralph Keyes, *The Post-Truth Era*” (Bucci, 2018, p. 22). Posteriormente, em 2010, o blogueiro David Roberts se utilizou da expressão “política da pós-verdade” para se referir à cultura política que influencia a opinião pública com narrativas midiática, incluindo as estruturas modernas de aparatos e dispositivos das TIC (Bucci, 2018, Santaella, 2018; Araújo, 2020).

É certo reconhecer que o advento da internet, especialmente com a chegada das redes sociais digitais, as *fake news* incorporaram novas estruturas de produção, disseminação e uso informacional. Consequentemente, este contexto favorece perturbações características ao estado de desinformação e propicia amplitude ao frenesi da infodemia. São circunstâncias informacionais que articulam o desenvolvimento oportuno da pós-verdade. Afinal, esta “[...] se relaciona com uma gigantesca disseminação de informações falsas, que estão atuando para moldar a tomada de decisão das pessoas em diferentes esferas (na política, na economia, na educação, na saúde, na religião), em velocidade e quantidade nunca vistas” (Araújo, 2020, p. 39).

A pós-verdade configura uma condição humana que não se importa com a veracidade dos fatos porque há envolvimento pessoais de implicações subjetivas, ou seja, permeia a alienação social. Neste sentido, “[...] os indivíduos de uma sociedade tendem a acreditar na informação que mais convém a suas crenças e direcionamentos morais terminando, assim, por descartar toda a informação contrária a que lhe agrada” (Cruz; Gominho, 2020, p. 39). O negacionismo científico é um exemplo típico e específico a ser oferecido a respeito da pós-verdade.

*Fake news*, desinformação, infodemia e pós-verdade são mais que terminologias ascendentes aos interesses sociais e científicos. São fenômenos que se inclinam visando desvirtuar e desqualificar os fatos como predicado essencial da informação, conseqüentemente incitam desprezo tendencioso à veracidade genuína para percepção da realidade.

#### **4 METODOLOGIA**

Determina-se esta pesquisa como exploratória, pois se entende que esses estudos “[...] orientam a formulação de hipóteses, expondo características essenciais de uma população, de um universo ou fenômeno e permitindo que sejam correlacionadas essas características ou variáveis, sem que, entretanto, haja compromisso de explicar as relações que aponta.” (Bufrem; Alves, 2020, p. 58). São trazidas perspectivas de análise quantitativas e qualitativas, entendendo que essas abordagens não são opostas e podem se complementar, a depender das necessidades postas pelo objeto estudado (Laville; Dionne, 1999).

Apresentando o objetivo de caracterizar a presença do conceito “*fake news*” em artigos científicos no domínio da Comunicação e Ciência da Informação por meio de levantamento na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), tem-se como técnica a mensuração das comunicações científicas em periódicos científicos que vem consolidando *fake news* como um conceito presente nas arenas científico-discursivas das áreas da Comunicação e Ciência da Informação.

A mensuração ocorreu na base de dados Brapci, recorreu a investigação avançada do termo “*fake news*” nas seguintes delimitações de busca: “título”; “palavras-chave”; “resumo”; e “texto completo”. No sentido de estabelecer comparações na seção dos “Resultados e Discussões”, promoveu-se o mesmo mecanismo para o termo “desinformação”. As buscas foram realizadas no período de junho e julho de 2023 e estabeleceu-se como recorte para as análises os artigos científicos produzidos no período de 2000, período observado a primeira ocorrência de pelo um dos conceitos selecionados para o estudo (o de desinformação), até 2022, último ano com ciclo temporal fechado para equidade de análises.

Outra etapa metodológica para o alcance dos resultados ocorreu por meio da análise de conteúdo (Bardin,2008), em que foram selecionados nos artigos levantados os títulos dos artigos (categoria de análise), devido a sua capacidade

temática-conceitual representativa. No contexto das análises das comunicações científicas, para o tratamento dos títulos, utilizou-se as análises lexicométricas, no intuito de demarcar a presença/frequência de outras terminologias presentes no título associadas a artigos que possuíam o conceito de “*fake news*” presentes no título, e/ou nas palavras-chave, e/ou no resumo, e/ou texto completo. O *software* utilizado para a realização dessa etapa foi o Microsoft Excel.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As análises apresentadas nesta seção partem, inicialmente, de uma quantificação que vai demarcar a temporalidade e o caráter situacional do aparecimento dos conceitos “desinformação” e “*fake news*”. Como já demonstrado na seção de Metodologia, refere-se como recorte os artigos que demarcam esses conceitos indexados na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), que no ano de 2023 detém uma coleção de 97 periódicos, sendo 78 nacionais e 19 internacionais, e os arquivos (anais) de quatro eventos representativos da área da Ciência da Informação (tabela 1).

Tabela 1 - Panorama de periódicos e anais de eventos indexados na Brapci (2023)

	<b>QUANTITATIVO INDEXADO</b>	<b>REVISTAS HISTÓRICAS</b>	<b>ATUALIZAÇÃO NA COLETA</b>
<b>PERIÓDICOS NACIONAIS</b>	78	14	64
<b>PERIÓDICOS INTERNACIONAIS</b>	19	--	19
<b>EVENTOS/ANAIS</b>	4	--	2

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

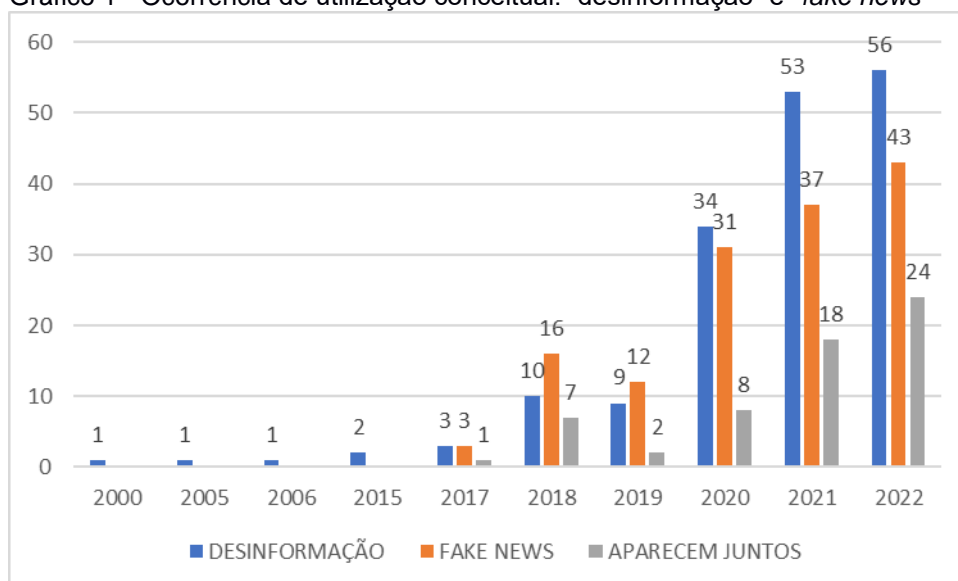
Historicamente, cabe detalhar que a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação configura um marco histórico para a área da Ciência da Informação. Concebida em 1996, por meio de projeto de pós-doutorado da professora Leilah Santiago Bufrem, a base era, inicialmente, denominada Base Brasil/Espanha de Artigos de Periódicos da área em Ciência da Informação (Bres) e era objeto de estudos e fonte de investidas científicas dos grupos de pesquisa coordenados pelo professor Elías Sanz Casado, da Universidade Carlos III de Madrid (UC3M) e pela professora Leilah Bufrem, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Por meio de um convênio interinstitucional entre a UC3M e a UFPR em

2005, a implementação da Brapci no Brasil ganhou força e diversas atividades relativas ao projeto conseguiram ser implementadas (Bufrem *et al.*, 2010).

Ao realizar a busca pelos termos “desinformação” e “fake news” na base de dados escolhida para o estudo, comunicados no período de 2000 até 2022, encontrou-se que esses foram publicados, em perspectiva de variedade, em 62 periódicos, sendo desse total 55 revistas nacionais e sete internacionais.

Ao realizar a estratégia de busca dos termos escolhidos para o estudo, verificou-se que a ocorrência do termo “desinformação” é anterior ao de “fake news”, confirmando, em parte, a hipótese da relação que se faz entre na consolidação desses conceitos (“fake news” e “desinformação”). Configura-se, no ano de 2017, o surgimento das discussões sobre “fake news” em periódicos na grande área das Ciências Sociais Aplicadas (gráfico 1).

Gráfico 1 - Ocorrência de utilização conceitual: “desinformação” e “fake news”



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

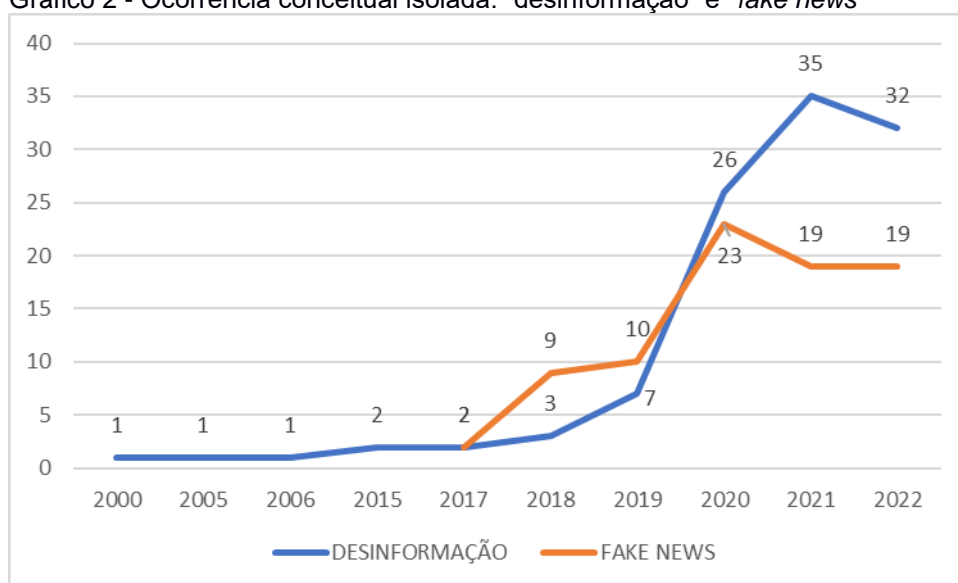
O quantitativo de comunicações científicas mostra uma tendência significativa de alta a partir dos anos de 2017 e 2018. A luz da concepção apresentada por Velho (2010), percebe-se que essa verificação inicial é contextual às ocorrências mundiais vivenciadas à época e é um indicativo das movimentações acadêmicas de investigação sistemática sobre esse fenômeno (Barros, 2016). Tendo como ponto referencial a Brapci, é nesse período (2017-2018) que se começa a verificar o esboço conceitual de “fake news” nas comunicações científicas, sendo esse trabalhado ao longo dos seguintes anos.

O gráfico 1 traz a representação de 252 ocorrências de comunicações científicas. Configura-se que a partir de 2017 os termos “desinformação” e “fake news” começam a aparecer juntos em alguns artigos, demonstrando, mesmo que de forma tímida nesse começo, o fenômeno da delimitação e da concorrência conceitual entre eles. Essa possível tendência de demarcar diferenças conceituais-terminológicas demonstra um crescimento significativo nos anos de 2020, 2021 e 2022 (linha de tendência acentuada).

É importante essa percepção, visto o caráter do domínio do discurso presente nas comunicações científicas, que, segundo Marcuschi (2008), possuem o modo instrucional. Em outras palavras, esses 60 artigos, potencialmente, instruíram capacidades discursivas distintas voltadas aos conceitos de “desinformação” e “fake news”.

Em 192 artigos científicos, os termos “desinformação” e “fake news” apareceram de forma isolada, como ilustra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Ocorrência conceitual isolada: “desinformação” e “fake news”



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Sobre esse fenômeno de isolamento, duas análises se mostram interessantes: a) durante os anos de 2017 e 2019 o termo “fake news” se mostrou superior em ocorrências do que o termo “desinformação”, em uma tendência inicial crescente e depois de estabilidade; e b) durante os anos de 2020 e 2022 o termo “desinformação” supera as ocorrências do termo “fake news”, em uma tendência de estabilidade.



A representação do gráfico 2 demonstra, mais uma vez, a forte perspectiva sugestiva do fenômeno das notícias falsas (*fake news*) ocorrida nos anos de 2018-2020, período da eleição do republicano Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2016 e na campanha pelo Brexit. No entanto, a tendência de estabilidade e acirramento com a ocorrência conceitual-terminológica “desinformação”, pode demonstrar, por parte da comunidade acadêmica, responsável pela característica qualitativa desses conceitos, uma maturidade objetiva de percepção fenomenológica. Recobra-se, que nesse processo, a comunidade científica deva ter revisitado suas produções, balizado as relações de novos conceitos com antigos, estabelecido hierarquias representativas, entre outros fatores.

Outra etapa deste estudo estabeleceu como categoria de análise os títulos dos artigos que apresentavam o termo “*fake news*” presente no título, e/ou nas palavras-chave, e/ou no resumo, e/ou texto completo. A escolha se deu devido capacidade temática-conceitual representativa desse elemento textual (títulos) das comunicações científicas. Para o tratamento desses títulos, utilizou-se as análises lexicométricas, no intuito de demarcar a presença/frequência de outras terminologias (Bardin, 2008).

Trabalhou-se nesta etapa com 142 artigos, desses, em uma análise terminológica dos títulos, além do termo “*fake news*” (presença/frequência 53 títulos), no contexto da presença, percebeu-se uma variedade de 302 conceitos/termos, com relação a frequência, percebeu-se uma variação de 1 e 41. Repetições de um mesmo conceito/termo no mesmo título foram desconsideradas para não representar distorções nos quantitativos relativos à frequência. A tabela 2 apresenta os conceitos/termos que tiveram presença/frequência  $\geq 5$  nos títulos dos artigos analisados.

Tabela 2 - Presença/frequência de conceitos associados à *fake news*

Conceito/Termo	Frequência
<b>Desinformação</b>	41
<b>Covid-19/Coronavírus</b>	32
<b>Pós-verdade</b>	19
<b>Informação</b>	11
<b>Ciência da Informação</b>	11
<b>Infodemia</b>	10
<b>Brasil</b>	09
<b>Competência em informação</b>	08
<b>Pandemia</b>	07
<b>Saúde</b>	06
<b>Combate</b>	06
<b>Mídias sociais</b>	06
<b>Redes sociais</b>	05
<b>Facebook</b>	05

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Seguindo a linha de caracterizar a presença do termo “*fake news*”, percebe-se, com a apresentação lexicométrica sugerida no quadro 1, que, mesmo sendo diversas, os conceitos/termos demonstraram as emergências contextuais de fenômenos percebidos na sociedade nestes últimos cinco anos, como por exemplo: o papel e a influência das mídias sociais nos processos políticos e geoeconômicos; a crise sanitária causada pela Síndrome Respiratória Aguda Grave causada pelo coronavírus em 2019 (SARS-CoV-2) responsável por causar o *Coronavirus Disease-19* (Covid-19) e os contextos de informação e comunicação envolvidos; a crise da informação, da credibilidade e da necessidade de desenvolvimento de competências para as novas configurações do fluxo da informação e da desinformação.

Mesmo representativo, convém a afirmação de que a etapa aqui apresentada tem características exploratórias para o entendimento dessas comunicações. Como comenta Bardin (2008), análises dessa natureza vão ter como objeto conteúdos situados, porém privilegiando, como resultados, a linha estatística. No entanto, a perspectiva qualitativa do que foi apresentado situa, mais uma vez, a característica temporal e situacional envolvendo o conceito/termo “*fake news*” neste estudo cientométrico.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As *fake news* se estabeleceram na contemporaneidade como fenômeno comunicacional de grande relevância aos processos informacionais. Obviamente que as NTICs são fatores determinantes para estruturar condições de operacionalização sistemática dos meios e canais de produção, distribuição e acesso de conteúdos informativos para uso e compartilhamento em larga escala.

Por certo, a informação, em tempos atuais, se reveste de complexidades paradoxais. Com isso, a ideia de verdade, em sentido absoluto, vem sendo relativizada pela interferência das *fake news* com outros fenômenos informacionais, que são: desinformação, infodemia e pós-verdade.

Esse processo que alastra significativamente o fluxo informacional é algo sem precedentes na história e os seus impactos alcançaram todas as formas de interações na sociedade, inclusive nas comunicações científicas.

Dada a pertinência indiscutível das *fake news* sobre a realidade contemporânea, o presente artigo notabilizou, em linha teórica, essa forma de deturpação informacional estabeleceu como objetivo de pesquisa a caracterização da presença do conceito *fake news* em artigos científicos no domínio da Comunicação e Ciência da Informação, por meio de levantamentos na Brapci.

Com isso, buscou-se evidenciar o interesse da comunidade científica em tratamentos da *fake news* como objeto ou mesmo temática nas publicações de artigos científicos indexadas na Brapci. Consequentemente, foi possível mensurar as incidências de pesquisas com enfoque em *fake news* e suas relações com temáticas caracterizadas por terminologias associadas, a exemplo dos fenômenos informacionais variantes das notícias falsas: desinformação, infodemia e pós-verdade.

Assim, esta pesquisa se apresenta como uma forma de mapeamento para sistematizar os dados levantados que contextualizam a predominância de abordagens temáticas em publicações científicas voltadas para as *fake news*. Logo, este estudo se qualifica em contribuições inerentes aos processos de análises que demonstrem as incidências de artigos científicos e temáticas predominantes, evidenciando as *fake news* pelo desenvolvimento de pesquisas em periódicos científicos que vem consolidando como um conceito/termo presente nas arenas científico-discursivas das áreas da Comunicação e Ciência da Informação.

De todo o modo, conclui-se que esta pesquisa não encerra por si o cerne de sua investigação, uma vez que o assunto *fake news* não fora esgotado neste estudo, pois há lacunas perceptíveis que deverão ser exploradas em iniciativas futuras. Portanto, há plena consciência de que as *fake news* são fenômenos informacionais que requerem aprofundamentos sistemáticos com o amparo procedimental de metodologias compatíveis às necessidades de estudos científicos para examinar frequentemente as tendências de desenvolvimento deste enfoque temático e suas abordagens conceituais nas áreas da Comunicação e Ciência da Informação.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; CLINIO, A.; RAYCHTOCK, S. Ciência aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **Liinc em revista**, v. 10, n. 2, 2014. Disponível em: DOI: 10.18617/liinc.v10i2.749. Acesso em: 30 mar. 2023.

APARICI, R.; GARCÍA-MARÍN, D. (org.). **La posverdad**: una cartografía de los medios, las redes y la política. Barcelona: Gedisa, 2020.

ARAÚJO, C. A. A. O fenômeno da pós-verdade: uma revisão de literatura sobre suas causas, características e consequências. **Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política**, Rio de Janeiro, V. 20, n. 41, p. 35-48, jul./set. 2020.

ARAÚJO, C. A. A. Infodemia, desinformação, pós-verdade: o desafio de conceituar os fenômenos envolvidos com os novos regimes de informação. **IRIE: International Review of Information Ethics**, Edmonton, v. 30, p. 1-10, Jan./Dec. 2021.

ARGEMÍ, M. **Hábitos de la gente desinformada**: cómo informarse y tomar decisiones en las redes sociales. Barcelona: Conecta, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4 ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

BARROS, J. D'A. **Os conceitos**: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Vozes, 2016.

BECHARA, E. **Infodemia**. [Rio de Janeiro]: Academia Brasileira de Letras, 2020. Disponível em: <https://www.academia.org.br/artigos/infodemia>. Acesso em: 16 ago. 2023.

BECKER, B.; GOES, F. M. A. FAKE NEWS: uma definição possível entre a reflexão crítica e a experiência jornalística. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 34-53, jan./jun. 2020.

BORGES JUNIOR, E. O que é a pós-verdade?: elementos para uma crítica do conceito. **Brazilian Journalism Research: journalism theory, research and criticism**, Brasília, v. 15, n. 3, p. 524-545, dez. 2019.

BUCCI, E. Pós-política e corrosão da verdade. **Revista USP**, São Paulo, n. 116, p. 19-30, jan./mar. 2018.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 1–12, 2010. Disponível em; <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1espp1>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BUFREM, L. S. *et al.* Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1069>. Acesso em: 13 mai. 2023.

BUFREM, L. S.; ALVES, E. C. **A dinâmica da pesquisa em ciência da informação**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

CARIBÉ, R. C. V. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 25, n. 3, p. 89-104, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/BRAPCI/93078>. Acesso em: 15 jul. 2023.

COELHO NETTO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COSTA, S. M. S. Comunicação científica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23-24, n. 3, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/BRAPCI/71495>. Acesso em: 23 jul. 2023.

CRUZ; L. de M.; GOMINHO, L. B. F. O poder da informação e a alienação: o impacto social do avanço tecnológico sobre a sociedade. **Revista Jurídica Facesf**, Belém do São Francisco, v. 2, n. 2, jul./dez. 2020.

FERREIRA, A. G. C.; WANNMACHER, C. M. D. Comunicação científica em livros e capítulos na área de educação e afins. **Prisma.com (Portugal)**, n. 36, p. 23-40, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/BRAPCI/72536>. Acesso em: 23 jul. 2023.

GABELAS, J. A.; MARTA-LAZO, C. Los influencers, oráculos del liderazgo, chamanes en las redes sociales. *In*: APARICI, R.; GARCÍA-MARÍN, D. (Coord). **La posverdad: una cartografía de los medios, las redes y la política**. Barcelona: Gedisa, 2020. Cap. 5, p. 83-95.

GARCIA, L. P.; DUARTE, E. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, p.1-2, out./dez. 2020.

GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. **Conceitos essenciais da sociologia**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

KALIL, I.; SANTINI, R. M. **Coronavírus, pandemia, infodemia e política**. São Paulo: FESPSP; Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. Relatório de pesquisa. Disponível em:

[https://www.fespsp.org.br/store/file\\_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf](https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf). Acesso em: 16 ago. 2023.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

LISBOA, A. V. Era da desinformação: infodemia, rejeição do conhecimento científico e seus efeitos na saúde. *In*: FIGUEIRÊDO, Alessandra Aniceto Ferreira de; LOPES, Rafael Oliveira Pitta. **Conhecimento e infodemia na era da (des)informação**: uma experiência dialógica do cuidado em saúde por meio das TICS na pandemia de COVID-19. Porto Alegre: Fi, 2021. Cap. 3, p. 56-76.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

McGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. (Biblioteca do pensamento moderno).

MIRANDA, D. B.; PEREIRA, M. N. F. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, 1996. DOI: 10.18225/ci.inf..v25i3.636 Acesso em: 23 jul. 2023.

PRADO, M. A. R. do. Acolhimento e receptividade pela mediação da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 19, p. 1-36, jan./dez. 2023.

SANTAELLA, L. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

SIEBERT, S.; PEREIRA, I. V. A pós-verdade como acontecimento discursivo. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 20, n. 2, p. 239-249, maio/ago. 2020.

TARGINO, M. D. G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 10 n.2 2000, n. 2, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/BRAPCI/92195>. Acesso em: 15 jul. 2023.

VELHO, L. Conceitos de Ciência e a Política Científica, Tecnológica e de Inovação. **Sociologias**, v. 13, n. 26, p. 128-153, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/q5SC5wGHhpGpzL86NZyDgDS/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2022.

WILKE, V. C. L. No tempo das *fake news* e da pós-verdade: política, democracia e literacia midiática. *In*: PEREIRA, Sara (Ed.). **Literacia, media e cidadania**: livro de atas do 5.º congresso. Braga: CECS, 2019. p. 381-398.